



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

**O MODELO DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA DA CAMPANHA
ELEITORAL DE HUMBERTO DELGADO EM 1958: UMA
CAMPANHA AMERICANIZADA**

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação

Por

Joana Rita Marques dos Reis

Faculdade de Ciências Humanas

Julho de 2017



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

O MODELO DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA DA CAMPANHA
ELEITORAL DE HUMBERTO DELGADO EM 1958: UMA
CAMPANHA AMERICANIZADA

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação

Por

Joana Rita Marques dos Reis

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação da Prof^a Dra. Rita Figueiras

Julho de 2017

RESUMO

Este trabalho é sobre a campanha eleitoral de Humberto Delgado à Presidência da República, em 1958, com enfoque no modelo de comunicação política da campanha e na forma como esta foi construída.

Influenciado por uma estada de vários anos nos Estados Unidos, o General Delgado inaugurou um novo estilo de aproximação às pessoas e de afronta ao regime, que se revelou um sucesso em termos de adesão popular. A sua campanha constituiu a maior ameaça ao Estado Novo nos mais de 40 anos em que o regime vigorou em Portugal.

Nesse sentido, assume especial pertinência no âmbito da comunicação política, um estudo aprofundado sobre como é que essa influência, por um lado, se repercutiu na campanha de Humberto Delgado e, por outro, foi condicionada pelas contingências políticas do país.

A investigação cruza perspectivas teóricas sobre regimes políticos, sistemas de media e modelos de campanha eleitoral em contextos democráticos e não-democráticos para debater o modelo de comunicação política da campanha eleitoral de Humberto Delgado. Que modelo de comunicação política revela a campanha é a questão de investigação principal, a par de várias subquestões: Qual foi a estratégia de comunicação da campanha? Como é que se posicionou face ao regime? A campanha apresenta elementos de profissionalização?

Recorrendo a uma metodologia qualitativa, o trabalho utiliza a análise documental e a entrevista como métodos para trabalhar um *corpus* composto por documentos, entrevistas, materiais de campanha e artigos de imprensa. A investigação desenvolveu-se em três etapas. Num primeiro momento, a pesquisa envolveu um processo de reconstituição da campanha; numa segunda fase, procedeu-se à identificação e análise dos elementos que a caracterizaram e, numa terceira etapa, os resultados foram debatidos à luz do recorte teórico do trabalho para inferir o modelo de comunicação política da campanha.

O que se comunicava, como se comunicava, quais os suportes utilizados, como se comportaram os media e em que tipo de comunicação se baseou esta campanha de moldes democráticos, dentro de um regime não democrático, são algumas das questões a que se pretende dar resposta com a investigação, a qual permitiu concluir que esta foi uma campanha com uma estratégia de comunicação e um grau de profissionalismo totalmente inesperados no contexto dentro em que se realizou.

Palavras-chave: Campanha eleitoral, eleições presidenciais de 1958, Estado Novo, Humberto Delgado, campanhas modernas.

ABSTRACT

This thesis is about the election campaign of Humberto Delgado to the Presidency of the Republic in 1958, focusing mainly on the political communication model of the campaign and how it was constructed.

Influenced by his experience of several years in the United States, General Delgado inaugurated a new style of approach to people by questioning the regime, which proved a success in terms of popular adhesion. His campaign constituted the largest threat to the Estado Novo for more than 40 years in which the regime was in influence in Portugal. In this sense, it is particularly pertinent in the context of political communication, an in-depth study of how this influence, on the one hand, had an impact on Humberto Delgado's campaign and, on the other hand, was also conditioned by the country's political contingencies.

The research crosses theoretical perspectives on political regimes, media systems and electoral campaign models in democratic and non-democratic contexts to discuss the political communication model of Humberto Delgado's electoral campaign.

What political communication model reveals the campaign is the main research question, along with several other questions: What was the communication strategy of the campaign? How did the campaign stand against the regime? Does the campaign feature elements of professionalization?

Using a qualitative methodology, this thesis employs documental analysis and interviews as methods to work on a corpus composed of documents, interviews, campaign materials and press articles. The research was developed in three stages. At first, the research involved a process of reconstituting the campaign; In a second phase, the elements that characterize the campaign were identified and analyzed and, in a third stage, the results were debated in the light of the theoretical work to inform the campaign's political communication model.

What was communicated, how it was communicated, what media was used, how the media behaved and what kind of communication was the basis for this campaign of democratic model, within a non-democratic regime, were some of the issues that are proposed to be answered with this investigation.

This investigation concluded that this was a campaign with a communication strategy and a degree of professionalization totally unexpected in the context within which it took place.

Keywords: Electoral campaign, 1958 presidential elections, Estado Novo, Humberto Delgado, modern campaigns.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos três anos em que me dediquei a esta Tese de Doutoramento, pude contar com o apoio de inúmeras pessoas que criaram as condições necessárias para que a investigação pudesse desenvolver-se. A todas elas quero deixar um agradecimento público pelo incentivo, pelas sugestões e pelo encorajamento que me proporcionaram.

Dedico as primeiras palavras à Professora Rita Figueiras, que prontamente aceitou orientar esta tese e cuja disponibilidade foi inexcedível. Agradeço os seus conselhos sempre sábios, as suas críticas e sugestões, sempre oportunas e certas e a paciência com que tantas vezes me ouviu e guiou, sempre que os caminhos da investigação e da minha vida profissional se confrontavam, obrigando a resiliência redobrada.

À Doutora Isabel Monteiro gostava de deixar um agradecimento muito especial pela generosidade com que disponibilizou o espólio do pai, ainda antes de os documentos serem entregues na Torre do Tombo, pela partilha de memórias e pela paciência com que acudiu a todas as minhas dúvidas e inquietações. O impulso decisivo para a concretização deste trabalho fica a dever-se aos documentos do arquivo de Álvaro Monteiro. Em boa hora António Almeida Henriques me recomendou que falasse com a família Monteiro, pelo que também lhe quero deixar o meu sincero agradecimento.

Aos meus editores na TVI, em especial à Paula Costa Simões e à Carla Moita, agradeço a compreensão manifestada no dia-a-dia, sem a qual teria sido impossível conciliar a minha vida profissional com a vida académica.

À Ângela Velhote que, tendo acabado de perder o pai, encontrou disposição e paciência para as muitas perguntas que lhe fiz sobre aquela que é provavelmente a fotografia mais célebre da campanha de Humberto Delgado, agradeço a ajuda preciosa e a amabilidade de ter partilhado comigo a história da sua família.

Para um melhor e mais rigoroso conhecimento sobre o período em análise contei com a disponibilidade com que aceitaram falar comigo: Manuel Braga da Cruz, Fernando Rosas, Jaime Nogueira Pinto, Luís Reis Torgal, António Costa Pinto, José Manuel Tengarrinha e José Pacheco Pereira, a quem agradeço também o envio de inúmeros documentos do seu arquivo e o encorajamento amigo sempre manifestado.

Contei também com o testemunho de Carlos Veiga Pereira, Vasco Hogan Teves, Alfredo Caldeira, Iva Delgado, Manuel Sá Correia, Jaime Marta Soares, Silva Graça, Joaquim Letria, General Loureiro dos Santos, Manuela Rêgo, Artur Santos Silva, Mário Valle, Custódio Maldonado Freitas, Manuel Louzã Henriques, Vasco Vieira de Almeida, Domingos Abrantes. Agradeço a todos pela colaboração e pela ajuda prestada, mas gostaria de destacar a imensa simpatia e amabilidade com que Joaquim Martinho da Silva e Edgar Nunes me receberam em Santarém e as muitas histórias que partilharam comigo.

Para esta investigação beneficiei também das conversas mantidas, via contacto telefónico, com inúmeras personalidades que me ajudaram a perceber melhor algumas variáveis da investigação, como foi o caso de Francisco Ribeiro de Meneses, enquanto investigador e biógrafo de Salazar, e de Natália Santos, enquanto biógrafa de Raúl Rêgo. Conversei também ao telefone com Luís Filipe Madeira, João Lima e Adrião Cunha e recebi, por escrito, o testemunho de José Manuel Duarte Jesus. A todos agradeço a atenção que me dispensaram.

No âmbito dos apoios institucionais, cabe-me destacar a paciência com que Paulo Tremoceiro me orientou na Torre do Tombo, as pesquisas de Ana Mesquita (na Biblioteca Municipal de Mirandela), de Simões Dias (no arquivo do *Diário de Notícias*), de Natércia Coimbra, no Centro de Documentação 25 de Abril e de todos os funcionários da Hemeroteca de Lisboa.

Agradeço também a António Montalvão Machado, Venerando Matos e Custódio Maldonado Freitas a gentileza de me terem enviado material de apoio para a minha pesquisa.

Um agradecimento muito especial a todos os professores que me deram sugestões, aos amigos que me encorajaram ao longo destes três anos e a todos os que macei (e não foram poucos) em busca de contactos de personalidades de alguma forma envolvidas na campanha de Humberto Delgado. Beneficiei também da amizade da Madalena Requiça, que pacientemente leu e reviu o texto e da Marta Alegrias Feio que foi incansável no incentivo e nas palavras animadoras ao longo do tempo em que de forma solitária – nem sempre fácil e quase sempre demasiado exigente – me dediquei à investigação.

Este trabalho é dedicado à minha família, em especial à Madalena que, apesar da tenra idade, percebeu a complexidade da missão que a mãe tinha pela frente e ao Vasco, pelo apoio constante e incedível, sem o qual não teria tido a força necessária para levar esta investigação até ao fim.

ÍNDICE

Resumo	2
<i>Abstract</i>	4
Agradecimentos	6
Índices	
Índice geral	8
Índice de imagens	12
Índice de tabelas	14
Introdução	15
Parte I – Enquadramento teórico: regimes políticos, eleições e campanhas eleitorais	
Capítulo 1. Regimes políticos e eleições	25
Introdução	
1.1. Caracterização geral e contexto político do Estado Novo	26
1.2. Características dos regimes não-democráticos	33
1.3. A democracia como contraponto dos regimes não-democráticos	36
1.4. Função política das eleições	38
1.5. A oposição ao Estado Novo	43
1.5.1. A candidatura de Norton de Matos	48
1.5.2. A candidatura de Quintão Meireles	50
1.6. Os pilares do Estado Novo	53

Capítulo 2. Sistemas de media e campanhas eleitorais58

Introdução

2.1. Funções políticas dos media59

2.2. Campanhas eleitorais e propaganda política63

2.3. Os meios de comunicação social no Estado Novo71

2.4. A censura74

Capítulo 3. O país nas vésperas das eleições de 195879

Introdução

3.1. A difícil escolha do(s) candidato(s)81

3.1.1. Pulverização dos candidatos83

3.1.2. A formalização das candidaturas da oposição88

3.1.3. O afastamento de Craveiro Lopes e a candidatura de Humberto Delgado90

3.2. Humberto Delgado, “génio da agitação”93

3.3. O que propunha Humberto Delgado100

Parte II – Componente empírica

Capítulo 4. Metodologia105

4.1. Métodos e técnicas107

4.2. *Corpus* de análise108

Capítulo 5. A campanha de Humberto Delgado	123
Introdução	
5.1. Organização e actividades de campanha	127
5.1.1. Organização da equipa e distribuição de funções	131
5.1.2. Planificação da campanha	139
5.1.3. O evento de arranque da campanha	142
5.2. Coordenação da campanha	160
5.2.1. Coordenação central	162
5.2.2. Campanhas locais	166
5.2.2.1. O papel do Porto	168
5.2.2.2. Penafiel	175
5.2.2.3. Póvoa de Varzim	178
5.2.2.4. Vila Real	181
5.2.2.5. Chaves	183
5.2.2.6. O caso de Viseu	187
5.2.2.7. Aveiro	207
5.2.2.8. Caldas da Rainha	209
5.2.2.9. Santarém	213
5.2.2.10. Guarda.....	220
5.2.2.11. Coimbra	222
5.2.2.12. Leiria	230
5.2.2.13. Torres Vedras	232
5.2.2.14. Moçambique	234
5.3. Voluntariado, custos e financiamento	242
5.3.1. Voluntariado	242
5.3.2. Custos e financiamento da campanha	248
5.3.3. Boletins de voto	251
5.4. Material de propaganda	255

5.4.1. <i>Slogans</i> de campanha e palavras de ordem.....	258
5.4.2. Sessões de propaganda e <i>merchandising</i>	260
5.4.3. Segmentação da mensagem	271
5.4.4. Interação com o candidato e <i>feedback</i> do eleitorado	276
5.4.5. O discurso pós-eleitoral na propaganda	284
5.5. Relação com os meios de comunicação	287
5.5.1. Alternativas aos meios de comunicação	292
5.5.2. Contra-informação	293
Síntese conclusiva	296
Capítulo 6. O modelo de comunicação política da campanha eleitoral de Humberto Delgado, em 1958: uma campanha americanizada.....	300
6.1. O herói de guerra	301
6.2. Os <i>slogans</i>	303
6.3. A mensagem do candidato	305
6.4. Os materiais de campanha	306
6.5. A atenção a públicos específicos	308
6.6. A difusão da mensagem e as dificuldades com a censura	309
6.7. O perfil do apoiante	315
6.8. Elementos de profissionalização	316
Conclusão	327
Bibliografia	340

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1. Primeiro documento oficial dos Serviços da Candidatura de Humberto Delgado.

Imagem 2. Humberto Delgado e a multidão na Praça Carlos Alberto (Porto)

Imagem 3. Filmagens durante a campanha presidencial de 1958

Imagem 4. Conferência do Chave d'Ouro

Imagem 5. Plano das perguntas previstas para a conferência do Chave d'Ouro

Imagem 6. Convite para a Conferência de Imprensa do Chave d'Ouro

Imagem 7. Conferência de Imprensa no Chave d'Ouro

Imagem 8. A conferência do Chave d'Ouro na imprensa afecta ao regime

Imagem 9. Pontos principais do programa de Humberto Delgado

Imagem 10. Sede de Candidatura de Humberto Delgado em Lisboa

Imagem 11. Pedido de material de propaganda

Imagem 12. Regras para a organização da campanha no distrito de Viseu

Imagem 13. Troca de correspondência durante a campanha

Imagem 14. A campanha de Humberto Delgado no *Jornal de Viseu*

Imagem 15. Humberto Delgado em campanha nas Caldas da Rainha

Imagem 16. Informação de campanha em Torres Vedras

Imagem 17. Retrato oficial do candidato Humberto Delgado, nas eleições de 1958

Imagem 18. *Slogans* de campanha

Imagem 19. Palavras de ordem

Imagem 20. Segmentação da mensagem em cartazes

Imagem 21. Segmentação da mensagem em panfletos

Imagem 22. Sessão de propaganda de Eisenhower

Imagem 23. Sessão de propaganda de Humberto Delgado

Imagem 24. Material de campanha de Eisenhower

Imagem 25. Material de Humberto Delgado

Imagem 26. Eisenhower em campanha

Imagem 27. Humberto Delgado em campanha

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Resultados oficiais no distrito de Santarém

Tabela 2. Resultados oficiais em Angola

Tabela 3. Resultados oficiais em Angola, por distrito

INTRODUÇÃO

Nas largas décadas em que Portugal viveu sob o signo do Estado Novo, entre 1933 e 1974, os actos eleitorais em si mesmos e toda a sua envolvente ficaram marcados por fortes contingências em matéria de liberdades e de exercício dos direitos cívicos e políticos dos cidadãos, a par das múltiplas restrições impostas pela censura aos meios de comunicação social.

Uma realidade especialmente evidenciada na candidatura protagonizada por Humberto Delgado nas eleições presidenciais, de 1958, em Portugal, que acabou por alcançar honras de fenómeno político e fez tremer o regime, com repercussões que acabaram por se estender por vários anos.

O General foi recebido em euforia em várias regiões do país e tornou-se uma espécie de símbolo de resistência ao regime, conhecido como “General sem Medo”. A expectativa em torno de uma reviravolta no seio do regime foi muita, até porque se alimentou a esperança de que em Portugal, tal como tinha sucedido fora do país, caíssem os regimes fascistas e os ditadores que haviam ensombrado a Europa na primeira metade do século XX.

Américo Thomaz foi declarado vencedor das eleições de 1958, mas Marcello Caetano escreveu anos mais tarde que aquela foi uma vitória com sabor a derrota. E, na primeira oportunidade, Salazar mudou a lei eleitoral para que o Presidente da República passasse a ser eleito por um colégio eleitoral, evitando desse modo que o regime voltasse a ser surpreendido.

Esta Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação centra-se precisamente nessa eleição, mais concretamente analisa a campanha de Humberto Delgado nas eleições para a Presidência da República, em 1958, com enfoque na forma como foi construída essa campanha, que constituiu a maior ameaça ao Estado Novo nos mais de 40 anos de vigência do regime no país.

Pretende-se, assim, trabalhar um tema – a campanha eleitoral de Humberto Delgado – que ainda não foi objecto de estudo. Existe vasta obra publicada sobre Humberto da Silva Delgado, enquanto personalidade que ousou enfrentar Oliveira Salazar, com lugar na história por ter sido um dos maiores opositores do regime (Sertório, 1978; Delgado, 1985; Delgado, 2009; Delgado, 2015; Múrias, 1975; Delgado e Pacheco, 1995; Rosa, 2008). E nessa qualidade, tendo sido morto pela polícia política do Estado Novo, há

também um número considerável de autores que se debruçaram sobre o assassinio do General (Romero-Robledo e Novais, s.d.; Cerqueira, 1976; Cerqueira, 1977).

Mais diminuta é a literatura sobre as eleições presidenciais que ocorreram em 1958 (Faria e Delgado, 1998; Cunha, 2014), existindo obras que incluem essencialmente fotografias ou relatos sobre a campanha no Norte do país (Delgado, 1998 e Henrique e Ramalho, 2008), uma colectânea de documentos censurados na imprensa (Alexandra, 1998) e outras que dedicam capítulos à candidatura de Delgado (Lemos, 2012; Meneses, 2010; Gomes, 2008 e s.a., s.d.).

Esta última obra, cujo autor é desconhecido, debruça-se sobre as várias candidaturas à Presidência da República apresentadas pela oposição, em diferentes momentos, durante o Estado Novo, embora dos quatro candidatos referidos no livro (Humberto Delgado, Arlindo Vicente, Quintão Meireles e Norton de Matos) apenas Humberto Delgado se tenha efectivamente apresentado a votos no dia da eleição, já que os outros renunciaram – um em favor de Delgado, os outros dois por considerarem que não estavam reunidas as condições mínimas de democraticidade para prosseguirem com a candidatura.

Este é um tema sobre o qual há um conhecimento limitado, na medida em que dele se tem falado apenas de 10 em 10 anos, quando se assinala a efeméride do aniversário da campanha eleitoral de 1958, recorrendo-se sempre às mesmas fontes, o que faz com que a informação disponível seja sempre a mesma, replicada várias vezes, nalguns casos com algumas incorrecções. Tal facto gera inúmeros erros de percepção porque, como se demonstrará, ela foi mais sofisticada e profissional do que se poderia supor. E este é um dado importante que permite interrogar como é que num regime não-democrático como o português poderia haver um modelo de campanha inspirado em modelos que vigoravam em países democráticos.

Muito do que se sabe hoje foi divulgado sobretudo por ocasião das comemorações do 40.º e do 50.º aniversário da campanha presidencial de 1958 e, também, durante o périplo que o neto e biógrafo de Delgado, Frederico Delgado Rosa, realizou pelo país, em 2008, para divulgar a investigação que durante anos fez sobre o avô e que deu origem a uma biografia exaustiva, *Humberto Delgado. Biografia do General sem Medo*, composta por mais de mil páginas. Nessa altura, conheceram-se histórias e pormenores até então ignorados, reviveram-se memórias e divulgaram-se fotografias inéditas da campanha. Mas para lá dos testemunhos orais e de alguns *sites* na internet que deles fizeram eco, os dados que vieram a lume nessa altura não foram compilados, os documentos permanecem dispersos ou mesmo inacessíveis e a informação ficou, em suma, perdida.

Havendo um número bastante reduzido de livros publicados sobre o objecto de estudo do presente trabalho e diversa documentação dispersa, estava por realizar no âmbito académico uma investigação sobre a campanha eleitoral de Humberto Delgado e a forma como esta foi construída. O aporte teórico e metodológico da comunicação política permitiu construir o objecto de estudo “campanha eleitoral” de Humberto Delgado de modo crítico e problematizante e, assim, contribuir para colmatar uma lacuna nos estudos sobre o Estado Novo e com um enquadramento dos estudos das Ciências da Comunicação e, em particular, da comunicação política.

Esta é uma investigação desenvolvida no âmbito desta última, inscrevendo o estudo no quadro teórico e metodológico da respectiva área disciplinar. O trabalho contém uma forte componente histórica e apoia-se ainda na ciência política. Diferentes áreas que se entrecruzam numa temática que aqui importa convocar, a das eleições em contextos não-democráticos, que apresentam contingências muito particulares.

Neste âmbito, eleições, media e regimes políticos são as grandes dimensões em estudo, a partir das quais se construiu a problemática desta investigação e se operacionalizou um conjunto de indicadores sistematizados no âmbito da Comunicação Política para analisar a campanha eleitoral de Humberto Delgado.

A investigação, que se centra nessa campanha do General e na forma como ela se processou, regressa às fontes primárias, analisa não só largas centenas de documentos e contempla igualmente o que integra o espólio Humberto Delgado e diversa documentação espalhada pelos vários arquivos da Torre do Tombo, nomeadamente os arquivos da PIDE, mas também analisa o material da campanha de Humberto Delgado, em 1958, que se encontra disperso.

Esta investigação permitiu recolher e coligir um conjunto vasto de dados dispersos, desconhecidos e esquecidos sobre a campanha de Humberto Delgado. Ao mesmo tempo, o trabalho recupera alguns registos fidedignos que ficaram retidos na memória colectiva das populações de um determinado local do país, quer através de relatos orais, quer inscritos nas páginas da imprensa regional ou de alguma revista ou documento. Trata-se de uma investigação inédita, que beneficia do testemunho de fontes vivas, que participaram no fenómeno, acerca das quais se detalhará no capítulo sobre a metodologia adoptada.

Nos contributos para a comunidade científica, importa salientar a possibilidade de trabalhar documentos inéditos, nomeadamente o acesso a alguns pertencentes a Álvaro Monteiro, que foi responsável pela campanha presidencial de Humberto Delgado no

distrito de Viseu. Assume, assim, particular relevância a autorização a título excepcional que foi concedida no âmbito da presente investigação, para que o espólio fosse consultado antes mesmo de estar disponível publicamente e de ter sido doado aos arquivos nacionais da Torre do Tombo.

O potencial de novidade que esta tese poderá trazer constitui uma clara mais-valia para o trabalho, que pretende ser um contributo para um conhecimento mais exaustivo sobre a campanha presidencial de Humberto Delgado e o seu grau de profissionalização. No entanto, o facto de ter passado mais de meio século sobre a campanha para as eleições presidenciais de 1958 constitui uma dificuldade acrescida para entrevistar protagonistas daquele momento da história que tenham ainda capacidade para relatar os acontecimentos com rigor, pelo que haverá questões que ficam por resolver, nomeadamente as que se prendem com o financiamento da campanha.

Sobre a campanha de 1958, os suportes técnicos, como sejam a gravação de som ou imagem, são quase inexistentes. A pesquisa nos arquivos da rádio e da única estação de televisão existente no país naquele tempo, a RTP, apenas regista imagens do dia das eleições, mostrando os candidatos a votarem. Existe um único registo sonoro de um comício de Humberto Delgado, em Chaves¹ e, talvez algures perdida, haja uma gravação do discurso que Humberto Delgado fez no Hotel Lisbonense, durante a sua deslocação às Caldas da Rainha. É certo que o discurso foi gravado e ficou guardado durante décadas, ao cuidado da família Maldonado Freitas, mas está hoje em parte incerta, podendo mesmo já ter sido destruído².

Estes são apenas alguns dos elementos que ajudam a perceber como determinados aspectos da campanha eleitoral de 1958 acabaram por perder-se para sempre, ou, nalguns casos, subsistiram e emergem algo deturpados por lacunas, imprecisões, desconhecimento total ou parcial dos acontecimentos.

Noutros casos, os documentos sobre a campanha que poderiam permitir relatar alguns momentos da organização desta, sofreram um “oportuno apagão” às mãos da censura ou acabaram desviados pelas mãos da polícia política, sendo impossível consultar

¹ Trata-se de uma bobina que permaneceu escondida durante várias décadas e de cuja existência só se soube nos anos 90. Foi Montalvão Machado, apoiante da candidatura do General Delgado e futuro fundador do PS, quem se lembrou de fazer a gravação e que a enterrou no jardim da sua própria casa, para a proteger. Resgatada ao fim de cerca de trinta anos, a bobina foi mandada restaurar pelo proprietário.

² Esta informação foi fornecida por Custódio Maldonado Freitas na entrevista concedida no âmbito da presente investigação doutoral, em 22 de Junho de 2016. A gravação estava na posse do advogado António Maldonado Freitas, que integrou os serviços de candidatura do General e, depois da morte deste, ficou ao cuidado do filho, Custódio. Um assalto ao seu escritório é apontado como o momento em que a gravação se perdeu.

toda a documentação que existe nos arquivos da PIDE, respeitante a inúmeros processos individuais, constituídos por milhares de páginas que dão forma à vigilância feita pela polícia política aos cidadãos suspeitos de serem desafectos ao regime. Acrescente-se o facto de muitos dos apoiantes e participantes activos na campanha de Humberto Delgado (ou familiares destes) terem destruído importantes documentos, com o passar dos anos, para evitar problemas com a PIDE.

O presente trabalho abre novos horizontes sobre a forma como se desenvolvia uma campanha da oposição durante o Estado Novo, em Portugal. Permite de igual modo discutir o modelo autoritário português e reflectir sobre as regras e os constrangimentos das campanhas em regimes não-democráticos, bem como o comportamento dos media nesse tipo de regimes.

Contributo igualmente relevante sobre o Estado Novo pretende ser a discussão sobre o modelo de autoritarismo preconizado por António de Oliveira Salazar, a partir da análise concreta de uma campanha de estilo profissional como aquelas que se verificavam nos países onde vigorava o regime democrático. O que é, afinal, uma campanha eleitoral democrática?

Importa destringir que, por exemplo, a campanha nazi de 1933, que conduziu Adolf Hitler ao poder, foi muito sofisticada do ponto de vista da propaganda e da comunicação política, apesar de, no entanto, esta ter sido suporte para um regime de tipo totalitário.

Para além das motivações académicas expostas, qualquer trabalho tem subjacente também motivações pessoais na escolha do tema para a investigação. Estas prendem-se com o interesse pelo facto de a campanha de Delgado se ter revelado um sucesso em termos de adesão popular, com o General a tornar-se uma espécie de símbolo de resistência ao regime, conhecido popularmente e sobretudo entre os meios oposicionistas, como “General Sem Medo”³, conforme se sustenta na parte empírica deste trabalho. O próprio Salazar, como conta Franco Nogueira num dos seus livros de memórias, terá confessado que, se a campanha tivesse durado mais algum tempo, Delgado acabaria por ganhar as eleições.

Do lado do regime, a resposta não se fez esperar. Para além do controlo e manipulação dos cadernos eleitorais por parte das autoridades, a oposição foi proibida de

³ Este epíteto é utilizado até no título de um livro de memórias recentemente editado por Iva Delgado, *Meu Pai, o General sem Medo* (2015). A filha de Humberto Delgado refere-se a esse título, que passou a estar associado ao pai no capítulo dedicado ao impacto que teve a conferência inaugural da campanha no café Chave d’Ouro (Delgado, 2015: 120).

fiscalizar o acto eleitoral e fez-se sentir a acção severa da censura e das forças repressivas, com intimidação dos seguidores de Humberto Delgado ou, nalguns casos, chegando mesmo à detenção destes.

A poucos dias do acto eleitoral muitos apoiantes da candidatura de Humberto Delgado foram presos pela PIDE, incluindo alguns dos seus mais destacados elementos, entre eles Francisco Vieira de Almeida, o arquitecto Cassiano Branco⁴, Armando Adão e Silva⁵ ou Vasco da Gama Fernandes⁶. O advogado de Vila Nova de Famalicão, Armando Bacelar, testemunha que, no dia em que foi detido, verificou que a masmorra ia ficando densamente povoada, “a tal ponto que o espaço era pouco. E, ao longo da noite, os presos continuavam a entrar (...) Arranjámo-nos como pudemos, enquanto fomos travando conhecimento e dei-me conta da vaga de prisões que estava a alastrar por todo o território”⁷.

Mas nem mesmo esta repressão apagou o efeito agitador que a campanha de Humberto Delgado proporcionou. O General recorreu a formas de contacto com as populações pouco usadas em Portugal, aproximando-se delas, como nunca antes se tinha visto no país. Uma opção a que provavelmente não terá sido alheia a estada do General Delgado vários anos em Washington, onde pôde observar de perto os efeitos do *marketing* político e as campanhas de Adlai Stevenson e Dwight Eisenhower, em 1952 e em 1956.

Apesar do enorme impacto que a campanha teve na sociedade portuguesa e das consequências que daí advieram para a vida do regime, essas são questões que suscitariam uma outra investigação à margem da que agora se apresenta, não versando o presente trabalho sobre esse impacto ou sobre as consequências que a campanha reflectiu.

Em termos práticos, o trabalho materializa o cumprimento de um propósito pessoal: a elaboração da tese que será defendida para a obtenção do Doutoramento em Ciências

⁴ Cassiano Branco era então um “venerável ancião e um dos expoentes de renovação da arquitectura no país”, “uma pessoa já cansada, no fim da vida”, que nem assim foi poupada a esta prisão. Cf. *Jornal de Notícias* de 20 e 21 de Outubro de 1992.

⁵ Armando Adão e Silva (1909-1993) era um conhecido advogado de Lisboa e político activo dos meios oposicionistas. Fez parte do Directório Democrato-Social e foi desde 1956 director adjunto de Câmara Reys na revista *Seara Nova. Maçon* desde 1935, viria a ser Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano em 1981.

⁶ Vasco da Gama Fernandes (1908-1991) era um ilustre advogado e um destacado elemento dos meios oposicionistas. Foi responsável pela campanha de Humberto Delgado, em Leiria, presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, pertenceu ao MUNAF e ao MUD. Defendeu presos políticos, tendo sido elemento activo na campanha de Norton de Matos e participado na de Quintão Meireles. Foi candidato a deputado nas eleições de 1969, mas depois do 25 de Abril, seria eleito por Leiria, pelo PS, como deputado à Assembleia Constituinte e reeleito nas legislativas de 1976.

Foi o primeiro Presidente da Assembleia da República em democracia, entre 1976 e 78, demitiu-se do PS em 1979 e foi um dos fundadores do Partido Renovador Democrático (PRD), pelo qual seria eleito deputado nas legislativas de 1981 e 1987.

⁷ In *Jornal de Notícias* de 20 de Outubro de 1992, p. 4.

da Comunicação. Ensejo que parte dos objectivos pessoais, que reflectem um interesse pelo período específico do país – o do Estado Novo –, e pelo acontecimento em estudo, em particular. Reflecte ainda um interesse que cruza motivações profissionais com interesses próprios relacionados com o estudo de campanhas eleitorais, enquanto estratégia de comunicação.

Esta tese tem como objecto de estudo a campanha de Humberto Delgado para a Presidência da República nas eleições de 1958. Levando em conta que esta é uma campanha da oposição num contexto político não-democrático, a investigação tem como objectivos principais contribuir para compreender (1) Que tipo de campanha foi e que modelo de comunicação política lhe está subjacente; (2) Perceber como é fazer uma campanha oposicionista num regime não-democrático. Quanto aos objectivos específicos, o trabalho pretende compreender quais são as características da campanha, como foi esta organizada, o seu nível de profissionalização e os elementos que apresenta.

A partir destes objectivos, tem-se como questão de investigação principal: que modelo de comunicação política revela a campanha de Humberto Delgado? E como subquestões: qual foi a estratégia de comunicação da campanha? Como é que a campanha se posicionou face ao regime? A campanha apresenta elementos de profissionalização? – questões de investigação que foram desenvolvidas sob o título “O modelo de comunicação política da campanha eleitoral de Humberto Delgado em 1958: uma campanha americanizada”.

Das perguntas de investigação a que o trabalho se propõe responder decorrem ainda inúmeras questões para as quais se pretende deixar um contributo. Por um lado, avaliando como é que o Estado Novo entendia as campanhas, quais as especificidades da abertura do regime em contexto eleitoral e as possibilidades que a campanha de Humberto Delgado proporcionou, designadamente como tentativa de derrubar o regime. Por outro lado, a falta de visibilidade dos opositores ao regime e a análise da forma como os fenómenos colectivos moldam a actuação e o comportamento das pessoas.

Para tanto, será utilizada uma metodologia mista, recorrendo a entrevistas e a análise de documentos. A partir destes procedeu-se à reconstrução da campanha a partir de um conjunto de parâmetros que serão adiante explicados: organização, actividades e eventos de campanha, coordenação da mesma, voluntariado, custos e financiamento, bem como os materiais de propaganda.

Importa referir que o tratamento e a categorização a partir das dimensões de análise de Pippa Norris (2000) foram cruciais para dar leitura e inteligibilidade à imensidão de

dados disponíveis e dispersos por milhares de documentos. Estas categorias permitiram tornar inteligível um conjunto de dados que *per si* não o era, construir significados e organizar a informação, para, a partir daí, perceber quais são os elementos e as características da campanha de Humberto Delgado e que cultura política se pode daí extrair.

Procurar-se-á estabelecer um roteiro dos eventos que foram construídos para a campanha, mas também dar resposta a perguntas como: quem participou? Como surgiu a ideia? Com que recursos se realizou a campanha? Que meios foram utilizados? O que se comunicava? Como se comunicava? Quais os suportes usados e em que tipo de comunicação se baseou a campanha de Humberto Delgado.

A Tese de Doutoramento está dividida em duas grandes partes, num total de seis capítulos. A primeira, dedicada à componente teórica, é composta por três capítulos. No primeiro capítulo começa-se por fazer uma caracterização geral do regime, com o contexto político do Estado Novo, e analisam-se os regimes políticos e eleições, as características dos regimes não-democráticos, a democracia como contraponto dos regimes não-democráticos, a função política das eleições, a oposição ao Estado Novo e os seus pilares.

O segundo capítulo é sobre os sistemas de media e as campanhas eleitorais, onde se abordam as funções políticas dos media, as campanhas eleitorais e a propaganda política, os meios de comunicação social no Estado Novo e a questão da censura.

O terceiro capítulo tem enfoque no país nas vésperas das eleições de 1958, contemplando a difícil escolha dos candidatos para a eleição presidencial, uma breve biografia de Humberto Delgado e o que propunha o General para o país.

A componente teórica do trabalho incorpora a análise do Estado Novo no debate teórico sobre regimes autoritários, campanhas eleitorais e os media, sendo que da convergência destas três componentes se define o contexto no qual se analisa a campanha eleitoral de Humberto Delgado, sem perder de vista as especificidades de uma campanha eleitoral original.

A componente empírica do trabalho é constituída por três capítulos, sendo o quatro referente à metodologia, nele se detalhando os métodos e técnicas utilizados na presente investigação, bem como a constituição do *corpus* de análise do trabalho.

O capítulo cinco diz respeito à campanha de Humberto Delgado propriamente dita, estando organizado em cinco subcapítulos: organização e actividades de campanha;

coordenação da campanha; voluntariado, custos e financiamento; material de propaganda e relação com os meios de comunicação.

No capítulo seis, discute-se a campanha e reflecte-se sobre o modelo de comunicação política da campanha eleitoral de Humberto Delgado, explicando de que forma se cruzaram os dados empíricos com as questões teóricas que estão na base deste estudo.

A presente Tese de Doutoramento permite concluir que a campanha eleitoral em estudo teve uma estratégia de comunicação definida e integrada, não apenas assente numa consciência ideológica, mas com consciência mediática. Uma campanha profissionalizada, de inspiração norte-americana, em particular em Eisenhower, inédita face ao que se fazia em Portugal na época – ainda que a campanha portuguesa não seja absolutamente decalcada da campanha americana porque se está perante contextos políticos e mediáticos distintos.

Exposto o propósito desta investigação, as suas grandes linhas e enunciado o contributo teórico do trabalho, o capítulo seguinte faz a explanação do respectivo enquadramento teórico, onde se cruzam as dimensões dos regimes políticos, sistemas de media e modelos de campanha eleitoral em contexto não-democrático, começando por definir o contexto muito particular em que decorreram as eleições presidenciais de 1958 em Portugal, fazendo uma caracterização do Estado Novo, que se julga essencial para o estudo da campanha que Humberto Delgado protagonizou.

PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO: REGIMES POLÍTICOS, ELEIÇÕES E CAMPANHAS

CAPÍTULO 1.

REGIMES POLÍTICOS E ELEIÇÕES

Introdução

Na Europa, a eclosão da Primeira Guerra Mundial e as consequências que daí advieram alteraram por completo o quadro político e social dos diferentes países. O pós-guerra como o fim de uma era, na concepção de Eric Hobsbawm (2007), foi palco de uma viragem política, em que se assistiu à falência dos Estados liberais e ao advento de experiências ditatoriais. Estas alicerçaram-se numa crise económica muito grave, no desemprego em larga escala, no desalento face ao sistema, no pânico generalizado de uma ameaça comunista, na anarquia, no clima de incerteza face ao futuro, mas também numa crise de representatividade – as massas deixaram de se sentir representadas pelos regimes liberais e procuraram outras propostas.

As convulsões das primeiras décadas do século XX na Europa, saída de uma guerra que deixou muitas dificuldades económicas e forte instabilidade político-social – aliadas aos sentimentos de frustração ou orgulho ferido de alguns países –, criaram o ambiente propício para a emergência de soluções totalitárias na Europa. Por um lado, pretendiam pôr termo à sucessão de crises governativas, por outro, cumpriam o objectivo de contenção da chamada ameaça comunista. Portugal não fugiu à regra.

1.1. Caracterização geral e contexto político do Estado Novo

A campanha de Humberto Delgado nas eleições de 1958 está inserida num contexto muito específico, o do Estado Novo. Importa, pois, explicitar as características do regime que vigorava em Portugal à época e, antes disso, lembrar de forma muito breve a circunstância em que aquele se instalou.

Em Portugal, a enorme instabilidade política e social durante o período da República, com constantes pronunciamentos militares, caciquismo e corrupção, fez passar a imagem de total desordem no país. Entre 1910 e 1926, sucederam-se 45 governos e 29 golpes de Estado.

O golpe de Estado de 1926, que se iniciou em Braga e depois se espalhou por todo o país sem resistência, foi feito pelo Exército⁸ – numa frente única contra a governação do Partido Republicano Português (PRP), que juntou nas mesmas fileiras forças rivais e até inimigas, como republicanos e monárquicos, com preponderância para o Integralismo Lusitano⁹. Mas só mais tarde, a entrar na década de 1930, ficou definido com mais clareza o rumo do movimento militar que ocorreu a 28 de Maio de 1926, como “regime de ruptura com a República democrática, antiparlamentar, antidemocrático e anti-socialista” (Oliveira, 1991: 53). Como sintetiza Manuel Braga da Cruz, “começou por ser um levantamento militar, depressa se tornou revolução, dando origem a uma ditadura militar, e redundando anos mais tarde em novo regime político” (Cruz, 1986: 75).

É também nos anos 30 do século XX que o nome de António de Oliveira Salazar passa a ser indissociável do caminho político que Portugal viria a seguir, até porque “a Ditadura Militar só ganhou sentido e relevância política com a direcção que lhe imprimiu Salazar” (Cruz, 1988: 11). César Oliveira (1991) é um dos autores que apresenta uma obra, onde faz um cruzamento pormenorizado do percurso de vida de Oliveira Salazar com a do próprio país.

Salazar, vindo do chamado grupo dos tecnocratas de Coimbra, tornou-se Ministro das Finanças, em Abril de 1928, mas só em Julho de 1932 assumiu a chefia do Governo, tendo recebido nas mãos o poder como resultado de uma evolução histórico-política. Foi com ele que o Estado Novo, institucionalizado por via da Constituição, aprovada em 11 de Abril de 1933, se consolidou¹⁰.

Tendo por base uma autoridade exercida por um Estado forte, que definiu e limitou as condições das liberdades individuais, o Estado Novo restringia o pilar fundamental do sistema parlamentar e democrático, isto é, a liberdade de pensamento e de expressão. Salazar acreditava que a democracia parlamentar conduziu por toda a parte à instabilidade

⁸ Os protagonistas do movimento militar foram Mendes Cabeçadas Júnior, Costa Gomes e Óscar Carmona. Os dois primeiros, afectos à direita republicana, viriam a ser afastados e, com eles, a vertente republicana do movimento.

⁹ O Integralismo Lusitano foi um movimento político, com especial incidência entre 1914 e 1932, em Portugal, que nasceu em Coimbra e que defendia o regresso a um sistema político monárquico tradicional – os integralistas identificavam a Monarquia com a Pátria e não como uma mera forma de regime (Cruz, 1986: 48). Politicamente, os integralistas consideravam a democracia responsável pela desorganização da Nação e pela “destruição de toda a ordem social” (Cruz, 1986: 38) e viam o sufrágio universal como “anárquico” e “injusto” (Cruz, 1986: 33). Manuel Braga da Cruz define o Integralismo Lusitano como “movimento doutrinário e político de oposição ao regime democrático e parlamentar da I República” (Cruz, 1986: 13).

¹⁰ O Estado Novo deparou-se sempre com resistências, revoltas, sucessivos movimentos revolucionários falhados (nomeadamente em 1927, 1928, 1934 e 1937) e até com tentativas de golpe de Estado dentro do Governo. A consequência foi empurrar o regime cada vez mais para a direita.

e à desordem e que se transformou numa “espécie de dominação absoluta dos partidos sobre a verdadeira Nação” (Oliveira, 1991: 77).

A Constituição de 1933 – de espírito antiliberal, antiparlamentar e antidemocrático – previa um esvaziamento de poderes e competências da Assembleia Nacional em favor do Governo e uma subalternização do Chefe de Estado ao Chefe do Governo. O Presidente da República era eleito a cada sete anos, mas quem detinha o poder efectivo era o Presidente do Conselho de Ministros. Para António Costa Pinto, apesar de inicialmente Óscar Carmona concentrar a totalidade do poder, este vai “consensual e progressivamente abdicando de uma parte do seu poder em favor de Salazar. Um compromisso muito interessante entre Salazar e Carmona”¹¹.

A acção do Executivo dependia da pessoa de Salazar que escolhia criteriosamente ministros que não lhe levantassem problemas de maior – cada ministro reunia em privado com Salazar e dependia directamente do Presidente do Conselho, havendo uma unidade pessoal de comando. Um regime de poder pessoalizado, “que se inscrevia numa resposta corporativa, nacionalista, antiparlamentar à crise do liberalismo e da democracia parlamentar e, ao mesmo tempo, das ameaças à revolução socialista” (Oliveira, 1991: 53). O Estado Novo era, pois, um regime de Estado forte, de cariz nacionalista, com um dirigismo estatal da economia e profundamente marcado pelo carisma pessoal de Salazar.

Para garantir que a vida do país decorria sem sobressaltos, foi criada a PVDE (Polícia de Vigilância de Defesa do Estado, que nasceu em 1933) sob controlo directo da Presidência do Conselho de Ministros, instituição que, em 1945, deu lugar à PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), considerada por alguns como um Estado dentro do Estado (Vieira, 1998: 33) tal foi o poder por ela alcançado com o passar dos anos.

A PIDE vigiava os cidadãos e os comportamentos destes, alicerçada numa repressão física e psicológica, capaz de condenar, prender e julgar cidadãos sem sequer verificar factos ou respeitar quaisquer regras (Pimentel, 2007). A polícia política do regime tinha agentes informadores nos cafés, nos empregos e nas universidades, que reportavam qualquer movimentação anti-regime, instituindo, assim, um clima de medo no país – uma

¹¹ Declarações de António Costa Pinto no debate da TSF que assinalou o centenário do nascimento de Humberto Delgado, em 15 de Maio de 2006, moderado pelo jornalista Manuel Villas-Boas e que tinha também como convidados o historiador Fernando Rosas e Alfredo Caldeira. No mesmo programa, o primeiro refere que Óscar Carmona é decisivo para a ascensão política de Salazar e ajuda-o a fazer a ponte com os sectores político-militares que estão contra ele. Numa fase inicial da Ditadura Militar, o Presidente da República determina mesmo que qualquer que seja a remodelação ministerial que aconteça, Salazar deverá manter-se como Ministro das Finanças.

questão que Humberto Delgado enquanto candidato à Presidência da República irá explorar.

Ao aparelho repressivo juntava-se a Guarda Nacional Republicana, que controlava sobretudo as zonas rurais, a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Fiscal e a Legião Portuguesa, sendo que a articulação e a parcial militarização das forças de segurança era uma característica própria não só do regime do Estado Novo, mas também de vários países latino-americanos.

Com o apoio de instituições como a polícia política, o Estado Novo controlava e limitava as liberdades e direitos dos cidadãos, exercendo repressão sobre todos aqueles que discordassem do regime ou ousassem de alguma forma afrontá-lo; e, para assegurar o controlo efectivo do que era dito e publicado, vigorava a tempo inteiro a censura prévia à imprensa, às actividades culturais em geral e a todo o tipo de espectáculos.

O carácter repressivo do regime era, além disso, intensificado consoante a conjuntura e as necessidades do momento. Daí decorre que tenha sido mais acentuado no período da campanha de Humberto Delgado em 1958, com várias detenções de apoiantes do General, tendo sido utilizados “todos os meios de força para impedir que a eleição extravasasse, quer no domínio das massas na rua, quer por meio de um golpe militar” (Delgado, 1998: 13).

Uma das principais características do regime era o facto de funcionar com um partido único, a União Nacional, entendida como uma organização política de carácter cívico, a que podiam juntar-se os portugueses de “boa vontade” que quisessem unir esforços para o engrandecimento da Nação. Jaime Nogueira Pinto define a União Nacional como uma “agremiação política que ia buscar os notáveis da terra, sem grande quadro ideológico e que estava completamente controlada”¹².

A União Nacional mobilizava o consenso eleitoral em torno do regime e do Governo (Cruz, 1998) e funcionava igualmente como uma espécie de agência de emprego, na medida em que serviu o propósito de enquadramento político-ideológico do funcionalismo público. Aliás, qualquer suspeita de oposição ao regime era motivo suficiente para ordenar a demissão ou a aposentação compulsiva de um funcionário do Estado (Rebelo, 1998).

¹² Entrevista a Jaime Nogueira Pinto realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 26 de Novembro de 2016. A União Nacional foi instituída um pouco antes de Salazar chegar ao poder, mas seria ele a criar o programa da instituição e a anunciá-lo publicamente.

Qualquer carreira profissional dependia de a pessoa se coibir de manifestar desacordo ou crítica ao Governo, dado que, mesmo não sendo funcionário público, se podia ser fortemente prejudicado (Santos, 2013: 124)¹³. E chegava a ser exigido juramento de fidelidade política a todos os indivíduos pertencentes ao funcionalismo público (Martins, 2006: 43).

A pressão sobre empresas e particulares para que despedissem gente politicamente suspeita era igualmente efectiva. Durante o período de vigência do Estado Novo milhares de pessoas foram deportadas para as ilhas adjacentes e para as colónias. Ficavam com residência fixa nesses locais, sujeitos a prisão efectiva ou, nalguns casos, a maus tratos.

A repressão aos opositores ao regime, em especial às organizações de trabalhadores, traduziu-se também na expurgação dos elementos republicanos e democráticos da Administração Pública e do Exército.

Havia tribunais plenários criados para julgar aqueles que eram dissidentes ou meros discordantes do regime e os corpos de polícia foram utilizados para a repressão que o regime exercia, em especial a Guarda Nacional Republicana nos meios rurais, mas também a Polícia de Segurança Pública nas cidades. Forças policiais e militares, sob o comando do Ministro da Defesa, Santos Costa.

O regime consolidou-se não só à custa da repressão e vigilância que exercia, mas igualmente graças a aspectos que impressionaram a população, como um amplo programa de obras públicas, construção de barragens, restauro de monumentos, a aposta no desporto e, sobretudo, por ter conseguido pôr em ordem as finanças do país. Como refere Jaime Nogueira Pinto, “o controlo severo das finanças públicas vai dar-lhe indirectamente, o controlo progressivo da vida política, granjear-lhe, pela eficácia das medidas, o respeito do Exército e do público” (Pinto, 1999: 74).

Em termos económicos, Salazar surge aos olhos dos Portugueses como um técnico de finanças que traz a solução financeira para o país e que consegue manter as contas

¹³ No seu livro de memórias, Manuel Coelho dos Santos lembra que o arquitecto Artur Andrade, apoiante declarado de Humberto Delgado, viu um anteprojecto seu para o novo palácio de exposições nos jardins do Palácio de Cristal rejeitado pela Câmara, “sob o expresso motivo de ser oposicionista”. Cf. *Quando o Porto tinha Voz*, 2013, p. 124. Também António Simões Abreu (1923-2005), engenheiro electrónico e professor universitário ligado ao Partido Comunista, foi afastado por Salazar da docência no Instituto Superior Técnico pelo mesmo motivo. Cf. <http://www.avante.pt/pt/1673/pcp/12242/>, acedido em 19 de Abril de 2015. E dois dos principais dirigentes do MUD, Mário de Azevedo Gomes e Bento de Jesus Caraça foram igualmente afastados pelo Governo do ensino universitário. Cf. *Raúl Rêgo, o jornalista e o político*, 2014, p. 183.

públicas equilibradas desde 1928-29. Durante os anos da guerra, o afluxo a Portugal de divisas e metais preciosos foi constante, as reservas de ouro dispararam, a balança comercial apresentou saldos favoráveis muito significativos devido às exportações de volfrâmio e o escudo tornou-se uma moeda forte. “Quase todos os bancos portugueses duplicaram e até triplicaram os seus lucros entre 1939 e 1945. Em apenas três anos, de 1942 para 1945, o valor total de divisas estrangeiras acumuladas no Banco de Portugal passou de cerca de quatro milhões de contos para perto de sete milhões e meio; além do mais, Portugal tinha, nos anos imediatamente a seguir à guerra, um largo crédito junto da Inglaterra de muitos milhões de libras” (Oliveira, 1991: 60-61).

Portugal saiu do período da Segunda Guerra Mundial em condições financeiras muito positivas e o equilíbrio orçamental tornou-se um trunfo a favor de Salazar.

Socialmente conservador, economicamente o Estado Novo apontava para uma linha mais modernizadora. Os efeitos do I Plano de Fomento fizeram-se sentir a partir de meados dos anos 50, com o país em franca transformação graças ao crescimento das indústrias transformadoras, das obras públicas e dos serviços. O afluxo do turismo cresce exponencialmente ao longo da década de 50 e com ele desenvolve-se a construção civil, a construção de novas estradas e a reparação das existentes. “Portugal, ao findar da década, começava a sair do imobilismo” (Oliveira, 1991: 61) e assiste a um “rápido processo de industrialização-urbanização-terciarização (Rosas e Brito, 1996: 318). Fernando Rosas considera que estas são as mudanças invisíveis do Portugal dos anos 50 e chama a atenção para as indústrias de base que se estabeleceram com a industrialização a que se assistiu, como as celuloses, a metalo-mecânica pesada ou a siderurgia, que criaram um novo proletariado industrial que cresceu à volta das grandes cidades, com novos sectores de serviços¹⁴. Era, enfim, uma nova classe média, um novo operariado e uma sociedade em processo estrutural de mudança que a política não acompanhava.

O tecido económico e social estava a mudar, o fenómeno da terciarização altera profundamente a sociedade, “em contraste com a rigidez do sistema político que se mantinha inalterado”¹⁵.

Este retrato do país ficará também espelhado numa frase que se dizia popularmente durante a campanha presidencial de 1958, “Queres ficar como estás? Vota no Thomaz;

¹⁴ Fernando Rosas aborda esta questão no documentário “Humberto Delgado: Obviamente, Demito-o”, realizado por Lauro António para a RTP, em 2007, para assinalar os 50 anos da campanha presidencial de 1958.

¹⁵ Testemunho de Fernando Rosas, no programa *Crónica do Século*, episódio 8 “O Terramoto Delgado (1958-1962)”, da autoria de Margarida Metello, realizado em 1999 e emitido pela RTP.

Queres um Portugal diferente? Vota no Vicente; Queres aumentar de ordenado? Vota no Delgado”¹⁶.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1945, acabou por dar também a Salazar alguns anos de trégua, ao mesmo tempo que lhe rendeu simpatias por ter conseguido manter a neutralidade de Portugal no conflito, graças a um hábil jogo diplomático.

Ainda a favor de Salazar estava o facto de Portugal ter conseguido manter boas relações com vários países estrangeiros, sobretudo com Inglaterra, Itália e Espanha, tendo inclusivamente assinado com Franco um acordo de não-agressão, assente numa estratégia de bloco ibérico que não se agredia. O regime saiu prestigiado com a visita oficial da Rainha Isabel II, em Fevereiro de 1957, altura em que saíram em Inglaterra, França e Estados Unidos da América alguns estudos muito apologéticos sobre o regime de Salazar.

Por outro lado, e apesar de a posição de Portugal ter sido sempre complicada face à comunidade internacional, uma vez que Salazar recusava prescindir das províncias ultramarinas, o país conseguiu ser admitido na ONU em 1955¹⁷. E quando, no ano seguinte, a instituição questionou formalmente o Governo para saber se Portugal administrava territórios não autónomos, Salazar respondeu que não tinha territórios que pudessem ser classificados como tal, alegando que “não havia possessões portuguesas, mas pedaços de Portugal disseminados pelo mundo”, ou insistindo que “África é complemento natural da Europa, necessária à sua vida, à sua defesa, à sua subsistência” (Oliveira, 1991: 93), como decorria do Acto Colonial.

¹⁶ Entrevista de Fernando Rosas, no âmbito da presente investigação doutoral, realizada em 9 de Dezembro de 2014.

¹⁷ A Organização das Nações Unidas nasceu em Outubro de 1945 e desde que foi criada Portugal mostrou interesse em participar. Mesmo com receio de que a organização lhe impusesse uma liberalização do sistema político no país, Portugal não quis ficar isolado internacionalmente e logo em 1946 decidiu avançar com uma candidatura. Esta seria, no entanto, vetada pela União Soviética, que alegava que Portugal tinha apoiado a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. Só em 1955 o país seria aceite ao mesmo tempo que vários outros países, depois de ter estado no centro das discussões da Assembleia Geral da ONU durante vários anos, e enquanto iam sendo aprovadas resoluções determinando que todos os povos têm direito à autodeterminação e à independência. Cf. José Manuel Tavares Castilho, 2000, *A Ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974)*. p. 37 e seguintes.

1.2. Características dos regimes não-democráticos

As diversas experiências antiliberais, regimes autoritários ou totalitários – em ambos os casos regimes ditatoriais – têm em comum entre si a descrença pela democracia liberal¹⁸ (Amaral, 1998: 313) e a defesa de uma reacção de tipo nacionalista (Rémond, 2003: 347 e seguintes). É neste contexto que se insere a definição de fascismo em sentido amplo, apresentada por Diogo Freitas do Amaral (1998), como “tentativa de construir um regime antiliberal e anticomunista, assente num Estado forte, usando contra a democracia liberal e contra o comunismo um modelo de Estado inspirado no próprio modelo soviético (Estado totalitário, partido único, centralização do poder, sufrágio institucional, controlo político da economia e da vida privada, propaganda maciça, etc.)” (Amaral, 1998: 310-311).

Pertinente também é a sustentação do fascismo como “uma religião do grupo” (Rémond, 2003: 349), na qual o indivíduo encontra a sua razão de ser na subordinação ao grupo e a sua realização na integração numa comunidade. O fascismo é apresentado por René Rémond (2003) como anti-individualista¹⁹, por contraponto à democracia como regime que afirma a liberdade do indivíduo, surgindo este como fim último das sociedades democráticas.

De acordo com as características sociais, económicas, políticas e culturais do país, os diferentes autores definem o Estado Novo como regime autoritário (Cruz, 1988 e Torgal, 2009) ou fascista, à semelhança de outros na Europa (Léonard, 1986; Rosas, 1996; Arendt, 2006 e Loff, 2008).

Existe uma vasta discussão em torno desta temática e os cientistas políticos e os historiadores dividem-se na forma como classificam o tipo de regime que foi o Estado Novo²⁰, mas esta é uma questão que não cabe no âmbito do trabalho. Para os objectivos

¹⁸ Diogo Freitas do Amaral aponta o desprezo pela democracia liberal como um dos aspectos comuns ao fascismo italiano e ao nazismo alemão. Para Mussolini e Hitler, a democracia liberal era um regime incapaz, considerado demasiado fraco e débil, in *História das Ideias Políticas*, 1998, p. 313.

¹⁹ O autor apresenta o fascismo como um regime onde o indivíduo não tem direitos próprios, mas apenas aqueles que a colectividade entende por bem reconhecer-lhe, enquanto a democracia, pelo contrário, se dedica a preservar e a garantir os direitos dos indivíduos (Rémond, 2003: 349).

²⁰ Existe um vasto debate interno no âmbito da Ciência Política sobre a classificação do Estado Novo. Autores como Manuel Braga da Cruz (1988) concluem que o salazarismo não foi um fascismo, mas um autoritarismo conservador. Para comprovar esta tese, destaca algumas diferenças cruciais entre o Estado Novo e o fascismo italiano: a cumplicidade com a Igreja (os fascismos são laicos); o facto de ser um regime civil e não militar; um Estado forte, mas limitado pela moral; um Estado nacionalista, mas sem propósitos expansionistas; um regime que se recusava a exaltar a violência. Manuel Braga da Cruz refere que, ao contrário dos regimes totalitários que assentam numa lógica revolucionária e que têm por objectivo revolucionar a ordem, o Estado Novo tinha uma lógica de aquietação das massas e de defesa e manutenção da ordem e dos velhos interesses, evocando a veteranaria como garante da estabilidade. Cf. *O Partido e o Estado no Salazarismo*, 1988. Os regimes de tipo não-democrático são de partido único, desmantelam ou

da presente investigação, o Estado Novo é um contexto – relevante, porque enquadra e estabelece os limites dentro dos quais se desenvolveu a campanha eleitoral de Humberto Delgado (as possibilidades), não é o objecto de estudo, que coloca em evidência a tensão e a negociação entre modelos de comunicação política que assentam em regras, valores e práticas distintas.

Importa evocar o Estado Novo como um regime consensualmente definido como não democrático. E, pese embora o facto de cada regime apresentar as suas especificidades, consoante o país no qual se insere (Ribeiro, 2015: 108), todo o regime de tipo não democrático²¹ assume um conjunto de características essenciais. Desde logo, o facto de ser anti parlamentar, acreditando que o pluripartidarismo alimenta divergências, cultiva divisões e que a democracia é um regime político fraco (Rémond, 2003: 349).

De igual modo, nos regimes de tipo não-democrático todas as forças políticas se integram no Estado, tendo este o partido único como pilar. Mantém-se um simulacro de assembleia representativa, mas onde só tem assento o partido no poder (é exemplo disso o *Reichtag* na Alemanha ou a Assembleia Nacional, em Portugal), tal como se mantém um simulacro de eleições (o chamado *Führer Prinzip*, segundo o qual o *Führer* recebe o seu poder do povo, o que o legitima), mas estas não são livres nem justas.

dissolvem os restantes partidos, que são proibidos no Parlamento e, desta forma, elimina-se toda a oposição. Apesar de Adolf Hitler ter subido ao poder na Alemanha, eleito numa votação democrática, em 1933, durante o nazismo não se realizaram eleições. Portugal apresenta aqui a especificidade de fazer eleições, embora o regime não permitisse que estas fossem livres ou competitivas, sendo que os diferentes partidos políticos e/ou candidatos não podiam concorrer em iguais circunstâncias e oportunidades. Por outro lado, o Estado Novo contemplava também outros factores que o afastavam do fascismo italiano, nomeadamente o facto de não haver em Portugal massas desenraizadas com gosto pela participação política activa – seria difícil tal circunstância num país com uma taxa de analfabetismo a rondar os 85%.

Há ainda autores, como Fernando Correia, que defendem uma classificação intermédia entre as duas já referidas, chamando ao Estado Novo um “fascismo à portuguesa” (Correia, 2007: 45). O salazarismo é apontado como tendo especificidades que fazem dele um regime *sui generis*, a meio caminho entre as ideologias dominantes nos restantes países. Do mesmo modo, Jaime Nogueira Pinto, na entrevista realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 26 de Novembro de 2016, refere-se a Salazar como “um conservador católico que tinha pouco a ver com o fascismo, com excepção da questão do nacionalismo”.

Perspectiva contrária tem Luís Torgal Ferreira, para quem o Estado Novo foi um regime totalitário. Na entrevista realizada a 1 de Dezembro de 2016, no âmbito da presente investigação doutoral, este estudioso do Estado Novo, defende que a PIDE era tão coerciva como as polícias políticas de Itália ou da Alemanha. “Damos muitas vezes a imagem que tivemos uma ditadura fraca, mas não é verdade. Tivemos um Governo forte, um regime fascista, com todas as lógicas do regime italiano e a Legião Portuguesa era um serviço militarizado que teve um papel fundamental, com um sistema de informações que funcionava”.

Fernando Rosas define o Estado Novo como um regime fascista semelhante àqueles que se verificaram noutros países europeus, como Itália, embora refira uma “específica modalidade do fascismo português” (Rosas, 2013: 73). Para este historiador, o regime apresentava algumas características que o aproximavam do fascismo italiano, como um nacionalismo imperialista em África, com os territórios de Angola e Moçambique, um regime que se caracterizava por um dirigismo estatal da economia, por uma política de isolamento e de auto-suficiência.

²¹ Exclui-se desta lista de principais características a noção de espaço vital, por não ser comum a todo e qualquer regime não-democrático.

Outra característica assumida por este tipo de regime é o seu antiliberalismo, com a supressão de todas as liberdades que possam enfraquecer a autoridade do poder e a coesão do grupo nacional (Rémond, 2003: 349). Nesse sentido, censuram-se todas as informações, controlam-se as conversas e o Estado apoia-se numa forte vigilância policial, com repressão e sanções sobre os indivíduos.

Em termos programáticos, os regimes não-democráticos tentam limitar o liberalismo económico, falam sobre igualdade e justiça social, organizam obras sociais (Rémond, 2003: 351) e apostam no elogio do Estado, definido como instrumento dos fortes e garantia dos fracos (Touchard, s.d: 159) – é o primado estatal, numa lógica de “tudo para o Estado, tudo pelo Estado”. Trata-se de uma visão do Estado como um todo, onde é atribuída grande importância à encenação, mas também ao cuidado posto nas grandes cerimónias e paradas. Este é um aspecto sobre o qual reflecte Yves Léonard (1996) quando aponta para a inexistência em Portugal de um culto do chefe típico dos regimes fascistas, defendendo este autor que a personalidade de Salazar não se prestaria a “fenómenos de idolatria e identificação colectiva assegurados, em grande parte, pelos grandes desfiles e pelas gigantescas encenações, aos quais se entregavam, então, a Alemanha nazi e a Itália fascista” (Léonard, 1996: 70).

Juan Linz (1973), que trabalhou exaustivamente a questão das transições políticas para a democracia e da consolidação desta, publicou um artigo sobre o caso espanhol, onde analisa os regimes que não se enquadram nem nos chamados totalitarismos nem nas democracias (Linz, 1973). Nesse mesmo artigo, Linz refere-se ao Portugal de Salazar como um regime autoritário – um tipo de regime cuja classificação suscita discussão, como já foi enunciado na abertura do presente capítulo –, caracterizando-o como um sistema político de pluralismo limitado, sem uma ideologia e exercendo o poder dentro de alguns limites. Nesta definição concebida por Linz, o Estado Novo é apresentado como um regime que aposta na despolitização como meio para aquietar os indivíduos, ao contrário do totalitarismo, que agita as multidões, questão que se prende directamente com o papel dos media e da propaganda em ditaduras de direita, e que será desenvolvida no capítulo do trabalho dedicado às funções políticas dos media.

1.3. A democracia como contraponto dos regimes não-democráticos

Joseph Schumpeter na sua obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, originalmente publicada em 1942, chamou a atenção para a dificuldade de definir o conceito de “democracia”, considerando insuficiente a definição clássica de “governo do povo, para o povo e pelo povo” e questionando-se sobre o facto de governos aprovados pelo povo e para o povo poderem não ser democracias. Nesse sentido, este autor coloca o acento tónico na dimensão concorrencial – teoria do mandato concorrencial – apresentando como primeiro pressuposto de uma democracia a existência de eleições competitivas concorrenciais por votos (Schumpeter, 1961).

Neste contexto, a democracia pressupõe candidaturas em competição livre e assume que qualquer um deve poder candidatar-se contra o poder, com liberdade de discussão e de imprensa. Tal implica que o Governo é eleito pelo povo e que a escolha dos governantes (feita pelo povo em eleições) é respeitada. Schumpeter (1961) sugere, assim, que a democracia é o “sistema institucional de tomada de decisões políticas, em que os indivíduos adquirem poder de decisão na sequência de uma luta concorrencial por votos do povo”.

Para que se possa falar em regimes democráticos é necessário observar um conjunto de características que diferentes autores têm assinalado ao longo de décadas. Como foi referido, na concepção teorizada por Schumpeter (1961), a democracia consiste numa liderança eleita pelo povo e que tem a possibilidade de ser substituída, uma vez que respeita a vontade colectiva autenticamente expressa. Também Seymour Martin Lipset (1981) caracteriza a democracia como o sistema político que oferece oportunidades constitucionais regulares para a mudança de governantes, sendo que, na concepção desenvolvida por este autor, não é qualquer país que pode ser democrático.

Na sua obra *Political Man*, uma colectânea de ensaios publicada originalmente em 1960, Lipset expõe os requisitos sociais, económicos e culturais que considera determinantes para a democracia e para que esta possa ser consolidada. Para Lipset, um dos autores mais citados na área das Ciências Sociais, há vários factores que devem ser tomados em atenção, dado que a democracia não é influenciada apenas pelo seu índice de desenvolvimento económico (que resulta, por sua vez, de indicadores como a riqueza, a industrialização, a urbanização e a educação), mas também pela cultura política que se vive num determinado país.

Lipset (1981) defende que a democracia é um sintoma da modernidade e que não é possível a democracia em sociedades que não estejam modernizadas ou industrializadas e, assim sendo, o autor considera que quanto mais rico, urbanizado e educado for um país, mais democrático ele será. Para além da forte correlação entre níveis de democracia e níveis de desenvolvimento económico, a cultura política é também um factor favorável à democracia, que pode ser causa e consequência desta, tal como sustentam Ronald Inglehart e Christian Welzel (2005), que concluem que o desenvolvimento por si só não traz democracia, embora lhe seja favorável.

Já Robert Dahl (2012) considera que a principal característica da democracia é a contínua responsabilidade do Governo perante as preferências dos cidadãos, considerados politicamente iguais. Para este autor, não há, no entanto, uma condição única, mas várias condições necessárias à democracia. Para além do direito de competição em eleições livres, da liberdade de organização, de expressão e de voto, Robert Dahl refere as fontes de informação alternativas (a liberdade de imprensa) como condição essencial para a existência de democracia.

Larry Diamond sublinha, por seu turno, que a democracia significa algo mais do que a simples realização de eleições, ainda que frequentes, livres e justas (Diamond, 2000), lembrando que aquela requer igualmente um sistema de responsabilização dos detentores de cargos públicos, destinado a restringir o poder executivo e a defender o Estado de direito. Para este reputado académico, um sistema democrático deverá também incluir um conjunto alargado de disposições capazes de garantir o pluralismo político e cívico, as liberdades individuais e de grupo, “de modo que os interesses e valores em conflito possam exprimir-se e concorrer entre si através de um conjunto diverso de meios que não se confine à realização de eleições periódicas” (Diamond, 2000: 139).

Em síntese, e citando as três dimensões de características estruturais da democracia a que se refere Pippa Norris (2000), é necessário que 1) haja competição pluralista, 2) participação dos cidadãos através de eleições justas e livres, 3) direitos civis e políticos efectivos, como a liberdade de expressão, de reunião ou de imprensa.

A essência dos regimes democráticos não se esgota, no entanto, nestas características, já que, tal como refere Seymour Martin Lipset (1981), pressupõe também a existência de uma oposição (com líderes políticos que ocupem efectivamente esse cargo) e de uma sociedade onde se verifique igualdade de oportunidades. Lipset defende que uma democracia não funciona em sociedades altamente desiguais, por ser incompatível com

grandes desigualdades de riqueza e de rendimento, com maiorias pobres e elites favorecidas, que acabam por gerar facilmente ditaduras.

As eleições são a essência da democracia e é deste atributo que decorrem as restantes características dos sistemas democráticos, no entanto, a democracia não pressupõe somente as eleições, mas que estas sejam acompanhadas por um conjunto de requisitos, como sejam a existência de restrições ao poder executivo, limitações impostas à capacidade do partido no poder para enviesar o processo eleitoral e entidades judiciais independentes para sustentarem o Estado de direito. Para que a democracia seja efectiva, é essencial que a estas características se junte a protecção dos direitos e liberdades individuais de expressão, associação, religião e participação, a par do respeito pelo respeito das minorias, garantias efectivas contra a detenção arbitrária e a brutalidade policial, bem como a ausência de censura.

Explicitadas as principais características dos regimes democráticos, importa de seguida referir a função política desempenhada pelas eleições.

1.4. Função política das eleições

As eleições servem diferentes propósitos consoante o contexto político onde estão enquadradas. Assim, em regimes democráticos, o seu objectivo é introduzir a alternância, num quadro concorrencial de candidatos, ao passo que, nos regimes não-democráticos podem servir, no essencial, para legitimar e reforçar a liderança que já se encontra no poder – aquilo que alguns autores designam como mero simulacro de eleições (Cruz, 1988).

Veja-se o caso de Portugal que, apesar de ter vivido 48 anos sob a égide de um regime ditatorial, antiparlamentarista e de cultura antipartidária, não deixou de realizar eleições – mesmo com os resultados controlados –, de modo a assegurar sempre a vitória do candidato apoiado pelo regime. António Costa Pinto, num comentário à análise de Manuel Loff sobre os motivos pelos quais as ditaduras organizam eleições, aponta a necessidade de os autocratas precisarem de instituições e de elites para governar, evitando dessa forma que a sua legitimidade seja destruída e a sua autoridade usurpada (Freire, 2009: 211).

Realizar eleições constituía, a nível interno, uma forma de legitimar o poder do Governo e, a nível externo, permitia uma falsa aparência de liberdade, dando a ilusão de que os cidadãos podiam escolher livremente. Salazar manteve uma aparência de

legalidade, procurando “mover-se dentro dos quadros impostos pelas leis em vigor” (Oliveira, 1991: 75), não obstante o facto de ter governado fora de um quadro democrático e de as principais leis passarem todas pelo crivo do Presidente do Conselho, obedecendo no essencial à sua vontade política.

Em Portugal, a partir de 1945, com a vitória das democracias, o regime vê-se na necessidade de tolerar um “simulacro de eleições para a Assembleia Nacional”, como lhe chama Fernando Rosas, no prefácio à obra que assinala a passagem dos 60 anos sobre a campanha eleitoral de Norton de Matos (Paulo e Janeiro, 2010: 10). A oposição ao regime verificava-se de quatro em quatro anos, quando havia eleições e altura em que o Estado Novo permitia que a oposição viesse a público, aliviando um pouco a censura. Hermínio Martins caracteriza de forma crua estes momentos, definindo as eleições como meros “episódios de comunicação política” (Martins, 2006: 58).

Manuel Braga da Cruz descreve o “carácter simulado de competição” que se procurava dar ao sistema eleitoral (Cruz, 1988: 253). Tratando-se de um regime não-democrático e sabendo-se à partida quem ia ganhar, a realização de eleições constituía um mero acto simbólico, mas importante, de legitimação do regime. A própria legislação permitia ao Governo controlar todo o processo eleitoral, como sustenta o mesmo sociólogo, num capítulo que dedica às eleições no Estado Novo (Cruz, 1988).

De resto, os relatos que hoje é possível ler, e através dos quais se percebe como é que o regime via as eleições de 1958, mostram que os funcionários do Ministério do Interior, os Governos Cívicos e a PIDE estavam já habituados, desde 1945, a fazer relatórios, uma parte deles não deixa margem de dúvida para a forma como se desenvolviam estas eleições não competitivas que caracterizavam o salazarismo – os próprios funcionários expressam o seu alarme e denunciam que sem fraude não conseguiriam ganhar²².

Luís Reis Torgal aponta uma outra função para as eleições: “Verificar até que ponto o povo aceitaria ou não o regime, apalpar terreno, apesar de o acto eleitoral estar feito de forma que só o regime podia ganhar”²³.

Era, como já se referiu, um simulacro de eleições, um período de tempo no qual a oposição tinha oportunidade para se mostrar e podia concorrer ao acto eleitoral, mas dentro de um quadro muitíssimo restrito e repleto de dificuldades. “Tais consultas eram

²² Ver a este propósito ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, SR NT 2799, PT1; ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, SR NT 2800, PT2; ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, SR NT 2800, PT3; ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, SR NT 2799, PT5; ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, SR NT 2802, PT8.

²³ Entrevista a Luís Reis Torgal realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 1 de Dezembro de 2016.

exercícios sem escolha ou, na melhor das hipóteses, de escolha muito limitada e com consequências mínimas no funcionamento do sistema político” (Freire, 2011: 27). Esses actos eleitorais ficaram assentes numa espécie de dicotomia em que a chamada “situação” surgia aos olhos dos cidadãos como garante da paz social e da ordem pública, enquanto a oposição era apresentada como desorganizada e impotente, fonte eventual do caos social e de promessas vagas (Schmitter, 1999).

Esta dicotomia vai ao encontro da teorização que Natalia Roudakova (2012) faz sobre ordem ou mudança nos regimes. Segundo esta autora, a ordem social e política dentro dos regimes pode envolver “processos” e “estruturas”, sendo os primeiros vistos como fluidos e dinâmicos, ao contrário das “estruturas”, encaradas como estáticas e repletas de regras. Estas duas realidades não são antagónicas, antes convivem, embora Roudakova privilegie os “processos” que, segundo a autora, podem comportar em simultâneo uma continuidade da ordem estabelecida ou uma tentativa de transformação dessa mesma ordem – sendo que, não raras vezes, as duas coisas acontecem ao mesmo tempo.

Neste contexto, Roudakova introduz o conceito de *order maintaining*, através da qual as regras existentes vão sendo mantidas e continuadas (e assim reconfirmadas), o que significa que a ordem vai permanecendo e, desse modo, vai tornando mais difícil que se estabeleçam normas renovadas, o que não impede, segundo a autora, que não se aproveitem inconsistências, contradições, conflitos ou ambiguidades para fazer um “ajustamento situacional que pode ou não gerar novas normas e regras e pode ou não ter significado histórico”²⁴, mas que ajuda a desgastar a regularidade que existia. Este é o conceito de *order eroding* (Roudakova, 2012), que aponta para um desgaste que possa produzir mudança na ordem.

Ora, a campanha eleitoral de Humberto Delgado, em 1958, apresentou-se como um movimento para a mudança, tendo sido entendida pelo regime como uma ameaça forte, que obrigou a uma estratégia que possibilitasse a manutenção da ordem. Tal estratégia traduziu-se num fechamento do regime, no intensificar da repressão e na alteração do método de eleição do Presidente da República – consequências sobre as quais se falará mais adiante no trabalho.

Nas eleições presidenciais de 1958, essa dualidade sobre a manutenção da ordem e a mudança manifestava-se nos próprios candidatos: Américo Thomaz, Ministro da

²⁴ Tradução nossa. No original “what results from situational adjustment may or may not help generate new norms and rules and may or may not be historically significant”. Cf. Roudakova (2012), capítulo no livro de Daniel Hallin e Paolo Mancini, *Comparing Media Systems Beyond the Western World*.

Marinha, foi escolhido por Salazar e apoiado pelo partido único do regime num “acto de justo apreço pelos seus elevados méritos”, mas sobretudo como “garantia de que Portugal prosseguirá, na Paz e no Trabalho, a rota traçada desde há 30 anos”²⁵; Humberto Delgado, candidato independente, acabou por conseguir reunir o apoio de toda a oposição, tendo assumido um tom acalorado e uma postura de crítica ao regime feita inclusivamente em locais públicos, como relata José Ribeiro dos Santos nas suas memórias (Ribeiro dos Santos, 1986: 157).

As eleições em contexto não-democrático caracterizam-se por um forte controlo estatal e por um acesso ao voto restritivo e fraudulento, o oposto de uma competição livre, feita através do voto popular, como é próprio de democracias modernas (Schumpeter, 1961). Tendo por base a teorização proposta por Linz e Stepan (1996) sobre regimes não-democráticos e a tipologia por eles sugerida de regimes autoritários (entre os quais se encontrava Portugal), refira-se que a oposição não podia, por isso, contar com eleições livres e justas, mecanismo fundamental para os cidadãos julgarem a actuação do Governo e garantir a alternância governativa nos modernos regimes democráticos representativos (Freire, 2011).

Tal como sucedia nos restantes regimes não-democráticos, no contexto político português, as condições de elegibilidade eram muito apertadas (Loff, 2008). As listas de candidatos tinham não só de passar pelo crivo dos governadores civis ou pelo presidente do Supremo Tribunal Administrativo, mas obrigavam os candidatos, a título individual ou em conjunto, a uma declaração pública de aceitação dos “princípios fundamentais da ordem social estabelecida” (Freire, 2009: 196).

Por outro lado, o eleitorado com direito de voto era bastante restrito. Embora este direito tenha sofrido alterações ao longo dos anos em que o Estado Novo vigorou, no essencial, apenas os homens chefes de família, com mais de 21 anos, desde que não fossem analfabetos²⁶, podiam votar. Só mais tarde, no pós-guerra, em 1946, o sufrágio foi alargado aos homens que soubessem ler e escrever e às mulheres casadas ou chefes de família, embora o direito de voto feminino, na sua plenitude, só tenha sido consagrado já

²⁵ *Jornal de Viseu*, n.º 1157 de 10 de Maio de 1958, p.1.

²⁶ De acordo com um estudo de Maria Filomena Mónica, citado por Manuel Braga da Cruz, em *O Partido e o Estado no Salazarismo*, p. 197, em 1930, a percentagem de analfabetos era superior a 60% da população; em 1940 estava próxima dos 50%; em 1950 era superior a 40% e em 1960 era ainda superior a 30%.

no período em que Marcello Caetano ascendeu ao cargo de Presidente do Conselho (Lemos, 2012)²⁷.

O eleitorado com direito de voto era ainda mais reduzido se se tiver em conta a vasta lista de impedimentos legais para que um cidadão pudesse votar, que incluía dementes, indigentes, asilados, os cidadãos de nacionalidade portuguesa há menos de cinco anos, os privados de direitos civis e políticos, os interditos por sentença com trânsito em julgado, ou pronunciados definitivamente, os falidos ou insolventes, os que “professem ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente e à disciplina social” e todos aqueles que “notoriamente careçam de idoneidade moral” (Cruz, 1988; 198-199).

Na prática, eram cláusulas que permitiam às autoridades responsáveis eliminar dos cadernos eleitorais todos os cidadãos identificados como desafectos ao regime. Ainda assim, no que diz respeito ao impacto destas eleições não concorrenciais e não livres no regime autoritário português, o período oficial de campanha servia igualmente um outro propósito, o de identificar novos membros da oposição e, no fundo, actualizar as informações de que o regime dispunha sobre a forma como a oposição se organizava, os apoios de que dispunha e a forma como estes se concretizavam (Schmitter, 1999).

O regime não permitia a existência de partidos políticos, pelo que estes funcionaram apenas na clandestinidade, dentro de estruturas não legalizadas. Assim se justifica também a fraca capacidade de a oposição se fazer ouvir. Não só por ter visibilidade muitíssimo reduzida – e ainda assim correndo elevados riscos, de ameaças, interrogatórios, tortura ou mesmo detenção – mas sobretudo por estar muito pouco organizada. Uma oposição falando a várias vozes, o que ao longo dos anos tornou fácil ao regime expô-la ao descrédito.

²⁷ A Lei n.º 2137, publicada a 26 de Dezembro de 1968, alargava o número de votantes a todos os que soubessem ler e escrever, dizendo: “São eleitores da Assembleia Nacional todos os cidadãos portugueses, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever português e não estejam abrangidos por qualquer das incapacidades previstas na lei”.

1.5. A oposição ao Estado Novo

Num regime de partido único, a sobrevivência da oposição fazia-se a custo, era clandestina e sem visibilidade, circunstância que beneficiava naturalmente o regime.

O tempo em que decorria a campanha era um brevíssimo período eleitoral, no qual era permitido à oposição obter alguma visibilidade, ainda que dentro de um quadro repleto de limitações. As eleições tinham-se tornado nos únicos períodos em que a oposição podia fazer-se ouvir, ainda que com restrições várias. E apesar de a censura ser aliviada nestes curtos períodos de 30 dias durante os quais decorriam as campanhas eleitorais, depressa a oposição percebeu que não poderia ir muito mais além de algumas breves declarações na imprensa, e verificou também que precisava de muito mais tempo para se organizar (Lemos, 2012).

Para além de todos os que discordavam liminarmente do regime e que a ele se opunham, muitos dos apoiantes do 28 de Maio e dos primeiros tempos do Estado Novo foram sentindo que o espírito da revolução de 1926 vinha sendo traído, e passaram também a fazer oposição ao regime – este é, aliás, um dos argumentos que Humberto Delgado irá invocar, em 1958, durante a campanha que protagonizou para a Presidência da República.

No início de 1930, surgiu a Aliança Republicana e Socialista (ARS), numa primeira tentativa de unir os partidos e os políticos que se opunham à Ditadura Militar, criando condições de poderem legalmente disputar as eleições que se aproximavam (Lemos, 2012: 69) e desde finais da década de 30 o Partido Comunista Português foi intensificando o seu combate contra o Estado Novo.

Na década de 1940, o PCP dirige a sua actividade dando prioridade à classe operária. Os sindicatos nacionais que, ao abrigo da lei, eram organismos corporativos aos quais a maioria da população era obrigada a pertencer²⁸, foram aproveitados como base para a ligação do partido aos trabalhadores, para além das células de empresa e da organização nos locais de trabalho.

Em 1943, na clandestinidade, nasceu o primeiro Movimento de Unidade Nacional Anti Fascista (MUNAF), cujo objectivo era a instauração de um Governo em que estivessem representadas todas as correntes da oposição e que desse ao povo português “a possibilidade de escolher, em eleições verdadeiramente livres, os seus governantes”²⁹.

²⁸ Desde os anos 40 que estar sindicalizado passou a ser obrigatório. Os sindicatos eram impostos e consistiam numa forma de controlar os trabalhadores, impedindo qualquer reivindicação.

²⁹ Cf. <http://www.pcp.pt/partido/anos/reorga.html>, acedido em 22 de Junho de 2014, p.12.

Foi o primeiro grande movimento unitário oposicionista, no qual estiveram representados o Partido Republicano Português, o extinto Partido Socialista (SPIO), a recém-criada União Socialista, o Partido Comunista Português, alguns anarco-sindicalistas, católicos, monárquicos e onde também entrou a Maçonaria³⁰. “Uma coisa do tipo discreta, dirigida por Norton de Matos (...) não era propriamente um movimento revolucionário; era um movimento de ideias, de princípios, embora ilegal”, como recorda Fernando Valle na sua biografia (Madaíl, 2004:163).

Este movimento conseguiu unir à sua volta os vários sectores da oposição, sendo que muitos dos seus membros representavam apenas partidos praticamente inexistentes, como tal, outros, correntes políticas com influência considerável.

Ao terminar a guerra, o MUNAF lançou um dinâmico movimento de massas que, ao longo dos anos seguintes, conseguiu promover uma intensa actuação política.

Em 1945, a Assembleia Nacional foi dissolvida e o Governo anunciou eleições livres, nas quais podiam concorrer outras forças políticas. Numa espécie de frente contra o Estado Novo constituiu-se o Movimento de Unidade Democrática (MUD), “um movimento cívico unitário de expressão apartidária, representativo de toda a oposição” (Soares, 1974: 127-128) e extinguiu-se o MUNAF.

Este movimento político improvisado no curto espaço de um mês, no ardor da campanha eleitoral, com uma sede provisória onde não havia quase nada (Soares, 1974: 123) contou com o entusiasmo de milhares de pessoas crentes “em eleições tão livres como na livre Inglaterra” (Carvalho, 2002) e, “passadas as eleições de Novembro de 1945, os oposicionistas decidiram que o MUD deveria permanecer activo e dentro da legalidade, enquanto organismo congregador de correntes democráticas e elemento crítico ao regime salazarista” (Santos, 2014: 182).

Na verdade, com o fim da guerra e a vitória das democracias, os opositores ao regime alimentaram a esperança de que as nações vencedoras pressionassem Salazar, endurecendo a sua posição para com o país, o que não veio a suceder. Ao invés, Portugal conseguiu ser incluído no grupo dos membros fundadores da NATO, em 1949, e nem o facto de os principais países europeus caminharem para a concessão da independência dos seus territórios coloniais impediu a comunidade internacional de se mostrar sempre

³⁰ A Maçonaria, instituída em Portugal em 1802, é uma sociedade iniciática, com rituais, e é a segunda organização mais antiga do mundo. Foi ilegalizada durante o Estado Novo, entre 1935 e 1974, altura em que funcionou na clandestinidade, em clima de resistência à ditadura, pelo que muitos *maçons* deixaram de ter actividade. Cf. Entrevista a António Ventura, jornal *I*, de 24 de Fevereiro de 2017.

condescendente com Portugal, que continuou a beneficiar da complacência dos aliados, que nada fizeram para derrubar o Estado Novo.

Salazar deixava habilmente transparecer para o exterior a ideia de que o país podia aderir às ideias do pós-guerra, mas internamente ia mantendo as políticas que nos anos 30 lhe tinham assegurado o poder e sobrevivendo às pressões para a democratização.

Apesar da pressão das oposições, quer em Portugal, quer em Espanha, para que Salazar e Franco fossem derrubados, ambos acabaram por ser salvos pela influência externa, graças ao início da Guerra Fria. Na prática, “os Estados Unidos da América e a Inglaterra favoreceram a continuidade de um regime autoritário que não obedecia de maneira nenhuma aos moldes da democracia competitiva”³¹.

O regime não só tinha conseguido uma maior aceitação internacional com a entrada na NATO (em 1949) e nas Nações Unidas (1955), como se havia dissipado o entusiasmo popular das campanhas eleitorais de 1945 a 1949. As expectativas da oposição quanto a uma mudança de regime impostas pelos vencedores da guerra estavam completamente abaladas.

No final da década de 1940, a repressão policial abateu-se com violência sobre o PCP, com a detenção dos seus principais dirigentes (como Álvaro Cunhal ou Militão Ribeiro), a apreensão de tipografias clandestinas e a prisão de inúmeros quadros e militantes. Outras estruturas da oposição e muitos democratas foram detidos na viragem dos anos 1940 para os de 1950. Pouco tempo depois das eleições de 1945, houve uma forte perseguição a quem tinha subscrito as listas do MUD, despedimento de funcionários públicos e o Governo colocou sob vigilância policial largas centenas de pessoas. Toda a oposição começou a entrar em crise em consequência dos efeitos da Guerra Fria, das detenções e prisões e até do desgaste natural da luta democrática, o que se traduziu num período de enorme redução de actividade e capacidade de iniciativa, que levaria anos a ser superado.

A oposição dividia-se graças ao ambiente de intolerância ideológica da Guerra Fria e tinha-se perdido o espírito de unidade conseguido no período da campanha de Norton de Matos³². Os comunistas eram vistos como antiportugueses e anticristãos e alguns

³¹ Entrevista a Jaime Nogueira Pinto, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 26 de Novembro de 2016.

³² José Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867-1955) foi um militar e político português, natural de Ponte de Lima. Fez a Escola do Exército, depois de ter frequentado o curso de Matemática na Universidade de Coimbra. Durante a I República, foi chefe do Estado-Maior do Exército e Governador de Angola, tendo sido nomeado em 1915 Ministro das Colónias devido à vasta experiência colonial. Será nomeado alguns anos mais tarde Alto-Comissário de Angola. De 1924 a 1926 foi embaixador em Londres, mas a revolução

sectores de peso da oposição não estavam dispostos a colaborar com os comunistas fosse em que condições fosse. “A divisão nas fileiras da oposição, produto do clima de Guerra Fria, do anticomunismo dos sectores liberais e do sectarismo do PCP, era tão profunda que impossibilitava qualquer acção unitária” (Raby, 1982: 869).

A influência de sectores da oposição tradicional, como o Directório Democrato-Social, dirigido por Mário de Azevedo Gomes e Jaime Cortesão, “dependia essencialmente do prestígio intelectual e da integridade dos seus dirigentes, porque as suas actividades se limitavam a publicar análises críticas do regime e a fazer declarações pontuais” (Raby, 1982: 870). Esta oposição tinha um certo estatuto, pelo que a ela não pertencia qualquer um. “Há uma certa consideração até da parte administrativa autárquica ligada ao Estado Novo³³”. Deles se dizia que queriam apenas agitar – terão mesmo preparado Humberto Delgado, na véspera da conferência no café Chave d’Ouro para dar respostas cautelosas e pouco comprometedoras às perguntas que lhe fossem feitas sobre o futuro do Presidente do Conselho caso fosse eleito Presidente da República, mas a resposta do “Obviamente Demito-o” “sacudiu as águas mornas da política portuguesa com tal violência que até os oposicionistas de superfície se escandalizaram com tanto desrespeito pela figura sacrossanta do ditador” (Múrias, 1975: 5).

Outro ponto de divergência entre os oposicionistas dizia respeito à forma como deveriam apresentar-se a eleições. Os dirigentes que integravam o Directório Democrato-Social consideravam um erro participar em eleições, que não passavam de uma farsa, “na medida em que esse até poderia parecer um processo de legitimação do regime aos olhos da Europa e da ONU” (Santos, 2013: 32). Comandado em Lisboa por figuras como Jaime Cortesão e Azevedo Gomes, preconizava, em 1957, a abstenção. Mas essa não era a posição do PCP nem de muitos oposicionistas, convencidos de que a luta se fazia “pela acção e não pela inacção” (Santos, 2013: 32). Como consequência desta divisão, nas eleições para deputados em 1957, a oposição só conseguiu apresentar-se e organizar campanha efectiva em três distritos: Braga, Porto e Aveiro (Raby, 1982: 870).

Como se verificou em Outubro de 1957, no Congresso Republicano de Aveiro, na oposição havia um discurso anticomunista ferrenho, clima que o regime aproveitou, como balão de oxigénio, para respirar durante algum tempo. A Guerra Fria permitiu que

de 28 de Maio levou ao seu afastamento. Adversário do regime salazarista, Norton de Matos apresentou-se como candidato à Presidência da República nas eleições de 1949, já com 82 anos. Foi Grão-Mestre da Maçonaria entre 1930 e 1935. Morreu em 1955, aos 88 anos.

³³ Entrevista de Custódio Maldonado Freitas, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 22 de Junho de 2016.

“Oliveira Salazar e o regime reconstruísem, em termos ideológicos, grande parte da sua base social de apoio pelo recurso aos preconceitos anticomunistas, “base social que sofreu grande desgaste no pós-guerra e criou polémicas entre as oposições que levaram a divisões e a conflitos que nunca seriam totalmente sanados” (Oliveira, 1991: 60).

Ainda assim, o Movimento de Unidade Democrática criou, desde 1945, uma certa tradição de oposição ao regime, continuada nas campanhas de 1949 e 1951, que se consolidou nas eleições de 1957 para a Assembleia Nacional, com o movimento cívico intervencionista e que teve o seu momento mais alto nas eleições presidenciais de 1958.

Entre as principais dificuldades que a oposição enfrentava encontrava-se o recenseamento, que abria apenas durante um mês e voltava a fechar – além disso, os Tribunais Plenários aplicavam a alguns condenados, principalmente os do Partido Comunista, as chamadas sanções ou medidas de segurança, o que significava que, para além da prisão efectiva, lhes estava limitada a inclusão num acto eleitoral.

Os eleitores eram essencialmente aqueles que o regime não temia como opositores: a classe eclesiástica, freiras, padres, GNR, Polícia e os cidadãos que requeriam à Junta de Freguesia a sua inclusão nos cadernos eleitorais. Durante 40 anos, em Portugal, não se actualizaram os cadernos eleitorais, logo milhares de pessoas, falecidas ao longo dos anos, contavam como abstenção, que era igual a um voto a favor. E num país que durante o Estado Novo tinha uma elevadíssima taxa de analfabetização, havendo por isso cidadãos que nem sabiam como se votava, verificavam-se muitas abstenções, contando todas elas como votos a favor.

Os cadernos eleitorais são a peça fundamental da campanha. Neles estão inscritos os indivíduos que podem votar e as restrições são muitas. Em 1958 só podiam votar os que soubessem ler e escrever, o que, atendendo à alta taxa de analfabetismo da época (a rondar os 30%), significa que uma parte considerável da população não estava inscrita nos cadernos. Além disso, o recenseamento era feito pelas autarquias, que eram dominadas pelo partido único do regime, o que significava que os cadernos eleitorais eram fabricados pela União Nacional.

Era preciso ainda lidar com o problema da falsificação dos cadernos, que era feita riscando o nome dos elementos da oposição e colocando, em seu lugar, pessoas afectas ao regime ou de cidadãos que podiam votar. Daqui resultavam eleições viciadas.

Por outro lado, a oposição não tinha ninguém nas mesas de voto, que apenas eram controladas pelos presidentes das assembleias eleitorais, cidadãos escolhidos pelos governadores civis.

A dificuldade no acesso aos cadernos eleitorais e a impossibilidade de fiscalização do acto eleitoral pelas listas oposicionistas eram algumas das condicionantes mais evidentes. As reivindicações da oposição eram idênticas ao longo dos anos: o fim da censura, a constituição de partidos políticos, a amnistia dos presos políticos, o encerramento do campo de concentração do Tarrafal e a liberdade de criação de imprensa de oposição. Ao mesmo tempo, era preciso enfrentar a polícia política, a censura prévia e toda a estrutura do Ministério do Interior e do Ministério da Guerra ao serviço da fraude eleitoral (Paulo e Janeiro, 2010: 11).

O Ministro do Interior, Botelho Moniz, avisou, logo em 1945, que o regime “não caía nem a tiros nem a votos” (Paulo e Janeiro, 2010: 13). E face às inúmeras dificuldades com que as oposições se debatiam, a tradição de candidaturas oposicionistas durante os anos do salazarismo restringiu-se a um número muito limitado e muito pontual.

1.5.1. A candidatura de Norton de Matos

Antes de Humberto Delgado, o único candidato que teve algum impacto na sociedade portuguesa foi Norton de Matos, General republicano, antigo Alto-Comissário da República em Angola e ex-Grão-Mestre da Maçonaria.

O Movimento da Candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República para as eleições de Fevereiro de 1949 nasce no ano anterior. Para o efeito, um numeroso grupo de democratas foi a Ponte de Lima, terra natal de Norton, para o convidar formalmente para “assumir esse encargo já previamente negociado e aceite”³⁴. Em Julho de 1948 já a candidatura estava a ser oficialmente anunciada e, em Dezembro, foi aceite o seu nome pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Pela primeira vez na história do Estado Novo surgem dois candidatos ao cargo de Presidente da República: Norton de Matos, pela oposição e, Óscar Carmona, como candidato do regime.

Segundo Raúl Rêgo, tendo sido ilegalizado em 1948 o MUD, a colaboração com uma figura respeitada da oposição era encarada como uma forma de continuar o combate legal ao regime, acabando por se transformarem as estruturas do movimento em comissões de apoio ao General Norton de Matos (Santos, 2014: 184). Fernando Rosas corrobora essa mesma tese, explicando que “as extintas comissões distritais e socioprofissionais do

³⁴ In Armando Bacelar, “Memórias de Tempos Idos”, *Boletim Cultural 13*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p. 157.

MUD encontraram refúgio e continuidade, a partir de 1948, na candidatura presidencial oposicionista” (Paulo e Janeiro, 2010: 15).

Norton de Matos apresenta-se ao eleitorado como um adepto do liberalismo, não conservador, não socialista e não comunista, apelando à criação de um movimento de unidade nacional em torno da sua candidatura – conseguirá o apoio de diversos quadrantes políticos, entre os quais importantes individualidades ligadas ao meio republicano e ao Partido Comunista³⁵ (Rosas e Brito, volume II, 1996: 554).

A campanha é feita com apelos ao respeito pelos direitos humanos, à amnistia aos presos políticos e alertando para a limitação das liberdades dos Portugueses. O candidato, apesar da avançada idade, mobilizou uma parte significativa da população, sobretudo a Norte do país, exigindo condições de democraticidade do acto eleitoral como condição de base para levar a candidatura até às urnas³⁶. Denunciou os fracassos e contradições do salazarismo, repudiou os males da repressão e da censura permanentes e anunciou a intenção de restaurar um regime democrático no país. De boca em boca, nas aldeias, a população dizia que “com o Carmona o povo come um pão e uma azeitona, com Norton de matos come sopa e dois pratos”³⁷.

O regime responderá, sobretudo a partir de finais de Janeiro de 1949, na fase final da campanha, acentuando muito a repressão, intensificando a acção da censura e da PIDE, tendo sido adoptadas medidas muito restritivas das actividades da candidatura oposicionista. Ao mesmo tempo, o regime desenvolve uma campanha de difamação de Norton de Matos, na qual o candidato é apresentado como “tirano, dissimulado, orgulhoso, ganancioso e sólido ditador de Angola”, referindo-se à época em que o General foi Alto-Comissário na então província ultramarina (Santos, 2014: 187), a que se juntou uma “intensa campanha clerical desencadeada virulentamente em pretenso desagravo da religião católica contra um artigo de Tomás da Fonseca na *República* e a personalidade de antigo Grão-Mestre da Maçonaria do candidato”³⁸.

³⁵ O apoio ou a demarcação dos comunistas em relação à campanha de Norton de Matos foi um tema envolto em grande polémica durante a organização da campanha. O PCP acabará por impor um representante seu nos serviços centrais da candidatura do General. A tarefa foi atribuída a Mário Soares, que até aí pertencia à Comissão Central do MUD Juvenil. Cf. *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949. 60 Anos depois*, p. 33.

³⁶ Os detalhes sobre as divergências e os argumentos no seio da oposição para que o General se submetesse ao sufrágio estão na obra de Heloísa Paulo e Helena Pinto Janeiro, *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949. 60 Anos depois*, p. 28 e seguintes.

³⁷ Entrevista a Luís Reis Torgal realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 1 de Dezembro de 2016.

³⁸ In Armando Bacelar, “Memórias de Tempos Idos”, *Boletim Cultural 13*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p. 158.

A poucos dias das eleições, realizou-se em Lisboa uma reunião dos quadros nacionais do Movimento da Candidatura de Norton de Matos, na qual o próprio participou. O encontro foi presidido por Mário de Azevedo Gomes, da Comissão Central da mesma e o objectivo era discutir se deveriam ou não ir à boca das urnas. A discussão foi acesa e as opiniões estavam bastante divididas. Acrescia ainda a pressão de uma vaga de prisões de apoiantes da candidatura, que encheu as cadeias da polícia política - nalguns casos, como aconteceu no Alentejo, a PIDE tinha prendido comissões inteiras³⁹.

Acabou por vingar a opção pela desistência por não estarem satisfeitas as condições mínimas para que o acto eleitoral decorresse livremente. As eleições realizaram-se, dando uma vitória esmagadora a Óscar Carmona. “Seguiram-se o silêncio e a apatia do país desiludido mais uma vez”⁴⁰.

Quando Carmona morre, em pleno mandato, a União Nacional viu-se na necessidade de encontrar um sucessor para o cargo que fosse um candidato “bastante inócuo para não lhe perturbar a paz podre” (Ribeiro dos Santos, 1986: 158).

1.5.2. A candidatura de Quintão Meireles

Em 1951, a morte de Óscar Carmona, obrigou o regime a proceder a eleições presidenciais inesperadas.

A oposição avançou com dois candidatos: Ruy Luís Gomes e Quintão Meireles⁴¹, “a esquerda e a direita separavam-se, cada facção com a sua bandeira” (Ribeiro dos Santos, 1986: 158).

Ruy Luís Gomes, matemático e professor universitário com intensa actividade política e que foi o presidente da Comissão Central do MUD até à extinção desta, foi afastado a pretexto de uma decisão do Conselho de Estado, que o declarou inelegível. Restava um candidato da oposição, considerado pacato e moderado, um Contra-

³⁹ *Idem.*

⁴⁰ *Idem*, p. 159.

⁴¹ Manuel Quintão Meireles (1880-1962) foi oficial da Marinha, participou na Primeira Guerra Mundial, quer em África quer na Flandres. Apoiante do Movimento do 28 de Maio, ocupou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros do Segundo Governo do General Vicente de Freitas, durante a Ditadura Militar. Em 1951, na sequência da morte do General Óscar Carmona, um grupo de oficiais e civis participantes no 28 de Maio de 1926 convidou-o para encabeçar uma das candidaturas à Presidência da República. A sua candidatura foi apoiada por nomes como o Almirante Mendes Cabeçadas, Cunha Leal, Rolão Preto, Henrique Galvão ou António Sérgio e apelava à conciliação nacional, manifestava-se contra o domínio da vida política por um partido único e defendia a liberdade de expressão e de reunião. Perante as dificuldades e a falta de condições de igualdade com o candidato apoiado pelo regime, desistiu da candidatura. Morreu em 1962.

Almirante que tinha sido Ministro dos Negócios Estrangeiros durante um curto período, entre meados de Dezembro de 1928 e o Verão do ano seguinte.

A candidatura de Quintão Meireles foi apoiada por personalidades da oposição política moderada, liberal e conservadora, entre os quais Francisco Cunha Leal, António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes, mas teve também um forte apoio do sector militar, e nela se destacaram Carlos Selvagem e Henrique Galvão (Ribeiro dos Santos, 1986: 156), ambos militares. José Ribeiro dos Santos, jornalista, ajudou a redigir os comunicados sobre actividades e propósitos da candidatura do Almirante, nos quais o candidato considerava que o país estava espiritual, moral e politicamente mais doente do que antes do movimento do 28 de Maio, e propunha uma “pacificação que permita juntar todos os portugueses em torno do ideal da Pátria e não em volta de uma bandeira de partido” (*Eleições Presidenciais*, s.d., p. 82).

No manifesto em que expõe os fins da sua candidatura, Quintão Meireles critica a União Nacional, que “em monopólio de patriotismo ultraja todos os portugueses (e são a maioria) que não figuram entre os seus associados, visto que assim os trata como se vivêssemos em guerra civil” (*Eleições Presidenciais*, s.d., p. 82).

Através do documento onde se identificam as razões pelas quais Quintão Meireles desiste da candidatura, é possível sistematizar as várias dificuldades que a oposição enfrentava numa campanha eleitoral em Portugal, durante o período de vigência do Estado Novo:

- Acesso desigual aos meios de comunicação para efeitos de propaganda, nomeadamente à Emissora Nacional. Foram recusados a Quintão Meireles os microfones da mesma com o argumento de “serem pertença do Estado e estarem ao serviço exclusivo da actual situação política (*Eleições Presidenciais*, s.d., p. 104);
- Proibição de acesso aos edifícios públicos e enormes dificuldades para alugar espaços pertencentes a particulares. Quintão Meireles refere que lhe foram recusadas todas as salas de reunião em edifícios públicos onde a União Nacional fez a sua propaganda, “como se estes edifícios fossem pertença da UN ou do Governo e não da Nação” (*Eleições Presidenciais*, s.d., p. 103). Queixa-se também o candidato de ter encontrado as piores dificuldades para realizar sessões públicas em edifícios particulares devido às pressões exercidas sobre os seus proprietários;
- Propaganda eleitoral arrasada pela censura prévia. Os comunicados dos serviços da candidatura de Quintão Meireles foram sistematicamente cortados, alguns dos quais totalmente;

- Correspondência dirigida aos serviços ou ao candidato violada ou propositadamente retardada;
- Ausência de garantias de fiscalização das eleições, de contagem das listas ou de participação nas assembleias de apuramento. Quintão Meireles deixa um apelo para que, tal como o candidato apoiado pela União Nacional, a sua candidatura possa fazer uma fiscalização eficiente das mesas eleitorais e das referidas assembleias;
- Ausência de garantias de segredo do voto;
- Dificuldades na obtenção de papel para a impressão das listas semelhante ao utilizado pela União Nacional.

Tal como tinha sucedido com Norton de Matos, Quintão Meireles também não foi poupado a duros ataques, acusações e insinuações de pactos secretos com os inimigos da Pátria, “afinando tudo pela mesma música tocada pelas hostes oposicionistas” (Ribeiro dos Santos, 1986: 159). O grande argumento utilizado pela propaganda oficial para atemorizar a opinião pública era o da adesão mais ou menos disfarçada do Partido Comunista, ilegalizado, às candidaturas da oposição (Ribeiro dos Santos, 1986: 156). O Contra-Almirante acabou por desistir da candidatura por considerar que não estavam reunidas as condições para a realização de uma eleição honesta.

Craveiro Lopes, proposto pela União Nacional como sucessor de Carmona, seria eleito sem quaisquer sobressaltos significativos. Tomou posse como Presidente da República a 9 de Agosto de 1951, para um mandato de sete anos, mas viria a revelar-se menos dócil do que Salazar desejaria, admitindo mesmo uma “reforma do regime a partir de dentro”⁴², pelo que na eleição seguinte já não foi reconduzido no cargo.

Se ainda houve algum ânimo com a primeira campanha presidencial que contou com a presença de um candidato da oposição, o General Norton de Matos, e com a mobilização conseguida pelo MUD nessas presidenciais de 1949, dois anos depois, nas eleições motivadas pela morte de Óscar Carmona, já as candidaturas de Ruy Luís Gomes e do Almirante Quintão Meireles passaram quase despercebidas, não obstante o Movimento Nacional Democrático (MND), animado pelo PCP, ter publicado alguns manifestos e ensaiado concretizar algumas acções.

Do mesmo modo, as participações da oposição nas eleições para a Assembleia Nacional, tanto em 1953, como em 1957, “não provocaram nem grandes preocupações

⁴² Declarações de Luís Reis Torgal, na entrevista realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 1 de Dezembro de 2016.

ao Estado Novo nem envolveram, como no tempo áureo do MUD, movimentações de massa com significado e dimensão social” (Oliveira, 1991: 60).

Sucedem que eram as campanhas eleitorais e a sua organização mais ou menos improvisada que assinalavam os grandes combates nacionais contra o regime. E terminada a campanha, seguiam-se, ciclicamente, a tentativa de continuidade organizada do movimento popular eleitoral e, fracassada esta, a preparação de conspirações ou de tentativas de golpe militar.

1.6. Os pilares do Estado Novo

Em 1958, Salazar já governava o País há mais de 25 anos. O historiador Fernando Rosas considera, no entanto, que não foi o apoio continuado da maioria da população a garantir a durabilidade do sistema (Rosas, 2013: 14) e refere outros factores que permitem justificar a longa duração do Estado Novo. O autor identifica cinco realidades estruturantes como explicação: a violência preventiva e punitiva; o controlo político das Forças Armadas; a cumplicidade política e ideológica da Igreja Católica; o corporativismo; e o investimento totalitário no «homem novo» salazarista (Rosas, 2000: 187-189).

Mas para lá das décadas de vigência do Estado Novo que Oliveira Salazar conseguiu impor e que Fernando Rosas (2000) classificou como a arte de saber durar, importa atentar no contexto do país, em 1958, recorrendo para isso aos quatro factores que Pippa Norris (2000) define como determinantes para enquadrar uma campanha: o contexto de regulação, o sistema político-partidário, o sistema de media e o eleitorado.

Para vários autores, os grandes esteios do Estado Novo eram as Forças Armadas e a Igreja Católica (Cruz, 1998; Pinto, 1999; Simpson, 2014). Jaime Nogueira Pinto considera que “Salazar sempre entendeu que o seu poder eram os militares e era com eles que dialogava”⁴³.

Os militares tiveram sempre um grande protagonismo na sociedade portuguesa, instituíram lei e ordem, acabando com as revoluções permanentes, que perturbavam sobretudo as classes médias das cidades. E em resultado da crise do pós-guerra, Marcello Caetano lembrou a Salazar que “o Exército voltou a ser o fiador do Estado Novo”⁴⁴.

⁴³ Entrevista a Jaime Nogueira Pinto, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 26 de Novembro de 2016.

⁴⁴ *Jornal Público*, de 14 de Maio de 2006, p.16.

Daqui decorre que a oposição ao regime estava especialmente atenta aos militares descontentes, para poder aproveitar qualquer brecha na fidelidade ao regime por parte destes profissionais.

A candidatura de Delgado só foi possível porque “havia uma tendência, embora limitada, de dissidência militar do regime (...), já existiam também alguns elementos da oposição civil que queriam romper com os esquemas tradicionais de actuação e que procuravam precisamente um general no activo que se prestasse a ser candidato para dividir as forças do regime” (Raby, 1982: 877).

E Delgado, como outros oficiais, acreditava que o espírito do 28 de Maio tinha sido traído⁴⁵ e que era preciso recuperá-lo, pelo que defende isso mesmo na sua campanha eleitoral. Santos Costa, Ministro da Defesa, há 22 anos no Governo, faria durante o período eleitoral um discurso a reclamar as bandeiras de Delgado, dizendo que “os homens do 28 de Maio somos nós, não são eles”⁴⁶.

Se no 28 de Maio, os militares se tinham revoltado contra a incompetência e facciosismo dos republicanos, em 1958 deviam, pelas mesmas razões, fazer outro 28 de Maio contra Salazar. Segundo Rui Ramos, Delgado propunha aos generais que assumissem precisamente essas responsabilidades. O historiador lembra ainda o contexto inspirador que se vivia a nível internacional, com o De Gaulle, em França, a 15 de Maio de 1958, a assumir o poder, apoiado pelo exército da Argélia. “O fracasso dos políticos franceses entregava o Estado a um chefe militar. Porque não em Portugal?”⁴⁷

Politicamente, Delgado foi formado dentro de um espírito militar onde se cultivava o brio profissional e o patriotismo, com responsabilidades – “o exército não governava, mas não devia deixar governar quem o fizesse mal”⁴⁸.

Humberto Delgado queria aproveitar a predisposição para uma ruptura dentro do Estado Novo. “A agitação nas ruas, com a ajuda da oposição, poderia criar ambiente para um resultado eleitoral inesperado, ou forçar um golpe dentro do regime. Para isso era preciso mostrar que este já não metia medo”. Será esta a explicação para um dos motes da sua campanha eleitoral, prometendo à população acabar com esse medo.

Refira-se também que nos propósitos pelos quais se candidatou, Delgado deixou claro que queria ser Presidente da República de um regime provisório e depois ir-se

⁴⁵ Militares como Humberto Delgado insurgiam-se contra a elite política e militar que, no país, estava a entrar nos negócios.

⁴⁶ *Jornal Público*, de 14 de Maio de 2006, p.16.

⁴⁷ *Jornal Público*, de 14 de Maio de 2006, p.16.

⁴⁸ *Idem*.

embora porque era “contra a tropa metida em política”⁴⁹. Disse-o na sessão de propaganda que fez em Chaves, a 22 de Maio de 1958.

Mas esta aparente facilidade de ter os militares do seu lado era fruto de uma análise precipitada ou, no mínimo, demasiado optimista. Basta pensar que Salazar dispunha de homens da sua confiança espalhados por todas as organizações do regime e que em todas elas havia militares: na Mocidade Portuguesa, na Legião Portuguesa, na PIDE, na censura, nas câmaras municipais e nos governos civis. Fernando Rosas explica que esta realidade faz parte “do compromisso genético do regime. Para os militares deixarem Salazar ser chefe, ele teve de negociar o acesso à chefia do Governo e uma das restrições a que ficou sujeito foi a de manter os militares em grande parte dos cargos políticos que ocupam”⁵⁰. Uma tese segundo a qual a elite política do regime seria demasiado restrita, pelo que foi necessário ter também elementos da instituição militar nestes lugares-chave.

O segundo grande apoio do regime era a Igreja Católica, que tinha sido marginalizada e perseguida pela I República (a maioria dos católicos estava no campo e nas classes médias das cidades, precisamente as duas áreas que apoiaram o regime e Salazar). Ainda traumatizada pelas perseguições republicanas, a Igreja estava grata ao regime (Pinto, 1999: 83).

Assumindo uma orientação ideológica marcadamente católica, o Estado Novo mantinha uma relação de forte influência e até cumplicidade com a Igreja, apesar de o catolicismo nunca ter sido declarado religião do Estado e de a Concordata de 1940 consagrar um regime de separação de poderes. O Estado Novo recusou a inscrição do nome de Deus na Constituição, nunca proibiu quaisquer outras religiões e admitiu no topo da hierarquia do Estado, nomeadamente como “Chefe de Estado e como Presidente da Assembleia Nacional figuras laicas e até maçónicas” (Cruz, 1999: 12) – rejeitando “qualquer veleidade cesarista de intromissão do poder político na vida da Igreja” e “qualquer tentação clericalista de ingerência na vida política” (Cruz, 1999: 17).

Institucionalmente separados, mas com cumplicidade ideológica, Igreja e Estado Novo caminharam a par durante décadas, sendo esta uma das explicações para que o regime tenha sobrevivido tantos anos.

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ Declarações de Fernando Rosas no debate da TSF sobre um século do nascimento de Humberto Delgado, a 15 de Maio de 2006, moderado pelo jornalista Manuel Villas-Boas e onde participaram também António Costa Pinto e Alfredo Caldeira.

A Igreja foi essencial no apoio ao regime no terreno e essa é uma realidade especialmente evidente no decorrer do período das campanhas eleitorais. Nas pequenas localidades, as homilias serviam invariavelmente para criticar os candidatos da oposição e enaltecer Salazar e os seus governantes, “falavam do Salazar a idolatrá-lo e diziam para as pessoas não se deixarem enganar por promessas”⁵¹.

Ciente do peso da Igreja na sociedade portuguesa, foi a indiferença de Humberto Delgado em matéria religiosa um dos argumentos utilizados pelo regime para criticar o candidato independente durante a campanha eleitoral.

Em Penafiel, no relatório que o autarca Francisco da Silva Mendes enviou ao Governador Civil do Porto, sobre a campanha presidencial de 1958, a “irreligiosidade e ateísmo blasfemo do candidato opositor” eram evidenciados com factores que alarmavam a população, tendo os párocos cumprido “nobre e corajosamente o dever que a sua consciência e suas responsabilidades lhes impunham”⁵². O papel dos padres neste concelho, a par da actuação directa de elementos da União Nacional junto dos eleitores, é inclusivamente apontado como um dos factores de êxito do candidato do regime.

Esta questão da percepção com que olhavam Humberto Delgado não é despendida, uma vez que o regime se socorria justamente de uma população “cristã e conservadora, ávida sobretudo de paz e sossego, receosa de aventuras perigosas e de saltos para o desconhecido. O seu estado de espírito traduzia-se em prestações como (...) mal por mal antes o que está”⁵³. Assim, o peso dos discursos que os párocos transmitiam aos fiéis acabou por ter uma influência directa nalguns pontos do país, como aconteceu na cidade da Guarda, onde “das aldeias não veio gente, os padres da diocese advertiram os crentes, nas missas, para o pecado mortal de quem votasse no excomungado”⁵⁴.

Também em Viseu, a imprensa regional, afecta ao regime, chamava a Humberto Delgado o candidato ateu e noticiava que “alguém que diz que não tem ou não pratica qualquer religião e que lhe é indiferente que se adore a Deus, um corno ou um escaravelho, não pode ser candidato de cristãos, por muito boa vontade que eles tenham”⁵⁵.

⁵¹ Entrevista de Jaime Marta Soares no âmbito da presente investigação doutoral, em 17 de Julho de 2015, referindo-se às homilias dos párocos em localidades como Vila Nova de Poiares, no distrito de Coimbra.

⁵² In <http://penafielnossaterra.blogspot.pt/2013/07/o-general-humberto-delgado.html>, acedido em 19 de Dezembro de 2014.

⁵³ *Idem*.

⁵⁴ Carlos Esperança, in <http://ponteeuropa.blogspot.pt/2014/04/a-cidade-da-guarda-e-campanha-de.html>, acedido em 4 de Março de 2016.

⁵⁵ *Jornal de Viseu*, n.º 1159, de 24 de Maio de 1958, p. 5.

Durante a campanha eleitoral de 1958, o jornal *Novidades*, órgão oficioso da Igreja Católica, publicava editoriais onde se fazia a apologia do voto em Américo Thomaz, o que levará um grupo de católicos a dirigir uma carta ao director do jornal *Novidades*, monsenhor Moreira das Neves, pedindo-lhe que mantivesse a isenção que convinha à Igreja durante uma campanha eleitoral. O documento, com data de 19 de Maio de 1958, foi subscrito por personalidades como Manuel Serra, Nuno Portas, Francisco Pereira de Moura, João Salgueiro e Nuno Teotónio Pereira (Simpson, 2014: 167).

Outro dos pilares essenciais do regime era a censura que, desde os primeiros tempos do Estado Novo, actuou como mecanismo poderoso ao serviço da consolidação do novo poder político e social em nome do “*princípio da autoridade* e dos superiores interesses de um *Estado forte*” (Oliveira, 1991:77), como se verá no capítulo dedicado aos sistemas de media e campanhas eleitorais.

CAPÍTULO 2.

SISTEMAS DE MEDIA E CAMPANHAS ELEITORAIS

Introdução

Este capítulo cruza a dimensão dos media e o papel que estes desempenham nos diferentes tipos de regime político com a dimensão das campanhas eleitorais e as características que estas apresentam. Todos os regimes têm uma retórica e os media desempenham uma função importante nas sociedades onde estão enquadrados, seja para servir de base de apoio aos regimes não-democráticos, seja para dar vitalidade e ajudar a consolidar democracias, no caso de regimes democráticos – esta é, pelo menos, a concepção normativa, inscrita na retórica da cultura democrática, do ponto de vista das expectativas.

Como defendem Hallin e Mancini (2012), é necessário compreender o sistema de media de um país face ao regime político no qual o mesmo se enquadra. Assim, um sistema mediático mais desenvolvido apresenta como condição necessária e primordial a liberdade de expressão, que consiste no direito que qualquer indivíduo tem de manifestar livremente as suas opiniões ou ideias. Daqui decorrem aspectos como a pluralidade de opiniões, o confronto de ideias, a existência do contraditório e a possibilidade de escrutínio da actividade governamental e do exercício do poder em geral.

A liberdade de expressão é o suporte básico de um sistema democrático, onde se pratica um debate livre de ideias, onde o acesso à informação é livre e onde pode efectivamente existir participação na vida pública. Pelo contrário, uma paisagem mediática enquadrada num regime de tipo não-democrático, debate-se com a falta de pluralismo, com a censura, com a informação controlada – quando não mesmo manipulada – e com uma incapacidade real de ser “quarto poder”, fiscalizador e moderador, a par dos poderes tradicionais (legislativo, executivo e judicial) ou, metapoder, na concepção da professora e investigadora Marina Themudo, como “um poder que interfere e perturba o funcionamento de outros poderes” (Themudo, 2002).

Importa, pois, proceder à caracterização dos media em regimes democráticos e não-democráticos e atender à função destes num e noutra sistema.

2.1. Funções políticas dos media

A margem de actuação dos media está profundamente ligada ao tipo de regime e de mercado que existe no regime político no qual operam, conforme explicam Daniel Hallin e Paolo Mancini (2010). Os dois autores defendem que não é possível compreender os media sem atender à natureza do Estado e do sistema político onde aqueles se enquadram.

Assim, a autonomia e o espaço de acção dos meios de comunicação social são distintos consoante estes se encontram em regimes democráticos ou em regimes não-democráticos.

Hallin e Mancini (2010) definiram várias dimensões de análise dos sistemas de media que permitem determinar o tipo de relação entre estes e os regimes políticos: o desenvolvimento do mercado; a forma como os media traduzem as divisões políticas que se encontram na sociedade; o desenvolvimento do profissionalismo do jornalismo e o grau de intervenção do Estado no sistema mediático.

Em contexto democrático, os media reflectem a possibilidade de acesso às diferentes propostas, a uma diversidade de temas e de vozes, permitindo que o pluralismo sem condicionantes seja efectivo. Por contraposição, isso não sucede em contexto não democrático, onde se silenciam as vozes discordantes, onde opera a censura e onde o clima repressivo faz com que, dentro das redacções, se pratique a auto-censura.

Hallin e Mancini (2012) falam sobre a ligação entre os media e os regimes políticos, que é especialmente notória durante os períodos eleitorais. Os dois académicos referem-se a esta temática, evidenciando que as eleições só podem ser livres e justas, na medida em que as vozes da oposição tenham acesso aos media e quando a todos os cidadãos é dada oportunidade de conhecerem as alternativas que estão em jogo (Hallin e Mancini, 2012: 232) – o oposto do que se verifica nos regimes não-democráticos.

Uma das consequências dos regimes de partido único é que forma uma opinião pública hegemónica, onde a visão política desse partido no poder, prevalece sobre todas as outras e onde os pontos de vista da oposição são marginalizados (Sartori, 1976). Só o partido único tem acesso ilimitado aos media, sendo que, em muitos casos, estes são inclusivamente detidos pelo Estado.

Nos regimes não-democráticos, o controlo das informações é rígido e garante que notícias desfavoráveis ao regime não vêm a público e que não há fontes de informação alternativas às oficiais. Katrin Voltmer (2012) defende que a relação com os media é distinta nos regimes ditatoriais de esquerda (regimes comunistas, como aquele que vigorou na União Soviética) e nos de direita (como as ditaduras militares da América Latina).

Na América Latina, tal como em Portugal, havia agentes privados a operar no sector dos media, mesmo não existindo um mercado plenamente liberalizado, mas a grande condicionante era a não existência de liberdades políticas. Além disso, e como se verá mais adiante neste capítulo, os proprietários dos órgãos de comunicação social em

Portugal, durante a vigência do Estado Novo, eram personalidades muito próximas do regime. Assim, mesmo existindo empresas privadas operando com alguma autonomia a nível comercial, elas não dispõem de liberdades políticas para noticiarem livremente. A interferência do Estado revela-se quer ao nível das decisões sobre a propriedade dos meios de comunicação social, quer ao nível dos próprios conteúdos, através da existência da censura.

A TV Globo, no Brasil, fundada em 1965, foi um desses casos. A empresa que tinha inclusivamente estabelecido uma parceria comercial com o poderoso grupo americano Time-Warner (à época Time-Life) nasceu durante a Ditadura Militar no Brasil⁵⁶, que aboliu o pluripartidarismo e determinou a eleição indirecta do Presidente da República. O grupo de media liderado por Roberto Marinho reconheceria publicamente, vários anos mais tarde, que apoiou o regime da Ditadura Militar, no Brasil, permitindo a censura nos seus noticiários⁵⁷. Este tipo de Ditadura Militar que vigorou no Brasil, de cariz nacionalista, recorrendo à censura aos media e à tortura aos dissidentes do regime, viria a inspirar o modelo de outras ditaduras na América Latina, como sucedeu no Chile – ditaduras que os regimes justificavam com a necessidade de defesa do interesse da segurança nacional nesses países. O caso do Brasil e da TV Globo mostra o quanto pode ser limitada a margem de acção dos meios de comunicação social face ao poder político, comprovando que os media não podem ser dissociados do seu contexto político.

Assim, Hallin e Mancini assinalam dois propósitos distintos no papel dos media em contexto não democrático: nos regimes não-democráticos de esquerda, os meios de comunicação são utilizados como arma de doutrinação ao serviço do regime. Servem para mobilização das massas e os conteúdos dos media deixam pouco ou mesmo nenhum espaço para o entretenimento ou assuntos não políticos (Hallin e Mancini, 2012). Nos regimes não-democráticos de direita, os media assumem, por seu lado, uma função de manutenção de um certo estado de coisas, alimentando a passividade e despolitização dos indivíduos e garantindo a estabilidade do regime (Juan Linz e Alfred Stepan⁵⁸, citados em Hallin e Mancini, 2012: 237).

⁵⁶ A Rádio Globo pediu a concessão de televisão ainda em 1951, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, mas o processo viria a arrastar-se por vários anos devido à convulsão política no país, pelo que a TV Globo só começaria a emitir em 1965, já durante o governo de Humberto Castelo Branco, que foi o primeiro Presidente da República da Ditadura Militar, que duraria até Março de 1985 sob comando de sucessivos militares.

⁵⁷ O reconhecimento do apoio da Globo ao regime da Ditadura Militar consta do documentário britânico “Beyond Citizen Kane”, da autoria de Simon Hartog, realizado em 1993 para o Channel 4, do Reino Unido.

⁵⁸ Cf. Juan Linz e Alfred Stepan (1996) *Problems of Democratic Transition and Consolidation: South Europe, South America, and Post-Communist Europe*, Baltimore, John Hopkins University Press.

Katrin Voltmer (2012) refere-se às dinâmicas dos media e da política nos diferentes contextos para explicar que aqueles tanto servem um propósito de arma doutrinária (com recurso a conteúdos e mensagens altamente politizados, sem espaço para os assuntos não-políticos ou de entretenimento), como são um meio privilegiado para alimentar uma certa passividade da população, mantendo-a tão afastada quanto possível da política e recorrendo a programas de entretenimento, capazes de “mobilizar o consenso eleitoral em torno do regime e do Governo” (Cruz, 1988: 194).

Foi precisamente o que aconteceu com o Estado Novo, em Portugal. A política de informação de Salazar era essencialmente defensiva e não tinha como objectivo principal a instrumentalização de um órgão de comunicação social, mas antes defender o país, despolitizar as massas e “aquietar os espíritos”. José Manuel Tengarrinha⁵⁹ considera mesmo que a atitude do regime perante a imprensa demonstra bem a “natureza do fascismo português: tacanho, incapaz de criar um verdadeiro movimento de massas, pouco ambicioso, fechado sobre si próprio” (Correia, 2007: 49).

Ao contrário do que se verificou em regimes como o da Alemanha nazi, que utilizava os meios de comunicação social como instrumento de propaganda e de mobilização das massas, o Estado Novo, em Portugal, seguiu estratégia em linha com as ditaduras militares da América Latina já referidas. A intenção era sobretudo impedir a divulgação de posições desfavoráveis ao regime e evitar que a imprensa ficasse ao serviço da oposição (Tengarrinha, 2006), para, no fundo, manter tudo como estava. Em geral, eram proibidas ou cortadas referências críticas “a figuras públicas, à política do Governo ou ao império português, bem como alusões à pobreza ou a um ideário de esquerda” (Vieira, 2011: 19).

José Tengarrinha (2017) assinala três fases distintas no relacionamento do Estado Novo (num período compreendido entre 1926 e 1968) com os media, considerando que numa primeira fase, até 1931, “predomina a triagem da informação, mas sem critérios suficientemente definidos”, numa segunda fase, até princípios da década de 1950, “ocorre a afirmação do regime com orientações mais definidas, visando criar opinião pública favorável” e, finalmente, numa terceira fase, o intuito era “impedir informação desfavorável ao regime, quando eram visíveis as dificuldades crescentes perante as ameaças internas e externas e a quebra irreversível do impulso mobilizador que caracterizara a fase anterior”.

⁵⁹ Refira-se que José Manuel Tengarrinha é neste caso citado por Fernando Correia, na sua obra *Jornalistas. Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, p. 49.

De acordo com esta concepção, no momento em que decorre a eleição presidencial de 1958, o papel da imprensa estava mais vocacionado para silenciar as vozes discordantes, embora se mantivesse, ainda que de forma bastante mais ténue do que nos anos anteriores, uma tentativa de consciencialização pública da grandeza da obra do regime (Tengarrinha, 2017).

Só durante o consulado de Marcello Caetano se verifica uma apropriação dos meios de informação como instrumentos estratégicos ao serviço da acção governativa, a que Ignácio Ramonet chama “informação de propaganda” (Ramonet, 1999: 47) e que serve para designar a forma como funciona a informação nos regimes não-democráticos. Seja como for, a relação existente entre a imprensa e o poder político definem a natureza de um regime (Cabrera, 2017) e a informação é sempre susceptível de estar ao serviço da luta política e, para tanto, a propaganda revela-se essencial.

2.2. Campanhas eleitorais e propaganda política

Qualquer campanha eleitoral tem como finalidade o voto (Ihl, 2000: 11), mas este não se reduz ao dia da eleição, tem um contexto prévio e continua depois dessa data.

O caminho que se percorre para alcançar o voto começa com a campanha eleitoral e esta, por sua vez, não se faz sem a opinião pública. Mesmo nos regimes não-democráticos, como sucedeu na Alemanha nazi, empreenderam-se iniciativas que pretendiam impressionar as massas, como se verá de seguida. Mas conhecer a opinião pública e ter em conta o julgamento que os cidadãos fazem dos políticos é uma estratégia própria da democracia, com as sondagens a funcionarem como mediadores entre os cidadãos e o Estado, indispensáveis para a política democrática (Althaus: 2003). Scott Althaus refere-se às eleições como o momento que assinala a preferência colectiva sobre o que as pessoas querem e que se sobrepõe à escolha de cada um dos indivíduos, sendo que a opinião pública passou a constituir uma condição indispensável de garante de funcionamento e até de legitimação da democracia.

Dentro da dimensão das campanhas eleitorais, um dos conceitos mais importantes é o de propaganda política, elemento essencial na relação entre quem exerce o poder e os cidadãos. E sempre assim foi, na medida em que esse conceito é dos mais antigos, como confirma a história dos primeiros tempos cristãos, repleta de exemplos (Tchakhotine, 1967).

Neste âmbito da propaganda política, os jornalistas surgem como um importante mediador. Por um lado, os políticos sabem que os seus objectivos de poder estão, em grande medida, dependentes da capacidade de comunicação que evidenciam perante o sistema. Por outro lado, os jornalistas são os intermediários privilegiados de mensagens – na década de 1950, já Tchakhotine escrevia que acabam por ser “engenheiros de almas”.

Se a propaganda tem recursos infinitos (Domenach, 1963), também obedece a regras fundamentais na construção da mensagem, que passam pela capacidade de a amplificar, de a repetir ou de contagiar o maior número de pessoas para a causa em questão. Acresce que, enquanto fenómeno, ela é essencialmente a mesma nos diferentes pontos do globo – apenas difere no grau de aperfeiçoamento dos métodos utilizados, pelo que “as técnicas tendem a alinhar-se umas pelas outras” (Ellul, 2014: 12).

A propaganda distingue-se da publicidade por visar objectivos políticos e não comerciais (Domenach, 1963: 12). Curiosamente, nos Estados Unidos da América, as campanhas eleitorais pouco diferem das publicitárias. As campanhas de Dwight Eisenhower, em 1952 e 1956, são disso exemplo perfeito. Como refere Vasco Ribeiro (2015), o uso de técnicas comerciais para a promoção política teve um ponto alto na disputa presidencial entre Eisenhower e Adlai Stevenson, em 1952. A construção da imagem do candidato republicano foi levada até às últimas consequências, chegando-se ao ponto de definir o comportamento público e o conteúdo dos discursos do General em função da opinião das massas (Ribeiro, 2015: 22). É nesta campanha que nasce a ideia da promoção de um político equiparada à venda de um produto, tendo-se pedido a profissionais de Hollywood que produzissem anúncios televisivos (Cacciotto, 2015: 26).

Dominic Wring (2005), que tem diversa obra publicada sobre a crescente importância do *marketing* político nas sociedades ocidentais, aborda esta questão dos candidatos vendidos como produtos e trabalhados por profissionais que usam os media, mas também o *marketing* e as relações públicas. O objectivo, sustenta Wring, assenta na ideia de satisfação do consumidor, uma realidade já distante do primado da liderança partidária.

Este uso da propaganda, na sua vertente de lógica comercial ou publicitária, era diferente daquele que era utilizado nos regimes totalitários, nomeadamente na Alemanha nazi, onde Adolf Hitler se empenhava na propaganda ideológica, que decorria da fusão da ideologia com a política. Em ambos os casos, o que está em causa é a capacidade de convencer o eleitorado, sendo que, no caso das campanhas nazis, se tratava, mais que isso, de manipulação.

Jean-Marie Domenach (1963) refere-se a Adolf Hitler como um génio da propaganda. Adolf Hitler e Joseph Goebbels, que tutelava a máquina de propaganda nazi, são expoentes máximos da propaganda moderna, que utilizaram para mobilizar as massas como um instrumento poderoso, mas num sentido em tudo diverso daquele que se verificou nas campanhas americanas.

Hitler subiu ao poder eleito numa votação democrática, mas o regime totalitário que instituiu, assegurou que na Alemanha, durante o nazismo, não se realizaram eleições. Além disso, desmantelou e dissolveu os restantes partidos, proibindo-os no Parlamento, eliminando, dessa forma, toda a oposição.

A Hitler importava sobretudo exaltar a raça, incutindo o ódio e o desejo de poder nas multidões fanáticas a que se dirigia. Jogava com a encenação, a pose e a imagem pública e, segundo Jean-Marie Domenach, as promessas que fazia às massas eram de tal forma irracionais que só atingiam o ser humano “num nível de exaltação em que a resposta é irreflectida” (Domenach, 1963: 47).

Hitler e Goebbels preparavam meticulosamente as manifestações de massas e nem a hora a que o Fúhrer se dirigia à multidão era deixada ao acaso – escolhia-se o entardecer por se entender ser o horário mais favorável para que os indivíduos se deixassem dominar. O partido e o chefe, dois elementos-chave do nazismo, estavam presentes por toda a parte na vida da população: nas ruas, nas fábricas, nas casas, tal como nos jornais, no cinema e na rádio, onde a mensagem era repetida de forma incessante. Este era considerado o ponto fulcral para o sucesso da propaganda: a repetição dos temas principais e do que se queria comunicar, insistindo-se também em provocar o receio de um golpe comunista.

A rádio era utilizada para repercutir a mensagem, simultaneamente, em todos os pontos do mundo (Domenach, 1963: 19), enquanto no cinema, Leni Riefenstahl, realizou filmes e documentários sobre o regime como instrumento de propaganda especialmente eficiente, que serviam para a Alemanha mostrar ao mundo o império que estava a erguer. A cineasta realizou vários filmes encomendados pelo regime nazi, entre os quais se destaca *O Triunfo da Vontade* (1935), um filme-documentário sobre o congresso do Partido Nazi, que decorreu em Nuremberga, em 1934. A reconstrução dos acontecimentos históricos em versão cinematográfica adquiria enorme força dramática (Chaia, 2011), que o regime utilizava como propaganda a seu favor.

À direita, com os nazis, ou à esquerda, com os comunistas, cada regime fez o seu uso da propaganda. Na União Soviética, Vladimir Lenine, além de agitar e catequizar a classe operária, queria chegar a todos os estratos da população e fazer revelações políticas que

interessassem ao povo inteiro (Domenach, 1963: 37). Para tanto, seriam utilizados todos os meios (imprensa, rádio, teatro, cinema, jornais locais e de fábrica, conferências e comícios), adaptando o discurso e os argumentos ao público a que se dirigiam. Domenach (1963) refere-se inclusivamente ao facto de existirem na União Soviética, jornais para cada região e para cada profissão, todos repetindo a mesma mensagem, mas dizendo-a de forma apropriada às diferentes mentalidades. E desta forma era possível chegar aos pontos mais distantes do país.

Tal como já foi referido, apostava-se na repetição infatigável dos temas, tratando-os sob todos os ângulos e adaptando o discurso aos diversos públicos. Uma estratégia utilizada tanto pelo Partido Comunista, na União Soviética, como pelo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, na Alemanha, apesar dos objectivos a que se propunham serem diversos. Na União Soviética, o fim último era o comunismo, no caso da Alemanha era a concretização do mito ariano.

Os princípios básicos do nazismo, “um só Povo, um só Estado, um só Chefe”, foram utilizados como mote para a campanha desenvolvida por Hitler. Não é demais reforçar que este ganhou as eleições através de um processo de escolha democrática e que já tinha uma ideologia e um programa quando se tornou chanceler da Alemanha. Esse programa constava, aliás, na obra que Hitler publicou em 1925, *Mein Kampf*, que viria a tornar-se numa espécie de cartilha seguida à letra pelo partido. Aí estava já a defesa do racismo, a crença na superioridade de uns povos sobre outros, baseada na noção de raça e na convicção de que existia uma hierarquia humana, onde os arianos primavam como a única raça pura, sendo os alemães considerados uma espécie de elite, destinada a governar o mundo. A partir daqui, o programa com que Hitler se apresenta a eleições assenta já no anti-semitismo e na noção de “espaço vital”, que tinha como finalidade reagrupar todos os germânicos numa única nação cujo território se devia estender para o Leste europeu, obrigando os restantes povos a uma espécie de vassalagem.

Tanto Eisenhower, num regime democrático, como Hitler, num regime não democrático, utilizaram ferramentas semelhantes, desenvolvendo campanhas dominadas pela política-espectáculo (Schwartzwenberg, 1978), com forte componente de encenação, gestos e coreografia, campanhas caracterizadas pela lógica de competição pelo espaço mediático, potenciando o espectáculo como paradigma da comunicação política, mas com divisões muito claras em termos de propostas e discursos em tudo opostos.

Hitler discursava propondo a subordinação do Estado, do partido único e de toda a sociedade à concretização de um objectivo que considerava superior a tudo o resto: o mito

da raça ariana, a que já se aludiu. Em nome deste propósito, procurou que as massas se rendessem a esta vontade e que aderissem de forma fanática, destruindo liberdades sem excepção, recorrendo a repressão física e psicológica contínua.

Ora, este é um discurso em tudo diferente daquele que orientava a campanha de Eisenhower, determinado na defesa das liberdades e da paz, líder das forças do mundo livre na luta contra o comunismo.

Os casos referidos ilustram também como as campanhas modernas (moderno no sentido da orientação mediática e da consciência do funcionamento dos meios de comunicação e da sua utilidade) não são necessariamente democráticas, nem têm forçosamente de ter lugar num regime democrático nem têm de ser protagonizadas por um líder democrático. As campanhas nazis, bastante vanguardistas, são disso exemplo.

No caso de Humberto Delgado, embora o General apresentasse alguns traços de personalidade que eram comuns nos líderes do seu tempo – traços de autoritarismo ou, segundo alguns autores, características de “caudilho populista”, ao estilo daqueles que se encontravam na América Latina⁶⁰ – a sua principal proposta era terminar com um regime de ditadura e restabelecer as liberdades no país, o que marcava toda a diferença para as campanhas como aquelas que os nazis empreenderam e que propunham à população exactamente o oposto.

Os temas focados por Delgado na campanha eleitoral, conforme se verá na componente empírica do trabalho, centravam-se na denúncia da ausência de liberdade e na falta de democraticidade das eleições, fazendo críticas sobre a situação económica-social do país, o não cumprimento das promessas governamentais e a chamada de atenção para as difíceis condições de vida de uma boa parte da população. Os discursos do General agradavam à população e entusiasmavam o público, pelo que alguns que com ele privaram, não hesitam em apontar-lhe algum populismo.

Humberto Delgado era um homem de nacionalismo exacerbado, tinha uma dimensão de herói de guerra (tal como Dwight Eisenhower), vindo de fora da política, e não escondia alguma teatralidade, ao contrário de Oliveira Salazar, que era um homem reservado, que não gostava do contacto com as multidões (Ribeiro dos Santos, 1986). Ao

⁶⁰ Esta é a convicção de José Pacheco Pereira, em entrevista no âmbito da presente investigação doutoral, realizada em 14 de Abril de 2016. O historiador António Costa Pinto refere-se também aos sinais de algum caudilhismo em Humberto Delgado no debate da TSF que assinalou o centenário do nascimento do General, em 15 de Maio de 2002 – programa moderado pelo jornalista Manuel Villas-Boas e que tinha também como convidados Fernando Rosas e Alfredo Caldeira.

contrário de Salazar, Delgado tinha perfil de líder massas (vivia-se, aliás, o tempo dos líderes de massas, quer em regimes democráticos, quer em regimes não-democráticos) e, no plano da mobilização destas, a sua campanha “não teve qualquer comparação com as anteriores. Tocou largas camadas da população até aí verdadeiramente à margem da política e penetrou, verdadeiramente, até ao âmago do povo” (Soares, 1974: 229).

David Raby, professor do Departamento de História da Universidade de Toronto fala sobre o estilo populista de Humberto Delgado e defende que este “veio ao encontro de uma vontade popular de mudança que os vários sectores organizados da oposição não souberam expressar (Raby: 1982: 869).

Em Portugal, durante a vigência do Estado Novo, a propaganda política visava a manutenção do regime por via da “aquietação dos espíritos”, numa lógica de *order maintaining* (Roudakova, 2012) e, como refere Rogério Santos, o regime político manipulou sempre a informação, em especial em momentos específicos da história. A campanha presidencial de 1958 foi uma dessas ocasiões (Santos, 2014: 347).

Apenas no período eleitoral abrandava a censura, o que significa que, pelo menos nos 30 dias em que decorria a campanha, a actividade da oposição era permitida⁶¹, com algumas discordâncias ou críticas à governação – pese embora tal facto não anulasse um dos mais graves problemas que os oposicionistas enfrentavam: a falta de divulgação das iniciativas do candidato da oposição, já que as notícias que antecipadamente dessem conta à opinião pública da sua presença, em determinado dia ou lugar eram objecto de um corte selectivo e sistemático (Franco, 1993).

A pressão era muito grande junto do eleitorado que o regime controlava mais facilmente, com os presidentes de Câmara e os governadores civis a darem indicações de voto aos funcionários públicos. Um antigo funcionários dos CTT conta em pormenor como o Governador Civil da sua região cobrava literalmente os favores que os cidadãos regularmente lhe dirigiam, apelando de forma directa aos empregados dos correios “e qual é o meu pedido? É que os senhores votem na União Nacional”⁶².

⁶¹ As actividades da oposição eram, no entanto, vigiadas, como sucedia nas sessões de propaganda organizadas pela oposição, onde era obrigatória a presença de autoridades (e a autorização prévia do Governo Civil).

⁶² Testemunho de João Mendes Pereira no programa *Crónica do Século*, episódio 8 “O Terramoto Delgado (1958-1962)”, da autoria de Margarida Metello, realizado em 1999 e emitido pela RTP. Já depois de as eleições terem decorrido, durante o mês de Junho, os governadores civis manifestaram aos presidentes de Câmara o seu apreço pelo empenho demonstrado no apoio à eleição do candidato do regime. Cf. Roteiro da Exposição General Humberto Delgado e as eleições de 1958, organizada pela Câmara Municipal de Espinho, disponível no Centro de Documentação 25 de Abril, pasta Comunicados e Panfletos/Eleições 1958.

Mesmo no sector privado, havia patrões que se deslocavam até à porta das assembleias de voto, outros que entregavam listas para que os seus funcionários votassem na União Nacional (julgando que dessa forma estavam protegidos pelo regime) e casos houve em que os patrões “olhavam fixamente para os seus operários e empregados como que a obrigá-los pelo medo a votarem em quem esses empregados sabiam que era o preferido desses próprios empregadores”⁶³.

Do lado do regime, a campanha do candidato apoiado pela União Nacional limitava-se a algumas sessões com discursos solenes, às quais afluíam figuras destacadas do regime, do Governo ou da autarquia, sessões essas que eram normalmente organizadas pelo Governador Civil da região.

Na ausência de qualquer espécie de dinâmica ou clima de competição, estava-se perante uma comunicação meramente institucional, gasta, com cerimónias oficiais em que o candidato da União Nacional procurava justificar o regime com a apresentação da obra realizada, em comparação com períodos anteriores (s.a., s.d.: 363).

Os testemunhos obtidos no âmbito da presente investigação dão bem nota do tom dominante nas campanhas do regime, cujo tipo de discurso e acção em nada se distinguia dos restantes dias do ano. Joaquim Letria, antigo jornalista, refere que os meios de comunicação social se dava “o que era costume dar, não ligávamos nenhuma”⁶⁴. Era como se não houvesse efectivamente campanha, como acrescenta Manuel Sá Correia, médico e antigo apoiante da campanha de Humberto Delgado: “não havia propriamente campanha, as pessoas escreviam umas coisas, inaugurações havia sempre”⁶⁵.

A campanha de Humberto Delgado permite enfatizar a circunstância de no Estado Novo ser o Presidente do Conselho a ter as rédeas do poder e não o Presidente da República. Nas eleições presidenciais de 1958, o protagonismo recaiu todo sobre o Presidente do Conselho e não sobre o candidato Américo Thomaz, inclusivamente no dia da sua apresentação pública perante os jornalistas, na sede da União Nacional, em que a imprensa destacou não o discurso do candidato, mas apenas o de Oliveira Salazar⁶⁶. No total, para além de uma apresentação perante a comunicação social, Américo Thomaz

⁶³ Testemunho de Manuel da Costa e Melo, apoiante da candidatura de Delgado, no programa *Crónica do Século*, episódio 8 “O Terramoto Delgado (1958-1962)”, da autoria de Margarida Metello, realizado em 1999 e emitido pela RTP.

⁶⁴ Entrevista a Joaquim Letria, no âmbito desta investigação doutoral, realizada em 10 de Novembro de 2014.

⁶⁵ Entrevista a Manuel Sá Correia, no âmbito desta investigação doutoral, realizada em 13 de Julho de 2015.

⁶⁶ Entrevista a Vasco Hogan Teves, no âmbito desta investigação doutoral, realizada em 22 de Outubro de 2014.

apenas marcou presença em três sessões públicas, nas três principais cidades do país: Lisboa, Porto e Coimbra.

Em 1958, a sua campanha para a Presidência da República assente em discursos em salões fechados, para mero elogio do regime e da sua obra, contrastava com a campanha de rua e ar livre, de estilo quase incendiário, de Humberto Delgado. Nos temas abordados, Delgado divergia também com o discurso que se confinava à exaltação dos feitos heróicos do passado e da obra de Salazar. O candidato oposicionista advogava um novo projecto político para o país, com eleições livres, o fim da censura, a libertação dos presos políticos e o respeito pelas liberdades e direitos fundamentais, no fundo, restabelecendo as garantias constitucionais de um Estado de direito que há anos estavam suspensas.

As campanhas eleitorais que se realizaram em Portugal, no século XX, antes da transição para a democracia, foram sempre muito rudimentares quanto aos meios e técnicas utilizadas. Na maior parte das ocasiões, os cidadãos mal se davam conta da sua existência. Pelo contrário, a literatura disponível aponta a campanha de Eisenhower, em 1952, para a presidência dos Estados Unidos como a primeira e mais característica manifestação daquilo que se considera como o *marketing* político moderno (Maarek, 1997), onde não faltam banhos de multidão e se recorre à utilização muito insistente da televisão e da rádio.

Philippe Maarek faz uma importante sistematização sobre os elementos que compõem a campanha, as regras, as estratégias, os detalhes sobre o terreno no qual se desenrola a campanha e o adversário que se enfrenta – aspectos igualmente determinantes na campanha eleitoral americana de 1952, como nas presidenciais portuguesas de 1958. Mas em Portugal, como já se referiu, o contexto político era em tudo diverso daquele que se vivia nos Estados Unidos da América e a oposição enfrentava um paradoxo: ao mesmo tempo que o regime a impedia de esclarecer verdadeiramente a população e de apresentar as suas ideias (dado que as suas declarações eram censuradas na imprensa), apenas o período de campanha eleitoral permitia alguma visibilidade. E, apesar de todas as condicionantes, os meios oposicionistas não perderam a oportunidade de se mostrarem nos sucessivos actos eleitorais, quase sempre com resultados tão fracos quanto insignificantes, que terminaram invariavelmente na desistência dos candidatos à boca das urnas.

Estavam criadas as condições para um clima de tensão que dominou as eleições para a Presidência da República em 1958 (Franco, 1993) e para isso muito contribuiu também a natureza da propriedade dos próprios meios de comunicação disponíveis na época.

2.3. Os meios de comunicação social no Estado Novo

Decorrente do sistema político que se vivia em Portugal estava o sistema mediático, marcado pela natureza da propriedade dos meios de comunicação social, nas mãos de famílias tradicionalmente ligadas ao regime ou, pelo menos, dispostos a não hostilizá-lo, na medida em que “o que lhes interessava era a posse de um meio que lhes conferia prestígio social e alguma capacidade de influência nos meios económicos e mesmo políticos (Correia e Baptista, 2007: 50).

Por isso, os principais jornais da época não se opunham ao Estado Novo e seguiam quase sempre uma linha de conviência senão mesmo de subserviência para com o regime.

Os meios de comunicação social estavam, no essencial, alinhados com o salazarismo, salvo raríssimas excepções. E mesmo tratando-se, na maioria dos casos, de meios privados, os mesmos eram detidos por famílias afectas ao regime ou suficientemente próximas deste. Assim, entre as personalidades que mais se destacaram contam-se: a família Pereira da Rosa, detentora do jornal *O Século*, através da Sociedade Nacional de Tipografia (que incluía outras publicações, como *O Século Ilustrado*, *Vida Mundial* ou *Modas e Bordados*); a família Ruella Ramos, dona do *Diário de Lisboa*; a família Balsemão e Brás Medeiros, proprietários do *Diário Popular*.

Mesmo a criação de novas publicações estava vedada a pessoas que não fossem da confiança do regime, como fica expresso no Decreto-Lei 26 580, de 14 de Maio de 1936. É através desta legislação, no seu artigo 2.º, que se determina que “nenhuma publicação, periódica ou não, mas sujeita por lei ao regime da censura prévia, poderá ser fundada sem que seja reconhecida a idoneidade intelectual e moral dos responsáveis” (Correia, 2006: 242). O critério utilizado para aferir dessa idoneidade era a confiança política, que, por sua vez, estava na base da escolha dos directores das publicações, cujo nome era previamente sujeito a aprovação por parte do Governo.

Um dos autores que têm reflectido sobre a propriedade dos media no século XX e o lugar do jornalismo e dos jornalistas nas empresas e na sociedade, Fernando Correia (2006: 50 e seguintes), conclui que a natureza familiar do poder proprietário dos meios de comunicação social no Estado Novo contamina por completo toda a vida da empresa, redacção incluída.

No panorama da rádio, destacava-se a Emissora Nacional, estação do Estado e a funcionar sem publicidade, na dependência directa do Governo; a Emissora Católica

Rádio Renascença⁶⁷ e o Rádio Clube Português⁶⁸, a maior estação privada e com orientação ideológica decalcada do regime, que foi fundada, em 1931, por Jorge Botelho Moniz, oficial do Exército que participou no golpe militar de 28 de Maio de 1926. Como conclui Nelson Ribeiro (2017), que estudou a política radiofónica do Estado Novo, estas estações privadas mantiveram uma relação de grande proximidade com o regime, sobretudo no período entre 1933 e 1945.

O regime exerceu sempre um controlo bastante apertado sobre as estações de rádio (Ribeiro, 2017) e mesmo os pequenos emissores de rádio, que chegavam apenas a uma pequena audiência, estavam bastante controlados porque “tinham de pertencer à Emissora de Associados de Lisboa e tinham um delegado do Governo lá dentro, o que era um espartilho”⁶⁹, como revela um antigo locutor da Emissora Nacional, que viria a ser anos mais tarde quadro dirigente da RTP.

Rogério Santos num dos seus estudos sobre a rádio em Portugal (Santos, 2014) conclui que o controlo político do regime sobre as estações de rádio deixou “marcas profundas em especial na Emissora Nacional” (Santos, 2014: 343) que tinha uma informação de estilo oficioso. Ao traçar as suas conclusões sobre o panorama radiofónico entre 1941 e 1968, Rogério Santos explicita a permanente influência do SNI, Secretariado Nacional de Informação, e defende de forma clara que o regime político do Estado Novo manipulou sempre a informação, tal como silenciou pontos de vista nas eleições presidenciais de 1958 (Santos, 2014).

O mesmo autor descreve os noticiários da Emissora Nacional como obedecendo a um modelo oficial e muito seguidor da agenda do Presidente do Conselho (Santos, 2014: 183), com alinhamentos que noticiavam sobretudo a actividade ou agenda deste e do Presidente da República, socorrendo-se de fontes governamentais que condicionavam as notícias (Santos, 2014: 347) – isso mesmo foi evidenciado na campanha de Humberto Delgado para a Presidência da República, em 1958.

Na década de 1950, era ainda o entretenimento a dominar a programação radiofónica, com a emissão de concertos e palestras – com excepção dos relatos dominicais de futebol, que angariava as melhores audiências da semana. As taxas obrigatórias para todos os

⁶⁷ As emissões experimentais da Rádio Renascença começaram em 1936, embora a inauguração oficial tenha ocorrido apenas dois anos depois, em 1938. Tornou-se mais tarde uma estação de radiodifusão de referência em Portugal.

⁶⁸ Fundado em 1931, resultou do crescimento do Rádio Clube da Costa do Sol, também propriedade da família Botelho Moniz. O Rádio Clube Português viria a ser o maior accionista da RTP a seguir ao Estado.

⁶⁹ Entrevista realizada, no âmbito desta investigação doutoral, a Vasco Hogan Teves, em 22 de Outubro de 2014.

detentores de aparelhos receptores sustentavam a Emissora Nacional, enquanto as estações privadas dependiam da exploração directa de publicidade e do aluguer de tempos de antena a produtores externos (Rosas e Brito, 1996: 809-810).

A rádio era um meio de comunicação muito popular entre os Portugueses, o que se justifica, por um lado, pela elevada taxa de analfabetismo existente durante o Estado Novo e, por outro lado, fruto da comercialização dos transístores a preços acessíveis. Logo nos anos 1930 foi organizada uma campanha de venda de aparelhos de rádio a preços reduzidos por se entender que “a Emissora Nacional deveria, na medida do possível, chegar junto de todos portugueses a quem se destinava” (Torgal, 2009: 160). O próprio nome, com as mesmas iniciais de «Estado Novo» “é revelador da ideia de que se tratava de uma estação radiofónica ao serviço da Nação” (Torgal, 2009: 159).

No capítulo que dedica à radiofonia ao serviço do Estado e aos primeiros tempos da Emissora Nacional, Luís Reis Torgal denuncia o esforço do regime para transmitir a ideia de um “controlo brando dos meios de comunicação”, ao mesmo tempo que sentia que “a «radiodifusão» era um instrumento fundamental ao serviço da «propaganda»” (Torgal, 2009: 150). Nesse sentido, a missão política da rádio foi também evidenciada pelo Capitão Henrique Galvão, no discurso de inauguração da Emissora Nacional, em 4 de Agosto de 1935. Na qualidade de Presidente da Comissão Administrativa e referindo-se à Emissora Nacional como uma “realização do Estado Novo”, Galvão aponta-a como “mais um soldado que se alista, uma força ao serviço do Estado Novo” (Torgal, 2009: 154).

Em Portugal, em 1958, ano da campanha em estudo, os jornais e a rádio eram os principais meios que permitiam à população ter acesso à informação, ainda que esta fosse condicionada e dominada pela censura, conforme se explicará mais adiante neste capítulo. Por sua vez, a televisão era ainda uma realidade completamente nova no país, tendo em conta que as emissões regulares da Rádio Televisão Portuguesa, a televisão pública, apenas começaram em 1957 e, portanto, só na década seguinte os aparelhos de televisão se espalhariam pelos lares portugueses.

Francisco Rui Cádima (1996), que faz uma análise exaustiva do meio televisivo durante os consulados de Oliveira Salazar e de Marcello Caetano, classifica-o como extremamente subserviente ao poder. De acordo com o testemunho de um dos jornalistas que trabalhou na RTP desde as primeiras emissões, a aposta nos jornais televisivos era muito diminuta. A maior parte das informações provinham directamente da Emissora Nacional e o noticiário que se fazia nos primeiros tempos de existência da RTP pouco

mais era do que a leitura das folhas dos noticiários da rádio. O locutor lia as notícias e no ecrã apenas ele aparecia, não existindo peças televisivas nem qualquer imagem associada à notícia que estava a ser lida, e só aos poucos começaram a ser feitas reportagens, cobrindo essencialmente a agenda dos governantes do país. A própria aprendizagem dos jornalistas era feita no dia-a-dia, uns com os outros, até porque apenas os realizadores tinham sido enviados previamente ao estrangeiro para aprender como se trabalhava em televisão⁷⁰.

Tal como na rádio e em todas as grandes empresas, existia na rádio televisão um delegado do Governo, uma personalidade afecta ao regime que servia de interlocutor junto deste e que “acabava por exercer um escrutínio maior que a própria censura”⁷¹, levando os jornalistas a utilizarem uma técnica de auto-censura, que estava já implícita no funcionamento das redacções.

Para que o quadro traçado sobre a paisagem mediática portuguesa fique completo é necessário perceber como a censura funcionava, como era um pilar importante, impedindo que informações desfavoráveis ao regime vissem a luz do dia.

2.4. A censura

O Estado Novo contou com a censura, a título informal, desde os seus primeiros tempos. Inicialmente, não era assumida na lei, mas na prática funcionava no seu pleno: suspendia ou apreendia os jornais que subvertessem a ordem pública. E, em 22 de Junho de 1926, apenas um mês depois do golpe de Estado do Exército, que instaurou o novo regime no país, já existia uma Comissão Fiscalizadora, encarregue de verificar diariamente os conteúdos dos jornais, e os censores recebiam indicações genéricas sobre os assuntos aos quais deviam dar mais atenção. Como sintetiza Cândido de Azevedo, quer a censura prévia à imprensa, quer a censura *a posteriori* ao livro foram impostas logo a seguir ao 28 de Maio, mas só com Salazar no poder se transformou no “importantíssimo instrumento de controlo político e ideológico” (Azevedo, 1999: 33).

A censura prévia estava prevista no texto constitucional de 1933, justificada pela necessidade de defender a opinião pública dos factores que a pudessem desviar da verdade e do bem comum (Cabrera, 2006: 28).

⁷⁰ Entrevista realizada no âmbito desta investigação doutoral a Vasco Hogan Teves, em 22 de Outubro de 2014.

⁷¹ *Idem*. O jornalista explica que só alguns anos mais tarde passaram a receber a visita dos funcionários da censura, que se deslocavam à RTP para ver de perto o que os jornalistas estava a fazer.

Apesar do artigo 8.º da Constituição de 1933 consagrar as liberdades de associação e de expressão, estas viriam rapidamente a ser alvo de um decreto governamental que na prática instaurava a censura, justificando-a com a necessidade de defesa da opinião pública, contra tudo o que pudesse alegadamente ameaçá-la. A censura ficou formalmente instituída com a entrada em vigor de um decreto através do qual se confirmava que ficavam sujeitas a censura todas as publicações periódicas, bem como todos os folhetos e livros. O Decreto-Lei n.º 22469, que entrou em vigor no mesmo dia que a Constituição, determinava ainda que o uso da liberdade de expressão seria regulado por leis especiais.

Os principais dirigentes do regime e o próprio Presidente do Conselho tinham “consciência de que a sua governação não resistiria à livre análise e crítica dos seus opositores” (Azevedo, 1999:16), razão pela qual a censura assumiu papel central na estrutura orgânica do Estado Novo.

Em Portugal, tentou constituir-se – com a ajuda do Secretariado de Propaganda Nacional – um “bloco de opinião nacional”, para silenciar as vozes discordantes, ao mesmo tempo que se tentava passar uma imagem pública da eficiência e benefícios do regime (Tengarrinha, 2006).

Como recorda Ana Cabrera, António Oliveira Salazar - como depois dele Marcello Caetano – pretendeu legitimar o Estado Novo na opinião pública, considerada formalmente no artigo 20.º da Constituição Política de 1933, como um elemento fundamental da administração do país, que devia ser defendido de todos os factores que a desorientassem contra a verdade e o bem comum. E simultaneamente, considerava essa opinião pública pouco credível, fraca, influenciável e por isso devia ser defendida das más influências (Cabrera, 2006: 27). Salazar considerava a imprensa, assim como a generalidade do povo português, “impreparada para poder exprimir-se livremente e viver em liberdade” (Oliveira, 1991: 75).

A censura prévia funcionou como o principal instrumento para a repressão preventiva, enquanto *a posteriori* funcionou a repressão, para corrigir ou punir. Ao mesmo tempo, o regime teve também a preocupação de formar mentalidades, através de organismos como o Secretariado da Propaganda Nacional e de um leque de serviços que em conjunto assegurava a coordenação dos serviços públicos em matéria de propaganda e informação (Quintero, 1994: 368).

A censura funcionava inicialmente na dependência do Ministério do Interior⁷², como um instrumento de segurança interna do país, e depressa se tornou, como já foi referido, um dos pilares do regime, a par da polícia política, a PIDE. Em ambos os casos, tratava-se de instituições do Estado, com funcionários pagos pelo erário público, exercendo repressão, cada uma à sua maneira, mais física num dos casos, ou mais psicológica noutros casos.

Salazar via nos jornais um perigo para a estabilidade do Estado Novo e para o modo de vida que era preconizado (Quintero, 1994; Cabrera, 2006). A censura, actuando de forma a silenciar internamente toda e qualquer informação, notícia ou facto desagradável ao regime, foi um poderoso instrumento para controlar a opinião pública, dificultando a vida dos oposicionistas nos regimes não-democráticos. Era o recurso ao medo como meio de coarctar o pensamento, de que fala Cândido de Azevedo (Azevedo, 1999: 83).

Hermínio Martins (1998: 44-45) teoriza sobre uma utilização muito específica desta questão do medo, que classifica como o “ótimo do terror”, determinado por uma violência doseada e controlada, que se traduziu numa economia da mesma, na medida em que o sistema estava organizado para se recorrer o menos possível a acções de tipo extremo, como assassínios e prisões, enquanto se inculcia o medo como efeito dissuasor de ideias ou atitudes consideradas não convencionais. Para tanto, o regime socorria-se de um aparelho repressivo complexo e refinado e de uma coacção “repressiva, mas não sanguinária por sistema” (Garcia, 2009: 48).

Os acontecimentos indesejáveis acabavam por chegar às páginas dos jornais apenas quando já não era possível ocultá-los e sob a versão escolhida como sendo a oficial e apta para divulgar. E, como refere José Luís Garcia, “não só os títulos, as notícias ou as entrevistas de carácter político eram considerados matérias de vigilância, mas também o mundo científico, académico” (Garcia, 2009: 57).

Dentro do país, a intenção era fazer parecer que se vivia tranquilamente, uma calma aparente, abordada na entrevista realizada por Christine Garnier para o livro *Férias com Salazar*⁷³, e onde o Presidente do Conselho fala numa “doçura de um viver tranquilo. Que nós atingimos esse alvo, ninguém o pode negar”⁷⁴. Para Ana Cabrera, “a censura é de

⁷² No final da Segunda Guerra Mundial, a censura passou a ser tutelada pelo Secretariado Nacional de Informação (SNI).

⁷³ Em 1951, as Éditions Grasset encarregaram a jornalista Christine Garnier de escrever sobre o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar.

O livro *Férias com Salazar* foi lançado em 1952, em tradução portuguesa, pela A. M. Pereira.

⁷⁴ Entrevista a António de Oliveira Salazar, in *Grandes Entrevistas da História. 1952-1970*, vol. 4, p.11.

facto responsável pelo silenciamento, pelo apagamento dos espíritos inquietos” (Cabrera, 2017).

Como já foi referido, uma das características mais destacadas dos regimes não-democráticos é o facto de estes serem contra todas as liberdades que possam enfraquecer a autoridade do poder e a coesão do grupo nacional, a liberdade de exprimir ou debater opinião (Rémond, 2003: 349). Deste modo, essencial para a manutenção do Estado Novo foi também a censura, ao serviço de uma propaganda que, segundo Salazar, devia ligar-se à “educação política do povo português”⁷⁵.

Esta orientação é explicitada por José Luís Garcia, num capítulo dedicado à censura em Portugal, onde recorda o principal argumento que esteve na origem da própria censura, “a ignorância do povo, que não teria discernimento para distinguir a «boa» da «má» informação, é utilizada (...) como justificação por uma autoridade prepotente e paternalista que subestima e persegue a inteligência dos cidadãos” (Garcia, 2009: 55).

Este autor argumenta que a tradição de oprimir a liberdade de expressão e de censura tem raízes antigas em Portugal e acompanhou a história do país, tendo-se aperfeiçoado a repressão e o rigor censório

A censura à imprensa era extensível à rádio e à televisão e foi-se alargando, ao longo do tempo ao teatro ou o cinema. No caso deste último, foi criada a Inspeção-Geral dos Espectáculos, para garantir que as fitas exibidas não fossem “perniciosas para a educação do povo” nem “atentatórias da moral e do regime político e social vigorantes”⁷⁶. O exercício da censura realizava-se inicialmente depois da estreia dos filmes, com a legislação a prever multas pesadas para quem exibisse películas que violassem as normas estabelecidas, mas, a partir de 1945, é formada uma Comissão de Censura, “de cuja aprovação depende a permissão para exhibir qualquer filme em território nacional” (Vieira, 2011: 18).

Em todo o caso, segundo a análise feita por Luís Reis Torgal, mais do que um suporte oficial, “o cinema no Estado Novo procurou integrar-se numa ideologia básica ou contextual do regime ou, pelo menos, desejou não o negar” (Torgal, 2009: 214)⁷⁷. Já Patrícia Vieira, na obra que dedica ao cinema no Estado Novo, e que incide na questão

⁷⁵ «Fins e Necessidades da Propaganda Política», discurso proferido na reunião das Comissões da União Nacional de Lisboa, realizada na Sala do Conselho de Estado, na noite de 26 de Fevereiro de 1940, in *Discursos*, vol. II, p. 193 e seguintes. Citado em Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo*, volume 2, p. 150.

⁷⁶ Estas disposições constam do Decreto n.º 13 564, de 1927.

⁷⁷ Esta referência diz respeito ao segundo volume da obra *Estados Novos. Estado Novo*.

da encenação do regime, conclui que “historiadores e críticos são unânimes em afirmar que, em Portugal, não se verificou uma manipulação ideológica da Sétima Arte comparável à instrumentalização do cinema que teve lugar sob o jugo das poderosas máquinas de propaganda da Itália fascista ou da Alemanha nazi” (Vieira, 2011: 17).

A censura era apenas uma das contingências que a oposição teria de enfrentar em vésperas das eleições presidenciais de 1958, mas esteve longe de ser a única dificuldade, como se verá no próximo capítulo, que detalha as divergências no seio da oposição e a forma como se determinou a candidatura de Humberto Delgado.

CAPÍTULO 3.

O PAÍS NAS VÉSPERAS DAS ELEIÇÕES DE 1958

Introdução

A orientação política, as formas de intervenção contra o regime e a maneira mais eficaz de o derrubar são algumas das questões que mais polémica e divergências causaram entre a oposição nas vésperas das eleições presidenciais de 1958.

Na década de 1950, vários sectores da sociedade portuguesa davam já sinais de insatisfação social, cansaço e revolta contra o Estado Novo. A base de apoio económico e social do regime vinha sofrendo alguma erosão desde o pós-guerra, nasceu uma nova classe média e da burguesia urbana, por virtude da industrialização (e dos novos serviços que esta dinamizou) e uma parte significativa da população vivia a braços com difíceis condições de vida. Em 1957, os trabalhadores agrícolas do Sul de Portugal, por altura das colheitas, mobilizaram-se contra aquilo a que chamavam “jornas de miséria”. E, em Agosto e Setembro desse ano, 5000 pescadores de Matosinhos rebelaram-se em defesa do descanso oficial ao domingo⁷⁸. Foi-se verificando uma crescente movimentação por parte da classe operária rural e das cinturas industriais, que deu ânimo aos sectores republicanos e democráticos – no último trimestre do ano, ainda em 1957, as comemorações do 5 de Outubro foram já “um momento de resistência antifascista em dezenas de localidades do País”⁷⁹.

O descontentamento estendia-se a uma ala dentro do próprio Estado Novo, até porque, na sequência da guerra, Salazar optou por manter o regime indefinido “para ampliar a sua base de apoio e por conveniências de inserção social”⁸⁰. Rui Ramos identifica uma espécie de ambiente de guerra civil no seio do salazarismo, defendendo que “a dinâmica política destes anos passava menos pelo confronto entre a oposição de esquerda e o regime do que pela disputa do poder no topo do Estado Novo”⁸¹.

Quanto às diferentes oposições⁸², depois de vários anos desavindas tentaram unir esforços para reconstituir uma frente oposicionista nas eleições de Novembro de 1957

⁷⁸ *Avante*, edição n.º 1802, de 12 de Junho de 2008.

In <http://www.avante.pt/pt/1802/emfoco/24944/?tpl=37>, acedido em 20 de Abril de 2016.

⁷⁹ *Idem*.

⁸⁰ *Jornal Público*, 14 de Maio de 2006, p.16.

⁸¹ *Idem*.

⁸² Numa carta enviada pelo republicano Alberto Madureira a Álvaro Monteiro, em 1 de Março de 1958, há um breve descritivo das diferentes oposições, contemplando “o grupo chefiado por Jaime Cortesão e dirigido por Azevedo Gomes; o grupo de Câmara Reis e dirigido por todos; o grupo dos forçados da Rua Rodrigues Sampaio; o grupo de José Domingues dos Santos; o grupo isolacionista do Porto; o grupo de Rui Luís Gomes; o grupo de Braga; os grupos de Aveiro; os grupos de Santarém e Leiria; o P. R. P.”

Para além destes grupos, havia o Partido Comunista Português, ilegalizado desde 1926 e única corrente política que teve expressão organizada ao longo das várias décadas de vigência do Estado Novo.

para a Assembleia Nacional, tendo havido inclusivamente uma aproximação a sectores dissidentes do regime, como os monárquicos e os católicos (Rosas e Brito, 1996: 290). O balanço foi, apesar disso, negativo, com a lista da oposição por Lisboa a não ser aceite por alegadamente ter sido entregue fora do prazo (Santos, 2013: 32), os candidatos por Aveiro e Porto a retirarem-se nas vésperas das eleições e apenas os candidatos da oposição pelo círculo de Braga a manterem-se em jogo. No rescaldo destas eleições, a preocupação centrou-se no desafio eleitoral seguinte: a escolha de um candidato presidencial para as eleições presidenciais de 1958.

3.1. A difícil escolha do(s) candidato(s) da oposição

Na sequência das eleições, de 1957, para a Assembleia Nacional foram mantidas conversações entre as diferentes tendências da oposição portuguesa e desde Novembro de 1957 que se apontava para a intenção de ter um candidato único.

No Outono de 1957 tinha também regressado a Lisboa Humberto Delgado, o mais jovem General português, ex-adido militar em Washington. Este antigo tenente do 28 de Maio, agora desanimado com o Estado Novo e a insurgir-se contra vários aspectos do regime, estava de regresso depois de vários anos a trabalhar no estrangeiro e voltava a assumir o cargo de Director-Geral da Aeronáutica Civil, que uma década antes já tinha ocupado.

O nome de Humberto Delgado foi discutido logo em finais de Novembro de 1957 numa reunião de elementos da Comissão Cívica Eleitoral com o Directório Democrato-Social⁸³ – uma informação confirmada pelo testemunho de Raul Rêgo, revela que, nos finais de 1957, António Sérgio anunciou que a candidatura de Delgado seria uma hipótese (Múrias, 1975: 67). Delgado é contactado por António Sérgio a 14 de Novembro, que o sonda no sentido da candidatura⁸⁴. No final de Dezembro de 1957, Artur Andrade e Artur Santos Silva encontraram, numa livraria, o pai deste último, Eduardo Santos Silva, que lhes disse que António Sérgio garantia que havia um General da Força Aérea, acabado de

Nos anos 40, depois de uma onda de detenções e tortura de militantes comunistas, alguns dos quais foram enviados para o Campo do Tarrafal, o partido procedeu à chamada “reorganização” e conseguiu criar uma organização clandestina forte e bem estruturada, que incluía instalações, tipografia, imprensa clandestina, sistemas de ligação e transportes e funcionários. Cf. <http://www.pcp.pt/partido-comunista-da-reorganizacao-dos-anos-40-ao-25-de-abril>, acedido em 22 de Fevereiro de 2016.

⁸³ *Nova Renascença*, Outono de 1997, n.º 67, vol. XVII, parte I, p. 714

⁸⁴ Será por intermédio de António Sérgio e do contacto deste com os seus amigos do Porto que Humberto Delgado é convidado a candidatar-se. Mas a candidatura à Presidência da República vinha sendo também abordada por Henrique Galvão quando Humberto Delgado o visitava na cadeia.

regressar dos Estados Unidos da América, disposto a juntar-se à oposição (Múrias, 1975: 13). Foi, portanto, através de Eduardo Santos Silva⁸⁵ que o grupo do Porto ficou a saber que Humberto Delgado “estaria disposto, com apoio oposicionista, a concorrer” (Santos, 2013: 89).

Desiludido com o regime e entusiasmado com a democracia americana, Humberto Delgado estava desde 1957 que estava atento às movimentações dos oposicionistas⁸⁶ e em contactos para um movimento militar (Delgado, 2009: 120). Foi, portanto, nos últimos meses desse ano de 1957 que a ideia ganhou forma.

Ao longo das últimas décadas, os nomes de António Sérgio e de Henrique Galvão têm sido apontados, ora um, ora outro, conforme os casos como autores da sugestão do nome de Humberto Delgado. Mas este é muito preciso quando nas suas memórias revela que a ideia de o propor para a Presidência partiu de Henrique Galvão, estava este preso por crimes contra a segurança do Estado, que lhe sugeriu a 25 de Outubro de 1957, quando o General o visitou em Peniche. “Foi Henrique Galvão quem para Washington me comunicou, com todos os cuidados necessários para escapar à censura postal, que descobrira o ovo de Colombo capaz de dar cabo de Salazar. Acrescentava que, quando em breve eu regressasse a Lisboa, me diria de que ovo se tratava. Na volta, visitei-o, e de sua boca (...) colhi a «fórmula química» para a vitalização do ditador: *eu aceitar que Henrique Galvão sugerisse o meu nome para candidato à Presidência da República*” (Delgado e Pacheco, 1995: 80). Uma tese corroborada por Raul Rêgo que ouviu falar de uma carta de Galvão para Delgado onde se lia: «Suponho ter descoberto a quadratura do círculo, depois falaremos». A quadratura do círculo seria a candidatura de um General no activo, para desmantelar o regime. Como a eleição era directa, o povo podia ser mobilizado pela campanha. E foi-o, com efeito” (Múrias, 1975: 67-68).

A ideia terá, pois, surgido a Henrique Galvão na prisão, mas foi António Sérgio o principal agente organizador de um apoio civil à candidatura de Humberto Delgado (Raby, 192: 877) – desenvolveu os contactos políticos necessários e promoveu o nome

⁸⁵ Eduardo Santos Silva (1879-1960), médico e político republicano, foi também ele desafiado para se candidatar nas eleições presidenciais de 1958. Segundo Gaspar Martins Pereira, terá respondido: “Poderei concordar com a apresentação da minha candidatura à Presidência da República se, porventura, à volta do meu nome se congregar um tal unanimidade que torne essa candidatura um imperativo cívico” (Gaspar, 2002: 64-65).

⁸⁶ Prova disso é o relato feito pelo arquitecto Alfredo Magalhães sobre a reunião que o grupo do Porto teve com Humberto Delgado, para definir o apoio à sua candidatura, depoimento no qual fica claro que não o conheciam e que apenas sabiam que ele vinha da situação. E verificaram com surpresa que o General estava a par das actividades da oposição e que acompanhara a campanha para a Assembleia Nacional, na qual alguns dos elementos do grupo tinham concorrido a deputados. In Manuel Beça Múrias, *Obviamente Demito-o*, p. 37.

dele entre a oposição, apresentando as vantagens do apoio ao General. A estratégia passava por apresentar um candidato que, não vindo da oposição tradicional, fosse capaz de dividir o regime e de provocar uma dinâmica de mudança no seio do Estado Novo.

Não cabendo no âmbito da investigação em curso a análise da forma como decorreu o processo de escolha do candidato da oposição nas eleições de 1958, importa referir, no entanto, que, no decurso desse mesmo processo, veio a público um número significativo de nomes e de candidaturas às eleições presidenciais, como o comprovam diversos documentos constantes no arquivo do advogado oposicionista Álvaro Monteiro, sobre o qual se falará na parte empírica do trabalho, bem como outros documentos que se encontram na Torre do Tombo⁸⁷.

Trata-se de documentação que permite revisitar a desorientação que prevalecia nos meios oposicionistas nos primeiros meses de 1958, e que se traduziu num processo complexo e atribulado para a escolha do(s) candidato(s) a apresentar em nome da oposição.

Em Dezembro de 1957, circulava, pois, no país uma proposta para um entendimento político do conjunto dos oposicionistas, através de uma frente de toda a oposição num bloco eleitoral intervencionista, “sem prejuízo de compromissos políticos existentes, por parte de diversos grupos, mas processando-se à margem deles” (Lemos, 2012: 379). Mas nem a circunstância de o documento contemplar um ponto específico referente à indicação em breve prazo de um ou mais possíveis candidatos à eleição presidencial (Lemos, 2012: 380) permitiu um consenso quanto a esta matéria.

3.1.1. Pulverização dos candidatos

No ano de 1958 estudou-se durante vários meses a melhor forma de estruturar um movimento democrático para intervir na campanha eleitoral, com objectivos bem definidos, mas entre Janeiro e Abril parecia pouco provável que fosse possível ultrapassar a divisão nas fileiras da oposição, “o que estava em jogo, como em anos anteriores, era a influência relativa de diferentes sectores dentro do movimento antifascista. A divisão principal era ainda entre os comunistas e os que estavam dispostos a trabalhar com eles, de um lado, e, do outro lado, os grupos liberais ou conservadores da oposição, alguns dos quais preferiam aliar-se com o regime em vez de com os comunistas. Mas esta divisão

⁸⁷ ANTT – AOS/CO/PC 51, doc. 366. Cf. Mário Matos e Lemos, *Oposição e Eleições no Estado Novo*, p.381.

clássica não era a única: também existia uma divergência séria entre os círculos mais tradicionais da oposição burguesa e os sectores novos, mais dinâmicos e modernizantes, que começavam a surgir na época do pós-guerra” (Raby, 1982: 872-873).

Em Janeiro, Eduardo Santos Silva foi formalmente convidado para ser candidato em nome da Oposição Democrática, como “homem capaz de congregar à sua volta todas as forças democráticas da Nação”⁸⁸. No entanto, este antigo deputado e ex-Ministro da Instrução Nacional, impunha como condição, conforme referido anteriormente, unanimidade quanto ao seu nome, o que não veio a verificar-se.

Os republicanos organizaram no Porto, no dia 30 de Janeiro de 1958, um convívio com 300 convidados (entre eles o grupo de candidatos independentes a deputados nas eleições de 1957), como forma de insistir na ideia de ter um candidato que fosse até às urnas e não desistisse no último momento, como até aí tinha acontecido.

No mês seguinte, personalidades como Câmara Reis ou o General Ferreira Martins declinaram o convite para serem candidatos. Nesta altura, já Humberto Delgado contava com o apoio do Norte, o Directório Democrato-Social pressionava Jaime Cortesão para se candidatar (Rosas, 1996: 229) e perfilava-se também Quintão Meireles, que viria a desistir por falta de garantias dadas pelo regime, o que fez com que o Directório tenha decidido abster-se da apresentação de um candidato próprio (Lemos, 2012: 208).

Em Março de 1958, estava em marcha um movimento de apoio à candidatura de Cunha Leal, com dezenas de subscritores oriundos de várias cidades do país, como atesta um documento da época, onde se afirma que “desde este momento existe, pois, o candidato da oposição!”⁸⁹. A 22 e 23 de Março realizou-se mesmo em Lisboa uma assembleia de delegados representativos de várias regiões e sectores profissionais do país com o objectivo de lançar o movimento de apresentação e apoio da candidatura de Cunha Leal⁹⁰.

⁸⁸ É esta a expressão utilizada na circular de solicitação de apoio à candidatura de Eduardo Santos Silva, in ANTT – AOS/CO/PC 51, doc. 366. Cf. Mário Matos e Lemos, *Oposição e Eleições no Estado Novo*, p.381. Nos primeiros meses do ano de 1958, ainda havia sectores da oposição a desenvolverem esforços para tentarem convencer o médico a aceitar o desafio e envolvidos na recolha de apoios para o efeito. No processo da PIDE sobre as eleições presidenciais de 1958, há também uma circular promotora do voto, com apelo por parte de uma lista de signatários que pedem a Eduardo Santos Silva que aceite ser candidato. O documento, com data de Fevereiro de 1958, tem uma parte descartável, a picotado, para recolha de assinaturas para esta causa. Cf. ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, AC SC SR NT 2799, PT 1, p. 252.

⁸⁹ Documentos da candidatura de Cunha Leal, no arquivo Ephemera, de José Pacheco Pereira. Cf. <https://ephemerajpp.com/2017/05/15/eleicoes-presidenciais-de-1958-candidatura-de-cunha-leal-documentos/>, acedido em 17 de Maio de 2017.

⁹⁰ Já a 11 de Janeiro de 1958 tinha decorrido um jantar de apoio a Francisco Cunha Leal organizado por uma comissão nacional pró-candidatura, que reuniu 700 convidados, como relata a edição do dia 12 de Janeiro de 1958 do jornal *O Século*.

No mesmo mês, uma assembleia de delegados oposicionistas, representativos de várias regiões do país e um folheto do Partido Comunista proclamavam que a oposição tinha um candidato: Francisco Cunha Leal, ligado aos sectores conservadores da oposição e à I República⁹¹, mas o Directório Democrato-Social opunha-se a esta candidatura e preferia um dos seus – ainda tentou como candidatos possíveis Jaime Cortesão, acabado de regressar do exílio, ou António Sérgio, mas estas figuras intelectuais teriam sempre um impacto limitado junto da população.

Com uma base de apoio menos abrangente do que desejaria, Cunha Leal comunicou, na segunda semana de Abril, a decisão de não se candidatar, alegadamente por motivo de doença⁹². Câmara Reis comunicou essa desistência numa reunião da *Seara Nova*, em 18 de Abril – os participantes insistiam nessa altura que Humberto Delgado não seria o candidato da oposição democrática. Mencionaram-se vários nomes, mas não houve consenso, apenas a determinação de escolher um candidato que fosse até às urnas.

Face à desistência de Cunha Leal, cujo nome chegou a ser anunciado ao país, e à necessidade urgente de resolver o problema, realizou-se em Lisboa, a 20 de Abril, uma reunião da Comissão Cívica Nacional, com 120 delegados de vários pontos do país, na qual se decidiu escolher o nome de Arlindo Vicente⁹³, que prometia disputar a eleição até à votação nas urnas. Ainda assim, o nome deste advogado de Lisboa, suscitou forte discussão entre aqueles que o defendiam e os que o consideravam um ilustre desconhecido, pelo que lhes parecia mais indicado o nome de Humberto Delgado⁹⁴. O principal argumento para o não apoio comunista à candidatura do General tinha a ver com a convicção de que esta não tinha grande aproximação às camadas populares da população e que estas não estavam efectiva e directamente representadas nas comissões de apoio a Humberto Delgado.

⁹¹ Referindo-se às candidaturas de Cunha Leal e de Humberto Delgado, uma carta de Alberto Madureira para Álvaro Monteiro, com data de 16 de Abril de 1958, menciona um clima de “guerra civil entre Porto e Lisboa; o Porto atirando sobre o candidato hipotético de Lisboa e esta sobre o candidato que fora apresentado pelo Norte”.

⁹² Não são consensuais os motivos que terão levado à desistência de Francisco Cunha Leal, mas todo o processo decorreu durante uma fase de doença, internamento hospitalar e convalescença difícil de Cunha Leal, factores que podem ter pesado na sua decisão. Por outro lado, relatórios da PIDE dão conta que várias personalidades oposicionistas se recusaram a apoiar este candidato, alegando que iria ser proposto somente por elementos comunistas. In Mário Matos e Lemos, *Oposição e Eleições no Estado Novo*, p. 205.

⁹³ Arlindo Vicente (1906-1977) foi advogado e artista, natural do concelho de Oliveira do Bairro. Liderou a lista de candidatos a deputados da oposição nas eleições para a Assembleia Nacional, em 1957. Foi candidato à Presidência da República, nas eleições de 1958, com o apoio do Partido Comunista Português, embora não fosse seu militante.

⁹⁴ António Sérgio terá inclusivamente enviado um telegrama a Arlindo Vicente, sugerindo-lhe que renunciasse à apresentação da candidatura, in Mário Matos e Lemos, *Oposição e Eleições no Estado Novo*, p. 388.

Esta falta de unanimidade em torno de um nome mostra que havia inúmeros grupos, cada um defendendo a sua estratégia, para além de muita desconfiança em relação às convicções democráticas de Delgado, o general dissidente do regime.

Até aos últimos meses de 1957, “a ligação de Delgado com o movimento antifascista era bastante ténue” (Raby, 1982: 876). Nos núcleos lisboetas da oposição, como o Directório Democrato-Social e a Comissão Cívica Eleitoral, o nome de Humberto Delgado suscitava rejeição unânime (Santos, 2013: 90). Jaime Cortesão, Mário Azevedo Gomes, Francisco Vieira de Almeida, em Lisboa, e José Domingos dos Santos, Hélder Ribeiro, António Macedo, Carlos e Mário Cal Brandão, no Porto, não se mostram receptivos à candidatura de Humberto Delgado.

O nome de Humberto Delgado não era consensual, provocava mal-estar e desconfiança entre a maioria dos restantes membros do Directório Democrato-Social, ao ponto de a referência ao seu nome ter feito irritar “os ânimos, recusando-se a maioria a sequer discutir a hipótese (Santos, 2013: 99). O Directório Democrato-Social estava hesitante sobre a apresentação de um candidato próprio e, nesse caso, sobre quem deveria recair a escolha – Quintão Meireles ou Azevedo Gomes eram alguns dos nomes apontados como hipotéticos candidatos a apresentar por parte da chamada oposição clássica (Delgado, 2009: 121).

Humberto Delgado tinha pouco espaço no quadro da oposição em Portugal. Nela emergia o Partido Comunista Português, rivalizando com o Directório Democrático-Social onde pontificavam os barbas (expressão utilizada pelo próprio General Delgado): António Sérgio, Jaime Cortesão, Vieira de Almeida e outros grupos residuais da I República. Para vencer, Humberto Delgado tinha de criar a sua própria oposição. Chamou-lhe Movimento Nacional Independente, mas não conseguiu impô-lo. Humberto Delgado vinha de outra tradição política: a radical, do final da Monarquia.

Além disso, candidatar Delgado era conferir um estatuto de chefe da oposição a quem mal começara a assumir-se como opositor, sem folha de serviço que legitimasse a elevação a tal papel (Santos, 2013: 90). A relação de Delgado com a restante oposição foi sempre, aliás, complicada. Na fase da campanha presidencial de 1958 foi difícil convencer os outros núcleos oposicionistas a apoiarem um General que vinha das fileiras do regime e que era olhado de soslaio por ser estranho aos meios oposicionistas; depois da campanha, Delgado não foi compreendido por socialistas nem comunistas porque, para

estes, a tarefa prioritária era a reorganização das forças partidárias, enquanto Delgado estava mais interessado numa acção directa para derrubar Salazar. (Delgado, 1995)⁹⁵.

Raúl Rêgo revela que não foi fácil pôr Humberto Delgado em contacto com homens como Mário de Azevedo Gomes ou Jaime Cortesão. “Houve muitas dificuldades nas relações do General com os democratas, bastava o seu hábito de tomar decisões sem consultar ninguém. O que valeu, e muito, foi o General ter sido imposto, ou quase, pela autoridade, que era muito grande, de António Sérgio” (Múrias, 1975: 67). Do lado do Partido Comunista também prevalece a convicção de que a aceitação de Delgado só foi possível pela persistência e pelo peso político de António Sérgio, que “conseguiu tornar em facto consumado aquela candidatura apesar das fortes reservas de muitos destacados membros do Directório Democrato-Social que, excepção feita ao chamado «grupo do Porto» em que pontificavam o arquitecto Artur Andrade e o Dr. Artur Santos Silva (pai), preferiam a candidatura de Jaime Cortesão”⁹⁶.

Os desentendimentos na oposição tinham eco também na vigilância que a polícia política deles fazia. O regime acompanhava de perto tudo o que se passava e os processos da PIDE sobre as eleições presidenciais de 1958 documentam bem a forma minuciosa como a mesma vigiava os passos da oposição, a incapacidade de esta se unir e inclusivamente, as dificuldades para encontrar o nome de um candidato único para concorrer contra a União Nacional.

Os próprios funcionários que escrevem os relatórios, emitem opiniões e tiram conclusões sobre a actividade da oposição. Veja-se o exemplo do documento do dia 24 de Março de 1958, no qual “MJ” conclui que a candidatura de Cunha Leal, que a Comissão Cívica pretendia apoiar e impor, era resultante do esforço dos comunistas que, de acordo com o relato, abundavam na Comissão Cívica. E fazendo o ponto de situação, o relatório da PIDE determina que “o *Avante*, entre Cunha Leal e o General Delgado opta pelo primeiro. Já é uma indicaçãozinha... Tudo problemático e indeciso. A barafunda continua”⁹⁷.

Com base numa lógica de “consta que...”, tal como relatam os funcionários responsáveis por elaborar estes relatórios, a partir desta documentação, que se encontra

⁹⁵ Textos de Humberto Delgado, publicados inicialmente no Rio de Janeiro, Ed. Germinal, 1962, e incluídos em *A Tirania Portuguesa*, compilados por Iva Delgado e Carlos Pacheco, com epílogo de Alfredo Caldeira e Santos Carvalho, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995.

⁹⁶ Vítor Dias, na revista *O Militante*. In <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/294/Historia/223/>, acessado em 6 de Junho de 2014.

⁹⁷ ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, SR NT 2802, PT8.

nos processos da PIDE sobre as eleições presidenciais de 1958, foram feitos vários relatórios depois enviados ao Ministro do Interior.

Para além de cópia de correspondência privada de inúmeros cidadãos que a PIDE vigiava por suspeitar que eram contra o regime, havia informação muito detalhada sobre a vida destas pessoas, as reuniões nas quais participavam, os documentos que eram produzidos e postos a circular.

Sem capacidade para escolher um só candidato para a eleição presidencial de Junho de 1958, a oposição avança em Abril desse ano com dois nomes: Humberto Delgado e Arlindo Vicente.

3.1.2.A formalização das candidaturas da oposição

Nas eleições presidenciais de 1958, Humberto Delgado foi o primeiro dos candidatos a formalizar a sua candidatura no Supremo Tribunal de Justiça, logo a 19 de Abril, o que significa que reuniu com tempo as assinaturas necessárias para o efeito. A maior parte delas eram de Vila Nova de Gaia, facto que poderá ser indiciador do resultado do candidato no concelho – Delgado foi o vencedor das eleições em Vila Nova de Gaia. A recolha das assinaturas ficou a cargo de Manuel Coelho dos Santos, jovem advogado que tinha sido candidato a deputado no ano anterior, pertencente ao grupo de democratas do Porto que lançou a candidatura do general. Nas suas memórias, Coelho dos Santos (Santos, 2013) revela que Mário Cal Brandão⁹⁸ o ajudou nessa tarefa, mas esclarece que o gesto em nada simbolizava um apoio da velha oposição republicana à candidatura de Humberto Delgado, o que viria a verificar-se apenas semanas mais tarde (Santos, 2013: 123). Mário Cal Brandão ajudou efectivamente à recolha de assinaturas, nesta fase, por ser amigo e vizinho de Manuel Coelho dos Santos, para além de se disponibilizar a

⁹⁸ Mário Cal Brandão (1910-1996), advogado e político português. Iniciou o seu percurso profissional como advogado na cidade do Porto na segunda metade dos anos 30, tendo fundado escritório com o irmão, Carlos, com António Macedo e Eduardo Ralha. Foi um combatente pela liberdade, defensor dos ideais republicanos, com um percurso indissociável do irmão, Carlos, com quem percorreu um longo caminho de oposição ao regime de Salazar, que o levou a ser detido pela PIDE 15 vezes. A sua intervenção política começou quando era estudante em Coimbra, militou no MUNAF e participou na fundação do MUD, tendo sido preso na sequência da proibição deste movimento. Fez parte das comissões distritais do Porto de apoio às candidaturas oposicionistas de Norton de Matos, Quintão Meireles e Humberto Delgado. Subscreveu o Programa para a Democratização da República, em 1961. Foi candidato pela oposição à Assembleia Nacional nas eleições de 1961 e nas listas da CEUD, em 1969. Foi um dos fundadores do Partido Socialista, em 1973, e depois do 25 de Abril foi deputado várias legislaturas. Foi Governador Civil do Porto de 1974 a 1980 e novamente de 1983 a 1985. Ingressou na Maçonaria tal como o pai e os dois irmãos, Silo e Carlos, tendo sido candidato a Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano em 1980.

colaborar com tudo o que pudesse de alguma forma ajudar a oposição ao regime a ter sucesso.

Decisiva terá sido também a ajuda de António Ferreira da Silva Pinto, que tinha muitos contactos, conhecia e era conhecido de muita gente, pelo que, através dele, se conseguiu efectuar a maior parte dos contactos.

A recolha das assinaturas, pedidas naturalmente aos familiares e amigos destes homens revestiu-se de grande dificuldade, não só pelos entraves burocráticos, mas sobretudo pelos riscos pessoais que implicava, designadamente porque podia comprometer a carreira profissional de quem subscrevesse a candidatura oposicionista, em especial se fosse funcionário público. A prova foi, no entanto, superada, sendo as assinaturas reconhecidas pelo notário, em Gaia, e em número superior ao exigido por lei (Santos, 2013: 125).

No dia da entrega das mesmas, em Lisboa, estiveram presentes alguns membros do grupo do Porto. Aliás, o processo foi todo liderado por este grupo – porque em Lisboa ainda não tinham apoios (Santos, 2013: 125) – e por um velho juiz, Sebastião Ribeiro⁹⁹, na qualidade de procurador e representante de Humberto Delgado.

A circunstância de a candidatura de Humberto Delgado ter sido oficializada condicionou o restante espectro dos candidatos, pelo que no dia seguinte foi a vez de Arlindo Vicente aceitar o desafio do PCP e declarar publicamente que concorria à Presidência da República, embora só tenha formalizado a candidatura junto do Supremo no dia 3 de Maio, como se detalhará mais adiante.

Quanto ao candidato do regime, foi o último a apresentar-se, a 10 de Maio, o que, de resto, não constituía problema de maior, atendendo ao facto de que “a União Nacional não fazia grandes campanhas porque não precisava”, como revela Artur Santos Silva (filho)¹⁰⁰.

⁹⁹ Sebastião Ribeiro foi advogado da candidatura de Humberto Delgado e conselheiro jurídico do General.

¹⁰⁰ Entrevista a Artur Santos Silva (filho), realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 13 de Setembro de 2016. A família Santos Silva esteve profundamente envolvida no processo eleitoral das presidenciais de 1958. O avô de Artur Santos Silva, Eduardo Santos Silva, foi convidado a candidatar-se nessas eleições e também o seu pai, Artur Santos Silva, teve um papel destacado na campanha do General Delgado. Artur Morgado Santos Silva (1910-1976) foi um advogado e político, do Porto. Nos anos 30 já tinha escritório de advogado nessa cidade e tornou-se uma referência, como defensor na barra dos tribunais, de inúmeros presos políticos do Estado Novo. Participou activamente em várias movimentações de contestação ao regime salazarista, que lhe valeram ter sido preso várias vezes pela PIDE. Passou pelo MUD, participou na campanha presidencial de Norton de Matos, foi candidato a deputado pela oposição, nas eleições de 1957, activista na campanha de Humberto Delgado, de quem era amigo pessoal. Na década de 1960 foi fundador do Núcleo de Doutrina e Acção Socialista e no 25 de Abril integrava as fileiras clandestinas do Partido Socialista. Viria a associar-se aos fundadores do PPD, ao lado de um dos seus

3.1.3. O afastamento de Craveiro Lopes e a candidatura de Humberto Delgado

O mandato do Presidente Craveiro Lopes foi “recheado de quezílias com Salazar, de muitas das quais chegavam cá fora apenas vagos rumores de situações verdadeiramente impensáveis (Ribeiro dos Santos, 1986: 160). Marcello Caetano dirá anos mais tarde, nas suas memórias, que “a personalidade de Craveiro Lopes não estava talhada para esse papel de mero símbolo da unidade nacional e guardião vigilante das instituições” (Caetano, 1977: 717).

Craveiro Lopes era um oficial da Força Aérea e antigo comandante-geral da Legião Portuguesa. Incompatibilizou-se com o Presidente do Conselho e caiu em desgraça junto de Salazar¹⁰¹. No Verão de 1957, as divergências profundas entre Craveiro Lopes e Salazar atingiram tal proporção que se acreditou que o General queria substituir Salazar por Marcello Caetano, que era à época Ministro da Presidência. O Presidente da República terá confidenciado a Mário de Figueiredo, velho amigo do chefe do Governo, sobre a “eventualidade de uma substituição de Salazar por Marcello Caetano à cabeça do Governo”¹⁰², o que significa que Craveiro Lopes “conspirava contra o Presidente do Conselho, em vez de o destituir, usando assim da única prerrogativa que Salazar lhe deixou” (Delgado, 1995: 68).

O Presidente do Conselho começou a recear que Craveiro Lopes pretendesse substituí-lo e que fizesse aquilo a que ele próprio chamava um “golpe de Estado constitucional”, que consistia em demiti-lo e nomear outro nome credível para o seu lugar. Depois de ter reunido o seu conselho privado, Salazar decidiu, a 29 de Abril, não renovar o apoio da União Nacional a Craveiro Lopes: pela primeira vez, o regime não recandidata o presidente em exercício. A escolha recaiu sobre o então Ministro da Marinha, que muitos consideraram obedecer a um estilo perfeito do corta-fitas de todas as inaugurações.

melhores amigos, Miguel Veiga, e foi eleito deputado à Assembleia Constituinte também pelo PPD. Pertencia à Maçonaria.

¹⁰¹ Fernando Rosas defende que Óscar Carmona é “o único Presidente da República pelo qual Salazar tem genuíno e venerável respeito”. Declarações do historiador no debate da TSF que assinalou o centenário do nascimento de Humberto Delgado, atrás já citado.

¹⁰² Cf. Manuel José Homem de Melo, *Cartas de Salazar a Craveiro Lopes*, ed. Moraes, Lisboa, 1983, pp. 42-47 in *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*, pp. 7-8. Foi este o motivo para uma tensão que passou a existir entre Mário de Figueiredo e Craveiro Lopes, mas também para, anos mais tarde, o primeiro se ter oposto à indigitação de Marcello como Presidente do Conselho, em 1968, quando foi necessário substituir António Oliveira Salazar no cargo, na sequência da queda de uma cadeira e das consequências que este acidente teve na saúde do Presidente do Conselho.

Poucos dias depois, a 1 de Maio, o Presidente do Conselho comunicava a Craveiro Lopes, por carta, que não seria ele o candidato do regime. Nesse mesmo dia, a Comissão Central da União Nacional reuniu-se expressamente para decidir quem seria o seu candidato e aceitou a designação de Américo Thomaz como candidato daquele organismo à Presidência da República e como o "único candidato que oferece garantias de continuidade à obra de renovação em curso"¹⁰³.

O processo foi entregue no Supremo Tribunal de Justiça a 10 de Maio, tendo-se o candidato do regime apresentado publicamente a 20 de Maio em conferência de imprensa¹⁰⁴.

Rui Ramos define a escolha de Américo Thomaz por parte de Salazar e de Santos Costa como astuta: "Precisamente porque não entusiasmava ninguém, o Almirante também não inquietava"¹⁰⁵.

A campanha de Américo Thomaz foi discreta, à medida do próprio candidato, que, aliás, não precisava de fazer muito numa corrida eleitoral com vencedor anunciado! Nas suas memórias (*Últimas Décadas de Portugal*, vol. III, p. 12 e seguintes), Thomaz conta que a campanha eleitoral de 1958, por motivo do temperamento e formação pró-americana de Humberto Delgado, foi marcada por "exageros e tropelias". Contudo, ele próprio (de quem fala na terceira pessoa) afirma que "não se deixou contagiar o candidato proposto pela Comissão Central da União Nacional, limitando-se na sua actuação à elaboração de algumas saudações e das respostas às que ia recebendo"¹⁰⁶, um perfil discreto e apagado de Américo Thomaz, tal como é descrito por historiadores como Fernando Rosas e Brandão de Brito, que lhe apontam uma actuação mais simbólica do que interveniente, cuja eleição ficou a dever-se "exclusivamente à actuação da máquina administrativa e policial do Estado Novo" (Rosas e Brito, 1996: 976).

Os sucessivos mandatos de Américo Thomaz, na Presidência da República, onde esteve 16 anos, só não passam totalmente despercebidos porque ficam assinalados pela importante questão da sucessão de António de Oliveira Salazar, em 1968. O próprio

¹⁰³ *Jornal de Viseu*, n.º 1159, de 24 de Maio de 1958, p. 4.

¹⁰⁴ Replicando o modelo que Humberto Delgado escolheu para se apresentar publicamente dez dias antes, Américo Thomaz deu uma conferência de imprensa perante "uma centena de representantes de jornais e agências noticiosas portuguesas e estrangeiras de rádio e da televisão", onde explicou os objectivos da sua candidatura à Presidência da República. A conferência decorreu no salão nobre da União Nacional. Cf. *O Século*, de 21 de Maio de 1958, p. 1.

¹⁰⁵ *Jornal Público*, 14 de Maio de 2006, p.16.

¹⁰⁶ João Paulo Guerra, in *Diário Económico* de Fevereiro de 1998, p. 4, citado no esquerda.net, acedido em 26 de Outubro de 2015.

volume de índole biográfica que o Museu da Presidência da República lhe dedica, apresenta-o como um Chefe de Estado sem ambições políticas, que apenas se concentrou nas funções protocolares, com papel secundário na vida política do país e cedendo todo o protagonismo a Salazar (Martins, 2006).

Como já foi referido, o processo de escolha dos nomes dos candidatos que, em 1958, se apresentaram às eleições foi complexo e relativamente atribulado dentro do próprio regime, como nas hostes oposicionistas.

António Sérgio foi quem trouxe o nome de Humberto Delgado para dentro dos meios oposicionistas e a sua acção foi decisiva (Múrias, 1975: 73), mas não é totalmente certo desde quando é que conhecia o General nem quando se convenceu da vocação antitadura deste¹⁰⁷.

Embora não tendo conseguido, pelo menos numa fase inicial, concertar esforços para apresentar um nome único, as candidaturas de Humberto Delgado e Arlindo Vicente estavam focadas no adversário comum e não em atacar-se mutuamente, tal como ficou expresso num documento de 6 de Maio de 1958 dos serviços de candidatura de Arlindo Vicente, em Coimbra¹⁰⁸.

Humberto Delgado consegue, senão sarar, pelo menos disfarçar as feridas e as tensões existentes entre as diferentes oposições, na medida em que logrou congregar em torno da sua candidatura, numa fase mais avançada da campanha eleitoral, o apoio de todas as fileiras da oposição, incluindo o Partido Comunista, que primeiro se mostrou hostil à candidatura dele, mas que acabou por desistir do seu candidato em favor do General, “pondo ao seu serviço toda a máquina clandestina e de agitação” (Pinto, 1999: 96).

A oposição nunca esteve tão organizada ou, pelo menos, nunca o esteve de forma tão plena. Basta lembrar que na campanha de Norton de Matos e, mais tarde, de Quintão Meireles, a oposição limitou-se a ter expressão em cinco ou seis cidades contestatárias, sem chegar ao interior do país, enquanto na campanha presidencial de 1958 houve representatividade a nível nacional.

Numa entrevista ao jornal italiano *L'Unita*, a 26 de Setembro de 1964, Humberto Delgado dirá anos mais tarde que a sua escolha por parte da oposição “como candidato

¹⁰⁷ In <http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=639c786e-ea78-499f-85af-54943>, p. 3, acedido em 26 de Novembro de 2014.

¹⁰⁸ Documento “Apoiemos o Candidato da Oposição Democrática Dr. Arlindo Vicente”, in Centro de Documentação 25 de Abril, pasta Comunicados e Panfletos/Eleições 1958.

único à Presidência da República assinalou a primeira grande afirmação de unidade antifascista contra a ditadura de Salazar. Inclusivamente, o Partido Comunista, que ao princípio duvidava de mim, porventura quando chegara há pouco de Washington, retirou o seu próprio candidato, o Dr. Arlindo Vicente, a favor da minha candidatura única”¹⁰⁹.

Apoiado por toda a oposição, Humberto Delgado suportaria todas as vicissitudes impostas a um candidato que ousava enfrentar um regime não democrático, assente em pilares fortes que o suportavam.

No próximo ponto traça-se o percurso profissional do General Humberto Delgado e uma biografia do “génio da agitação” como lhe chamou Oliveira Salazar (Soares, 1974).

3.2. Humberto Delgado, “génio da agitação”

Humberto da Silva Delgado nasceu em Boquilobo, em 1906, numa aldeia não muito longe de Torres Novas, situada na freguesia de Brogueira. Filho de um oficial com simpatias republicanas, oriundo da classe de sargentos e que participou na Primeira Guerra Mundial, a mãe era uma senhora católica e conservadora.

Muito cedo, Humberto Delgado mostrou especial apetência para uma carreira das armas. Os primeiros estudos fê-los no Colégio Militar (1917-1922), depois entrou na Escola do Exército, onde obteve o primeiro lugar no final do curso de Artilharia (1925) e entre 1926 e 1928 fez o curso de oficial piloto-aviador.

Delgado participou no movimento do 28 de Maio de 1926, que depôs o regime republicano, e enfrentou, de armas em punho, no Largo do Rato, os que se opunham à Ditadura Militar. “Quando me aliciaram para o movimento de 1926, era então alferes e muito jovem – tanto que nas Forças Armadas não existia outro daquela idade – dezanove anos” (Delgado, 1995: 54).

Publicou inclusivamente uma peça de teatro em três actos, “28 de Maio”, que, antes de ser publicada em livro, foi radiodifundida pelo Rádio Clube Português em 1939¹¹⁰. A

¹⁰⁹ *A Tirania Portuguesa*, 1995, p.134.

¹¹⁰ Humberto Delgado publicou, ao longo da sua vida, várias obras, boa parte das quais evidenciando o seu envolvimento profundo com a aeronáutica militar: *Aviação, Exército, Marinha, Legião: Palestras Ligeiras* (1937); *Auxiliar do Graduado da Legião: Guerra de Ruas e Guerra de Guerrilhas* (1937); *28 de Maio* (peça de teatro em 3 actos – 1939); *Asas* (peça de teatro em três actos, edição de autor, 1943); *A Aviação no Combate: Informação e Caça* (1944); *Estratégia e Tática do Ar* (1944); *Aviação de Bombardeamento* (1946); *Aeronáutica Portuguesa*; *A marcha para as Índias*. Um das suas obras mais conhecidas, *Da Pulhice do Homo Sapiens*, foi publicada em 1933 e mostra a faceta de salazarista convicto e até exaltado. Humberto Delgado foi homenageado, em 2016, pela Sociedade Portuguesa de Autores, da qual fazia parte. A homenagem decorreu em Lisboa, com uma sessão presidida pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e a inauguração de uma exposição sobre o seu trabalho enquanto autor.

peça é um hino ao movimento do 28 de Maio, enaltecido ao longo de várias páginas, e retrata a resistência a uma acção revolucionária contra o regime.

Estabelecida a ordem no país, Delgado aprofundou a sua carreira na Aeronáutica, tendo concluído com distinção o curso do Estado-Maior (1933-1936). Este curso era extremamente exigente e de elite – a maior parte dos governadores de províncias ultramarinas ou de distritos eram oficiais do Corpo do Estado-Maior, que “saíam das unidades e começavam a ser escolhidos para determinado tipo de funções, que os iam comprometendo junto do regime”¹¹¹.

Delgado integra o sector mais radicalizado à direita faz “um percurso da extrema-direita militar do regime”¹¹², que o habilita a cargos de confiança, como conselheiro político-militar em destacadas organizações do regime. Foi adjunto do Comando-Geral da Legião Portuguesa, Comissário Adjunto da Mocidade Portuguesa e membro do Conselho Técnico da Mocidade Portuguesa.

A poucos meses do final da Segunda Guerra Mundial, Salazar convida-o a assumir o cargo, então criado, de Director do Secretariado da Aeronáutica Civil, o SAC, cargo que exerceu de 1944 a 1947.

Desempenhou, durante a Segunda Guerra Mundial, papel central nas negociações com os americanos para a instalação das bases aliadas nos Açores. Perante o interesse de Inglaterra em relação ao valor estratégico do arquipélago para a guerra no Atlântico, foi nomeado, em 1942, representante do Ar para as negociações com os ingleses no processo de cedência das referidas bases aéreas, decisivas para o combate aos submarinos do Terceiro Reich. Salazar envia para Londres o então jovem Major, Humberto Delgado, de 36 anos, técnico altamente especializado e com conhecimentos sólidos, em missão secreta para negociar com Churchill facilidades militares do Governo português aos ingleses durante o conflito em curso. Trata-se de um trabalho de enorme responsabilidade que lhe é confiado em pleno período de guerra e que implica fazer o levantamento exaustivo, e em tempo recorde, das condições do arquipélago dos Açores sob todos os pontos de vista pertinentes para a construção de uma base aérea militar.

¹¹¹ Entrevista ao General José Loureiro dos Santos, no âmbito da presente investigação doutoral, realizada em 27 de Janeiro de 2015.

¹¹² A expressão é utilizada por Fernando Rosas num debate da TSF sobre um século do nascimento de Humberto Delgado, a 15 de Maio de 2006, moderado pelo jornalista Manuel Villas-Boas e onde participaram também António Costa Pinto e Alfredo Caldeira. Humberto Delgado foi apoiante dos franquistas contra os republicanos na Guerra Civil espanhola e era um admirador de Mussolini.

Humberto Delgado foi um pilar essencial das negociações com Inglaterra para a cedência das Lajes, tendo sido condecorado pelo Governo inglês com a Ordem do Império Britânico pela eficiência demonstrada e pelo apoio dado à causa dos Aliados, salientando-se na altura que arriscara a sua carreira e o seu futuro por essa causa e pela liberdade. Em 1956, o Governo americano conceder-lhe-ia também o grau de oficial da Legião de Mérito.

Toda esta actividade e o quadro das negociações com o Governo inglês, que o levaram a viajar várias vezes até Inglaterra, acabaram por proporcionar o contacto com a realidade política de sociedades democráticas.

Terminado o conflito, Humberto Delgado foi o homem escolhido para lançar as bases da aviação civil em Portugal, mas o seu nome ficaria inscrito na história por ter sido o grande impulsionador da aviação comercial. Dedicou-se à criação da TAP – Transportes Aéreos Portugueses (1945) e das primeiras linhas aéreas de ligação com Angola e Moçambique, a chamada “linha imperial”, inaugurada a 31 de Dezembro de 1946, “pondo fim a uma vergonha nacional: Portugal era o único país do mundo que não tinha uma linha aérea para as suas colónias. Sintoma bem claro do espírito atrasado do Dr. Oliveira Salazar, que nunca teve coragem para andar de avião” (Delgado, 1995: 128).

Numa entrevista ao *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, a 22 de Maio de 1963, Humberto Delgado dirá mesmo que Salazar era “um ditador obsoleto, que dormiu vinte anos em Aviação e me chamou açodadamente para ver se eu fazia por artes mágicas, o que ele se esquecera de fazer em anos. Mas, enfim, sempre realizei o sonho imperial, como então se dizia, sonho que era velho de vinte anos também. Fui eu que abri a linha Lisboa-Luanda-Lourenço Marques, acabando com a desgraçada vergonha de Portugal ser o único país colonial do mundo que não tinha qualquer linha aérea para qualquer parte dos seus territórios coloniais!” (Delgado, 1995: 116).

O momento da inauguração da nova linha aérea coincidiu com a sua despedida do cargo de Director do Secretariado da Aeronáutica Civil – na verdade, a quatro dias desta inauguração um decreto-lei veio anunciar a extinção desse Secretariado e a sua passagem a Direcção-Geral, o que Delgado encarou como sendo, na prática, uma despromoção, uma vez que iria perder a sua ligação directa com Salazar e ficaria na dependência do novo Ministério das Comunicações. Humberto Delgado interpretou a decisão como uma “retribuição amarga para mais de dois anos de trabalho intenso e burocrático, cujo

resultado foi a criação, de raiz, de uma companhia aérea nacional, a TAP¹¹³, pelo que apresentou formalmente o pedido de exoneração do seu cargo. No dia da inauguração da nova linha aérea, as mais importantes figuras da Nação, Oliveira Salazar e Óscar Carmona, estiveram ausentes das cerimónias, o que para Delgado foi visto como “um gesto que impõe distâncias e redefine hierarquias, com um certo travo a desfeita pessoal”¹¹⁴.

O regime apressa-se a mandar Delgado para longe do país e, entre 1947 e 1950, foi representante de Portugal no Conselho da Organização Internacional da Aviação Civil, em Montreal, no Canadá.

Regressado a Portugal ainda é designado para procurador à Câmara Corporativa para a Defesa Nacional (nessa qualidade teve, em 1952, papel essencial na fusão da aeronáutica naval e militar e na conseqüente criação da Força Aérea Portuguesa), mas segue rapidamente para os Estados Unidos da América, onde, em 1952, foi nomeado adido militar e aeronáutico na Embaixada de Portugal, em Washington, e membro do Comité dos representantes militares da NATO. Promovido a General a 3 de Setembro de 1953, com 47 anos, na sequência da realização do curso de altos comandos, torna-se o mais jovem oficial daquela patente e passa a exercer a função de chefe da Missão Militar portuguesa nos Estados Unidos da América junto da NATO, organização criada em 1949.

Em 1956, Delgado permanece em Washington por mais um ano por o Ministro da Defesa se recusar em dar por finalizada a sua comissão. Regressou a Portugal a 22 de Setembro de 1957 e retomou o lugar de Director-Geral da Aeronáutica Civil (tomou posse a 1 de Outubro) que já tinha ocupado anos antes, o que representou na prática uma despromoção que lhe causou incómodo¹¹⁵. “Fui colocado como Director-Geral da Aviação Civil, função que já havia ocupado como tenente-coronel, entre 1944-47” (Delgado, 1995: 128)¹¹⁶.

¹¹³ Artigo de Carla Maia da Almeida, in Revista *Notícias Magazine*, de 13 de Agosto de 2006.

¹¹⁴ *Idem*.

¹¹⁵ Várias fontes confirmam o incómodo de Humberto Delgado com a sua situação profissional. Iva Delgado, no testemunho que deixa no programa *Crónica do Século*, episódio 8 “O Terramoto Delgado (1958-1962)”, da autoria de Margarida Metello, realizado em 1999 e emitido pela RTP, refere que quando voltou ao cargo que tinha ocupado 13 anos antes, o pai “só pôde sentir isso como uma espécie de insulto”. E Francisco Ribeiro de Meneses revela, em entrevista telefónica, realizada no âmbito da presente investigação doutoral, em 17 de Julho de 2015, que “Humberto Delgado passa vários anos a pedir emprego, alegando que lutou pelo regime. Escreve muito a Salazar a pedir um emprego e uma posição de destaque”. Para o biógrafo de Salazar, Humberto Delgado é “alguém que parte para a oposição porque não viu os seus desejos satisfeitos pelo regime. E por isso não o levam muito a sério e ficam muito surpreendidos com a força da campanha e com o que aconteceu no Porto”.

¹¹⁶ Fernando Rosas, na entrevista realizada no âmbito da presente investigação, em 9 de Dezembro de 2014, refere também o incómodo de Humberto Delgado por não ter conseguido a nomeação para Vice-

A ruptura com o Estado Novo foi sendo consolidada durante os anos em que viveu fora do país. O afastamento dá-se logo no início da década de 50 do século XX quando Humberto Delgado já se refere ao carácter autoritário de Salazar e aponta para a necessidade de mudança. O próprio Delgado conta que a partir de final de 1955 começou a conspirar em coligação com militares e civis contra o regime (Delgado, 1995) e Medeiros Ferreira refere, num suplemento do jornal *Público*, que, em 1956, Humberto Delgado já era falado como possível contrapeso ao excessivo poder de Salazar e do seu ministro Santos Costa¹¹⁷.

Quem conheceu de perto o General e reflecte sobre o processo, como Abranches Ferrão, considera que foi “uma evolução lenta, em três ou quatro anos, e nela deve ter tido influência o Dr. António Sérgio” (Múrias, 1975: 53). Outros lembram o contraste entre duas eras, “Salazar entusiasmou-o com a Legião, as cornetas, com as trombetas, com os discursos. Delgado pensou que ele era a salvação do Mundo. Depois, foi à América. Viu que estava toda a gente com frigorífico. E pensou que na América, com frigorífico, é que estava afinal a salvação do Mundo. Virou democrata, com a mesma intensidade e com a mesma inconsciência, com a mesma ignorância, com que, primeiro, fora salazarista” (Múrias, 1975: 52).

Humberto Delgado sempre assumiu a influência que a estada nos Estados Unidos da América teve no seu espírito, na inclinação para um sentido liberal. As negociações com os Aliados fizeram-no começar a admirar os modelos democráticos, perspectiva que aprofundou e consolidou durante a sua permanência nos Estados Unidos – Delgado revela nas suas memórias que passou três anos em Montreal, onde sentiu “grandes dificuldades em representar um país atrasado, que segundo as palavras do ilustre Plessman, da KLM, «não faz nem deixa fazer»” (Delgado, 2009: 114). Mas houve outro argumento importante para a ruptura decisiva com o salazarismo. Várias fontes insistem que ele queria um lugar que não lhe deram e que, portanto, o ter-se posicionado para concorrer nas eleições “era uma vingança contra a forma como teria sido tratado pelo regime”¹¹⁸. A convicção é do General Loureiro dos Santos, que revela que ser esta a teoria que se ouvia no meio militar e vai ao encontro da informação que circulava também no meio político. Jaime Nogueira Pinto refere: “sempre ouvi contar isso também nos meios do

Comandante militar da NATO, um cargo que na altura estava à disposição – o historiador acredita que se o General a tivesse conseguido, ter-se-ia mantido a viver nos Estados Unidos da América.

¹¹⁷ http://www.vidaslusofonas.pt/humberto_delgado.htm, acedido em 22 de Junho de 2014.

¹¹⁸ Entrevista ao General José Loureiro dos Santos, realizada no âmbito da presente investigação doutoral, em 27 de Janeiro de 2015.

regime. Ao Embaixador Franco Nogueira e outras pessoas ouvi dizer que Delgado tinha ficado magoado porque ele queria ser Governador-Geral de Angola”¹¹⁹.

Este terá sido um factor a pesar para que Humberto Delgado decidisse ser candidato às eleições presidenciais, a somar a outros aspectos que tiveram influência na sua decisão, mas que não constituem questão central neste estudo, pelo que dela não se ocupou a investigação.

Não é fácil determinar as razões específicas que levaram Humberto Delgado a candidatar-se porque elas são múltiplas e resultam também da conjuntura que se vivia no país.

Salazar era um homem já a aproximar-se dos 70 anos (em 1958 cumpriu o seu 69.º aniversário), a dissidência entre o Presidente do Conselho e o Presidente da República era conhecida dentro do regime e Craveiro Lopes já não escondia a sua oposição às políticas e ao poder de Santos Costa. No Verão de 1957, o Chefe do Estado começou a receber vários militares revoltados com o Ministro da Defesa, o que levou este responsável pela tropa, que sugerira inicialmente o nome de Craveiro Lopes para o cargo (Cunha, 2014: 154) a passar a opor-se à sua recondução para um novo mandato.

No regime, havia um grupo de insatisfeitos com o rumo do país, liderado por Marcello Caetano, que estava em plena ascensão como Ministro da Presidência. Existia também uma crescente divisão interna no regime e este era a figura cimeira dos críticos que queriam reformas e uma modernização do regime. Próximo desta ala reformista estava Craveiro Lopes, em torno de quem se reunia o descontentamento não só dos civis marcelistas, mas também dos militares descontentes. Por esta altura, a ala conservadora do regime era chefiada por Santos Costa, que mantinha relações de grande hostilidade com o Presidente da República e que estava a sofrer forte contestação por parte de uma nova geração de militares, a qual se tinha modernizado nos contactos permitidos por via da adesão à NATO e que começava a questionar os métodos autoritários do Ministro da Defesa.

O mal-estar entre a tropa é confirmado pelo filho do então Presidente da República, que era seu ajudante-de-campo em Belém, e que revela que “havia uma certa movimentação da parte militar, em que procuravam por meu intermédio, que era seu ajudante, dar a entender ao Presidente da República que havia um grande movimento no

¹¹⁹ Entrevista a Jaime Nogueira Pinto, realizada no âmbito da presente investigação doutoral, em 26 de Novembro de 2016.

país, no meio militar, no sentido de substituir o coronel Santos Costa”¹²⁰. Queriam também que o Chefe do Estado demitisse o Presidente do Conselho, mas Craveiro Lopes considerou não estarem reunidos os apoios suficientes – este momento será uma oportunidade perdida, semelhante à que se verificará alguns anos mais tarde, quando, em 1972, Marcello Caetano não se candidata, como lhe pedem, o que permitiria evitar um novo mandato de Américo Thomaz e uma submissão aos “ultras” do regime, que impediam a liberalização do regime (Reis, 2010).

E tal como Marcello Caetano, durante o seu mandato como Presidente do Conselho, recusou afrontar Américo Thomaz por ter sido o homem que o nomeou para o cargo, também Francisco Craveiro Lopes rejeita todos os esforços para liderar um pronunciamento militar ou afastar Salazar porque considera que tem um dever de lealdade para com o Presidente do Conselho, pela mão de quem foi levado ao cargo que exerce¹²¹. Recusa também qualquer hipótese de se candidatar à Presidência da República sem o apoio da União Nacional – o próprio Humberto Delgado se dirige a Belém para anunciar que será ele candidato, mas garantindo a Craveiro Lopes que, se este for candidato, retira imediatamente a sua candidatura¹²².

O poder político sofre contestação interna e, como se diz na gíria, “os salazaristas contavam espingardas”, havia a expectativa de um levantamento popular e esse era um ambiente propício para Humberto Delgado arriscar uma divisão no seio do regime na campanha presidencial de 1958.

De salazarista convicto, Delgado passa a assumir que as suas funções nas fileiras do regime foram vincadamente de tipo militar e critica a “transformação da dureza do provisório em definitiva”, dizendo que a ditadura se aceita como “um termocautério para tratar um abcesso, acção intensa mas de curta duração”¹²³, defendendo a democracia como “o melhor compromisso para viver com dignidade e felicidade”¹²⁴. Como dele dirão

¹²⁰ Testemunho de João Craveiro Lopes, no programa *Crónica do Século*, episódio 8 “O Terramoto Delgado (1958-1962)”, da autoria de Margarida Metello, realizado em 1999 e emitido pela RTP.

¹²¹ Testemunho de Fernando Rosas, citado na nota anterior. O historiador admite também que Francisco Craveiro Lopes não tomou qualquer atitude por temer a desordem e que se instalasse uma guerra civil no país. Fiel até ao fim, só depois da campanha que elegeu o seu sucessor, é que Craveiro Lopes engrossou a fileira dos que conspiravam activamente contra o regime.

¹²² Testemunho de João Craveiro Lopes, citado nas notas anteriores. O então ajudante-de-campo do Presidente da República conta que ouviu da boca do próprio Humberto Delgado “Venho cá anunciar que vou ser candidato à Presidência da República, mas se Vossa Excelência for candidato, eu retiro imediatamente a minha candidatura.”

¹²³ Declarações prestadas na entrevista que Humberto Delgado deu ao jornal *República* e que foi publicada a 10 de Maio de 1958.

¹²⁴ Jornal *República*, de 10 de Maio de 1958.

anos mais tarde, Humberto Delgado “era tão sincero quando dizia mal de Salazar, como quando anteriormente dizia bem” (Múrias, 1975: 54).

Naturalmente, para que a sua candidatura nascesse, Delgado precisava de contar já com alguma base de apoio, para poder encarar não só a situação, mas também as várias facções da oposição tradicionalmente desavindas. Nesse sentido, assume especial importância o chamado grupo do Porto¹²⁵, que era já um grupo coeso, unido pelo facto de ter concorrido às eleições para a Assembleia Nacional do ano anterior, com a respectiva organização que isso implicou. Para os oposicionistas, nomeadamente os deste grupo, havia a convicção de que o regime não cairia através de eleições. Estas serviam para mobilizar os críticos do regime, com vista a criar um clima favorável ao golpe militar, apoiado por civis.

Voluntarista e impulsivo, Delgado viu nas eleições presidenciais de 58 o momento certo para contar também com apoios militares, que não viriam a concretizar-se. Em 1945, o mundo mudou e a nova realidade internacional teve também impacto sobre segmentos da elite militar, mas Delgado não tinha comando de tropas e, ao contrário das suas expectativas, “o Governo, à minha chegada, não me entregou o comando da Força Aérea, que por direito me pertencia, nunca dispus de tropas «minhas»” (Delgado, 1995: 90).

Para o grupo do Porto, que teve papel fulcral em todo o processo de concretização da candidatura de Humberto Delgado, era importante levar ao conhecimento das forças militares do país que a oposição não tinha contra elas nenhuma animosidade, não estava mental nem politicamente em atitude de confrontação. O arquitecto Artur Andrade, que foi secretário da candidatura de Humberto Delgado, dirá, anos mais tarde, que “o facto de ir buscar um oficial não representava carência de civis, mas que pretendíamos dirigir uma mensagem às Forças Armadas, no sentido de que compreendessem que a oposição não estava contra elas. Não o entenderam ou não puderam entender...” (Múrias, 1975: 18).

3.3. O que propunha Humberto Delgado?

Até à Segunda Guerra Mundial foram os círculos republicanos a assumir a hegemonia da resistência ao regime. Havia a convicção de que o único caminho seria um *putch*, um golpe militar. Humberto Delgado não alimentava “ilusões acerca dos processos

¹²⁵ Tratava-se de um grupo de personalidades ligado à oposição e conhecido na cidade Invicta, que, em 1957, concorrera, pelo círculo do Porto, ao cargo de deputado na Assembleia Nacional. Entre eles pertenciam ao grupo Manuel Coelho dos Santos, Artur Andrade, Artur Santos Silva, Jaime Vilhena de Andrade ou Artur Olivença.

eleitorais do regime salazarista, que conhecia perfeitamente e por dentro” (Múrias, 1975: 39). Convencido de que não havia qualquer possibilidade de derrubar o regime através de uma eleição, o General defendia uma insurreição militar. Para isso, mantinha contactos nos meios militares com vista à eventualidade de um golpe de força para derrotar o salazarismo.

Era com fardas e não com votos ou eleições falsificadas que Humberto Delgado imaginava derrubar o regime. E, acreditando que este só podia cair pela via militar, mantinha sempre na mala o uniforme, para o caso de ser necessário chefiar algum movimento ou levantamento de unidade.

Humberto Delgado não tinha intenções partidárias, nem um programa de Governo. A sua principal preocupação era restituir ao país as liberdades fundamentais, como já foi referido, e apenas queria ser Presidente da República transitoriamente até que se fizessem eleições livres, considerando que para tal era preciso um ano ou um ano e meio, para que o povo se preparasse e se formassem partidos políticos e sindicatos (Múrias, 1975: 75).

Na conferência no Chave d’Ouro, Delgado declarou que, se fosse eleito, nomearia um Governo de características militares e apontava para um regime transitório que não durasse mais que um ano, como se lê no chamado Pacto de Cacilhas, acordado com o Partido Comunista Português. Seria um período de transição, para organizar o país, “não propriamente, uma Ditadura, mas também não uma explosão de liberdade, que, de algum modo, podia fazer perigar a consolidação da própria queda do fascismo” (Múrias, 1975: 40-41)¹²⁶.

Humberto Delgado esperava um levantamento popular durante a campanha, que servisse para adiar o acto eleitoral e promovesse depois eleições livres. Inconformado, continuou sempre a conspirar, tentando um golpe militar até ao final da sua vida¹²⁷.

¹²⁶ Este testemunho é deixado pelo arquitecto Alfredo Magalhães que colaborou de perto na campanha e que garante que a intenção de Humberto Delgado não era substituir uma ditadura por outra.

¹²⁷ Em 1961, o nome de Humberto Delgado surge associado aos episódios que abalaram o regime: o assalto ao paquete *Santa Maria*, por um comando dirigido por Henrique Galvão e o assalto ao quartel de Beja. O General assume a responsabilidade do sequestro do navio e entra clandestinamente em Portugal para participar no assalto ao quartel de Beja, mas face ao insucesso teve de fugir do país, escapando pela fronteira de Espanha para voltar ao Brasil. Só que depois do seu envolvimento em dois actos revoltosos, as autoridades brasileiras mostraram-se descontentes e consideraram quebradas as regras do asilo político. Em 1963, Humberto Delgado abandona o Brasil e segue para a Argélia, onde assume a chefia da Junta Revolucionária Portuguesa, que consubstanciava a sua determinação em manter unidos todos os movimentos opositores no exterior. Acaba por entrar em conflito com vários correligionários, entra em ruptura com a Frente Patriótica de Libertação Nacional (organização de predomínio comunista) e acaba por fundar a Frente Portuguesa de Libertação Nacional. Mas mantêm-se as divergências de fundo, nomeadamente sobre os assuntos ultramarinos (em 1964, passa a defender a autodeterminação dos povos das colónias ultramarinas, mas antes defendia uma federação de estados composta pelos mesmos territórios). A PIDE encarregou-se de manter apertada vigilância sobre todos os movimentos de Delgado

O General apresentou-se perante o país como candidato independente, reunindo apoios de toda a oposição e até de muitos monárquicos, contestando frontalmente o regime e prometendo demitir Oliveira Salazar do cargo, caso ganhasse as eleições. Destacou-se como o mais jovem General português, fundador dos Transportes Aéreos Portugueses e como negociador para a cedência da Base das Lajes, nos Açores, o que lhe valeu condecorações dos Estados Unidos da América e de Inglaterra. Foi adido militar em Washington entre 1952 e 1957, chefiou a missão de Portugal na NATO – em 1958 tinha acabado de regressar dos Estados Unidos da América e de uma vivência próxima com a democracia americana.

Influenciado por uma estada de vários anos nos Estados Unidos da América, o General Delgado inaugurou em Portugal um novo estilo de aproximação às pessoas e de afronta ao regime, que se revelou um sucesso em termos de adesão popular.

Este é apenas o aspecto mais formal e visível do abalo que a campanha de Humberto Delgado provocou no regime, o que faz dela um acontecimento único na história do país e que esta pesquisa se propõe investigar.

A campanha de 1958 expôs o estado de saturação dos Portugueses em relação ao regime e este hesitou sobre o que fazer com Humberto Delgado – não perdoava o facto de um General no activo ter passado para a oposição, mas tinha dificuldades em simplesmente torturá-lo ou prendê-lo, o que faria dele uma vítima aos olhos da comunidade internacional. Delgado era não só uma personalidade com notoriedade além-fronteiras, como as atenções estavam demasiado focadas no país, na medida em que a campanha eleitoral acabou por suscitar um interesse vindo de fora pelo rumo que Portugal tomaria.

A prioridade do regime nos meses imediatamente a seguir era afastar Delgado, que se apresentava como um foco de agitação permanente¹²⁸ e que entretanto tinha

no exílio e promoveu uma intensa campanha de descrédito e isolamento, alimentada pelos serviços secretos. O General foi ficando isolado e afastado de todos. Ao mesmo tempo, a PIDE criou uma rede de informadores que conseguiu obter a confiança do General. Humberto Delgado é assassinado em 1965, juntamente com a sua secretária Arajaryr Campos, nas proximidades de Olivença, atraído para uma reunião com oficiais portugueses alegadamente interessados em derrubar o regime, mas que, na verdade, não passou de uma cilada supostamente orquestrada por elementos da polícia política portuguesa.

¹²⁸ Numa reunião realizada na primeira quinzena de Agosto de 1958, o Comité Central do PCP estimava que mais de 60 000 trabalhadores tinham já estado em luta neste “quadro de verdadeira indignação nacional pela espoliação feita ao General Delgado e às forças antifascistas da sua vitória”. Cf. Vítor Dias, na revista *O Militante*. In <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/294/Historia/223/>, acedido em 6 de Junho de 2014.

apresentado formalmente um pedido de impugnação dos resultados eleitorais, denunciando a fraude eleitoral de que havia sido alvo – não só no imediato pós-eleições, mas também nos anos que se seguiram, Humberto Delgado insistiu em denunciar que Portugal realizava eleições fraudulentas, nomeadamente na declaração às potências estrangeiras, que proferiu a 4 de Maio de 1962, em nome da oposição portuguesa.

Salazar ainda tentou aliciar Humberto Delgado com cargos no estrangeiro, mas o General recusou-os. Acabou por ser demitido da Aeronáutica Civil e em Janeiro de 1959 pediu asilo político à Embaixada do Brasil, país para onde partiu em Abril desse ano e onde viveu exilado.

Em forte divergência com a oposição quer no Brasil, quer em Argel, Delgado continuará até ao final da vida a tentar um golpe militar em Portugal para derrubar o regime. Morreu, assassinado, em Fevereiro de 1965.

Apresentados já que foram os dados biográficos de Humberto Delgado, o contexto da sua candidatura em 1958 e as dimensões teóricas que envolvem esta investigação, na Parte II deste trabalho será analisada a campanha eleitoral para a Presidência da República que o General protagonizou.

PARTE II

COMPONENTE EMPÍRICA

**A CAMPANHA ELEITORAL DE HUMBERTO DELGADO
EM 1958**

CAPÍTULO 4.

METODOLOGIA

Introdução

Exposta a componente teórica do trabalho, com o contexto no qual decorreu a campanha de Humberto Delgado para a Presidência da República e a discussão em torno das diferentes dimensões que a presente Tese de Doutoramento abrange – eleições, campanhas eleitorais e o papel dos meios de comunicação em contexto não-democrático – este capítulo apresenta as opções metodológicas e os métodos e técnicas adoptados no âmbito do trabalho, de forma a tornar mais compreensível o processo de investigação.

A escolha dos métodos e técnicas mais adequados na realização de uma investigação doutoral depende não só dos objectivos de pesquisa, mas também do posicionamento epistemológico do investigador (Guerra, 2014: 63), pelo que se explicitam as referências ontológicas da investigadora, ainda que de forma breve, no final do capítulo.

Este é um trabalho de investigação que se inscreve teórica e metodologicamente nos estudos em Comunicação Política, mas que cruza saberes de diversas disciplinas para “compreender melhor os significados de um acontecimento” (Quivy e Campenhoudt, 2013: 19), e assume-se a concepção de Judith Bell (1997) de que uma investigação é conduzida “para alargar conhecimentos, sendo, portanto, um processo que tem por objectivo enriquecer o conhecimento já existente”. Por outro lado, “permite resolver problemas ligados ao conhecimento de fenómenos do mundo real no qual vivemos” (Fortin, 2003).

Na perspectiva de Lakatos e Marconi, a pesquisa, de forma generalizada, pode ser considerada “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico” (Lakatos e Marconi, 1991: 155). Na construção desta mesma pesquisa, a especificação do objecto de análise, dos objectivos do estudo, bem como das questões de investigação, é central para a definição do desenho metodológico e para a constituição do *corpus*, na medida em que todo o processo é orientado em função do que se pretende analisar em termos empíricos e debater em termos teóricos.

O objecto de estudo desta Tese já é sabido: a campanha de Humberto Delgado para a Presidência da República nas eleições de 1958. Tendo em conta que se trata de uma campanha da oposição num contexto político não-democrático, a investigação pretende (1) debater o modelo de comunicação política que lhe está subjacente e (2) perceber como é fazer uma campanha da oposição num regime não democrático. A partir destes objectivos, tem-se como questão de investigação principal: que cultura de comunicação política revela a campanha de Humberto Delgado? e como subquestões: qual foi a

estratégia de comunicação da campanha? Como é que a campanha se posicionou face ao regime? A campanha apresenta elementos de profissionalização?

4.1. Métodos e técnicas

A metodologia utilizada nesta investigação decorre dos objectivos específicos de pesquisa já enunciados na introdução do trabalho: perceber quais são as características da campanha de Humberto Delgado, em 1958, como foi organizada, qual o seu nível de profissionalização e que elementos de campanha nela se encontram.

O período em análise inicia-se no momento a partir do qual o General formaliza a candidatura e abrange o tempo da preparação da campanha e os meses nos quais a mesma decorre – um espaço de tempo compreendido entre os primeiros dias de Abril de 1958 e o dia das eleições, 8 de Junho desse mesmo ano.

O trabalho recorre a uma metodologia qualitativa, que inclui uma variedade de técnicas interpretativas e que permite uma abordagem não só mais dinâmica de um fenómeno – neste caso concreto, a campanha de Humberto Delgado, mas também uma “grande fluidez de estatuto teórico epistemológico e de formas de aplicação e tratamento” (Guerra, 2014: 7).

Na reflexão feita por Jean-Pierre Deslauriers (1991), o autor afirma que, ao contrário dos métodos quantitativos, que se preocupam em medir, com a ajuda de ferramentas estatísticas, a frequência e intensidade de um fenómeno, os métodos qualitativos “têm por fim descrever, descodificar, traduzir certos fenómenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente. Estas técnicas dão mais atenção ao significado destes fenómenos do que à sua frequência” (Demazière e Dubar, 1997: 294)¹²⁹.

A distinção entre uma metodologia quantitativa e outra qualitativa, feita igualmente por Marie-Fabienne Fortin (2000), mostra como a investigação quantitativa tem uma dependência mais forte de relações e descrições numéricas ou estatísticas, enquanto a investigação qualitativa assenta num modelo no qual a realidade está enraizada nas percepções dos indivíduos, privilegiando-se uma abordagem compreensiva e aprofundada dos significados e interpretações da realidade.

A investigação qualitativa obedece a múltiplas características sobre as quais também reflectem Bogdan e Biklen (1994). Merece especial referência o facto de haver uma

¹²⁹ In Isabel Carvalho Guerra, *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*, p. 11.

participação activa do investigador, que faz uma interpretação dos dados, “analisa os dados para configurar temas ou categorias e retira conclusões”.

Enunciado o papel de investigador qualitativo que aqui se assume, que procura “compreensão, em vez de análise estatística” (Bell, 2004: 19-20), uma visão panorâmica da realidade em vez de uma microanálise (Bento, 2012), segue-se a explicação dos métodos utilizados.

Um dos métodos de pesquisa usados é a análise documental, partindo do pressuposto assumido por Le Goff (1956) de que o documento é “algo objectivo, neutro, prova que serve para comprovar factos e acontecimentos numa perspectiva linear” (Le Goff, 1956: 536) e que revela as ideias e o modo de viver de um ou de vários indivíduos, não sendo, portanto, “produções isentas, ingénuas; traduzem leituras e modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas num dado tempo e espaço” (Silva *et al*, 2009: 4556).

A circunstância de permitir aceder a uma parte da história que não está contemplada em livros, através dos documentos, é a principal vantagem da utilização da análise documental, não obstante o facto de se estar perante um método de pesquisa em que é necessário tempo para trabalhar documentos, “muitas vezes guardados de forma inadequada e desorganizada, amontoados dentro de caixas nas instituições, o que agrava ainda mais o seu acesso e conservação” (Silva *et al*, 2009: 4563).

Para recolher os dados e as informações que não foi possível encontrar em fontes documentais e tendo em conta o risco de estas poderem ser “inexactas, distorcidas ou erróneas” (Lakatos e Marconi, 1991: 176), foi utilizada a técnica da entrevista, o instrumento mais adequado para delimitar os sistemas de representações, de valores, de normas veiculadas por um indivíduo (Albarello *et al*, 1997:89).

A entrevista, tal como a análise documental, ambas fontes de dados essenciais, são os métodos aos quais se recorreu e sobre os quais se detalhará no próximo ponto do trabalho, onde se explica como foi constituído o *corpus*.

4.2. *Corpus* de análise

Este trabalho opta por uma metodologia qualitativa por se considerar ser a que melhor serve o *corpus* de análise composto por documentos, entrevistas, materiais de campanha diversos e notícias de jornais utilizados para reconstituir a campanha eleitoral de Humberto Delgado.

O acesso, a consulta e o tratamento dos dados documentais foi um processo de elevada morosidade. Desde logo, foi necessário fazer um levantamento exaustivo no que respeita aos locais onde seria possível encontrar informação sobre o objecto de estudo e à qual fosse possível aceder em tempo útil. Definir onde e como seria feita a recolha do material para constituir o *corpus* de análise foi, deste modo, o primeiro momento, a que se seguiu uma leitura de todos os documentos e uma análise cuidada da informação passível de ser recolhida para o *corpus*, que posteriormente foi tratado através de categorias de análise, que mais adiante se explicitam, e que foram cruciais para dar racionalidade à imensidão de dados disponíveis e dispersos por milhares de documentos – tarefa que requereu muitos meses de dedicação e pesquisa.

Assim, o *corpus* de análise é composto primeiramente pelo arquivo pessoal de Álvaro Monteiro, destacado republicano e responsável pela campanha de Delgado no distrito de Viseu. A existência deste espólio e a possibilidade de ter podido aceder a este material inédito, que ainda não tinha sido trabalhado por qualquer investigador, abre um espaço único de conhecimento e de esclarecimento de questões essenciais sobre a campanha protagonizada pelo General, nomeadamente o papel de Viseu, o peso da Igreja na região da Beira Alta na década de 1950, como era veiculada a mensagem ou as competências delegadas nas diferentes regiões do país. Um conjunto de aspectos determinantes para que possa ser dado um efectivo contributo para a comunidade científica, na medida em que este acervo permite conhecer pormenores sobre esta campanha.

Vários contactos, desenvolvidos ao longo de semanas, conduziram a investigadora aos descendentes de Álvaro Monteiro, herdeiros do seu arquivo pessoal. Trata-se de um acervo bastante completo, constituído por treze *dossiers* e três pastas, com datas de produção de 1926 a 1979, material recentemente doado pelos familiares de Álvaro Monteiro à Torre do Tombo, em cerimónia pública que ocorreu a 9 de Junho de 2016¹³⁰.

Importa destacar que o arquivo só pôde ser consultado e analisado em tempo útil para a presente investigação doutoral na medida em que a família de Álvaro Monteiro o disponibilizou, a título particular, especificamente para este trabalho, antes mesmo de o entregar aos arquivos da Torre do Tombo.

Dada a vastidão do horizonte temporal do referido espólio, que incorpora mais de cinco décadas (como acima referido, ou seja, três anos antes da morte de Álvaro Monteiro), para efeitos da presente investigação apenas foi analisado o *dossier* referente

¹³⁰ De acordo com o protocolo assinado, regido pelo art.º 17 do Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro, o acesso ao fundo Álvaro Monteiro e foi feito mediante autorização expressa dos familiares do advogado.

às eleições presidenciais de 1958 para a Presidência da República – o único com ligação directa ao referido acto eleitoral. Dele constam 570 páginas, num total de 184 documentos em papel produzidos, reunidos e recebidos por Álvaro Monteiro entre 15 de Janeiro e 25 de Setembro de 1958, na qualidade de representante distrital e procurador da candidatura de Humberto Delgado.

O espólio de Álvaro Monteiro inclui correspondência entre diferentes comissões regionais e entre responsáveis locais e nacionais da candidatura de Humberto Delgado¹³¹, comunicados, ofícios/circulares distribuídos pelas estruturas de diferentes pontos do país, discursos, documentos oficiais respeitantes ao acto eleitoral, fotografias, algum material de propaganda e pequenas notas ou apontamentos manuscritos.

A documentação analisada neste espólio aborda aspectos da organização da campanha, questões de logística, angariação de apoios, material de propaganda eleitoral, mas também o próprio curso da mesma, as dificuldades e os obstáculos.

Para além do espólio de Álvaro Monteiro, foram também consultados no âmbito da presente investigação doutoral todos os arquivos disponíveis ao público que contêm informação directa sobre a campanha do General – tarefa muito morosa e exaustiva, sobretudo tendo em conta que não existe um arquivo único, sistematizado ou catalogado, mas antes elementos e documentos dispersos por inúmeros espólios que é preciso procurar e averiguar minuciosamente.

Na Torre do Tombo, a documentação respeitante às eleições presidenciais de 1958 está dispersa por vários arquivos, sendo que, na maioria dos casos, o resultado imediato da pesquisa é a existência de inúmeras pastas com indicação de “informação não tratada arquivisticamente”, o que representa uma dificuldade acrescida.

No âmbito da presente investigação, o fundo Humberto Delgado, que deu entrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em 1998, por ocasião do 40.º aniversário das eleições presidenciais de 1958¹³², é o mais relevante. O espólio é composto por 78 caixas

¹³¹ Os autores desta correspondência são, para além de Álvaro Monteiro, destacadas personalidades da cidade de Viseu envolvidas nas campanhas da oposição, como Moreira de Campos ou Francisco Ribas de Sousa; membros das restantes comissões concelhias da candidatura de Humberto Delgado no distrito de Viseu (nomeadamente Moimenta da Beira, Sernancelhe, Cinfães, Mortágua, Tarouca, Castro Daire ou São João da Pesqueira); responsáveis pelos serviços de candidatura de outras regiões do país, como o Porto, Guarda, Lamego e Lisboa; membros do Directório Democrato-Social, e apoiantes do Estado Novo que respondem a cartas enviadas por Álvaro Monteiro, como é o caso do Governador Civil de Viseu, do Director do *Jornal de Viseu* ou o director da Escola do Magistério Primário.

¹³² Esta efeméride tem sido a oportunidade de, pelo menos de 10 em 10 anos, discutir diferentes aspectos sobre estas eleições de 1958 e a candidatura de Humberto Delgado – a ocasião tem sido assinalada com a organização de alguns eventos, nos quais são revelados ao grande público fotografias, testemunhos ou

de dimensão variável e em razoável estado de conservação, encontrando-se organizado em três grandes vertentes: a actividade militar e diplomática de Humberto Delgado, a sua actividade pessoal e a sua actividade política. No âmbito do presente trabalho foi sobre esta última que recaiu a análise exaustiva da documentação¹³³.

Vários particulares fizeram doações ao Estado de documentação relativa às eleições de 1958, pelo que do Fundo Humberto Delgado fazem também parte outros acervos oferecidos pelas famílias de interventores directos da candidatura do General – documentos pertencentes à família de Artur Mirandela, Montalvão Machado, Cal Brandão e Sérgio Carvalhão Duarte¹³⁴.

Até ao final dos anos 90, altura em que algumas doações foram feitas à Torre do Tombo por ocasião do 40.º aniversário das eleições de 1958, eram raros os documentos referentes à candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República.

Como já foi referido, a documentação disponível sobre as eleições de 1958 encontra-se bastante dispersa, mas ela é também pouco exaustiva em termos de conteúdo. Uma análise cuidada permite concluir que um número limitado de informações tem sido replicado ao longo dos anos em diferentes livros, revistas, páginas da internet e documentos vários, nalguns casos com imprecisões ou incorrecções, pelo que só o cruzamento com várias fontes permite apurar rigorosamente os factos.

Para além do Fundo Humberto Delgado, outros arquivos disponibilizam elementos sobre as eleições de 1958: o de Salazar, os da União Nacional, os do SNI e os do Ministério do Interior – neles se inclui correspondência, discursos e relatórios relativos às eleições presidenciais. Os arquivos da PIDE incluem também a propaganda apreendida referente à campanha de Humberto Delgado e os processos com informações sobre os opositoristas envolvidos naquele acto eleitoral¹³⁵.

material de propaganda. Foi também no âmbito das comemorações do 50.º aniversário da campanha eleitoral de 58 que se publicaram os poucos livros que existem sobre esta temática.

¹³³ No quadro de classificação do Fundo Humberto Delgado, a actividade política está subdividida em duas categorias: eleições presidenciais de 1958 e exílio. Para efeitos do presente trabalho, não foram analisados os documentos respeitantes ao período de permanência do General no Brasil.

¹³⁴ A doação feita por Sérgio Carvalhão Duarte diz respeito a documentação reunida pelo seu pai, Jaime Carvalhão Duarte, que se destacou pela sua actividade jornalística à frente do jornal *República* desde a década de 40, tendo pertencido também ao MUD e à Maçonaria.

¹³⁵ O arquivo do SNI também tem muita informação sobre a censura, mas, não sendo essa a questão central da investigação, não foi alvo de análise no presente trabalho.

O Fundo Humberto Delgado (vertente da actividade política¹³⁶) foi todo analisado, enquanto os restantes arquivos da Torre do Tombo foram consultados apenas pontualmente, para complementar, conferir ou validar informações.

O *corpus* de análise deste trabalho é ainda constituído por dezenas de documentos depositados na Fundação Mário Soares, designadamente os pertencentes aos fundos Alfredo Ribeiro dos Santos, Manuel Mendes, Mário Soares, Abel Salazar, Carvalhão Duarte e Teófilo Carvalho dos Santos. Estes arquivos complementam e confirmam muitos elementos e dados sobre a campanha de Humberto Delgado, disponibilizam muitas imagens e material de propaganda eleitoral e, no caso do arquivo de Manuel Mendes, fornece mesmo pistas essenciais para a investigação.

No arquivo Ephemera, de José Pacheco Pereira, encontra-se também um vasto conjunto de materiais de propaganda referente à campanha de Delgado de 1958 e às campanhas eleitorais americanas da década de 50, tendo sido igualmente consultadas as notas manuscritas de Octávio Pato referentes aos meses da campanha presidencial de 58, através das quais é possível perceber de que forma o Partido Comunista Português foi seguindo a campanha do General e como se processou posteriormente a desistência do candidato apoiado pelos comunistas, em favor de Humberto Delgado.

Foi igualmente feita uma pesquisa nos documentos depositados no Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra, que dizem directamente respeito à campanha de Humberto Delgado e que incluem material de propaganda, manifestos eleitorais, recortes de imprensa e fotografias, tendo sido ainda analisado o processo individual de Humberto Delgado no Arquivo Histórico da Força Aérea, do qual fazem parte algumas dezenas de fotografias da campanha presidencial de 1958 também incluídas no *corpus* de análise.

Quanto à documentação consultada, quer o espólio de Álvaro Monteiro, quer os restantes arquivos acima referidos foram analisados para extrair, cruzar, acrescentar e validar informação. A pesquisa documental engloba todos os materiais escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica (Lakatos e Marconi, 1990: 57) e o seu objectivo consiste na recolha e análise do material, para posteriormente interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre um dado assunto.

¹³⁶ Como já foi referido, as vertentes referentes à actividade pessoal e à actividade militar de Humberto Delgado que constam do mesmo fundo não foram objecto de análise por não terem relevância no âmbito da presente investigação doutoral. Também não foram consultados os fundos que incidem sobre fotografias (e que se encontram na Torre do Tombo), já que não é objectivo do presente trabalho a análise semiótica de imagens.

Importa também evidenciar que, para além dos arquivos efectivamente trabalhados, foi necessário consultar vários outros, para poder aferir se tinham ou não utilidade no âmbito da presente investigação doutoral. Foi o caso dos fundos do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, dos arquivos da Emissora Nacional e do Rádio Clube Português, do espólio de João Sarmento Pimentel, que se encontra depositado na Biblioteca Municipal de Mirandela e de algumas pesquisas sobre aspectos muito específicos no arquivo do *Diário de Notícias*. Consultaram-se também inúmeras edições de jornais diários de 1958 e das provas censuradas do jornal *O Século*, dos meses de Maio e Junho de 1958.

A dificuldade na consulta de fontes documentais não foi o único constrangimento do trabalho. Tendo as eleições de 1958 decorrido há quase 60 anos, encontrar personalidades que tenham estado directamente envolvidas na campanha de Humberto Delgado ainda de boa saúde (com a memória capaz de não atraiçoar os factos) foi uma tarefa muito morosa e complicada.

Num primeiro momento, foi necessário proceder à identificação dos potenciais entrevistados, encontrar o contacto destes, aferir da sua disponibilidade para participar nesta investigação¹³⁷ e, de entre eles, identificar os que estariam em condições reais para o fazer. Este trabalho teve ainda a vicissitude de alguns dos entrevistados já identificados terem falecido durante o período da investigação.

Os testemunhos chegam sobretudo pela voz e pelas memórias dos seus familiares, mas também através de pessoas que, sendo jovens naquela época, participaram de alguma forma na campanha e/ou vivenciaram aquele tempo.

Existem igualmente alguns livros de memórias de personalidades que estiveram envolvidas na campanha, onde é possível ficar a conhecer pormenores e pontos de vista – mas sendo muito poucos os casos em que assim sucede, esta informação *per si* continua a ser bastante escassa e insuficiente.

Em qualquer dos casos, o mesmo denominador comum: dificilmente a documentação sobre aquele acto eleitoral sobreviveu ao passar dos tempos – muitas vezes foi mesmo destruída por receio de represálias da polícia política e para evitar problemas de maior, tal como relataram alguns dos entrevistados no âmbito deste trabalho.

¹³⁷ Todos os entrevistados no âmbito da presente investigação doutoral tiveram conhecimento do propósito do trabalho e autorizaram a utilização dos dados constantes da entrevista para efeitos desta Tese de Doutoramento. A transcrição integral das entrevistas não será incluída no trabalho por reserva de alguns dos dados, a pedido dos próprios entrevistados, mas as questões essenciais encontram-se referenciadas no *corpus* da Tese.

A fonte oral privilegiada para aceder a informação por parte dos protagonistas do período da história a que se refere a eleição presidencial de 1958 foi a entrevista semidirigida, segundo a terminologia de Marie-Fabienne Fortin (2009)¹³⁸. Trata-se do tipo de entrevista na qual o entrevistador determina uma lista de temas a abordar, formula um conjunto de questões e vai colocando essas questões na ordem e no momento que lhe parece apropriada, de acordo com o desenrolar da própria entrevista. A ordem das questões é flexível, como defendem Hess, Sénécal e Vallerand (2000)¹³⁹, podendo o entrevistador começar pelas questões simples e colocando depois progressivamente as questões mais complexas.

A entrevista é semidirectiva, no sentido em que não é inteiramente aberta. Ao mesmo tempo que obedece a um guião ou conjunto de perguntas-guia pré-definidas, permite liberdade de resposta ao entrevistado, de forma a não o condicionar.

As perguntas colocadas são abertas, com suficiente grau de flexibilidade, “inspiradas pelas circunstâncias” (Fortin, 2009: 377), que podem suscitar perguntas adicionais (ao guião-tipo) para esclarecer questões que não ficaram inteiramente claras. Os entrevistados respondem sem limitações e compete ao investigador centrar a conversa e reencaminhá-la para os objectivos previamente definidos (Quivy e Campenhoudt, 2013: 193), sempre que o entrevistado fuja ao tema ou manifeste dificuldades com ele. Conceito semelhante é apresentado por Albarello (1997), que definiu quatro modalidades em termos da concepção da entrevista, de acordo com o grau de liberdade cedido ao entrevistado. Segundo este autor, a entrevista semidirectiva é aquela que permite ao entrevistado liberdade de estruturação de pensamento, dirigindo-o, no entanto, para que não se desvie dos temas ou questões consideradas centrais para a investigação¹⁴⁰.

Nas entrevistas semidirigidas, que decorrem num contexto semelhante ao de uma conversação informal, encontraram-se respostas para as lacunas resultantes dos documentos e esclareceram-se as dúvidas por eles suscitadas. As entrevistas têm o duplo objectivo de permitir ultrapassar as lacunas ao nível dos documentos, mas também as

¹³⁸ Marie-Fabienne Fortin distingue mais dois tipos de entrevista, para além da semidirigida: a entrevista não dirigida, na qual a formulação e a ordem das questões não são determinadas antecipadamente, sendo o entrevistado que muitas vezes decide a direcção a dar à entrevista. No caso da entrevista dirigida, as questões e a ordem destas são definidas previamente, a entrevista desenrola-se da mesma maneira com os diferentes entrevistados, com questões fechadas.

¹³⁹ Citado em Marie-Fabienne Fortin, *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*, p. 377.

¹⁴⁰ O autor aponta ainda mais três modalidades de entrevista: a directiva realizada com base num questionário padronizado e pré-estabelecido, obedecendo por isso a um nível inferior de liberdade do entrevistado; a não-directiva, em que é induzido um tema geral que se pretende que o entrevistado explore, tendo esta liberdade máxima nas respostas; e a última, a entrevista de fundo, consiste num relato de vida e combina uma abordagem biográfica com a temática do objecto de estudo.

lacunas provocadas pelo contexto e por outros elementos importantes para a compreensão do desenrolar da campanha do General, sobretudo se se tiver em linha de conta que os jornais pouco ou nada diziam sobre a mesma – quando se referiam àquele acto eleitoral, apenas mencionavam a campanha do candidato apoiado pelo União Nacional.

Lakatos e Marconi (1990) sistematizam a importância da preparação da entrevista, como uma das etapas fundamentais da investigação, que exige alguns cuidados para os quais chamam a atenção. Desde logo, o planeamento da entrevista, que não deve afastá-la dos objectivos que se pretende alcançar, e a escolha do entrevistado, que deve dominar o tema e acrescentar alguma mais-valia na procura de informações. Aspectos de cariz mais técnico também devem ser observados, como a disponibilidade do entrevistado para dar a entrevista, pelo que esta deve ser marcada com a devida antecedência. Por fim, a questão que requer mais tempo e dedicação, a preparação específica das questões a pôr.

Na base da construção das perguntas, bem como no tratamento temático das entrevistas, estiveram as diferentes dimensões utilizadas para analisar a campanha: a organização e as actividades desta, a sua planificação, a coordenação, o voluntariado, custos e financiamento, o material de propaganda e a relação com os meios de comunicação – estas mesmas dimensões orientaram as questões colocadas aos documentos.

Foram realizadas 28 entrevistas a interlocutores recomendados, organizadas segundo as três grandes categorias definidas por Quivy e Campenhoudt (2013):

1) Docentes, investigadores especializados e peritos no domínio de investigação necessidade posta pela pergunta de partida (Manuel Braga da Cruz, Fernando Rosas, António Costa Pinto, José Pacheco Pereira, Jaime Nogueira Pinto, Luís Reis Torgal, Alfredo Caldeira, Francisco Ribeiro de Meneses¹⁴¹);

2) Testemunhas privilegiadas, que pela sua posição, acção ou responsabilidades têm um bom conhecimento sobre a questão. Nesta categoria, optou-se por encontrar subcategorias, a saber:

- Jornalistas que exerciam a profissão na década de 1950: José Manuel Tengarrinha, Carlos Veiga Pereira e Vasco Hogan Teves;

¹⁴¹ A entrevista a Francisco Ribeiro de Meneses foi realizada, por via telefónica, em 17 de Julho de 2015 e orientada especificamente para a relação entre Humberto Delgado e António de Oliveira Salazar, já que o historiador é biógrafo deste último.

- Membros da organização: individualidades que estiveram directamente envolvidas na organização da campanha presidencial de 1958: Edgar Nunes, Martinho da Silva, Manuel Louzã Henriques, Vasco Vieira de Almeida, Domingos Abrantes;

- Familiares de personalidades que participaram activamente na campanha: Manuela Rêgo, Custódio Maldonado Freitas, Artur Santos Silva, Isabel Monteiro, Mário Valle, Ângela Velhote;

- Familiares do candidato Humberto Delgado: Iva Delgado;

3) Actores directamente envolvidos – neste caso, apoiantes ou outras testemunhas oculares da campanha de Humberto Delgado, mas que nela não tiveram especial actividade: Manuel Sá Correia, Jaime Marta Soares, Silva Graça, Joaquim Letria e General Loureiro dos Santos.

As entrevistas foram individuais e realizadas a personalidades bastante jovens à época, que testemunharam, de forma mais ou menos directa, a campanha de Humberto Delgado e cuja percepção pode também ser um contributo importante para responder à pergunta que percorre toda a investigação.

As entrevistas tiveram a duração média de uma hora, sendo que a mais curta demorou 30 minutos e a entrevista mais longa teve uma duração de duas horas e meia.

Depois de realizadas, as entrevistas foram transcritas para papel, e, tendo os entrevistados falado na primeira pessoa, a transcrição foi literal. Cada um deles foi ouvido pela sua singularidade e as respostas de cada um deles, múltiplas e diversas, contribuíram para ajudar a compreender a campanha de Humberto Delgado como um mosaico.

Os testemunhos são cruzados com a análise documental, a que já se aludiu, e com a análise do espólio da campanha, que inclui folhetos, brochuras, postais, cartazes, panfletos e selos, a que se junta correspondência vária e os livros de memórias de Humberto Delgado, de familiares seus e de apoiantes do núcleo duro da candidatura¹⁴².

Neste contexto e quanto ao tratamento do material da presente investigação, os documentos e as entrevistas foram utilizadas para reconstituir a campanha, mas também para estabelecer relações entre as informações e interpretar o sentido do que foi dito,

¹⁴² Humberto Delgado tem várias obras publicadas, como se refere na nota 110, página 93, algumas delas ainda respeitantes ao tempo em que colaborava de perto com o regime. Em *Da pulhice do Homo Sapiens*, faz o elogio do Presidente do Conselho, que contraria e em nada antecipa o que mais tarde veio a acontecer em termos de dissidência entre ambos.

recorrendo a análises tipológicas, método por excelência da metodologia qualitativa (Guerra, 2014: 77).

A análise categorial também assume especial importância no âmbito deste trabalho – trata-se da identificação das variáveis explicativas pertinentes que influenciam determinado fenómeno em estudo (Guerra, 2014: 78). Segundo Poirier e Valladon (1983: 216), a categoria é uma “rubrica significativa ou uma classe que junta, sob uma noção geral, elementos do discurso”.

Documentos, entrevistas e material de campanha constituem o *corpus* tratado a partir da grelha de análise proposta por Pippa Norris. Os três métodos estabelecidos para recolha e análise da informação acima referidos (análise documental, entrevista, análise do material de campanha) foram trabalhados à luz das categorias sobre as campanhas eleitorais sistematizadas por Pippa Norris (2000).

A escolha desta professora universitária de nacionalidade anglo-americana como referência, bem como a opção pela terminologia por ela utilizada, deve-se ao facto de esta autora ser uma académica profundamente credibilizada na área da comunicação política, com vasta obra publicada sobre esta temática, mas também por ter um trabalho publicado, *A Virtuous Circle? Political Communications in Post-Industrial Democracies*, em que apresenta várias categorias aplicadas às diferentes fases de evolução das campanhas eleitorais no mundo ocidental.

Pippa Norris traça a evolução da comunicação no contexto das campanhas eleitorais democráticas, distinguindo campanhas pré-modernas (do século XIX até meados da década de 1950), campanhas modernas (do início dos anos 60 até final dos anos 80) e campanhas pós-modernas (a partir dos anos 90). Para cada uma delas estabelece um conjunto de características ou categorias que permitem compreender como é que elas evoluíram ao longo do tempo. Importa, no entanto, realçar que, no que diz respeito à organização das campanhas eleitorais em sentido estrito, não é relevante o tipo de regime político no qual as mesmas se inserem, tal como foi referido na componente teórica deste trabalho.

O *corpus* de análise foi trabalhado a partir de um conjunto de categorias sistematizadas em estudos sobre campanhas eleitorais (Norris, 2000):

- Organização da campanha
- Eventos de campanha
- Preparação/planificação
- Coordenação central
- Custos e financiamento
- *Feedback*
- Media
- Material de propaganda

Por “organização da campanha” entende-se um plano escrito contendo os objectivos, as mensagens e o público a quem estas se dirige (Cacciotto, 2015: 133) e da distribuição de tarefas.

Os “eventos” são momentos da campanha organizados para dar visibilidade à campanha e ao candidato e que estão revestidos de algum simbolismo ou significado. Têm como objectivo “atrair a atenção da cobertura gratuita dos meios de comunicação social não controlados mediante uma série de eventos” (Cacciotto, 2015: 135).

Para tanto é necessário haver a “preparação” da campanha, que envolve planificação e agendamento de iniciativas, de acordo com o esquema inicialmente delineado. E dentro desta dimensão de análise importa aferir se a campanha é preparada num curto espaço de tempo ou a médio-longo prazo.

A “coordenação central” define quem recebe a informação, quem determina a estratégia e as directrizes, coordenação esta pode funcionar de modo centralizado ou a nível local.

Todas as campanhas envolvem “custos”, para as deslocações do candidato, para os eventos que se realizam no âmbito da campanha, para mandar fazer os materiais de propaganda, sendo o “financiamento” uma componente essencial para fazer face a essas mesmas despesas.

Para além da necessidade de a planificar cuidadosamente, “é necessária capacidade de monitorização constante do andamento da campanha” (Cacciotto, 2015: 136), que se

traduz no *feedback*, conseguido através da reacção do público ou do eleitorado face ao decurso da mesma.

Na questão dos “media” importa sobretudo um plano que permita “organizar a presença nos meios de comunicação social para obter a máxima difusão da mensagem e fazer com que chegue ao maior número possível de pessoas em relação aos targets eleitorais de referência” (Cacciotto, 2015: 132).

Finalmente, o “material de propaganda”, suporte de campanha, feito propositadamente em função do candidato e do seu programa, servindo para reforçar e divulgar a sua mensagem.

Estas categorias de análise servem para trabalhar os dados recolhidos e para, posteriormente, aferir das características e do tipo de campanha protagonizada por Humberto Delgado nas eleições de 1958. Através da sistematização destes indicadores pretende-se reflectir sobre o modelo de comunicação política revelado pela campanha de Humberto Delgado nas eleições de 1958.

O espólio de Álvaro Monteiro foi decisivo para permitir perceber quais os elementos presentes na campanha de Humberto Delgado e confirmar a adequação da utilização desta grelha de análise à campanha em estudo. Foi a partir da documentação bastante completa e abrangente do arquivo pessoal deste advogado opositorista que foi possível, num primeiro momento, perceber como se organizava este distrito, como funcionou a campanha do General e a dinâmica que lhe estava subjacente – documentos fundamentais para testar as categorias definidas por Pippa Norris e perceber se faz sentido as mesmas serem aplicadas.

Deste modo, toda a dinâmica de funcionamento da campanha de Humberto Delgado inicialmente apreendida decorreu dos primeiros documentos consultados e desta primeira análise ao caso de Viseu. Parte-se dele para o resto do país, como um exemplo através do qual foi possível confirmar que os outros distritos estavam organizados da mesma forma. Ajudou, por outro lado, a perceber a campanha como um todo e com uma lógica semelhante nas várias regiões de Portugal.

Num primeiro nível de análise, foi feita a reconstituição da campanha e dos seus eventos, a partir dos documentos consultados no arquivo de Álvaro Monteiro e na Torre do Tombo¹⁴³.

¹⁴³ Para o efeito recorreu-se essencialmente ao arquivo Humberto Delgado e aos arquivos da PIDE, ambos disponíveis para consulta na Torre do Tombo, em Lisboa.

Contributo importante foi dado também pela análise de jornais da época. A consulta dos periódicos serviu para aferir da visibilidade da campanha de Humberto Delgado na imprensa, que elementos sobre a campanha foram omitidos ou quais deles tiveram (ou não) repercussão. O trabalho não inclui, no entanto, uma análise da cobertura da campanha feita pela imprensa, que não é objectivo da presente investigação.

A análise documental e as entrevistas permitiram reconstruir os passos da campanha de Humberto Delgado à Presidência da República, como uma espécie de roteiro daquela candidatura independente¹⁴⁴, tendo sido de igual modo fundamental para dar resposta a inúmeras questões práticas da campanha, nomeadamente:

- Perceber quem participou;
- Como se sabia da campanha e das iniciativas planeadas;
- Que actividades eram agendadas;
- O que diziam os panfletos e o restante material de propaganda;
- Quais eram os temas das sessões de propaganda;
- Que tipo de pessoas estavam envolvidas a nível distrital;
- Que estratégias de comunicação eram utilizadas;
- Apurar se existiam circuitos alternativos aos canais tradicionais de divulgação das mensagens.

A documentação existente sobre o material de propaganda da campanha de Humberto Delgado não está compilada nem sistematizada em parte alguma. Há material de ordem vária nos diversos fundos que compõem o arquivo da Fundação Mário Soares, no Centro de Documentação 25 de Abril, na Torre do Tombo (quer no espólio Humberto Delgado, quer nas doações particulares que o integram) e em vários documentos soltos consultados em arquivos pessoais aos quais foi possível ter acesso, nomeadamente de Álvaro Monteiro (de Viseu), de Venerando Matos (de Torres Vedras) ou de Joaquim Martinho da Silva (de Santarém).

Para analisar os materiais, aplicou-se a mesma grelha de análise utilizada para os documentos, procurando perceber a que categoria pertencem e o que revelam sobre as dimensões da campanha aqui estudadas (organização, eventos, preparação da campanha, coordenação, voluntariado, custos e financiamento).

¹⁴⁴ Para este roteiro da campanha foi igualmente importante aceder à imprensa da época (de âmbito nacional e regional), através da qual se confirmaram também alguns elementos, e às provas censuradas do jornal *O Século*, que se encontram nos arquivos da Torre do Tombo.

Estes materiais foram analisados tendo por referência os materiais utilizados à época nas campanhas eleitorais americanas.

Não foi feita qualquer análise semiótica ou de componente visual da campanha, na medida em que os objectivos do trabalho não se prendem com o estudo da representação do candidato ou com a forma como a sua imagem foi construída.

Com os documentos, as entrevistas e a análise dos materiais de campanha consegue-se a triangulação dos dados, que permite validar as informações obtidas, avaliar a sua fiabilidade e, dessa forma, produzir uma maior confiança nos resultados. Segundo Norma Denzin (1970)¹⁴⁵, os defeitos de um determinado método são, muitas vezes, os pontos fortes de outro, pelo que a combinação de ambos é uma forma eficaz de ultrapassar as debilidades específicas de cada um. Por outro lado, a triangulação permite alcançar um retrato mais fidedigno da realidade.

Tendo em conta que qualquer investigação tem subjacente um determinado entendimento acerca da realidade e que este define o tipo de conhecimento que se alcança, importa explicitar que, em termos de paradigma científico, se trata de uma investigação interpretativista, que tem por base uma visão da realidade social que enfatiza a importância da experiência subjectiva dos indivíduos na criação do mundo (Burrell e Morgan, 1979) e que terá em consideração uma multiplicidade de perspectivas de análise e os valores e assunções da própria investigadora (Littlejohn, 2009). Nesse sentido, o conhecimento processa-se de forma subjectiva, numa relação de influência mútua entre a investigadora e o objecto de estudo.

Assume-se, por outro lado – de acordo com a concepção de Michelle Lessard-Hébert e outros – que os factos sociais não são “coisas” e que a sociedade não é um organismo natural, mas sim um artefacto humano (Lessard-Hébert, 1994)¹⁴⁶.

O paradigma interpretativista vê o mundo como um processo social emergente, que é criado pelos indivíduos que nele tomam parte – cada um cria, modifica e interpreta o contexto no qual se insere. Sob este ponto de vista, “a informação é um fenómeno dependente do sujeito e da experiência de determinado indivíduo e da historicidade, pressupostos, contextos e envolvimentos no âmbito dos quais e com os quais esse mesmo indivíduo se informa ou é informado” (Ilharco, 2003: 3).

A investigação que aqui se apresenta convoca também o paradigma da complexidade como forma de olhar a realidade, a partir da concepção de Edgar Morin, em que o

¹⁴⁵ Sharan Merriam (1998) *Case Study: a Qualitative Approach*.

¹⁴⁶ In Isabel Carvalho Guerra, *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*, p. 15.

investigador é parte do processo de criação dessa mesma realidade, decidindo o que é informação e o que é ruído.

No presente trabalho, assume-se que a realidade é complexa e está em permanente mudança, sujeita ao inesperado (Vannini, 2009: 560), pelo que esta investigação pretende sugerir leis de interpretação e não modelos universais, válidos para qualquer tempo ou lugar (Vannini, 2009: 559), tal como não é seu propósito encontrar explicações de tipo causa-efeito a partir de variáveis específicas.

Na terminologia de Burrell e Morgan, a investigação reflecte dois paradigmas da corrente interpretativista: por um lado, uma posição interpretativista estrita, procurando compreender o significado da campanha de Humberto Delgado, mas também os pormenores e os detalhes que permitirão reconstituir a forma como ela foi construída e o impacto do fenómeno. As categorias de análise utilizadas permitem reconstruir a campanha tendo em vista os objectivos definidos para este estudo e com o propósito de responder às questões de investigação.

A presente investigação aproxima-se de uma posição humanista, assumindo que a campanha foi um acontecimento singular, que trouxe novidades e encerrou em si um forte potencial de mudança (Burrell e Morgan, 1979: 32). Que equilíbrios alterou? Para que serviu? Por que motivo aderiram as pessoas e o que ganharam com isso? Que efeitos teria uma vitória de Humberto Delgado? Estas são perguntas que percorrem toda a investigação e para as quais se procurará resposta.

Apresentado o desenho metodológico subjacente à Tese de Doutoramento, o capítulo que se segue apresenta a campanha, reconstituindo a passagem do candidato por várias cidades e vilas do país ao longo das semanas do período oficial de campanha, recorrendo a documentos e testemunhos vários.

CAPÍTULO 5.

A CAMPANHA DE HUMBERTO DELGADO

Introdução

Este capítulo de análise da campanha de Humberto Delgado centra-se na forma como ela se preparou e organizou, de que forma evoluiu, com que financiamento e recorrendo a que tipo de propaganda e eventos.

O capítulo está organizado em subcapítulos que correspondem às dimensões de análise utilizadas no âmbito da investigação (Norris, 2000), tal como exposto na componente metodológica deste trabalho atrás citada: organização da campanha, eventos de campanha, preparação/planificação, coordenação central, custos e financiamento, *feedback*, media e material de propaganda – um conjunto de indicadores sistematizados e testados pela literatura sobre a análise de campanhas eleitorais.

Antes mesmo de a campanha propriamente dita começar, assistiu-se nos meios oposicionistas, como já ficou expresso no trabalho (nos capítulos onde se descreve o contexto no qual a mesma decorreu e o país nas vésperas de 1958), a um processo hesitante de escolha do(s) nome(s) do(s) candidato(s) à Presidência da República. As dificuldades inerentes a esse mesmo processo determinaram necessariamente as diferentes dimensões da campanha, em especial no que concerne à sua coordenação, ao papel destacado assumido pelo Porto, tal como este capítulo dará conta mais à frente, ou ao *timing* para a apresentação pública do candidato.

Na década de 1950, em Portugal, o processo eleitoral não se desenrolava num longo período de meses ou anos, como sucede nos dias de hoje. As chamadas “campanhas longas” eram características das campanhas ditas contemporâneas ou pós-modernas, de acordo com a designação de Pippa Norris (2000), anteriormente referida.

O período de campanha decorria apenas nos 30 dias que antecederiam o acto eleitoral¹⁴⁷. Nas eleições para a Presidência da República, em 1958, esse momento decorreu entre 8 de Maio e 4 de Junho.

Craveiro Lopes tinha tomado posse como Presidente da República a 9 de Agosto de 1951 para um mandato de sete anos e, nos termos da lei, as eleições deveriam verificar-se no domingo mais próximo do 60.º dia anterior ao do termo do mandato. As eleições realizaram-se no dia 8 de Junho de 1958, com uma vitória do candidato do regime, com 76 por cento dos votos para Américo Thomaz e 23 por cento para Humberto Delgado.

¹⁴⁷ A data foi respeitada, conforme se confirma pelos jornais da época. Cf. Jornal *Diário de Lisboa*, de 8 de Maio de 1958, que na capa assinala o arranque do período eleitoral, com o título “Começa hoje o período de campanha e propaganda”.

O General apresentou-se como candidato independente, reunindo apoios de toda a oposição e até de muitos monárquicos e anunciou o facto inédito de não desistir da ida às urnas. A frase “obviamente demito-o”, referindo-se ao que faria a António de Oliveira Salazar, se ganhasse as eleições, numa resposta a uma pergunta de um jornalista estrangeiro, numa conferência no café Chave d’Ouro, em Lisboa, teve o impacto de verdadeiro terramoto político. “A partir desse momento, virou o ambiente da oposição. Passámos a ser maiores, mais importantes e mais fortes” (Múrias, 1975: 58).

António Sérgio há muito tempo que defendia que se propusesse como candidato um militar dissidente, uma estratégia para dividir as forças da situação, e mantinha-se fiel à ideia de destruir a ditadura por dentro, apoiando alguém que tivesse vindo do regime – a mesma lógica que o levou a apoiar Quintão Meireles, nas eleições de 1951.

Para contornar a animosidade encontrada nos meios ligados à oposição em Lisboa, a que já se fez referência na parte teórica do trabalho, e convencer o Directório Democrático-Social a apoiar um candidato independente, dissidente do regime, António Sérgio recorreu aos seus amigos do Porto – Artur Andrade, Jaime Vilhena e Artur Santos Silva, a quem pediu que observassem por eles próprios as potencialidades do candidato.

Foi Artur Andrade, como o próprio relata num depoimento a Manuel Beça Múrias, que auscultou individualmente os elementos mais destacados da oposição nortenha, testando a reacção destes à hipótese de um general no activo, com prestígio internacional, aparecer como candidato independente. O grupo do Porto, após debate, decidiu avançar sozinho (Delgado, 2013: 90), tomando a iniciativa do apoio formal a Humberto Delgado, dado que o nome do General pareceu capaz de suscitar forte impacto, não só pelos problemas que criaria ao Governo, mas também pela expectativa que suscitaria junto do povo.

O primeiro passo seria a marcação de uma entrevista com o General, para ter a certeza de que se confirmava a disponibilidade deste. Na primeira quinzena de Janeiro de 1958, o grupo do Porto designou o arquitecto Artur Andrade e o advogado Artur Santos Silva para contactarem Humberto Delgado. Nesse contexto, dirigiram-se a Lisboa e pediram-lhe uma reunião que decorreu na Aeronáutica Civil, a que só compareceu Artur Andrade – uma vez que Santos Silva não conseguiu estar presente¹⁴⁸ – que explicou ao General ser

¹⁴⁸ Esta tese (Artur Andrade e Artur Santos Silva, os “Artures”, foram designados para virem a Lisboa falar com o General, em nome do grupo do Porto, mas Santos Silva, à última hora, não conseguiu estar presente) é subscrita por Artur Santos Silva (filho), em entrevista realizada no âmbito desta investigação doutoral, e por Manuel Coelho dos Santos.

o representante de um grupo de ex-candidatos a deputados, não filiados em partidos, dispostos a lançar a sua candidatura independente. A partir daqui, começam logo a falar sobre a organização da campanha, delineando um plano sobre a estratégia a ser utilizada.

Humberto Delgado ficou de vir um fim-de-semana ao Porto conhecer os democratas, o que aconteceu a 19 de Janeiro¹⁴⁹, mas apenas na presença de um núcleo reduzido. Os interlocutores ficaram satisfeitos com o candidato, que aceitou a única condição por eles imposta, de apenas ficar vinculado ao grupo do Porto, só que Humberto Delgado ficou decepcionado porque esperava ter tido oportunidade de falar para uma audiência mais alargada e perante ela explicar as razões da sua mudança de opinião sobre o regime¹⁵⁰.

Regressou, pois, ao Porto, a 1 de Março e, nessa altura, a reunião já decorreu numa “sala cheia, com dezenas de pessoas interessadas na candidatura. E dispostas a agir” (Santos, 2013: 120) – tratava-se de opositoristas de vários quadrantes em termos sócio-profissionais, desde advogados, a comerciantes, industriais e funcionários, e foram estas dezenas de pessoas que assinaram o primeiro documento da candidatura.

Utilizando as categorias construídas por Pippa Norris, o capítulo que agora se inicia está dividido de acordo com os seguintes subcapítulos:

- 1) organização e actividades de campanha, onde se inclui a formação da equipa e a distribuição de tarefas, bem como a planificação da campanha;
- 2) eventos de campanha, detalhando o momento do Chave d’Ouro, a gestão da informação e as relações com a imprensa, o guião e o cenário do evento, o “obviamente demito-o”, a cobertura jornalística e a reacção do regime;
- 3) coordenação da campanha, pormenorizando a sua organização da campanha nos diferentes distritos, com descrição da mesma a nível local em vários pontos do país, sem esquecer o papel do Porto e o caso de Viseu;
- 4) as dimensões do voluntariado, custos e financiamento da campanha;
- 5) os materiais de propaganda da candidatura de Humberto Delgado, onde se abordam as questões dos *slogans* e palavras de ordem, as sessões de propaganda e o *merchandising*,

¹⁴⁹ Nesta primeira reunião, Humberto Delgado encontrou-se com um núcleo de sete dos candidatos a deputados nas eleições anteriores. Os detalhes sobre o almoço e tarde de conversa encontram-se no livro de memórias de Manuel Coelho dos Santos, p.118 e seguintes.

¹⁵⁰ Delgado deu testemunho disso mesmo num artigo intitulado “Génese e Aviltamento da Revolta de 1926”, no livro *A Tirania Portuguesa*. Manuel Coelho dos Santos fala sobre o assunto na p.119 e Iva Delgado confirmou isto mesmo na entrevista realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 2 de Junho de 2014.

a segmentação da mensagem a interacção com o candidato e o *feedback* do eleitorado, mas também o discurso pós eleitoral na propaganda;

6) a relação com os meios de comunicação.

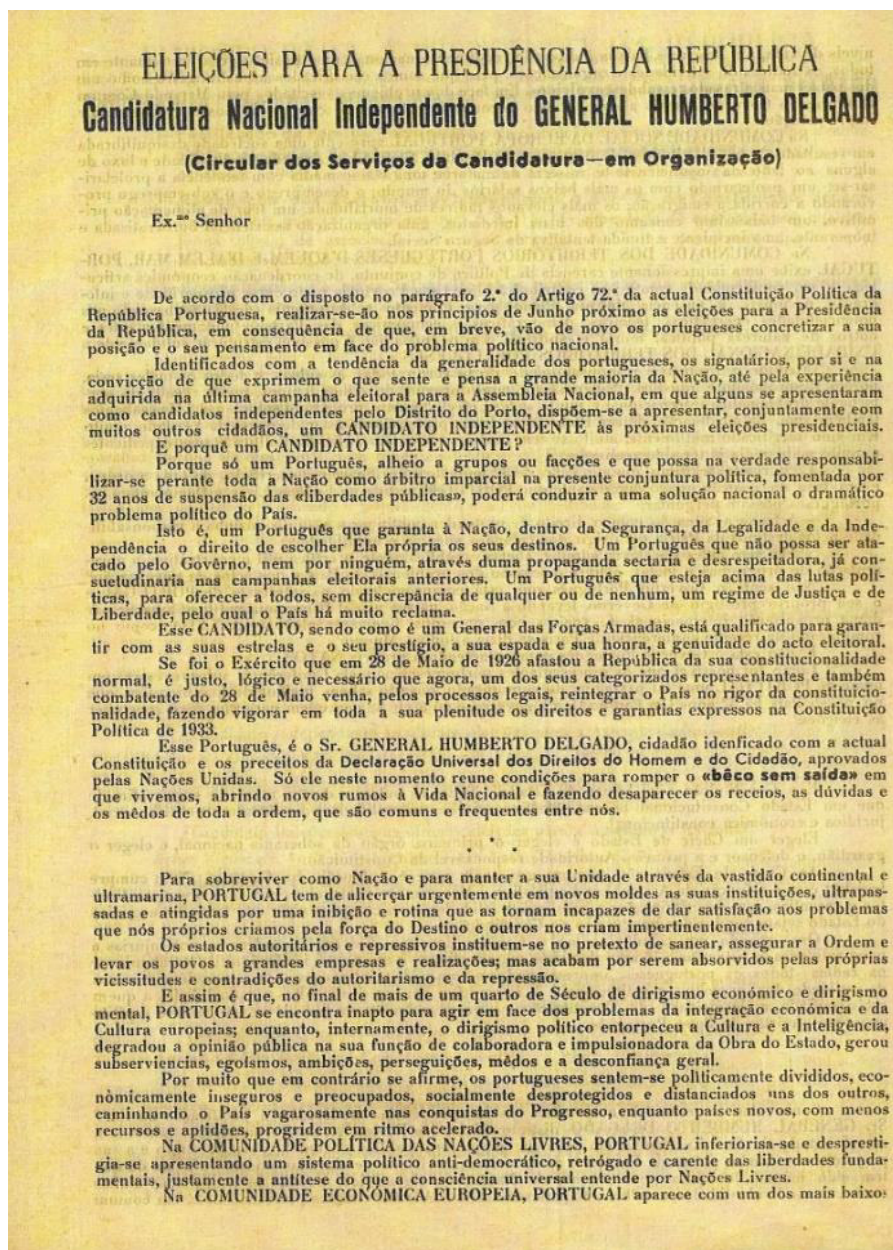
5.1. Organização e actividades de campanha

O jornal *República* apresenta Humberto Delgado ao país no dia 3 de Maio de 1958, ocupando três colunas, sob o título “Elementos biográficos do Sr. General Humberto Delgado”.

A descrição é feita através de cinco itens: educação, carreira, representação do país e viagens, produção literária e científica e condecorações e outras distinções – um texto simples, sem recorrer a adjectivações, mas deixando claro que Humberto Delgado era o preferido do *República*. As razões para essa escolha eram expostas apresentando o candidato como um militar de carreira, no activo, com vasta cultura, reconhecido no plano nacional e internacional; o homem que poderia unir o maior número de portugueses.

O jornal elencava também as condecorações e louvores que Delgado tinha recebido dos ingleses e americanos e até transcrevia os excertos das portarias do Ministério da Defesa Nacional, publicadas no *Diário do Governo* (1957), a agraciá-lo, conforme se constata na imagem 1.

Imagem 1
Primeiro documento oficial dos Serviços da Candidatura de Humberto Delgado



Fonte: ANTT, HD/DAM/12/Cx.77.

Foi a partir desta segunda reunião, a 1 de Março, que ocorreu “o verdadeiro arranque da candidatura” (Santos, 2013: 91), com este primeiro documento tornado público no início de Abril, assinado pelos proponentes da mesma.

Tal como referido, informalmente, a campanha de Humberto Delgado foi preparada ao longo de quatro meses, desde meados de Janeiro. Durante esse período, o candidato foi apresentado a inúmeras personalidades, tratou-se dos procedimentos burocráticos para

dar início ao processo (divulgação dos primeiros documentos, esforço pela promoção da candidatura e do perfil do General, captação de novas adesões, recolha de assinaturas para a legalização do processo e respectivo reconhecimento notarial) e foi delineado e afinado o modelo de campanha que iria ser seguido.

Numa fase inicial, é apenas o Porto que apoia formalmente Humberto Delgado. A 1 de Março de 1958, o General encontrou-se com Artur Andrade, Artur Santos Silva, Ilídio França, Veloso de Pinho, Carlos e Mário Cal Brandão, Luís Semedo, Vieira de Andrade, Manuel Coelho dos Santos, Rodrigo de Abreu e outros¹⁵¹, na já referida reunião.

Havia igualmente uma questão de contexto do regime vigente que justificou também um núcleo de apoio muito limitado numa fase inicial: ninguém podia fazer oposição sozinho (a probabilidade de falhar era grande e os riscos eram muito maiores) e, nessa medida, acabava sempre por se integrar, mais ou menos informalmente, num sector (Santos, 2013: 122), o que significa que a posição que fosse dominante, entre a oposição, pesava de forma decisiva.

Do lado do Directório Democrato-Social, o nome de Humberto Delgado, proposto por António Sérgio, foi liminarmente rejeitado. Em reunião de elementos desse Directório com outros da Comissão Cívica Eleitoral, a hipótese foi vista como “não tendo qualquer cabimento” (Santos, 2013: 113)¹⁵².

Esta última decidiu propor o nome de Cunha Leal, mas este foi hesitando e acabou por desistir, com o já foi referido, invocando problemas de saúde¹⁵³, enquanto o Partido

¹⁵¹ No final deste encontro ficou combinada nova deslocação ao Norte para o General ser apresentado aos restantes oposicionistas do Porto, o que viria a acontecer num almoço que decorreu no Hotel Império (Múrias, 1975: 38).

¹⁵² Nessa altura, foi dito, por parte de quem representava o Directório, que António Sérgio não falava em nome dessa estrutura, como apurou José Pacheco Pereira, no terceiro volume da sua biografia política de Álvaro Cunhal (Pereira, 2015: 582). A 18 de Março, o Directório Democrato-Social reclama junto do Presidente do Conselho garantias eleitorais, ameaçando que a falta de resposta a esta questão o impediria de participar de modo activo nas eleições. Este documento está na página 92 do livro de memórias de Manuel Coelho dos Santos. A resposta de Salazar chegou a 28 de Março, considerando a questão descabida (Santos, 2013: 101). Não se dando por satisfeito, o Directório avança com nova missiva a 8 de Abril, desta vez dirigindo-se ao Presidente da República, insistindo na falta de condições eleitorais. Na prática, foi ameaçando Salazar de que se abstinha, apesar de ter andado a debater nomes desde Novembro, como foi o caso de Quintão Meireles ou de Azevedo Gomes.

¹⁵³ O nome de Cunha Leal trazia muitos problemas. Desde logo, era mal visto por parte dos comunistas, de quem não gostava e dizia mal. Nesse contexto, não faria sentido aceitar concorrer apoiado apenas pelo sector a eles ligado. A sua condição parece ter sido um apoio mais amplo e ser candidato único da oposição, o que não se concretizou. Por outro lado, o PCP queria evitar estar isolado e preferiu apostar em antecipar-se ao Directório Democrato-Social, sugerindo um nome que este dificilmente teria como recusar, em prol de uma candidatura unitária (Santos, 2013: 91). Os preparativos para a candidatura de Cunha Leal incluíram o surgimento de material de propaganda, o postal com a fotografia do candidato, um jantar de apoio e um comício de apoio.

Comunista Português, por seu lado, através do *Avante*¹⁵⁴, tentava denegrir Humberto Delgado para inviabilizar a sua candidatura¹⁵⁵.

Isto é, os diferentes sectores políticos da oposição, em Lisboa, estavam desentendidos e permaneceram semanas em guerra uns com os outros, mesmo depois de a candidatura de Humberto Delgado ter sido oficialmente anunciada, pelo que ela nasceu no Porto e foi posta em marcha pela mesma cidade, depois de ter sido pedida ajuda numa reunião realizada em Aveiro (com oposicionistas de Braga, Aveiro e Lisboa) e cuja conclusão foi a de que “não havia nos outros «núcleos intervencionistas» ninguém que aceitasse integrar a candidatura do General” (Santos, 2013: 121).

Só depois de tornados públicos os propósitos e o programa de Humberto Delgado (e de logradas as várias sugestões de candidatos que se empenharam em tentar apresentar) é que a cúpula do Directório, “interpretando um vasto movimento de opinião”, ditou que “o interesse do Directório concentra-se sobre esta candidatura independente” (Santos, 2013: 93), pelo que virá a abster-se de apresentar candidato próprio e a decidir-se pela liberdade de voto aos seus membros, mediante consulta prévia da Comissão Executiva”.

Assim, o núcleo de oposicionistas que começou a trabalhar na campanha foi muito reduzido. Em Lisboa, os elementos mais activos foram o capitão Carlos Vilhena, o Dr. Assunção, Raúl Rêgo, Eurico Ferreira, Hermínio Paciência, Joaquim Bastos, Teófilo Carvalho dos Santos, João Pedro dos Santos, Adelino Cabral, Rolão Preto, Alcina Bastos, Duarte Vidal e poucos mais. Ao mesmo tempo, no Porto, organizaram-se o arquitecto Artur Andrade, os advogados António Macedo, Araújo Correia, os irmãos Cal Brandão e o Dr. Vilhena de Andrade.

Os serviços começaram a organizar-se em fins de Março, princípios de Abril de 1958 no escritório do capitão Carlos Vilhena, situado na Rua dos Anjos, perto do Cinema Lys, em Lisboa, onde esse militar tinha instalado uma sociedade comercial que mascarava as suas permanentes actividades conspiratórias contra o regime¹⁵⁶ (Múrias, 1975: 74).

A esta primeira sede sucedeu aquela que é comumente referida como sede da candidatura de Humberto Delgado (da qual existem diversas fotografias e relatos), na

¹⁵⁴ *Avante*, ano 27, série VI, n.º 248, 1.ª quinzena de 1958.

¹⁵⁵ Prova disso é uma carta enviada pelo Comité Local do Porto do PCP a Rodrigo de Abreu, onde se incluem excertos do jornal *Avante*, tentando convencê-lo de que Delgado “nada fez em proveito da Democracia e da nossa Pátria” e de que será apenas um candidato salazarista para dividir a oposição. Cf. *Humberto Delgado. Nos Bastidores de uma Campanha*, de Adrião Cunha, p. 150.

¹⁵⁶ Este escritório era também frequentado por Francisco Sousa Tavares, advogado que estava em ligação com oficiais do Exército que, nessa altura, faziam reuniões no Estoril contra a permanência do Ministro Santos Costa no Governo – chegaram a estabelecer contactos com Humberto Delgado para um eventual golpe militar, mas, não tendo sido possível reunir elementos em número suficiente, desistiram do plano.

Avenida da Liberdade, n.º 148, num prédio ao lado do antigo Teatro Avenida e sobre a qual se falará com maior detalhe mais adiante no trabalho. A nova sede situava-se no rés-do-chão, que dava para um jardim, com duas varandas ao fundo, do lado oposto ao palacete da Direcção-Geral de Aeronáutica Civil, onde Delgado tinha exercido funções (embora o papel timbrado desta candidatura deixe antever que também esta era suposto ter carácter provisório)¹⁵⁷.

Um dos primeiros documentos necessários para o processo de candidatura era um atestado de residência em Portugal há mais de cinco anos. E antes que qualquer questão neste sentido fosse suscitada, o candidato opositorista – alertado por Artur Andrade – tomou as devidas providências para o documento ser passado, apesar de Delgado ter vivido os cinco anos anteriores na América do Norte.

Os serviços de candidatura abriram cerca de um mês antes do arranque da campanha¹⁵⁸ e logo no primeiro dia foram endereçados convites para a Comissão Nacional¹⁵⁹.

5.1.1 Organização da equipa e distribuição de funções

Dois dias depois de terem começado a organizar a candidatura, às 16 horas, realizou-se uma sessão plenária nacional, em que estiveram representadas todas as figuras de relevo da oposição que na altura apoiavam o General. De acordo com o depoimento de Abranches Ferrão sobre essa sessão, na qual participou apesar de não fazer ainda parte de qualquer comissão (Múrias, 1975: 51) Humberto Delgado, que chegou acompanhado por Vieira de Almeida e António Sérgio, fez distribuição de lugares e funções na organização da candidatura e explicitou o tipo de campanha que queria: “uma campanha rápida, pois dispunha, apenas, de 28 dias, e que tinha de ser sobretudo oral e escrita; para a escrita, era necessário máquinas de escrever e dactilógrafas, folhas de papel, papel químico, fitas: quem daquelas comissões todas, tinha pensado em máquinas?” (Múrias, 1975: 51-52).

¹⁵⁷ Cf. Adrião Pereira da Cunha, *Humberto Delgado – Nos bastidores de uma campanha*, p. 196.

¹⁵⁸ Não foi possível determinar uma data precisa a partir da qual os serviços da candidatura terão começado a funcionar, mas Abranches Ferrão relata uma reunião na qual Humberto Delgado lembrou o escasso tempo de que dispunha para preparar a campanha. Fazendo as contas ao arranque da campanha a 10 de Maio, com a conferência no Chave d’Ouro, e andando 28 dias para trás, surge-nos a data de 12 de Abril. Tendo em conta que a referida reunião teve lugar 48 horas depois de os serviços terem começado a funcionar, 10 de Abril deverá ter sido o primeiro dia de trabalho “oficial”.

¹⁵⁹ Abranches Ferrão foi um dos convidados para integrarem a Comissão Nacional da Candidatura, mas não foi possível confirmar se acedeu ao convite, uma vez que o seu nome não consta da lista dos membros da mesma, composta por 54 nomes. Cf. ANTT, HD/APO/09/ Cx. 69.

Desta distribuição de lugares raramente há notícia. As informações (ou a confirmação destas) surgem nas entrevistas e num ou outro pormenor perdido numa obra sobre Humberto Delgado (Múrias, 1975). Assim:

– Artur Andrade: era o secretário-geral da candidatura, que organizava “o que se ia passar no dia-a-dia” (Santos, 2013: 82), ocupando o cargo a tempo inteiro (viria a exercer funções idênticas no MNI, criado com o intuito de aproveitar a rede de comissões que tinha sido criada para a candidatura de Humberto). Cabia-lhe dirigir a parte técnica e organizativa, com a colaboração de outros elementos da candidatura, como foi o caso de Manuel Mendes.

– Eurico Ferreira: era o adjunto da candidatura e relações públicas – pelo menos assim o descreve Abranches Ferrão, seu colega e amigo, dizendo que este funcionava como *public relations* e que tinha como tarefa “manejar o ambiente” (Múrias, 1975: 50).

– Raul Rêgo: era o chefe dos serviços de imprensa da campanha¹⁶⁰, responsável pela divulgação desta e pela ligação aos media (o que hoje se chamaria um director de comunicação ou um assessor de imprensa), beneficiando de uma extensa rede de contactos, pelo facto de ser jornalista há vários anos. Raul Rêgo estava na imprensa desde finais dos anos 30¹⁶¹ e, a partir dessa altura, associado a nomes da oposição, como António Sérgio, pela mão de quem entrou na *Seara Nova*. Nos anos que antecederam a campanha de Humberto Delgado, o facto de trabalhar ao mesmo tempo no *Jornal do Comércio* e na agência noticiosa *Exchange Telegraph*, para além dos serviços de tradução que prestava no Consulado inglês, permitiu-lhe criar uma “rede alargada de ligação entre a oposição portuguesa e os jornalistas estrangeiros de visita ao país. Por volta do início dos anos 50, é ele quem frequentemente orienta e guia estes nas suas vindas a Portugal” (Santos, 2014:112).

¹⁶⁰ É o próprio Raúl Rêgo quem assim se define num depoimento ao *Diário de Notícias*, de 13 de Fevereiro de 1995, assinalando o 30.º aniversário da morte de Humberto Delgado.

¹⁶¹ Raúl Rêgo entra, em 1940, para a redacção da agência de notícias *Exchange Telegraph* (mais tarde substituída pela Reuters), onde trabalhou até 1959. Traduzia as informações que chegavam do inglês telegráfico para o português corrente. Tendo exercido estas funções durante a Segunda Guerra Mundial, teve a oportunidade de aceder em primeira mão a todas as novidades que chegavam do exterior, antes mesmo de serem sujeitas à triagem que a censura fazia sobre as notícias que a imprensa portuguesa podia difundir (in Natália Santos, *Raúl Rêgo. O Jornalista e o Político* (2014), p.110). Tinha igualmente relação privilegiada com o Consulado inglês em Lisboa, já que fazia serviços de tradução para uma publicação promovida pelos ingleses com as notícias que a censura proibia – o boletim era distribuído gratuitamente a todos os jornais e a quem o pedisse (in Entrevista de José Pedro Castanheira a Raúl Rêgo, revista do *Expresso*, 2002, p. 51). Em 1942 entra também como repórter para o *Jornal do Comércio*, o que significa que trabalha nos dois sítios ao mesmo tempo (à tarde na redacção do jornal, à noite na agência), sendo que as duas redacções funcionavam no mesmo edifício e pertenciam ao mesmo proprietário, Dinis Bordalo Pinheiro, filho de Rafael Bordalo Pinheiro (in Natália Santos, *Raúl Rêgo. O Jornalista e o Político* (2014), p.112).

Aliás, Raúl Rêgo fornecia também a outros jornais, sempre que possível, material jornalístico ou conseguia entrevistas a personalidades destacadas, como documenta a sua biógrafa, Natália Santos (Santos, 2014: 113-114).

Raúl Rêgo conheceu Humberto Delgado durante uma viagem de trabalho aos Estados Unidos, que lhe era oferecida pelos governos de países democráticos e que teve a duração de três semanas, entre Julho e Agosto de 1953.

Humberto Delgado desempenhava então o cargo de Adido Militar da Embaixada portuguesa em Washington, cidade onde Raul Rêgo se encontrava numa visita de jornalistas de todos os países da NATO¹⁶², a convite do Governo norte-americano. Viriam a ser apresentados por José Seabra (neto de Ricardo Jorge), que, ao longo das três semanas de estada na América, várias vezes se cruzou com Raúl Rêgo e falaram sobre a situação política portuguesa. José Seabra chega à conclusão de que as posições de Rêgo são muito parecidas com as de Humberto Delgado e, no último dia de permanência de Raul Rêgo nos Estados Unidos levou-o, “à noite, a casa de Humberto Delgado, que chegara na véspera de Portugal”. Inicialmente o jornalista estava um pouco desconfiado quando lhe apresentaram um militar português, da confiança do regime, que defendia valores próximos da oposição tradicional portuguesa, mas depois acabou por dizer-lhe que, a pensar assim, o General estaria brevemente nas hostes da oposição.

Quando começou a trabalhar na candidatura de Humberto Delgado, já tinha exercido funções idênticas na campanha do General Norton de Matos (1949) e do Almirante Quintão Meireles (1951), pelo que já tinha experiência acumulada nesta área. Para além das suas ligações à oposição, Rêgo também conhecia de perto a imprensa livre e profissionalizada dos Estados Unidos¹⁶³, onde a liberdade de expressão e de pensamento eram uma realidade firmemente implantada.

Raul Rêgo começou a colaborar com a candidatura quando esta ainda funcionava no escritório alugado pelo capitão Vilhena e transitou depois para a Avenida da Liberdade. Encontrava-se várias vezes ao dia com Humberto Delgado, nalguns dias, três, quatro ou cinco vezes, o que significa que ouvia atentamente este conselheiro, experiente

¹⁶² Sobre essa viagem, Raúl Rêgo publicaria no *Jornal do Comércio* uma série de 18 artigos, entre 3 de Setembro e 22 de Dezembro de 1953, os quais tratam de temas diversificados, como a cultura, questões económicas e sociais, apoios estatais a pequenas empresas, questões cívicas e políticas (como a questão da selecção dos indivíduos baseada em critérios de mérito pessoal ao invés das filiações políticas) ou a imprensa norte-americana.

¹⁶³ No seu artigo do *Jornal do Comércio* de 30 de Outubro de 1953, Raúl Rêgo contará que “cerca de 80 por cento dos jornalistas que trabalham em diários americanos têm cultura universitária e essa proporção aumenta constantemente”.

no mundo da imprensa. A frequência com que se deslocava à sede de candidatura consta também na ficha que a PIDE fez com informações sobre Raúl Rêgo – relativa ao ano de 1958, a polícia política assinala “com frequência as suas idas à “Comissão Central” da candidatura do General Humberto Delgado quase sempre acompanhado do Dr. Acácio Gouveia e outros elementos destacados de «oposição» ao Governo”¹⁶⁴.

Iva Delgado define-o como jornalista responsável pelo pelouro da imprensa na campanha eleitoral de 1958 (Delgado, 2015: 117). Raul Rêgo era o chefe dos serviços de imprensa da candidatura de Humberto Delgado¹⁶⁵ e responsável pela divulgação de informações para os órgãos de comunicação, combinando directamente com Humberto Delgado os conteúdos a apresentar nas conferências de imprensa e nos comunicados. Raúl Rêgo escrevia muitos dos discursos a divulgar publicamente – tarefa para a qual contava com a ajuda de Manuel Mendes – que, depois de prontos, eram remetidos ao candidato para este os “adelgadar”¹⁶⁶, dando-lhes um cunho pessoal.

Para além dos óbvios contactos na imprensa por força de ter escrito para os jornais durante vários anos e dos conhecimentos que já tinha devido à sua colaboração com as candidaturas de Norton de Matos e Quintão Meireles, homens como Raúl Rêgo punham ao serviço das candidaturas a “experiência jornalística que supunha maior capacidade de atravessar as malhas da censura (Ribeiro dos Santos, 1986: 158).

Raúl Rêgo estava sob vigilância da PIDE desde 1945, altura em que aderiu publicamente ao MUD, ou seja, aos olhos do regime, a polícia política considerava que “moralmente nada consta em seu desabono. Politicamente é pessoa desafecta ao actual regime, com ideias claramente comunistas”¹⁶⁷.

– Manuel Mendes¹⁶⁸, em colaboração próxima com Raúl Rêgo, redigia quase na íntegra os mais importantes discursos proferidos por Humberto Delgado¹⁶⁹, com quem ambos

¹⁶⁴ ANTT, PIDE/DGS GT, Processo 321, NT 1404.

¹⁶⁵ A biógrafa do jornalista fala também da colaboração de Rolão Preto na direcção dos serviços de imprensa (Santos, 2014: 195).

¹⁶⁶ Depoimento de Maria Antonieta Pedrosa, mulher de Raúl Rêgo, em 1 de Dezembro de 2006, à biógrafa de Raúl Rêgo (Santos, 2014: 196).

¹⁶⁷ ANTT, PIDE/DGS, SC, SR 507/46, NT 2567, relatório de 15 de Outubro de 1963, p. 7.

¹⁶⁸ Manuel Mendes (1906-1969) foi um escritor, artista e político português. Foi aluno de Belas-Artes e frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa, mas não terminou a licenciatura em História e Filosofia devido à greve estudantil de 1931 (em solidariedade com a causa não prestou provas finais). Foi um dos promotores da fundação do MUD e depois seu dirigente. Participou na campanha de Norton de Matos e depois na de Humberto Delgado. Pertencia à Maçonaria.

¹⁶⁹ No seu espólio estão vários discursos com anotações feitas à mão e também o discurso que Delgado não chegou a proferir na sessão de propaganda eleitoral em Braga, que estava prevista para o Teatro Circo. Cf. Fundo Manuel Mendes, MNAC/Museu do Chiado, Pasta 04959.013.031, na Fundação Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.013.031>, acedido em 23 de Abril de 2016. Neste mesmo arquivo é possível consultar cópia do discurso em Chaves, no dia 22 de Maio de 1958 (Fundo

definiam directamente os conteúdos das conferências de imprensa e dos comunicados (Santos, 2014: 196). Segundo Artur Santos Silva, Manuel Mendes escrevia discursos e preparava as reuniões com jornalistas¹⁷⁰.

Embora não haja nas obras publicadas sobre Humberto Delgado ou nos artigos sobre a campanha eleitoral de 1958 qualquer referência às tarefas desempenhadas por Manuel Mendes, algumas fotografias ajudam a identificá-lo como um dos mais próximos e escutados conselheiros do General Delgado¹⁷¹, tal como revelam os testemunhos de Manuel Coelho dos Santos no seu livro de memórias.

– Maria Armanda Falcão¹⁷² foi a secretária e dactilógrafa da sede da candidatura. Só começou a trabalhar com a campanha já a decorrer. Conhecia apenas o Capitão Carlos Vilhena, que esteve preso com o pai dela, Major Pires Falcão, e preferia Arlindo Vicente a Humberto Delgado. Acreditava pouco no General por considerá-lo um homem “feito” com o Estado Novo (Múrias, 1975: 113), mas ficou tão impressionada com a chegada dele a Santa Apolónia, vindo do Porto (e com a brutalidade com que a população e ela própria foram tratadas pela PIDE, que decidiu oferecer-se para fazer o que fosse necessário na sede. Faltando quem soubesse escrever à máquina, passou a ser dactilógrafa.

– Rodrigo de Abreu, um elemento próximo de Humberto Delgado, cujo carro serviu de meio de transporte ao General no Norte do país e que, durante a campanha, conduziu o automóvel que o transportava (Santos, 2013: 82);

– António Velhote foi o fotojornalista do Porto contratado para fazer a cobertura fotográfica da campanha¹⁷³. Tratava-se de um *freelancer* que vendia os seus trabalhos

Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.013.033, na Fundação Mário Soares). In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.013.033>, acedido em 23 de Abril de 2016. Também é possível consultar a cópia do discurso em Coimbra, proferido a 31 de Maio (Fundo Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.013.032, na Fundação Mário Soares). In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.013.032>, acedido na mesma data.

¹⁷⁰ Entrevista a Artur Santos Silva, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 13 de Setembro de 2016.

¹⁷¹ Em várias fotografias das conferências de imprensa que se realizaram durante a campanha é notório que Manuel Mendes está sempre perto do candidato, mas de forma discreta, num assumido papel de conselheiro ou “assessor” do General. Cf. Arquivo Histórico da Força Aérea, “Processo General Humberto da Silva Delgado”, Pasta n.º 8, Fotografia 32.

¹⁷² Maria Armanda Falcão (1917-1996) foi a primeira locutora da RTP nas emissões experimentais de 1958, depois de ter trabalhado como secretária na Emissora Nacional. Destacou-se como jornalista e sobretudo cronista social, assinando com o pseudónimo literário de Vera Lagoa.

¹⁷³ A afirmação foi feita no âmbito da presente investigação, por Ângela Velhote. A confirmação surge num artigo do jornalista Viale Moutinho, onde este refere que António Velhote foi “contratado para fotografar a campanha”. In *Diário de Notícias* n.º 47168, de 14 de Maio de 1998, p. 8. António Velhote não era fotógrafo de qualquer jornal por essa altura, uma vez que isso o obrigaria a pertencer ao Sindicato Nacional dos Jornalistas, o que não se verificava. Este organismo foi criado em 1936 e desde 1941 que jornalistas e fotógrafos dos diários tinham de estar sindicalizados para neles poderem trabalhar.

para os jornais¹⁷⁴ e que tinha igualmente colaborado com uma das mais conhecidas casas de fotografia do Porto, a Foto Beleza, cobrindo casamentos, baptizados, queimas das fitas e chegadas de militares do Ultramar.

Segundo a filha, Ângela Velhote, o pai não estava ligado à oposição, mas era um admirador do General Delgado e conhecia Artur Santos Silva (pai) do café “A Brasileira”, no Porto, ponto de encontro de muitos oposicionistas. Foi Artur Santos Silva, advogado do Porto, quem aliciou António Velhote para a campanha. “O meu pai foi contratado para fazer as fotografias da campanha. O Dr. Santos Silva queria a cobertura fotográfica para mandar para fora do país¹⁷⁵”.

Segundo um testemunho deixado pelo próprio António Velhote, o fotógrafo ia integrado na comitiva dos carros da candidatura que percorriam o Norte do país e que a polícia tentava afastar do caminho para reduzir tanto quanto possível o número de viaturas que acompanhava Humberto Delgado. Mas, “se uns carros eram impedidos de avançar connosco, logo outros se metiam em cortejo mais à frente”¹⁷⁶.

Este fotógrafo foi também o autor das fotografias mais célebres da recepção apoteótica que Humberto Delgado teve na chegada à estação de São Bento e na sede de candidatura, na Praça Carlos Alberto – ficou célebre sobretudo a imagem do candidato à varanda, por cima do Café Luso¹⁷⁷ (ver imagem 2), dirigindo-se à multidão e dizendo: “O meu coração ficará no Porto”. Ângela Velhote refere-se-lhe comentando: “faz-me confusão como é que ele conseguiu fazer daquela maneira. Porque não havia grandes angulares! O meu pai contou-me que foi furando até chegar lá, conhecia bem o café e pendurou-se quase na varanda para conseguir a fotografia”¹⁷⁸.

¹⁷⁴ O jornalista Carlos Veiga Pereira revela, em entrevista telefónica realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 26 de Outubro de 2016, que o jornal *República* tinha muito pouco pessoal e que as fotografias eram muitas vezes compradas a diferentes fotógrafos. Era comum haver inclusivamente “fotógrafos que trabalhavam para um jornal e vendiam fotografias para outros jornais”. José Manuel Tengarrinha confirma em entrevista telefónica igualmente realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 26 de Outubro de 2016, que em Lisboa, o *República* tinha, nesta época, apenas um fotógrafo, que se deslocou à sessão de propaganda do General Delgado, no ginásio do Liceu Camões. António Velhote colaborou com o *Diário Ilustrado*, in *Diário de Notícias* n.º 47168, de 14 de Maio de 1998, p. 8.

¹⁷⁵ Entrevista a Ângela Velhote realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 25 de Outubro de 2016.

¹⁷⁶ In *Diário de Notícias* n.º 47168, de 14 de Maio de 1998, p. 8.

¹⁷⁷ O Café Luso foi inaugurado em 1935 e foi um ponto de referência no Porto ao longo de várias décadas. Serviu de sede à campanha presidencial de Humberto Delgado, de cuja varanda, mesmo por cima do café, o general falou para uma multidão de milhares de pessoas. Este café histórico, situado no centro da cidade do Porto, foi nos anos 70 e 80 um ponto de encontro de cinéfilos e de personalidades ligadas ao mundo do teatro, que ali iam conviver depois dos espectáculos. O café fechou durante um período de dez anos e reabriu em 2010, quando celebrou o seu 75.º aniversário.

¹⁷⁸ Entrevista a Ângela Velhote já citada.

As fotografias da campanha foram tiradas com uma máquina Rolleicord, seis por seis. Cf. *Diário de Notícias* n.º 47168, de 14 de Maio de 1998, p. 8. Trata-se de um dos modelos de câmara fotográfica fabricada pela empresa alemã Franke & Heidecke.

Imagem 2

Humberto Delgado e a multidão na Praça Carlos Alberto (Porto)



Fonte: ANTT, HD/DCB/ 10/ Cx.75.

A literatura disponível sobre este período da história (Múrias, 1975; Faria e Delgado, 1998; Cruz, 2009) e as inúmeras reportagens sobre o tema não revelam o nome de António Velhote, que preferiu sempre permanecer tão incógnito quanto possível, embora tenha sido à época conotado com a campanha de Humberto Delgado, ao ponto de nunca mais ter conseguido “trabalho em nenhum jornal. Ficou colado àquela campanha”¹⁷⁹.

Muitas das fotografias nunca puderam ser publicadas, circulavam de mão em mão, às escondidas, eram mostradas em sigilo, mas acabaram por trazer problemas a António Velhote quando a PIDE descobriu que tais registos existiam¹⁸⁰. Seria também a PIDE a provocar a interrupção abrupta do trabalho de António Velhote quando, depois de uma

¹⁷⁹ Entrevista a Ângela Velhote realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 25 de Outubro de 2016.

¹⁸⁰ Ângela Velhote revela que o pai costumava contar ter havido uma intervenção da polícia, que desatou à bastonada às pessoas, inclusivamente a velhinhos, e que ele foi para a varanda de um jornal para conseguir tirar fotografias dessa pancadaria. As fotografias foram impressas, para serem mostradas, de mão em mão, com total discrição. Contudo, um dia, numa barbearia, o irmão de António Velhote falou sobre o assunto e a PIDE foi atrás do fotógrafo, que acabou por não ficar detido nessa altura devido à boa vontade de um elemento da PIDE, que conhecia a família e o deixou ir embora.

noite de comício em Chaves, a 22 de Maio, ele chegou ao hotel e tinha o quarto todo remexido. Os rolos fotográficos estavam escondidos “dentro do depósito do autoclismo do quarto de banho, ao fundo do corredor. O quarto estava todo revirado, mas não encontraram a reportagem fotográfica”¹⁸¹. “A PIDE procurava os negativos das fotografias, mas não os encontrou porque estavam bem escondidos dentro do autoclismo na casa de banho e a polícia política não se lembrou de procurar num sítio destes (...) A meio da noite ele fez-se ao caminho para pôr as fotografias a salvo”¹⁸². Quarenta anos depois da campanha, num dos raros depoimentos que deu sobre a campanha de Delgado, António Velhote revelou que para evitar mais problemas, Guedes Pinheiro, conhecido opositorista portuense, meteu-o no carro e levou-o para o Porto “dando as voltas necessárias para despistar a polícia!”¹⁸³.

Ao contrário de outras personalidades que estiveram ao serviço da campanha de forma gratuita e voluntária, a função de António Velhote como fotógrafo era remunerada. “O trabalho era pago. Também ninguém o queria fazer! O meu pai fez porque era pago, mas também porque era um apoiante e tinha grande admiração pelo Humberto Delgado”¹⁸⁴.

Em termos de método e organização do trabalho importa referir que António Velhote entregava estes trabalhos da campanha no escritório de Santos Silva, escondia sempre os negativos das fotografias, que revelava e imprimia, de forma a fazê-las circular de mão em mão, para que o maior número de pessoas pudesse ter acesso.

Era fácil acompanhar a comitiva durante o périplo por várias localidades, uma vez que levava o laboratório literalmente “às costas” e revelava as fotografias nos hotéis ou em qualquer lado onde fosse necessário.

– Sebastião Ribeiro foi o advogado da candidatura, como atesta o próprio Humberto Delgado nas suas memórias (Delgado, 2009: 120), e conselheiro jurídico do General. São escassas as referências à sua participação na campanha, mas foi ele quem na qualidade de procurador, representou o General na entrega das assinaturas necessárias para formalizar a candidatura junto do Supremo Tribunal.

– Artur Mirandela, tesoureiro da campanha (Santos, 2013: 87);

¹⁸¹ *Diário de Notícias* n.º 47168, de 14 de Maio de 1998, p. 8.

¹⁸² Entrevista a Ângela Velhote já citada.

¹⁸³ *Diário de Notícias* n.º 47168, de 14 de Maio de 1998, p. 8.

¹⁸⁴ Entrevista a Ângela Velhote já citada.

– José Moreira da Assunção, apontado por Delgado como seu adjunto na campanha¹⁸⁵;

– Francisco Vieira de Almeida, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, catedrático de grande prestígio intelectual, foi o mandatário nacional da candidatura de Humberto Delgado. Não conhecia previamente o General, mas ele mereceu a sua total confiança por ser uma aposta de um grande amigo seu, António Sérgio – foi, aliás, este quem o convenceu a colaborar na campanha de Delgado. Vieira de Almeida mantinha uma forte intervenção cívica na sociedade portuguesa e participava activamente nas iniciativas contra a ditadura (nomeadamente abaixo-assinados, que subscrevia constantemente)¹⁸⁶. Em termos práticos, a sua participação na campanha traduziu-se na presença em eventos-chave, onde também discursou. O facto de ser monárquico assumia aqui também especial importância, porque simbolizava uma certa unidade que se queria transmitir que era possível fazer contra o regime de Salazar.

Iva Delgado aponta ainda: Duarte Vidal, como um dos responsáveis pela campanha do pai em Lisboa, e Acácio Gouveia, como um dos financiadores da mesma (Delgado, 2015: 117).

5.1.2. Planificação da campanha

O espólio de Manuel Mendes sobre as eleições presidenciais de 1958 revela o grau de cuidado com que a campanha foi pensada. Havia uma estratégia muito clara e nenhum aspecto foi deixado ao acaso, como atesta um documento de três páginas com instruções para a constituição e organização dos serviços de candidatura, que é no fundo uma planificação para a campanha eleitoral de Humberto Delgado¹⁸⁷:

- Formar comissões de estudo, aproveitando alguns grupos de trabalho já existentes, capazes de fornecer elementos de informação úteis para a campanha de propaganda. Nesse sentido, previa-se a constituição de grupos de economistas, juristas, professores, médicos, jornalistas, que em situações anteriores se revelaram importantes. As informações que resultassem destes grupos de trabalho “poderiam constituir matéria de

¹⁸⁵ Assim se lhe refere Humberto Delgado num telegrama que envia a 10 de Outubro de 1958, para o Ministro da Presidência sobre a prisão do seu adjunto na campanha, José Moreira de Assunção. In Fundo: AMS - Arquivo Mário Soares, Pasta 02583.001, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=02583.001>, acedido em 23 de Abril de 2016.

¹⁸⁶ Entrevista a Vasco Vieira de Almeida realizada, no âmbito desta investigação doutoral, em 26 de Outubro de 2016.

¹⁸⁷ Fundo: Manuel Mendes / MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.013.017, na Fundação Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.013.017>, acedido em 23 de Abril de 2016.

comunicados dos serviços da candidatura” ou “matéria para entrevistas e artigos a publicar na imprensa diária, estruturando assim, de certo modo, a campanha”.

- Constituir uma comissão redactorial ligada aos serviços da candidatura, composta por um ou dois elementos, que tomaria a seu cargo as seguintes tarefas:

- Redigir comunicados (a orientação a dar a estes seria da responsabilidade dos dois elementos da comissão redactorial, mas todos seriam submetidos à aprovação do candidato);

- Estar em contacto com os elementos da imprensa que sempre se manifestaram afectos aos movimentos oposicionistas;

- Planear e organizar os comícios nos quais o candidato intervenha;

- Elaborar um plano de estratégia para os comícios a realizar:

- O primeiro comício deve realizar-se no Porto, já que daí são naturais os proponentes da candidatura;

- As intervenções do candidato nos comícios são a oportunidade para fazer as declarações fundamentais;

- A escolha dos oradores deve ser ponderada e ter significado político;

- Grande reflexão sobre a escolha dos oradores e o conteúdo das intervenções, “pois os comícios são grandes espectáculos políticos”¹⁸⁸;

- Distribuir durante o comício cópias do discurso do candidato para “evitar deturpações e falsificações, a maioria das vezes com intentos nada legítimos. Ter sempre em mente o regime de burla em que vivemos”;

- Escolher com critério as localidades para comícios com a presença do candidato;

- Apostar na propaganda:

- Propaganda por cartazes é a mais conveniente porque “um cartaz bem realizado fica nos olhos”. Propunha-se, para o efeito, a constituição, em Lisboa e no Porto, de comissões de artistas que os desenhassem;

- Editar bilhetes-postais, folhetos e livros, que, para além de serem úteis na propaganda, podem ser fontes de receita;

- Negociar contratos na rádio (com Rádio Clube Português e Rádio Difusão) para a propaganda. “Chamar para isso um técnico que nos seja afeiçoado”¹⁸⁹ e gravar palestras com o candidato para poderem ser radiodifundidas;

¹⁸⁸ *Idem.*

¹⁸⁹ *Idem.*

– “Estudar a possibilidade de filmar em documentários portugueses e estrangeiros comícios e outras cerimónias em que compareça o candidato¹⁹⁰” (ver imagem 3, assinalando filmagens durante a campanha);

– Tentar fazer chegar ao Brasil um reportagem do primeiro comício no Porto;

- Angariação de fundos estudada como forma de propaganda, sendo o objectivo lançar logo desde o início da campanha “uma subscrição com este objectivo e uma frase clara e persuasiva”;
- Organizar material para responder à propaganda do Governo de forma imediata;
- Realizar uma conferência de imprensa semanal, com a presença do candidato durante o mês de propaganda, ou pelo tempo que se julgue necessário.

Imagem 3 **Filmagens durante a campanha presidencial de 1958**



Fonte: Iva Delgado *et al* (1998), fotografia 21.

¹⁹⁰ Não foi possível descobrir algo que confirmasse a existência de alguma reportagem que tivesse sido feita em vídeo, embora haja uma fotografia publicada no livro *As Eleições de 58* (1998) com uma imagem do candidato nas ruas rodeado por membros da sua candidatura e onde se vê em primeiro plano Raúl Rêgo e um homem com uma máquina de filmar apontada para Humberto Delgado (imagem 3). Cf. IAN/TT. PIDE/DGS, proc.º 398 Gt, foto 27/32.

Este plano de acção foi desenhado antes mesmo do período oficial de campanha e, pelo que se conhece do trabalho desenvolvido durante a mesma, permite concluir que a comissão redactorial era composta por Raúl Rêgo e Manuel Mendes, os dois homens que terão concretizado uma parte significativa das tarefas previstas.

Não se pode falar em conselheiros especializados (no sentido em que eles existiam já nos Estados Unidos, nomeadamente dedicando-se ao *marketing* político), mas a distribuição de tarefas é bastante clara e demonstra uma preocupação muito precisa com os percursos profissionais das pessoas que integraram o *staff* de campanha de Humberto Delgado, no caminho da profissionalização. Exemplo máximo é Raul Rêgo, experiente jornalista, que se ocupou da ligação com a imprensa. Um dos momentos especificamente preparado por Raúl Rêgo para os órgãos de comunicação social foi a conferência de imprensa do Chave d'Ouro.

5.1.3. O evento de lançamento da campanha

O modelo de campanha parece ter ficado definido desde cedo. A par do que já foi referido, uma conversa entre Humberto Delgado e Artur Andrade comprova isso mesmo, quando o arquitecto conta que, na reunião que teve com o General, em Lisboa, na Aeronáutica Civil (que serviu para, em nome do grupo de democratas do Porto, lhe transmitir a disposição destes para lançar a sua candidatura) lhe sugeriu que devia ser “uma campanha de ar livre, de rua, nada de salões à maneira tradicional; onde houvesse um monumento, um padrão ao Soldado Desconhecido, Delgado poria um ramo de flores; sempre, em toda a parte, manifestações de rua... Enfim, tracei-lhe todo um esboço de como a campanha devia ser feita. Deu o seu imediato acordo” (Múrias, 1975: 15).

Este tipo de iniciativas consta também de um Plano da Campanha e acção do candidato¹⁹¹, onde se planeia uma “tournée pelo País” a partir do dia 16, a fim de “visitar comissões eleitorais e autoridades e tomar conhecimento local dos problemas políticos sociais de cada terra”. Para tanto planeava-se que o candidato fosse acompanhado por jornalistas, para que fosse feita uma “reportagem da tournée”.

¹⁹¹ Estas informações constam de um Plano da Campanha e Acção do Candidato, que se encontra no Fundo: Manuel Mendes/ MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.010, na Fundação Mário Soares. O documento é composto por duas páginas com um plano detalhado sobre a campanha entre os dias 8 de Abril e 14 de Maio. É possível e expectável que desse documento fizessem parte mais folhas, mas não foi possível apurar se e quantas páginas faltam ao documento.

In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.010>, acedido em 23 de Abril de 2016.

Caberia às comissões distritais “diligenciar no mesmo sentido junto dos directores dos jornais”, para garantir que essa cobertura seria por eles feita. Ficou também previamente definido que o candidato “visitará casas de caridade e deporá flores em monumentos ao Soldado Desconhecido”.

Para o lançamento da campanha ficou definida uma conferência de imprensa no Café Chave d’Ouro, a qual implicou uma reunião de Humberto Delgado, na véspera, com as comissões de estudo político e de propaganda da sua candidatura¹⁹². Este foi o evento definido para o anúncio da candidatura, que “representa o primeiro acto oficial da campanha eleitoral”, tendo como principal objectivo, para além do anúncio propriamente dito, “dar a conhecer de todas as maneiras possíveis a mensagem de fundo da campanha no seu todo” (Cacciotto, 2015: 136).

Oficialmente, como já foi referido, era considerada aberta a campanha para a propaganda dos candidatos um mês antes da data das eleições, a 8 de Maio de 1958. A candidatura de Humberto Delgado arranca verdadeiramente a 10 de Maio de 1958, a sensivelmente um mês das eleições. A conferência de imprensa no Café Chave d’Ouro, que viria a tornar-se célebre, decorreu nesse mesmo dia, às 10 horas da manhã (ainda a tempo de a notícia sair nos jornais da tarde, como se constata na imagem 4¹⁹³), e foi o primeiro acto público com a presença do candidato Humberto Delgado.

¹⁹² Jornal *O Século*, de 10 de Maio de 1958.

¹⁹³ A notícia sobre a conferência do Chave d’Ouro saiu, na tarde do dia 10 de Maio de 1958, apenas no *República* e no *Diário de Lisboa*. Dos jornais consultados, o *Diário de Notícias*, *O Século*, *Jornal de Notícias*, *Diário da Manhã*, *Novidades* e *Primeiro de Janeiro* publicaram todos a notícia a 11 de Maio.

Imagem 4

Relato sobre a conferência do Chave d'Ouro na imprensa da época



Fonte: *Diário de Lisboa*, 10 de Maio de 1958.

Como acima se refere, para a primeira acção de campanha¹⁹⁴, a escolha recaiu no emblemático salão de chá do café Chave d'Ouro, no n.º 38 do Rossio, que ficava na Praça D. Pedro VI. Inaugurado em 1916, herdou o nome de uma antiga casa de ferragens que ali esteve instalada e foi, numa fase inicial, um ponto de reunião de comerciantes da zona, que ali faziam negócios. Tornou-se um dos maiores cafés de Lisboa do seu tempo, ocupando um prédio inteiro (o café propriamente dito era no rés-do-chão e no primeiro andar do edifício ficava o salão de chá, e havia ainda uma sala de bilhares).

O Chave d'Ouro tinha todas as características dos mais reputados cafés da capital: era um local onde se reuniam os políticos, o salão de chá era afamado e nele actuou durante anos um conjunto de músicos da Orquestra Ligeira da Emissora Nacional, que transmitia de lá em directo programas de entretenimento¹⁹⁵.

¹⁹⁴ Segundo o biógrafo de Humberto Delgado, esta primeira acção de campanha terá sido inicialmente pensada para decorrer na própria sede da candidatura, mas na véspera, prevendo que muita gente iria afluír ao local, houve uma mudança de planos e foi escolhido outro com mais espaço. Cf. Frederico Delgado Rosa, 2008, p. 593.

¹⁹⁵ O café Chave d'Ouro encerrou portas em 1959, dando lugar a um balcão do Banco Nacional Ultramarino.

O evento no Chave d'Ouro foi meticulosamente planejado pelos responsáveis pelos serviços de imprensa, Raúl Rêgo e Manuel Mendes, como atesta o espólio deste último, onde se encontra um documento com um esboço das perguntas que previsivelmente poderiam ser feitas e uma proposta com as respostas que deveriam ser dadas (documento reproduzido na imagem 5). Para as outras questões, “há sempre a resposta fácil de que a elas o candidato atende plenamente com as declarações feitas na proclamação”.

Do documento constam igualmente instruções para o candidato no decorrer da reunião, com uma indicação clara de que a intervenção deveria ser rápida e que na conferência se deveria “procurar que o diálogo se estabeleça entre os convivas”¹⁹⁶.

José Ribeiro dos Santos, ao evocar a campanha de 1958 no seu livro de memórias, refere que Manuel Mendes tinha preparado Humberto Delgado para algumas respostas que pareciam “sensatas para contrapor à chuva de perguntas de armadilha que eram de esperar daqueles galfarros” (Ribeiro dos Santos, 1986: 162).

Na previsão de temas a tratar estava a candidatura adversária, de Arlindo Vicente, perguntas sobre a alegada amizade do General com os Estados Unidos, ou o que pensava ele sobre o Estado corporativo ou o comunismo, mas também estava acautelada uma questão sobre que atitude teria Humberto Delgado com o Presidente do Conselho, caso fosse eleito. Esta pergunta surge elencada em quarto lugar na lista e a resposta cuidadosamente preparada diz: “Ao ser eleito, como confiadamente o espero, tenho a convicção de que o Senhor Presidente do Conselho, por motivos que são óbvios, será o primeiro cidadão a compreender que se restabelecerem as normalidades constitucionais, não há mais lugar para o exercício do poder pessoal”¹⁹⁷. Em suma, “cuida-se que serão estas as perguntas e questões que porão”¹⁹⁸.

¹⁹⁶ Cf. Fundo Manuel Mendes/MNAC-Museu do Chiado, Pasta 04959.013.007 ou 04959.013.034 ou 04959.043.004 na Fundação Mário Soares.

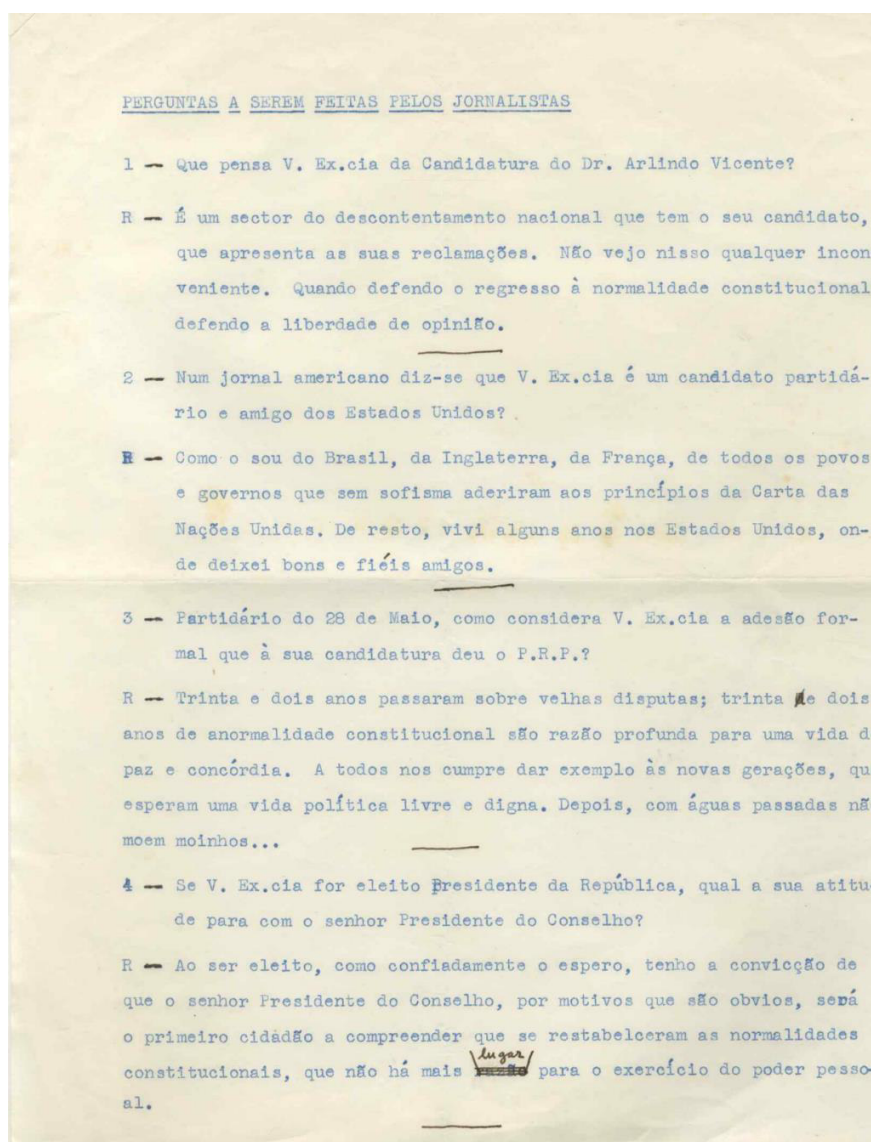
In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.013.007+>, acedido em 23 de Abril de 2016.

¹⁹⁷ Cf. Fundo Manuel Mendes/MNAC-Museu do Chiado, Pasta 04959.013.007 ou 04959.013.034 ou 04959.043.004 na Fundação Mário Soares. Esta não foi, no entanto, a resposta que Humberto Delgado deu a esta pergunta, mas antes o “Obviamente demito-o” que ficaria para a história. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.013.007+>, acedido em 23 de Abril de 2016.

¹⁹⁸ Cf. Fundo Manuel Mendes/MNAC-Museu do Chiado, Pasta 04959.013.034 ou 04959.043.004 na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.013.034+>, acedido na mesma data. Neste espólio encontram-se duas versões do mesmo documento, com pequenas emendas escritas à mão. Na pasta 04959.013.007 existe uma versão mais completa do documento onde consta que alguém da redação do *Diário da Manhã* foi encarregue de perguntar “1.º Donde vinha o dinheiro para as despesas da candidatura? 2.º Que tinha ido o candidato fazer a Espanha”, também com previsão de respostas a dar.

Imagem 5

Plano das perguntas previstas para a conferência do Chave d'Ouro



Fonte: Fundo Manuel Mendes, na Fundação Mário Soares.

Um outro documento do espólio de Manuel Mendes¹⁹⁹ permite concluir que se pretendia uma exaustiva cobertura mediática para a conferência inaugural da campanha, com uma larga reportagem fotográfica, “reportagem de filme para ser passado nos cinemas do país, Ultramar e Brasil” e gravação dos discursos, tendo sido feito um pedido aos principais jornais estrangeiros para que enviassem um correspondente a Portugal, a fim de fazer reportagem da conferência de imprensa do candidato independente.

¹⁹⁹ Estas informações constam de um Plano da Campanha e Acção do Candidato, que se encontra no Fundo: Manuel Mendes/ MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.010, na Fundação Mário Soares In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.010>, acedido em 23 de Abril de 2016.

Para o evento contava-se que estivessem presentes cerca de 250 pessoas e o candidato deveria “aparecer fardado, rodeado de amigos pessoais e comissões de Porto e Lisboa”.

O evento foi planeado para decorrer no dia 8 de Maio, pelas 15 horas – um *cocktail* que deveria decorrer num salão, num hotel ou num restaurante, com um custo aproximado de 12.000\$00. Não se realizou a 8 de Maio, mas antes a 10 do mesmo mês, às 10 horas da manhã.

A poucos minutos da hora marcada para o início do evento, o salão de chá estava cheio. Cerca de 300 pessoas²⁰⁰, incluindo a polícia política – sempre atenta a tudo o que se dizia, ao que se passava e a quem estava presente, tal como aconteceu noutros momentos da campanha – para além de dezenas de jornalistas (representantes dos jornais estrangeiros e portugueses e das agências noticiosas) convocados por Raul Rêgo, para a apresentação ao público da candidatura, no primeiro andar do Café Chave d’Ouro. Este membro do *staff* da candidatura refere-se ao evento como uma reunião de imprensa, com convites que eram entregues à porta” (Múrias, 1975: 68).

Nesse convite formal (reproduzido na imagem 6), de apresentação cuidada e impresso em tipografia, consta a data e o local da conferência (10 de Maio, às 10 horas, no salão de chá do Café Chave d’Ouro, 38 Rossio), mas também um espaço em branco para preencher com o nome do jornalista convidado a assistir à reunião²⁰¹.

²⁰⁰ Cerca de 300 pessoas, de acordo com as contas feitas por um diplomata estrangeiro. Cf. AOS COE 1, Ofício, Lisboa, 10 de Maio de 1958, Le Baron Ruzette (Embaixador belga em Lisboa) a Victor Larock (Ministro dos Negócios Estrangeiros belga) in Filipe Ribeiro de Meneses, 2009, p. 456. Estavam presentes numerosas mulheres, mas também muitos destacados apoiantes de Humberto Delgado, como Sebastião Ribeiro (Conselheiro jurídico de Delgado) e ilustres republicanos, como Aquilino Ribeiro ou Jaime Cortesão.

²⁰¹ Fundo Manuel Mendes/MNAC-Museu do Chiado, Pasta 04959.043.017, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.017>, acedido em 23 de Abril de 2016.

Imagem 6

Convite para a Conferência de Imprensa do Chave d'Ouro



Fonte: Fundo Manuel Mendes, na Fundação Mário Soares.

As atenções estavam centradas na mesa de honra²⁰², com Humberto Delgado vestido à civil, à sua direita Francisco Vieira de Almeida (que presidia à Comissão Nacional da candidatura) e à sua esquerda Artur Andrade (Secretário-Geral da candidatura). Na fila da frente, encontravam-se Rolão Preto, António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes. Na fila de trás, Manuel Costa e Melo e dois militares reformados da Força Aérea, Ribeiro da Fonseca e António Maia²⁰³.

Como cenário de fundo, várias bandeiras de países democráticos escolhidas meticulosamente, conforme consta na imagem 7, que ilustra a conferência de imprensa no Chave d'Ouro. Para além da bandeira portuguesa, estavam também a inglesa, a americana, a brasileira e a italiana, pensando em grandes democracias ocidentais com assento na NATO (Rosa, 2008: 600).

²⁰² Os nomes das individualidades que se encontravam na mesa da presidência variam ligeiramente consoante a fonte consultada (e as diferentes fotografias disponíveis), mas é certo que para além de Humberto Delgado, estavam Francisco Vieira de Almeida, Artur Andrade, Azevedo Gomes, António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Luís Almeida Braga, Rolão Preto; e numa fila de trás: Olívio França, António Macedo, Alcina Bastos de Sousa, Costa e Melo, Vasco da Gama Fernandes, brigadeiro António Maia, Acácio Gouveia, Almirante Quintão Meireles, Carvalho Araújo e Décio Teófilo Carvalho dos Santos.

²⁰³ É o próprio Humberto Delgado, nas suas *Memórias*, que explica que não estavam presentes na conferência de imprensa quaisquer oficiais no serviço activo (Delgado, 2009: 135).

Imagem 7

Conferência de Imprensa no Chave d'Ouro



Fonte: Frederico Delgado Rosa (2008).

Frederico Delgado Rosa aponta estas escolhas como representativas das “amizades construídas por Humberto Delgado ao longo da sua carreira”, “uma estratégia de confronto directo entre, por um lado, o seu capital de prestígio internacional e, por outro, a imagem retrógrada de Portugal no concerto das nações” (Rosa, 2008: 600). E notou-se propositadamente a ausência da bandeira do país vizinho – tudo num arranjo cenográfico em que nada foi deixado ao acaso e onde Humberto Delgado dispunha de um microfone de pé alto, para o candidato se fazer ouvir.

Não era habitual o regime convocar conferências de imprensa, e, nas raras vezes que o fazia, as perguntas eram “previamente sancionadas ou «pré-fabricadas»” (Rosa, 2008: 605). O método mais habitual era o recurso às notas oficiais. Neste caso, o evento “não teve o carácter estrito de uma conferência”²⁰⁴, antes assumiu um “misto de conferência e de comício, com muitas pessoas presentes que não eram jornalistas e em que inclusivamente houve manifestações de uma parte do público relativamente a perguntas

²⁰⁴ *Novidades*, de 11 de Maio de 1958.

que foram feitas”²⁰⁵. A imprensa afecta ao regime diria mesmo que foi “lamentável uma conferência com três dezenas de pessoas totalmente estranhas às funções informativas”²⁰⁶. Na verdade, assistiram à conferência vários intelectuais reputados, mas também muitas pessoas com ligação mais ou menos directa à vida política, figuras conhecidas e representativas das mais diversas correntes dentro da oposição.

O evento fora, no entanto, pensado em primeiro lugar para os jornalistas e para eles terem todas as condições para fazer o seu trabalho – terão mesmo recebido uma senha indicativa da cadeira que deviam ocupar, numa mesa paralela à da presidência²⁰⁷, embora, por serem muitos, tenha havido quem ficasse de pé (Cunha, 2014: 171). A RTP e a Emissora Nacional, embora convidadas, não compareceram. Tinham instruções expressas, como testemunha um então jornalista da recém-criada RTP, de que “não valia a pena fazer porque não iria ser exibido”²⁰⁸.

O primeiro orador da conferência foi Francisco Vieira de Almeida, apresentado como catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, que começou por destacar a surpresa de ter sido o escolhido para presidir à Comissão Nacional da candidatura, defendendo que a escolha se prendia com o facto de esta congregar pessoas que representavam as mais variadas opções políticas.

Coube a Vieira de Almeida apresentar Humberto Delgado, como General e candidato independente, como alguém que não procurava o apoio de qualquer partido e, portanto, sem qualquer compromisso partidário – embora explicitando que tal não significava que considerasse os partidos em si mesmos como ilegítimos, pelo contrário. Francisco Vieira de Almeida acredita que “a decisão de apresentar a candidatura é tanto mais meritória quanto as condições são nitidamente desfavoráveis”²⁰⁹. O General aceita o apoio de todos e sabe os riscos que corre.

Seguiu-se a intervenção de Humberto Delgado, elaborada por Manuel Mendes²¹⁰, num discurso que, durante cerca de uma hora, se centrou nas críticas ao Governo e à União Nacional pela sonegação dos cadernos eleitorais à oposição, o que “integra a

²⁰⁵ Entrevista a Carlos Veiga Pereira realizada, no âmbito desta investigação doutoral, em 17 de Novembro de 2015.

²⁰⁶ *Diário da Manhã*, de 11 de Maio de 1958.

²⁰⁷ *Novidades*, de 11 de Maio de 1958.

²⁰⁸ Entrevista a Vasco Hogan Teves realizada, no âmbito desta investigação doutoral, em 22 de Outubro de 2014.

²⁰⁹ Os detalhes sobre o discurso de Francisco Vieira de Almeida na conferência de imprensa encontram-se em http://www.vidaslusofonas.pt/humberto_delgado.htm, acedido em 22 de Junho de 2014.

²¹⁰ A informação sobre o facto de ter sido Manuel Mendes a redigir o discurso de apresentação de Humberto Delgado na conferência do Chave d’Ouro surge no livro de memórias de José Ribeiro dos Santos. Cf. José Ribeiro dos Santos, *Memórias da Memória*, p. 162.

tendência de todas as ditaduras para a crueldade”. Humberto Delgado denuncia que o Governo não abrandava as suas tradicionais perseguições à oposição, mas sobretudo que não há eleições livres em Portugal (Rosa, 2008: 596) e, muito menos, condições de igualdade entre os candidatos.

Durante a conferência de imprensa, o General Delgado explicou ainda as linhas programáticas da sua candidatura, esclarecendo que seria preciso o país preparar-se para eleições livres e que, dada a dificuldade de 32 anos de censura, a solução passaria pela formação de um governo provisório, forte, com apoio militar que garantisse a ordem.

No modelo da conferência, Humberto Delgado ficou depois à disposição dos jornalistas que lhe quisessem fazer perguntas, tendo sido pedido que “não colocassem mais que duas questões cada um, concretas e desprovidas de argumentação, de forma a permitir que o maior número de órgãos de imprensa participasse” (Rosa, 2008: 596).

A primeira pergunta foi feita por Lindorfe Pinto Basto, correspondente da *France-Presse* desde 1948, havendo diferentes versões sobre os termos exactos utilizados na formulação da mesma: “Senhor General, quais as suas intenções quanto ao destino a dar ao Senhor Presidente do Conselho, no caso de vir a ganhar as eleições?” (Delgado, 2015: 119).

E, apesar de, para a história, ter ficado registado na memória colectiva o “Obviamente demito-o”, o jornalista que protagonizou o momento esclareceu que a resposta exacta foi “Demito-o obviamente”²¹¹.

Lindorfe Pinto Basto garante que não estava nada combinado e “nunca poderia ter feito a pergunta se estivesse ao serviço de uma agência noticiosa portuguesa (...) nem nenhum jornalista português da época ousaria fazer tal pergunta” (Delgado, 2015: 123). Era a pergunta proibida. Quem se atreveria a querer saber, em plena ditadura, qual o destino a dar a Salazar?

Mas, sob a protecção da *France-Presse*, de que era representante em Lisboa, foi possível fazer a pergunta e, desse modo, uma forma de pôr à prova o candidato, de quem se pretendia uma reacção espontânea. E, na verdade, várias fontes referem que foi uma resposta imediata e sem qualquer hesitação. Quanto ao impacto imediato, a opinião maioritária é a de que “ficaram todos estupefactos com o que ouviram, não estavam à

²¹¹ Cf. Iva Delgado, artigo “O Homem da Pergunta no «Chave d’ Ouro»”, suplemento do jornal *Público* de 3 de Outubro de 1998.

espera de ouvir o General Delgado dizer aquilo tão categoricamente”²¹², foi “um autêntico vendaval político” (Delgado, 2015: 123). Abranches Ferrão, no depoimento que deixa no livro de Manuel Beça Múrias, recorda “um sussurro que guardo nos ouvidos, um sussurro de espanto, de contentamento nuns, de revolta noutros”, que percorreu a sala (Múrias, 1975: 58).

Apesar de parecer difícil acreditar no que se estava a ouvir – uma bomba, como alguns descrevem – o repórter que foi fazer a cobertura do evento para o jornal *República*, considera que a resposta era evidente e a única possível. “Não passava pela cabeça de ninguém que ele iria manter o Salazar, era óbvio que o iria demitir. Era absurdo que se pensasse outra coisa. Norton de Matos e Quintão Meireles tinham dito isso. No caso do Delgado teve impacto pela campanha toda que tinha havido do Partido Comunista”²¹³. O impacto ficou também a dever-se ao facto de muitas pessoas manterem dúvidas sobre as reais intenções de um General no activo, que efectivamente não era um opositor comum.

A frase foi, de facto, considerada uma afronta directa, mas nas suas memórias, o próprio Humberto Delgado vai ao encontro desta linha de raciocínio, não entendendo como é que um candidato à Presidência da República “podia vir a ser Chefe de Estado, mas não poderia demitir o Chefe de Governo, mesmo estando este no cargo há trinta anos. É verdadeiramente inconcebível!” (Delgado, 2009: 137).

Os jornais mais próximos do candidato independente, ao contrário do que se poderia pensar, pouco destacam a frase, que ficaria na história como bombástica, e não se apercebem da importância que ela virá a ter. Serão os periódicos afectos ao regime a dar mais visibilidade ao “Obviamente Demito-o”, explorando a frase por esta ofender o Presidente do Conselho. O regime fará um total aproveitamento da situação para se vitimizar e durante semanas dará eco nas páginas destes jornais do desagravo de diferentes entidades face às declarações proferidas por Humberto Delgado, que suscitaram apoio e a defesa de Salazar e do regime.

A visão de que aquele foi um momento de viragem a partir do qual Delgado se transformou no “General sem Medo” não poderia naturalmente ser feita no imediato, é uma visão retrospectiva.

²¹² Declarações de João Coito, chefe de redacção do *Diário de Notícias*, em 1958, ao programa da RTP “1958 – Eleições Presidenciais”, de 2007, integrado na série “50 anos 50 notícias”.

²¹³ Entrevista a Carlos Veiga Pereira realizada, no âmbito desta investigação doutoral, em 17 de Novembro de 2015. O então jornalista do *República* refere-se a uma campanha feita através de órgãos do Partido Comunista, como o *Avante*, pressionando no sentido de identificar Humberto Delgado como o candidato dos americanos, o “General Coca-Cola”, numa manobra do Governo para confundir a oposição.

Seja como for, não era usual proferir em público frases menos respeitadas para com o Presidente do Conselho. De tal modo, que raramente se mencionam as restantes perguntas feitas durante a conferência de imprensa, mas foram várias, que agora se sintetizam:

- Pedido de opinião sobre a escolha do candidato da União Nacional;
- Pedido de opinião sobre Oliveira Salazar no plano pessoal (pergunta colocada por Morais de Carvalho, do jornal *O Debate*);
- Pedido de comentário sobre o artigo do *New York Times* que o apresentava como partidário dos Estados Unidos (pergunta colocada por Manuel Rolão, correspondente do jornal *Juventud de Madrid*. O repique a esta pergunta levaria outro colega espanhol, Adolfo Linzon, representante do jornal falangista *ABC*, a sair em defesa do colega);
- Pedido de esclarecimento sobre se se estava numa conferência ou num *meeting* (pergunta colocada por Adolfo Linzon);
- Pedido de comentário às contradições que o seu livro *Da Pulhice do Homo Sapiens* lançava naquele momento eleitoral (pergunta colocada por Mário Neves, do *Diário de Lisboa*);
- O que faria relativamente às províncias ultramarinas (pergunta colocada por Carlos Veiga Pereira, do *República*);
- Quão transitório seria o regime militar que Delgado propunha²¹⁴.

Outro ponto importante no que diz respeito à organização deste momento inicial de campanha foi a forma como a conferência de imprensa foi preparada, na véspera, em casa de Humberto Delgado, no quinto andar da Rua Filipe Folque, numa reunião com o núcleo duro da candidatura. O objectivo era “dissecar todos os temas possíveis, lembrar questões, definir estratégias, sobretudo prever perguntas difíceis e sugerir respostas” (Delgado, 2015: 116) e a mais adequada no caso de algum jornalista perguntar, como seria natural, quais as intenções de Delgado quanto ao Presidente do Conselho (Delgado, 2009: 136). A questão mais sensível era também a de fundo: até que ponto era possível acabar com a ditadura, mantendo o seu protagonista. Se Salazar continuaria ou não no poder seria uma pergunta óbvia, mas considerada improvável. De qualquer maneira, foi estudada a melhor resposta caso Delgado fosse confrontado com esta questão. O grupo reunido, onde, para além do candidato, estavam Raul Rego, Alcina e Joaquim Bastos, Artur Andrade, Vieira de Almeida, Manuel Mendes, Abranches Ferrão, entre outros (a identificação dos

²¹⁴ Cf. Rosa, 2008: 598 e seguintes e o relato da conferência feito por Carlos Veiga Pereira.

restantes não é exacta), concluiu que a resposta do candidato teria de torner a questão, sem afirmação clara de intenções, evitando “uma resposta que significasse ruptura com o homem que encarnava o sistema” (Delgado, 2015: 118).

A intenção era a de que Delgado moderasse o discurso, para não alienar os votos dos mais conservadores e dos moderados, atentos que estavam à “auréola de respeito popular” de que a figura do ditador beneficiava (Rosa, 2008; 593) e respondesse que Salazar devia apresentar a demissão, uma vez que o cargo de Presidente do Conselho era da confiança e nomeação do Presidente da República. Ora, havendo eleições para eleger um novo Presidente, este é que deveria escolher os lugares. “Estava tudo combinado, mas, de repente, fazem-lhe a pergunta e ele não hesita: “Obviamente, demito-o”. Uma frase explosiva que foi o fogacho de toda a campanha” (Múrias, 1975: 68).

Contrariando todos os conselhos dos colaboradores mais próximos para manter um tom cauteloso e não radicalizar o discurso, a resposta foi encarada como um balde de água fria (Rosa, 2008: 598), embora Abranches Ferrão tenha reconhecido, *a posteriori*, que estavam errados ao querer que se tratasse respeitosamente “a figura «sagrada» de Salazar (...) Delgado, instintivamente, percebeu que a tática era atacá-lo, de frente, e à bruta” (Múrias, 1975: 58) – uma consciência estratégica e tática da campanha por parte do candidato, tal como se verificava com os dois elementos que compunham a comissão redactorial dos serviços da candidatura.

Aos olhos do regime, tal resposta servia como pretexto para tentar liquidar o candidato que afrontou Salazar, pelo que, nessa mesma noite, começou “uma campanha do Governo em torno do “Obviamente demito-o”. A campanha do Governo é toda baseada nessa frase”²¹⁵.

Nos dias que se seguiram à conferência de imprensa, os jornais foram utilizados pelo Governo e pela União Nacional numa campanha de desagravo, para tentar virar a declaração a favor do regime²¹⁶, reproduzindo telegramas repudiando as declarações de

²¹⁵ Entrevista a Carlos Veiga Pereira realizada, no âmbito desta investigação doutoral, em 17 de Novembro de 2015.

²¹⁶ Excepção feita ao *República*, “o mais corajoso periódico não clandestino do período salazarista”, como lhe chamou Frederico Delgado Rosa (Rosa, 2008: 605). Os detalhes sobre o artigo aí publicado são dados por Carlos Veiga Pereira, em entrevista à autora, no âmbito desta investigação doutoral, em 17 de Novembro de 2015, onde relata que depois do evento voltou para o jornal para escrever, à mão, a notícia “e a certa altura, o chefe de redacção (Artur Inez), muito irritado, disse que era uma estupidez e uma perda de tempo eu estar a fazer um relato muito grande da conferência porque a censura ia cortar tudo. De maneira, que se foi embora para o almoço, aos gritos comigo, por causa de eu ser teimoso (...) A censura, inesperadamente, deixou passar praticamente tudo”. Veiga Pereira recorda uma originalidade no seu relato da conferência de imprensa: o nome das pessoas que fizeram as perguntas. “Isso causou um certo choque na altura aos meus colegas. Está identificado fulano x que fez a pergunta y. Nunca se punha isso! Eu fui

Humberto Delgado acerca do Presidente do Conselho e manifestando profunda admiração e confiança no Chefe do Governo²¹⁷. Iva Delgado fala na pressão que sobre muitos pendeu para que mostrassem publicamente o seu desagrado e indignação, “uns estavam sinceramente ofendidos com as palavras do candidato independente, outros sentiam-se na obrigação de se mostrar ofendidos, outros, que recusaram fazê-lo, foram afastados dos cargos. As chefias de todas as categorias obedeceram a ordens não escritas. Os subalternos de todas as categorias fizeram o mesmo” (Delgado, 2015: 125).

Na imprensa afecta ao regime, o *Diário da Manhã* mostra-se incrédulo com a ousadia de Humberto Delgado e publica um artigo intitulado “Lamentável espectáculo” (ver imagem 8), onde se lê que “na sua primeira conferência pública com os jornalistas, não lhe foi possível conter a explosão de animosidade e de ódio (...) Ódio ao regime e, do primeiro ao último, a todos os seus responsáveis; afronta ao poder e aos seus legítimos representantes; insulto ao carácter e à hombridade de camaradas, quando se refere ao medo de falar que diz existir no Instituto de Altos Estudos Militares (...)”²¹⁸ E, dias depois da conferência, o mesmo jornal afirmava mesmo que “já não se trata de escolher o melhor. Trata-se de defender Portugal”²¹⁹.

criticado porque havia a ideia que uma parte das perguntas era encomendada pelos chefes e, portanto, as perguntas ali apareciam como sendo das próprias pessoas e não simplesmente do jornal ou anónimas.”

²¹⁷ É sobretudo o *Diário da Manhã* que, durante o período de campanha eleitoral, alimenta este repúdio pelas afirmações do candidato independente, em defesa do Presidente do Conselho. Até ao dia das eleições, este jornal fará uma autêntica campanha de defesa do regime, a propósito do “Obviamente Demito-o” sem no entanto referir a expressão nesses moldes. Logo a 11 de Maio, exhibe uma chamada de capa onde se lê: “O país repudia as declarações do General Delgado” e faz título sobre a conferência de imprensa do Chave d’Ouro dizendo “Uma «histórica» conferência.... Cale-se, Cale-se! Gritou a um jornalista estrangeiro o candidato «liberal» Humberto Delgado”. Na edição do dia 12 de Maio, o mesmo jornal titula “Nas múltiplas manifestações de protesto contra as palavras insultuosas proferidas pelo candidato H. Delgado verifica-se que a Nação portuguesa ficou ainda mais intimamente ligada a Salazar”. No mesmo dia, ainda na primeira página, o jornal refere-se ao General como o “candidato a ditador”. Ao longo dos dias, vai alimentando várias notícias sobre o tema e a 18 de Maio insiste na primeira página que “Portugal está com Salazar. Não cessam de chegar à residência de Salazar mensagens de apoio ao Estado Novo” e, a 31 de Maio, o jornal destaca que “Só quem votar pelo Almirante Américo Tomás vota por Portugal”.

²¹⁸ In Meneses, 2009: 457. Artigo intitulado «Lamentável espectáculo» in *Diário da Manhã* (Lisboa), de 11 de Maio de 1958.

²¹⁹ *Idem*.

Imagem 8

A conferência na imprensa afecta ao regime



Fonte: *Diário da Manhã*, de 11 de Maio de 1958.

A Emissora Nacional e a RTP não enviaram equipas para fazer a cobertura da conferência de imprensa. À noite, a televisão apenas noticiou que o General Humberto Delgado queria manter a Ditadura e que “declarou que, se vier a ser eleito, e até à realização de eleições gerais, teria que manter um governo de força, de características militares”²²⁰ No dia seguinte, o Telejornal, ao lado do regime, difunde manifestações de desagravo a Salazar, mas sempre sem referir a frase que deu origem à polémica. Este detalhe revela-se da maior importância porque, na verdade, a maioria dos jornais não

²²⁰ Relato de Vasco Hogan Teves no programa exibido pela RTP “1958 – Eleições Presidenciais em Portugal”, integrado na série “50 anos, 50 notícias”, de 2007.

publica nem destaca a frase da polémica²²¹. No entanto, ela correu rapidamente o país através de um sistema de passa palavra, muito usado e muito útil na eficácia da campanha realizada por Humberto Delgado, analisada mais adiante.

Se o regime reagiu, organizando actos de vassalagem e de defesa da honra de Salazar, que passaram a ocupar os jornais até ao final da campanha, os serviços de candidatura organizaram também uma contra-resposta, divulgando à imprensa declarações de apoio ao General – “foram inúmeras as individualidades que nos manifestaram o seu apoio, dirigindo-se pessoalmente à nossa sede ou enviando-nos milhares de cartas e telegramas de apoio” (Rosa, 2008: 612).

Em termos de estratégia de comunicação, a candidatura apostou fortemente neste arranque de campanha. No mesmo dia da conferência de imprensa, 10 de Maio, foram publicadas duas entrevistas concedidas por Humberto Delgado na véspera, ao *República* e ao *Diário Ilustrado*.

No caso do jornal *República* (diário considerado próximo da oposição republicana, maçónica e socialista), tratou-se de uma entrevista muito longa, dada por Humberto Delgado a Artur Inez, chefe de redacção do diário e que ocupou a quase totalidade da primeira e da última páginas do jornal e mais uma interior. Serviu para esclarecer dúvidas que se levantavam sobre o candidato e as suas intenções, nomeadamente a ligação ao regime, os laços com os Estados Unidos ou o prazo para a convocação de eleições²²².

²²¹ Numa breve análise aos diferentes jornais e à cobertura que estes fizeram da conferência, lê-se logo a 10 de Maio de 1958, na capa do *Diário de Lisboa* que “o General Humberto Delgado afirma o propósito de promover a formação de um Governo forte que assegure a ordem e permita uma consulta livre à Nação”. A frase do “Demito-o obviamente” aparece totalmente despercebida no meio do texto, apenas quando se elencam as perguntas feitas e as respostas dadas. Os restantes jornais tratam a conferência apenas na edição do dia seguinte 11 de Maio. *O Século* diz na primeira página que “se for eleito – declarou o sr. General Humberto Delgado na sua conferência de imprensa – haverá, para manter a ordem nas ruas, um regime de força e técnicas militares, embora durante um período curto”; *O Primeiro de Janeiro* titula que “admitindo a hipótese de ser eleito, o General Humberto Delgado dará uma nova estrutura à política nacional – segundo afirmações feitas na conferência de imprensa”; o *Diário da Manhã*, como já foi referido, titula “Uma «histórica» conferência... Cale-se, Cale-se! Gritou a um jornalista estrangeiro o candidato «liberal» Humberto Delgado”; o *Diário de Notícias* de 11 de Maio traz na capa que “A demissão do Presidente do Conselho e a instauração dum regime forte e de características militares eram as primeiras atitudes do General Humberto Delgado, se fosse eleito”, o *Jornal de Notícias* escreve na primeira página “Afirmações políticas feitas pelo General Humberto Delgado” e conclui na última página com um “eu quero é passar o exercício do poder para a Nação, disse o General Humberto Delgado” – dentro deste texto da última página é que há uma pequena chamada com uma citação onde se pode ler “se fosse eleito Presidente da República demitia o Chefe do Governo – declarou o General Humberto Delgado”. E o *Novidades* inclui na p. 3 do mesmo dia 11 de Maio que, “se for eleito demito o Presidente do Conselho – declarou aos jornalistas o Sr. General Humberto Delgado”.

²²² Nesta entrevista não se fala da questão colonial, que, nessa altura, preocupava apenas uma ínfima parte da oposição (a guerra no Ultramar começou em 1961), vindo a tornar-se, uma década depois, no nó górdio do regime chefiado já não por Salazar, mas por Marcello Caetano, que não foi capaz de encontrar solução para o problema, tendo ficado encurralado entre os ultra do regime e os deputados da chamada Ala Liberal, (como Francisco Sá Carneiro, João Pedro Miller Guerra ou Francisco Pinto Balsemão), promovida pelo

Humberto Delgado esclarece que os cargos que ocupou quando era jovem oficial nas organizações do regime (na Legião e na Mocidade Portuguesa) eram vincadamente de tipo militar, tal como os cargos e missões no estrangeiro, ligados às suas capacidades profissionais: militares, no geral, ou aeronáuticas, em especial²²³.

Quanto à forma como via o regime em 1958, Delgado critica o que se fez depois do 28 de Maio: “transformou-se a dureza do provisório em definitiva, e ampliou-se até à asfixia, à indignidade que criou a sujeição subserviente da massa. Ora do programa do «28 de Maio» nunca constou tal ideia (...) “Em vez disso que se fez? Não mais houve verdadeiras eleições (...) apoderou-se do poder um regime absoluto, medieval, um homem; a Nação asfixiada, mutilada no que de mais belo Deus gerou – a alma dos homens – arrasta-se ignominiosamente brincando às eleições de quando em quando, numa soturna apatia, gastando loucas quantias em propaganda de tipo pessoal, escondendo dos países sob regime democrático o absolutismo em que nós vivemos sob o título jocoso e insultivo de ditadura paternal”²²⁴.

Nessa entrevista ao *República*²²⁵, o candidato fala também na entrevista sobre as primeiras medidas a tomar caso fosse eleito e empossado Presidente da República: pôr urgentemente em execução a amnistia dos presos políticos, a liberdade de expressão e de reunião.

Estes eram temas abordados no programa com que Humberto Delgado se apresentava às eleições e foram explanados em dois comunicados dos serviços de candidatura que saíram nos jornais. Num desses documentos referem-se os quatro principais pontos do programa a que Humberto Delgado se propunha (reproduzido na imagem 9):

1. Pacificação da família portuguesa, pela execução de medidas concretas como a reintegração de oficiais do Exército, professores e outros funcionários afastados, amnistia a todos os presos políticos ou indivíduos abrangidos pelas “medidas de segurança”;
2. Revogação dos decretos que suspendem o Artigo 8º. da Constituição, designadamente no que se refere aos n.º 4, 8, 11 e 14 - «liberdade de expressão sob qualquer forma, direito de associação e reunião, garantias de não ser preso sem culpa formada, inviolabilidade do domicílio, etc.»;

próprio Marcello e por José Guilherme de Melo e Castro, que presidiu à União Nacional nos primeiros tempos do marcelismo (Reis, 2010).

²²³ Jornal *República*, de 10 de Maio de 1958.

²²⁴ *Idem*.

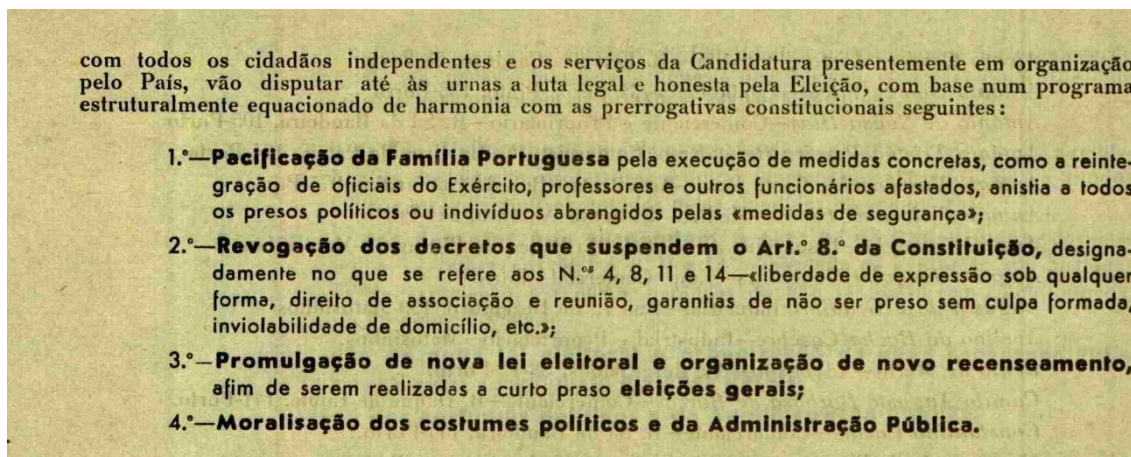
²²⁵ *Idem*.

3. Promulgação de nova lei eleitoral e organização de novo recenseamento, a fim de serem realizadas a curto prazo eleições gerais;

4. Moralização dos costumes políticos e da Administração Pública.

Imagem 9

Pontos principais do programa de Humberto Delgado



Fonte: ANTT, HD/ DAM/ 12/ Cx.77.

Nos dias que se seguiram, os serviços da candidatura divulgaram também por meio dos jornais documentos orientados para públicos específicos, para explicitar os propósitos do candidato, numa “Proclamação à Juventude” e numa “Proclamação às Mulheres”²²⁶.

Delgado convocaria novamente os representantes dos jornais e das agências noticiosas nacionais e estrangeira, alguns dias mais tarde, a 18 de Maio, para uma segunda conferência de imprensa, que decorreu numa das salas dos seus serviços de candidatura, a fim de dar conta do que foi a sua viagem ao Porto e a sua chegada a Lisboa. A reunião começou pouco depois das 11 da manhã, com o candidato trajado civilmente e acompanhado por Alcina Bastos, Capitão Carlos Vilhena, Acácio Gouveia e Joaquim Bastos.

O intuito do General foi denunciar que os seus serviços foram “impedidos de funcionar regularmente” e que se estava perante uma “situação aflitiva”, em que tudo era considerado “atentado contra a ordem”, o que significava, segundo Delgado, que a sua campanha era “uma força”, lembrando também que lhe estava preparada em Lisboa “uma recepção que superaria a do Porto”²²⁷.

²²⁶ Jornal *O Século*, de 16 de Maio de 1958, p. 2.

²²⁷ Jornal *O Século*, de 18 de Maio de 1958, p. 6.

Nos últimos dias de campanha, a 2 de Junho, novamente numa das salas da sede dos serviços de candidatura, em Lisboa, à mesma hora, o General chamou a imprensa para se queixar da acção do Governo, das dificuldades que vinha encontrando nas suas iniciativas de propaganda e da interdição de se deslocar a Braga²²⁸, mas também de três assaltos da PIDE à sede da candidatura e da prisão de indivíduos que colavam cartazes seus.

Neste encontro com a imprensa e apesar de denunciar que “a Emissora Nacional é apenas um órgão da União Nacional e que o Rádio Clube Português lhe fechara as portas”²²⁹, Humberto Delgado garante que irá até às urnas.

5.2. Coordenação da campanha

No essencial, a campanha eleitoral de Humberto Delgado “estava organizada de duas formas: a partir do Porto e sediada em Lisboa”²³⁰, com o movimento a fazer-se “de forma descentralizada, com duas comissões autónomas, uma no Porto e outra em Lisboa”, sendo que não existia uma hierarquia rígida e que cada indivíduo devia ser “uma comissão” (Santos, 2013: 226). Um documento produzido pelos serviços da campanha apelava mesmo a que se constituíssem comissões eleitorais da candidatura Humberto Delgado em todas as localidades, advertindo que, “no momento próprio, se estabelecerão as ligações com as comissões centrais do Porto e Lisboa”²³¹.

Respondendo ao apelo, organizaram-se comissões nos vários distritos, onde funcionavam igualmente sedes dos serviços de candidatura, sobre as quais se detalhará mais adiante neste capítulo e onde se delineava toda a estratégia eleitoral a implantar no distrito, tendo também como missão supervisionar as comissões concelhias e de freguesia.²³²

Em termos de estratégia, o importante era dar a conhecer a candidatura por toda a parte e mobilizar a população, incentivando cada cidadão a ser um elemento activo, constituindo com outros comissões de apoio no local de trabalho ou de residência “sem

²²⁸ A proibição da ida do candidato Humberto Delgado a Braga suscitaria uma guerra de comunicados entre a comissão distrital de Braga da União Nacional e os serviços de candidatura do General no distrito. Cf. Iva Delgado, *Braga, cidade proibida: Humberto Delgado e as eleições presidenciais de 1958*, p. 40 e seguintes.

²²⁹ *Jornal Novidades*, 2 de Junho de 1958, p. 6.

²³⁰ Entrevista a Iva Delgado realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 2 de Junho de 2014.

²³¹ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 78.

²³² Ana Sofia Ferreira, no capítulo sobre a campanha de 1958, da obra *Eleições e Sistemas Eleitorais: perspectivas históricas e políticas*, organizada por Maria Antonieta Cruz, refere ainda que além destas comissões distritais, concelhias e de freguesia foram ainda formadas “comissões de trabalho, responsáveis por distribuir a propaganda nos locais de trabalho e mobilizar os trabalhadores para o apoio às candidaturas oposicionistas” (Cruz, 2009: 163)

perda de tempo e sem esperar por quaisquer instruções”, para assim ser possível “organizar em poucos dias uma precária organização que realize uma parte do trabalho que o adversário tem efectuado durante anos”²³³.

Nesse sentido, apelava-se a uma actuação sem formalismos e com autonomia, não importando o número de componentes destas comissões de apoio – o que explica os documentos consultados, que apresentam, nalguns locais, comissões constituídas apenas por duas ou três pessoas.

Embora haja uma aparência de “precária organização”, na verdade existia uma hierarquia que, não sendo rígida, se impunha, tanto mais que a mesma circular que apela à constituição urgente de comissões de apoio pede que as mesmas tomem contacto com as comissões concelhias ou distritais que, por sua vez, recebiam instruções detalhadas dos Serviços Centrais da candidatura, sediados em Lisboa²³⁴.

As listas de nomes dos cidadãos que integraram as diferentes comissões de apoio a Humberto Delgado são confusas e de difícil interpretação – e nalguns casos, por serem manuscritas ou por estarem rasuradas ou com anotações à margem, tornam-se difíceis de decifrar. Raramente os nomes das pessoas que as formavam estão claramente identificados, correspondendo alguns deles apenas a quem se ocupou da distribuição de listas ou da fiscalização das urnas, não sendo certo que esses pertencessem “oficialmente” a qualquer comissão de apoio.

Alguns dos membros das comissões distritais eram oposicionistas, advogados ilustres, com actividade profissional não só nos distritos donde eram naturais, mas também com escritório em Lisboa, mantendo ligação próxima com o núcleo mais restrito de apoiantes da candidatura de Humberto Delgado.

Assim, personalidades de todo o país integravam a Comissão Nacional da Candidatura de Humberto Delgado²³⁵, composta por 54 nomes e cujo presidente de honra era António Luiz Gomes, um republicano histórico, existindo também uma Comissão Nacional de Senhoras de Apoio à candidatura²³⁶, de que faziam parte 22 mulheres²³⁷.

²³³ Fundo MAS – Arquivo Mário Soares, Pasta 02553.006, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=02553.006>, acedido em 23 de Abril de 2016.

²³⁴ *Idem*. A correspondência devia ser enviada ao cuidado da Comissão Nacional, na sede nacional da candidatura, em Lisboa.

²³⁵ Esta listagem encontra-se em ANTT, HD/APO/09/ Cx. 69.

²³⁶ Esta listagem encontra-se em ANTT, HD/APO/08/ Cx. 53.

²³⁷ A primeira campanha eleitoral na qual as mulheres participaram com visibilidade e peso político enquanto género foi em 1949, com a candidatura do General Norton de Matos. Cf. *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949. 60 Anos depois*, p.34 e seguintes.

Um grupo mais restrito compunha a Comissão Executiva, liderada por Teófilo Carvalho dos Santos, uma espécie de cúpula da campanha.

5.2.1. Coordenação central

Os colaboradores da campanha estavam identificados com cartões de serviço da candidatura, existindo pelo menos dois modelos distintos e apresentando um tipo de letra e grafismo diferenciados. Num deles lê-se “Serviços de candidatura do General Humberto Delgado”, com espaço para a identificação do nome, profissão, morada e número do bilhete de identidade do utilizador²³⁸; outro, dizendo “Candidatura Nacional Independente à Presidência da República do General Humberto Delgado”, e regista igualmente os dados pessoais, mas também o cargo desempenhado ao serviço da candidatura, sendo todos estes cartões numerados. Apesar de as frentes dos cartões serem distintas, o verso é idêntico em ambas as versões, com um espaço para colar a fotografia e outro para a assinatura do portador do cartão e do Presidente da Comissão Executiva. Tinha igualmente a indicação de que o documento “é intransmissível e serve para ser apresentado como prova de que o seu portador está ao serviço da candidatura à Presidência do General Humberto Delgado”²³⁹.

Nos serviços havia papel e envelopes timbrados da candidatura, folhas brancas de tamanho A4, com cabeçalho a letras pretas onde se lê “Serviço da Candidatura Nacional Independente do General Humberto Delgado”, seguindo-se a morada da sede de candidatura e o número de telefone²⁴⁰. No Porto, os serviços dispunham também de cartões-de-visita²⁴¹.

²³⁸ Existem exemplares destes cartões por preencher no espólio de Álvaro Monteiro. Encontram-se outros cartões de identificação dos serviços de candidatura semelhantes na Fundação Mário Soares, pertencentes a Manuel Mendes (Pasta 04661.001.019 Fundo Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado, na Fundação Mário Soares). In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04661.001.019+>, acedido em 23 de Abril de 2016, e a Adelaide Estrada, médica e membro da Comissão Nacional da Candidatura do General Humberto Delgado (Pasta 06356.000.006 Fundo DSZ – Documentos Abel Salazar, na Fundação Mário Soares). In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=06356.000.006+>, acedido na mesma data.

²³⁹ Este segundo modelo de cartão está disponível nomeadamente no espólio pertencente ao advogado e membro da Comissão Executiva da candidatura de Humberto Delgado, Teófilo Carvalho dos Santos (Pasta 04689.005 Fundo DTS – Documentos Teófilo Carvalho dos Santos).

In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04689.005>, acedido na mesma data. Há também um exemplar deste segundo modelo pertencente ao médico e professor Luís Dias Amado (EMFA/ Arquivo Histórico da Força Aérea).

²⁴⁰ O papel era ornamentado no topo e em baixo com uma risca encarnada e outra risca verde.

Cf. ANTT/HD/DCB/10/ Cx. 75. Em Lisboa e no Porto, o material era o mesmo (mudando apenas a morada e o número de telefone impressos).

Já no caso de Viseu, o modelo utilizado é bastante semelhante, mas apenas com o cabeçalho a letras pretas e sem qualquer cor. Cf. Arquivo Álvaro Monteiro.

²⁴¹ ANTT/HD/DAM/12/ Cx. 78. Cartões impressos com letras azuis escuras e dimensões de 13 x 8,3 cm.

Sobre o dia-a-dia na sede de campanha, na Avenida da Liberdade, em Lisboa (aspecto da fachada da sede, na imagem 10), os relatórios da PIDE evidenciam as rotinas e alguns dos procedimentos dos envolvidos na candidatura. Os serviços estavam em funcionamento, de porta aberta ao público, desde as nove horas até bastante tarde, numa azáfama que envolvia dezenas de pessoas, que exerciam diversas funções.

De acordo com o relatório referente ao dia 25 de Maio de 1958, o empregado Loureiro abria a secretaria dos serviços cerca das nove horas e só no período dessa manhã, entre as 9 e as 13 horas, “houve um movimento de entradas e saídas de aproximadamente 60 indivíduos”²⁴² – afluência que não terá diminuído muito durante o dia, já que às 23 e 40, hora a que encerrou a secretaria, ainda mais cerca de 40 visitantes.

Imagem 10

Sede de Candidatura de Humberto Delgado em Lisboa



Fonte: Iva Delgado *et al* (1998)

A sede de candidatura era também um local privilegiado para o cidadão comum ter acesso a materiais de propaganda da candidatura de Humberto Delgado. Na fachada do edifício e na entrada havia vários cartazes com o retrato de Delgado e “fotografias da viagem daquele candidato ao Porto, o que provocava a paragem das pessoas que passavam”²⁴³. Como se tratava de uma zona movimentada da capital, ao longo do dia, dezenas de transeuntes se detinham no local “com o fim de ler a propaganda eleitoral

²⁴² ANTT, PIDE/DGS, SC, SR, 507/46, NT 2567, fls 49-50.

²⁴³ ANTT, PIDE/DGS, SC, SR, 507/46, NT 2567, fls 49-50.

afixada” – também se fazia distribuição da mesma, como sucedeu no dia 25 de Maio, quando um indivíduo, que a polícia política não soube identificar, “veio à porta distribuir panfletos com os seguintes dizeres: «Tornai-vos conscientes, votai no General Humberto Delgado» ”. E já depois de a secretaria ter encerrado, um pequeno grupo de nove indivíduos “distribuiu várias proclamações do General Humberto Delgado e deu vivas à República e à Liberdade”.²⁴⁴

A documentação consultada permite perceber de que forma funcionavam estas comissões, já referidas, sendo o seu contributo essencial para o desenrolar da campanha, a nível local, nomeadamente na distribuição e acção de propaganda, nas ruas, nos bairros, nas localidades se nos locais de trabalho; na afixação de cartazes; na realização de sessões de propaganda; no envio de comunicados à imprensa local; no contacto directo com a população (e no decorrente esclarecimento de dúvidas), e na angariação de fundos para cobrir as despesas locais e dos serviços centrais, em Lisboa e no Porto.

Entre as tarefas que ficavam a cargo das comissões locais estava igualmente a cópia dos cadernos eleitorais; a distribuição dos boletins de voto (no momento oportuno); a escolha de delegados para as secções de voto (antes desta escolha, era necessário ver se essas pessoas estavam recenseadas nos cadernos eleitorais de 1957 e pedir certidões para o efeito), e a organização e fiscalização do acto eleitoral.

O espírito de iniciativa das comissões locais foi determinante para garantir que, de norte a sul do país, o candidato fosse bem recebido nas várias localidades que percorreu, no périplo que fez durante a campanha.

O arquivo de Álvaro Monteiro permite perceber em detalhe a dinâmica em torno da comissão distrital que este advogado liderava, nomeadamente ao nível da coordenação com as comissões concelhias e de freguesia, que lhe prestavam apoio logístico. Para estas estruturas mais pequenas era necessário proceder ao envio de material de propaganda e de boletins de voto (tal como é patente na imagem 11, que ilustra um pedido desse material feito por Viseu aos serviços do Porto), mas também passar as certidões do candidato para poderem efectuar a cópia dos cadernos eleitorais.

²⁴⁴ *Idem.*

Imagem 11

Pedido de material de propaganda

16 Maio.1958

Serviços da Candidatura do
PORTO

Estamos a lutar com falta de material de propaganda,
proclamação do Candidato, fotografias deste, etc.

Por isso lhes rogamos instantemente o envio desse "ma-
terial"; e para tornar mais fácil o trabalho de distribuição podem
ser remetidos a estes Serviços toda a propaganda destinada ao distri-
to de de Viseu, pois temos assegurada a sua distribuição por todos os
concelhos.

Com saudações democráticas,

subscrive-se

Pela Comissão de Viseu,

Fonte: Arquivo pessoal de Álvaro Monteiro.

Foi também a partir dos dois grandes pólos, Lisboa e Porto, que se foram buscar os boletins de voto (feitos numa tipografia do Porto, durante a noite). As comissões distritais iam levantar as quantidades necessárias para depois fazer a distribuição. Também as listas eram enviadas às distritais, que por sua vez as passavam às concelhias – os documentos revelam que foi tudo planeado cuidadosamente, o que revela um grande nível de organização.

Em suma, era uma diversidade de tarefas para as quais a candidatura de Humberto Delgado contava com um núcleo importante de voluntários, que dinamizaram a candidatura a nível local, nas diferentes regiões do país.

Os casos que se apresentam de seguida são exemplificativos da forma como decorreu a campanha de Humberto Delgado em várias cidades ou distritos: como foi organizada, quem tomou parte, que relacionamento existia entre as diferentes regiões do país, que tarefas era necessário fazer, quais as dificuldades que se lhe depararam a nível local, como as ultrapassaram e qual o resultado de toda essa acção, são algumas das questões que orientaram a pesquisa.

5.2.2. Campanhas locais

Nesta secção detalham-se os eventos de campanha realizados e como foram organizados nos diferentes pontos do país, mostrando que a campanha nacional a que se assistiu foi uma soma de várias campanhas locais. Cada distrito teve uma organização de âmbito local, existindo, no entanto, um conjunto de iniciativas replicadas nas diferentes regiões do país: os comícios ao ar livre, falando à população a partir de uma varanda; o contacto nas ruas com a população, a deposição de um ramo de flores no Monumento aos Mortos da Grande Guerra, para além das sessões de propaganda com o candidato e com elementos da oposição.

Tirando estes aspectos comuns de norte a sul, cada distrito acabou por ter diferentes especificidades, como é próprio de uma campanha que viveu muito do voluntariado e de algum improvisado.

Na descrição que se segue sobre as campanhas locais, optou-se por descrever cada uma delas de acordo com a ordem pela qual o candidato visitou os diferentes locais e que, conseqüentemente, foi aquela que a própria campanha de Humberto Delgado acabou por seguir. Deste périplo por Portugal continental ficam excluídas as regiões do Alentejo e do Algarve acerca das quais não foi possível encontrar documentação suficiente e sustentada para reconstituir a campanha local ou distrital ali realizada. Fica igualmente excluída a cidade de Lisboa, por ser um caso especial, onde se situava o centro de decisão e de poder, onde viviam e trabalhavam o candidato e boa parte do seu *staff*, não fazendo sentido falar numa campanha local, já que aí estavam sediados os próprios serviços centrais da candidatura.

Lisboa funciona como sede e cúpula da campanha, o que a distingue e exclui da análise como uma região do país. A cidade apresenta-se como um caso especial, onde decorreu o evento mais destacado da campanha eleitoral (a conferência do café Chave d'Ouro), onde estavam sediadas a Comissão Nacional, executiva e a redactorial, e onde se realizava importante trabalho na sede, como já foi exposto nesta investigação²⁴⁵.

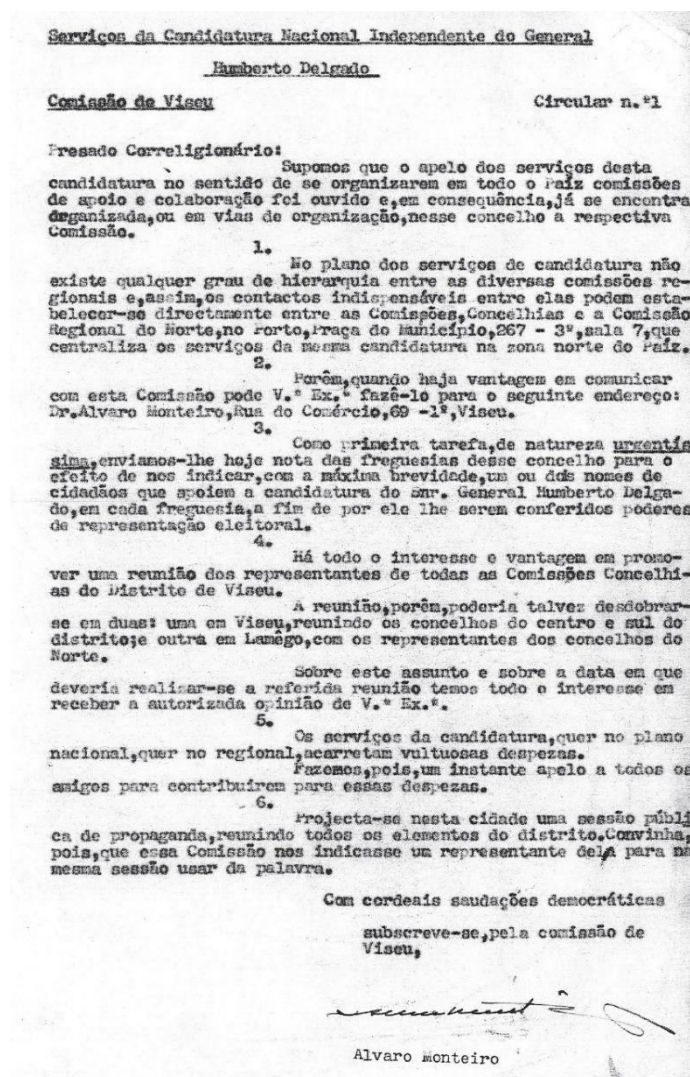
Já aqui se referiu que não havia uma hierarquia assumida como tal, mas duas cidades assumem especial relevo na campanha: Lisboa, pelos argumentos já citados e, por outro lado, a cidade do Porto, donde eram originários os proponentes da candidatura de

²⁴⁵ Na cidade de Lisboa ocorreram igualmente dois outros momentos marcantes da campanha de Humberto Delgado: a chegada do candidato à estação de Santa Apolónia, a 16 de Maio de 1958, vindo de comboio, do Porto, depois da recepção apoteótica por milhares de portuenses; e a sessão de propaganda realizada no Ginásio do Liceu Camões, em 18 de Maio de 1958.

Humberto Delgado e que fazia a ligação com várias regiões do país, nomeadamente com os distritos de Viseu e Coimbra – a imagem 12 assinala as regras a observar na organização da candidatura, referentes ao distrito de Viseu.

Imagem 12

Regras para a organização da campanha no distrito de Viseu



Fonte: Arquivo pessoal de Álvaro Monteiro

5.2.2.1. O papel do Porto

A candidatura de Humberto Delgado foi lançada a partir do Porto e, por isso, dela se diz que é uma candidatura da capital do Norte. Homenageando os proponentes dessa mesma candidatura, não só o primeiro comício do General se realizou nesta cidade, como aqui se centralizava, juntamente com Lisboa, a coordenação de toda a campanha. Este aspecto reveste-se de especial simbolismo, tendo em conta que era na capital do país, que estavam instalados o poder e as instituições do Estado, bem como a Comissão Nacional e a Comissão Executiva da candidatura.

Grosso modo, quem se mobiliza inicialmente são os oposicionistas que no ano anterior tinham concorrido a deputados nas eleições para a Assembleia Nacional. Mas como chega o nome de Delgado ao grupo de democratas do Porto? Manuel Coelho dos Santos, envolvido desde a primeira hora no processo, conta que foi o médico Eduardo Santos Silva quem lhes trouxe a indicação, através de António Sérgio, de que talvez Humberto Delgado pudesse ser candidato.

António Sérgio apostava em explorar o descontentamento de vários apoiantes de primeira hora do Estado Novo, usando para isso um homem com ligações ao regime, que se considerava traído pelas políticas salazaristas enquanto participante do 28 de Maio²⁴⁶ – Delgado falará sempre numa legitimidade revolucionária que lhe advinha de ter participado no movimento do 28 de Maio e intervirá na campanha denunciando a traição dos ideais desse golpe militar, alegando que “o que havia de ser provisório passou a permanente, e o Estado caiu no mais rígido totalitarismo. Desintegrava-se assim o espírito do 28 de Maio” (Delgado, 1998: 59).

Em relação à forma como decorreu o apuramento da disponibilidade do General para ser candidato e dos democratas do Porto para o apoiar já anteriormente se discorreu na componente teórica desta Tese de Doutoramento. Recorde-se apenas que quem foi a Lisboa fazer o convite em nome do grupo foi o arquitecto Artur Andrade, e que Humberto Delgado teve duas reuniões no Porto com o grupo que o lançou – o grupo era pequeno e conseguiu que os restantes membros da oposição do Porto também alinhassem naquele apoio.

²⁴⁶ Já por ocasião da candidatura de Norton de Matos, em 1949, António Sérgio sugeriu o General Costa Ferreira, ligado ao 28 de Maio, e mais tarde, foi ele a desencadear a candidatura de Quintão Meireles, outro ex-situacionista.

O movimento que lançou a candidatura tinha dez nomes:

- Artur Andrade
- Joaquim Vilhena de Andrade
- Manuel Coelho dos Santos
- Rodrigo de Abreu
- Amadeu Morais
- Pedro Veiga
- Artur Santos Silva
- Artur de Oliveira Olivença
- Augusto César Barros
- Mem Verdial

Foram estes os subscritores da proclamação da candidatura independente do General Humberto Delgado às eleições para a Presidência da República, que depois se envolveram no necessário processo de recolha de milhares de assinaturas para se apresentar formalmente o pedido de candidatura – tarefa liderada por Manuel Coelho dos Santos, que ficou responsável pelas assinaturas, recolhidas “quase sem excepção em Vila Nova de Gaia”.

Foram também os homens do Porto, Artur Santos Silva (pai), Rodrigo de Abreu e Artur Andrade que entregaram o processo de candidatura do General no Supremo Tribunal de Justiça, a 20 de Abril.

Resolvida a questão formal, apostou-se na organização e dinamização da candidatura a nível local. A sede do Porto funcionava na Praça Carlos Alberto, ao mesmo tempo que na Praça do Município funcionavam os serviços de imprensa, através dos quais começaram a ser publicados nos jornais vários comunicados da comissão distrital do Porto a informar da já referida necessidade de se constituírem comissões concelhias e de freguesia em todo o distrito (Cruz, 2009:162).

Sem perder tempo, a 6 de Maio já os serviços de candidatura de Humberto Delgado no Porto emitiam o seu primeiro comunicado na imprensa, informando que “logo que for declarado aberto o período de propaganda eleitoral, aquela candidatura se reunirá com os representantes da imprensa, a quem dará conhecimento do seu programa e do manifesto a distribuir ao país”²⁴⁷.

²⁴⁷ *Comércio do Porto*, de 6 de Maio de 1958, p. 8. Cf. Maria Antonieta Cruz, p. 162.

A supervisionar a campanha das candidaturas no Norte do País estava a Comissão Regional do Norte, a quem se dirige regularmente Álvaro Monteiro, para tratar de questões respeitantes à campanha e à acção dos opositoristas no distrito de Viseu.

A sede dos serviços desta comissão foi inaugurada a 9 de Maio, com discursos de Jaime de Andrade, António Macedo, Amadeu Morais e Artur Santos Silva.

O lançamento da campanha em Lisboa impunha-se, por razões nacionais, e foi nessa cidade que Humberto Delgado se apresentou ao país, mas, fiel à promessa de agradecer aos democratas do Porto o facto de terem sido os primeiros subscritores da candidatura e responsáveis pelo arranque desta, a primeira visita do General foi à cidade Invicta.

Humberto Delgado sai de Lisboa, de comboio, às 14 horas e 15 minutos, do dia 14 de Maio e chega ao Porto, ao fim da tarde, cerca das 19 e 15. A rádio tinha anunciado a partida do General de Lisboa, mas durante o trajecto até ao Porto não foi divulgada qualquer notícia (*Nova Renascença*, Outono de 1997, vol. XVII, p.782).

No caminho, o *Foguete* fez paragens nalgumas cidades, como Coimbra, ao estilo de *whistle-stop campaign*. Fernando Valle foi à estação velha para saudar o General aquando da sua passagem para o Porto, em representação de Alberto Moura-Pinto, retido pela doença²⁴⁸, tendo havido provocações por parte do regime.

O comboio chegou com uma hora de atraso. A comissão de candidatura enviou uma delegação para receber o candidato na estação das Devesas, em Vila Nova de Gaia, e conduzi-lo até São Bento. Mário Cal Brandão e Manuel Coelho dos Santos foram esperá-lo e vieram com ele das Devesas para o Porto, mas nunca pensaram que houvesse muita gente para o receber, porque quando se deslocaram para Gaia, junto à Estação de São Bento não havia gente. Pensaram mesmo que ia ser um desastre, como revela Coelho dos Santos no documentário “O Meu Coração Ficarà no Porto”, de 2008.²⁴⁹. reacção semelhante tiveram algumas das pessoas que decidiram ir esperá-lo a S. Bento, “ali estávamos, prontos para o que desse e viesse, algo cépticos e até temerosos de que a recepção fosse um fracasso” (*Nova Renascença*, Outono de 1997, vol. XVII, p.782).

Houve informações erradas quanto à hora de chegada do candidato, para confundir os manifestantes (Delgado, 2009: 128), mas, apesar disso, mais de 200 000 pessoas aguardavam-no na estação e nas imediações. Foi uma recepção triunfal, com Humberto

²⁴⁸ Fernando Madaíl, p. 219.

²⁴⁹ Esta baixa expectativa e quase receio do desastre na recepção não foi caso único no Porto. O Dr. Martinho da Silva e Edgar Nunes, em entrevista realizada em 14 de Maio de 2016, no âmbito desta investigação doutoral, relataram situação idêntica em Santarém, onde minutos antes da chegada do candidato as ruas se encontravam desertas, tendo ficado repletas de gente num curto espaço de tempo.

Delgado a ser levado em ombros pela multidão, que o acompanhou até finalmente conseguir chegar ao carro que o transportou até à sede de candidatura, na Praça Carlos Alberto. Uma massa compacta de pessoas seguiu o candidato e acompanhou a sua deslocação pelas ruas.

Assim que chegaram à sede de candidatura, o discurso de saudação foi feito por Eduardo Santos Silva, pelo coronel Hélder dos Santos Ribeiro e por Artur Mirandela.

Um mar de gente nas ruas aclamava Humberto Delgado²⁵⁰, mas a publicação destas fotografias foi censurada. Eram sobretudo trabalhadores que reclamavam a mudança de regime, liberdade e o fim da censura.

A onda de entusiasmo foi tão grande²⁵¹ que Humberto o General dirá: “O meu coração ficará no Porto.” Há descrições de pessoas em euforia, gente pendurada nas janelas – de tal forma foi impactante a recepção no Porto, que passou a dizer-se que abriu um caminho de esperança para todo o país.

Na Praça Carlos Alberto, Humberto Delgado dirige-se às pessoas, dizendo “Povo do Porto, eis-me nesta invicta cidade. A resposta a Salazar está dada nesta grandiosa manifestação que acaba por me ser prestada por vós. Vós sois a verdade. E a verdade é que queremos que a tirania acabe. A verdade é que não queremos continuar a ser escravos. Que termine o medo. Que não haja mais medo²⁵²”.

O comício político do General foi à noite, no Coliseu do Porto, obra projectada pelo arquitecto Cassiano Branco (que, aliás, foi detido em 1958 por ter apoiado a candidatura de Humberto Delgado) e inaugurada em 1941. Era a sala nobre da cidade, a maior sala de espectáculos do Norte do país.

Falaram de início quatro oradores: Carlos Cal Brandão, Rolão Preto, o major na reserva, David Neto, e João Araújo Correia. Quando este último terminou o discurso, a polícia mandou sair todas as pessoas que se encontravam de pé na sala (que eram quase tantas quantas as que estavam sentadas). Para tentar encontrar uma solução para o problema, Artur Andrade propôs eliminar duas intervenções: a de Francisco Vieira de Almeida e a de Vasco da Gama Fernandes (Delgado, 2009: 138).

²⁵⁰ No Doc. 75 de Viseu sobre a forma como estava a decorrer a campanha, denuncia-se que partidários da situação se intrometeram, no Porto, nas manifestações ao General, aclamando Salazar.

²⁵¹ *O Primeiro de Janeiro* trazia um relato minucioso da chegada do General ao Porto.

²⁵² À noite, no comício do Coliseu, Cal Brandão referiu-se a Delgado como “o general sem medo” (“Delgado: um vendaval que varreu o país”, in <http://www.esquerda.net/print/35847>, acedido em 26 de Outubro de 2015, p. 2).

Depois do entusiasmo nas ruas durante o final da tarde, que apanhou as autoridades de surpresa, a polícia tentava agora remediar a situação e prejudicar a sessão de propaganda do candidato da oposição. Foi preciso vencer a resistência da polícia, para que nessa noite a população pudesse assistir à sessão, no Coliseu.

A sessão foi um sucesso em termos de adesão. “Entraram 6000 cidadãos numa sala cuja lotação era de 3500. Foi de tal maneira que a multidão atulhava-se até no palco (...) e os vidros das portas foram estilhaçados pela multidão que se acumulou²⁵³”. Não houve, pois, lugar para toda a gente e muitos ficaram nos corredores ou à porta. No palco, um enorme letreiro onde se lia “Vamos ganhar as eleições” e, num plano abaixo desse, uma dezena de bandeiras de Portugal compunham o cenário por trás do orador.

Humberto Delgado foi o último a discursar e descreveria, mais tarde, a atmosfera como “tensa e explosiva”²⁵⁴. A sessão realizou-se no dia 14 de Maio e renovou a promessa de afastamento de Salazar, se fosse eleito. Garantindo que não se apresenta como homem providencial, candidato a Führer, um Hitler de desgraçada memória, mas como soldado e cidadão que se sente honrado com a confiança que nele depositam, o candidato apelou aos governadores, Civil e Militar, ao Bispo do Porto, manifestando desejos de pacificação e compreensão pela luta do povo português.

Humberto Delgado fez um retrato do país, apontando no campo político para as adversas condições em que decorria a campanha eleitoral, nomeadamente a questão da censura, apesar da isenção prometida, as dificuldades com os cadernos eleitorais e com o período de liberdade muito curto para fazer uma campanha que não se improvisa facilmente.

Para justificar o descontentamento da população denuncia a situação no campo social e económico do país, aludindo ao sacrifício da classe média e à pauperização das massas trabalhadoras – em resultado da repartição dos resultados nas principais indústrias portuguesas, “39% para remuneração do trabalho contra 61% absorvidos pelo capital, rendas, juros e dividendos” (referência a 1950) – sem esquecer a incidência do imposto sobre o rendimento, comparando com o que se passa noutros países, “as taxas progressivas chegam a atingir os 90% dos rendimentos, quando entre nós não passam dos 25%”.

²⁵³ In Armando Bacelar, “Memórias de Tempos Idos”, *Boletim Cultural* 13, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p. 162.

²⁵⁴ Humberto Delgado in *Memórias*, p. 139.

Uma parte do discurso é dedicada ao Porto, com Delgado a confessar não ter palavras para expressar a sua gratidão e entusiasmo. “Continuo ainda com os olhos maravilhados, cheios de grandeza do espectáculo, da apoteose que foi a minha recepção, e que continua sendo, apesar de tantas dezenas de cidadãos que sofreram e estão sofrendo os tratos da polícia, ao resistirem à ordem para não se manifestarem a meu favor”²⁵⁵. Dirá também nesta sessão que espera sair vencedor porque o medo acabou.

Adoptando um estilo popular e populista, aproveitou a dicotomia entre as duas maiores cidades, dizendo no seu discurso que “o Governo, deslumbrado pelas realidades faraónicas e absorvido pela poderosa ideia da máquina do Estado, tudo concentra em Lisboa, porque tudo faz depender do poder central. Como os homens, também as terras gozam de preferências discricionárias. Portugal é o Terreiro do Paço, o enxamezito de alguns privilegiados de Lisboa, ou amigos dos amigos de Lisboa”²⁵⁶.

As referências a Salazar, à União Nacional e ao Ministro Santos Costa foram constantes e marcaram a recta final do discurso, com Humberto Delgado a gritar que “é tempo de saírem. Cansaram-nos! Reformem-se! Reformem-se!”

À saída, a GNR esperava a cavalo pelas pessoas que saíam da sessão²⁵⁷. Durante a sessão e até de madrugada houve confrontos em várias zonas da cidade e provocadores no meio da multidão, na rua. As pessoas foram obrigadas a fugir do local, a correr.

No final do comício do Porto, Humberto Delgado ainda falou à imprensa dizendo: “Empenhei nesta batalha a minha vida e as minhas estrelas de General toda a minha alma de patriota, mas o meu coração ficará no Porto”.

Nas notas da Polícia de Segurança Pública sobre esse dia pode ler-se que em referência à actividade verificada na delegação de candidatura do General, no Porto “esteve aberta desde as 9 e 20 às 12 e 35 e reabriu às 14 encerrando à 1 hora de hoje. Durante este tempo entraram lá cerca de 1500 indivíduos, os quais, quando saíam, quase todos traziam nas mãos papéis alguns dos quais pareciam bilhetes de teatro. Destes indivíduos alguns, ao entrar, levavam pastas e embrulhos de papel”²⁵⁸.

A ida do General ao Porto foi pensada para ser o primeiro acto eleitoral de Humberto Delgado logo após a apresentação em Lisboa. Porquê? Porque a candidatura desenvolveu-

²⁵⁵ Discurso de Humberto Delgado no comício realizado no Coliseu do Porto, em 14 de Maio de 1958.

²⁵⁶ *Idem*.

²⁵⁷ Depoimento de Augusto Azevedo no documentário, “O Meu Coração Ficarà no Porto”, de 2008.

²⁵⁸ O documento está datado e assinado, “Porto, 14 de Maio de 1958. O chefe”. In Campos, Jorge (2008) “O meu coração ficará no Porto”.

se a partir do Porto, “a candidatura é obra do Porto”, como costumava defender Manuel Coelho dos Santos²⁵⁹.

Também do Porto partiram os boletins de voto, para serem distribuídos no resto do país. Daqui deveriam ser transportados para Lisboa, mas sem imaginar que tal tarefa lhes seria facilitada. Houve ordens para interceptar o carro de Artur Andrade e de Alfredo Magalhães, onde levavam boletins e propaganda, de preferência num posto da Polícia de Viação e Trânsito (souberam disso por acaso, através de um amigo que se entretinha a captar num receptor as comunicações da PIDE). A ideia era apreender o material e levá-los também presos. Mas Alfredo Magalhães mudou para o carro de um amigo a papelada toda dos votos e seguiu para Aveiro, conseguindo iludir a perseguição. Daí, o motorista de um amigo seguiu com ele para Lisboa – acabou por conseguir entregar os votos no local combinado, tendo sido preso depois disso, quando estava já a tocar à campanha de casa do General Delgado, na Rua Filipe Folque. O carro de Artur Andrade foi igualmente interceptado na Figueira da Foz e os seus ocupantes presos (Múrias, 1975: 42 e seguintes).

A cidade contestou o poder, ao longo do século XIX, um “baluarte donde sempre partiram e continuam a partir, os movimentos de libertação nacional”²⁶⁰. Em termos oficiais, ficou mal vista aos olhos do regime, como se lê no primeiro relatório sobre as eleições no distrito do Porto e a campanha que as antecedeu, apresentado pelo Governador Civil do Distrito do Porto ao Ministro do Interior, onde se tenta justificar que “a oposição ao regime actuou com vigor excepcional” na Invicta, lembrando que a candidatura de Humberto Delgado “nasceu nesta cidade e foi chamada desde início a candidatura do Porto”, mas também que “a actuação da imprensa diária da cidade durante a campanha eleitoral, deve merecer a melhor atenção do Governo por aquilo que representou e continua a representar, de real perigo para a estabilidade do regime”. Nesta descrição daquelas eleições presidenciais, “o Porto aparece como o foco mais activo de oposição em todo o país”²⁶¹.

A recepção a Humberto Delgado no Porto ultrapassou todas as expectativas, tanto para o regime como para os próprios democratas. Nesse dia, à chegada do General, a polícia não estava prevenida nem preparada para o acolhimento que a população fez ao candidato, mas a partir daí, nunca mais as manifestações tiveram a mesma

²⁵⁹ Depoimento de Manuel Coelho dos Santos no documentário acima citado.

²⁶⁰ Discurso de Humberto Delgado no Coliseu do Porto.

²⁶¹ As referências estão no relatório do Governador Civil do Porto enviado ao Ministro do Interior, citado no documentário “O Meu Coração Ficarà no Porto”, de 2008, ao minuto 28.

espontaneidade. Humberto Delgado saía à rua e tanto a polícia como os guardas-republicanos tentavam cercá-lo.

Querendo evitar a todo o custo que outras manifestações de massas em favor do General se voltassem a repetir e receando que a popularidade deste se espalhasse de norte a sul do país, o candidato viria a ser impedido de se deslocar a Braga²⁶² (um baluarte do catolicismo e berço da revolta militar do 28 de Maio de 1926 que instaurou a Ditadura Militar).

O Governo não quis arriscar nem “ceder terreno numa cidade que era o berço da revolta militar que dera origem ao Estado Novo” (Delgado, 1998: 12). Braga foi ocupada por 5000 membros da Legião Portuguesa, como medida preventiva de intimidação e de exibição de poder, que não impediu, no entanto, a concentração de milhares de pessoas na cidade aclamando Humberto Delgado, o que gerou confrontos violentíssimos com a polícia (Capela, Nunes e Costa, 2014). E, em Lisboa, as autoridades conseguiram mesmo deitar por terra a hipótese de que a esperança trazida pelos dias no Porto podia provocar um levantamento popular.

5.2.2.2. Penafiel

Apesar de não haver uma multidão comparável com os milhares de pessoas que inundaram as ruas do Porto, Penafiel deu continuidade à grande mobilização em torno da candidatura verificada na véspera, na Invicta.

Humberto Delgado visitou Penafiel a 15 de Maio, dia do seu aniversário, acompanhado por Rodrigo Abreu, um penafidelense que fazia parte do núcleo duro da campanha e dono do carro no qual Delgado se deslocou para visitar localidades do Norte do país²⁶³.

Na deslocação a Penafiel, o General teve de lidar com alguns imprevistos, resultantes em parte do facto de, depois da entusiástica recepção ao candidato no Porto, as

²⁶² Nas provas censuradas do jornal *O Século* de 22 de Maio de 1958, pode ler-se que a Comissão Distrital de Braga garantia que o General visitaria a cidade no dia 27 de Maio, quarta-feira, o mesmo dia em que estava prevista uma sessão no Teatro-Circo, a começar às 21h30. Os oradores da sessão seriam Jaime Cortesão, Luís de Almeida Braga, Olívio França, António Ramos de Almeida, Brochado Teixeira, António de Oliveira Braga e o Prof. Vieira de Almeida (presidente da Comissão Nacional da Candidatura). Humberto Delgado seria o último a usar da palavra e os bilhetes seriam distribuídos a partir do próprio dia 22 de Maio. Nenhum destes planos viria a concretizar-se, em virtude de o Governo ter alegado que a visita do General perturbaria as festas religiosas da cidade, tendo o candidato sido proibido de se deslocar a Braga.

²⁶³ Referências ao carro emprestado por Rodrigo Abreu, para a campanha no Norte do país, em <http://penafielnostraterra.blogspot.pt/2013/07/o-general-humberto-delgado.html>, acedido em 19 de Dezembro de 2014. O genro de Rodrigo de Abreu, Adrião da Cunha, confirmou também à autora, em 20 de Outubro de 2016, a cedência do carro para as deslocações nos distritos do Norte do País.

autoridades terem ficado especialmente atentas às iniciativas da campanha da oposição. Logo que entrou na cidade, um popular deu a Humberto Delgado um megafone para poder falar ao povo, mas foi rapidamente confiscado pela polícia²⁶⁴. Impossibilitado depois de subir à varanda do município, o General trepou para o tejadilho de um carro e daí dirigiu-se à multidão. O recurso ao improvisado para ultrapassar as dificuldades de última hora e a capacidade de falar às massas ditaram o sucesso da passagem da sua caravana por diferentes pontos do país, tal como aconteceu no caso de Penafiel.

A entrada no concelho foi feita por Paço de Sousa, onde visitou a Casa do Gaiato e prestou homenagem diante da campa do Padre Américo, fundador da instituição. No centro da cidade esperavam-no centenas de apoiantes que, no final da visita, lhe ofereceram um ramo de flores, que Delgado colocou no monumento aos mortos da Grande Guerra.

As fotografias mais conhecidas da passagem de Humberto Delgado por Penafiel foram feitas por um penafidense, Antony Guimarães²⁶⁵, dono de uma conhecida casa de fotografia da cidade, embora não tenham podido ser publicadas à época.

A imprensa local, afectada ao regime, não dava voz às candidaturas oposicionistas e apenas fazia campanha pelo candidato da União Nacional. No jornal *O Tempo* foi colocado um anúncio apelando ao voto em Américo Thomaz, colando-o à imagem do Presidente do Conselho, onde podia ler-se “Votai no ALMIRANTE AMÉRICO TOMAZ e votais por SALAZAR POR PORTUGAL” - o argumento subjacente era o de que só o Estado Novo e Salazar garantiam a paz, o sossego, a ordem, a disciplina, o respeito pela família e o engrandecimento da Pátria²⁶⁶.

Como tem sido referido ao longo do trabalho, as comissões distritais e concelhias responsáveis pela campanha apresentaram nalguns casos especificidades a nível local. Em Penafiel, houve material de propaganda que apenas aqui foi utilizado: um cartaz com

²⁶⁴ Depoimento do neto de Humberto Delgado, Frederico Delgado Rosa, in <http://www.verdadeiroolhar.pt/materias.php?id=3522&secao=penafiel>, acedido em 11 de Novembro de 2014.

²⁶⁵ Antony Guimarães começou desde cedo a dedicar-se à fotografia e aos vinte anos já exercia a profissão de jornalista. Entre 1961 e 1964 publicou rubricas no *Jornal do Comércio*, foi colaborador da BBC Londres, nos jornais *Expresso da Capital*, *Diário de Notícias* e *Expresso da República*. In <http://riquezasetradicoesdepenafiel.blogspot.pt/2014/03/penafiel-dos-tempos-idos-fot...>, acedido em 20 de Outubro de 2016.

²⁶⁶ In <http://penafielnossaterra.blogspot.pt/2013/07/o-general-humberto-delgado.html>, acedido em 19 de Dezembro de 2014.

a imagem do General fardado²⁶⁷, diferente de outras imagens publicadas de Humberto Delgado com farda, divulgadas com regularidade, inclusivamente em documentos oficiais produzidos pelos serviços da candidatura.

Em termos de resultados, dos 4739 votantes do concelho de Penafiel, 3728 votaram pelo candidato da União Nacional e 1011 votaram no candidato da oposição (23%). Neste concelho, Delgado venceu as eleições na freguesia de Novelas e perdeu por pouco em Paço de Sousa – o único município em que ganhou, no distrito do Porto, foi em Vila Nova de Gaia.

No rescaldo das eleições, o Governador Civil do Porto, Elísio de Oliveira Alves Pimenta, enviou uma circular (Circular n.º M-7/2) a todos os presidentes de câmara do distrito para estes se pronunciarem sobre os resultados eleitorais nos seus concelhos. Nesse documento pede que lhe seja enviado um relatório “tanto quanto possível circunstanciado da forma como decorreu a eleição presidencial nesse concelho, por freguesias, e assembleias, especificadamente, informando das causas de ordem geral ou local que, porventura, tenham influído nos resultados”²⁶⁸.

No concelho de Penafiel, o Presidente da Câmara, Francisco da Silva Mendes, em carta enviada a 13 de Junho de 1958, começa por uma introdução na qual alerta para a necessidade de não minimizar o que aconteceu. “Foi este concelho, como quase todos, surpreendido por uma vaga de hostilidade tão inesperada e falta de lógica que, sem dúvida, será erro minimizar o facto e sepultá-lo sob o entusiasmo e a tranquilidade da vitória”²⁶⁹. O autarca prossegue alertando que é preciso dar atenção ao descontentamento da população, como “um problema que merece ser seriamente considerado”²⁷⁰, e elenca depois vários presumíveis factores de desagrado, dentre os quais destaca a persistência da censura à imprensa, a ausência de uma representação das minorias discordantes na Assembleia Nacional e certos aspectos do intervencionismo do Estado no domínio económico. Estes são os motivos apontados para que haja “reparo e desafeição pelo regime”, incompatíveis com a manutenção do mesmo: “Será impossível vir ao encontro

²⁶⁷ A imagem deste cartaz encontra-se no blogue “Penafiel Terra Nossa”. Há também uma imagem de Américo Thomaz num carro aberto, com *confettis* a cair, que aparece no mesmo blogue, mas não foi possível confirmar se a imagem é desta campanha de 1958 e se é de Penafiel.

²⁶⁸ Cf. “Eleições ou quê? Subsídios para a história duma campanha eleitoral”, com data de 30 de Junho de 1958. Arquivo pessoal Álvaro Monteiro (documento n.º 62).

²⁶⁹ In <http://penafielnossaterra.blogspot.pt/2013/07/o-general-humberto-delgado.html>, acedido em 19 de Dezembro de 2014.

²⁷⁰ *Idem*.

destes reparos sem comprometer a estrutura essencial e a estabilidade do regime? Antes não fosse.”

O autarca detalha também, ao nível do panorama local, aqueles que considera terem sido factores de êxito, como a “actuação directa e pessoal de elementos prestigiosos da União Nacional, onde os havia, junto de cada eleitor”²⁷¹ ou o papel dos padres.

Todas estas considerações constam do relatório, já citado, pedido pelo Governador Civil do Porto, onde o Presidente da Câmara de Penafiel discorre, conforme pedido, sobre os resultados na cidade nas várias freguesias. Assim:

- “Em Novelas, a oposição obteve uma pequena maioria, facto significativo, porque foi sem dúvida devido à acção dos ferroviários e de operários que trabalham no Porto e ainda de proprietários indiferentes ou hostis;
- Em Paço de Sousa obtivemos uma maioria relativamente escassa. Ainda a influência de ferroviários e operários;
- Em Boelhe, Vila Cova e São Mamede mal atingimos um terço da votação, falta de elementos preponderantes da situação;
- Nas restantes freguesias os resultados foram nitidamente bons e, em muitas, muito bons²⁷²”.

Este autarca mostra-se, pois, optimista com os resultados, fazendo, no entanto, críticas ao Governo, chamando a atenção para o “sacrifício das questões e problemas locais em nome da realização de grandes obras nacionais, que pouco diziam à maioria da população”²⁷³. Francisco da Silva Mendes deixa claro que naquela região, as pessoas estão essencialmente preocupadas com os seus problemas concretos e não com as grandes questões do país.

5.2.2.3. Póvoa de Varzim

Humberto Delgado passou pela Póvoa de Varzim no dia 16 de Maio de 1958, no âmbito da visita ao Norte do país.

Nesta região, o procedimento foi semelhante ao usado nas restantes localidades em diferentes distritos, com membros da comissão local a ir esperar o candidato ao limite do concelho com Vila do Conde. O General chegou, acompanhado por membros da sua comitiva, cumprimentou os anfitriões e todos juntos seguiram para a Póvoa de Varzim,

²⁷¹ *Idem.*

²⁷² *Idem.*

²⁷³ *Idem.*

onde o candidato iria colocar uma coroa de flores no Monumento aos Mortos da Grande Guerra, perto do mercado.

Chegados ao alto da Azurara, uma força policial esperava-os e impediu o cortejo, deixando passar apenas o carro do General e um outro veículo da comitiva. Os restantes ficaram retidos no local, sem poderem avançar, como testemunha um antigo membro da comissão local. Fernando Linhares conta que, conhecendo bem a região, deu a volta e encontrou um caminho alternativo, “vim parar à Póvoa de Varzim não fazendo o percurso que o General fez. Quando cheguei ainda vi o General a colocar as flores no monumento. Havia polícia e muita barafunda”²⁷⁴. Há quem lembre “um entusiasmo grande, a saída do automóvel, o caminhar altivo para o monumento”²⁷⁵, em cuja base depositou o ramos de flores que lhe foi entregue por um membro da comitiva. Fê-lo fazendo continência e espontaneamente cantou-se o hino nacional²⁷⁶.

Do lado do regime, várias pessoas ligadas à União Nacional, à autarquia, e o próprio Presidente da Câmara juntaram-se nas proximidades do monumento aos mortos da Grande Guerra para assistirem ao que se iria passar. E o que se passou foi um breve discurso à população, curto mas muito aplaudido no final.

No entanto, apostada em impedir a recepção festiva que o candidato estava a ter, a polícia acabou por lançar a confusão. Não era apenas o efectivo local, que tinha um número reduzido de agentes, mas reforços vindos de autocarro²⁷⁷ – os relatos dão conta de pelo menos dois, um com agentes da Polícia de Segurança Pública do Porto, fardados, e outro com indivíduos vestidos à civil, os chamados “paisanos”²⁷⁸. Uns e outros estariam à espera de qualquer incidente que servisse de pretexto para dispersar a manifestação de apoio a Humberto Delgado.

Os testemunhos sobre a forma como se iniciaram os incidentes com a polícia não apontam para uma versão única: há quem relate que foram os “paisanos” que provocaram os apoiantes de Humberto Delgado, simulando “uma algazarra e começaram a empurrar-se uns aos outros para justificar que a polícia que se deslocou do Porto começasse a bater

²⁷⁴ Depoimento de Fernando Linhares num vídeo gravado em 2008, assinalando o 50.º aniversário da campanha de Humberto Delgado. Os testemunhos de vários poveiros estão disponíveis em <http://www.cm-pvarzim.pt/noticias/povoa-recorda-meio-seculo-da-visita-de-humberto-delgado-com-a-apresentacao-de-humberto-delgado-biografia-do-general-sem-medo>, acedido em 4 de Março de 2016.

²⁷⁵ Depoimento de Fernando Alves, um dos muitos populares que aguardava o General no lado nascente da Praça Marquês de Pombal, onde à época ficava o monumento aos mortos da Grande Guerra, que posteriormente foi deslocado duas vezes e mudou de sítio. *Idem*.

²⁷⁶ *Idem*.

²⁷⁷ Depoimento de Armando Rocha Marques, que era aspirante da secretaria da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, mas que, no momento da campanha, por doença do seu superior, chefiava a secretaria. *Idem*.

²⁷⁸ Ver nota 274.

a torto e a direito em nós poveiros”²⁷⁹. A União Nacional também provocou os apoiantes de Delgado, fazendo distribuir propaganda do candidato do regime, durante a acção de campanha do General, o que terá desencadeado desentendimentos entre os populares²⁸⁰.

Uma outra versão sustenta que o autarca da terra, Major António José da Mota, juntamente com meia dúzia de apoiantes começaram a gritar vivas a Salazar, irritando a comissão local de apoio à candidatura de Humberto Delgado e um advogado do Porto, Martins da Fonte, que “não suportou aqueles vivas e agarrou o autarca, que era militar, pelas golas e disse: «viva a República». E o outro insistiu: «Viva Salazar». E ficaram neste «Viva a República/ Viva o Salazar», até que a polícia agrediu violentamente o advogado, fazendo-o cair no chão, altura em que interveio Humberto Delgado, “Parem! Acabem as agressões. Eu sou General, ponham-se em sentido. Faça-me continência”²⁸¹. E foi o grito do General que fez com que acabassem as violências. Os documentos constantes no espólio de Álvaro Monteiro²⁸² atestam igualmente a existência de provocações feitas aos opositoristas, denunciando que os partidários da situação prepararam um grupo para soltar vivas a Salazar quando o General depunha um ramo de flores no Monumento aos Mortos da Grande Guerra, na Póvoa de Varzim.

A referência ao grau de violência exercida pela polícia durante a visita do General ao norte do país surge também numa carta enviada por Humberto Delgado ao Presidente da República, Craveiro Lopes, em 19 de Maio de 1958, onde denuncia os espancamentos

²⁷⁹ Ver nota 274.

²⁸⁰ Depoimento de Manuel Carvalho Silva Pereira, um dos responsáveis pela campanha de Américo Thomaz, em 1958. Este antigo secretário da União Nacional na Póvoa de Varzim conta que, na véspera da visita do General Delgado receberam propaganda a favor do Almirante Américo Thomaz, na sede da União Nacional e entre essa propaganda vinham “uns panfletos vermelhos, que eram pouco condizentes com as nossas ideologias”. Ninguém gostou dos papéis e, sabendo que no dia seguinte o general viria à Póvoa e qual era o percurso que ele ia fazer, surgiu a ideia de contactar o senhor Vilaça (que era bombeiro), que pegou nos papéis com a propaganda do Américo Thomaz, meteu um carro de aluguer infiltrado na caravana e começou a mandá-los pelo ar, pela janela fora. Perto do Monumento aos mortos da Grande Guerra, “vejo um senhor que estava a ler o que estava escrito no panfleto vermelho e vejo alguém que lho rapou das mãos. Ora, a pessoa que tinha aquilo nas mãos não ficou nada satisfeita e deitou as mãos aos ombros da pessoa que lhe tirou o papel das mãos”. Foi o pretexto para a polícia partir para a violência. Manuel Silva Pereira conclui que “indirectamente tive alguma responsabilidade, mas não foi intencional com a distribuição dos referidos panfletos vermelhos que eram da propaganda do Almirante Américo Thomaz”. O testemunho deste poveiro, gravado a propósito do 50º aniversário da campanha de Delgado, está disponível em <http://www.cm-pvarzim.pt/noticias/povoa-records-meio-seculo-da-visita-de-humberto-delgado-com-a-apresentacao-de-humberto-delgado-biografia-do-general-sem-medo>, acedido em 4 de Março de 2016.

²⁸¹ Ver nota 274.

²⁸² Documento sem data (mas posterior a 18 de Maio de 1958), manuscrito, sobre a forma como estava a decorrer a campanha. Trata-se de um conjunto de apontamentos onde a oposição sistematiza as provocações que lhe vinham sendo feitas pelo regime. Documento n.º 75 do Arquivo de Álvaro Monteiro.

praticados pela polícia aos seus apoiantes no Porto “e tais cenas se repetiram na Póvoa de Varzim sobre os que me aclamaram”²⁸³.

A passagem de Humberto Delgado pela Póvoa foi breve, mas terá sensibilizado o candidato que prometeu aos poveiros que a Póvoa de Varzim seria a primeira terra que visitaria depois de ganhar as eleições²⁸⁴.

Esta deslocação foi fotografada por Neca Amorim²⁸⁵ da forma mais discreta possível: cada vez que tirava uma fotografia escondia de seguida a máquina, com receio de ser preso ou que lhe levassem a máquina.

5.2.2.4. Vila Real

Ao final da tarde de 21 de Maio, Humberto Delgado deslocou-se novamente ao Norte do país, mas desta vez num avião da TAP. Chegou a Pedras Rubras, às 19 horas e 50 minutos, acompanhado por Rodrigo de Abreu, para pernoitar no Porto e prosseguir com a campanha – o lápis azul da censura não deixaria passar a descrição desta chegada em que “muito antes da hora marcada, já os pinhais que circundavam aquele aeroporto se encontravam apinhados de gente”²⁸⁶, além de que muitas pessoas que conseguiram entrar na plataforma e vitoriar o General.

A 22 de Maio de 1958, a campanha de Humberto Delgado prossegue em Trás-os-Montes. O candidato saiu do Porto de manhã, escoltado por motociclistas da PSP, e fez uma paragem em Amarante, onde “todo o comércio e a indústria fecharam as portas e milhares de pessoas exteriorizaram os seus sentimentos dentro da maior ordem”²⁸⁷

De pé, no carro descapotável, Humberto Delgado foi recebido por uma chuva de pétalas lançadas a partir das varandas das casas da Rua 31 de Janeiro (Rosa, 2008: 671).

²⁸³ Arquivo de Álvaro Monteiro (Documento n.º 162), “Eleições ou quê? Subsídios para a história duma campanha eleitoral”, Lisboa, 30 de Junho de 1958.

²⁸⁴ Iva Delgado não acompanhou o pai nesta deslocação ao Norte do país, mas relata que o pai, quando contava como tinha corrido a deslocação ao Porto e à Póvoa, dizia em família “prometi aos poveiros que a Póvoa de Varzim será a primeira terra que visito depois de ganhar as eleições”. Estas e outras indicações sobre a deslocação de Humberto Delgado à Póvoa de Varzim estão em <http://www.cm-pvarzim.pt/noticias/povoa-recorda-meio-seculo-da-visita-de-humberto-delgado-com-a-apresentacao-de-humberto-delgado-biografia-do-general-sem-medo>, acedido em 04 de Março de 2016.

²⁸⁵ Depoimento de Neca Amorim, fotógrafo, autor das fotografias que assinalam a passagem de Humberto Delgado pela Póvoa de Varzim. Este profissional revela as dificuldades e o receio de ser preso por estar a fotografar a campanha do General e conta que tal facto dissuadiu outros colegas que estavam no local para fazer o mesmo e que acabaram por desistir quando viram a polícia de cassetete na mão. *Idem*.

²⁸⁶ Provas censuradas do jornal *O Século* do dia 22 de Maio de 1958.

²⁸⁷ Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Amarante ao Governador Civil do Porto, cit. In Tribuna de Amarante, de 20 de Dezembro de 2000; PCS, Cx. 186 (23 de Maio de 1958) citado por Frederico Rosa, in *Humberto Delgado. Biografia do General sem Medo*, p. 1267.

Às 13 horas e 15 minutos, Humberto Delgado chegou a Vila Real. Além do povo que o aplaudia entusiasticamente e dos elementos da sua candidatura, à sua espera estava o Presidente da Câmara Municipal “num gesto de coragem política que a censura não deixou passar para os jornais e foi caso raro, se não único, entre os edis da época” (Rosa, 2008: 671).

Cumprindo o hábito de homenagear um herói republicano, Humberto Delgado depôs uma coroa de flores na base da estátua de Carvalho Araújo²⁸⁸, na rua com o mesmo nome. Vultos femininos encheram as janelas, na rua os apoiantes tiraram respeitosa e chapéu e, tal como aconteceu em Viseu, alguns estudantes, jovens finalistas do Liceu Nacional de Vila Real, colocaram uma capa negra sobre os ombros de Humberto Delgado, em jeito de homenagem. Na cidade, por estes dias, havia cartazes colados nas paredes com o retrato de Humberto Delgado devidamente fardado.

Em Vila Real, a comissão distrital era liderada pelos advogados Álvaro Vilar Correia Figueiredo e José Rodrigues²⁸⁹. Quase duas dezenas de nomes integravam a comissão:

- Álvaro Vilar Correia Figueiredo – advogado
- Mário Vilar Correia Figueiredo – médico
- Mário Júlio Durão – médico
- Eduardo Ribeiro
- Fernando Correia
- Tenente Manuel Pureza
- Manuel Lima – comerciante
- Alberto Ferreira Botelho – comerciante
- Luís Ferreira Mourão – industrial
- António Lima – comerciante
- Manuel José Rebelo de Moura – comerciante

²⁸⁸ Carvalho Araújo (1881-1918), oficial da Marinha Portuguesa, foi deputado por Vila Real à Assembleia Constituinte da República e Governador do distrito de Inhambane, em Moçambique. Morreu em combate contra um submarino alemão que atacou o arrastão que Carvalho Araújo comandava, mas salvando a vida dos 250 passageiros de um navio mercante.

²⁸⁹ José Alberto Rodrigues (1905-1979), advogado e activista político na oposição democrática ao Estado Novo. Nasceu em Valpaços, no seio de uma importante família de proprietários da aldeia (Lugar de Cabanas). Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu advocacia em Vila Pouca de Aguiar e após a criação dos Tribunais Plenários, defendeu arguidos políticos do regime. Integrou a Comissão Central do MUD e participou em todas as campanhas eleitorais da oposição, designadamente na de Norton de Matos. Em resposta à imediata extinção do MUD, integrou a primeira Comissão Central do MND (Movimento Nacional Democrático) e sendo várias vezes preso pela PIDE. Foi candidato a deputado da oposição em 1965 (pelo círculo eleitoral de Braga), em 1969 (na lista da CDE pelo círculo de Vila Real) e participou, em 1969, no Congresso Republicano de Aveiro.

- Francisco Teixeira – guarda-livros
- Tenente Manuel Maria Ferreira de Abreu
- Luís Martins Coutinho – proprietário
- António Paula Monteiro – proprietário
- Élio Machado – empregado do comércio
- Albano Manuel de Oliveira – electricista

A terminar a visita a Vila Real, o candidato almoçou com os elementos da candidatura no Hotel Tocaio²⁹⁰, seguindo depois para Valpaços, Murça, Mirandela e Bragança.

5.2.2.5. Chaves

No périplo por Trás-os-Montes²⁹¹, a passagem por Chaves foi um marco importante na campanha de Humberto Delgado.

Os relatos publicados na imprensa, mas também os detalhes que a censura não permitiu que fossem publicados²⁹², permitem reconstituir os passos do candidato nesta região transmontana. Logo a caminho dessa cidade, e apesar de *O Século* ter publicado apenas que o General “recebeu os cumprimentos das populações”, a notícia foi parcialmente cortada era bastante mais efusiva, explicando que em Amarante, Delgado foi alvo de “calorosas manifestações de simpatia. Nas estradas de acesso à cidade viam-se grupos de soldados da GNR”²⁹³.

Humberto Delgado chegou pelas 19 horas do dia 22 de Maio de 1958, “ao cruzamento da estrada de Vila Real, vindo de Mirandela, acompanhado de mais de uma

²⁹⁰ A ementa deste almoço que teve Humberto Delgado como convidado de honra, foi devidamente impressa em papel timbrado do Hotel Tocaio e era composta por sopa camponesa, uma tortilha à transmontana como entrada, e, nos pratos principais, pescada dourada com puré de batata e vitela assada com arroz no forno. A sobremesa consistiu em fruta. Cf. Fundo: Manuel Mendes/ MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.20, na Fundação Mário Soares.

In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.20>, acedido em 23 de Abril de 2016.

²⁹¹ A notícia, com um breve programa da deslocação de Humberto Delgado a diversas localidades de Trás-os-Montes, estava no jornal *O Século* de dia 22 de Maio de 1958, mas foi praticamente toda cortada, como se verifica nas provas censuradas do jornal desse dia. Apesar de o carimbo dizer “autorizado com cortes”, apenas se mantem uma curta referência a uma sessão de propaganda em Chaves e desaparece todo e qualquer pormenor sobre o percurso que o candidato iria fazer. Cf. ANTT, Arquivo de O Século – provas censuradas de *O Século*, Cx. 186, 22 de Maio de 1958.

²⁹² *Idem*.

²⁹³ ANTT, Arquivo de O Século – provas censuradas de *O Século*, Cx. 186, 23 de Maio de 1958.

centena de carros”²⁹⁴. Uma extensa caravana de automóveis que foi aguardada no limite do concelho pelos membros da comissão concelhia da sua candidatura, no entroncamento do Jardim Público. Em pleno jardim, Delgado foi interpelado pelo capitão e comandante da polícia, que tentou impedir a passagem do candidato e lhe disse que tinha de tomar lugar no automóvel e fazer o trajecto de carro. Humberto Delgado retorquiu, indignado: “Arrede! Desde quando um capitão dá ordens a um General? Retire-se-me da frente pois eu vou bem a pé”²⁹⁵.

A comissão concelhia de Chaves era constituída por²⁹⁶:

- Padre João Vaz de Amorim
- Júlio Montalvão Machado – juiz desembargador
- José Alberto Rodrigues – advogado
- Francisco Costa Gomes – advogado
- Augusto Figueiredo Fernandes – médico
- Júlio Montalvão – médico
- Francisco Gonçalves Carneiro – advogado
- Álvaro Brasão Antunes – advogado
- José Guimarães – comerciante
- José Quintanilha Dias – comerciante
- António Costa - industrial

Em cortejo, Humberto Delgado percorreu a Rua de Santo António, aclamado pela população, que lançou muitas flores das janelas. Já no cemitério da cidade, e sempre correspondendo às saudações entusiásticas dos muitos que acorreram a cumprimentá-lo, Humberto Delgado depôs um ramo de flores nas sepulturas de destacados vultos republicanos, como o antigo Ministro António Granjo²⁹⁷, o General Ribeiro de Carvalho,

²⁹⁴ *A Voz de Chaves*, 29 de Maio de 1958. A Comissão Distrital de Chaves mandou fazer, a 18 de Maio, 3000 exemplares de um folheto em que anunciava a vinda do General Delgado à cidade, com os detalhes sobre o programa que o candidato lá iria cumprir. O documento convidava também à participação no jantar de confraternização em honra do General e no comício no Cine-Parque. Os pedidos de inscrição para o banquete e para a sessão solene deveriam ser feitos para a Rua da Misericórdia, 2. Cf. ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, SR NT 2800, PT3, p. 295.

²⁹⁵ História recordada por Frederico Delgado em 21 de Maio de 2008, na sessão que assinalou o cinquentenário da visita de Humberto Delgado e das Eleições Presidenciais de 1958. In <http://flaviense.blogs.sapo.pt/tag/humberto+delgado>, acedido em 3 de Novembro de 2016.

²⁹⁶ Esta constituição da Comissão Concelhia de Chaves é a que consta na p. 6 do jornal *República* do dia 25 de Maio de 1958.

²⁹⁷ Vulto da República, António Granjo foi também combatente voluntário em França, na Primeira Guerra Mundial. Pouco depois da sua morte surgiu a iniciativa de se erigir um monumento em honra do antigo Ministro da Educação. “Para isso foi aberta a respectiva subscrição, a maquete esteve exposta nas montras

Capitão Alfredo Chaves e família de Nicolau Mesquita, seguindo depois para a rotunda da Avenida dos Aliados, onde o candidato prestou homenagem e deixou quatro ramos de flores na base do Monumento aos Mortos da Grande Guerra – por onde passou, o candidato foi entusiasticamente aclamado num cortejo com milhares de pessoas, como demonstram as fotografias tiradas na Ponte Romana.

Pelas 20 horas realizou-se um jantar de homenagem a Humberto Delgado no Grande Hotel²⁹⁸. *A Voz de Chaves*, semanário que se intitulava defensor dos interesses da região e que faz um relato bastante elogioso da deslocação do candidato opositor a Chaves, regista a presença de perto de duzentas pessoas, já o jornal *Notícias de Chaves* relata que “assistiram algumas dezenas de pessoas”²⁹⁹. No Grande Hotel não houve qualquer discurso formal, que ficou reservado para depois da refeição, altura em que se realizou a sessão de propaganda eleitoral no Cine-Parque³⁰⁰, conhecida sala de espectáculos da região.

A sessão, marcada para as 21 horas e 30 minutos, contou com a presença de personalidades de todos os quadrantes da vida social, religiosa e política: sacerdotes, republicanos e monárquicos e teve lotação esgotada. A sala foi engalanada com colchas, bandeiras e cartazes de aposta na mudança onde se lia “Viva a Liberdade” e “Vamos ganhar as eleições” – uma sala “vistosamente decorada com as cores da bandeira nacional, a multidão não se cansou de aclamar o General, e de dar vivas a Portugal, à República e à Liberdade”³⁰¹.

Na mesa de honra, para além de Humberto Delgado, estiveram os velhos republicanos, Padre João Vaz Amorim, desembargador Júlio Montalvão Machado, Azevedo Antas, Francisco Costa Gomes e o secretário-geral da candidatura, o arquitecto Artur Andrade. Na sala estavam também representantes de todos os concelhos de Vila Real.

do comércio local”, mas a ideia acabou por não vingar provavelmente porque a quantia angariada “não atingiu a soma suficiente (...) Por essa razão, esses fundos foram transformados em papéis de crédito do Tesouro com o rendimento dos quais foi instituído um prémio que vem sendo distribuído anualmente ao aluno mais classificado da escola primária da sede do concelho, que também tem o nome daquele ilustre flaviense”. Cf. *A Voz de Chaves*, de 26 de Junho de 1958, p. 1.

²⁹⁸ O convite para o “jantar de confraternização democrática em homenagem ao Exmo. General Humberto Delgado, candidato independente à Presidência da República”, realizado no Hotel de Chaves, dava nota da ementa dessa noite: “Canja de Galinha, Filetes Dourados com salada à jardineira e Arroz de Forno com pastéis e presunto de Chaves, acompanhado de vinho tinto e branco da região e vinho do Porto. Nas sobremesas, para além de fruta variada, rolo recheado, queijo e marmelada”.

²⁹⁹ *Notícias de Chaves*, 29 de Maio de 1958.

³⁰⁰ Relato da sessão em <http://chavesantiga.blogs.sapo.pt/tag/humberto+delgado>, acedido em 19 de Dezembro de 2014.

³⁰¹ *A Voz de Chaves*, de 29 de Maio de 1958.

Usaram da palavra vários oradores não só desta cidade, como de terras próximas: Montalvão Machado, Francisco Costa Gomes, Gabriel Salazar (de Mirandela), Alexandre Faria (de Bragança), Francisco Carneiro, Camilo Botelho (de Alijó), Brasão Antunes e José Alberto Rodrigues. A censura deixou passar o balanço sobre esses discursos, onde pode ler-se que “os oradores que foram muito aclamados criticaram a política do Estado Novo”³⁰². Humberto Delgado encerrou a sessão e ficaram imortalizadas as suas palavras proferidas neste Cine-Teatro, jurando-se “pronto a morrer pela liberdade” – um discurso gravado por Júlio Montalvão Machado que é o único registo de som da campanha eleitoral que subsistiu até aos dias de hoje, depois de ter permanecido escondido e enterrado no jardim do desembargador durante várias décadas.

No seu discurso, Humberto Delgado falou sobre a circunstância de metade da população portuguesa viver da agricultura e chamou a atenção para os bairros em Chaves, onde a miséria existia e que os governantes deviam ver de perto. O candidato explicou que queria ser Presidente da República de um regime provisório e depois ir-se embora porque era “contra a tropa metida em política”, admitindo que nada havia para suceder a 30 anos de ditadura “senão um regime de força”, e questionando mesmo “como é que num país infantil do ponto de vista democrático, sem partidos organizados, completamente amorfo, louco, sedento de liberdade, se pensa que em 24 horas se podem fazer eleições gerais?”³⁰³ Significa que Delgado propunha no imediato a expulsão de Salazar do poder, mas, na verdade, não só não podia garantir o que viria a seguir, como não considerava que o país tivesse maturidade suficiente para suportar um regime que não fosse de autoridade e mão firme.

Neste discurso que faz perante a população de Chaves, Delgado tece fortes críticas ao regime em tom indignado, como é audível no único registo sonoro de que há registo da campanha do General: “Qual é o nome que merece um Governo que procede assim? Um Governo sem pudor! Um Governo mentiroso! Um Governo que não serve! Um Governo que tem que se ir embora. É que realmente nós estamos numas eleições livres em que infamemente, infamemente, desenhonradamente, despudoradamente, um Governo considera-se como detentor do País para a vida e para a morte. Eu pergunto, meus senhores, se acreditam que haja alguém no Governo português que tenha entrado onde eu fui com a minha filha. Se esses senhores entrassem num “bairro de lata”, se viessem a Chaves ver como sofre, se andassem nos bairros onde essa miséria existe, eles

³⁰² *O Século*, de 23 de Maio de 1958, p. 7.

³⁰³ *Público*, de 14 de Maio de 2006, p.16.

saberiam publicar leis e eles saberiam dar liberdade, mas eles governam-se só dentro do quarto. O que vale é que sabem que nós fartámo-nos. O País cansou-se de saber que o regime era bom dito só pela boca deles”.

A terminar o discurso, Humberto Delgado diz que “todos nós, cidadãos pacíficos de uma candidatura pacífica, queremos pacificamente conquistar a paz. Mas os esbirros do Governo, como têm visto, andam a chamar-nos subversivos nos jornais e a tratar-nos na via pública como malfeitores. Ninguém sabe, portanto, Minhas Senhoras e meus Senhores, onde isto pode ir ter. Há uma coisa, porém, que quero jurar aqui. Eu estou pronto a morrer pela liberdade!”³⁰⁴.

Os dois jornais locais mencionam uma sala “repleta de pessoas que vitoriam calorosamente o Sr. General Humberto Delgado”³⁰⁵, sendo que “todos os oradores foram muito aplaudidos e ovacionados durante os seus entusiásticos discursos”³⁰⁶.

No balanço da passagem por Chaves fica o registo de uma apoteótica recepção popular, apesar dos esforços e obstáculos do Presidente da Câmara Municipal, da União Nacional, e principalmente da repressão das forças policiais. “A sessão a que assistiram os representantes das autoridades locais, decorreu ordeiramente tanto na sala como à saída do público”³⁰⁷.

Na maioria dos concelhos de Chaves, o candidato da União Nacional ganhou as eleições, por margem folgada “embora em algumas freguesias se tenha registado a vitória do candidato independente, sr. General Humberto Delgado”³⁰⁸. Num total de 4581 votantes, Américo Thomaz recolheu 3395 votos, contra 1186 de Humberto Delgado.

5.2.2.6. O caso de Viseu

Em Viseu, a campanha ficou a cargo de Álvaro Monteiro, destacado republicano, que já tinha dirigido a campanha de Norton de Matos no distrito, em 1949.

Nascido em 1909, em Alhais, concelho de Vila Nova de Paiva, a pouco mais de 30 quilómetros de Viseu, foi na capital de distrito que Álvaro Monteiro frequentou o liceu e

³⁰⁴ In <http://flaviense.blogs.sapo.pt/tag/humberto+delgado>, acedido em 3 de Novembro de 2016 e *As Eleições de 1958 – Humberto Delgado na campanha do Norte*, p. 20.

³⁰⁵ *Notícias de Chaves*, de 24 de Maio de 1958.

³⁰⁶ *A Voz de Chaves*, de 29 de Maio de 1958.

³⁰⁷ *O Século*, de 23 de Maio de 1958, p. 7.

³⁰⁸ *Notícias de Chaves*, de 14 de Junho de 1958. De acordo com o quadro publicado em *A Voz de Chaves*, de 12 de Junho de 1958, p. 6, Humberto Delgado vence em 13 freguesias do concelho de Chaves: Arcossó, Eiras, Lamadarcos, Oucidres, Póvoa, Santa Leocádia, São Julião, S. Pedro Agostém, São Vicente, Soutelinho, Travancas, Vidago e Vilar.

instalou o seu escritório de advogado, depois de se ter licenciado em Direito na Universidade de Coimbra, em 1931.

Desde os tempos de estudante em Coimbra que se destacou como fervoroso republicano. Participou nas lutas estudantis e, no final dos anos 20, já fazia parte dos corpos gerentes do Centro Republicano Académico, “espécie de consciência crítica do Partido Republicano Português (Boavista, 1983: 747), que era liderado por Carlos Cal Brandão³⁰⁹.

Ligado desde cedo às organizações socialistas criadas na clandestinidade, Álvaro Monteiro foi fundador do Núcleo de Doutrinação Socialista nos anos 40, candidato pela oposição às eleições para a Assembleia Nacional em 1957, 1965 e 1969. Depois do 25 de Abril, foi fundador do Partido Socialista, eleito deputado por Viseu à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República (I Legislatura).

Em 1957 assinou uma petição dirigida ao Presidente da República intitulada “Representação dos Democratas Abstencionistas” e, poucos anos depois, foi preso pela PIDE por ter sido um dos subscritores do Programa para a Democratização da República, documento orientador da oposição ao regime, de 31 de Janeiro de 1961, divulgado em conferência de imprensa de 11 de Maio desse mesmo ano³¹⁰.

No seu currículo de oposicionista incluem-se participações activas no Movimento de Unidade Democrática (MUD), de que foi membro da Comissão Distrital de Viseu, tal como pertenceu à Comissão de candidatura do Almirante Quintão Meireles. Foi de igual modo subscritor e responsável pela comissão distrital de Viseu da candidatura do General Norton de Matos³¹¹ e procurador da sua candidatura às eleições para a Presidência da

³⁰⁹ Carlos Cal Brandão (1906-1973) - advogado e político do Porto. Fez Direito em Coimbra, cidade onde chegou com apenas 16 anos e onde liderou o Centro Académico Republicano. Cedo aderiu aos ideais republicanos e Ingressou na Maçonaria, tal como o pai e os dois irmãos, Silo e Mário. Lutador antifascista, fez vida profissional como advogado no Porto, esteve preso várias vezes e foi deportado primeiro para Cabo Verde, depois para Timor, onde se juntou à guerrilha lançada pelos australianos contra a ocupação japonesa de 1942. Regressou a Portugal em 1946, retomou a advocacia e empenhou-se na defesa de presos políticos nos tribunais da Ditadura. Participou no MUD e no MUD Juvenil, mas também nas campanhas presidenciais de Norton de Matos, Quintão Meireles e, sobretudo, na de Humberto Delgado. É de Carlos Cal Brandão a autoria da expressão “General sem Medo”, que utilizou quando apresentou o General Humberto Delgado, no comício do Porto, em 1958. Foi candidato pelo Porto à Assembleia Nacional nas eleições de 1953 e 1965.

³¹⁰ Este documento resulta de uma tentativa por parte da oposição democrática de se unir em torno de um programa comum, que, por um lado, reconhecia a crise do regime, por outro lado apresentava um compromisso ou base programática para a oposição que assentava no modelo da democracia de tipo ocidental. O Programa para a Democratização da República que teve dezenas de subscritores da oposição democrática, procurava aproveitar o impacto da campanha de Humberto Delgado e pretendia o “restabelecimento das liberdades públicas, da abolição da censura e de uma mais justa repartição das riquezas” (Rosas e Brito, 1996: 806).

³¹¹ Norton de Matos foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido, em 1929, e a Maçonaria revelou-se um dos apoios na candidatura do General nas eleições presidenciais de 1949, apesar de ter sido

República, à semelhança do que viria a suceder anos mais tarde com a candidatura protagonizada por Humberto Delgado.

Nesse final da década de 50, Álvaro Monteiro era um advogado de 49 anos, com carreira feita, homem respeitado no distrito de Viseu, conhecido membro dos meios republicanos e oposicionistas e, nessa qualidade, um nome evidente para liderar a campanha de Delgado a nível regional.

Unida por valores e ideais políticos, a oposição democrática estava, nalguns casos – sobretudo num meio pequeno como Viseu – ligada por elos familiares³¹² ou pela passagem por Coimbra de muitos dos seus membros. Do chamado grupo do Porto, principal responsável pela promoção da candidatura de Humberto Delgado, os irmãos Carlos e Mário Cal Brandão, a mulher deste último, Beatriz Cal Brandão e António Macedo, foram todos colegas de faculdade de Álvaro Monteiro, em Coimbra.

A maioria destes opositores ao regime partilhara igualmente uma outra experiência política: a participação activa na campanha do General Norton de Matos, em 1949, e continuaria, desde essa altura, a manter reuniões secretas sobre a actuação da oposição.

Esses encontros, nos quais Álvaro Monteiro também participava, não foram, no entanto, suficientes para ultrapassar um dos principais problemas com que a oposição se debatia, evidenciados na imagem 13: o facto de a oposição permanecer dividida, gerando um ambiente de desconfiança entre as diferentes facções, constituía uma oportunidade única para a União Nacional, que explorava tal situação em seu proveito.

oficialmente extinta pelo regime, em 1935. Uma boa parte dos membros da oposição democrática, tal como Álvaro Monteiro ou os irmãos Cal Brandão pertenciam todos às fileiras da Maçonaria, pelo que a estrutura poderá ter sido igualmente um dos apoios destacados na candidatura de Humberto Delgado nas eleições de 1958.

³¹² Encontra-se exemplo dessas ligações familiares na listagem de pessoas disponíveis para ajudar a candidatura de Humberto Delgado no concelho de Cinfães. A leitura atenta do documento, com data de 20 de Maio de 1958, onde constam os nomes dos membros da comissão concelhia e uma lista de pessoas de comprovada idoneidade para fiscalizarem o acto eleitoral, mostra que os mesmos apelidos se repetem em vários casos nas diferentes freguesias, indiciando pertença à mesma família.

Imagem 13

Troca de correspondência durante a campanha

Em 23 de Fevereiro de 1958, repensei na circular da proposta da candidatura de Dr. Santos Silva a minha opinião. Não posso - dos rendimentos da poupança - continuar a flagelar-me, eu não quero que a chama da fé se apague dentro do meu peito. Seja qual for a actividade da Comissão Organizadora, tu de resultas em nós. Os "Senhores" não nos deixam ir para a frente. Enquanto não se der uma mudança no quadro, tudo será inútil. O "fetiche" Salazar vive e só morre quando ele morrer. Depois virá a confusão e nós talvez nos aproveitar a oportunidade? Há uma grande falta de coesão nas nossas fileiras que eu não quero ver diminuir mas sim compensadas de que só um bloco de todas as forças adreitas nos poderiam dar a vitória. Até lá só um pensamento nos devia animar: União!

Fonte: Arquivo Pessoal de Álvaro Monteiro.

A questão da escolha do candidato presidencial a apresentar em nome da oposição, que se pretendia ficasse tratada com antecedência, acabou por se resolver tardiamente. Só perante a mobilização alcançada pela campanha de Humberto Delgado no terreno, nomeadamente no Norte do país, ficou acordada a desistência de Arlindo Vicente em favor de Delgado, que, na recta final da campanha, aglutinou finalmente o apoio de todos os sectores da vida nacional que se opunham ao salazarismo.

O espólio de Álvaro Monteiro é revelador do papel que este teve em todo o processo, chamado primeiro a participar em reuniões sobre a actuação da oposição e a escolha do nome do candidato, chamado depois a recolher apoios e assinaturas e, numa fase posterior, a fazer diligências, desempenhar tarefas e ultimar todas as burocracias e pormenores da candidatura de Humberto Delgado no distrito de Viseu.

O arquivo de Álvaro Monteiro mostra que o trabalho eleitoral nesse distrito foi feito em estreita colaboração com o Porto, região donde eram oriundos os 62 cidadãos proponentes da candidatura de Humberto Delgado – um grupo constituído essencialmente por advogados, comerciantes e industriais, que publicou um documento com as

justificações para apoiar o General e os quatro pontos que sintetizavam o programa do candidato independente.

Manuel Coelho dos Santos, opositorista do grupo do Porto e um dos elementos que endereçaram o convite a Humberto Delgado para se candidatar, conta no seu livro de memórias que desde o início Delgado acordara com os elementos do Porto que “a candidatura (que se pretendia, também desde o início, nacional) ficaria vinculada ao grupo independente do Porto” (Santos, 2013: 139). A análise dos documentos de Álvaro Monteiro permite confirmar isso mesmo e concluir que, em termos de organização interna da campanha de Humberto Delgado, foi a partir da cidade do Porto que se centralizou a informação e boa parte das decisões e das grandes directrizes.

Com os serviços de candidatura do Porto, Viseu tratou de assuntos como a constituição das suas comissões concelhias, pedidos das credenciais que permitiam exame e cópia dos cadernos eleitorais, mas também de propaganda do candidato e das remessas de bandeiras nacionais e outros motivos ornamentais para a sessão de apoio a Humberto Delgado. É ainda ao Porto que a comissão de Viseu comunica ter assegurada a distribuição em todos os concelhos do material de propaganda para a referida sessão³¹³.

Para além dos serviços de candidatura do Porto, com sede na Praça Carlos Alberto, havia uma comissão eleitoral para a zona norte, liderada por Mário Cal Brandão, funcionando numa outra morada, na Praça do Município. Esta comissão, que centralizava os serviços da candidatura de toda a zona norte do país, ficou responsável, entre outros assuntos, pela organização do quadro de delegados eleitorais a indicar oficialmente pelo candidato para o acto eleitoral – sendo também a estes serviços que Álvaro Monteiro recorreu para argumentar sobre as vantagens de uma ida de Humberto Delgado a Viseu, pedindo que fixassem dia e hora para uma sessão de propaganda e comunicando o programa da visita que o distrito tinha planeado para o candidato³¹⁴.

Fica, deste modo, evidenciada a existência de uma hierarquia, na qual a comissão eleitoral da zona norte surge no topo, ainda que formalmente não existisse “qualquer grau de hierarquia entre as diferentes comissões regionais”, conforme se lê na circular n.º 1 divulgada pela comissão de Viseu.

³¹³ Carta enviada pela comissão de Viseu aos serviços da candidatura do Porto, em 16 de Maio de 1958.

³¹⁴ Carta de Álvaro Monteiro para a comissão eleitoral da zona norte, de 18 de Maio de 1958. No documento são referidas as vantagens de uma sessão e recepção em Viseu como aquela que aconteceu no Porto, argumentando-se que tal evento poderia atrair as atenções do centro do país, designadamente de toda a Beira Alta. São sugeridas datas e horas de chegada e é pedida resposta urgente, de modo a garantir o aluguer do teatro e o tratamento atempado das formalidades necessárias exigidas pelas autoridades.

A campanha contou com comissões distritais (ou regionais), concelhias e de freguesias, o que demonstra a preocupação de actuar de forma descentralizada e muito próxima das populações.

Viseu, cujos serviços funcionavam no escritório de Álvaro Monteiro, trabalhava sobretudo com a comissão regional do Porto, gerindo toda a informação dos concelhos vizinhos e organizando a campanha a nível local, mas mantinha também relação estreita com Lamego. O advogado, em nome da comissão regional de Viseu, liderou todo o processo e endereçou pessoalmente convites, desafiando os seus correligionários a constituírem comissões concelhias, que Viseu veio a albergar.

A questão da organização interna e hierárquica da candidatura assume especial importância dada a circunstância de ela se ter concentrado num espaço temporal relativamente curto. Apesar de durante vários meses se ter falado no nome de Humberto Delgado para uma candidatura presidencial, esta só foi formalizada junto do Supremo Tribunal de Justiça na segunda quinzena de Abril. E, em Viseu, só nos primeiros dias de Maio se realizaram reuniões privadas para tomada de decisões relativas ao apoio a prestar à candidatura de Humberto Delgado³¹⁵, pelo que, a escassas semanas do dia das eleições, os serviços da candidatura encontravam-se ainda em organização um pouco por todo o país.

Em Viseu, sob a liderança de Álvaro Monteiro e com a ajuda de João Moreira de Campos³¹⁶, oficial da Marinha de Guerra aposentado, foi constituída uma comissão distrital, de que faziam parte destacados advogados, médicos e comerciantes da região:

- Álvaro Monteiro – advogado
- João Moreira de Campos – oficial da Marinha, aposentado
- Rogério Leitão Cardoso – médico
- António Vitorino Namorado – médico
- Rolando Rosa – advogado

³¹⁵ No arquivo de Álvaro Monteiro encontra-se uma convocatória, de 5 de Maio de 1958, assinada por João Moreira de Campos, oficial da Marinha aposentado, convocando-o para uma reunião privada a decorrer no dia 8 desse mesmo mês, às 21 horas, no *stand* da “Auto-América”, para ser tomada uma decisão relativamente ao apoio à candidatura de Humberto Delgado. Um outro documento, sem data, indica que a reunião se realizou e que foi deliberado, por unanimidade, o apoio ao candidato.

³¹⁶ João Moreira de Campos, natural de Tondelinha, era uma personalidade muito considerada no distrito de Viseu. Foi um dos republicanos históricos, compulsivamente reformado pelo Estado Novo em Maio de 1935. *Maçon*, membro do Directório Democrato-Social, integrou também o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF) e apoiou Norton de Matos, Quintão Meireles e Humberto Delgado nas eleições para a Presidência da República, tendo feito parte dos serviços de candidatura deste último, em Viseu. Foi preso pela PIDE no início dos anos 50 do século XX.

- João de Paiva Henriques – comerciante
- Adolfo dos Reis Amaro – comerciante
- Manuel Alexandre – comerciante
- Raul de Albuquerque e Castro

O escritório que Álvaro Monteiro mantinha em Viseu, situado na Rua do Comércio, no primeiro andar do n.º 69, foi sede distrital de campanha, inicialmente de carácter provisório, mas que acabou por se tornar definitiva e onde tomava boa nota de todos os recados Avelina, a secretária do advogado.

Em meados de Maio, a comissão eleitoral para a zona norte pediu a Viseu - com carácter de urgência – que indicasse nomes de eleitores dos diversos concelhos e freguesias do distrito que pudessem participar na campanha. Tal pedido só poderia ter resposta satisfatória e eficaz, graças à colaboração de interlocutores privilegiados, como Álvaro Monteiro, cidadãos que tinham um contacto próximo e um conhecimento real dos concelhos à sua volta, bem como dos oposicionistas que aí mantinham alguma actividade. Não era, no entanto, fácil encontrar quem aceitasse colaborar numa candidatura que afrontava o regime, com os riscos de perseguição, repressão e represálias que tal atitude podia implicar.

Viseu era, nos anos 50 do século XX, um meio bastante conservador, dominado pelo catolicismo, onde “a Igreja exercia uma forte pressão durante as homilias dominicais, chegando os párocos a ameaçarem com a excomunhão aqueles que apoiassem ou votassem no candidato Humberto Delgado” (Henrique e Ramalho, 2008: 15).

A questão da influência dos párocos é um aspecto frequentemente referido nas diferentes missivas enviadas a Álvaro Monteiro pelos seus companheiros de luta. A comissão concelhia de Castro Daire, em carta enviada a 25 de Maio de 1958, queixa-se de um padre que aproveitou a missa de domingo para recomendar o voto em Américo Thomaz e para falar de Humberto Delgado como uma pessoa hostil à Igreja, considerações que desagradaram ao remetente por considerar não ser a Igreja “um lugar próprio para qualquer propaganda política”.

A 10 de Junho, Adão Moreira Dias³¹⁷ escreve de Sernancelhe denunciando que “os padres, com raríssimas excepções, transformaram as igrejas em tablados políticos, atemorizando todo o católico que votasse no General de ter caído em pecado mortal”.

³¹⁷ Adão da Cruz Moreira Dias (1892-1978) trabalhou várias décadas para a Direcção-Geral da Fazenda Pública, ocupando diferentes funções, inclusivamente em São Tomé. Republicano e filho de um dos mais

Segundo o relatório elaborado pela comissão de Viseu, no rescaldo do acto eleitoral, “a influência do pároco com propaganda que atingiu raias do inverosímil (por exemplo, que a oposição ia acabar com as igrejas e com os padres; que estes seriam assassinados para depois venderem, nos talhos, a sua carne à razão de tanto por quilo, etc.) foi extraordinária; e contra ela não houve modo de lutar, já porque esta propaganda foi da última hora (depois do dia 4) já porque a oposição não tinha meios de rebater tamanhas falsidades”³¹⁸.

No balanço daquelas eleições, a intervenção do clero foi considerada decisiva para a vitória do candidato do regime, em “terras atrasadas, onde predomina a sotaina e o mundo do além”, onde os paroquianos eram “ameaçados com as penas do inferno”, como refere Mário de Almeida Pinheiro, de Mondim da Beira, em carta enviada a 17 de Julho de 1958. Dessa mesma carta consta a convicção de que “se não fossem os padres, nós aqui tínhamos vencido. Comparando o resultado com Lamego, a mesma convicção nos fica, o clero também lá entrou em acção”.

O próprio regime não se coibiu de elogiar publicamente o papel desempenhado pelos padres, em Viseu, durante o período de campanha eleitoral, tendo-lhes sido dedicadas palavras de especial saudação e agradecimento durante um almoço nacionalista organizado pelo Governador Civil de Viseu, Manuel Marques Teixeira. Este encontro serviu para reunir as várias personalidades da comissão distrital da União Nacional e os presidentes das câmaras municipais do distrito e festejar a vitória de Américo Thomaz nas eleições, agradecendo a colaboração de todos (incluindo a “actuação dedicada e viril da imprensa nacionalista do distrito”³¹⁹). Coube a Brito Dias, Presidente da Câmara Municipal de Resende, em nome dos restantes autarcas, referir a “colaboração que foi dada, embora por forma indirecta, pelos párocos das nossas aldeias”³²⁰.

A maioria das pessoas recusava manifestar-se contra o regime por receio de represálias e preferia ficar ao lado da União Nacional, opção mais fácil e segura, até porque “em terras pequenas conhece-se sempre a postura ideológica de cada um” (Henrique e Ramalho, 2008:15), o que implica riscos e ameaças, das quais dá prova o

antigos republicanos da região. Esteve com Norton de Matos nas presidenciais de 1949 e com Humberto Delgado nas eleições de 1958.

Colaborou com os serviços de imprensa britânicos, durante a Segunda Guerra Mundial, a pedido do Centro Britânico dos Serviços de Imprensa para auxiliar à propaganda da causa dos aliados. Cf. <http://sernancelhe.planetaclix.pt/index-Adao-Moreira-Dias-xx.htm>, acedido em 8 de Fevereiro de 2016.

³¹⁸ Relatório sobre as eleições no distrito de Viseu, com data de 18 de Junho de 1958.

³¹⁹ *Jornal de Viseu*, n.º 1163, de 21 de Junho de 1958.

³²⁰ *Idem*.

arquivo de Álvaro Monteiro. Alguns comerciantes de Castro Daire, por terem exposto fotografias de Humberto Delgado “nas montras dos seus estabelecimentos, foram acompanhados por agentes da PSP ao respectivo posto e obrigados a retirá-las”³²¹. Em Mondim da Beira, “os elementos da União Nacional andam furiosos, já me avisaram de que eu e mais um dos elementos da comissão seríamos presos. Não acredito, deve ser para lançar o medo. Felizmente sou como o nosso candidato, não tenho medo”³²².

Para quem trabalhava para o Estado, qualquer aproximação à candidatura da oposição seria uma fonte de problemas quase certa. O Director da Escola do Magistério Primário de Viseu reagiu, pois, com indignação ao convite que Álvaro Monteiro lhe endereçou para assistir à sessão de propaganda de Humberto Delgado, garantindo que só por engano poderiam ter convidado um católico e nacionalista como ele prezava ser, com repúdio pelo programa do General³²³.

O clima político que se vivia por esses dias na Beira Alta está bem retratado na troca de correspondência analisada, em especial nas várias cartas enviadas a Álvaro Monteiro por Adão da Cruz Moreira Dias, republicano de Sernancelhe, denunciando que o seu concelho está “eivado de salazarismo” e que na região, tal como no resto do país, se tem feito uma “política baseada no terror e na injúria e difamação” dos candidatos da oposição³²⁴.

As dificuldades estendiam-se igualmente ao seio da própria oposição que, no período oficial da campanha, como antes, mantinha querelas e divisões, as quais se traduziam num mal-estar indisfarçável, quanto ao que “se está passando entre nós – os oposicionistas. Ao menos uma rajada de bom senso nos una a todos para assistirmos em Viseu à sessão de propaganda do senhor General Humberto Delgado, e que o mesmo se repita quando vier o Dr. Arlindo Vicente”³²⁵.

Na reflexão feita por estes oposicionistas o facto de serem poucos era uma das adversidades que enfrentavam, à qual acrescia a falta de força com que se encontravam, provocada pelo desgaste de várias décadas de luta sem quaisquer resultados em matéria de liberdades, garantias e direitos, sendo necessário “levantar o ânimo de alguns (...) que

³²¹ Carta enviada, a 22 de Maio de 1958, pela comissão concelhia de Castro Daire à comissão regional do Norte (com cópia para a comissão de Viseu), comunicando inúmeras dificuldades que vinha encontrando.

³²² Carta de Mário de Almeida, de Mondim da Beira, com data de 20 de Maio de 1958.

³²³ Carta enviada por António Aires de Matos, Director da Escola do Magistério Primário, à comissão de Viseu, no dia 23 de Maio de 1958.

³²⁴ Carta enviada por Adão da Cruz Moreira Dias a Álvaro Monteiro, em 13 de Maio de 1958.

³²⁵ Carta enviada a Álvaro Monteiro por A. Rodrigues d’Albuquerque, de Mangualde, em 21 de Maio de 1958.

estão desmotivados”³²⁶, além de que “não se querem arriscar e tiram a conclusão de que há-de suceder como das outras vezes”³²⁷, isto é, que a oposição não conseguiria alcançar qualquer resultado prático com a sua luta.

A censura e a limitação no acesso aos meios de comunicação social, questão abordada no capítulo 2 deste trabalho, constituíam uma dificuldade acrescida para a candidatura de Humberto Delgado e para a publicitação da actividade desta. Aliás, como denuncia o relatório de 18 de Junho de 1958 sobre o acto eleitoral no distrito de Viseu, a desigualdade de oportunidades entre as duas candidaturas manifestou-se de forma evidente: desde o dia 4 de Junho não foi autorizada à oposição qualquer propaganda, não obstante alguns párocos terem feito campanha por Américo Thomaz, incluindo na véspera do dia das eleições. No próprio dia do voto, pela manhã, a União Nacional distribuiu listas³²⁸, acompanhadas de folhetos de propaganda.

Se na imprensa nacional, a oposição era praticamente ignorada, a imprensa regional, através do *Jornal de Viseu*³²⁹, optou pela hostilidade declarada quanto à candidatura independente de Humberto Delgado, tal como ilustra a imagem 14. O semanário que officiosamente funcionava como voz da União Nacional, não poupou nas críticas aos opositoristas do distrito, classificando-os como “representantes maçónicos do Vale de Viseu e representantes do anticlericalismo visiense”³³⁰, uma oposição “cujos cordelinhos são puxados pela franco-maçonaria, pronta a aliar-se com Moscovo para atingir os seus fins”³³¹.

³²⁶ Carta de Adão Moreira Dias, de Sernancelhe, enviada a 22 de Maio de 1958.

³²⁷ Carta de Adão Moreira Dias, de Sernancelhe, enviada 31 de Maio de 1958.

³²⁸ O *Jornal de Viseu* publicou inclusivamente nas suas páginas informações sobre os postos de distribuição das listas: sede da União Nacional, Avenida 28 de Maio, n.º 8 e 39 – primeiro, para a freguesia Ocidental de Viseu; Teatro Viriato, para a freguesia Oriental de Viseu. E prevendo a possibilidade de haver algum problema com os endereços, a União Nacional usou o jornal para apelar à população para que passasse pela sede da Comissão Concelhia da UN, onde seriam distribuídas as listas.

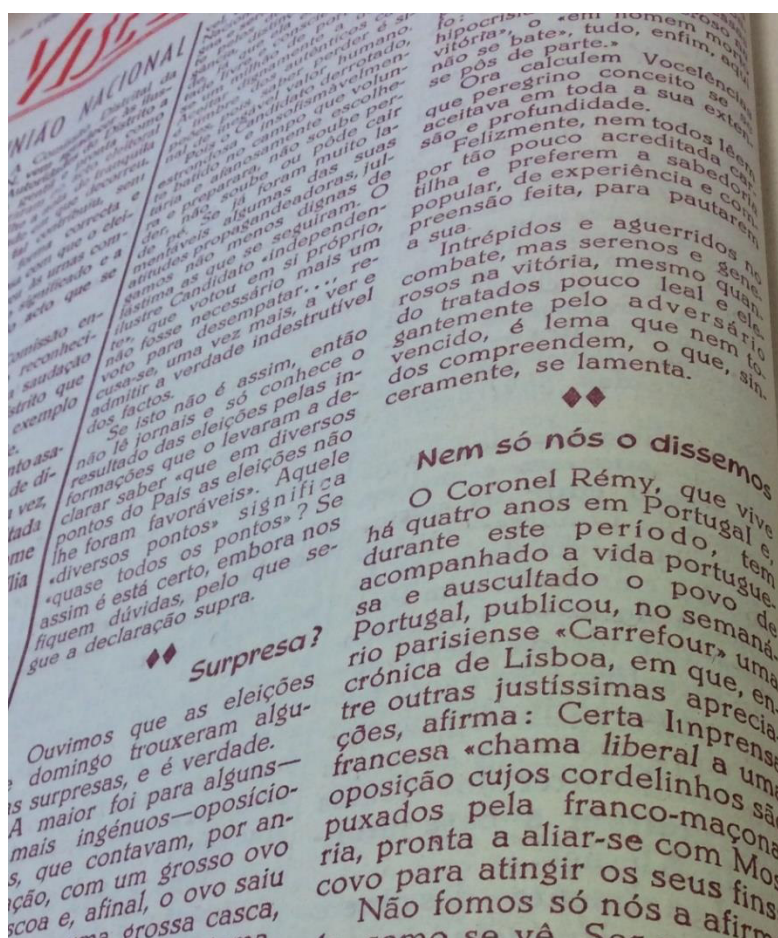
³²⁹ Entre Fevereiro de 1936 e Fevereiro de 1958, o *Jornal de Viseu* chamava-se *Política Nova*, uma operação meramente cosmética mudou-lhe o nome.

³³⁰ Carta de 29 de Maio de 1958 enviada por João Moreira de Campos ao Director do *Jornal de Viseu*, Armando dos Santos Pereira, pedindo direito de resposta no jornal e que este se retractasse.

³³¹ *Jornal de Viseu*, n.º 1162 de 14 de Junho de 1958, p. 8.

Imagem 14

A campanha de Humberto Delgado no *Jornal de Viseu*



Fonte: *Jornal de Viseu*, 14 de Junho de 1958.

Ao longo de várias semanas, o *Jornal de Viseu* publicou sucessivos artigos, nos quais apresentava Humberto Delgado como o candidato dos *maçons* e dos anticlericais à Presidência da República³³², recorrendo para o efeito a excertos da obra *Da Pulhice do Homo Sapiens*, escrita por Humberto Delgado na década de 1920, evocando as palavras do autor quando este aludia ao “magistral e cristão preceito maçónico que procuro sempre seguir”³³³ ou quando se referia ao facto de não cultivar qualquer religião, sendo-lhe indiferente um homem adorar “Deus, um corno ou um escaravelho”³³⁴.

Este, como outros momentos da vida de Humberto Delgado, são trazidos à colação para descredibilizar o candidato e apresentá-lo como pouco confiável – o jornal refere-se às promessas de subida de salários e diminuição de impostos por ele feitas como

³³² *Jornal de Viseu*, N.º 1157, de 10 de Maio de 1958, p. 1.

³³³ *Idem*, N.º 1158, de 17 de Maio de 1958, p. 8.

³³⁴ *Idem*, N.º 1159, de 24 de Maio de 1958, p.1.

impossíveis de cumprir, pelo que acusa Humberto Delgado de ser inconsciente ou burlão porque “o Sr. General sabe que não pode dar aquilo que promete – está, portanto, a mentir consciente e deliberadamente”³³⁵.

Ao elogio aos feitos e à obra “valiosa e extensa, honesta e patriótica”³³⁶ realizada por Américo Thomaz à frente da Pasta da Marinha, a imprensa regional contrapõe um candidato descrito como alguém que “perdeu a noção das conveniências e da justa medida”³³⁷. Para ilustrar isso mesmo, recupera uma história antiga, de Outubro de 1926, referente a uma alegada agressão com um cavalo-marinho, que Delgado, enquanto alferes, terá infligido a um outro militar, o sargento José de Figueiredo. A violência terá sido de tal ordem, descreve o jornal, que o sargento teve de receber primeiros socorros no hospital militar de Viseu – uma situação que causou grande indignação e que levou um grupo de civis e militares a subscrever um manifesto, no qual pediam ao Comandante Militar da Guarnição de Viseu, que tomasse as medidas apropriadas³³⁸.

Humberto Delgado é descrito como “um flamante olímpico de gesto (...) vergado ao peso de louvores”³³⁹, que “ficou tão curto de vista que supôs ter subido ao Olimpo” e que quer entrar na história como “o Messias dum sonho glorioso”, contando para isso com uma “claque forjada”³⁴⁰.

No balanço da campanha, a comissão de Viseu concluiria que a propaganda do candidato da União Nacional “residiu essencialmente num ataque soez aos elementos da oposição e ao seu candidato feito no seu órgão da imprensa local, o *Jornal de Viseu*”.³⁴¹

Também a rádio, fonte privilegiada de acesso à informação nos anos 50, tinha um papel importante a desempenhar.

Da campanha que os candidatos do Porto empreenderam, em 1957, para a Assembleia Nacional transitou um programa no Rádio Clube Português, chamado “Quarto de Hora de Verdade”, “ouvido por muita gente com ansiedade”³⁴² e que haveria de ser suspenso poucos dias depois, numa tentativa de controlar a propaganda de Humberto Delgado (Santos, 2013: 165). Da rescisão de contrato e suspensão do programa

³³⁵ *Idem*, n.º 1160, de 31 de Maio de 1958, p. 4.

³³⁶ *Idem*, n.º 1157 de 10 de Maio de 1958, 1ª página.

³³⁷ *Idem*, n.º 1159, de 24 de Maio de 1958, p. 8.

³³⁸ *Idem*, n.º 1159, de 24 de Maio de 1958 (1ª página).

³³⁹ *Idem*, n.º 1158 de 17 de Maio de 1958, p. 8.

³⁴⁰ *Idem*, n.º 1159 de 24 de Maio de 1958, p. 8.

³⁴¹ Relatório da comissão de Viseu sobre a forma como decorreu a campanha e o acto eleitoral no distrito de Viseu, com data de 18 de Junho de 1958.

³⁴² Carta enviada pela comissão concelhia de Tarouca (Mondim da Beira), em 20 de Maio de 1958 a Álvaro Monteiro.

se queixa Artur Andrade, da Comissão Regional do Norte, à direcção do Rádio Clube, exigindo condições de igualdade em matéria de propaganda radiofónica, mas sobretudo direito de resposta e um desmentido quanto a informações sobre a candidatura de Humberto Delgado que não correspondiam à verdade³⁴³, nas quais se dizia que em Castro Daire se tinha pago 5\$00 a cada criança para ir ver e aplaudir Humberto Delgado³⁴⁴ – declarações que a comissão de Viseu considerou como “inqualificável calúnia”³⁴⁵.

Ao mesmo tempo que se complicava a vida da oposição, o Emissor Regional de Viseu e a Emissora Nacional retransmitiam a todo o momento passagens do discurso do Presidente do Conselho.

A União Nacional tentava garantir por todos os meios que a população não chegasse a perder o medo, assustando os cidadãos e “envenenando a mentalidade de gente inculta e familiar das aldeias, aterrorizando-os”³⁴⁶. Uma das ideias que o regime tentava passar era a de que Humberto Delgado estava “à ordem da Maçonaria internacional de quem recebe milhares de contos para pôr a sua candidatura. A Maçonaria matou o rei D. Carlos e Sidónio Pais”³⁴⁷.

Uma das características da actuação da oposição em Viseu foi o cumprimento escrupuloso de todas as formalidades legais. Álvaro Monteiro comunicou ao Governador Civil de Viseu a constituição da comissão dos serviços da candidatura em Viseu e os nomes que dela faziam parte; fez o pedido formal para aceder aos cadernos de recenseamento eleitoral dos diferentes concelhos do distrito, referentes a 1957 e 1958, “a fim de extrair cópia deles, sejam fotográficas, sejam por registo de gravação sonora”³⁴⁸; pediu autorização para a realização da sessão de propaganda no Avenida Teatro, para vários oradores poderem intervir, comunicando ainda ao Governador Civil que as

³⁴³ Carta enviada pela comissão regional do Norte da candidatura de Humberto Delgado, em 19 de Maio de 1958, à direcção do Rádio Clube Português, onde também se denuncia que lhes foi dado a escolher “um muitíssimo limitado horário de emissões por estarem tomados os outros períodos de tempo, de que resultou que as horas dos nossos programas eram as menos convenientes e úteis para serem ouvidas por grande número de pessoas em que o programa estava a passar”. Os apoiantes do General repudiam declarações no sentido de qualquer gesto de generosidade da rádio em lhes ter aberto as portas, alegando que “cada emissão de 15 minutos nos custava, em média e com os encargos respectivos, a quantia de 800\$00”.

³⁴⁴ Carta de Mário de Almeida Pinheiro enviada a Álvaro Monteiro a 26 de Maio de 1958.

³⁴⁵ Comunicado da comissão de Viseu de 27 de Maio de 1958.

³⁴⁶ Carta de Adão Moreira Dias, de Sernancelhe, enviada a 31 de Maio de 1958, referindo-se à sessão de propaganda da União Nacional realizada, em Sernancelhe, na véspera.

³⁴⁷ *Idem*.

³⁴⁸ Carta de Álvaro Monteiro para o Governador Civil de Viseu, Manuel Marques Teixeira, de 14 de Maio de 1958.

entradas seriam feitas mediante bilhetes ou convites e deixando garantias de respeito por todas as disposições legais³⁴⁹.

A deslocação do candidato Humberto Delgado a Viseu ficou marcada para o dia 23 de Maio de 1958, uma sexta-feira, e está documentada na circular n.º 2, sem data, da comissão de Viseu, onde vários detalhes estão devidamente planeados: desde a presença de outras delegações, anúncio da sessão de propaganda, indicação de oradores para a mesma e para a cerimónia de recepção, pedido de envio de fundos para ocorrer às despesas – sobretudo para o aluguer do teatro – ou mesmo manifestações de apoio ao candidato nas localidades compreendidas no trajecto por ele seguido até à cidade. Tudo estava previsto, com um planeamento cuidado dos caminhos e estradas por onde devia passar, os respectivos horários e uma indicação expressa para evitar Santa Comba porque isso “poderia dar lugar a incidentes...”³⁵⁰.

Para que o programa pudesse ter sucesso, era necessário que fosse anunciado na imprensa a tempo e horas, pelo que a comissão de Viseu, não dispondo de qualquer meio publicitário, pediu à comissão eleitoral da zona norte e também à da Guarda que se ocupassem dessa tarefa.

O ponto alto da visita seria a sessão de propaganda, inicialmente pensada para decorrer no Liceu Nacional de Viseu³⁵¹, mas o local escolhido acabou por ser o Avenida Teatro³⁵², sala onde a população habitualmente assistia à exibição dos mais importantes espectáculos e sessões de cinema. O pedido de aluguer do espaço foi feito por Álvaro Monteiro a 14 de Maio e, logo no dia seguinte, a empresa Alberto Rodrigues respondeu-lhe, disponibilizando qualquer uma das datas propostas pela comissão de Viseu (entre 20 de Maio e 4 de Junho), apresentando as condições para o aluguer do espaço e pedindo

³⁴⁹ *Idem*, Manuel Marques Teixeira, de 19 de Maio de 1958.

³⁵⁰ Carta enviada por Álvaro Monteiro a Mário Cal Brandão, em 18 de Maio de 1958.

³⁵¹ Essa referência surge num rascunho com a letra de Álvaro Monteiro, sem identificação de data e riscado com uma cruz, como que invalidando essa hipótese, mas onde se lê ainda “pedir ao Senhor Ministro da Educação Nacional autorização para realizar no Liceu Nacional de Viseu uma sessão de propaganda”.

³⁵² O Avenida Teatro foi também o local escolhido pela União Nacional que ali realizou a sua sessão de propaganda poucos dias antes, a 18 de Maio de 1958. De acordo com o *Jornal de Viseu* de 10 de Maio de 1958, foram convidados “todos os nacionalistas, nomeadamente todas as autoridades políticas, civis e militares do distrito”, sendo os bilhetes requisitados na sede da União Nacional. O número seguinte do jornal, de 17 de Maio, lembrava que os “senhores Presidentes das Câmaras Municipais e das Comissões Concelhias da U.N. terão lugar nas duas primeiras filas”. Já depois de a sessão ter ocorrido, na edição de 24 de Maio de 1958, o *Jornal de Viseu* fez um longo artigo com uma descrição exaustiva da sessão e daqueles que estiveram presentes a assistir, incluindo os 23 presidentes dos municípios do distrito e os 24 presidentes das comissões concelhias da União Nacional. Num documento sem data, no arquivo de Álvaro Monteiro, pode ler-se que foi dito nessa sessão que “votar no Almirante Tomás é votar em Salazar”, o que, na opinião dos oposicionistas, tinha como leitura que o Presidente da República “não deve ser presidente de uma nação, mas o Chefe de Estado de uma facção política, ou seja, daquela que Salazar representa”.

celeridade na marcação da data, para que a empresa pudesse organizar o seu calendário de espectáculos cinematográficos.

A sala tinha capacidade para duas mil pessoas e o valor do aluguer foi de 5.000\$00, valor que englobava as despesas com o “pessoal, polícia e bombeiros, como se se tratasse de um espectáculo de cinema”³⁵³.

O passo seguinte seria, em menos de uma semana, promover o programa da visita de Humberto Delgado à Beira Alta, em especial a sessão no Avenida Teatro, disponibilizar bilhetes para o evento, tratar da propaganda necessária e organizar a mesa de oradores.

Um rascunho com apontamentos de Álvaro Monteiro elenca uma lista de assuntos a tratar com o Porto: confirmar se receberam o programa da visita e se tratam de publicitar esta última; se há comitiva do candidato, para reservar lugares no hotel; se a comitiva do Porto pode fazer-se representar em Viseu, com uma anotação à margem dizendo que “seria óptimo se assim sucedesse”; qual é a ocasião mais oportuna para afixação de cartazes, “agora já ou próximo ao acto eleitoral?” e se há acordo³⁵⁴. No mesmo documento, é pedido à comissão da zona norte que anuncie em comunicado o dia e a hora da sessão em Viseu e a lista dos locais onde se distribuem os bilhetes:

- Pastelaria Lisboa, Rua dos Combatentes da Guerra
- Adolfo Amaro, Rua Direita, Viseu
- Café Lunch Bar, Rua da Vitória
- João de Lemos Figueiredo, Rua Formosa
- Mário Matos (Pirolito), Rua Formosa
- Dr. Álvaro Monteiro, Rua do Comércio, 69, 1.º
- Manuel Alexandre, Rua Formosa

A circular n.º 3 da Comissão de Viseu divulgava, em 19 de Maio de 1958, essa mesma informação, indicando igualmente os locais onde os bilhetes podiam ser requisitados, quem podia ir buscá-los e apelando, a quantos pudessem, para que subscrevessem as listas de contribuição para as despesas de propaganda.

³⁵³ Carta enviada pela empresa Alberto Rodrigues a Álvaro Monteiro, com data de 15 de Maio de 1958.

³⁵⁴ Quanto a este ponto, não é especificado o assunto em causa, mas talvez possa ser uma referência ao acordo com a candidatura de Arlindo Vicente que, a 30 de Maio de 1958, viria a retirar-se e a dar apoio ao General Humberto Delgado.

Com carácter de urgência, Viseu pediu ao Porto remessa de material para ornamentação do palco, como uma fotografia em formato grande do General e bandeiras nacionais – material que se comprometia a devolver logo que possível.

Ao Governador Civil de Viseu foi enviado um pedido de autorização para serem oradores na sessão de 23 de Maio de 1958, às 21h30: Álvaro Monteiro, João José Gomes (advogado, da Guarda), Rolão Preto, Armando Lopes (advogado, de Mangualde), Augusto Lobo (comerciante, de Mortágua), José Francisco Lopes (advogado, de Tondela), José Inácio Coelho (advogado, de São Pedro do Sul), Mário Gomes da Silva (advogado, de Santa Comba Dão) e o General Humberto Delgado, que iria presidir à mesa. No palco estavam também previstos lugares para membros de comissões regionais de outros distritos³⁵⁵ e, assim sendo, na sessão no Avenida Teatro, em Viseu, estiveram no palco mais de 50 representantes das diferentes comissões.

A dois dias da sessão, a documentação consultada indica que foi feito o pagamento do aluguer do Avenida Teatro e que havia receio de a sessão ser proibida, pelo que a comissão de Viseu tentou salvaguardar junto da entidade gestora do teatro que, “se a sessão se não puder realizar, inclusive por determinação das autoridades, Vossas Excelências nos restituirão a importância do aluguer ora pago, com desconto, apenas, das despesas que vossas excelências forem forçados a fazer por virtude do mesmo aluguer”³⁵⁶.

As despesas da campanha eram matéria de preocupação para a comissão de Viseu, que pediu a amigos e apoiantes contributos e donativos para a causa, solicitação que recebeu resposta de diferentes pontos do distrito, como Cinfães³⁵⁷ ou Mortágua³⁵⁸.

O candidato chegou ao limite do distrito, ponte sobre o Rio Douro (margem esquerda) às 15 horas, onde o esperavam os elementos da comissão distrital de Viseu e da comissão concelhia de Lamego. A visita à Beira Alta seguiu num cortejo automóvel em direcção a Lamego, onde o General depôs um ramo de flores no monumento aos

³⁵⁵ Do mesmo modo, a comissão de Viseu também foi convidada, por exemplo, pela comissão de Braga, solicitando-lhe esta, em carta de 15 de Maio de 1958, que indicasse o número de pessoas com que pretendia fazer-se representar, de forma a serem assegurados lugares no palco (dada a falta de espaço na sala de espectáculos reservada para o efeito). Humberto Delgado acabaria por ser impedido de fazer campanha na cidade de Braga.

³⁵⁶ Carta enviada pela comissão de Viseu à empresa Alberto Rodrigues, a 21 de Maio de 1958.

³⁵⁷ Em carta enviada a Álvaro Monteiro, em 20 de Maio de 1958, a comissão concelhia de Cinfães refere que recolheram 990\$00 de donativos.

³⁵⁸ Em carta enviada a Álvaro Monteiro, em 20 de Maio de 1958, a comissão de Mortágua deixa a promessa de levar no dia da sessão no Avenida Teatro fundos para a comissão distrital e igualmente para a comissão central. Numa outra carta, com data de 26 de Maio de 1958, Mário de Almeida Pinheiro, da concelhia de Tarouca, refere-se às dificuldades para conseguir fundos para a propaganda, dizendo que “estamos numa terra, em que os habitantes só gostam de receber e nada dar, no entanto, os elementos daqui que foram assistir à sessão contribuíram à entrada no cinema para as continhas, com algumas centenas de escudos”.

Mortos da Grande Guerra. Aqui juntaram-se à comitiva dezenas de membros de comissões concelhias que vêm cumprimentar o candidato – comissões de Armamar, Tabuaço, Tarouca, Resende, Cinfães, São João da Pesqueira e Moimenta da Beira.

A paragem seguinte, por volta das 16h45 é em Castro Daire, onde Humberto Delgado recebe o apoio da comissão deste concelho, mas também das comissões de São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades. Um enorme cortejo automóvel segue pela Estrada Nacional n.º 2 (via Termas do Carvalhal) em direcção a Viseu, onde chega às 18 horas pela Avenida da Bélgica, Campo de Viriato e Avenida Navarro. Para além da comissão distrital de Viseu, aqui se juntam para os cumprimentos ao General as comissões da Guarda, Vila Nova de Paiva, Sátão, Penedono, Sernancelhe, Penalva do Castelo e Mangualde.

Serviu-se um jantar reservado para o candidato e para os membros dos serviços da sua candidatura, o qual antecedeu o momento alto da campanha em Viseu, que foi a sessão de propaganda a que já se fez referência.

Não há registo escrito nem sonoro disponível do discurso que Humberto Delgado fez na sua passagem por Viseu, mas as descrições da época confirmam “lotação completamente esgotada, não obstante a colocação de mais 200 cadeiras suplementares no vestíbulo do teatro”³⁵⁹. Na correspondência de Álvaro Monteiro há relato de um opositor da freguesia de Torredeita que sugeriu mesmo o envio de duas camionetas para ir daquela freguesia o maior número possível de pessoas à sessão de propaganda, “para provar a outros que também há quem compreenda a candidatura do HOMEM SEM MEDO”³⁶⁰.

Álvaro Monteiro falou em representação de todos os democratas e liberais do distrito. Um discurso longo, denunciando a carência de liberdades no país, que resultaram em malefícios com custo para a nação, como perseguições, “desprezo pela Declaração Universal dos Direitos do Homem disfarçado com uma «suficiente liberdade», dada a conta-gotas e de tantos em tantos anos!”, uma opinião pública forjada pela propaganda oficial e a “farsa periódica das eleições, apregoadas como livres e que na verdade mais não são do que uma máscara com a qual o Governo se apresenta nas assembleias nacionais”³⁶¹.

³⁵⁹ Relatório da visita de Humberto Delgado à Beira Alta, sem data, elaborado pela comissão de Viseu.

³⁶⁰ Carta enviada por José Seabra de Matos Abreu a Álvaro Monteiro, em 15 de Maio de 1958.

³⁶¹ O discurso está escrito à mão, pelo punho de Álvaro Monteiro, com algumas correcções à margem.

No mesmo discurso, Álvaro Monteiro elencou demoradamente os problemas do país, da lavoura, à economia, educação, artes e religião, mas insistiu sobretudo na questão política de fundo, manifestando-se contra a perpetuação de um regime de força inspirado nos casos da Alemanha, Itália ou Hungria, pedindo aos governantes que renunciassem aos métodos que vinham usando há 32 anos. Por fim, Álvaro Monteiro apelou à “pacificação da família portuguesa”, lembrando o exemplo de vida do seu pai, como homem de tolerância, de luta pela liberdade e pela República e que “nunca pactuou com ditaduras”.

Da visita do candidato a Viseu resultou também um relatório de quatro páginas, efectuado pela respectiva comissão distrital e que resume os pontos essenciais da passagem do candidato pelo distrito, onde chegou na tarde do dia 23 de Maio de 1958, esperado por 150 pessoas e por uma comitiva de 40 automóveis pertencentes aos serviços de candidatura, quer da comissão distrital quer das comissões concelhias.

No percurso da Régua até Lamego, foi visível um grande aparato policial, com ameaças de emprego de força, usando espingardas e metralhadoras e dispersando os carros, para que estes não pudessem ir todos juntos.

Em Castro Daire, ao final da tarde, uma multidão aguardava pelo General e a PSP interveio com moderação, apesar de ter ameaçado varrer a manifestação de apoio a metralhadora, caso necessário. Quase a chegar a Viseu, Humberto Delgado mudou-se para um carro descapotável, no qual chegou à capital de distrito, recebido por uma “enorme multidão”, segundo a expressão utilizada no relatório sobre a visita, onde também se deu nota da manifestação da Mocidade Portuguesa que a União Nacional organizou para a mesma hora e local – uma provocação que só não se traduziu em incidentes graças ao “espírito de civismo da população e da prudência desta comissão”.

As fotografias deste dia registaram também o momento em que os estudantes, quase todos do Liceu de Viseu, estenderam as suas capas para que Humberto Delgado lhes passasse por cima, um gesto carregado de simbolismo e guardado para ocasiões excepcionais. Uma homenagem que demonstrou publicamente o apoio dos jovens ao General, numa atitude de afronta ao regime³⁶². Os estudantes esperaram por Humberto

³⁶² Entre os presentes neste momento do estender das capas de estudantes estão Valentim Alexandre, António José Lopes Ribeiro, Luís Andrade, Rui Namorado, José Augusto Rocha, Jorge Teixeira, Luís Perdigão de Andrade, o poeta António Franco Alexandre (irmão de Valentim Alexandre), Joaquim Ortigão e António Carlos Gil Ribeiro. O relato é feito por Rui Namorado em <http://ograndezoo.blogspot.pt/2008/07/o-general-sem-medo-e-ns-html?m=1>, acedido em 4 de Março de 2016.

Delgado no Rossio e receberam-nos sob fortes aplausos e com uma bandeira nacional improvisada³⁶³.

Como aconteceu noutros pontos do país, Humberto Delgado depositou uma coroa de flores junto à estátua do soldado desconhecido, no Largo Mouzinho de Albuquerque, as quais lhe foram entregues por Luísa Pessoa³⁶⁴, filha de Manuel Cardoso Pessoa, médico na cidade, num percurso feito a pé, durante o qual os apoiantes do General entoaram “A Portuguesa”.

Apesar de os serviços de censura à imprensa terem impedido a publicação do programa da visita de Humberto Delgado, até os estudantes foram à sessão no Avenida Teatro³⁶⁵. Para além do candidato e de Álvaro Monteiro discursaram nessa noite os oradores já indicados: João José Gomes (advogado da Guarda); Armando Lopes (advogado, de Mangualde); José Francisco Lopes (advogado de Tondela); José Inácio Coelho (advogado, São Pedro do Sul); Mário Gomes da Silva (advogado, de Santa Comba Dão). No final, entoou-se o hino nacional.

Humberto Delgado dormiu em Viseu e, no dia seguinte, 24 de Maio, partiu de manhã para Aveiro com a sua comitiva, acompanhado também por alguns membros da comissão de Viseu, o que mostra como no distrito ninguém faltou à chamada para constituir comissões de apoio ao candidato oposicionista, conseguindo-se uma cobertura geográfica total, que abarcou todos os concelhos do distrito, sem excepção. A estratégia delineada passou por incluir os cumprimentos das comissões concelhias por grupos em diferentes paragens da comitiva: a maior parte no dia 23 de Maio, concentrada no percurso até Viseu e as restantes concelhias no dia 24 de Maio, depois de o General ter saído de Viseu novamente em cortejo automóvel, em direcção a Tondela – aqui foi recebido, junto ao

³⁶³ José Augusto Rocha, estudante do Liceu de Viseu e a partir de 1958, aluno da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, conta que ele e outros colegas, enquanto esperavam no Rossio pela chegada de Humberto Delgado, deram conta que não tinham qualquer bandeira, pelo que José Augusto Rocha foi à pressa à Casa Ernesto, que ficava ao cimo da Rua Direita, comprou um pano vermelho e outro verde e foi a casa, onde a mãe uniu os dois panos, cosidos numa máquina Singer. O pau da bandeira foi feito com um varão da passadeira das escadas retirado também no momento. Cf. <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/09/14/memoria-da-juventude-democratica-de-viseu>, acedido em 8 de Julho de 2015.

³⁶⁴ Há fotografias e relato da entrega do ramo de flores ao General Humberto Delgado em <http://ograndezoo.blogspot.pt/2008/07/o-general-sem-medo-e-ns-html?m=1>, acedido em 04-03-2016.

³⁶⁵ Há relatos que dão conta da presença de vários estudantes à noite, na sessão de propaganda do Avenida Teatro, como Rui Namorado, Valentim Alexandre, Jorge Teixeira, José Augusto Rocha, Carlos Gil Loureiro, Joaquim Ortigão, Raul, José Pessoa, Carlos Martins Pereira, António José Lopes Ribeiro, Fernando Madeira, José Sequeira, Amaral, Heitor Gomes. In <http://ograndezoo.blogspot.pt/2008/07/o-general-sem-medo-e-ns-html?m=1>, acedido em 04-03-2016.

Monumento aos Mortos da Grande Guerra, pelas comissões de Tondela, Santa Comba Dão, Mortágua, Nelas e Carregal do Sal.

O percurso foi meticulosamente calculado para a deslocação para Aveiro (sempre em cortejo automóvel) via Caramulo – 55 quilómetros ou cerca de uma hora e meia até Águeda, de acordo com os cálculos apresentados pela Comissão Distrital de Viseu no programa da visita que consta no arquivo de Álvaro Monteiro.

Terminada com sucesso a visita a terras da Beira Alta, as atenções concentraram-se a partir daí na questão da distribuição das listas, no âmbito dos procedimentos burocráticos necessários para o acto eleitoral. Desde logo, havia um horário pré-definido na secretaria do Governo Civil para poder examinar os cadernos ou deles extrair informação. Para tanto, era necessário haver credenciais passadas pelo candidato, documentos que se encontram no espólio de Álvaro Monteiro.

De Viseu seguiam notas de esclarecimento com as normas a cumprir para obter as credenciais e procurações necessárias para os cidadãos que iam representar Humberto Delgado; o guião para os eleitores e para quem ia fiscalizar as urnas; instruções para a cópia do recenseamento eleitoral do ano de 1957 e para a distribuição de listas nas diferentes regiões do distrito.

As instruções para as comissões distritais, concelhias e de freguesias sobre as listas a distribuir pelos eleitores – que pediam indicação de nome, profissão, morada e bilhete de identidade dos representantes de Humberto Delgado nas várias secções de voto – estão todas expressas numa circular dos serviços de candidatura de Humberto Delgado. Nesse documento tenta desdramatizar-se o voto no General e pedir que não tenham medo de votar “porque as listas de todos os candidatos à Presidência da República, são, por decisão do Ministério do Interior, todas impressas na mesma tipografia, no mesmo papel e com o mesmo tipo, e não podem, portanto, distinguir-se umas das outras”³⁶⁶.

Para todas as tarefas, a comissão distrital de Viseu contava com a ajuda das comissões concelhias e com a boa vontade de voluntários³⁶⁷ que, no entanto, não era suficiente para fazer face a todas as adversidades.

³⁶⁶ Circular dos serviços de candidatura de Humberto Delgado, com data de 26 de Maio de 1958.

³⁶⁷ Adão Moreira Dias, de Sernancelhe, diz a Álvaro Monteiro, em carta de 21 de Maio de 1958, que Mário dos Santos Sobral, engenheiro, pôs à sua disposição “o seu carro e a sua pessoa para irem às freguesias em propaganda”.

5.2.2.7. Aveiro

A 24 de Maio de 1958, Humberto Delgado deslocou-se a Aveiro. Chegou de automóvel, vindo de Viseu, tendo sido cumprimentado à passagem por Águeda pela comissão distrital da sua candidatura que era composta essencialmente por advogados e médicos:

- Júlio Calisto – advogado
- Manuel da Costa e Melo – advogado
- Horácio Briosa e Gala – médico
- Eduardo Sousa Santos – médico
- João Elísio F. Sucena – advogado
- Virgílio Pereira da Silva – advogado
- Manuel dos Santos Pato – médico
- Diamantino Pereira da Cruz – proprietário
- Augusto Chaves – advogado
- Alcides Monteiro – advogado
- Alberto Vidal – médico
- Amadeu Morais – advogado

Segundo o relato feito pela imprensa da época, passava pouco das seis da tarde quando o candidato chegou a Aveiro e, tal como aconteceu nos anteriores dias de campanha, Delgado foi esperado à entrada da cidade pela comissão distrital, mas também por uma multidão, que lhe dispensou “entusiástica recepção com vivas a Portugal, à República, à liberdade e ao candidato”³⁶⁸.

Para a organização do programa foi necessário, como aconteceu nos outros distritos, cumprir um conjunto de diligências, nomeadamente pedir autorização ao Governo Civil de Aveiro para que se realizasse na cidade uma sessão de propaganda de Humberto Delgado ou dar conta do programa que tinha sido delineado para o candidato cumprir naquela deslocação, para a qual precisava de uma ordem de serviço emitida pela PSP. Nesta região do país, a oposição mantinha relações cordiais com o então Governador Civil de Aveiro, Vale Guimarães, que ocupou o cargo de 1954 a 1959 e que mostrava alguma compreensão para com o trabalho da oposição, tendo-se comprometido a garantir que não

³⁶⁸ Jornal *O Século*, de 25 de Maio de 1958, p. 7.

seriam causados quaisquer atritos por parte da polícia - Costa e Melo, nas suas memórias, chama-lhe mesmo um “pacto cívico de não agressão” (Costa e Melo, 1988)³⁶⁹

Os serviços de candidatura de Humberto Delgado em Aveiro tinham estudado o trajecto do cortejo desde o Largo da Estação até ao hotel onde o General ficaria hospedado e asseguraram que o trânsito seria desviado da Avenida, de forma a deixar passar os carros da comitiva e a evitar complicações imprevistas no trânsito. “Os vivas ao «General sem Medo», misturados com os vivas à Democracia e à Liberdade, ecoavam na Avenida abaixo enquanto às janelas afluía gente, cada vez mais gente, receosa a princípio, afoita depois”.

Este percurso pela cidade foi feito de automóvel e acompanhado pela população que se lhe ia juntando. Perto do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, na Avenida Lourenço Peixinho, o General saltou do carro descapotável em que vinha e depositou no pedestal um ramo de flores vermelhas frescas. Outro ramo de flores seria deixado na base do monumento em memória dos aveirenses que sofreram pela liberdade, situado no Largo Melo Freitas.

Delgado ficou hospedado no Hotel Arcada, tendo saudado a população a partir da varanda, onde foi aclamado pela população aveirense.

Segundo os relatos dos jornais, toda a visita decorreu de forma ordeira e com total compostura cívica e o próprio candidato fez referência ao “policiamento perfeito, sem violências nem atropelos” (Costa e Melo, 1988)³⁷⁰ na sessão de propaganda a que presidiu nessa mesma noite.

O comício realizou-se no Teatro Aveirense, às 21 horas, com casa cheia. A sala e o palco estavam engalanados com bandeiras nacionais e com o retrato do General.

Nesta sessão, na qual o candidato teve ao seu lado a esposa³⁷¹, discursaram Manuel da Costa e Melo, Manuel Coelho dos Santos, Júlio Calisto, Rolão Preto e Olívio França. O último a discursar foi naturalmente Humberto Delgado, que apresentou a sua visão sobre o estado do país, apelando ao voto da mocidade e das mulheres. A maior ovação da

³⁶⁹ Citado in *Nova Renascença*, vol. XVIII, Inverno de 1998, pp. 28-29. No testemunho deixado por Manuel Costa e Melo fica patente que ele próprio combinou todos os detalhes com a polícia, inclusivamente relativamente ao trânsito e corte de ruas, para que a visita do General Delgado ocorresse sem incidentes nem repressão por parte da polícia local.

³⁷⁰ Citado in *Nova Renascença*, vol. XVIII, Inverno de 1998, p. 30.

³⁷¹ No palco ao lado do candidato e da sua mulher, Maria Iva Delgado, estavam igualmente Alcina Bastos, Adelaide Estrada, Pompeu Cardoso, José Rodrigues, Alcides Monteiro, Rodrigues de Abreu, João Elísio Lucena, Manuel das Neves, Virgílio Pereira da Silva, Alberto Vidal, Artur Andrade e um representante dos operários aveirenses, António Tavares.

noite aconteceu quando o General dedicou uma parte do discurso a agradecer às autoridades pela forma como foi recebido na cidade e pela justa acção da polícia³⁷².

Delgado dormiu no Hotel Arcada e seguiu para Lisboa apenas no dia seguinte, segunda-feira.

Por todo o distrito realizaram-se também sessões de propaganda sem a presença do candidato. Em Espinho, decorreu uma dessas sessões, no dia 26 de Maio de 1958, no Teatro São Pedro, organizada pela respectiva comissão de apoio à candidatura de Humberto Delgado³⁷³. O comício foi presidido por Francisco Vieira de Almeida e o Governo Civil de Aveiro autorizou-o, impondo para o efeito o cumprimento de várias exigências: entrada mediante bilhete, não haver transmissão para o exterior e presença de um delegado de autoridade.

Nesta sessão de propaganda em Espinho discursaram Amadeu Alves Morais, advogado e responsável local pela campanha, para além de Costa e Melo e José Oliveira Neves.

5.2.2.8. Caldas da Rainha

Humberto Delgado chegou às Caldas a 25 de Maio de 1958, vindo de Leiria, acompanhado por Eduardo Figueiredo e pelo responsável pela campanha nesta última cidade, Vasco da Gama Fernandes³⁷⁴. A Comissão Distrital de Leiria era, aliás, o ponto de contacto que fazia a interligação das diferentes concelhias daquela região – não havia contacto com o Porto, mas existia uma forte ligação à capital do país, aonde alguns dos nomes da concelhia das Caldas se dirigiam com frequência, quando eram chamados para reuniões no Directório Democrático-Social³⁷⁵.

³⁷² Manuel Costa e Melo, membro da Comissão Nacional da Candidatura de Humberto Delgado, conta nas suas memórias que o chefe Robalo, o agente responsável pela acção da polícia em Aveiro e que foi levado ao palco para ser cumprimentado por Humberto Delgado, tendo recebido uma enorme ovação por parte do público, foi reformado antes do tempo, provavelmente em consequência desta actuação durante a campanha eleitoral de 1958. In *Nova Renascença*, vol. XVIII, Inverno de 1998, p. 31.

³⁷³ A sede da candidatura de Humberto Delgado em Espinho funcionava na Rua 21, n.º 181, 1º andar.

³⁷⁴ Vasco da Gama Fernandes presidiu a uma sessão de propaganda da candidatura de Humberto Delgado realizada no dia 23 de Maio de 1958, no Pavilhão do Cinema, de Leiria. Assistiu grande multidão e nela participaram Serafim Lopes Pereira, José Ferreira Júnior, António Maldonado Freitas, Asdrúbal d'Aguiar, Acácio Gouveia e vários delegados das comissões concelhias, tendo-se ouvido muitas críticas ao Governo. Cf. *Jornal O Século*, de 23 de Maio de 1958.

³⁷⁵ Custódio Maldonado Freitas, em entrevista realizada, no âmbito desta investigação doutoral, em 22 de Junho de 2016, revela que o pai, António, fazia parte de uma “segunda linha” do Directório. Situação parecida com a que existia em Santarém, onde vários advogados tinham escritório e exerciam a profissão em Lisboa.

Nas Caldas, a campanha de Humberto Delgado foi dinamizada por nomes tradicionalmente ligados aos meios oposicionistas, como a família Maldonado Freitas, onde se destacava Custódio Maldonado Freitas, boticário, que pertencia à Carbonária e à Maçonaria. A farmácia deste, além de servir de ponto de encontro, era o local por excelência onde se conspirava.

Tal como noutros pontos do país, nas Caldas comemorava-se com entusiasmo o 5 de Outubro, com uma romaria de dezenas de pessoas que se deslocavam ao cemitério, colocando cravos e rosas nas campas e nos jazigos dos democratas, o que não raras vezes terminava em cenas de violência protagonizadas pela polícia³⁷⁶. Os herdeiros da Primeira República aderiam a todas as iniciativas da oposição, o que explica que parte da estrutura que se organizou na região para a campanha de Humberto Delgado tivesse já participado na campanha presidencial de Norton de Matos, uns anos antes. Era especialmente activo ao nível político o directório do Bombarral e de Alcobaça – e em todos estes locais foram constituídas comissões concelhias da candidatura de Humberto Delgado.

Na lista de nomes que compunham a comissão concelhia das Caldas da Rainha encontravam-se personalidades conhecidas da cidade, entre eles advogados, industriais, comerciantes e alfaiates:

- Asdrubal João d'Aguiar – advogado;
- António Maldonado Freitas – advogado;
- José Constantino Rosa – farmacêutico;
- Manuel Nunes Capataz Simão Caldeira – industrial de uma fábrica;
- Asdrubal Lisboa Ramos – guarda-livros;
- António Sousa Novo – comerciante, de Alcobaça
- Romão Vieira Amora – um industrial de vinhos de Torres Novas (da aldeia de Lapas);
- Joaquim Marques – comerciante;
- Félix Dias – sapateiro;
- Silvério Coelho do Amaral – alfaiate;
- Armando Ferreira Barosa – empregado da CECLA, escriturário contabilista³⁷⁷.

³⁷⁶ Entrevista de Custódio Maldonado Freitas, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 22 de Junho de 2016.

³⁷⁷ A constituição definitiva (é este o termo utilizado) da comissão de apoio à candidatura de Delgado nas Caldas da Rainha consta da primeira página do jornal *República* de 25 de Maio de 1958.

Em todo o caso tratou-se, no essencial, de uma organização muito espontânea, à base de trabalho voluntário. Cerca de 50 pessoas terão estado envolvidas na estrutura organizativa da campanha como operacionais da concelhia das Caldas da Rainha.

Humberto Delgado entrou na cidade pela recta de Tornada e atravessou a cidade até ao Hotel Lisbonense. Foi recebido em frente a este hotel e falou à população no primeiro andar, tendo como cenário um cartaz onde se lia que “O Medo acabou. Votai no General Humberto Delgado” (imagem 15). Dezenas de populares ouviram-no defender que aquele era o momento de dar voz ao povo e de as pessoas terem o seu destino nas mãos³⁷⁸ – declaração registada para a posteridade, num gravador artesanal, por dois homens do teatro amador, Carlos Garrido e Carlos Paniágua Feteiro, embora não tenha sido possível desvendar o paradeiro de tal registo sonoro³⁷⁹.

Imagem 15

Humberto Delgado em campanha nas Caldas da Rainha



Fonte: Iva Delgado (1998), fotografia 27.

³⁷⁸ Entrevista a Custódio Maldonado Freitas, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 22 de Junho de 2016.

³⁷⁹ A confirmação sobre a existência da gravação e o conteúdo da mesma foi confirmada por Custódio Maldonado Freitas, em entrevista telefónica em 22 de Outubro de 2016, realizada no âmbito desta investigação doutoral. A gravação, na posse da família Maldonado Freitas, encontra-se actualmente em parte incerta depois de o escritório de António Maldonado Freitas, advogado, ter sido assaltado.

O discurso e a saudação à população foi, no entanto, feito já depois desta sessão, a partir da varanda do Hotel Lisbonense.

Uma multidão acompanha-o de seguida no percurso a pé até ao largo, onde foi colocar flores na estátua da rainha D. Leonor. Um aglomerado de gente, onde se incluem mulheres e crianças, rodeia o candidato. O momento tem tudo de inédito, quer por haver tanta gente nas ruas, afrontando o regime, quer pela mensagem ousada que a candidatura fazia passar. Insistir na ideia de que “o medo acabou” era uma expressão muito categórica, surpreendente e, por isso, capaz de arrebatá-lo a população. Curiosamente, nas fotografias que assinalam a passagem do candidato pelas Caldas da Rainha, vê-se uma espécie de divisão entre os que dão a cara nas primeiras filas, imediatamente atrás de Humberto Delgado e aqueles que ficam atrás das grades do parque Rainha D. Leonor “para não serem apanhados directamente em fotografias porque depois havia represálias”³⁸⁰. Para as evitar, a propaganda da candidatura de Humberto Delgado era passada clandestinamente, de mão em mão, sem nada afixado, apesar de haver cartazes do candidato oficial do regime colados nas paredes.

A imprensa local estava, sem surpresa, totalmente alinhada com o regime e a *Gazeta das Caldas*, periódico que se publicava desde 1925, era um jornal situacionista que pouca ou nenhuma atenção dedicou à campanha do candidato independente.

O peso da Igreja também se fazia sentir, nomeadamente com um padre especialmente activo contra Humberto Delgado e que aproveitava o período da missa para fazer campanha pelo regime. Num tempo e num espaço em que as aldeias eram essencialmente matriarcais, o homem trabalhava a terra e a mulher geria o que à casa dizia respeito. Cabia ao pároco orientar os aldeões, influenciando as convicções políticas destes e o respectivo sentido de voto. E talvez a menor influência da Igreja em certas localidades possa explicar a vitória de Humberto Delgado em duas freguesias: Foz do Arelho e Serra do Bouro (zona de emigração, na costa, com uma população que desde os anos 30 viajava para os Estados Unidos e para o Canadá).

As consequências da campanha num meio pequeno, em que tudo se sabia, não se faziam esperar. Um dos comerciantes da região, Sebastião de Andrade, proprietário de uma loja de artigos de caça e pesca que funcionava em frente à antiga farmácia Freitas,

³⁸⁰ Entrevista a Custódio Maldonado Freitas, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 22 de Junho de 2016.

perdeu o negócio e ficou sem o material da loja por colaborar com a candidatura de Humberto Delgado³⁸¹.

As fotografias da passagem de Humberto Delgado pelas Caldas da Rainha foram feitas pelos fotógrafos da localidade: Fotografia Franco e Fotografia Paris, mas houve também um profissional do jornal *República* destacado para os comícios da campanha na região de Lisboa e que também se deslocou às Caldas da Rainha para fazer a cobertura fotográfica da campanha de Humberto Delgado³⁸². Há igualmente fotografias das imediações que mostram, por um lado, que a GNR tentou cortar algumas estradas³⁸³ para evitar que a população acesse a ver o General. Nesta zona do país, em Alfeizerão, há registo do candidato a cumprimentar as pessoas que o aplaudem junto à estrada por onde passa a sua caravana de carros da candidatura³⁸⁴ e o mesmo aconteceu na Estrada da Beira, por exemplo, no percurso que o General fez até Coimbra.

5.2.2.9. Santarém

Santarém foi sempre uma zona de oposicionistas ao regime, onde o sector liderado pelo Partido Comunista se destacava. No final dos anos 50, no entanto, um dos elementos mais conhecidos do partido na região era Humberto Lopes, destacado advogado, que acabou por não ter qualquer intervenção política na campanha de Humberto Delgado, uma vez que por esse tempo se encontrava preso. Aliás, o grupo que se constituiu para apoiar a candidatura de Delgado em Santarém não contemplava qualquer elemento comunista – era composto por ilustres advogados da região, como Joaquim dos Santos Martinho ou Manuel Ginestal Machado. Nenhum deles tinha ligação prévia a Humberto Delgado, unia-o apenas o facto de serem conhecidos oposicionistas que já tinham intervindo na campanha de Norton de Matos, em 1949.

Mesmo no período em que não decorria qualquer acto eleitoral, estas pessoas “mantiveram-se sempre ligadas”, o que significa que “nos intervalos em que não havia

³⁸¹ *Idem.*

³⁸² Entrevista telefónica a Custódio Maldonado Freitas realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 22 de Outubro de 2016.

³⁸³ Há imagens de pessoas à espera do General numa estrada cortada pela GNR na zona das Caldas da Rainha no livro que foi feito pela Câmara Municipal de Lisboa para a exposição “Humberto Delgado: O General sem Medo” (Câmara Municipal de Lisboa, 1995: 47).

³⁸⁴ Imagem do Arquivo Nacional de Fotografia, citada na nota anterior.

política, as coisas esmoreciam, mas quando chegava a altura das campanhas, as pessoas voltavam a juntar-se. Estas comissões transitavam³⁸⁵ e reconstituíam-se³⁸⁶.

Além dos advogados, vários comerciantes tiveram papel essencial, desenvolvendo as diligências necessárias para divulgar e pôr de pé a candidatura do General na zona de Santarém.

Ao contrário de outros distritos sobre os quais é praticamente impossível desvendar a forma como a candidatura foi conduzida e organizada, por já não se encontrarem vivas e/ou de saúde as personalidades que protagonizaram aquele momento da história, em Santarém dois testemunhos orais – de Edgar Nunes, único elemento ainda vivo da Comissão Distrital, comerciante com um estabelecimento comercial reputado e que tinha clientes não só de toda a região do Ribatejo, mas inclusivamente até de Coimbra; e de Joaquim Martinho da Silva, à época jovem advogado que presidia à comissão concelhia de Santarém – permitem-nos visitar com mais exactidão os detalhes sobre a estrutura organizativa nesta região do país.

A 14 de Maio houve uma reunião prévia para decidir o apoio a Humberto Delgado. Embora tenham existido algumas reservas por se tratar de um militar que vinha do regime, os republicanos dos concelhos de Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Tomar, Golegã, Torres Novas e Santarém decidiram por unanimidade apoiar Delgado e constituir comissões concelhias em todo o distrito, organizando desde logo a comissão distrital³⁸⁷.

A comissão distrital – que funcionava de forma oficial - era constituída por apenas cinco pessoas e não tinha propriamente um presidente ou um responsável único, mas dois: Ginestal Machado e Joaquim Santos Martinho. Era no escritório deste último que funcionava a sede distrital e onde todas as informações confluíam: aí se dirigiam as pessoas interessadas em ajudar, aí se davam instruções e para aí iam os cadernos eleitorais, a propaganda e os boletins de voto.

³⁸⁵ Entrevista a Joaquim Martinho da Silva, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 14 de Maio de 2016.

³⁸⁶ No *Correio do Ribatejo*, de 23 de Junho de 1995, Joaquim Martinho da Silva assina um artigo no qual explica como os oposicionistas estavam “praticamente arredados da vida política desde a campanha eleitoral de Norton de Matos” e que logo se reconstituíram as comissões que haviam de conduzir a campanha no distrito.

³⁸⁷ *Correio do Ribatejo*, de 23 de Junho de 1995.

A comissão distrital de Santarém era constituída por:

- Joaquim dos Santos Martinho – advogado
- Manuel Ginestal Machado – advogado
- Antunes da Silva – advogado de Tomar
- Edgar Nunes – comerciante
- Armindo Fernandes – comerciante /empresário, de Alcanena

Em estreita colaboração funcionava a comissão concelhia de Santarém, cujo responsável era Joaquim Martinho da Silva, que estabelecia o contacto directo com os concelhos, freguesias e lugares à volta da cidade. Era com ele que as pessoas iam ter a um gabinete que funcionava no escritório/sede da candidatura, propriedade de Joaquim Santos Martinho, seu primo e padrinho. Martinho da Silva recorda que “nas comissões concelhias muitas vezes havia apenas uma, duas ou três pessoas. Aqui por Santarém vinham ter comigo para tratar de tudo”³⁸⁸.

Havia ainda um importante elo de ligação com Lisboa, onde estava a estrutura central da campanha de Humberto Delgado, que eram dois advogados de Santarém, Eduardo Figueiredo e Eurico Ferreira – ambos com escritório na capital e pertencendo à Comissão Central da candidatura do General.

As tarefas das comissões que decidiram “dar a sua entusiástica e leal colaboração ao General Humberto Delgado”³⁸⁹ estavam bem definidas:

- Realizar sessões eleitorais, se possível com a presença do General;
- Divulgar o manifesto e demais literatura alusiva ao acto eleitoral;
- Copiar os cadernos eleitorais;
- Distribuir os boletins de voto.

O anúncio da vinda de Humberto Delgado foi feito com dias e horas diferentes, consoante os jornais (o *Jornal do Ribatejo* anunciou a sua visita como sendo na véspera e o *Correio do Ribatejo* noticiou-a só depois de ter acontecido), com a imprensa regional manobrada pela PIDE. Foi necessário as pessoas ligadas à oposição irem “pelas terras dizendo a informação certa”³⁹⁰.

³⁸⁸ Entrevista a Joaquim Martinho da Silva, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 14 de Maio de 2016.

³⁸⁹ *Correio do Ribatejo*, de 23 de Junho de 1995.

³⁹⁰ Entrevista a Joaquim Martinho da Silva, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 14 de Maio de 2016. Há um comunicado dos serviços de candidatura convidando os liberais a irem receber Humberto Delgado ao Largo Sá da Bandeira, às 11 horas, mas também alguma imprensa não anunciou previamente a vinda do jornal e apenas se referiu a esse facto posteriormente – foi o caso do *Correio do Ribatejo*, de 30

Ficou decidida a deslocação de Humberto Delgado a Santarém para uma sexta-feira, dia 30 de Maio, apenas para breves cumprimentos à população, atravessando o coração do Ribatejo até Tomar, onde o candidato ia almoçar – seguindo depois para a Covilhã e Guarda. Santarém era apenas um ponto de passagem, embora na cidade tenha decorrido dias depois, a 4 de Junho, uma sessão distrital da candidatura, sem a presença do candidato, no Teatro Rosa Damasceno, uma sala com 1400 lugares³⁹¹. Embora Santarém fosse a capital de distrito, foi em Tomar que decorreu uma sessão de propaganda com a presença do candidato – uma decisão da Comissão Central, em Lisboa.

Quanto à deslocação propriamente dita, a estratégia em Santarém em nada diferia daquela que foi aplicada no resto do país: um elemento do concelho – neste caso Joaquim Martinho da Silva – foi encarregue de ir buscar Humberto Delgado e de levá-lo até junto da comissão distrital. “Quando eu vi que o carro estava a chegar e não havia ninguém nas ruas fiquei um bocado aflito”³⁹². O General chegaria poucos minutos mais tarde, vindo do lado de Rio Maior, num carro descapotável e deslocou-se depois a pé.

Humberto Delgado apresentou-se à população no Largo Marquês Sá da Bandeira (conhecido também como Largo do Seminário). Chegou por volta do meio-dia, um horário nada inocente, já que aproveitava a pausa do almoço que as fábricas faziam precisamente a essa hora. À sua espera estavam os membros da comissão distrital, entre eles Edgar Nunes, que revela que poucos minutos antes de o General chegar só mesmo os elementos da comissão estavam no largo, o que lhes causou grande perturbação por pensarem que “o General vir a Santarém, capital do distrito, e não ter ninguém, era uma vergonha. Quando o carro do General parou junto ao mercado e ao jardim, em menos de três minutos apareceram milhares de pessoas no largo. E eu perguntava: onde é que esta gente estava?! Ninguém via uma pessoa na rua. Depois andei a documentar-me sobre o que aconteceu e percebi que havia ali uma oficina e um agente de automóveis da Fiat e que estavam lá dentro milhares de pessoas, tal como nos prédios do Largo do Seminário, com tudo apinhado. Quando o homem chegou, foi uma autêntica loucura”³⁹³.

de Maio de 1958, que já depois da passagem do candidato assinalou em escassas linhas que “o General Humberto Delgado depôs um ramo de flores no Monumento ao Marquês Sá da Bandeira”.

³⁹¹ Segundo Joaquim Martinho da Silva, houve também um comício da oposição, sem a presença de Humberto Delgado, em Alcanena, organizado pela comissão distrital. Realizaram-se várias sessões de propaganda eleitoral de Humberto Delgado no distrito de Santarém, sem a presença do candidato, mas com elementos da sua Comissão Nacional.

³⁹² Entrevista a Joaquim Martinho da Silva, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 14 de Maio de 2016.

³⁹³ Entrevista a Edgar Nunes, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 14 de Maio de 2016.

Homens, mulheres, crianças, operários, apareceram somente no momento da chegada de Humberto Delgado, ficando escondidos até ao limite, para não darem nas vistas.

No Largo Sá da Bandeira, Ginestal Machado falou em nome da Comissão para dar as boas-vindas ao General, este agradeceu em breves palavras, cumprimentou a população e deixou uma coroa de flores no Monumento ao Marquês de Sá da Bandeira, um liberal. A passagem do candidato por Santarém causou forte entusiasmo, “juntaram-se operários das oficinas e empregados de escritório. Era uma multidão”³⁹⁴, que continuou a aplaudi-lo mesmo já depois de Humberto Delgado ter entrado para o carro e que tentam furar o cordão policial montado pela GNR para se aproximarem e dizerem adeus ao candidato da oposição.

Durante os dias da campanha, os donativos foram chegando de diversos lavradores de Almeirim e de Alcobaça, de grandes comerciantes da região e de destacados elementos da oposição que davam dinheiro para a campanha, “havia sempre duas ou três pessoas, normalmente empresários, que davam o dinheiro e tratavam das despesas”³⁹⁵.

A propaganda disponível em Santarém vinha da Comissão Central, embora também houvesse alguns papéis e pequenos folhetos que se imprimiam clandestinamente em Santarém, numa tipografia, durante a noite. Havia sobretudo folhetos e alguns cartazes, mas nas paredes apenas havia cartazes colados do candidato do regime. O material de propaganda da oposição não podia estar livremente nas ruas, era distribuído “a certas pessoas e às escondidas, claro”³⁹⁶ e, por outro lado, “naquele tempo não havia muito material de propaganda. Era mais na base do passa palavra. E também não havia grande capacidade económica que permitisse entrar em grandes voos”³⁹⁷.

As pessoas ligadas à oposição acorriam para apanhar e conseguir ler o jornal *República* que chegava todos os dias a Santarém. A imprensa regional não fazia cobertura da campanha de Humberto Delgado nem divulgava as iniciativas que a integravam, mas mesmo nos meios mais rurais, as pessoas mais simples sabiam quem era Humberto Delgado “por causa do Chave d’Ouro e porque falavam umas com as outras. O principal canal era o boca-a-boca e não os jornais”³⁹⁸.

³⁹⁴ *O Mirante*, 30 de Setembro de 1998.

³⁹⁵ Entrevista a Joaquim Martinho da Silva, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 14 de Maio de 2016.

³⁹⁶ *Idem*.

³⁹⁷ Entrevista a Edgar Nunes realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 14 de Maio de 2016.

³⁹⁸ Entrevista a Joaquim Martinho da Silva realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 14 de Maio de 2016.

O semanário regional de Torres Novas, *O Almonda*, defende o voto em Américo Thomaz como o único que “garante a continuidade do trabalho na paz”, criticando Humberto Delgado como candidato que “aparece agora a discordar daquilo para que lutou, a dizer o contrário do que várias vezes disse anteriormente (...) é um candidato que não promete nada de agradável, a não ser a possibilidade da discórdia e do desentendimento”³⁹⁹.

Os relatórios enviados pelo chefe de brigada do Entroncamento, Hélder Alves, para a PIDE em Lisboa, actualmente disponíveis na Torre do Tombo, incluem uma lista exhaustiva com os nomes e profissões das pessoas que estiveram presentes quer na recepção no Largo Sá da Bandeira⁴⁰⁰, quer na sessão de propaganda do dia 4 de Junho, no teatro Rosa Damasceno⁴⁰¹.

Como aconteceu um pouco por toda a parte, foi difícil conseguir fazer a cópia dos cadernos eleitorais. Coube a Joaquim Martinho da Silva a tarefa de ir ao Governo Civil de Santarém copiar, à mão, as listas do distrito⁴⁰², ultrapassando os obstáculos que o secretário do Governo Civil lhe impunha, apesar de este o conhecer e de ser formado em Direito e conhecedor das leis. “Fazia-me estar meia hora ou uma hora à espera para começar. Aparentemente era para verificar os meus dados e a minha identificação, mas o objectivo era cortar-me tempo para eu não conseguir passar as coisas”⁴⁰³.

As dificuldades fizeram-se sentir também no que aos boletins de voto diz respeito. Não só as dificuldades mais evidentes, como a necessidade de conseguir papel de gramagem exactamente igual ao utilizado pela União Nacional (para que não ficasse automaticamente denunciado o voto num candidato contra o regime), mas também para conseguir assegurar o transporte em segurança dos boletins. Era necessário ir buscá-los à Comissão Central, trazê-los para a comissão distrital e fazê-los chegar às concelhias. Em reunião da comissão distrital deliberou-se ir buscar os boletins de voto a Lisboa numa sexta-feira de manhã, sendo que as eleições eram no domingo. Sabia-se que era habitual

³⁹⁹ *O Almonda* de 17 de Maio de 1958.

⁴⁰⁰ Relatório Extraordinário 26/58 S.R., de 16 de Junho de 1958.

⁴⁰¹ *Idem*.

⁴⁰² Segundo Joaquim Martinho da Silva, a primeira tentativa de cópia dos cadernos foi feita por um empregado do escritório de advogados que funcionava como sede da candidatura de Humberto Delgado em Santarém, mas acabou por estar mais de três horas à espera, para depois lhe dizerem que não era possível fazê-lo. Foi na sequência disso que decidiram que no dia seguinte seria Martinho da Silva a fazer nova tentativa. As dificuldades eram naturalmente intencionais, para tentar impedir a oposição de conseguir copiar os cadernos eleitorais, onde estavam inscritos 86.958 eleitores. Não era permitido passar à máquina nem usar gravador de som, pelo que a única hipótese era copiar à mão.

⁴⁰³ Entrevista a Joaquim Martinho da Silva realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 14 de Maio de 2016.

a PIDE mandar parar os carros e apreender os boletins, por isso, Edgar Nunes, suspeitando que alguém podia denunciá-los, combinou apenas com Ginestal Machado trazê-los no dia anterior ao previsto, mas sem avisar os restantes elementos da distrital para evitar fugas de informação. “Fomos buscar os boletins na quinta-feira e chegou tudo impecável. Depois de cá estarem, mandei, na sexta-feira, irem buscá-los a Lisboa, mas quando chegaram à Azambuja, a PIDE mandou parar e roubou os boletins todos. Qual era a finalidade? Era haver dificuldade na distribuição de boletins de voto, para as pessoas não poderem votar”⁴⁰⁴. Ainda assim, as remessas chegaram quer ao seu destino via CTT, quer ao escritório de Santos Martinho, onde muita gente se dirigiu para recolher o seu boletim, correndo riscos – neste escritório foi também montado “um sistema de contactos telefónicos que permitiam conhecer anomalias no acto eleitoral”⁴⁰⁵.

Quanto à Igreja, parece não ter tido influência de maior no distrito de Santarém. O facto só por si não explica um bom resultado eleitoral a favor do candidato da oposição, mas deve somar-se a um conjunto de circunstâncias onde se destaca a possibilidade de fiscalização das urnas em diversos locais, com delegados eleitorais em bastantes mesas (em especial à volta de Santarém) e o facto de se estar perante um meio tradicionalmente oposicionista. São factores que ajudam a explicar que Santarém tenha sido o distrito com melhor média percentual a favor de Humberto Delgado, mas onde pesou sobretudo uma circunstância rara no resto do país, “ter sorte com o Governador Civil”, Engenheiro Castro Reis, que não lhes dificultou a vida – como conclui Joaquim Martinho da Silva.

Entre os documentos consultados no arquivo de Álvaro Monteiro, de Viseu, está uma carta dirigida ao Presidente da República e à Nação, denunciando a fraude das eleições e onde é feita uma referência à sessão de propaganda realizada em Tomar a favor da candidatura de Humberto Delgado, em que foram oradores Antunes da Silva e Ginestal Machado que elogiaram o Governador Civil do distrito de Santarém, afirmando que concedeu à oposição “as mesmas regalias que ao candidato do Governo”. E concluem que, mercê “desse facto singularíssimo no país”, foi possível no distrito de Santarém copiar na íntegra os cadernos eleitorais e exercer fiscalização efectiva da votação, o que permitiu um “resultado único, correspondente a um caso único na metrópole: em Santarém e num grande número dos concelhos do distrito, a oposição ganhou”⁴⁰⁶.

⁴⁰⁴ Entrevista a Edgar Nunes, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 14 de Maio de 2016.

⁴⁰⁵ *Correio do Ribatejo*, de 7 de Julho de 1995.

⁴⁰⁶ Documento n.º 158 do arquivo de Álvaro Monteiro.

No resultado das eleições, Humberto Delgado foi oficialmente declarado vencedor no concelho de Santarém e em vários outros concelhos vizinhos (ver tabela 1):

Tabela 1
Resultados oficiais no distrito de Santarém

Concelho	Resultado obtido por Humberto Delgado
Alcanena	72,4%
Almeirim	77,9%
Alpiarça	83%
Cartaxo	68%
Rio Maior	51,2%
Santarém	53,4%

Fonte: *Correio do Ribatejo*, 7 de Julho de 1995.

Em Abrantes, distribuíram-se algumas listas, sobretudo na cidade, já que nas freguesias era mais complicado. Mesmo assim, várias freguesias receberam listas de Humberto Delgado e o General ganhou no Tramagal e em São Miguel de Rio Torto⁴⁰⁷.

6.2.2.10. Guarda

Foi já no final do mês de Maio que Humberto Delgado visitou a Guarda, vindo da Covilhã, onde foi recebido de forma entusiástica pelos operários, numa altura em que a campanha do General continuava a arrebatar multidões e que o regime tentava minimizar os efeitos do entusiasmo suscitado por um candidato em claro confronto com o Estado Novo⁴⁰⁸.

Na Guarda, os padres utilizaram as homilias para condenar fortemente Delgado, o que assustou a população das aldeias⁴⁰⁹, fazendo com que estas não se tenham deslocado à cidade para ver o candidato opositor. Apesar disso, uma caravana eleitoral com

⁴⁰⁷ De acordo com os dados oficiais divulgados no *Jornal do Ribatejo* de 12 de Junho de 1958, Delgado obteve ainda 35% em Abrantes, 36,6 % em Tomar e 34,2 % em Torres Novas. Cf. *Correio do Ribatejo*, de 7 de Julho de 1995.

⁴⁰⁸ Terá sido nesta altura da visita à Covilhã e Guarda que a comitiva de Humberto Delgado ficou a saber que a sede da candidatura, em Lisboa, tinha sido assaltada.

⁴⁰⁹ Carlos Esperança, in <http://ponteeuropa.blogspot.pt/2014/04/a-cidade-da-guarda-e-campanha-de-.html>, acedido em 4 de Março de 2016.

largas centenas de pessoas esperava por Humberto Delgado que, acompanhado pela mulher e pela filha Iva, saudou a população a partir da varanda do Hotel Turismo, antes de ir depor um ramo de flores vermelhas no Monumento aos mortos da Grande Guerra.

O candidato foi homenageado no passeio público e no Campo da Pátria, em frente ao Hotel Turismo, onde as comissões concelhias e distrital da Guarda lhe ofereceram um beberete e entrou no hotel aclamado e envolto nas capas de um grupo de estudantes. Todos juntos cantaram “A Portuguesa” e no final Delgado foi ovacionado⁴¹⁰, à semelhança do que vinha acontecendo em todas as localidades por onde passava.

Neste distrito, a estratégia do regime passou por evitar, de forma dissimulada, que uma parte da população pudesse ir ver o General. Foi o que aconteceu com os alunos do Liceu Nacional da Guarda (com excepção daqueles que embora perseguidos, não obedeceram às ordens), como testemunha um então aluno do 5º ano - conta que nessa manhã de 30 de Maio de 1958, foi lido, em todas as turmas do liceu, um aviso que anunciava a obrigatoriedade de uma explicação por parte dos encarregados de educação cujos filhos faltassem às aulas da tarde. O aviso anunciava também uma palestra obrigatória depois do período das aulas, facto que nunca antes tinha acontecido e que aparentemente não voltou a suceder – os alunos recordam que foi a única palestra que ouviram enquanto por lá andaram.

À saída das aulas, as portas do liceu ficaram fechadas e os contínuos encaminharam os alunos para o ginásio, onde ficaram encerrados a ouvir uma palestra sobre a peça de teatro “Quem tem farelos?” de Gil Vicente. “Exaltadíssimos e impacientes, os segundos pareciam intermináveis. Nesse instante entrou um contínuo, parou respeitosamente e, a um olhar interrogativo do Ferreirinha (o professor de Português), comunicou: já se foi embora! Saiam, ordenou o orador, perplexo e enxovalhado. E nós corremos a saber o que tinha sido a tarde lá fora e a respirar o ar de que a ditadura queria privar Delgado”⁴¹¹.

Os relatos desse dia dão conta de violência exercida sobre a população junto ao memorial aos mortos da Grande Guerra, no Jardim José de Lemos; um estudante

⁴¹⁰ Cf. Provas censuradas do jornal *O Século* de 31 de Maio de 1958.

⁴¹¹ Crónica “A cidade da Guarda e a campanha de Humberto Delgado”, in Centro de Documentação 25 de Abril, pasta Comunicados e Panfletos/Eleições Presidenciais 1958. Num outro blogue, “Duas ou Três Coisas” do antigo Embaixador Francisco Seixas da Costa, que assistiu à campanha de Delgado em Vila Real quando tinha apenas 10 anos, conta-se novo episódio sobre as manobras de distração levadas a efeito na Guarda, com o reitor do Liceu a inventar uma competição desportiva amigável num sábado, que obrigou meninas e meninos a participarem, com a ameaça de falta de castigo a quem não respondesse à chamada. O testemunho é de uma então menina que, aos 14 anos, ousou saltar pela janela do ginásio e torceu um pé ao fugir, que nunca esqueceu “o sentimento de injustiça pela convocação num sábado para desporto extracurricular e o número de polícias a dirigir o trânsito” – In <http://duas-ou-tres.blogspot.pt/2016/02/aeroporto-humberto-delgado.html>, acedido em 3 de Novembro de 2016.

conhecido por “Zé Grande” colocou a sua capa nos ombros do General Delgado e os polícias, de cassetete em riste, reagiram de imediato. Os alunos que foram identificados em fotografias seriam perseguidos pela polícia e suspensos do liceu pelo reitor Rabaça.

As fotografias mais conhecidas da passagem de Humberto Delgado pela Guarda foram tiradas pelo fotógrafo Armando, sendo que a PIDE não teve acesso ao espólio dele, mas apenas a outras fotografias, através das quais conseguiu identificar inúmeras pessoas, vítimas de repressão na sequência da sua participação na campanha oposicionista.

Humberto Delgado saiu da Guarda depois do almoço, rumo à Covilhã, e seguiu para Castelo Branco, onde chegou às 18 horas⁴¹².

6.2.2.11.Coimbra

“Após a digressão pela Beira Baixa e vindo da Guarda, chegava Delgado a Coimbra em 31 de Maio, cerca das 19 horas, já com a unidade consolidada e proclamada publicamente, aqui se reforçando de modo decisivo a fase em que, conforme essa proclamação, as candidaturas passaram a «trabalhar em conjunto»”⁴¹³.

A deslocação de Humberto Delgado a Coimbra assinalou o primeiro momento em que a oposição pôde mobilizar-se toda para uma só candidatura. Curiosamente, já a 12 de Abril se tinha realizado uma reunião com cerca de 25 representantes dos democratas dos concelhos mais politizados do distrito de Coimbra ”para tratar da organização distrital da campanha, mas “não era grande a receptividade dos responsáveis locais da candidatura de Humberto Delgado aos esforços de unidade feitos pelos de Arlindo Vicente”⁴¹⁴.

Desde Março pelo menos que no distrito de Coimbra existiam movimentações em favor de uma candidatura oposicionista às eleições presidenciais de 1958. Se alguns como Fernando Valle se comprometeram inicialmente com o apoio a Cunha Leal⁴¹⁵, que não viria a formalizar a candidatura, a linha comunista fez avançar o advogado e artista plástico Arlindo Vicente, que a 23 de Maio realizou um comício no Teatro Avenida e cuja sede funcionava numa ampla garagem, num rés-do-chão da Rua da Alegria, N.º 81-83

⁴¹² Cf. Provas censuradas do jornal *O Século*, de 31 de Maio de 1958.

⁴¹³ *Nova Renascença*, n.º 67, vol. XVIII, parte II, Inverno de 1997, p. 45.

⁴¹⁴ *Nova Renascença*, vol. XVIII, parte II, Inverno de 1998, p.42.

⁴¹⁵ Recorde-se que existiram inclusivamente banquetes de apoio ao lançamento da candidatura de Cunha Leal, que, apenas a 18 de Abril, declarou que não seria candidato. Fernando Valle foi convidado para integrar a Comissão Nacional Pró-Candidatura de Cunha Leal e teria de o apoiar se ele a tivesse formalizado.

que tinha sido inicialmente destinada a sede de candidatura de Cunha Leal em Coimbra – só numa fase posterior enveredaram pelo apoio a Humberto Delgado.

Indiferentes a essas movimentações políticas, centenas de pessoas que no seu dia-a-dia não tinham qualquer espécie de envolvimento na política quiseram ir ver de perto Humberto Delgado, que vinha da Guarda para Coimbra pela Estrada da Beira.

O advogado Fernando Lopes, conhecido como um dos principais líderes da oposição em Coimbra, liderava a Comissão Distrital da candidatura de Humberto Delgado e há vários anos disponibilizava o seu escritório para as diligências necessárias à organização de diferentes campanhas da oposição. A sede da candidatura do General passou a funcionar, embora pouco activa, na Rua Corpo de Deus, n.º 56 – 1.º andar.

Da comissão distrital de apoio de Coimbra faziam parte:

- Fernando Lopes – advogado e presidente da Comissão distrital
- José Ferreira – advogado e vice-presidente da Comissão Distrital
- Alcides Oliveira – tenente-coronel aposentado
- Alfredo Pires Miranda – médico
- Alfredo da Silva Gomes – advogado
- Almeida e Costa – antigo inspector do ensino primário
- Alves Correia – comerciante
- António Joaquim Baptista Guedes – advogado
- Arménio do Amaral Ferreira – farmacêutico
- César Alves – comerciante
- Fernando Valle – médico
- Floro Lobo Henriques – comerciante
- José Maria Fernandes – professor aposentado
- José Tavares dos Santos Silva – conservador do registo civil, aposentado)
- Manuel Leite da Silva – médico
- Manuel Montezuma de Carvalho – doutor em Medicina
- Raul Gaspar de Oliveira – comerciante
- Raul Madeira – médico
- Roque Paim – advogado⁴¹⁶

⁴¹⁶ Com excepção de Fernando Lopes e José Ferreira, os restantes nomes constam de uma notícia de *O Primeiro de Janeiro*, citada por Fernando Madaíl, p.217.

A correspondência pessoal de Fernando Valle, líder da concelhia de Arganil, consultada pelo seu biógrafo, Fernando Madaíl, permite concluir que, à semelhança do que acontecia com o advogado Álvaro Monteiro, de Viseu, também no distrito de Coimbra existiam fortes ligações a destacados organizadores da campanha a Norte. Assim, Fernando Valle escreveu a António Macedo, do Porto, indicando uma lista dos nomes das pessoas da região de Arganil que estavam dispostas a apoiar a candidatura de Humberto Delgado e a assinar um documento que Macedo lhe teria enviado para o efeito, definidos pelo remetente da carta como “os garantes da região”. Nessa missiva pede que os documentos da candidatura que vão saindo lhe sejam enviados e também para Manuel Monteiro, de Lagares da Beira⁴¹⁷. Em correspondência trocada com o advogado e amigo Eduardo Ralha, que pertencia no Porto à comissão de imprensa e propaganda, pergunta-lhe se pode presidir a uma eventual sessão de propaganda em Coimbra, uma vez que Moura-Pinto não o poderá fazer. Pede-lhe igualmente cópias do manifesto de apoio a Delgado e outros papéis de propaganda⁴¹⁸.

É também Fernando Valle que sugere os nomes das personalidades que considera mais sonantes para serem oradoras no comício que iria ter lugar em Coimbra, considerando que seria prestigiante ter Francisco Vieira de Almeida (representando a Universidade de Lisboa *versus* Coimbra) e Jaime Cortesão. Temas como os convites para a sessão de propaganda, as listas ou os cadernos eleitorais são também tratados na carta que Valle envia no final do mês a Almeida e Costa, com a indicação de que se trata de assuntos que têm de ser considerados a tempo.

Fernando Valle escreve ao próprio Humberto Delgado sobre variados pormenores regionais, mas sobretudo para lhe transmitir uma convicção: a de que é preciso aproveitar “a dinâmica gerada no Porto, com a multidão compacta a saudá-lo” (Madaíl, 2004: 219).

Como em quase todo o país, manteve-se a estratégia do líder da distrital ir esperar Humberto Delgado ao limite do distrito. Uma comitiva liderada por Fernando Lopes, onde também estavam Quirino Sampaio e Albino Anselmo Vaz recebeu o candidato no lugar de Chamusca da Beira, concelho de Oliveira do Hospital. Humberto Delgado vinha em comitiva e formava um longo cortejo automóvel, onde se juntavam já apoiantes das duas candidaturas que agora actuavam em comum e em prol do sucesso de um só candidato.

⁴¹⁷ Carta enviada por Fernando Valle a António Macedo, a 2 de Fevereiro de 1958.

⁴¹⁸ Carta enviada por Fernando Valle a Eduardo Ralha, a 14 de Maio de 1958.

Não muito longe deste local, na Moita da Serra, o líder da concelhia de Arganil, Fernando Valle, prestigiado médico, e muitas outras pessoas, aguardavam pelo candidato e pela respectiva comitiva para daí seguirem, pela Estrada da Beira, até Coimbra.

A comissão concelhia de Arganil era constituída pelos seguintes elementos:

- Alberto Moura Pinto – antigo juiz de Direito, Ministro, deputado da Nação (Coja-Arganil)
- Adolfo Correia da Fonseca – médico (Coja-Arganil)
- Augusto da Costa Ferreira – industrial (Arganil)
- Fernando Valle – médico (Arganil)
- Manuel Monteiro – jornalista e proprietário (Lagares da Beira)
- Quirino Sampaio – médico (Lousã)
- Rui Manuel Cardoso do Vale Correia da Fonseca – advogado (Arganil)

Na Lousã, a comissão concelhia de apoio à candidatura de Delgado teve como presidente um antigo deputado e advogado, José Maria Cardoso, e em Góis, o Engenheiro António Melão da Rocha Barros, dispunha-se a actividades em favor do General.

À passagem de Delgado pelas diferentes localidades, a população acorria a ir espreitar entre a curiosidade de ver de perto o homem que tinha dito “Obviamente Demito-o” e a incredulidade perante tal afronta.

Jaime Marta Soares, antigo dirigente do PSD e durante quase 40 anos Presidente da Câmara de Vila Nova de Poiares, tinha à época 15 anos e conta como centenas de pessoas se juntaram no entroncamento de Poiares para ver passar o General e a sua comitiva. “Lembro-me de haver pessoas com uma bandeira nacional feita com um pau de feijoeiro e de lá ver toda a gente da terra, dos mais abastados aos mais humildes. Depois apareceram dois jipes da GNR e indivíduos da PIDE à civil, todos armados e a tentar meter medo, mas ninguém arredou pé. Foi uma manifestação espontânea e muitos de nós ainda fomos atrás da caravana, à boleia, porque soubemos que ele estava para ser recebido em Coimbra por milhares de pessoas e queríamos ir ver”⁴¹⁹.

Na cidade, para além da população em geral, a intelectualidade e a comunidade académica esperavam em peso pelo candidato. Vários folhetos dirigidos “Ao Povo de

⁴¹⁹ Entrevista a Jaime Marta Soares, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 17 de Julho de 2015. O entrevistado revela também que houve uma grande mobilização por parte dos elementos da União Nacional que inauguravam bombas “onde as pessoas iam buscar água, postes de electricidade, uma estrada aqui outra ali (...) e aos sábados de manhã mobilizavam os miúdos todos por escolas” para a Mocidade Portuguesa.

Coimbra” e assinados pelos “democratas de Coimbra” davam conta que o General chegaria ao Largo Miguel Bombarda (conhecido como Largo da Portagem), sábado, dia 31, às 19 horas⁴²⁰. Um outro folheto distribuído pela comissão distrital da candidatura, em Coimbra, apresentava o “ilustre candidato independente, tão nobre como prestigioso cidadão”, convidando a “população liberal e democrata de Coimbra” para a sessão no Teatro Avenida⁴²¹.

Para o sucesso desta deslocação de Humberto Delgado foram determinantes não só os serviços de apoio à candidatura, mas também teve papel importante Alberto Vilaça⁴²², advogado e destacado dirigente comunista, que estava à frente da campanha distrital de Arlindo Vicente. Manteve-se a agenda que estava previamente desenhada pela candidatura do General, embora a acção directa dos elementos até aí afectos à candidatura de Arlindo Vicente se tenha revelado essencial para o sucesso da deslocação de Humberto Delgado a Coimbra, tendo em conta que a PIDE montou um cerco policial à entrada da cidade para tentar impedir que o candidato ali cumprisse as suas acções de campanha. Só uma adaptação rápida de percurso (numa acção destemida e rocambolesca, como adiante se detalhará) permitiu salvar a situação.

Manuel Louzã Henriques, à época jovem estudante de Medicina na Universidade de Coimbra e quadro do Partido Comunista, conta que estava planeado Humberto Delgado entrar na cidade pelo lado do Parque e ir para o Hotel Astoria, onde se iria hospedar depois da sessão de propaganda no Teatro Avenida, mas surgiram agentes da PIDE na passagem de nível do bairro do Calhabé para bloquear o trânsito e “para impedir a passagem da comitiva, e foram os jovens estudantes, nomeadamente Manuel Ramalho Gantes que, conhecendo bem a zona, conseguiram iludir a polícia. Seguiram por ruas paralelas e conseguiram recuperar o trajecto e chegar ao Largo da Portagem”⁴²³. Alberto Vilaça descreverá esse momento como “uma vertiginosa perseguição de automóveis e desvio

⁴²⁰Centro de Documentação 25 de Abril, pasta Comunicados e Panfletos/Eleições Presidenciais 1958 (espólio Rui Pato).

⁴²¹ Centro de Documentação 25 de Abril, pasta Comunicados e Panfletos/Eleições Presidenciais 1958 (espólio Rui Pato).

⁴²² Alberto Vilaça (1929-2007), advogado. Era um dos mais antigos membros do PCP em Coimbra, onde militou desde 1949. Fez Direito na Universidade de Coimbra, onde foi dirigente da respectiva Associação Académica de Coimbra. Pertenceu aos conselhos de redacção das revistas *Via Latina* e *Vértice*. Desenvolveu sempre intensa actividade antifascista. Integrou as comissões centrais do MUD Juvenil e do MND e participou na campanha de Arlindo Vicente e de Humberto Delgado em Coimbra. Foi preso seis vezes pela PIDE. Depois do 25 de Abril foi eleito para a Assembleia Municipal da cidade, ao longo de sucessivos mandatos.

⁴²³ Entrevista a Manuel Louzã Henriques, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 10 de Julho de 2016.

mediante voltas e reviravoltas através de ruas secundárias com enorme declive, à maneira dos filmes policiais norte-americanos”⁴²⁴.

Uma memória guardada também por Iva Delgado, que ia dentro do carro a acompanhar o pai, e que se recorda da chegada a Coimbra: “A cidade estava rodeada de pides, mas o meu pai conseguiu entrar quando uns jovens estudantes desceram umas pequenas escadas num *Volkswagen*, pegaram no meu pai e levaram-no”⁴²⁵. O objectivo da polícia política era não só afastar Delgado da multidão, mas também ganhar tempo para fazer correr o boato de que o General, afinal, já não viria a Coimbra (Madaíl, 2004: 220).

Humberto Delgado foi recebido por uma enorme multidão na Avenida Navarro e no Largo da Portagem, no coração da cidade, fez o percurso até ao Hotel Astória, onde se instalou – aí mais uma vez a PIDE tinha um cordão policial montado, “GNR a cavalo, que avançou sobre as pessoas e houve e fez várias tentativas para tentar dispersá-las”⁴²⁶. Sucede que tinha poucos homens e que Manuel Louzã Henriques mobilizou um grupo de amigos que jogava *rugby* na Académica, o qual enfrentou a polícia e conseguiu romper o cordão. Uma massa anónima de povo queria vitoriar Humberto Delgado, que ia saudando todos, agradecido com a aclamação que lhe iam fazendo⁴²⁷.

O momento alto viria a ser aquele em que o General falou à população, subindo “ao parapeito da varanda do Hotel Astória, em risco de se despenhar de uma altura de vários metros e aclamado em unísono por arlindistas e delgadistas”⁴²⁸.

Seguiu-se um jantar com elementos das duas candidaturas no Hotel Astória, mas também com membros das comissões distritais de Aveiro e Vieira de Leiria – no decorrer do evento Humberto Delgado foi também informado pelo inspector Porto Duarte de que, se fosse a Braga no dia seguinte, conforme estava previsto, seria preso – as autoridades alegavam que a sua visita iria perturbar os festejos religiosos da Senhora do Sameiro.

⁴²⁴ Testemunho de Alberto Vilaça em *Nova Renascença*, vol. XVIII, parte II, Inverno de 1998, p. 45.

⁴²⁵ Entrevista de Iva Delgado realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 2 de Junho de 2014. Iva Delgado diz que foi um *Volkswagen*, mas Alberto Vilaça num testemunho sobre a campanha garante que era um pequeno *Dauphine*. Cf. *Nova Renascença*, vol. XVIII, parte II, Inverno de 1998, p. 45.

⁴²⁶ Entrevista a Jaime Marta Soares, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 17 de Julho de 2015.

⁴²⁷ Fernando Madaíl cita Alberto Vilaça para relatar que o conhecido inspector-adjunto da PIDE, José Barreto Ferraz Sachetti, julgando Delgado já desviado para outro lado da cidade, ficou sem perceber nada e foi visto “para gozo dos manifestantes, na varanda do Governo Civil, sobranceira à Portagem, em patéticos gestos de desespero e de irritação”. Cf. Fernando Madaíl, *Fernando Valle. Um Aristocrata da Esquerda*, p.223.

⁴²⁸ Testemunho de Alberto Vilaça em *Nova Renascença*, vol. XVIII, parte II, Inverno de 1998, p. 45.

O comício realizou-se à noite, no Teatro Avenida, cuja proprietária era uma opositora ao regime⁴²⁹, e foi anunciado “em pequenas folhas volantes, neste caso duas emanadas ainda separadamente de ambas as candidaturas”⁴³⁰. Os dois folhetos indicavam a hora e o local da chegada, convidando à comparência dos entusiastas. A sessão, cuja entrada foi feita mediante convite⁴³¹, teve casa cheia e houve milhares de pessoas na rua que não conseguiram um lugar, mas que queriam ver de perto o General. No palco, um enorme retrato de Humberto Delgado, bandeiras nacionais, um busto da República e dísticos alusivos à Democracia, à República e à Liberdade criavam o cenário. Sentados os membros das comissões distrital e concelhia, ficaram na mesa de honra Francisco Vieira de Almeida, Manuel Montezuma de Carvalho, Rodrigo Abreu, Vasco da Gama Fernandes, Fernando Lopes, Major David Neto, Maria Isabel Queirós Marques e Mário Silva (filho).

A sala estava toda “engalanada com muitas bandeiras nacionais, panejamentos verde-rubros, retratos do candidato e grande número de dísticos com incitamentos à luta democrática”⁴³². Na plateia, nomes de peso como Paulo Quintela ou Miguel Torga, a quem se prestou homenagem.

Quando o candidato surgiu no palco, para presidir à sessão, além das aclamações redobradas e vivas à República, entoou-se o hino nacional. Intervieram várias personalidades, tendo sido Fernando Lopes, o primeiro a discursar. Das suas declarações, o *República* destacou a convicção de que “o nosso movimento triunfará porque tem atrás de si o povo de Portugal”⁴³³.

Falou em seguida o Major David Neto, um dos tenentes que intervieram no 28 de Maio e que sublinhou a importância desse movimento. A análise da situação económica e cultural do país coube ao historiador Jaime Cortesão, enquanto o mandatário nacional

⁴²⁹ Judite Mendes de Abreu (1916-2007), professora de liceu era proprietária da empresa Teatro Avenida. Integrou o MUD e foi apoiante da candidatura presidencial de Norton de Matos. Depois do 25 de Abril, Judite Mendes de Abreu seria indigitada presidente da Comissão Administrativa da Câmara da Figueira da Foz de 1974 a 1976 e foi eleita Presidente da Câmara de Coimbra, cargo que exerceu entre 1976 e 1979. Apesar da sua ligação à oposição, o Teatro Avenida acolheu, em 1958, não só a sessão de propaganda de Humberto Delgado, mas também a do candidato do regime.

⁴³⁰ Testemunho de Alberto Vilaça em *Nova Renascença*, vol. XVIII, parte II, Inverno de 1998, p. 45. Vilaça testemunha que também o comício que Arlindo Vicente realizou na cidade, antes da desistência em favor de Delgado, foi anunciado através de pequenas folhas volantes.

⁴³¹ O convite para a sessão no Teatro Avenida trazia indicação dos oradores que iriam usar da palavra durante o comício e indicava que o convite dava entrada na sessão de propaganda de Humberto Delgado. In Centro de Documentação 25 de Abril, pasta Comunicados e Panfletos/Eleições Presidenciais 1958 (espólio Rui Pato).

⁴³² *República*, de 1 de Junho de 1958.

⁴³³ *Idem*.

da candidatura, Francisco Vieira de Almeida, se deteve não só sobre a situação do país e os direitos cerceados, mas também sobre o ensino.

Seguiu-se no uso da palavra Vasco da Gama Fernandes, que fez uma “análise do significado da candidatura do sr. General Humberto Delgado na actual conjuntura política portuguesa e dirigiu um apelo à juventude e à necessidade da paz civil”⁴³⁴. Rolão Preto manifestou-se convicto na vitória e o jornalista José Ribeiro dissertou sobre as liberdades cívicas.

Por último, Humberto Delgado dirigiu-se em especial aos jovens e aos trabalhadores e ao direito de cada um ter as suas opiniões, criticando “os métodos usados pelo regime ditatorial vigente para impor à Nação os seus indiscutíveis pontos de vista e indiscutíveis porque se supõem intangíveis”⁴³⁵.

A sessão foi encerrada com a assistência de pé, a cantar “A Portuguesa” e com uma enorme ovação ao candidato.

No distrito, os concelhos mais politizados eram Coimbra, Condeixa-a-Nova, Soure, Cantanhede, Figueira da Foz, Arganil e Montemor-o-Velho. O líder da comissão distrital, Fernando Lopes, tinha contactos em Lisboa e daí recebia directrizes, mas quer a comissão distrital, quer as comissões concelhias “tinham que ter uma certa autonomia porque naquela altura se não tivessem, também não se fazia nada”⁴³⁶.

A rede de contactos de que dispunham os apoiantes de Humberto Delgado foi decisiva, nomeadamente na questão das listas. Veja-se o caso de Arganil, onde foi possível distribuí-las a tempo porque o grupo estava muito bem organizado e a rede de contactos e fidelidades do médico da vila era extensa, “não se esqueça que o meu pai era médico aqui em Arganil há uma data de anos, tinha uma rede de contactos enorme. As pessoas vinham, tocavam à campainha, ninguém sabia quem era. Era aparentemente mais um doente que chegava! E o doente podia levar listas”⁴³⁷.

Em Coimbra, como no resto do país, os jornais defendiam a situação, na rádio as notícias sobre a candidatura da oposição eram inexistentes e, dessa forma, “era tudo escondido, as pessoas diziam umas às outras”⁴³⁸ o que se passava, e assim se divulgavam

⁴³⁴ *Idem.*

⁴³⁵ *Idem.*

⁴³⁶ Entrevista a Mário Valle, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 10 de Julho de 2016.

⁴³⁷ *Idem.*

⁴³⁸ Entrevista a Jaime Marta Soares, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 17 de Julho de 2015.

as novidades sobre a campanha. Nalguns casos “punham-se panfletos por baixo das portas”⁴³⁹.

No distrito de Coimbra, o candidato do regime conquistou 35 119 votos e Humberto Delgado registou 14 594 votos. No concelho de Coimbra, a margem estreita um pouco mais, com Américo Thomaz a obter 7111 votos e o candidato da oposição 4228 votos. Em Arganil, Thomaz obtém oficialmente 1823 votos contra 484 do General.

6.2.2.12.Leiria

Em Leiria, o escritório do advogado Vasco da Gama Fernandes era o centro nevrálgico da campanha de Humberto Delgado, como de toda a actividade da oposição – “aliás, esse foi um ritual até depois do 25 de Abril”⁴⁴⁰. Aí confluíam as informações e indicações gerais sobre a candidatura, a cópia dos cadernos eleitorais, material de propaganda e os boletins de voto.

A organização distrital da campanha estava a cargo de três advogados conhecidos: Vasco da Gama Fernandes, já referido, Afonso Sousa (filho) e José Henriques Vareda, cuja actividade não se restringia ao trabalho na cidade e que percorriam todo o país, onde tinham inúmeros processos. Estavam em contacto permanente com outros advogados influentes, nomeadamente em Lisboa.

Humberto Delgado não passou por Leiria na campanha, mas houve reuniões e sessões de propaganda organizadas pelas estruturas locais de apoio à sua candidatura.

Havia algum material de propaganda e “era hábito pôr a miudagem a distribuir papéis à saída das missas, das festas ou do mercado”⁴⁴¹. Sem poder imprimir livremente folhetos ou outro material que servisse para promover a candidatura de Humberto Delgado, esta era uma operação feita às escondidas e fora dos circuitos habituais. Henrique Neto, que integrou o MUD juvenil, empresário e candidato às eleições presidenciais de Janeiro de 2016 revela que “tinha em casa uma tipografia clandestina, onde se faziam imensos documentos para o MUD e para a campanha de Humberto Delgado. Dispunha de uma máquina de escrever, *stencil* e um copiógrafo e tornei-me um especialista naquilo”. Pessoas ligadas à oposição em geral, ou ao PCP em particular, davam as instruções e

⁴³⁹ Entrevista a Luís Reis Torgal realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 1 de Dezembro de 2016.

⁴⁴⁰ Henrique Neto em conversa telefónica realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 24 de Outubro de 2016.

⁴⁴¹ *Idem*. Henrique Neto relata também o episódio em que tendo percebido o que os jovens estavam a fazer, o padre avisou a PIDE, pelo que cerca de 25 deles acabaram por passar algumas semanas na prisão.

encomendavam documentos sobre um determinado assunto específico. Não apresentavam um texto já feito, apenas diziam qual era o tema e que era preciso escrever sobre isso, mas tinha instruções muito claras para não participar em distribuição de propaganda para não ser apanhado e não irem lá a casa nem descobrirem a tipografia”⁴⁴².

Para lá da vida na cidade, nos meios mais pequenos constituíram-se comissões de apoio concelhias onde, “com todos os perigos e cuidados, os elementos iam-se reunindo discretamente, procurando levar a mensagem ao povo do concelho, ajudando a quebrar resistências e medos”⁴⁴³.

No nordeste do distrito de Leiria, já na serra da Lousã, o pequeno concelho de Castanheira de Pêra era um importante centro da indústria dos lanifícios e destacava-se por ser um meio operário, com grande tradição republicana, que provocava que a vila fosse “olhada de soslaio pelo Governo do Estado Novo”⁴⁴⁴.

Nessa vila, a comissão concelhia de apoio a Humberto Delgado era constituída por cinco elementos, entre os quais um funcionário público e o director de um jornal regional, o que não era uma situação habitual, já que a imprensa regional estava dominada pelo regime, além de que os funcionários públicos tinham mais dificuldades do que o comum da população caso quisessem manifestar-se politicamente, uma vez que tal atitude os podia fazer perder imediatamente o emprego. Dessa comissão concelhia faziam parte:

- Virgílio Tomaz Henriques – jovem engenheiro têxtil
- Ilídio José Coelho – Director do jornal *O Castanheirense*
- Angelino Henriques Coutinho – comerciante
- Abílio da Gama Henriques – funcionário público
- Káldas Barreto – técnico de contas⁴⁴⁵

Esta estrutura concelhia operava em estreita colaboração com a comissão distrital de Leiria, com quem ficou combinada a entrega atempada dos boletins de voto que, no entanto, nunca chegaram ao seu destino. A pessoa que ficou encarregue de os receber para depois distribuir, Káldas Barreto, apenas foi informado de que tinham desaparecido.

⁴⁴² Henrique Neto em conversa telefónica, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 24 de Outubro de 2016.

⁴⁴³ *Nova Renascença*, vol. XVIII, parte II, Inverno de 1998, p.88.

⁴⁴⁴ *Idem*, p.87.

⁴⁴⁵ *Idem*, p.87.

E sem boletins, o resultado final foi “uma abstenção mínima e zero votos para Delgado”⁴⁴⁶.

Nesta pequena vila, o candidato do regime beneficiou ainda de uma jogada política apadrinhada pelo presidente da União Nacional: “Em Castanheira de Pêra, as listas do Estado Novo eram distribuídas pela população acompanhadas de uma senha de meio litro de vinho (...) no dia das eleições, essas senhas eram trocadas pelo meio litro de vinho no comércio local”⁴⁴⁷. Uma particularidade demonstrativa de que, neste concelho, onde nunca chegaram os boletins do adversário, o regime teve a vida especialmente facilitada.

6.2.2.13. Torres Vedras

Mais tardiamente do que na maioria dos concelhos, em Torres Vedras constituiu-se uma comissão concelhia de apoio à candidatura já no mês de Junho de 1958, apelando “para todos os homens e mulheres, de todos os sectores de actividade, de todas as situações económicas, de todos os credos políticos, e até para aqueles que se consideram «não políticos», para que pesem as consequências que advirão da continuidade do actual regime”⁴⁴⁸. No apelo ao voto em Humberto Delgado, a comissão advoga que se está em presença de “uma situação nacional de amorfismo” e de um regime ditatorial que “provou em trinta e dois anos não poder subsistir sem censura à imprensa, sem polícia política e sem liberdade de associação”.

Faziam parte da comissão concelhia de Torres Vedras 12 elementos, estando os comerciantes em maioria:

- Adalberto Simões de Carvalho – contabilista
- Adriano Estevinha Lopes – proprietário
- António Leal d’Ascensão – comerciante
- António Soares Antolin – comerciante
- Armando Pedro Lopes – desenhador
- Augusto Bastos Troni – médico
- Ernesto Carvalho dos Santos – advogado
- Faustino Soares Antolin Hourmat – comerciante
- Francisco Roque Gomes Ferreira – médico e proprietário

⁴⁴⁶ *Nova Renascença*, vol. XVIII, parte II, Inverno de 1998, p.88.

⁴⁴⁷ *Idem*.

⁴⁴⁸ ANTT, Arquivo da PIDE, processo de Armando Pedro Lopes (SR 3194/56 – 2784), documentos de 28 de Março de 1960 e 4 de Outubro de 1958.

- José Carvalho Mesquita – professor
- Luís Brandão Pereira de Melo – contabilista
- Vítor Cesário da Fonseca – comerciante e industrial

Um informador da PIDE tomará notas neste documento com uma classificação onde divide os membros da comissão concelhia de Torres Vedras em comunistas, democratas/*maçons* e novos (oposicionistas), resultando a seguinte legenda elaborada pelo próprio agente da polícia política:

Adalberto Simões de Carvalho – contabilista (comunista)
 Adriano Estevinha Lopes – proprietário (novo)
 António Leal D'Ascensão – comerciante (democrata/ maçon)
 António Soares Antolin – comerciante (democrata/ maçon)
 Armando Pedro Lopes – desenhador (novo)
 Augusto Bastos Troni – médico (comunista)
 Ernesto Carvalho dos Santos – advogado (democrata/ maçon)
 Faustino Soares Antolin Hourmat – comerciante (democrata/ maçon)
 Francisco Roque Gomes Ferreira - médico e proprietário (democrata/ maçon)
 José Carvalho Mesquita – professor (comunista)
 Luís Brandão Pereira de Melo – contabilista (democrata/ maçon)
 Vítor Cesário da Fonseca - comerciante e industrial (democrata/ maçon)⁴⁴⁹

Humberto Delgado não passou por Torres Vedras durante a campanha, mas na cidade este grupo de pessoas tentou mobilizar algum eleitorado para o voto no General. Foi igualmente divulgada uma lista dos sítios em Torres vedras (com a respectiva morada) onde os apoiantes locais podiam levantar as listas eleitorais para poderem votar em Humberto Delgado, conforme ilustra a imagem 16.

⁴⁴⁹ ANTT, Arquivo da Pide, processo de Armando Pedro Lopes (SR 3194/56 – 2784), documentos de 28 de Março de 1960 e de 4 de Outubro de 1958.

Imagem 16

Informação de campanha em Torres Vedras



Fonte: Arquivo Pessoal de Venerando Matos.

No concelho de Torres Vedras, Humberto Delgado apenas conseguiu ganhar numa das mesas de voto do Maxial (1.ª secção) e obteve bons resultados em Matacães e Monte Redondo.

6.2.2.14. Moçambique

Havendo escassa informação sobre a forma como a candidatura de Humberto Delgado se organizou nas províncias ultramarinas, optou-se por destacar Moçambique onde a actividade em torno desta campanha se confirma ter sido intensa, tendo-se encontrado alguma documentação e testemunho de como ela decorreu, nomeadamente na Beira.

Em Moçambique, a milhares de quilómetros da Metrópole (como então se designava Portugal continental), Humberto Delgado também teve um grupo de apoiantes que se organizou.

Entre os membros mais destacados da comissão de apoio à candidatura estavam:

- António de Almeida Santos, que foi o mandatário da candidatura em Moçambique – “sábio veterano dos labirintos da linguagem codificada da «oposição»⁴⁵⁰ e que advogava em Moçambique – escreveu ao seu antigo colega em Coimbra e camarada na tropa, Manuel Coelho dos Santos, advogado no Porto, perguntando-lhe qual deveria ser a orientação a dar à campanha, ao que este último respondeu que “não há que traçar normas de orientação política. Basta ler o programa enunciado na Proclamação e não sair daí” (Santos, 2013: 226)⁴⁵¹. Coelho dos Santos recomenda ao amigo que trabalhe em Moçambique com “inteira independência”, que procure obter cópia dos cadernos eleitorais de 1957 e que oriente tudo no sentido das urnas, o que na prática se traduzia numa atenção especial na escolha de delegados para as secções de voto.

- Alexandre Sobral de Campos
- Henrique Vasco Soares de Melo – advogado
- António Neves Anacleto
- José Santa Rita – advogado
- Américo Galamba
- Manuel Alves Cardiga
- António José Wunderly Simões de Figueiredo⁴⁵² – correspondente da revista americana *Time*;

Igualmente responsáveis pela campanha, na Beira, actuavam os seguintes elementos:

- Alberto Moreira – um homem de esquerda, primo direito do Adriano Moreira
- Anacleto Fernandes – solicitador, casapiano
- Francisco Barreto – industrial da Beira
- João Afonso Santos – advogado
- Macedo Militão – deportado para Moçambique como bombista
- Mário Valle (filho de Fernando Valle, que teve destacado papel no distrito de Coimbra)

⁴⁵⁰ *Nova Renascença*, vol. XVIII, parte II, p. 116.

⁴⁵¹ Esta carta seria, no entanto, interceptada pela PIDE, pelo que Almeida Santos não chegou a ler a resposta às suas perguntas incluída na carta que Manuel Coelho dos Santos lhe enviou, com data de 13 de Maio de 1958.

⁴⁵² Cf. Fundo: DCC – Documentos Luís Costa Correia, Pasta 04303.000, na Fundação Soares, página 18. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04303.000>, acedido em 27 de Janeiro de 2017.

Apesar de o candidato não se ter deslocado às colónias em campanha eleitoral⁴⁵³, esta fez-se na mesma com sessões de propaganda sem a presença do candidato, onde usaram da palavra António Almeida Santos e Alberto Moreira, entre outros.

A primeira sessão de propaganda realizou-se no Teatro-Cinema São Jorge, na Beira, a casa de espectáculos de maior lotação da cidade, que ficou completamente cheia, ao ponto de o dono do teatro ter ido falar com a organização, chamando a atenção para o facto de o balcão poder cair com o excesso de peso. Nesse momento, “o Dr. Macedo Militão intervém e diz: “Ninguém sai daí! Se aguentámos esta ditadura trinta anos, também o balcão vai aguentar duas ou três horas”⁴⁵⁴.

A sessão teve lugar no dia 23 de Maio pelas 18 horas, com uma assistência de cerca de duas mil pessoas. Mário Valle, filho mais novo de Fernando Valle, destacado elemento de apoio a Humberto Delgado em Arganil, no distrito de Coimbra, conta que ele próprio e outros dois amigos andaram com uma bandeira portuguesa a recolher donativos para a campanha enquanto decorria o comício.

Na região da Beira, a sede funcionava em casa de Anacleto Fernandes, solicitador. Era aí que todos se reuniam, que se desenhava a estratégia a seguir e que se fazia a distribuição de tarefas, nomeadamente pelos mais jovens colaboradores, como era o caso de Mário Vale.

Na região de Matola, a oposição preparou cartazes para afixar em locais públicos, o que não foi possível fazer por expressa proibição do Comando da Polícia e, embora só fosse permitido distribuir propaganda dentro das respectivas sessões, “clandestinamente fez-se larga distribuição de folhetos, panfletos, fotografias em repartições públicas, organismos económicos, empresas comerciais e industriais, clubes desportivos, etc.⁴⁵⁵”

Mário Valle recorda que não havia material de propaganda para poder distribuir, mas valia o improvisado, a criatividade e a ousadia – como aquela que demonstraram num dia em que um ministro do Estado Novo estava de visita ao país. “O aeroporto tinha duas saídas. E nós, nas duas saídas, à noite, pintámos no chão “Vota Humberto Delgado”. Não

⁴⁵³ Nesta mesma carta enviada por Manuel Coelho dos Santos a António Almeida Santos, em 13 de Maio de 1958, pode ler-se que Humberto Delgado pensou ir a Luanda, mas estava inclinado a não o fazer “por não querer desagradar a Moçambique”, salvaguardando-se também o facto de uma viagem às duas províncias ocupar muitos dias. In Manuel Coelho dos Santos, *Quando o Porto tinha voz*, p. 226.

⁴⁵⁴ Entrevista a Mário Valle, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 10 de Julho de 2016.

⁴⁵⁵ Relatório secreto n.º 2/G, das Eleições Presidenciais de 1958, do Comissariado da Polícia, da Beira, p. 17. Cf. Fundo: DCC – Luís Costa Correia, Pasta 04303.000, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04303.000>, acedido em 27 de Janeiro de 2017.

dava para apagar aquilo assim de repente. Não tínhamos material, inventávamos coisas”⁴⁵⁶.

Apesar da falta de meios e da grande distância, os boletins de voto chegaram e foi possível não só distribuí-los, mas também vencer no Huambo, Nova Lisboa – uma vitória de Humberto Delgado que se revelou emocionante para alguns dos seus apoiantes – “há imagens que não nos saem mais da memória: estávamos todos reunidos no rés-do-chão da casa do Anacleto Fernandes, que estava encostado a uma parede e, quando se soube que se ganhou em Nova Lisboa, ele disse: «Ganhámos? Ganhámos?» E desmaiou!”⁴⁵⁷

A vitória de Delgado nalgumas regiões justificou um relatório secreto do Governo Geral de Moçambique⁴⁵⁸, poucos dias depois da eleição presidencial. Trata-se de um documento exaustivo dando uma “ideia geral do que foram as eleições e das causas remotas e próximas que conduziram à vitória” do candidato opositorista.

Através dele fica a saber-se que, desde o início da campanha, a polícia política tentou “penetrar, quanto possível, nos trabalhos da comissão de apoio à candidatura do General Humberto Delgado”⁴⁵⁹. A estratégia utilizada passava sobretudo por auscultar a opinião pública em geral e em particular a população do meio ferroviário que se sabia ter elementos desafectos ao regime.

Segundo António Octávio Dias Machado, o capitão de cavalaria que elaborou o relatório, houve leis do Governo que afectaram directa ou psicologicamente funcionários e que provocaram descontentamento geral, criando na Beira “ambiente psicológico propício à oposição”. Decisivo também terá sido o apoio do eleitorado dos caminhos-de-ferro que, na opinião dos homens do regime, era permeável a “processos demagógicos que caracterizam a propaganda da oposição” e votou em força no candidato opositorista.

Por outro lado, a iniciativa da primeira sessão de propaganda revelou-se muito eficaz por ter tido larga divulgação na imprensa e na rádio e por ter contado com António Almeida Santos, vindo expressamente de Lourenço Marques, como orador. O êxito obtido foi tal que levou a oposição a marcar logo uma segunda sessão para a semana seguinte, dia 30 de Maio, às 17h45, também no Cinema São Jorge e que viria a ter uma

⁴⁵⁶ Entrevista a Mário Valle realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 10 de Julho de 2016.

⁴⁵⁷ *Idem*.

⁴⁵⁸ Relatório secreto N.º 2/G, das Eleições Presidenciais de 1958, do Comissariado da Polícia, da Beira. Cf. Fundo: DCC – Luís Costa Correia, Pasta 04303.000, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04303.000>, acedido em 27 de Janeiro de 2017. Trata-se de um relatório à margem do relatório técnico elaborado e documentado na Secção de Polícia Internacional, deste Comissariado.

⁴⁵⁹ *Idem*.

assistência de cerca de 2000 pessoas, tal como acontecera na primeira sessão organizada. E o entusiasmo não esmoreceu, já que uma terceira e última sessão, a 4 de Junho, pelas 21 horas, conseguiu mesmo reunir 3000 pessoas e “extraordinário entusiasmo”. Este sucesso do candidato da oposição em Moçambique foi possível, não obstante a presença de inúmeras autoridades fardadas que assistiram a todas estas sessões.

O mesmo relatório secreto aponta culpas à delegação local da União Nacional que assumiu inicialmente uma atitude de impassividade, a qual, depois, face ao êxito da propaganda oposicionista, “se transformou em desmoralização”. Uma União Nacional descrita como sem iniciativa e que não criou obstáculos à oposição, trabalhou, aliás, “vencida desde o primeiro dia de campanha”⁴⁶⁰.

No documento lê-se que “as mesas eleitorais conduziram as eleições com a maior honestidade, permitindo a constante observação dos elementos oposicionistas e impossibilitando qualquer irregularidade por parte das autoridades”. Isto é, o acto eleitoral na Beira decorreu sem fraude, sem manobras que pudessem condicionar o sentido de voto ou adulterar o resultado.

Num outro documento que integra o mesmo relatório, o Major Hilário Marques da Gama considera que a imprensa favoreceu a candidatura de Humberto Delgado, uma vez que, com o pretexto da neutralidade, manifestou-se “nitidamente desfavorável ao Estado Novo (no caso do *Jornal de Notícias*) ou abúlica (no caso do *Jornal Diário*). Conta o mesmo militar que a cidade de Lourenço Marques foi inundada com boletins de voto de Humberto Delgado, “pois a oposição mandou confeccionar, na Imprensa Nacional, 120 mil, para uma escassa massa eleitoral”⁴⁶¹.

O relatório confidencial do Governo-Geral de Moçambique elenca com todo o detalhe quem foram os colaboradores directos dos oposicionistas, quem esteve em cada mesa de voto, quais foram os funcionários do Estado a fazer propaganda contra o Governo durante as eleições, que professores que se manifestaram com entusiasmo nos comícios da oposição, quem eram os elementos afectos a Humberto Delgado nos caminhos-de-ferro, nos correios e telefones, ou mesmo quem eram os elementos suspeitos entre os militares, tendo em conta que “foram numerosos os componentes das forças do Exército

⁴⁶⁰ Relatório secreto n.º 2/G, das Eleições Presidenciais de 1958, do Comissariado da Polícia, da Beira. Cf. Fundo: DCC – Luís Costa Correia, Pasta 04303.000, na Fundação Mário Soares, p. 5. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04303.000>, acedido em 27 de Janeiro de 2017

⁴⁶¹ *Idem*.

que deram a sua adesão ao General Humberto Delgado, nele votando sargentos, furriéis, cabos e alguns oficiais”⁴⁶².

O Governador-Geral de Moçambique, o Comandante Gabriel Teixeira, dirá mesmo que “a União Nacional não esteve à altura da situação” e que “todos os motivos de queixas reais ou imaginárias foram exploradas pela oposição”⁴⁶³.

A convicção de quem acompanhou de perto a campanha nas províncias, como Mário Valle, é a de que os funcionários do Estado Novo em Moçambique não estavam tão atentos quanto seria de esperar, pelo que, passados poucos dias das eleições, os responsáveis afectos ao regime naquela região, incluindo o Presidente da Câmara, foram todos demitidos.

Quanto às restantes colónias, foi possível encontrar num jornal da época⁴⁶⁴, o nome dos elementos que integraram a comissão executiva de apoio à candidatura de Humberto Delgado, constituída em Angola e que se estabeleceu na cidade de Luanda:

- Aníbal Gonçalves – comerciante
- António Águas Cruz – advogado
- António Garcia Castilho – engenheiro
- António Gomes de Azevedo – gerente comercial
- José Gonçalves Farinha Leiko – despachante oficial
- José Vilhena Borrego – engenheiro
- Mário Lima Alves – advogado
- Miguel Nepomuceno – advogado

Nas eleições presidenciais de 1958, o universo de recenseados em Angola era de 56 298 eleitores, tendo votado 32 654 (menos de 1% da população total)⁴⁶⁵. Américo Thomaz venceu a disputa eleitoral, como demonstra o quadro de resultados oficiais (tabela 2):

⁴⁶² *Idem.*

⁴⁶³ Relatório do Governador-Geral de Moçambique, com data de 24 de Junho de 1958. Cf. Fundo: DCC – Luís Costa Correia, Pasta 04303.000, na Fundação Mário Soares, páginas 77-78. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04303.000>, acedido em 27 de Janeiro de 2017.

⁴⁶⁴ Os dados sobre a comissão executiva de apoio à candidatura do General em Luanda, Angola, constam de uma notícia do jornal *O Século*, de 10 de Maio de 1958.

⁴⁶⁵ <http://www.incomunidade.com/v22/art12.php?art=85>, acedido em 10 de Janeiro de 2017.

Tabela 2
Resultados oficiais em Angola

N.º de votos obtidos por Humberto Delgado em Angola	N.º de votos obtidos por Américo Thomaz em Angola
10.360	22.294

Fonte: revista *InComunidade*, edição de Abril de 2014.

A oposição portuguesa mobilizou-se fortemente para a campanha do General em Angola⁴⁶⁶, tendo sido mais notória a adesão à candidatura oposicionista nos centros urbanos do litoral, como Benguela/Lobito, Moçâmedes, Luanda e Huíla, como bem evidenciam os resultados eleitorais obtidos nos seguintes distritos da província de Angola⁴⁶⁷ constantes na tabela 3:

Tabela 3
Resultados oficiais em Angola, por distrito

Distritos (de Angola)	N.º de votos obtidos por Humberto Delgado	N.º de votos obtidos por Américo Thomaz
Benguela	2599	1296
Huíla	1049	1738
Luanda	2998	3066
Moçâmedes	665	790

Fonte: produzido pela autora (2017)

Humberto Delgado venceu oficialmente no distrito de Benguela, como se vê na tabela (2 599 contra 1 296, de Américo Thomaz) e em duas das principais cidades da região: Sá da Bandeira (587 contra 560) e Luanda (2 618 contra 1 782)⁴⁶⁸. Assim, em Benguela, o resultado mostra que o candidato da oposição duplicou os votos do candidato da União

⁴⁶⁶ <http://www.incomunidade.com/v22/art12.php?art=85>, acedido em 10 de Janeiro de 2017.

⁴⁶⁷ Tabela produzida pela autora com base nos dados descritos em <http://quitexe-historia.blogs.sapo.pt/26949.html>, acedido em 22 de Junho de 2014.

⁴⁶⁸ Cf. Mário Matos e Lemos, *Oposição e eleições no Estado Novo*, p. 229.

Nacional⁴⁶⁹ – o distrito tinha um historial de contestação ao regime desde o século XIX⁴⁷⁰ e nas eleições presidenciais de 1949 manifestara-se esmagadoramente a favor do candidato da oposição, Norton de Matos.

Em Luanda, Humberto Delgado ficou a escassos 68 votos da vitória, enquanto na Huíla conseguiu uma votação de 38% e em Moçâmedes ficou a apenas 125 votos do candidato do regime.

Importa igualmente referir que o Ministério do Ultramar fez seguir telegramas secretos para o Governador-Geral de Cabo Verde para que este tomasse conhecimento das instruções rigorosas sobre a campanha eleitoral na Metrópole: em vésperas do arranque da campanha havia indicações expressas para não publicar nos jornais portugueses notícias ou comentários vindos de periódicos estrangeiros sobre a campanha, pois a “opinião pública não deve formar-se com base em elementos de imprensa estrangeira”⁴⁷¹.

No dia a seguir à recepção entusiástica que Humberto Delgado recebeu no Porto foi dada ordem para que não se publicassem fotografias sobre esse momento. Num telegrama fica explícito que os correspondentes dos jornais do Ultramar estavam a pedir fotografias para publicação, ao que o Ministro recomenda que, em Cabo Verde, se siga procedimento idêntico ao da Metrópole.

Segundo um relatório do gabinete do Governador da Guiné Portuguesa, fica a saber-se que a União Nacional tinha no país uma acção muito reduzida. Talvez por isso, a oposição revelou ter alguma força, com 40% dos votos, apesar de, no interior, a oposição não ter encontrado “ambiente favorável nem possibilidades de acção”⁴⁷².

De acordo com este documento, na Guiné vários factores pesaram em desfavor do regime, como a falta de liberdade (sobretudo de imprensa), a política social insuficiente e a censura, que era a responsável pela falta de confiança da opinião pública, vista como

⁴⁶⁹ Nos resultados apurados no distrito de Benguela, o General tem vitórias esmagadoras nalguns concelhos: em Benguela, Delgado consegue 1234 votos, contra os 485 obtidos por Américo Thomaz; no Lobito, 986 votam em Delgado e 408 escolhem Thomaz. Cf. <http://quitexe-historia.blogs.sapo.pt/26949.html>, acedido em 22 de Junho de 2014.

⁴⁷⁰ Em 1822-23, Benguela recusou prestar contas a Luanda sobre assuntos considerados da sua jurisdição, exigindo garantias de maior autonomia para a região e, à revelia da capital, elegeu os seus próprios deputados às Cortes Constituintes. Cf. <http://quitexe-historia.blogs.sapo.pt/26949.html>, acedido em 22 de Junho de 2014.

⁴⁷¹ Telegrama do Ministro do Ultramar expedido a 7 de Maio de 1958 e dirigido ao Governador de Cabo Verde. Cf. Fundo: DCC – Luís Costa Correia, Pasta 04303.000, na Fundação Mário Soares, página 54. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04303.000>, acedido em 27 de Janeiro de 2017.

⁴⁷² Documento do Governador da Guiné, em Bissau, com data de 27 de Julho de 1958. Cf. Fundo: DCC – Luís Costa Correia, Pasta 04303.000, na Fundação Mário Soares, pp. 51-52. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04303.000>, acedido em 27 de Janeiro de 2017.

“meio para ocultar factos irregulares da administração e dos seus agentes”⁴⁷³. Ainda assim, no relatório enviado pelo governador da Guiné para a Metrópole com o balanço do acto eleitoral, aquele considera que as eleições decorreram “segundo o que se deveriam considerar as razoáveis perspectivas” (Lemos, 2012: 229).

5.3. Voluntariado, custos e financiamento

5.3.1. Voluntariado

Na campanha de Humberto Delgado esteve presente uma característica marcante das campanhas pré-modernas: o voluntariado. Num tempo em que a rede de amigos e de contactos, sobretudo nos meios mais pequenos, tinha enorme influência, o passa-palavra funcionou de forma eficaz e foi um meio bastante utilizado pelos apoiantes do General para dar a conhecer as iniciativas de campanha por todo o país, bem como as linhas gerais de uma candidatura que se defrontava com as adversidades impostas por um regime não-democrático – em especial as malhas da censura, “uma máquina feita contra nós”, nas palavras de Iva Delgado⁴⁷⁴, como atesta o facto de a Emissora Nacional publicitar propositadamente uma hora errada da chegada do General ao Porto, para confundir os portuenses (Delgado, 2009: 128).

Humberto Delgado tinha planeado chegar ao Porto à hora de fecho das lojas, para ter mais população à sua espera e era essencial que essa mensagem fosse difundida com todo o rigor. Não podendo confiar nos meios de comunicação social, na maioria dos casos afectos ao regime, era essencialmente boca a boca que se sabia das acções de campanha do candidato das notícias da candidatura e, nesse contexto, o passa-palavra contava muito.

Note-se que os anos 50 em Portugal são ainda uma época em que, sobretudo nos meios rurais, as vidas de todos se cruzam, na medida em que todos se conhecem e tudo se comenta – como testemunham alguns jornais regionais que nas suas páginas elencavam os aniversários, os pedidos de casamento, os baptizados ou os falecimentos da semana, para além de fazerem uma referência aos que estavam enfermo ou aos hóspedes e viajantes de passagem pela cidade⁴⁷⁵.

⁴⁷³ *Idem.*

⁴⁷⁴ Entrevista a Iva Delgado realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 2 de Junho de 2014.

⁴⁷⁵ É o caso do jornal *A Voz de Chaves* que nas suas edições, nomeadamente as de Maio de 1958, incluía sempre breves com este tipo de elementos.

Tal proximidade entre as pessoas assumiu especial relevância no funcionamento de uma espécie de “rede” de solidariedades que, entre os elementos da oposição, se tornava especialmente activa nos períodos eleitorais, permitindo juntar voluntários em torno das candidaturas oposicionistas e das necessidades destas. Assim, veja-se o exemplo de Guimarães onde, à semelhança do resto do país, a sede dos serviços de candidatura “era um vespeiro de entusiastas colaboradores, de espontâneos trabalhadores dos serviços, que traziam donativos e boa vontade”⁴⁷⁶, apesar de o candidato Humberto Delgado nem sequer ter passado pela cidade e de ser escassa a informação sobre a campanha na região.

Apesar de a imprensa ser controlada, as comissões distritais, quer da candidatura de Humberto Delgado, quer da candidatura de Arlindo Vicente, “transmitiam e comunicavam às populações o que verdadeiramente se passava” (Delgado, 1998: 12).

O trabalho quotidiano na sede de candidatura do General, como já foi referido anteriormente, dependia de dezenas de voluntários, tal como todo o trabalho que era realizado a nível distrital.

Uma das tarefas a cargo dos voluntários era a colagem de cartazes, o que implicava riscos e levou mesmo à prisão de apoiantes de Delgado – uma situação denunciada pelo candidato em conferência de imprensa e que suscitou a divulgação de uma nota oficiosa por parte do Ministério do Interior, alegando distorção dos factos e justificando a apreensão dos cartazes de propaganda pelas expressões que os mesmos continham. “Com efeito a PIDE apreendeu na via pública e nas mãos de diversas pessoas com cartazes de carácter subversivo, contendo expressões de inspiração ao ódio e à revolta”⁴⁷⁷.

As dificuldades eram também muitas para a obtenção dos cadernos eleitorais, obrigando a grande persistência e paciência por parte dos voluntários da campanha de Humberto Delgado. Nalguns casos, era pura e simplesmente negada a possibilidade de consulta dos cadernos, noutros casos, o regime tentava inviabilizá-la, servindo-se de vários estratagemas, como aconteceu, por exemplo, no caso já referido de Santarém. O facto de o regime só permitir que uma única pessoa procedesse à cópia de milhares de nomes e moradas era, por si só, um forte entrave para que a tarefa pudesse ser levada por diante por sucesso. Outra tática utilizada era fazer esperar a pessoa que pretendia copiar os cadernos, “apesar do secretário do Governo Civil ser uma pessoa formada em Direito

⁴⁷⁶ *Nova Renascença*, Número 68, vol. XVIII, parte II, p. 22.

⁴⁷⁷ *Jornal Novidades*, 2 de Junho de 1958, p. 3.

e me conhecer bem, fazia-me estar meia hora ou uma hora à espera para começar. Estava a cortar-me o tempo para eu não conseguir passar as coisas”⁴⁷⁸.

Note-se que, os cadernos eleitorais apenas estiveram expostos nas Câmaras ou nas administrações de bairro de 1 a 15 de Maio, para as pessoas poderem verificar se estavam recenseadas. Era necessário tempo para os consultar e deles extrair os nomes e moradas de todos os eleitores, além de que, sem essas cópias, não era possível entregar as listas de voto aos possíveis votantes. Era preciso haver voluntários não só para este trabalho de cópia dos nomes e moradas, trabalho moroso e dificultado ao máximo, mas também munir essas pessoas de uma certidão comprovativa de serem eleitores⁴⁷⁹. Só cidadãos obedecendo a essa prerrogativa estavam em condições de poderem ser nomeados representantes do candidato junto de cada assembleia de voto, para efeito de fiscalização.

Os voluntários debatiam-se igualmente com outro desafio, a venda de fotografias do candidato, que, como se lê num relatório da Polícia de Segurança Pública, era motivo de perseguição e detenção de apoiantes de Humberto Delgado: “capturei José Fernandes Martins, solteiro, de 30 anos, engraxador. Motivo da prisão: por determinação do comando, pelo facto de à hora e na rua cima referida, proceder à venda de fotografias do Exmo General Humberto Delgado, 50 das quais lhe foram apreendidas”⁴⁸⁰.

Para além de vender fotografias e de colar cartazes, os voluntários distribuía propaganda, davam apoio nas sedes da candidatura, ajudavam a copiar os cadernos eleitorais, distribuía boletins de voto e organizaram-se para fiscalizar o acto eleitoral – mesmo que essa tarefa tenha sido, nalguns casos, como já foi referido, dificultada ao máximo, e noutros efectivamente impedida.

Na convicção de Custódio Maldonado Freitas, “80% dos homens que iam na campanha iam por amor à camisola, por carolice”⁴⁸¹. Na verdade, na campanha de Delgado o lema era “cada indivíduo deve ser uma comissão”⁴⁸², o que significava, em termos práticos, que a ajuda podia vir de qualquer lado e de que toda a ajuda era bem

⁴⁷⁸ *Idem*.

⁴⁷⁹ Tarefa que também podia ser dificultada pelo regime, como comprova uma declaração subscrita por apoiantes de Humberto Delgado de Sabrosa, distrito de Vila Real, denunciando que “tendo tentado no dia 10 do corrente mês, pelas 14 horas, que lhe fossem facultados os cadernos eleitorais para deles tirarem os elementos julgados necessários, foi-lhes negada, pelo Presidente da Câmara do concelho de Sabrosa, a sua consulta, bem como o conhecimento da inscrição nos referidos cadernos, dos signatários”. Documento com data de 10 de Maio de 1958. Cf. ANTT/HD/DCB/10/ Cx.75.

⁴⁸⁰ Documentário “O Meu Coração Ficarà no Porto”, de 2008.

⁴⁸¹ Entrevista a Custódio Maldonado Freitas, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 22 de Junho de 2016.

⁴⁸² Carta enviada por Manuel Coelho dos Santos a António Almeida Santos, em 13 de Maio de 1958, *Quando o Porto tinha Voz*, p. 226.

vinda. Na correspondência de Álvaro Monteiro há inúmeros exemplos do voluntarismo de alguns apoiantes, como um comerciante da localidade de Torredeita “ao inteiro dispor de V. Exa para o que seja necessário fazer, em prol da candidatura do nosso muito ilustre e digno candidato”. Na mesma missiva sugeria, caso se concretizasse uma sessão de propaganda na cidade de Viseu, que lhe mandassem “uma ou duas camionetes, para ir daqui o maior número de pessoas, para provar a outros que há quem compreenda a candidatura do «homem sem medo»”⁴⁸³.

A circunstância de serem voluntários os colaboradores da campanha proporcionava também algum improvisado, como fica patente num episódio relatado por Manuel Coelho dos Santos no seu livro de memórias, no capítulo em que conta que veio a Lisboa assistir à conferência no Chave d’Ouro acompanhado pelo jornalista Ramos de Almeida e que, no caminho de regresso ao Porto, “aproveitámos a viagem e viemos, de Lisboa para o Porto, a colar cartazes pelo caminho. Nas árvores, nos pinheiros – íamos parando, aqui e acolá, e colando” (Santos, 2013: 136).

Já em Moçambique, sendo proibido o material de propaganda do candidato oposicionista nalguns locais, recorreu-se ao improvisado puro e à criatividade. Foi assim que, durante a visita de um ministro do Estado Novo ao país, no período da campanha eleitoral, o governante foi surpreendido com um apelo ao voto em Delgado em pleno chão do aeroporto – “o aeroporto tinha duas saídas. E nós, à noite, pintámos no chão das duas saídas, “Vota Humberto Delgado”. Não dava para apagar aquilo assim de repente. Não tínhamos material, portanto inventávamos coisas”⁴⁸⁴.

Se em muitos aspectos se recorria ao improvisado, também é notório que foi devidamente acautelado que alguns pormenores não fossem deixados ao acaso, designadamente o apoio de nomes de peso na sociedade portuguesa. Era de grande importância moral para a causa que a candidatura de Humberto Delgado pudesse contar com o apoio de personalidades destacadas nas diferentes cidades do país, como bem ilustra uma carta de Fernando Valle a Almeida e Costa, enviada em 25 de Maio de 1958. O médico, que integrava a comissão concelhia de Arganil, recordava ao amigo que o escritor Miguel Torga estava disposto a estar presente na sessão da candidatura, em

⁴⁸³ Carta de José Seabra de Matos Abreu (comércio de Merceria, Vinhos e Miudezas) dirigida a Álvaro Monteiro, em 15 de Maio de 1958. Nas notas pessoais manuscritas que foi possível consultar do arquivo de Álvaro Monteiro, sem identificação de qualquer data, encontra-se a indicação da resposta dada pelo advogado, lendo-se “Responder ao José Seabra de Matos Abreu (Torredeita) aceitando e agradecendo a oferta da sua cooperação”.

⁴⁸⁴ Entrevista a Mário Valle realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 10 de Julho de 2016.

Coimbra, mas alertava que era preciso tratar do assunto porque “a coisa não deve ser improvisada à última hora” (Madaíl, 2004: 220).

Nas cidades, cerca de duas dezenas de pessoas trabalhavam para a candidatura de Humberto Delgado, com tarefas distribuídas, como já se referiu anteriormente.

Houve igualmente um importante núcleo de apoio à candidatura de Humberto Delgado entre os estudantes de diversas sensibilidades ideológicas, que trabalhavam voluntariamente na campanha do General. A principal actividade consistia em “distribuir material de propaganda e discutir com as pessoas sobre a oportunidade daquela candidatura”⁴⁸⁵ – para o efeito estavam organizados numa comissão de estudantes, que incluía alunos de diferentes faculdades.

Francisco Vieira de Almeida, professor catedrático que presidia à Comissão de Honra da candidatura de Humberto Delgado, teve influência junto da comunidade académica da Faculdade de Letras, como testemunha um dos seus antigos alunos, José Duarte de Jesus, que participou num jantar de propaganda eleitoral, por intermédio do professor, no qual estiveram também Humberto Delgado, António Sérgio e Jaime Cortesão⁴⁸⁶. Jantares que serviam para se debater a situação política e social no país e, por conseguinte, para despertar consciências.

Delgado contou, assim, com o contributo de personalidades destacadas da sociedade portuguesa como Aquilino Ribeiro⁴⁸⁷ – um dos escritores mais afamados da época – que de forma espontânea colaboravam na sua campanha. O jornalista José Ribeiro dos Santos revela que um dia, estando Humberto Delgado reunido com o seu estado-maior, Aquilino

⁴⁸⁵ Depoimento de José Manuel Duarte Jesus, no âmbito desta investigação doutoral, enviado por escrito, em 29 de Novembro de 2016. José Manuel Duarte Jesus nasceu em 1935 e é um embaixador Jubilado, com formação académica nas áreas de História, Filosofia e Lógica Matemática, doutorado em História das Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa. Diplomata desde Dezembro de 1960, com carreira interrompida apenas entre 1965 e 1974; serviu em diversos países da Europa Ocidental e de Leste, do Magrebe, da África subsariana, da Ásia e da América. Em 1958, era aluno do 2º ano do curso de Ciências Histórico-Filosóficas, da Faculdade de Letras, onde tinha como professor Francisco Vieira de Almeida. No depoimento concedido à autora no âmbito da presente investigação, o antigo diplomata revela que a Comissão de Estudantes, de apoio à candidatura do General Delgado, transcendia a Faculdade de Letras.

⁴⁸⁶ De acordo com o depoimento de José Duarte Jesus, o jantar realizou-se no final de 1957 ou já em 1958, no Restaurante Castanheira, no Lumiar, sob atenta vigilância de agentes da polícia política – apesar de os participantes no jantar se terem convencido inicialmente de uma “total ausência aparente de polícia à volta do restaurante. Quando, porém, Jaime Cortesão falou – alto, com sua barba e ar profético – e terminou com a frase «abaixo o tirano», de entre os convivas levanta-se um número de indivíduos, imediatamente identificados como infiltrados, que causaram pânico na sala”.

⁴⁸⁷ Aquilino Ribeiro (1885-1963) foi um escritor, cronista e romancista premiado, que integrou a direcção da revista *Seara Nova* nos anos 20. Foi também fundador e presidente da Associação Portuguesa de Escritores, em 1956. Aquilino Ribeiro participou em inúmeras acções críticas do Estado Novo, aderiu ao MUD, apoiou a candidatura de Norton de Matos e militou na candidatura de Humberto Delgado.

se dirigiu à sede de candidatura levando um papel já escrito, por si, “que oferecia para publicação como comunicado da candidatura” (Ribeiro dos Santos, 1986: 162).

Houve vários níveis de adesão no que diz respeito à candidatura de Humberto Delgado: desde os tradicionais oposicionistas até à população que nunca tinha tido qualquer espécie de intervenção política – mais não fosse por receio de represálias. Mas em 1958 houve um entusiasmo que deu lugar a “uma organização muito espontânea⁴⁸⁸, “as pessoas entusiasmavam-se e juntavam-se à campanha. E passavam a mensagem”⁴⁸⁹. Houve inclusivamente padres a favor do general, como “um no Bairro do Calvário, em Lisboa, cujos discursos na missa de domingo eram escutados com atenção pela PIDE”⁴⁹⁰ ou o pároco de Benfica, Álvaro Proença, embora tenham sido raros os párocos que ousaram criticar ou enfrentar o regime⁴⁹¹.

Mas quando se fala em diferentes níveis de adesão à candidatura, fala-se também da diferença entre os ideólogos que a projectaram, como foi o caso paradigmático de António Sérgio, ou seja, entre aqueles que, na qualidade de intelectuais reputados, aceitaram apoiar a candidatura (caso de Francisco Vieira de Almeida⁴⁹²), e os chamados “operacionais”, que estiveram no terreno no dia-a-dia, a organizar e a trabalhar de perto com as estruturas distritais. E houve ainda quem com mais ou menos discrição, dependendo dos casos, financiasse a campanha, sendo que nem sempre quem oferecia dinheiro para esta causa dava publicamente a cara nem aparecia nas acções de rua da campanha de Humberto Delgado.

⁴⁸⁸ Entrevista a Custódio Maldonado Freitas, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 22 de Junho de 2016.

⁴⁸⁹ Entrevista a Jaime Marta Soares realizada, no âmbito desta investigação doutoral, em 27 de Julho de 2015.

⁴⁹⁰ Entrevista a Iva Delgado, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 2 de Junho de 2014.

⁴⁹¹ Uma dessas excepções está bem patente num episódio que se passou em Benfica, numa tarde do mês de Maio de 1958, à saída da missa das sete, em plena campanha eleitoral. Perante uma carga policial e enorme violência sobre crentes e não crentes, o pároco de Benfica, Álvaro Proença “lesto, saltou p’ró epicentro do rebuliço e, avançando de peito aberto, enfrentou a polícia, protestando, energicamente, contra a injustificada e violenta repressão sobre o povo indefeso... E o maralhal ao redor da confusão, curioso e ao mesmo tempo perplexo pelo inusitado burburinho assistia, fortemente indignado, a cena verdadeiramente selvática”. Cf. <http://retalhosdebemfica.blogspot.pt/2011/08/o-dono-da-farmacia-uniao-manoel.html>, acedido em 20 de Outubro de 2016.

Álvaro Proença (1912-1983) foi pároco da Igreja de Benfica (Igreja de Nossa Senhora do Amparo) entre 1955 e 1983 e marcou profundamente a vida da freguesia e da comunidade paroquial. Tem vários livros publicados e é autor do estudo *Benfica através dos tempos*, publicado em 1964, onde conta a história de Benfica, focando-se na Igreja Paroquial. Antes de chegar a esta paróquia, foi também capelão na Casa Pia e na Marinha e pároco em Loures.

⁴⁹² Francisco Vieira de Almeida dava o seu total apoio à candidatura de Humberto Delgado, mas não era um operacional da campanha. Empréstava-lhe o seu prestígio intelectual à campanha, comparecendo nalguns eventos e discursando, como testemunha o seu filho, Vasco Vieira de Almeida, em entrevista realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 26 de Outubro de 2016.

5.3.2. Custos e financiamento da campanha

Angariar fundos para cobrir as despesas locais e dos serviços centrais em Lisboa e no Porto era um dos trabalhos a cargo dos cidadãos que se ofereciam para ajudar no dia-a-dia da campanha, tal como distribuir propaganda, copiar os cadernos eleitorais, distribuir os boletins de voto e fiscalizar o acto eleitoral⁴⁹³.

Se é possível sistematizar as tarefas realizadas pelos voluntários, os dados concretos sobre os custos e financiamento da campanha de Delgado são escassos, constituindo meros apontamentos soltos e dispersos, sendo que alguns dos dados existentes não são suficientemente sustentados.

No espólio de Manuel Mendes é possível encontrar um documento sobre a conferência de imprensa no café Chave d'Ouro, que esteve inicialmente prevista para decorrer no dia 8 de Maio, pelas 15 horas, um evento com um *cocktail* que deveria ter lugar num salão, num hotel ou num restaurante, com um custo aproximado de 12.000\$00⁴⁹⁴. Mas é único momento/evento da campanha sobre o qual existe informação detalhada, com indicação do valor a ser gasto.

A questão dos custos está intimamente ligada com a dimensão dos voluntários que ofereciam o seu préstimo⁴⁹⁵, “incansáveis a pôr de pé toda a campanha, a arrecadar apoios” (Ferreira, 2009: 163), a executar várias tarefas sem receber dinheiro, outros ainda a entregar donativos ou mesmo a patrocinar eventos, o que desobriga a estrutura da campanha de algumas despesas.

Em termos de custos, o dinheiro era necessário para o aluguer dos espaços das sessões de propaganda⁴⁹⁶, para imprimir comunicados, manifestos e circulares, mas também para o material de propaganda propriamente dito⁴⁹⁷.

⁴⁹³ Estas tarefas estão enunciadas numa circular dos serviços centrais da candidatura. Cf. Fundo MAS – Arquivo Mário Soares, Pasta 02553.006, na Fundação Mário Soares.

In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=02553.006>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁴⁹⁴ Estas informações constam de um Plano da Campanha e Acção do Candidato, que se encontra no Fundo: Manuel Mendes/ MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.010, na Fundação Mário Soares. In (1958), "Plano da campanha e acção do candidato", CasaComum.org, Disponível HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04959.043.010> (2017-1-30).

⁴⁹⁵ No arquivo de Álvaro Monteiro, encontra-se correspondência que testemunha a forma como algumas pessoas da região se disponibilizaram para ajudar, nomeadamente na distribuição de propaganda.

⁴⁹⁶ A título de exemplo, o caso do aluguer do Avenida Teatro, em Viseu, onde se realizou uma sessão com Humberto Delgado, cujas diligências estão devidamente testemunhadas na correspondência constante no arquivo de Álvaro Monteiro consultado no âmbito desta investigação, bem como o processo de pedido de donativos.

⁴⁹⁷ Não é possível apurar o valor total gasto com material de propaganda porque os documentos com indicações nesse sentido são escassos. Ainda assim, no arquivo Humberto Delgado, na Torre do Tombo existe uma factura do dia 30 de Maio de 1958, de uma tipografia no Porto, passada ao cuidado da

Uma parte da campanha era financiada pela venda de bilhetes para as sessões de propaganda (embora existissem ainda convites), bem como pela venda de material de propaganda. Foi isso que sucedeu, entre vários outros documentos, com um caderno editado pela Comissão Regional do Norte dos serviços de candidatura de Humberto Delgado, “Viagem Triunfal ao Porto”, sobre o qual se falará adiante com mais pormenor, cuja contracapa esclarece que o produto da venda se destina às despesas da propaganda e onde também se pede o envio de contribuições para a morada da sede de candidatura do General, na Praça Carlos Alberto, ao cuidado de Artur Mirandela, o tesoureiro da campanha.

De acordo com a documentação dos serviços de imprensa da campanha, os fundos “vêm dos nossos adeptos, são angariados por subscrição. Será uma campanha modesta, sem os recursos da União Nacional, que dispõe largamente das vantagens de ser o partido do Governo”⁴⁹⁸. A comprová-lo está uma listagem⁴⁹⁹ assinalando os contributos de centenas de pessoas (que variam entre os 5\$00 e os 1.000\$). Se a maioria escreve ou assina em nome próprio, outros apresentam-se de forma colectiva, “senhoras da oposição”, “operárias da fábrica de S. Mamede”, “companhia dos telefones”, “um grupo de operário de S. Martinho do Conde”, “os mecânicos da empresa”, “um grupo de ferroviários”. Vários omitem, no entanto, a sua identidade e muitos assinam como anónimos ou com designações alternativas, como “um républicain”, “um que quer a liberdade”, “um português”, “um bragançano”, “de um grupo de amigos”, “de uma comuna das Antas” ou “viva a liberdade”.

Se estas listagens referentes à região norte do país apresentam um aspecto amador, com os nomes ou assinaturas e a respectiva contribuição escritos de forma atabalhoada em papel timbrado da candidatura – o mesmo acontecendo com as listas de subscrição de Viseu⁵⁰⁰, em Lisboa, este aspecto terá sido eventualmente mais cuidado, a avaliar pelas folhas com quadros bem definidos de listas de contribuição da candidatura nacional

candidatura do General, onde se pode verificar que uma encomenda de 45 mil panfletos custou 2.360\$00 (ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 78).

⁴⁹⁸ Esta era a resposta oficial preparada pela candidatura de Humberto Delgado a propósito da conferência de imprensa do café Chave d’Ouro, caso perguntassem ao candidato de onde vinha o dinheiro para as despesas da candidatura. Cf. Fundo Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado, pasta 04959.013.007.

⁴⁹⁹ O documento é composto por 26 páginas manuscritas, referentes aos dias 25 a 31 de Maio de 1958 e estava na posse do tesoureiro da campanha, Artur Mirandela. Este documento integra o arquivo Humberto Delgado, na Torre do Tombo. Cf. ANTT, HD/DAM/12/Cx. 78.

⁵⁰⁰ Existem no espólio de Álvaro Monteiro (documento n.º 17) folhas de subscrição dos serviços de Viseu, assinaladas com nome e importância, muito semelhantes às dos serviços da candidatura no Porto.

independente do General Humberto Delgado⁵⁰¹, com espaço para preencher com o nome, morada, telefone e importância. Estas folhas encontram-se em branco, por preencher e não foi possível encontrar quaisquer folhas preenchidas.

Importantes contributos também assinalados chegam das diferentes comissões concelhias ou por via da propaganda vendida – na maior parte dos casos surge apenas referenciada como “propaganda” em geral, noutras está especificado que se refere à venda de proclamações, ao “produto das cartas do Sr. General” ou “dinheiro das cartas”.

Sem orçamentos avultados, onde tudo na campanha se fazia “com a prata da casa, com pouco dinheiro”⁵⁰² e donativos de privados, “havia sempre duas ou três pessoas, normalmente empresários, que davam dinheiro para a candidatura de Humberto Delgado e tratavam das despesas”⁵⁰³. Em Santarém, por exemplo, os donativos foram chegando de diversos lavradores de Almeirim e de Alcobaça, de grandes comerciantes da região e de destacados elementos da oposição.

Na Marinha Grande houve importantes donativos de grandes empresários, nomes de referência incontornável na região, designadamente da Empresa de Limas União Tomé Feteira, de Vieira de Leiria. E de Vila Nova de Famalicão veio o contributo do banqueiro Cupertino Miranda⁵⁰⁴.

Iva Delgado aponta também Acácio Gouveia, como um dos financiadores da campanha do pai (Delgado, 2015: 117).

Entre os financiadores mais conhecidos esteve também Hermínio Paciência, um conhecido oftalmologista de Alpiarça, que custeou a sede de candidatura de Humberto Delgado na Avenida da Liberdade, em Lisboa. Era também dele o descapotável, um *Buick* verde-ervilha, de matrícula CB-13-68, que se tornou imagem de marca da campanha, no qual o General surgia acenando à população. Já para as deslocações a Norte do país, o carro era emprestado por Rodrigo de Abreu⁵⁰⁵. Pontualmente foram utilizados outros veículos, sempre emprestados por elementos do *staff* de apoio das comissões concelhias ou distritais da candidatura.

⁵⁰¹ Fundo: MAS – Arquivo Mário Soares, Pasta 02594.003, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=02594.003>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁵⁰² Entrevista a Iva Delgado, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 2 de Junho de 2014.

⁵⁰³ Entrevista a Joaquim Martinho da Silva, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 14 de Maio de 2016.

⁵⁰⁴ Entrevista a Custódio Maldonado Freitas, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 22 de Junho de 2016.

⁵⁰⁵ In <http://penafielnossaterra.blogspot.pt/2013/07/o-general-humberto-delgado.html>, acedido em 19 de Dezembro de 2014. A viatura, de matrícula, BD-32-25, era um Ford inglês e serviu para Humberto Delgado se deslocar em vários distritos do Norte do país.

Havia também a despesa inerente aos boletins de voto e respectivo envio/distribuição, já que às candidaturas competia fazer imprimir e distribuir pelos eleitores o boletim com o nome do candidato – os boletins do candidato da oposição eram entregues essencialmente porta a porta. “Levei boletins a muita gente. Não havia grandes máquinas nem grande dinheiro”⁵⁰⁶ para fazer de outra forma.

5.3.3. Boletins de voto

Um dos aspectos que perpassa as dimensões do voluntariado, dos custos e do financiamento na campanha de Humberto Delgado é a questão dos boletins de voto.

Na década de 1950 era necessário que cada pessoa trouxesse de casa um boletim, que na prática era um papel semelhante a um cartão-de-visita, com o nome do candidato, para ser depositado na urna, sendo que qualquer diferença na cor ou espessura do papel utilizado poderia denunciar em quem se estava a votar ou a invalidar mesmo o voto, como comprova um documento intitulado “Instruções para a Realização do Acto Eleitoral”, com data de Maio de 1958. Nesse pequeno caderno estão descritas com toda a minúcia as regras a observar nas secções de voto durante o acto da votação, mas também os pormenores para a organização das mesas e para o apuramento do resultado. O mesmo documento trazia anexado um papel com a indicação de que é absolutamente necessário que os boletins tenham 15x10 cm, advertindo-se que “se tiverem mais ou menos, inutilizar. Indispensável régua graduada para medir as listas”⁵⁰⁷ – para além de que, na maioria dos casos, o regime não permitiu à oposição ter elementos seus a fiscalizar as mesas de voto.

Se a União Nacional não dispunha da possibilidade de utilizar os correios, a polícia ou outros serviços do Estado para fazer chegar os boletins a todas as casas atempadamente, a oposição tinha de os distribuir porta a porta, ao mesmo tempo que tentava evitar a polícia e a PIDE – o que não foi possível nalguns casos, pelo que muitos dos seus boletins foram apreendidos e outros nunca chegaram ao destino, como aconteceu em Castanheira de Pêra, na Madeira ou nos Açores.

Era realmente muito importante que os boletins fossem impressos no mesmo tipo de papel, na exacta cor e tipo de letra dos da União Nacional, para não condicionar os

⁵⁰⁶ Entrevista a Edgar Nunes, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 14 de Maio de 2016.

⁵⁰⁷ Este documento, constante do espólio da investigadora, tem formato de um pequeno caderno, composto por 8 páginas, mede 16x11,8 cm e foi impresso pela Gráfica Boa Nova, Lda., em Lisboa, numa edição de 5 mil exemplares.

eleitores, denunciando logo à partida que não estavam a votar no candidato do regime. Só dessa forma a população deixaria de se sentir intimidada e sem receio de votar na oposição.

Uma das dificuldades práticas em todo este processo era conseguir que os boletins fossem feitos e distribuídos em tempo útil. Segundo Artur Santos Silva, para contornar essa situação, um dos elementos da candidatura, Artur de Oliveira Olivença, que tinha uma tipografia e havia sido candidato a deputado nas eleições de 1957 “resolveu montar uma armadilha. Foi à Companhia Nacional Editora, onde eram feitos os boletins do regime, e resolveu encomendar-lhes os boletins, ao mesmo tempo que pediu um orçamento e uma amostra de papel”⁵⁰⁸. Na verdade, a intenção era, por um lado, ter acesso ao papel, respectiva gramagem e cor e, por outro lado, mantendo a encomenda, fazer crer ao regime que a candidatura de Humberto Delgado estava a contar com a entrega apenas na sexta-feira antes das eleições, data limite apontada pela tipografia para disponibilizar os boletins.

A 19 de Maio, a candidatura do General depositou na Companhia Nacional Editora, proprietária do jornal *Diário da Manhã*, a quantia de 60 mil escudos para pagar a encomenda de um milhão e 900 mil votos com o nome de Humberto Delgado. “A empresa garantia, no recibo da obra, que os boletins seriam impressos em papel e tipo de letra idênticos aos usados para o candidato da União Nacional e comprometia-se a ir entregando os boletins, à medida que fossem impressos e contados, até ao dia 6 de Junho, antevéspera da eleição”⁵⁰⁹. No dia seguinte, 20 de Maio, a editora enviou a Rodrigo de Abreu a amostra do papel a utilizar nas listas de voto (Cunha, 2014: 184).

O contrato com a Companhia Nacional Editora daria origem a um documento de propaganda dos serviços de candidatura, um folheto com um aviso aos eleitores, garantindo que as listas de Delgado teriam qualidade de papel e tipo de impressão igual ao que seria utilizado para as listas de Américo Thomaz e que, assim sendo, de nada valeriam “quaisquer pressões que porventura possam ser feitas no sentido de intimidar os eleitores, sobretudo os funcionários civis e militares”⁵¹⁰.

⁵⁰⁸ Entrevista a Artur Santos Silva, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 13 de Setembro de 2016.

⁵⁰⁹ Artigo de João Paulo Guerra publicado em Maio de 1998 no jornal *Diário Económico*, citado em <http://especiedemocracia.blogspot.pt/2016/01/presidenciais.html>, acedido em 14 de Abril de 2016.

⁵¹⁰ O documento é também referido no capítulo sobre o material de propaganda da candidatura de Humberto Delgado. ANTT, PCE/DAM/cx 77 – doação Artur Mirandela.

Artur de Oliveira Olivença importou papel exactamente igual e imprimiu algumas centenas de milhares de boletins de voto, em sigilo, que ficaram prontos uma semana antes das eleições, na sua tipografia, no Porto, e que foram distribuídos por todo o país. O cruzamento das diferentes fontes consultadas e entrevistadas para a presente investigação permitem reconstituir alguns dos passos dados nesse sentido, nomeadamente quem foi levantar esses mesmos boletins. Custódio Maldonado Freitas revela que o seu pai, António Maldonado Freitas, foi ao Porto, juntamente com Mário de Azevedo Gomes, buscar os boletins que foram impressos durante a noite: “O meu pai foi um dos que conduziu o carro. Mas o meu pai e o Azevedo Gomes tiveram um acidente numa passagem de nível quando vinham com os boletins para a sede de campanha, em Lisboa”⁵¹¹.

Esta foi apenas uma das peripécias que mostra que estes voluntários não só corriam riscos⁵¹², como, por vezes, se viam na necessidade de criar manobras de diversão para distrair a polícia política – foi o que sucedeu em Santarém, conforme já ficou expresso no trabalho.

O lote de boletins de voto impressos no Porto, a que já se aludiu, esteve também na origem da detenção de três importantes membros da candidatura, pertencentes à comissão distrital do Porto. Artur Andrade, António Macedo e Armando Bacelar aproveitaram a vinda a uma reunião em Lisboa para fazer o transporte de boletins – o mesmo automóvel, do arquitecto Andrade, serviria para transportar diverso material de propaganda de candidatura, incluindo um grande número de cartazes, igualmente mandados imprimir no Porto por intermédio de Artur de Oliveira Olivença, já que havia dificuldades em fazê-los em Lisboa⁵¹³.

Já no distrito de Viseu, Álvaro Monteiro foi informado pelos serviços da candidatura de Lisboa de que as listas só lhe seriam entregues no dia 6 de Junho, a dois dias das eleições. Era necessário, portanto, “um plano inteiramente estabelecido, com base em pessoas de toda a confiança”, de forma a evitar duas situações: 1) não haver tempo para

⁵¹¹ Entrevista a Custódio Maldonado Freitas, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 22 de Junho de 2016.

⁵¹² Os riscos mais evidentes envolviam problemas com a PIDE a curto e médio prazo, como perseguições, represálias ou mesmo detenções, mas também risco imediato no que dizia respeito à integridade física, já que durante a campanha houve momentos em que os banhos de multidão se fizeram acompanhar de confrontos com a polícia.

⁵¹³ A descrição pormenorizada sobre a forma como decorreu este transporte, o percurso percorrido, as manobras de diversão para iludir a polícia e o culminar na prisão de cada um dos intervenientes é relatado em três artigos de opinião publicados por Armando Bacelar no decorrer dos anos 90. Cf. *Jornal de Notícias* dos dias 19, 20 e 21 de Outubro de 1992.

distribuir as listas; 2) com a confusão, aparecerem polícias fazendo-se passar por voluntários, normalmente mais “activos e diligentes que todos os outros” e que acabavam por preencher a vaga quando alguém estava em falta⁵¹⁴.

Neste como noutros aspectos, uma organização cuidada e uma boa rede de contactos revelou-se crucial para a distribuição das listas a tempo. Tratava-se “sobretudo de manifestações espontâneas, que não tinham por trás um suporte financeiro que permitisse melhor organização. Pedia-se algum dinheiro para a campanha, mas nessa altura era sempre muito difícil e muito pouco”⁵¹⁵. Era este o retrato replicado um pouco por todo o país, Como já se referiu, para o dia das eleições foi igualmente necessário mobilizar voluntários para marcarem presença como representantes da candidatura de Humberto Delgado nas mesas de voto. Tal como está patente no arquivo de Álvaro Monteiro, em cada distrito havia personalidades munidas de credenciais de Humberto Delgado que, nos locais onde funcionavam as sedes de candidatura nos vários distritos, passavam credenciais para que estes representantes do General pudessem fiscalizar o acto eleitoral. O próprio advogado Álvaro Monteiro se ocupou dessa tarefa, em Viseu, e Manuel Coelho dos Santos, à época ainda jovem advogado, fez o mesmo na cidade do Porto (Santos, 2013: 85).

Ainda que os pormenores descritos nesta parte do trabalho sobre a impressão e distribuição dos boletins de voto sejam elementos importantes para perceber a estrutura organizativa da campanha de Humberto Delgado, são igualmente bons exemplos que ilustram os riscos que estes voluntários corriam envolvendo-se nessa mesma campanha – e não só estavam dispostos a correr riscos, como a tentar encontrar soluções e ultrapassar adversidades, para que a campanha pudesse prosseguir.

E como fica demonstrado, a rede de contactos e de influências dos apoiantes de Humberto Delgado revelou-se essencial não só na organização da campanha num sentido mais lato, mas também em inúmeras questões práticas.

A propaganda na campanha, o que ela envolvia, quem a produzia e como chegava até aos eleitores são algumas das questões abordadas no próximo subcapítulo, onde se

⁵¹⁴ Carta dos serviços da candidatura de Lisboa, de 22 de Maio de 1958, para Álvaro Monteiro. Exposta a dificuldade principal, Lisboa pergunta a Viseu como vai proceder, o que sugere que se faça, e se tem algum carro para se proceder ao transporte das listas. Viseu envia resposta à circular de Lisboa, com cópia para a Comissão Regional do Norte, defendendo que, face ao exposto, parecia “praticamente impossível, ou pelo menos muito difícil” a completa entrega das listas aos eleitores.

⁵¹⁵ Entrevista a Jaime Marta Soares, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 17 de Julho de 2015.

detalham os materiais de propaganda que foram utilizados na campanha de Humberto Delgado para as eleições de 1958.

5.4. Material de propaganda

Sendo a propaganda uma actividade muito antiga, com milhares de anos, é no século XX, com o surgimento dos meios de comunicação de massas, que encontra terreno fértil para a sua propagação e forte desenvolvimento (Welch, 2013).

As definições que se podem evocar são inúmeras, mas o objectivo essencial da propaganda não se alterou no decorrer dos séculos: trata-se, no essencial, de passar uma mensagem, como corrobora David Welch (2013), que define a propaganda como disseminação de ideias com vista a convencer pessoas a pensar e agir de um modo particular e com um propósito persuasivo específico⁵¹⁶.

No que diz respeito à presente investigação, a aplicação de técnicas de persuasão visava um objectivo específico, que se traduzia numa atitude muito concreta: o voto em Humberto Delgado nas eleições presidenciais realizadas a 8 de Junho de 1958.

Para tanto foi produzido pelos serviços de candidatura do General um leque de materiais de propaganda, cartazes, selos, autocolantes, folhetos, folhas volantes, livros, postais, fotografias, alfinetes tipo lapela⁵¹⁷, sacos de papel, bandeiras, faixas utilizadas nas sessões de propaganda.

Para além do núcleo duro que funcionava a partir da sede, em Lisboa – nomeadamente, os serviços de imprensa para o qual trabalhavam Raúl Rêgo e Manuel Mendes, a candidatura de Humberto Delgado tinha um Comissão de Imprensa e Propaganda na cidade do Porto⁵¹⁸.

⁵¹⁶ Alguns autores de referência (Tchakhotine 1967; Thomson, 1977; Domenach, 1979) vão ainda mais longe nas definições que propõem para a propaganda, como sucede com um dos pioneiros no estudo destas questões, Harold Lasswell (1938), considera a propaganda numa sociedade de massas, como um mecanismo de influência da opinião pública, funcionando como um meio de controlo social. Ideia também explorada pelo sociólogo francês Jacques Ellul (2014), para quem a moderna sociedade tecnológica condiciona as pessoas à necessidade da propaganda (sendo esta mais efectiva quando reforça opiniões e crenças já existentes). Cf. David Welch, *Propaganda. Power and Persuasion*, 2013.

⁵¹⁷ Curiosamente, os pins, muito recorrentes nas campanhas eleitorais americanas, nunca foram muito usados em Portugal. Não sendo objectivo deste trabalho identificar os motivos pelos quais tal facto sucede, registre-se, no entanto, o facto de o pin ser um objecto que denuncia uma forma de comprometimento e expressão política muito explícitas (os americanos têm o expoente máximo dessa visibilidade com as placas de matrícula dos automóveis, com os nomes dos candidatos, as quais existem desde os anos 50, não sendo possível tirá-las facilmente, dado que estavam aparafusados nos pára-choques das viaturas). Embora o autocolante também marque bem a pertença a um determinado grupo é, apesar de tudo, mais rápido descolá-lo rapidamente.

⁵¹⁸ A constituição exaustiva desta comissão encontra-se na secção de anexos deste trabalho.

No que concerne ao *marketing* político, para que a candidatura de Humberto Delgado fosse bem-sucedida e convencesse o maior número de pessoas era necessário identificar e decidir que tipo de imagem do candidato se queria comunicar. A característica mais evidente era o facto de ser um militar no activo, pelo que foi como militar, devidamente fardado, que se apresentou ao país, como assinala a fotografia oficial como candidato à Presidência da República⁵¹⁹ (imagem 17).

Imagem 17

Retrato oficial do candidato Humberto Delgado nas eleições de 1958



Fonte: Arquivo Pessoal de Joaquim Martinho da Silva.

O facto de o candidato se apresentar fardado era um elemento importante que pode ser apontado como uma vantagem, porque, mesmo não lhe devendo as forças policiais qualquer obediência formal, a presença de um General fardado implicava sempre uma certa reverência, que jogava naturalmente a seu favor e que Humberto Delgado não deixou de evidenciar, nomeadamente quando se dirigia a Braga, tendo respondido a um PIDE que o interpelou que “um General no activo não aceita ordens policiais”⁵²⁰.

Para alguns houve mesmo a convicção de que o facto de ser General poderia indiciar o apoio do Exército, o que significaria que haveria possibilidades de que as regras do jogo

⁵¹⁹ ANTT, HD/DCB/10/ Cx. 75 e ANF/D-HD/275/PPB.

⁵²⁰ Jornal *Novidades*, de 2 de Junho de 1958.

fossem, dessa vez, respeitadas (Soares, 1974: 206). Neste contexto, e consciente do peso simbólico de ter um candidato que era um militar no activo a concorrer às eleições contra o candidato apoiado pelo regime, o Governo acabou por comunicar ao General que não podia apresentar-se fardado durante as sessões públicas da campanha eleitoral (Múrias, 1975: 23), ordem que Delgado acatou (Costa e Melo, 1988)⁵²¹.

À figura do militar associavam-se imediatamente o rigor, formalismo, coragem e determinação, características naturalmente favoráveis a um candidato ao mais alto cargo da Nação nos anos 50, tanto mais que as personalidades que ocuparam o cargo de Presidente da República vinham tradicionalmente do meio militar⁵²² em Portugal, país adepto da ordem, da paz social e da vida sem convulsões de maior.

As fotografias de Humberto Delgado como candidato à Presidência da República utilizadas pelos seus serviços de candidatura para a propaganda da campanha são sempre tiradas com o uniforme que o identifica como militar. Nuns casos, o uniforme de cerimónia, também chamado uniforme número um, com as respectivas condecorações e barrete, noutros casos com o uniforme da Força Aérea (mas nem sempre com barrete, apesar de, sem este, não se considerar que esteja fardado de modo formal).

O facto de se apresentar nas eleições contra o regime no qual havia feito toda a sua carreira, tendo mesmo ocupado cargos de confiança política em que despachava directamente com Oliveira Salazar, acalentava a imagem de “Homem sem Medo” que viria a ser consolidada com a resposta dada pelo candidato na conferência de imprensa inaugural da campanha, quando lhe foi perguntado o que faria ao Presidente do Conselho caso fosse eleito. O “Obviamente demito-o” permitiu-lhe cultivar até ao final da campanha a imagem de homem destemido e corajoso, que seria largamente explorada e difundida até aos dias de hoje.

⁵²¹ Citado in *Nova Renascença*, vol. XVIII, Inverno de 1998, p. 26.

⁵²² É preciso recuar ao início da década de 20 do século XX, ao mandato de Manuel Teixeira Gomes, para encontrar um Presidente da República que não fosse militar. Desde essa altura, os sucessivos chefes de Estado foram-no sempre: José Mendes Cabeçadas Júnior, de uma família de militares, fez carreira na Marinha e foi Vice-Almirante. Integrou, aliás, a comissão de candidatura de Humberto Delgado nas eleições de 1958; Manuel de Oliveira Gomes da Costa (filho de um modesto soldado do Ultramar) era Marechal, o mesmo sucedendo com Óscar Carmona (também filho de um General). Descendente de uma ilustre família de militares, Francisco Craveiro Lopes, que ocupou o cargo até 1958, era também General. Durante o Estado Novo, concorreram também às eleições presidenciais em nome da oposição, o General Norton de Matos e o Almirante Quintão Meireles, todos com carreira militar consolidada. O principal adversário de Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958, Almirante Américo Thomaz, que viria a ser Presidente da República várias décadas, até o regime cair, fez toda a sua carreira na Marinha. E mesmo quando o país transitou para um regime democrático sucederam-se os Presidentes vindos do meio militar (António de Spínola, Francisco da Costa Gomes e António Ramalho Eanes), tendo sido Mário Soares, já na segunda metade dos anos 80, o primeiro civil a ser eleito para o cargo depois do 25 de Abril de 1974.

5.4.1. *Slogans* de campanha e palavras de ordem

Para além dos cartazes com fotografias do candidato, as salas alugadas para as sessões de propaganda eram engalanadas com bandeiras de Portugal e com enormes letreiros com palavras como “Pátria”, “República” ou “Democracia”, “Viva a Liberdade” ou “O Medo acabou”, que funcionavam como *slogans*, tal como é patente na imagem 18.

Imagem 18

***Slogans* de campanha**



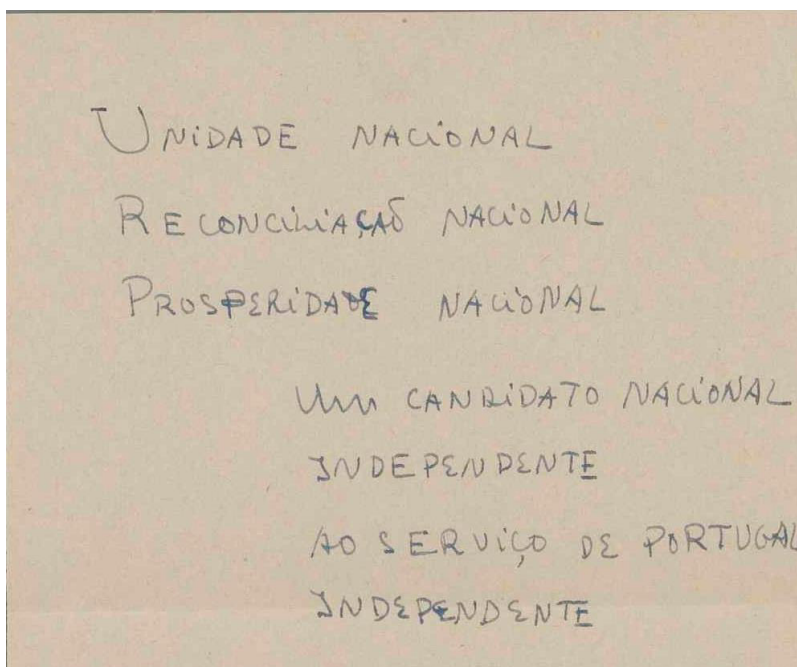
Fonte: Arquivo Pessoal de Álvaro Monteiro.

A mensagem de Humberto Delgado baseou-se igualmente num outro conjunto de ideias-chave, revelador de uma organização cuidada e bastante profissional por parte dos obreiros da campanha do General. No espólio de Manuel Mendes, à guarda da Fundação Mário Soares, existe um rascunho com palavras de ordem previstas para serem utilizadas na campanha de Humberto Delgado nas presidenciais de 1958⁵²³ (ver imagem 19):

⁵²³ Fundo Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado, pasta 04959.043.003, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.003>, acedido em 23 de Abril de 2016.

- Unidade Nacional
- Reconciliação Nacional
- Prosperidade Nacional
- Um candidato Nacional
- Independente
- Ao serviço de Portugal
- Independente

Imagem 19
Palavras de ordem



Fonte: Fundo Manuel Mendes, na Fundação Mário Soares.

O candidato pretendia, assim, afirmar-se como independente, afastando-se do regime no qual tinha feito carreira fulgurante e, por outro lado, propunha-se unir e reconciliar o país – proposta que pode vir ao encontro quer da desunião e divisão que existia entre as diferentes correntes oposicionistas⁵²⁴, quer daqueles que, tendo feito o 28 de Maio,

⁵²⁴ No arquivo de Álvaro Monteiro há inúmeros testemunhos do desentendimento que reinava entre a oposição: Adão da Cruz Moreira Dias, em carta enviada a Álvaro Monteiro no dia 13 de Maio de 1958, refere que “há uma grande falta de coesão nas nossas fileiras que eu não queria ver diminuídas mas sim compenetradas de que só um bloco de todas as forças adversas nos poderia dar a vitória. Até lá só um pensamento nos devia animar: união!”. Dias depois, a 21 de Maio de 1958, A. Rodrigues d’Albuquerque escreve a Álvaro Monteiro queixando-se que lhe causa “tristeza e mágoa o que se está passando entre nós

discordavam agora do rumo seguido pelo regime de Salazar, e explorava, de uma forma geral, não só os sectores descontentes da situação, como o mal-estar instalado numa parte da população, que enfrentava muito fracas condições de vida.

Na candidatura de Delgado apostava-se num efeito desinibidor junto dos que, sentindo-se comprometidos com a situação, partilhavam algum incómodo ou desilusão em relação ao rumo do Estado Novo, a ela associando uma garantia de “transição suave”, iniciada dentro do quadro constitucional em vigor, sendo o General apresentado como o homem que poderia unir o maior número de portugueses.

5.4.2. Sessões de propaganda e *merchandising*

A forma mais tradicional de fazer propaganda eleitoral era através da realização de sessões de propaganda, vulgarmente conhecidas como comícios, que exigiam o aluguer de um espaço e a respectiva autorização, sendo que, no caso da oposição, esta apenas estava autorizada a realizá-las em recintos fechados, o que limitava a assistência (Cruz, 2009: 166). Ainda assim, todos os momentos foram habilmente aproveitados e praticamente todos os dias se realizaram sessões em muitas localidades de vários distritos.

O candidato à Presidência da República não podia, naturalmente, marcar presença em todas elas, pelo que nos comícios participavam, em seu nome, os mais destacados elementos da oposição local e, nalguns casos, membros ilustres da comissão de honra ou da comissão nacional da candidatura de Humberto Delgado, como António Sérgio ou Francisco Vieira de Almeida.

Do plano de acção do candidato⁵²⁵ constavam algumas questões essenciais a abordar nas sessões de propaganda. Logo nos primeiros dias, estava previsto falar sobre a liberdade de imprensa, mas também sobre a liberdade de associação e de reunião.

Estas sessões de propaganda exigiam pedidos de autorização prévia aos respectivos Governo Civil, pelo que estes ficavam na posse de informação não só sobre o dia, a hora e o local dos comícios da oposição, mas também sobre quem presidia à sessão e sobre quem eram os oradores que iriam usar da palavra⁵²⁶.

– os oposicionistas. Ao menos que por uma rajada de bom senso que nos una a todos para assistirmos em Viseu à sessão de propaganda do General Sr. Humberto Delgado”.

⁵²⁵ Estas informações constam de um Plano da Campanha e Acção do Candidato, que se encontra no Fundo: Manuel Mendes/ MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.010, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.010>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁵²⁶ Tais informações constam dos relatórios da PIDE que integram os processos da polícia política sobre as eleições presidenciais de 1958. Cf. ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, SR NT 2800, PT3.

Todas as sessões de propaganda eleitoral tinham bilhetes ou convites para se poder entrar – que não eram iguais, mas variavam consoante o lugar fosse no palco, no balcão, em camarotes ou na plateia. Os convites eram feitos localmente e, por conseguinte, não existiu um modelo único a ser replicado por todo o país, embora nalguns locais fossem efectivamente muito semelhantes e obedecendo à mesma concepção gráfica. Os convites para a sessão em Guimarães⁵²⁷ e Braga⁵²⁸ têm exactamente o mesmo grafismo.

Do mesmo modo, um outro modelo de convite foi seguido para a sessão em Coimbra⁵²⁹ e para o do Ginásio do Liceu Camões, em Lisboa⁵³⁰, mas neste caso não eram bilhetes exactamente iguais, na medida em que o primeiro era mais pormenorizado, incluindo a lista de oradores que discursariam naquela sessão.

Para o Coliseu do Porto⁵³¹, o modelo utilizado era já completamente diferente dos demais e houve distinção entre os convites para os lugares mais destacados e os restantes. Mas, comprovando que os convites/ bilhetes variavam consoante o distrito, também Viseu apresentou um modelo alternativo para a sessão no Avenida Teatro⁵³².

A correspondência que se encontra no arquivo Humberto Delgado, na Torre do Tombo, e no arquivo pessoal de Álvaro Monteiro dá nota de várias cartas, nas quais os cidadãos, em nome individual ou no nome das comissões concelhias que integravam, pedem o envio de propaganda para distribuir (ou vender) nas suas localidades.

Num primeiro momento, ainda em Abril de 1958, os serviços da candidatura concentraram-se em dar a conhecer o candidato aos eleitores, explicitando o porquê da necessidade de uma candidatura independente, os principais objectivos a que ele se propunha e os seus elementos biográficos. São desta altura dois documentos essenciais:

⁵²⁷ ANTT, HD / DAM / 12 / Cx. 77. Convite para a sessão no Teatro Jordão, impresso em cartão com letras a preto e logótipo com as iniciais de Humberto Delgado em letras douradas e um rebordo a encarnado, com a indicação da zona à qual se destinava o convite. Dimensões de 13, 6 x 8, 6 cm.

⁵²⁸ Fundo: DRS – Documentos Alfredo Ribeiro dos Santos, Pasta 02587.011.014, na Fundação Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=02587.011.014>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁵²⁹ Fundo: Manuel Mendes/ MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.011, na Fundação Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.011>, acedido em 23 de Abril de 2016. Este convite encontra-se também no Centro de Documentação 25 de Abril, pasta Comunicados e Panfletos/ Eleições Presidenciais 1958 (espólio Rui Pato).

⁵³⁰ Fundo: Manuel Mendes/ MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.018, na Fundação Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.018>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁵³¹ ANTT, HD / DCB / 10 / Cx. 75. Foram utilizados quatro modelos de convite no Porto: um com imagem do candidato, em fundo bege e letras verdes para os lugares no palco e para os convites de serviço (para o *staff*); um modelo em tudo semelhante, mas sem imagem do candidato para os camarotes de 1ª; um terceiro modelo, impresso em papel encarnado, para os lugares da plateia e, finalmente, impresso em papel cor-de-laranja os bilhetes para o balcão popular.

⁵³² No arquivo pessoal de Álvaro Monteiro encontra-se um convite para o palco, onde se lê o nome do evento, data, hora e local. O documento tem as dimensões de 12, 2 x 7,5 cm, mas já não é possível precisar as cores, uma vez que só foi possível consultar uma fotocópia a preto e branco.

- “Eleições para a Presidência da República / Candidatura Independente do General Humberto Delgado (Circular dos Serviços de Candidatura – em organização”, Abril de 1958 (quatro folhas)⁵³³.

Para além dos motivos que justificam a candidatura, esta circular apela à assinatura do processo a entregar no Supremo Tribunal de Justiça e à adesão ao movimento independente representado pelo candidato. O documento apresenta também aquele que pode ser considerado um programa em quatro pontos: 1. Pacificação da família portuguesa; 2. Revogação dos decretos que suspendem o art.8.º da Constituição; 3. Promulgação de nova lei eleitoral e organização de novo recenseamento, a fim de serem realizadas a curto prazo eleições gerais; 4. Moralização dos costumes políticos e da Administração Pública. O documento termina com uma lista com os nomes de 66 nomes, com indicação de profissão e morada, que correspondem aos primeiros proponentes da candidatura, todos da região do Porto.

- “Eleições para a Presidência da República / Candidatura Independente do General Humberto Delgado (Publicação dos Serviços de Candidatura – em organização / Elementos biográficos do Sr. General Humberto Delgado, Abril de 1958 (duas folhas)⁵³⁴.

Trata-se de uma nota biográfica detalhada, organizada pelos serviços de candidatura, de acordo com as seguintes áreas: A) Educação; B) Carreira; C) Representação do país e viagens; D) Produção Literária e Científica; E) Condecorações e outras distinções.

- “Aos Portugueses”⁵³⁵, Manifesto de apoio à candidatura de Humberto Delgado assinado por 14 nomes, entre eles os irmãos Cal Brandão, António Macedo ou Eduardo Santos Silva, todos do chamado Grupo do Porto. No documento, que data de Maio de 1958, os subscritores do manifesto elogiam o programa do candidato independente, dão “franco apoio às directrizes traçadas pelo Senhor General Humberto Delgado” e concluem que só depois da pacificação da família portuguesa “será possível marcharmos para a democracia”.

Desta fase inicial, em que os serviços tiveram claramente como intuito justificar a candidatura de Humberto Delgado e os propósitos que moviam o candidato, destacou-se um outro documento:

⁵³³ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77. Quanto às dimensões, o documento consiste num folheto de 4 páginas (frente e verso), de fundo branco sujo, tamanho semelhante a A4, 21x29 cm.

⁵³⁴ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77. Quanto às dimensões, o documento consiste num folheto de duas páginas (frente e verso), de fundo branco sujo, tamanho semelhante a A4, 21x29 cm.

⁵³⁵ Fundo: Manuel Mendes – MNAC / Museu do Chiado, Pasta 04959.013.006, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.013.006>, acedido em 23 de Abril de 2016.

• “Proclamação do General Humberto Delgado. A todos os Portugueses da Metrópole e do Ultramar”⁵³⁶, Maio de 1958 (uma folha). Trata-se de um cartaz onde se enunciam as “razões duma candidatura”, detalhando os fundamentos da candidatura e justificando-a. Explicita de seguida a “posição dum candidato independente”, propondo-se “explicar claramente em que consiste, no momento político especial em que nos encontramos, a minha independência e os seus limites”, denunciando o que vai mal no Estado Novo de Salazar e a desintegração do espírito do 28 de Maio. Numa parte do documento dedicada ao “intervencionismo da minha candidatura” mostra-se contra o abstencionismo e explica a necessidade de todos mostrarem interesse no acto eleitoral. O último ponto é dirigido aos “Fundamentos nacionais e constitucionais da candidatura”, onde começa por expor um programa mínimo, que parte da premissa de que não cumpre ao Chefe de Estado governar, mas antes defender os direitos e garantias dos cidadãos, sem discriminações e com imparcialidade. Termina com a enumeração de vários pontos de ordem interna e externa que se propõe cumprir, alguns dos quais já anteriormente enunciados, em Abril de 1958, “Eleições para a Presidência da República / Candidatura Independente do General Humberto Delgado (Circular dos Serviços de Candidatura – em organização”.

Estes serviços eram os responsáveis pela elaboração e publicação do material de campanha, algum do qual era vendido. Desde logo:

• Brochura de Propaganda “Proclamação do General Humberto Delgado. Candidato à Presidência da República”⁵³⁷, constituída por uma espécie de livro de 32 páginas, editado pelos Serviços de Propaganda do Porto e cujo produto da venda (2\$50) se destinava à propaganda. Foram produzidos pelo menos três cadernos distintos, com diferentes fotos de capa e de organização da informação biográfica sobre o General.

Estes livrinhos compilam vária da informação já difundida pelos serviços da candidatura de Humberto Delgado. Assim, os elementos biográficos são os mesmos que

⁵³⁶ Deste documento foi possível encontrar versões diferentes, impressas em cidades distintas e com diferente organização gráfica, mas ambas com o mesmo conteúdo de texto e com tamanho semelhante a A3, 51x38,3 cm. Uma das versões ocupa frente e verso de uma folha A3, a preto e branco, com uma fotografia do candidato de uniforme militar no canto superior direito (na parte da frente), impressa na Gráfica Ibéria – Areosa. Esta versão foi adquirida pela autora. Outra versão com o título a cores (a encarnado), disposto apenas na parte da frente da folha A3, também com a fotografia do candidato de uniforme militar, mas no centro da página, impresso pela Tipografia Mário Contreiras Lda. – Lisboa (ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 78). Em tudo semelhante a esta última, documento impresso numa outra tipografia: Soc. Progresso Industrial. Rua do Centro Cultural, 15 – Lisboa (arquivo pessoal Venerando Matos).

⁵³⁷ Todos estes cadernos se encontram na Torre do Tombo, com a referência ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 78. Quanto às dimensões, o documento consiste num livrinho de 32 páginas (frente e verso), em papel branco, com dimensões de, 14,5 x 20,5 cm. Num documento de Artur Mirandela, tesoureiro da campanha, que incide numa listagem dos donativos e subscrições, há uma referência à venda de “proclamações”.

constavam na circular de Abril (na altura ainda em organização), seguidos da transcrição na íntegra da circular de apresentação da candidatura⁵³⁸, mas onde também se incluem várias fotografias do General exercendo funções na NATO, ao lado de prestigiados oficiais americanos e uma outra a ser condecorado, em Washington, com a Legião de Mérito dos Estados Unidos. No documento está igualmente reproduzida a proclamação do candidato a todos os portugueses da Metrópole e do Ultramar. A novidade, em termos de conteúdos, é a inclusão de duas páginas sobre o que foi o movimento de 28 de Maio, com a transcrição do compromisso da guarnição de Coimbra, e de três páginas com artigos da Constituição seleccionados, “para efeito de tornar conhecida a parte da Constituição que mais interessa à Candidatura do GENERAL HUMBERTO DELGADO”.

Em Portugal, da campanha de Humberto Delgado, conhecem-se objectos como alfinetes de lapela, bilhetes-postais, dísticos, bandeiras, selos e sacos de papel – um registo bastante pobre quando comparado, por exemplo, com os infindáveis objectos distribuídos nas campanhas americanas⁵³⁹, o que não significa que a oposição não tenha feito uma campanha eficaz e agressiva. Basta lembrar que “as ruas do Porto foram inundadas de cartazes e panfletos das candidaturas oposicionistas, principalmente de Humberto Delgado” (Cruz, 2009: 165) ou a utilização inédita de alguns eléctricos que circulavam na linha 1, no Porto, para fazer propaganda eleitoral, com afixação de cartazes na parte exterior dos eléctricos onde se lia “Viva a Liberdade.” Esta situação inédita pressupunha, como bem refere Ana Sofia Ferreira (Ferreira, 2009: 166) “o conhecimento, e muito provavelmente, a aprovação, da Direcção do Serviço de Transportes Colectivos do Porto”.

⁵³⁸ Conteúdo idêntico ao constante em “Eleições para a Presidência da República / Candidatura Independente do General Humberto Delgado (Circular dos Serviços de Candidatura – em organização”, Abril de 1958.

⁵³⁹ Para além da variedade de objectos já referida, os objectos da campanha presidencial americana incluíram meias ou pegas de cozinha, luvas de senhora ou suspensórios e os *slogans* de campanha apareceram inscritos nas fraldas dos bebés ou nos *tees* utilizados nas partidas de golfe. Nas eleições presidenciais de 1956 fizeram sucesso os óculos escuros com os *slogans* das candidaturas e os maços de cigarros que, pela primeira vez, promoveram o voto em cada um dos candidatos. E já na campanha de 1952, o apelo ao voto dos consumidores foi feito através da caixa de cereais Corn Flakes, que mostrava a imagem de Eisenhower e Stevenson, os dois candidatos que se defrontavam nas eleições. In http://www.mrbreakfast.com/cereal_ucp_slideshow.asp?id=96&picid=1883, acedido em 11 de Junho de 2016.

Ainda nos anos 50, com a era da televisão, começou a fazer menos sentido pensar apenas em brindes para oferecer aos eleitores, já que estes passaram a instalar-se no sofá, em casa. Os debates televisionados, as conferências de imprensa e os anúncios tornaram-se meios mais eficazes para alcançar a maior audiência possível entre o público votante. Os objectos ajustaram-se a este tipo de campanha que passava muito pelo ecrã, como demonstra a aposta nos anúncios “Eisenhower Answers America”.

Também existiu pelo menos um veículo automóvel que circulava com propaganda de Humberto Delgado colada no vidro⁵⁴⁰. Nas Caldas da Rainha foram lançados folhetos para o público a partir de um automóvel, por uma pessoa que fazia sinal de vitória enquanto lançava a propaganda⁵⁴¹.

Na sede de candidatura, em Lisboa, colaram-se na fachada do edifício, e na entrada, vários cartazes com a fotografia de Humberto Delgado e fotografias da viagem do candidato ao Porto, o que “provocava a paragem das pessoas que passavam”⁵⁴². À porta do prédio aproveitava-se para fazer “grande distribuição de exemplares de propaganda” a quem passasse na rua, mas também “atirando folhetos pela janela durante cerca de 30 minutos”. De acordo com um relatório da PIDE, no dia 14 de Maio, um empregado distribuiu propaganda pelas janelas para a Avenida ao final da manhã e novamente durante a tarde (mas durante um período mais curto, de 15 minutos)⁵⁴³.

De carácter geral existiu um vasto leque de material de propaganda para ser afixado ou distribuído:

- Cartaz de propaganda eleitoral “Votem Humberto Delgado”⁵⁴⁴, para colar nas paredes. Fotografia do general com uniforme militar de cerimónia, com condecorações e respectivo barrete na cabeça;
- Cartaz de propaganda eleitoral “Humberto. Humberto. Humberto”, com metade do nome a verde e a outra metade a encarnado, para colar nas paredes⁵⁴⁵;
- Postal de propaganda eleitoral com imagem de Humberto Delgado de uniforme de cerimónia, tendo como fundo as cores da bandeira de Portugal⁵⁴⁶ e no verso uma mensagem do candidato sobre os anseios do povo e a necessidade de um poder verdadeiramente legitimado, dizendo: “Os soberanos direitos e anseios do Povo – e o Povo somos todos – exigem que o Poder se legitime e consagre por todos os métodos

⁵⁴⁰ Fototeca do GAI/PCM, In Humberto Delgado, livro da exposição organizada pela C.M. Lisboa (d direcção científica de Fernando Rosas), 2002, p. 52.

⁵⁴¹ Relatório do Governo Civil de Leiria de 29 de Maio de 1958, dando conta de uma ocorrência que lhe chegou da PSP. Cf. ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, SR. NT 2800, PT3.

⁵⁴² Relatório de vigilância da PIDE à sede de candidatura na Avenida da Liberdade do dia 25 de Maio de 1958. Cf. ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, SR. NT 2800, PT2.

⁵⁴³ Relatório de vigilância da PIDE à sede de candidatura na Avenida da Liberdade do dia 14 de Maio de 1958. Cf. ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, SR. NT 2800, PT3.

⁵⁴⁴ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77. Cartaz impresso na vertical, em papel fino, fundo branco sujo, dimensões 29,8 x 42,3 cm. Frases com as cores da bandeira portuguesa (“Votem” na linha de cima em verde; “Humberto Delgado” na linha de baixo a encarnado). Tem indicação ao canto superior esquerdo “para colar nas paredes”.

⁵⁴⁵ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77, cartaz na horizontal, impresso em papel branco, com dimensões de 59,5 x 44,5 cm.

⁵⁴⁶ ANTT, HD/DCB/10/ Cx. 75. Postal com frente e verso impresso na vertical, com as dimensões de 11,4 x 15,2 cm.

análogos aos usados nas Nações livres do Mundo”. Trata-se de uma edição dos serviços da candidatura do Porto, cujo produto da venda se destinava à propaganda.

- Postal de propaganda eleitoral com imagem de Humberto Delgado de uniforme da Força Aérea⁵⁴⁷ (sem barrete na cabeça), com texto no verso advogando o direito que qualquer cidadão tem de intervir na vida política do país;
- Postal de propaganda eleitoral com imagem de Humberto Delgado de uniforme da Força Aérea⁵⁴⁸ (sem barrete na cabeça), com texto no verso dizendo que “em nome da Pátria” aceitou ser candidato porque “graves acontecimentos estão subvertendo o nosso querido Portugal e imperioso é que se tomem medidas salvadoras”;
- Marcador de livro da candidatura General Humberto Delgado⁵⁴⁹, com a foto do General de uniforme de cerimónia e com chapéu;
- Saco de papel de propaganda eleitoral do General Humberto Delgado, branco com um autocolante redondo com a imagem de Humberto Delgado de uniforme militar⁵⁵⁰;
- Emblema de lapela da candidatura de Humberto Delgado⁵⁵¹, com a efígie do candidato;
- Alfinete de lapela da candidatura de Humberto Delgado⁵⁵², com a efígie do candidato;
- Selos “General Humberto Delgado. Candidato Nacional à Presidência da República”⁵⁵³, com a imagem do General com uniforme da Força Aérea e barrete na cabeça, destinados à recolha de fundos para a candidatura;
- Bandeira de Portugal em papel, utilizada na campanha de Humberto Delgado⁵⁵⁴;

⁵⁴⁷ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 78. Postal com frente e verso, com as dimensões de 9,8 x 14,8 cm. No verso, lê-se a seguinte mensagem de Humberto Delgado: “Como independente não me sinto adversário nem inimigo de qualquer ou de nenhum; embora se exija, no interesse de todos, que ninguém, por deformação espiritual ou interesses desnacionalizados, nos queira privar, como povo ou indivíduos, dos elementos da dignidade humanas essenciais na civilização cristã. Desde que as divergências ideológicas não atinjam a integridade destes elementos essenciais de dignidade, todos os cidadãos e todos os valores morais e intelectuais terão o direito de intervir, constitucionalmente, na vida política do País”.

⁵⁴⁸ ANTT, HD / APO / 09 / Cx. 51.

⁵⁴⁹ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77. Impresso na vertical em papel fininho branco, com dimensões de 8,4 x 17, 5 cm.

⁵⁵⁰ Fundo: DRS Alfredo Ribeiro dos Santos, Pasta 02587.013.007, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=02587.013.007>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁵⁵¹ Fundo: Colecção Mário Soares/ António Pedro Vicente, Pasta 09527.001.020, na Fundação Mário Soares. Emblema de 1958, dourado, de forma circular, com 2,5 cm de diâmetro. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=09527.001.020>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁵⁵² EMFA / Arquivo Histórico da Força Aérea. Este alfinete, dourado, que fazia parte da propaganda eleitoral da campanha, é todo recortado. Entre o povo havia quem fizesse um H com alfinetes de costura propriamente ditos para usar na lapela.

⁵⁵³ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77. Selos com a dimensão de 4 x 5,3 cm. Os selos, com picotado para destacar, vinham impressos em folhas A4 contendo 35 selos por folha. Estas folhas estão no Fundo Manuel Mendes/ MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.032, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.032>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁵⁵⁴ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77. Bandeira de Portugal em papel, com dimensões de 48,5 x 69 cm.

- Bandeira de papel utilizada na campanha de Humberto Delgado, exibindo de um lado o escudo português, do outro a efígie do General de uniforme militar, com a legenda: “General Humberto Delgado. Candidato à Presidência da República para todos os portugueses”⁵⁵⁵;

De acordo com o relato de um jornal, centenas destas bandeiras de papel terão sido distribuídas junto à estação de São Bento⁵⁵⁶, no Porto, mas, como já foi referido anteriormente, ostentar este tipo de objectos era susceptível de criar problemas com as autoridades policiais, como confirma o relatório da Polícia de Segurança Pública onde se refere: “capturei Manuel Eduardo Ferreira, menor de 15 anos, tipógrafo. Motivo da prisão: por aquela hora e na referida rua, vir juntamente com outros, em correria, sendo portadores de uma bandeira, manifestando-se aos vivas a Humberto, pelo que lhe fiz frente, com o cassetete”⁵⁵⁷.

Sendo o clima intimidatório uma das características do regime, as declarações de Humberto Delgado na conferência inaugural da campanha, numa clara afronta ao regime, tornaram o candidato conhecido como “o Homem sem Medo”, uma espécie de *slogan*, como já foi referido neste trabalho.

Numa entrevista dada ao chefe de redacção do vespertino *República*, o jornalista pergunta ao candidato opositor se tem algo mais a declarar ao país e Delgado responde: “Que o país deixe de ter medo. Que se lembre do Golias, fanfarrão e gigante, espécie de tanque pesado (...) a quem o enfezado David aniquilou apenas com uma pedrada bem dirigida (...) O Golias é a Situação. Nós, Oposição, reservamo-nos o lugar de David”⁵⁵⁸. Esta atenção dada à questão do medo ficou patente em parte da sua propaganda eleitoral, nomeadamente em fotografias e brochuras:

- Brochura de propaganda “General Humberto Delgado. «O Homem sem Medo»”⁵⁵⁹, com notas sobre a 1ª Conferência com a Imprensa Nacional e Estrangeira, entrevistas concedidas aos jornais *República* e *Diário Ilustrado*, entrevista concedida ao Major Botelho Moniz pelo Engenheiro Cunha Leal (versão integral) e o discurso proferido por Delgado, no Ginásio do Liceu Camões;

⁵⁵⁵ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77. Bandeira da campanha, com espaço preparado e devidamente enrolado para suportar um arame a fazer de pau da bandeira. Em termos de dimensões, a bandeira tem 16,9 x 12 cm.

⁵⁵⁶ Primeira página do jornal *Diário da Manhã*, de 15 de Maio de 1958.

⁵⁵⁷ Relatório da Polícia de Segurança Pública, mostrado no documentário “O Meu Coração Ficarà no Porto”, de 2008.

⁵⁵⁸ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77. Declarações na p. 18 do livro que compila esta entrevista publicada no dia 10 de Maio de 1958, para além de outros materiais sobre a campanha de Humberto Delgado.

⁵⁵⁹ Este caderno de 39 páginas encontra-se no arquivo de Álvaro Monteiro. Tem dimensões de 15,2 x 20, 5 cm.

- Cartaz “General Humberto Delgado. «O Homem sem Medo»⁵⁶⁰, em tons sépia (fardado a rigor);
- Cartaz “O Medo acabou! Votai no General Humberto Delgado”⁵⁶¹;
- Cartaz “Abaixo as algemas! Votai no General Humberto Delgado”⁵⁶².

Havia indicações claras para que polícias e funcionários da Câmara Municipal do Porto arrancassem os cartazes da oposição, para que só fosse possível ver os do candidato apoiado pelo regime, facto que levou as candidaturas oposicionistas a colarem os cartazes de propaganda o mais alto possível, para que fosse mais difícil arrancá-los (Cruz, 2009: 165).

Também a Norte se venderia material de propaganda, aproveitando o êxito da deslocação do candidato ao Porto⁵⁶³, que foi mote para a produção de material específico:

- “Viagem Triunfal ao Porto do General Humberto Delgado”⁵⁶⁴, um caderno editado pela Comissão Regional do Norte dos Serviços de Candidatura que inclui uma página com a “Saudação do Senhor General Humberto Delgado à Cidade do Porto”, agradecendo a recepção que acabara de ter e duas páginas dedicadas à descrição exaustiva da “Grandiosa recepção dispensada ao General Humberto Delgado na sua chegada ao Porto” que reproduz a reportagem do *Jornal de Notícias*, do Porto, de 15 de Maio de 1958. Do mesmo caderno constam 11 páginas com o “Discurso do General Humberto Delgado proferido na histórica sessão do Coliseu do Porto, em 14 de Maio de 1958” (do *Diário do Norte*, de 15 de Maio de 1958), mas também citações dos discursos de destacados apoiantes de Delgado nessa sessão de propaganda. Para além de fotografias da deslocação de Humberto Delgado ao Porto⁵⁶⁵, o caderno inclui a transcrição do telegrama que o

⁵⁶⁰ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77

⁵⁶¹ In *O General*, de Iva Delgado (1985), anexo de fotografias da campanha, inserido entre a p. 96 e 97. Os cartazes surgem colados na sessão de propaganda de Humberto Delgado em Almada.

⁵⁶² *Idem*. Os cartazes surgem colados na sessão de propaganda de Humberto Delgado em Almada.

⁵⁶³ O sublinhar do sucesso da deslocação de Humberto Delgado ao Porto era tanto mais importante, quanto servia também como resposta ao comunicado que a Comissão Distrital do Porto da União Nacional fez publicar na imprensa sobre a ida de Delgado ao Porto, nomeadamente na p. 5 do *Jornal de Notícias* de 14 de Maio de 1958, dia em que o candidato chegou à cidade, “Através da imprensa e nos círculos que o apoiam a coisa foi apregoada aos quatro ventos. Mas parece enganado ou desconhecer a psicologia da gente nortenha, pois ama realmente a liberdade mas a liberdade concreta como aquela em que tem vivido e não aquela outra que o senhor General apregoa mas logo tolhe ao propor-se como futuro ditador militar”. In Manuel Coelho dos Santos, *Quando o Porto tinha voz*, p. 173.

⁵⁶⁴ ANTT, HD/DCB/10/ Cx. 75. Quanto às dimensões, o documento consiste num livrinho de 30 páginas (frente e verso), impresso em fundo cor-de-laranja, tamanho semelhante a A5, 15 x 20,5 cm. A capa consiste numa fotografia tirada do comício realizado no Coliseu do Porto, com Humberto Delgado a abraçar João Araújo Correia depois do discurso deste no palco.

⁵⁶⁵ As fotografias mostram a multidão que recebeu Humberto Delgado no Porto, incluindo uma das imagens mais célebres desta campanha eleitoral, com o General na varanda da sua sede de candidatura, na Praça Carlos Alberto, agradecendo aos milhares de pessoas que ali se encontravam para o saudar.

candidato endereçou ao Porto na sua chegada a Lisboa, “impressionado com o acolhimento apoteótico que o povo do Porto lhe dispensara”.

Embora não se encontre referido o preço deste caderno, a contracapa do mesmo esclarece que o produto da venda se destina a despesas de propaganda, ao mesmo tempo que se pede a constituição de comissões por todo o lado e o envio de contributos para a sede de candidatura, na Praça Carlos Alberto, ao cuidado do tesoureiro da campanha.

Os diferentes materiais produzidos pelos serviços de candidatura serviam um duplo objectivo. Por um lado, tratava-se de uma forma indirecta de angariação de fundos, por outro, oferecia a possibilidade de reduzir os custos da campanha, questões que foram abordadas no ponto 5.3 do trabalho, no subcapítulo referente ao voluntariado, custos e financiamento.

Há um documento da comissão distrital do Porto que elenca o material de propaganda que foi editado no Norte com a sugestão do preço ao qual deveria ser vendido⁵⁶⁶:

- Impressos “2 Cartas” – 50\$00
- Proclamações – 80\$00
- Dísticos Liberdade – 60\$00
- Dísticos Humberto – 50\$00
- Bandeira nacional com a fotografia do General – 250\$00
- Gravuras para jornais ou impressos – cada 20\$00
- Cartazes pequenos com as cores nacionais – 50\$00
- Cartazes litografados, com 4 cores – cada 3\$00
- Bilhetes Postais, 13 modelos – 40\$00
- Escudos Nacionais – cada 2\$50.

Localmente também foi produzido algum material de propaganda, que se encontra disperso e de que foi possível identificar apenas alguns, com certeza uma pequena parte dos que por todo o país foram impressos:

- Panfleto de propaganda “Falam os números! Nível de vida do povo português”⁵⁶⁷, editado pelos serviços da candidatura do Funchal – Madeira. O documento apresenta um quadro comparativo entre o ano de 1928 e 1958, cujos dados permitem concluir que, em

⁵⁶⁶ ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, SR, PT3. A carta, assinada por Oliveira Valença, é dirigida aos seus correligionários, com indicação de que, caso desejassem algum material, deveriam escrever para a Comissão Distrital do Porto, para que o mesmo lhes fosse remetido contra reembolso. Não é possível identificar dimensões nem pormenores sobre algum deste material, ao qual não se conseguiu aceder, sabendo-se da sua existência apenas por via deste mesmo documento.

⁵⁶⁷ Arquivo Ephemera, de José Pacheco Pereira.

30 anos e ao contrário do progresso que é propalado pelo regime, houve forte desvalorização do trabalho e perda de poder de compra, pelo que “a maioria da população nem consegue comprar com o que ganha, metade do que comprava há 30 anos com um salário ou ordenado equivalente”. Esta comissão de candidatura apela ao voto em Humberto Delgado, dando-se por satisfeita se este lhe proporcionar, “no campo material, as condições de vida que prevaleciam há trinta anos!” O documento cita também o escritor Ferreira de Castro numa referência ao povo português “que nunca teve muito pão, mas era um povo livre. A ditadura não só não lhe deu pão, mas tirou-lhe a liberdade”;

- Panfleto de propaganda “Finalmente! Fala a oposição (Autópsia do Estado Novo)”⁵⁶⁸, também editado na região da Madeira, contendo o discurso de Manuel Pestana Júnior, da comissão distrital do Funchal, proferido na sessão de propaganda da candidatura nessa cidade, na noite de 27 de Maio de 1958;

- Brochura “Fala a Igreja”⁵⁶⁹, documento vindo a lume em Maio de 1958, com a transcrição de excertos de artigos publicados na imprensa católica e por destacados católicos favoráveis à eleição do General. Trata-se de uma brochura editada pela comissão de candidatura do General Humberto Delgado do concelho de Torres Vedras, impressa na tipografia Torreense, com conteúdo muito semelhante a um outro documento já referido com o mesmo título, mas esse editado pelos serviços do Porto;

- Panfleto de propaganda “Tornai-vos conscientes! Votai no General Humberto Delgado”⁵⁷⁰, dos serviços da candidatura de Braga;

- Panfleto de propaganda “Aos Portugueses Liberais”⁵⁷¹ feito pela Comissão Distrital de Chaves, com data de 18 de Maio de 1958, sobre a deslocação de Humberto Delgado à cidade, com todo o programa do candidato e convite à comparência de todos;

- Panfleto de propaganda com a fotografia de Humberto Delgado, feito em Penafiel⁵⁷²;

⁵⁶⁸ ANTT, HD / DSCD/ 11 / Cx. 76. De acordo com as informações contidas no próprio documento, foram impressos 3.500 exemplares, a 2 de Junho de 1958, no Funchal.

⁵⁶⁹ Fundo Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.023, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.023>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁵⁷⁰ ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, AC SC SR NT 2800, Pt 3 (antigo volume 3). Panfleto de propaganda impresso na Tipografia Emílio Braga, em papel bege, com dimensões de 16, 8 x 11 cm. Saíram 1.000 exemplares.

⁵⁷¹ ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, SR, PT3, p. 295. Documento impresso por A. Gutenberg – Chaves, 3.000 exemplares em 19 de Maio de 1958, com dimensões de 29 x 20, 5cm.

⁵⁷² In <http://penafielterranossablogspot.pt/2013/07/o-general-humberto-delgado.html>, acedido em 19 de Dezembro de 2014.

- Panfleto de propaganda “Amigo, o nosso lema é a ordem, Vota no General Humberto Delgado”, com apelo ao voto no candidato independente⁵⁷³.

A passagem pelo Porto, mas também por outras cidades é igualmente assinalada noutros documentos:

- Cartaz de propaganda: “Portugal inteiro saudou o General Humberto Delgado”⁵⁷⁴, reproduzindo 10 fotografias legendadas que ilustram diversos momentos da campanha: Vila Real, Porto, Mirandela e Aveiro.
- Panfleto de propaganda: “O General Humberto Delgado agradece as manifestações da cidade do Porto. VOTEM NO GENERAL HUMBERTO DELGADO”⁵⁷⁵, ilustrado com aquela que se tornaria a mais célebre imagem da campanha, onde se vê Humberto Delgado a saudar a multidão a partir da varanda da sua sede de candidatura, na Praça Carlos Alberto.
- Cartaz de propaganda: “A cidade do Porto respondeu presente! Ao General Humberto Delgado”⁵⁷⁶, com três fotografias ilustrativas da multidão que acolheu o candidato no Porto e mensagens sobre “mais de 100.000 pessoas vitoriam no Porto o General Humberto Delgado afirmando a sua fé na democracia e o seu desejo de liberdade” e “a cidade do Porto honrou as suas tradições de berço da liberdade, vindo em massa aclamar «o homem sem medo». Votai no General Humberto Delgado”.

Este tipo de documento, com inclusão de fotografias, assumia especial relevância porque era a única forma de divulgar a dimensão da recepção ao General, nomeadamente nas ruas do Porto, estimada em duzentas mil pessoas, dado que não havia cobertura televisiva para mostrar essas imagens ao grande público (que, aliás, nesta década ainda não dispunha de televisores nas suas casas) e que as fotografias ilustrativas da multidão eram censuradas.

5.4.3. Segmentação da mensagem

Um dos traços da propaganda eleitoral da candidatura de Humberto Delgado é o das mensagens dirigidas a destinatários específicos, como sucedeu na campanha presidencial

⁵⁷³ Este panfleto foi utilizado num postal editado pela Câmara do Barreiro, por ocasião dos 50 anos da campanha presidencial de 1958, com data de 24 Abril de 2008.

⁵⁷⁴ ANTT, HD, DAM/12/ Cx. 77. Quanto às dimensões, o documento consiste num cartaz disposto na vertical, de 67,5 x 44, 5 cm. Encontram-se na Torre do Tombo duas versões deste mesmo cartaz, impresso em fundo amarelo e em fundo cor-de-laranja.

⁵⁷⁵ Arquivo Álvaro Monteiro e ANTT/HD/DCB/10/ Cx. 75, com as dimensões de 13 x 20, 3 cm. Existem duas versões do mesmo folheto, impresso em papel laranja e em papel verde.

⁵⁷⁶ Fundo: MAS – Arquivo Mário Soares – Fotografias Exposição Permanente, Pasta 06278.04845, na Fundação Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=06278.04845>, acedido em 23 de Abril de 2016.

de Eisenhower com a utilização do conceito de *marketing* do *unique selling propositions*⁵⁷⁷ (Reeves, 1961: 46-48), surgido nos anos 40, com base na convicção de que a diferenciação é uma estratégia com resultados eficazes. Ao mesmo tempo que a estratégia da candidatura passava por apresentar Humberto Delgado como um político arrojado e defensor das liberdades – portanto, o oposto de Salazar e do seu adversário directo, Américo Thomaz – assentava também nas características que definem o conceito de *unique selling proposition*: deve fazer uma proposta específica ao consumidor (neste caso ao eleitor), deve estabelecer uma diferenciação face à concorrência e deve ser forte para convencer o consumidor a passar a usar um determinado produto ou marca; transpondo para a política, deve convencer o eleitor a passar a votar nele (Belch & Belch, 2004: 256).

Os serviços da candidatura em Lisboa lançaram uma série de cartazes sob o título “Tornai-vos Conscientes”⁵⁷⁸, com mensagens dirigidas, todos obedecendo à mesma linha gráfica e apelando ao voto em Humberto Delgado (como ilustra a imagem 20):

- Cartaz de propaganda Tornai-vos conscientes! Mulheres de Portugal! – Defendei os lares e os filhos. Lutai por um futuro melhor! Votai no General Humberto Delgado”⁵⁷⁹;
- Cartaz de propaganda Tornai-vos conscientes! Professores, Estudantes! – Lutai pela actualização da cultura: lutai pela verdadeira civilização portuguesa! Votai no General Humberto Delgado”⁵⁸⁰;
- Cartaz de propaganda Tornai-vos conscientes! Juventude! – Defendei o vosso futuro” Votai no General Humberto Delgado”⁵⁸¹;
- Cartaz de propaganda Tornai-vos conscientes! Amordaçados: – Falai. O mêdo acabou! Votai no General Humberto Delgado”⁵⁸².

⁵⁷⁷ O conceito foi desenvolvido por Rosser Reeves, um publicitário de televisão e professor na Harvard Business School, que foi CEO da agência Ted Bates & Company, nos Estados Unidos da América.

⁵⁷⁸ EMFA/ Arquivo Histórico da Força Aérea. São quatro cartazes com a mesma linha gráfica, com letras verdes e encarnadas, impressos na Tipografia C. Sanches – Lisboa.

⁵⁷⁹ ANTT, PIDE, Propaganda apreendida n.º 662, mod. 1, gaveta 10. Dimensões de 67 x 46, 4 cm.

⁵⁸⁰ *Idem*, n.º 658, mod. 1, gaveta 8. Dimensões de 67 x 45.5 cm.

⁵⁸¹ *Idem*, n.º 659, mod. 1, gaveta 8. Dimensões de 67 x 45 cm.

⁵⁸² *Idem*, n.º 663, mod. 1, gaveta 10. Dimensões de 67 x 45.5 cm.

Imagem 20

Segmentação da mensagem em cartazes



Fonte: ANTT, PIDE, Propaganda apreendida, n.º 662 e 663, mód. 1, gaveta 10.

A mensagem para um público-alvo específico é reforçada num outro conjunto de panfletos de campanha eleitoral (ver imagem 21), impressos em papéis coloridos de pequena dimensão e que lembram a necessidade de fiscalizar as urnas e de mobilizar amigos e conhecidos para irem votar no candidato da oposição, ao mesmo tempo que tentam tranquilizar os eleitores, dando-lhes garantias de que os boletins de voto de Humberto Delgado são iguais aos do candidato da União Nacional:

- Pequeno panfleto de campanha “Votem sem medo! As listas são iguais. Votem por Humberto Delgado”⁵⁸³;
- Pequeno panfleto de campanha “Votem pelo General Humberto Delgado! Fiscalizem as urnas e evitem a fraude eleitoral”⁵⁸⁴;
- Pequeno panfleto de campanha “Votem pelo General Humberto Delgado! Levem os vossos amigos a votar a lista do candidato independente!”⁵⁸⁵;
- Pequeno panfleto de campanha “Polícias e Guardas da GNR! O vosso ordenado de miséria chega para vos comprar a alma? Votem no general Humberto Delgado”⁵⁸⁶;
- Pequeno folheto “Funcionários públicos! Quereis manter a vossa situação de miséria? Isso vos promete (e cumpre) o candidato da União Nacional”⁵⁸⁷;

⁵⁸³ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77. Pequeno folheto impresso em papel fininho cor-de-laranja, com dimensões de 10, 5 x 7, 5 cm.

⁵⁸⁴ *Idem.*

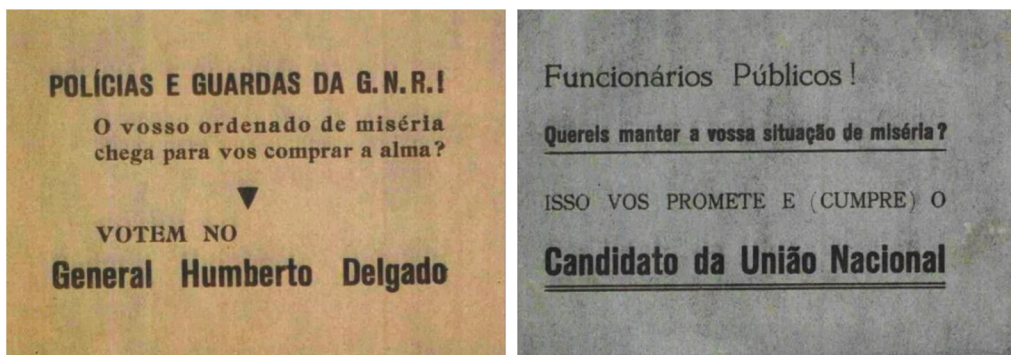
⁵⁸⁵ *Idem.*

⁵⁸⁶ *Idem.*

⁵⁸⁷ *Idem.* Pequeno folheto impresso em papel fininho, com dimensões de 10, 5 x 7, 5 cm. Existe impresso em papel branco sujo e azul.

Imagem 21

Segmentação da mensagem em panfletos



Fonte: ANTT, HD/ DAM/ 12/ Cx. 77.

- Pequeno panfleto de campanha “Somos contra os ódios e contra as violências. Votemos em Humberto Delgado para pacificação dos portugueses”⁵⁸⁸;
- Pequeno folheto “Católicos! Dignificai a vossa crença! Votem Humberto Delgado”⁵⁸⁹.

Esta última mensagem assume especial relevância num país profundamente católico e onde a Igreja tinha uma enorme influência sobre a população. Para o eleitorado católico, em esmagadora maioria no país, o apelo directo foi feito de diferentes formas e em material de propaganda de vária ordem:

- Cartaz de propaganda “Por graça de Deus temos um candidato que nos assegurará a fruição das liberdades essenciais, dentro da Ordem, da Paz e da República – O GENERAL HUMBERTO DELGADO”⁵⁹⁰, com a fotografia do General, trajado à civil, com o braço direito no ar a discursar ao microfone;
- Panfleto de propaganda “O católico não pode esquecer as liberdades da Igreja”⁵⁹¹, com a homilia do Bispo do Porto sobre os direitos da consciência religiosa. Trata-se de um documento editado pelos Serviços da Candidatura do Porto, onde se faz um apelo directo ao voto em Humberto Delgado “Católicos de Portugal! Votem pelo General Humberto Delgado! Ajudai-nos a trazer Portugal para a Lei de Cristo!;
- Pequeno panfleto de propaganda “Do jornal «A Voz do Pastor»”⁵⁹², feito pela Comissão Nacional Independente do General Humberto Delgado, com um excerto de um texto do

⁵⁸⁸ *Idem.* Pequeno folheto impresso em papel fininho azul, com dimensões de 10, 5 x 7, 5 cm.

⁵⁸⁹ *Idem.* Pequeno folheto impresso em papel fininho, com dimensões de 10, 5 x 7, 5 cm. Existe impresso em papel encarnado e verde

⁵⁹⁰ *Idem.* Cartaz impresso na vertical, em papel fininho, fundo branco sujo, com dimensões de 21,8 x 32, 3 cm, com indicação no canto superior esquerdo para colar nas paredes.

⁵⁹¹ *Idem.* Folheto impresso na vertical, em papel branco sujo, com dimensões de 31 x 43,1 cm.

⁵⁹² *Idem.* Pequeno folheto impresso em papel fininho, com dimensões de 14,9 x 10, 5. Existe impresso em papel amarelo, azul, verde e cor-de-rosa. Existe uma outra versão do documento, com texto em tudo

Bispo do Porto, publicado no jornal *A Voz do Pastor*, de 17 de Maio de 1958, no qual D. António Ferreira Gomes faz um claro apelo a que não se tenha medo e a que se ajude os oprimidos a libertarem-se;

- Panfleto de propaganda “Fala Sua Santidade Pio XII”, com excertos de declarações do Papa onde este se manifesta contra o silêncio forçado e a opinião dos cidadãos abafada. O documento apela directamente aos católicos para que atendam às palavras do Papa e que votem em Humberto Delgado⁵⁹³;
- Panfleto de propaganda “Aos Católicos Eleitores⁵⁹⁴”, de apelo ao voto do eleitorado católico em Humberto Delgado, lembrando que muitos católicos praticantes pertencem às comissões do General, e apresentando Delgado como “chefe duma família constituída catolicamente”. O documento insurge-se contra os falsos devotos e os “agitadores da União Nacional” que tentam confundir os eleitores classificando Humberto Delgado como um não-católico. Num apelo para que os católicos não receiem votar no candidato da oposição, pede-se que “Votem confiadamente no General HUMBERTO DELGADO”;
- Panfleto de propaganda “Portugueses: A Providência, o Destino e Deus mandaram-nos Humberto Delgado. O resto faremos nós! VOTAR NELE!” com data de 13 de Maio de 1958, apresentando o candidato como homem providencial e que caberia aos eleitores cumprir com a missão de votar nele⁵⁹⁵;
- Panfleto de propaganda dos serviços de candidatura de Humberto Delgado “Sintomas Políticos”⁵⁹⁶, com extracto de um artigo publicado pelo semanário católico *Correio de Coimbra*, editado pelos Serviços do Porto, contra os regimes de força “e os regimes de força que não sejam transitórios e justificados por emergência grave, identificam-se com o totalitarismo, o inimigo mais concreto e visível da alma humana”. Uma crítica explícita a regimes de partido único, como são exemplo a Alemanha ou Itália. O texto termina lançando uma pergunta: “não será possível aproveitar os méritos dos partidos e dificultar os seus defeitos?”;

semelhante, mas com um tipo de letra diferente no Centro de Documentação 25 de Abril, pasta Comunicados e Panfletos/Eleições Presidenciais 1958.

⁵⁹³ Centro de Documentação 25 de Abril, pasta Comunicados e Panfletos/Eleições Presidenciais 1958 (espólio Rui Pato).

⁵⁹⁴ ANTT, HD/DCB/10/ Cx. 75. Folheto impresso na vertical, tamanho A4.

⁵⁹⁵ Cf. Iva Delgado, *Braga, cidade proibida: Humberto Delgado e as eleições presidenciais de 1958*, p. 73. Foram impressos 5.000 exemplares no Centro Tipográfico de Famalicão.

⁵⁹⁶ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77. Folheto impresso em papel branco sujo, com dimensões de 13,5 x 21, 4 cm.

- Panfleto de propaganda “Fala a Igreja”⁵⁹⁷, editado pelos serviços do Porto, com excertos de diferentes autoridades católicas (Papa Pio XII, bispo de Beja, reverendo Manuel Álvaro Vieira Madureira e Reverendo J. Alves Correia, Padre Moreira das Neves e pequenos trechos do jornal católico *Novidades*) sobre as difíceis condições de vida da população. Numa mensagem contra o “abafar a voz dos cidadãos”, o apelo ao voto em Humberto Delgado refere “Católicos, ajudai-nos a trazer Portugal para a Lei de Cristo! “;
- Panfleto de propaganda “Fala Sua Excelência Reverendíssima O Senhor Bispo de Beja”⁵⁹⁸, com um trecho de uma pastoral do Bispo de Beja, denunciando situação de fome e grave crise na população portuguesa. O documento lança um apelo ao voto em Delgado: “Católicos! Patriotas! Portugueses! Acabemos com a fome! Todos temos direito a uma vida menos dura! Votemos todos no GENERAL HUMBERTO DELGADO” – o candidato é aqui apresentado como uma espécie de salvador de quem vive em piores condições, com promessas de melhoria das condições de vida dos mais desfavorecidos. Uma mensagem e uma estratégia eleitoral que poderá ter sido determinante para que a população tenha reconhecido Humberto Delgado como seu porta-voz.

5.4.4. Interação com o candidato e *feedback* do eleitorado

A legitimação da candidatura de Humberto Delgado é feita não pelo regime, que o impede de concorrer em condições iguais às do candidato apresentado pela União Nacional, mas pela população, que o reconhece como porta-voz de muitos dos seus problemas e anseios, conforme comprovam as dezenas de cartas que lhe dirigem cidadãos anónimos durante o período da campanha, pedindo-lhe ajuda para que as suas reivindicações fossem publicitadas⁵⁹⁹.

A candidatura de Humberto Delgado apresentava-o, como ficou referido, como alguém capaz de melhorar as condições de vida da população, mensagem plasmada em pequenos folhetos:

⁵⁹⁷ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77. Folheto impresso na vertical, em papel branco sujo, com dimensões de 43 x 29, 5 cm. Há uma brochura de conteúdo em tudo semelhante, mas editada em sete páginas – trata-se de uma edição da Comissão de Candidatura do General Humberto Delgado do concelho de Torres Vedras, impressa na Tipografia Torreense. Cf. Fundo: MAS - Arquivo Mário Soares, Pasta 02553.006, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=02553.006>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁵⁹⁸ *Idem.* Panfleto impresso na vertical, em papel fininho amarelo, com dimensões de 21, 1 x 29, 3 cm.

⁵⁹⁹ Encontram-se dezenas de exemplares destas cartas no Fundo Humberto Delgado, nos arquivos da Torre do Tombo, nas caixas 75 e 78.

- Panfleto de propaganda “Votar pelo General Humberto Delgado é votar contra a carestia de vida, contra a miséria, contra a censura, contra a ditadura. Votem pelo General Humberto Delgado!”⁶⁰⁰, editado em Maio de 1958.

Nesse sentido, durante o período da campanha eleitoral, muitos portugueses, em situação desesperada, escreveram ao candidato, pedindo-lhe ajuda. Normalmente particulares, mas também alguns grupos profissionais depositavam as suas esperanças na candidatura oposicionista de Humberto Delgado.

Um grupo de ferroviários do Porto a ele se dirigiu para se queixar dos baixos ordenados, das dificuldades das suas famílias e da disparidade de salários com os guarda-freios de Lisboa. Esperavam que o candidato pudesse falar das suas fracas condições de vida no comício do Coliseu do Porto e, desse modo, chamar a atenção para as dificuldades pelas quais estavam a passar⁶⁰¹. Trata-se, assim, de *feedback* que a população devolve àquela campanha, reconhecendo efectivamente Humberto Delgado como seu candidato. E o General não ignorou o conteúdo das cartas recebidas, antes o integrou nos seus discursos.

Não só o próprio desenrolar da campanha foi justificando a divulgação de diversos comunicados, circulares e esclarecimentos vários, como a estratégia utilizada era a de fazer “publicar o maior número possível de comunicados, facilmente compreensíveis pelo público, que expusessem a doutrina e rebatessem as acusações dos adversários” (Cruz, 2009: 168). Estes documentos eram enviados para os principais jornais diários, que os publicavam nas suas páginas:

- Requerimento de Humberto Delgado enviado ao Ministro do Interior, em 28 de Abril de 1958, para que lhe fossem entregues cópias dos cadernos eleitorais, na sua qualidade de candidato à Presidência da República⁶⁰²;
- Carta de Humberto Delgado enviada a Marcello Caetano, Ministro da Presidência, em 29 de Abril de 1958, pedindo esclarecimentos para si e para os serviços da sua candidatura quanto à actuação da Direcção-Geral de Censura durante o período de campanha eleitoral que estava prestes a começar⁶⁰³.

⁶⁰⁰ ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, AC SC SR NT 2800, Pt 3. São pequenos panfletos impressos em papel encarnado, com dimensões de 14,8 x 10,4 cm..

⁶⁰¹ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 78, Carta enviada a Humberto Delgado, com data de 13 de Maio de 1958.

⁶⁰² Fundo: Manuel Mendes – MNAC / Museu do Chiado, Pasta 04661.001.012, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04661.001.012>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁶⁰³ Fundo: Manuel Mendes – MNAC / Museu do Chiado, Pasta 04959.043.005, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.005>, acedido na mesma data.

Interagindo com a população e apelando à participação desta na campanha, os serviços de candidatura fizeram circular vários documentos:

- Folha volante com apelo à “constituição de comissões eleitorais da candidatura Humberto Delgado em todas as localidades”⁶⁰⁴ e pedido de certidão comprovativa de serem eleitores, entre os dias 1 e 15 de Maio. O documento alertava que “sem cópias dos cadernos eleitorais não pode entregar-se as listas de voto aos eleitores, na ocasião das eleições”;
- Circular dos Serviços Centrais de Organização da Candidatura do Sr. General Humberto Delgado⁶⁰⁵, com data de 16 de Maio de 1958, apelando a que cada cidadão seja um elemento activo na campanha e que se constituam comissões de apoio nos locais de trabalho ou nas áreas de residência, com a máxima rapidez e sem formalismos. O documento indica também as principais tarefas que há para desempenhar.
- Panfleto de propaganda “O que são as eleições do Estado Novo!...”⁶⁰⁶ com a transcrição integral de um comunicado da candidatura de Delgado publicado no jornal *Comércio do Porto*, em 13 de Maio de 1958, denunciando uma circular confidencial que foi dirigida pelos governadores civis aos presidentes das Câmaras Municipais. Nesse documento, de carácter sigiloso, os governadores civis, obedecendo a ordens recebidas do Ministro do Interior, davam instruções para o acto eleitoral, com ordem expressa para a União Nacional “ganhar, por maioria esmagadora, custe o que custar”.

Esta indicação explícita que se traduz num convite à fraude eleitoral apenas confirma ou formaliza a convicção já existente de que não haveria condições para a realização de eleições livres e justas. Nesse sentido, Humberto Delgado escreve ao Chefe de Estado, denunciando os métodos desleais que o Governo vem usando para com a sua candidatura:

- Brochura reproduzindo Carta de Delgado ao Presidente Craveiro Lopes, de 19 de Maio de 1958, “O General Humberto Delgado dirige-se ao Sr. Presidente da República”⁶⁰⁷. Na missiva, Delgado elenca os vários momentos em que a censura silenciou a sua campanha (nomeadamente a eliminação nos jornais de todas as fotografias que mostravam a multidão que no Porto o aplaudia), denuncia as dificuldades da oposição na obtenção dos

⁶⁰⁴ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 78. Folha volante, impressa em papel amarelo, com dimensões de 19 x 11, 5 cm.

⁶⁰⁵ Fundo MAS – Arquivo Mário Soares, Pasta 02553.006, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=02553.006>, acedido na mesma data.

⁶⁰⁶ Fundo MAS – Arquivo Mário Soares, Pasta 02582.008, na Fundação Mário Soares. Este documento de propaganda foi produzido pelos serviços da candidatura do Porto. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=02582.008>, acedido na mesma data.

⁶⁰⁷ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 78. Trata-se de uma brochura com oito páginas numeradas, com dimensões de 15,3 x 21,7 cm.

cadernos eleitorais, as pressões sobre civis e militares e apela ao Presidente da República para que use os seus poderes constitucionais, nomeando “um governo neutro para proceder às eleições”.

Uma nova carta seria enviada dois dias depois:

- Carta dirigida ao Senhor Presidente da República por Jaime Cortesão, Mário de Azevedo Gomes, Armando Adão e Silva, etc., Lisboa, 21 de Maio de 1958;
- Panfleto de campanha “O que diz das eleições a imprensa estrangeira”⁶⁰⁸, com um excerto do jornal brasileiro *O Estado de São Paulo*, de 18 de Maio de 1958, editado pela comissão do Porto. O documento apresenta Humberto Delgado como alguém que se tornou “um ídolo das massas” e que fez despertar a opinião pública depois de largos anos de “consultas eleitorais forjadas pelo governo do dr. Salazar”. O jornal brasileiro não acredita que Delgado possa ganhar as eleições porque haverá fraude eleitoral para o impedir, mas considera que “a era de Salazar aproxima-se do seu termo” porque a ditadura em Portugal começa a oscilar e “o Estado Novo português não conseguirá, doravante, viver tranquilo”. Em letras destacadas lê-se no fim do folheto “Votem pelo General Humberto Delgado. Organizem a fiscalização das Urnas”;
- Panfleto de propaganda dos serviços de candidatura “Aviso importante”⁶⁰⁹, assegurando que as listas de Humberto Delgado “serão idênticas em qualidade de papel e tipo de letra aos usados para as listas do candidato da União Nacional”, pelo que de nada valeriam “quaisquer pressões que porventura possam ser feitas no sentido de intimidar os eleitores”. A garantia de um voto “rigorosamente secreto” advinha do contrato celebrado com a mesma editora que era responsável pela impressão das listas de Américo Thomaz “Votai, pois, livre e confiadamente no candidato independente, símbolo da Autoridade e de Concorrência civil entre os Portugueses! Pelo General HUMBERTO DELGADO! Às urnas em 8 de Junho!”;
- Comunicado da Comissão Distrital de Braga, de 26 de Maio de 1958⁶¹⁰, informando que o candidato já não iria a Braga na data prevista devido às “manobras em curso contra

⁶⁰⁸ ANTT, HD / DAM / 12 / Cx. 77. Folheto impresso ao alto, em papel branco sujo, com dimensões de 21 x 32,2 cm.

⁶⁰⁹ ANTT, PCE / DAM / Cx. 77. Panfleto impresso na vertical, em papel bege, com dimensões de 13,5 x 21,6 cm. Há uma outra versão destes folhetos dos serviços de candidatura de Braga, impressos em papel verde, na Tipografia Emílio Braga, com dimensões ligeiramente diferentes (14,8 x 22,2 cm), dos quais saíram 2000 exemplares – disponível no Centro de Documentação 25 de Abril, pasta Comunicados e Panfletos/Eleições Presidenciais 1958 (espólio L.F. Redondo Lopes).

⁶¹⁰ ANTT, HD / DCB / 10 / Cx. 75. Impresso em papel amarelo, com dimensões de 14 x 19,2 cm.

A deslocação de Humberto Delgado a Braga estava inicialmente prevista para o dia 27 de Maio de 1958, no Teatro Circo, conforme consta no convite para a sessão de propaganda anteriormente referido neste trabalho. As informações dando conta do clima de agitação e a possibilidade de Humberto Delgado ter uma

o General”. Referiam-se às indicações do Governo para dificultar ou impedir o acesso de Delgado à cidade, convocando concentrações maciças de legionários e tropas, para intimidar as populações⁶¹¹. O documento informa que a Comissão Nacional da candidatura esteve reunida extraordinariamente, tendo deliberado o adiamento da deslocação do candidato a Braga, com o mesmo programa, para o dia 3 de Junho.

Numa interação constantemente com o eleitorado, a candidatura de Humberto Delgado vai acompanhando atentamente a evolução da campanha, respondendo ao que dela diz o regime, conforme demonstram vários documentos:

- “Descarada contradição / Louvor do Ministro da Defesa Nacional ao General Humberto Delgado”⁶¹², publicado no *Diário do Governo* de 18 de Setembro de 1957 – há menos de um ano”, Serviço da Candidatura Nacional Independente do Sr. General Humberto Delgado. O documento lembra como menos de um ano antes da campanha, em Setembro de 1957, Humberto Delgado era louvado pelo Ministério da Defesa Nacional pelo seu exercício no cargo de chefe da missão militar em Washington, enquanto escassos meses depois, a União Nacional desdizendo o Governo (a menos de um ano de distância), acusa Delgado de ser ateu e *maçon*;
- Panfleto dos serviços de candidatura “A Fidelidade do Senhor Major Botelho Moniz”⁶¹³, apelando ao voto em Humberto Delgado e transcrevendo o telegrama que Mário Pessoa e David Neto dirigiram ao Major Botelho Moniz, criticando-o pelas declarações que proferiu num comício da União Nacional realizado a 21 de Maio de 1958, no Porto, e acusando-o de traiçoar os camaradas do 28 de Maio. O apelo ao voto diz: “Eleitores! Contra a mentira. Contra a hipocrisia. Contra a duplicidade. Votem pelo General Humberto Delgado!”;

forte adesão popular como aquela que se verificou na cidade do Porto, levou os agentes da PIDE a reportarem aos seus superiores o receio de “tumultos muitos graves” se o General se deslocasse a Braga. Cf. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processo 2686-SR, vol. 2, doc. N.º 355-356, in Iva Delgado, *Braga, cidade proibida: Humberto Delgado e as Eleições Presidenciais de 1958*, p. 83.

⁶¹¹ Nas suas memórias, Armando Bacelar lembrará que houve uma forte concentração de tropas fortemente armadas na estrada, com brigadas da Legião Portuguesa “chefiada pelos irmãos Salgado, Roquete, Parente, das quais alguns vieram pessoalmente ao norte na véspera para organizar a repressão”. Cf. In Armando Bacelar, “Memórias de Tempos Idos”, *Boletim Cultural 13*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p. 162.

⁶¹² ANTT, HD / DSCD / 11 / Cx. 76. Existe uma versão muito semelhante, mas feita pela comissão de Chaves. Cf. ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, AC SC SR NT 2800, Pt 3, p. 296.

⁶¹³ ANTT, HD / DAM / 12/ Cx. 77, Folheto impresso em papel branco sujo, com dimensões de 13, 2 x 19 cm.

- Comunicado dos serviços de candidatura de Humberto Delgado em resposta às declarações do Presidente do Conselho de 31 de Maio, no Palácio de São Bento⁶¹⁴. Os serviços de candidatura consideram que a afirmação por parte de Salazar da “autenticidade da representação dos presidentes de Câmara” é tendenciosa e gratuita, além de que não corresponde à verdade, na medida em que os autarcas não são eleitos pelo povo, mas sim nomeados pelo Governo. A candidatura do General contesta que os autarcas sejam “representantes autênticos do povo; pelo contrário, são representantes directos do Estado e do partido único cada vez mais rico, junto do povo cada vez mais pobre e mais oprimido”;

- Comunicado contestando a censura ao *Notícias* de Moçambique⁶¹⁵.

Os serviços da candidatura de Humberto Delgado em Lisboa emitem ainda um comunicado, já nos últimos dias do período oficial de campanha:

- “Proclamação”⁶¹⁶ do General Humberto Delgado apelando ao voto, apesar da violência, das agressões e das intimidações a que os seus apoiantes estavam sujeitos. Neste documento com data de 2 de Junho de 1958, o candidato refere que é preciso desmascarar “aqueles que cometeram e vão cometer ilegalidades constitucionais”. Termina com um apelo “Às urnas, amigos! Às urnas, concidadãos!”

- Panfleto de propaganda, reproduzindo Duas Cartas de António José Saraiva ao «Diário de Lisboa» sobre o actual momento político⁶¹⁷, onde se apresenta o país como estagnado, centrado num só homem – “ao cabo de trinta anos os problemas nacionais foram adiados, e por isso mesmo se agravaram”. António José Saraiva considera mesmo que a política foi “despedida em nome do Governo”;

- Comunicado referente às alusões e referências à idoneidade política do General Humberto Delgado que têm sido feitas nos comícios da União Nacional⁶¹⁸.

⁶¹⁴ Fundo Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.009.013, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.009.013>, acedido em 23 de Abril de 2016. Trata-se da resposta à brochura “A obra do regime na campanha eleitoral. Discurso proferido por Sua Excelência, o Presidente do Conselho, em 31 de Maio de 1958, no Palácio de São Bento em resposta à mensagem dos Municípios Portugueses. Cf. ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, AC SC SR NT 2800, pt 3.

⁶¹⁵ Fundo Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.012, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.012>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁶¹⁶ Fundo DRS – Documentos Alfredo Ribeiro dos Santos, Pasta 02587.011.019, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=02587.011.019>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁶¹⁷ ANTT, HD/DAM/12/Cx. 78. Panfleto impresso ao alto, na Tipografia A. & B. - Porto, com dimensões de 22,1 x 32, 9 cm. Edição dos serviços de candidatura.

⁶¹⁸ Fundo: Manuel Mendes – MNAC / Museu do Chiado, Pasta 04959.043.016, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.016>, acedido em 23 de Abril de 2016.

Os serviços da candidatura esclarecem que o Governo que Humberto Delgado se propõe constituir caso seja eleito é um “Governo de autoridade, de características militares”, quer dizer, constituído principalmente por militares, mas subordinado às regras da actual Constituição política. A candidatura do General assegura ainda que nunca foi sua intenção suspender a Constituição.

Houve também o cuidado de fazer imprimir alguns dos principais discursos proferidos pelo candidato nas suas sessões de propaganda:

- Discurso de Humberto Delgado no comício do Porto, proferido no dia 14 de Maio de 1958⁶¹⁹;
- Discurso proferido por Humberto Delgado no ginásio do Liceu Camões, em Lisboa, no dia 18 de Maio de 1958⁶²⁰, no qual desafia o Presidente do Conselho e os ministros a negarem em nota oficial que a imprensa foi proibida de apresentar fotografias referentes à multidão que o apoia.

Os materiais de propaganda acompanharam também de perto e retrataram a desistência de Arlindo Vicente em favor de Humberto Delgado já na recta final da campanha. A 30 de Maio de 1958, as candidaturas de Humberto Delgado e Arlindo Vicente publicaram um documento conjunto:

- “Panfleto de propaganda “Portugueses”⁶²¹, onde se comunica que as candidaturas prosseguiriam, a partir daquela data, a trabalhar em conjunto, sendo, no final, representadas nas urnas por um só candidato, Humberto Delgado. Justificavam tal atitude como útil e decisiva “em face da necessidade de estabelecer nas urnas uma unidade de acção contra o governo da ditadura”. O documento sintetiza também os principais compromissos da candidatura do General para com o seu eleitorado.

Era importante que os militantes do Partido Comunista, até aí empenhados no apoio à candidatura de Arlindo Vicente se mobilizassem agora em torno do General. Os esclarecimentos sobre o apoio do PCP a Delgado eram necessários, sobretudo tendo em conta as críticas que, poucas semanas antes, os órgãos do partido tinham dirigido ao

⁶¹⁹ Fundo Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.028, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.028>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁶²⁰ Fundo Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.029, na Fundação Mário Soares. Discurso composto por 4 folhas. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.029>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁶²¹ ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, AC SC SR NT 2800, Pt 3 (antigo volume 3). Panfleto de propaganda, com dimensões de 20,3 x 16, 8 cm. Existe uma outra versão do documento, com texto em tudo semelhante, mas com um tipo de letra diferente no Centro de Documentação 25 de Abril, pasta Comunicados e Panfletos/Eleições Presidenciais 1958 (espólio Rui Pato).

“General Coca-Cola”. Para que a nova posição ficasse bem firmada foi divulgado o seguinte documento:

- Panfleto de propaganda “Por um bloco eleitoral único – Às urnas com o General Humberto Delgado!”⁶²², anunciando que o Partido Comunista Português apoia a decisão de apresentar uma só candidatura, para assim criar dificuldades ao Governo de Salazar. O documento, com data de 30 de Maio de 1958, emana da Comissão Política do Comité Central do partido e exorta todos os trabalhadores a “desenvolverem acções de massas pelas suas reivindicações específicas e a darem o seu apoio activo à candidatura do Sr. General Humberto Delgado” e lança apelos à “Unidade! Unidade! Unidade! e a que todos vão votar e fiscalizar as eleições no dia 8 de Junho.

O panfleto, “para ler e difundir”, lembra que “a participação activa da classe operária e de todos os trabalhadores na lista eleitoral é imprescindível para se assegurar uma vitória nas urnas”.

Um dos cuidados que a candidatura de Humberto Delgado revelou durante a sua organização e no decorrer do período de campanha eleitoral foi o cumprimento rigoroso de todos os formalismos legais. A preocupação com o cumprimento dos requisitos legais está também evidenciada no material de propaganda produzido para a campanha do General. Isso mesmo está plasmado no documento que, em vésperas do acto eleitoral, foi posto a circular com todos os detalhes sobre os procedimentos jurídicos a cumprir e a verificar no domingo das eleições:

- Brochura de propaganda “Instruções aos eleitores e delegados do candidato sobre as formalidades do acto eleitoral”⁶²³. São quatro páginas com informações pormenorizadas e sistematizadas sobre as horas a que começavam as operações eleitorais, os procedimentos para a constituição das mesas eleitorais e as obrigações destas, os direitos dos delegados, as condições de votação e da contagem dos votos, bem como as indicações precisas para avançar com protestos ou reclamações, se disso houvesse necessidade.
- “Portuguesas, portugueses”⁶²⁴, folheto com data de 31 de Maio de 1958, que era entregue juntamente com o boletim de voto, onde se explicitam argumentos para o voto

⁶²² ANTT, PIDE, Proc. 1546/57, AC SC SR NT 2800, Pt 3 (antigo volume 3). Panfleto de propaganda, impresso em papel cor-de-rosa, com dimensões de 18,6 x 24,8 cm.

⁶²³ ANTT, PIDE, Processo 1546/57, SR, PT5. Brochura com quatro páginas e dimensões de 16,7 x 22,6 cm.

⁶²⁴ Arquivo pessoal de Venerando Aspra de Matos. Folheto impresso na vertical, pela Soc. Progresso Industrial – Lisboa, 31-5-958.

em Humberto Delgado e instruções para o acto de votação, pedindo-se ainda aos eleitores que não tivessem qualquer receio que se soubesse em quem iam votar.

5.4.5. O discurso pós-eleitoral na propaganda

Mesmo depois do dia das eleições, os serviços da candidatura de Humberto Delgado continuaram a produzir diversos documentos, que se prendem essencialmente com o descontentamento e a revolta pela forma como decorreu o acto eleitoral:

- “Comunicado dos serviços de candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República enviado à imprensa em 12 de Junho de 1958”⁶²⁵, onde se anuncia que, perante a “série de violências, desonestidades e roubos ocorridos nas eleições”, que a candidatura está decidida a impugnar as eleições e a “protestar energicamente contra a expressão da nota oficiosa de afirmação injuriosa ao poder judicial”, referindo-se a uma nota do Ministério do Interior publicada nos jornais nas vésperas;
- “Carta do Senhor General Humberto Delgado dirigida ao Presidente da República”⁶²⁶, sobre as irregularidades do processo eleitoral e manifestando a intenção de impugnar as eleições. A missiva data de 12 de Junho de 1958, é dirigida a Craveiro Lopes, a quem Delgado acusa de ter permitido todas as “violências e vexames a que o Governo e os seus esbirros” o sujeitaram, e denuncia as eleições como sendo uma farsa e a campanha da oposição sabotada pelo Governo. Na carta, Humberto Delgado apela a Craveiro Lopes para que acabe com a situação que se vive no país, assegurando-lhe que das Forças Armadas virá “o apoio de que necessite”;
- Brochura dirigida por Humberto Delgado ao Presidente da República, “Impugnação da eleição presidencial de 1958 pelo candidato General Humberto Delgado”⁶²⁷, com data de 21 de Junho de 1958;
- “Carta do Senhor General Humberto Delgado ao Senhor Almirante Américo Tomás”⁶²⁸ sobre os resultados das eleições presidenciais, enviada a 23 de Junho de 1958, justificando os motivos pelos quais não faz sentido parabenizá-lo. Queixando-se da fraude eleitoral de que foi alvo, Delgado denuncia o que a imprensa estrangeira pensa sobre a “farsa das eleições” em Portugal, reproduzindo um excerto de um artigo de 10 de Junho, publicado

⁶²⁵ ANTT, HD / DSCD/ 11 / Cx. 76.

⁶²⁶ Fundo DRS – Documentos Alfredo Ribeiro dos Santos, Pasta 02587.011.017, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=02587.011.017>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁶²⁷ Fundo Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.009.018, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.009.018>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁶²⁸ ANTT, HD / DSCD / 11 / Cx. 76.

no *New York Times*, sobre a eleição do candidato escolhido por Salazar que “não terá qualquer poder e o Dr. Salazar podia da mesma forma ter escolhido o polícia de trânsito mais à mão”. Em anexo a esta carta é enviado o documento com a impugnação das eleições;

- Brochura “Eleições ou quê? Subsídios para a história duma campanha eleitoral”⁶²⁹, com data de 30 de Junho de 1958. São 52 páginas que compilam diversos documentos que foram saindo durante as semanas que se seguiram à campanha eleitoral, como reproduções das cartas enviadas por Humberto Delgado queixando-se de burla e fraude no acto eleitoral, o pedido de impugnação ou a circular confidencial do Ministro do Interior, dirigida aos governadores civis e aos presidentes de câmara com indicações precisas sobre uma vitória da União Nacional “custe o que custar”;
- Carta de Humberto Delgado ao Ministro do Interior, enviada a 12 de Julho de 1958⁶³⁰, denunciando a brutalidade da polícia para com presos políticos e pedindo “providências urgentes”;
- “Transcrição da Carta ao Senhor Cardeal-Patriarca de Lisboa”⁶³¹, de 14 de Julho de 1958, com denúncia das “brutalidades e torturas sobre os presos políticos” e apelando ao Cardeal para que tente obter um pedido de clemência e uma amnistia para estes presos políticos, alguns dos quais detidos na sequência da participação na sua campanha presidencial. Em anexo a este documento é enviada cópia da carta que Delgado endereçou ao Ministro do Interior, a 12 de Julho, sobre o assunto “brutalidades da polícia”;
- Panfleto de propaganda “Cartas do Senhor Humberto Delgado”⁶³², que inclui a Carta dirigida ao Ministro da Presidência (30 de Julho), ao Ministro do Interior (12 de Julho) e ao Cardeal Patriarca de Lisboa (14 de Julho). A missiva que dirige ao Ministro da Presidência elenca as dezenas de membros da sua candidatura que foram presos, alguns dos quais ainda se encontram detidos 50 dias depois do acto eleitoral. Delgado alerta para o facto de nenhum deles ter cometido qualquer ilegalidade, mas de serem apenas seus apoiantes e que a sua prisão “ameaça prolongar-se com grave prejuízo para a vida

⁶²⁹ Fundo DRS – Documentos Alfredo Ribeiro dos Santos, Pasta 02587.011.016, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=02587.011.016>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁶³⁰ Fundo Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.009.015, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.009.015>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁶³¹ ANTT, HD / APO / 09 / Cx. 56.

⁶³² ANTT, HD / DSCD / 11 / Cx. 76. Este conjunto de cartas seria presumivelmente para vender e realizar algum dinheiro para ser usado na campanha. Esta referência surge num documento de Artur Mirandela, tesoureiro da campanha, que incide numa listagem dos donativos e subscrições, na qual um dos itens referenciados é o “produto das cartas do sr. General” e “dinheiro das cartas”.

profissional de cada um e doloroso sofrimento para as famílias atingidas”. Apela ao governante para que considere o assunto, alegando que “insistir na política de repressão é reincidir num erro que, exercido há 32 anos, já custou ao país muitos sacrifícios, grande desprestígio e atraso geral. Além de que, sendo Portugal uma Nação especialmente católica, esses métodos repugnam à consciência dos portugueses”;

- Panfleto de propaganda “Demita-se o Governo. Viva Humberto Delgado, nosso presidente”⁶³³;

- Panfleto de protesto contra a tomada de posse de Américo Thomaz, “És oposicionista?... Estás contra Salazar?... Votaste em Humberto Delgado?... Então... Resiste! ... Protesta! ... Reclama! ...”⁶³⁴. Este panfleto faz um apelo a que a população se manifeste publicamente contra a tomada de posse de Américo Thomaz no dia 9 de Agosto. O documento sugere que se lavre protesto usando gravata preta, não indo a qualquer espectáculo, não usando qualquer transporte colectivo, no fundo, fazendo tudo o que expressasse indignação geral contra o regime e contra a burla eleitoral, designadamente escrevendo “todos os dias e em todos os locais Humberto! Humberto! Humberto!”;

- “Carta aos Senhores Ministros”⁶³⁵, endereçada por Humberto Delgado ao novo Governo, a 21 de Agosto de 1958, sobre o descontentamento político no pós-eleições e o estado débil da Nação. Tendo-se verificado uma remodelação do Executivo a 14 de Agosto, o General pede que o novo ciclo governamental possa alterar o rumo político da Nação;

- Brochura de propaganda “Carta Aberta do General Humberto Delgado ao Novo Governo”⁶³⁶, transcrevendo que foi dirigida ao novo Governo, em 22 de Agosto de 1958. Este documento reproduz fotografias de manifestações de apoio popular a Humberto Delgado na chegada deste ao Porto e inclui a transcrição da circular confidencial que o Governo enviou com instruções para as autarquias apoiarem o candidato do regime.

⁶³³ Arquivo Ephemera, de José Pacheco Pereira.

⁶³⁴ Fundo: DRS – Documentos Alfredo Ribeiro dos Santos, Pasta 02587.011.012, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=02587.011.012>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁶³⁵ ANTT, HD / DSCD / 11 / Cx. 76.

⁶³⁶ Fundo: Alberto Pedroso, Pasta 09768.096, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=09768.096>, acedido em 23 de Abril de 2016.

5.5. Relação com os meios de comunicação

Desde a década de 1920 que, um pouco por todo o mundo ocidental, para além dos filmes no cinema e dos automóveis, a rádio passou a ser a grande distração da população, trazendo com ela a possibilidade de levar as caras e as vozes dos candidatos políticos a uma audiência alargada.

Embora os jornais mantivessem o seu poder e influência, não podendo naturalmente ser negligenciados, a rádio permitia alcançar uma larguíssima audiência, independentemente do local onde esta se encontrasse, do seu grau de literacia, das suas convicções políticas e ideológicas ou do seu estatuto social. E permitia fazê-lo de forma directa e imediata⁶³⁷.

A rádio passou a ser, juntamente com a imprensa, um dos meios mais eficazes para fazer propaganda eleitoral, motivo pelo qual a divulgação das acções de campanha através das emissões era, como se compreende, um método cobiçado, pela eficácia com que podia fazer chegar a mensagem à população, que, na sua generalidade, não lia jornais.

Sendo evidente o papel mobilizador da rádio, é difícil imaginar que um espaço deste género pudesse estar à disposição de uma candidatura oposicionista. Na verdade, o espaço não foi disponibilizado para a candidatura de Humberto Delgado em particular, mas antes para a campanha dos candidatos a deputados nas eleições do ano anterior – um programa na rádio considerado, aliás, uma “originalidade” (Santos, 2013: 37), uma vez que nunca antes a oposição tinha tido acesso à rádio⁶³⁸. Em 1957, os candidatos à Assembleia Nacional conseguiram que o Rádio Clube Português os deixasse ter intervenções de um quarto de hora pagando⁶³⁹. Chamava-se “O Quarto de Hora da Verdade”, era emitido normalmente às 13 horas e 15 minutos pelo emissor de onda média, em Miramar, e funcionava como a voz da oposição. “De acordo com a publicidade de então: «a oposição fala e Portugal acredita». Foi esse o programa que foi depois transportado para o Delgado. A ponte da rádio (...) fez-se de uma candidatura para a outra”⁶⁴⁰.

⁶³⁷ Durante o período das guerras mundiais, no qual as campanhas oficiais de propaganda por parte de diversos regimes assumiram um importante papel, a rádio permitiu aos propagandistas de uma nação falarem directamente para uma vasta audiência noutra país, a partir do estrangeiro.

⁶³⁸ Ciente da capacidade de mobilização da rádio, o regime servia-se deste meio para a sua propaganda e a própria Emissora Nacional promoveu aparelhos baratos para que todos lhes pudessem aceder e ouvir os discursos de Salazar. In Manuel Coelho dos Santos, *Quando o Porto tinha voz*, p. 39. Pela primeira vez, a oposição teve acesso à rádio: tal como no caso da candidatura de Humberto Delgado, a candidatura de Arlindo Vicente também teve um programa nas eleições de 57 que transitou para a campanha de 58, neste caso chamado “A voz da oposição democrática”. Ainda assim, a desigualdade era imensa: se a oposição dispunha de um quarto de hora diário, o candidato da União Nacional tinha várias horas ao seu dispor.

⁶³⁹ Testemunho de Manuel Coelho dos Santos no documentário “O Meu Coração Ficarà no Porto”, de 2008.

⁶⁴⁰ In Manuel Coelho dos Santos, *Quando o Porto tinha voz*, p. 49.

O estúdio do RCP funcionava na Rua de Ceuta, no 7º andar. O programa começou poucos dias antes da ida de Humberto Delgado ao Porto e as emissões radiofónicas de propaganda eram anunciadas na imprensa, sendo que, de acordo com a imprensa da época, o horário das emissões do posto de Miramar para a campanha do General Humberto Delgado⁶⁴¹ deveria obedecer ao seguinte plano:

Domingos – das 18h35 às 18h50
Segundas – das 14h30 às 14h45
Terças – das 12h30 às 12h45
Quartas – das 19h15 às 19h30
Quintas – das 20h20 às 20h35
Sextas – 12h30 às 12h45
Sábados – 12h30 às 12h45

Um outro documento permite analisar o que estava agendado pelos serviços de imprensa, que a partir do dia 10 de Maio contavam com o quarto de hora de programa na rádio diariamente. Todas as transmissões deveriam abrir e encerrar com o hino nacional e os 15 minutos de que dispunham seria ocupado por noticiário, leitura de artigos importantes e entrevistas de jornais, referência a notícias de jornais estrangeiros⁶⁴².

A candidatura de Humberto Delgado conseguiu manter “O Quarto de Hora da Verdade, um programa ao serviço da candidatura do General Humberto Delgado” até ao dia 18 de Maio, altura em que o programa lhes foi retirado (Santos, 2013: 165). Apesar de o programa, em 1958, ter durado poucos dias, foi o suficiente para promover informações essenciais sobre a candidatura: anunciar a ida de Delgado ao Porto, publicitar a importância da candidatura e seus respectivos objectivos e divulgar o perfil do candidato insistindo na singularidade do seu prestígio e da sua acção” (Santos, 2013: 166).

⁶⁴¹ Jornal *República*, 17 de Maio de 1958, p. 6.

⁶⁴² Estas informações constam de um Plano da Campanha e Acção do Candidato, que se encontra no Fundo: Manuel Mendes/ MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.010, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.043.010>, acedido em 23 de Abril de 2016.

A primeira página do *Primeiro de Janeiro* de 14 de Maio de 1958⁶⁴³, dia da chegada do General ao Porto, traz um convite para a população ir esperar Humberto Delgado à Estação de São Bento, com a indicação de que “O General Humberto Delgado chega hoje a esta cidade, às 18h e 30m, realizando-se à noite a sua primeira sessão de propaganda”.

O mesmo convite foi lido aos microfones do RCP por António Reis⁶⁴⁴, que pertencia à candidatura de Arlindo Vicente. E o facto de a própria censura ter deixado passar no programa a notícia da ida de Humberto Delgado ao Porto terá sido “essencial, se não determinante, no Porto. Terá vindo também daí aquela enchente que aqui recebeu o candidato. Jornais, muito poucos liam. Mas, rádio, cá toda a gente ouvia”.⁶⁴⁵

O próprio Delgado se deslocaria posteriormente aos estúdios para falar do significado da sua ida ao Porto e de como ficara impressionado com a recepção que lhe foi feita – uma intervenção gravada e que a censura não deixou passar.

Como já se referiu, o programa acabou por durar apenas alguns dias – a 18 de Maio, a direcção do Rádio Clube Português emitiu uma nota publicada na imprensa, notificando a candidatura de Humberto Delgado sobre o facto de, a partir do dia seguinte, lhes ficar “vedada a utilização dos seus emissores”. O argumento utilizado pela direcção baseava-se no repúdio pelas declarações do candidato sobre Costa Cabral, João Franco, Pimenta de Castro e Sidónio Pais, por “bolsar injúrias sobre as memórias de homens que os donos da casa sempre publicamente veneraram e respeitaram como grandes portugueses que foram”. Escudando-se na “discordância com o excesso de generosidade dos Serviços de Censura” que permitiram a Humberto Delgado a divulgação de um texto “em que nem sequer poupou mortos”⁶⁴⁶, o Rádio Clube fechou as portas ao General, como este denunciaria na recta final da sua campanha, em conferência de imprensa⁶⁴⁷.

Tendo em conta esta contingência e a circunstância de a Emissora Nacional não dar qualquer espaço aos candidatos opositoristas, Humberto Delgado perdeu o acesso ao meio de comunicação de massas mais popular no país.

Ainda assim e, apesar da proibição da publicação das fotografias que testemunhavam a dimensão da recepção a Delgado no Porto, essas mesmas imagens circularam de mão

⁶⁴³ No *Jornal de Notícias*, a notícia sobre a ida de Humberto Delgado ao Porto só foi publicada a 15 de Maio de 1958.

⁶⁴⁴ Testemunho de António Reis no documentário “O meu coração ficará no Porto”, de 2008.

⁶⁴⁵ In Manuel Coelho dos Santos, *Quando o Porto tinha voz*, p.49.

⁶⁴⁶ *Jornal O Século*, 18 de Maio de 1958, p. 6.

⁶⁴⁷ Conferência realizada no dia 2 de Junho de 1958, na sede de candidatura, em Lisboa.

em mão e algumas delas eram mesmo vendidas. Uma parte dessas fotografias deu origem a uma série de bilhetes-postais⁶⁴⁸, edição dos serviços de candidatura:

- Postal impresso retratando o povo do Porto aguardando o General Humberto Delgado na estação de São Bento e na Praça da Liberdade;
- Postal impresso retratando a chegada de Humberto Delgado ao Porto, no dia 14 de Maio de 1958;
- Postal impresso retratando a Praça Almeida Garret, Praça da Liberdade, entrada de Sá da Bandeira e Santo António, quando da chegada do General Humberto Delgado ao Porto;
- Postal impresso retratando a população portuense aclamando o General Humberto Delgado após a sua chegada ao Porto na Praça da Liberdade;
- Postal impresso retratando o povo do Porto ouvindo o General Humberto Delgado debruçado na varanda dos serviços de candidatura, na Praça Carlos Alberto, no Porto;
- Postal impresso retratando a visita de Humberto Delgado ao túmulo do Padre Américo.

Na década de 1950, a venda deste tipo de material, tal como a distribuição de panfletos e brochuras em Portugal ou a afixação de cartazes nas ruas das cidades e das localidades eram os métodos mais comuns de fazer propaganda eleitoral. Eficazes também eram, como se enunciou, a imprensa escrita e a rádio, embora o destaque conseguido pelo candidato da União Nacional fosse muito superior àquele de que a candidatura de Humberto Delgado dispunha, tal como já foi referido.

Estratégia importante, que terá sido dinamizada por Raúl Rêgo enquanto responsável por aquilo a que nos dias de hoje se chamaria assessoria de imprensa, foi a de conceder grandes entrevistas à imprensa, compiladas num caderno de 40 páginas que incluía vários outros documentos:

- Notas sobre a 1.^a conferência com a imprensa nacional e estrangeira no café Chave d'Ouro, entrevistas concedidas aos jornais *República* e *Diário Ilustrado*, entrevista concedida ao Major Botelho Moniz pelo Engenheiro Cunha Leal (versão integral), discurso proferido por Humberto Delgado no ginásio do Liceu Camões⁶⁴⁹.

Se na Conferência com a imprensa, Humberto Delgado se propôs constituir um Governo capaz de assegurar a ordem e a tranquilidade, sem perseguições aos meios de comunicação social, na entrevista ao *República*, dia 10 de Maio, deteve-se sobre os efeitos de uma Ditadura Militar à qual sucedeu “uma outra espécie de Ditadura do Poder

⁶⁴⁸ Trata-se de uma série de 6 bilhetes-postais, com as dimensões de 15 x 10,5 cm., ilustrando diferentes momentos da passagem do candidato pelo Porto a 14 e 15 de Maio de 1958. ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77.

⁶⁴⁹ ANTT, HD/DAM/12/ Cx. 77

Executivo, a que se mantém ainda, em que os cidadãos não têm nenhuma espécie de garantias, vivendo sob o arbítrio do Poder constituído”. Já na entrevista ao *Diário Ilustrado*, Delgado considera-se traído enquanto soldado do 28 de Maio e critica a degradação moral a que chegou o país, dominado pelo medo.

Este documento inclui a já entrevista dada por Cunha Leal ao presidente do Rádio Clube Português, o Major Jorge Botelho Moniz, republicano convicto e que foi um dos militares da revolução do 28 de Maio. Cunha Leal sai em defesa da unidade oposicionista e, rendido às manifestações de entusiasmo com Delgado, manifesta-lhe publicamente apoio. A entrevista foi transcrita do *Jornal de Notícias*, de 22 de Maio de 1958.

E se na década de 50, nos Estados Unidos, a rádio deu lugar a um meio que se viria a revelar ainda mais poderoso, a televisão, essa era uma forma de comunicação ainda muito distante da realidade portuguesa.

Em Portugal, a televisão nasceu apenas em 1957, com as primeiras emissões da RTP e era um meio ainda muito incipiente em 1958, quando o país foi a votos para escolher o Presidente da República⁶⁵⁰.

Sem poder contar ainda com campanhas televisionadas, como foi descrito, Humberto Delgado fez um périplo pelo país, para contactar directamente com a população em diversas cidades, vilas ou pequenas localidades. Aí se realizaram, como já foi referido, sessões de propaganda com a presença do candidato, mas muitas outras apenas asseguradas por elementos da oposição, sem que Delgado estivesse presente.

⁶⁵⁰ Ao contrário do que acontecia nos Estados Unidos da América, onde os números são reveladores, os lares portugueses não dispunham ainda, na sua maioria, de aparelhos de televisão. Em 1948, menos de 1% dos lares americanos dispunham de um televisor, mas apenas seis anos mais tarde, em 1954, já mais de metade dos americanos tinham televisão em casa. E em 1958, essa taxa subiu para os 80%. Os dados constam num artigo sobre os dez melhores anúncios de sempre em campanhas presidenciais americanas, publicado a 29 de Agosto de 2016 – in <https://ww2.kqed.org/lowdown/2015/10/14/ten-of-the-best-presidential-campaign-commercials-of-all-time/>, acedido em 12 de Janeiro de 2016.

Entre 1952 e 1956, o número de televisões por família, nos Estados Unidos da América, passou de 16 milhões para 35 milhões, chegando a 87% das famílias. Cf. Vasco Ribeiro, *Os Bastidores do Poder* (2015), p. 20. Não admira, portanto, que as campanhas americanas tenham aproveitado ao máximo esta potencialidade da televisão acessível à maioria da população e, de acordo com os dados, completamente democratizada na década de 50 do século XX. A campanha de 1952 que opunha Dwight Eisenhower a Adlai Stevenson ficou marcada por uma série de vários anúncios “Eisenhower Answers America”, cada um deles sobre uma questão principal à qual o candidato republicano respondia falando directamente para a câmara de televisão. Os especialistas consideram que estes anúncios foram decisivos para a vitória de Eisenhower, o primeiro republicano em vinte anos a conseguir chegar à Casa Branca, obtendo 83% dos votos.

5.5.1. Alternativas aos meios de comunicação

Para contornar o acesso limitado aos meios de comunicação social, a candidatura de Humberto Delgado difundiu a sua campanha através de outras vias de comunicação. Para além do *passa palavra*, anteriormente referido, e que funcionou durante toda o período da campanha, as viagens de comboio realizadas pelo candidato, à semelhança do *whistle stop campaign* que acontecia nas campanhas americanas, permitiu-lhe dar-se a conhecer no país. O General aproveitou as paragens para contactar com os apoiantes que esperavam para o ver na plataforma e assim dar visibilidade à sua campanha.

Este conceito de *whistle stop*, numa alusão ao apito que soa quando se quer mandar parar um comboio numa determinada estação, refere-se a um estilo de campanha eleitoral praticado desde o final do século XIX nos Estados Unidos. A estratégia consistia numa sucessão de breves aparições e discursos do candidato na plataforma de comboios, atravessando várias regiões do país, numa sequência de paragens ao longo de um percurso definido⁶⁵¹.

Nas eleições presidenciais de 1958, Delgado atravessou também uma parte do país de comboio. No trajecto Lisboa-Porto, o Foguete deteve-se nalgumas cidades, tendo sido Humberto Delgado “alvo de calorosas manifestações”⁶⁵² em Fátima, Coimbra, Aveiro, Espinho e, já no Porto, na estação das Devesas e em Campanhã. Nestas várias paragens, saudado por dezenas de pessoas, Delgado recebeu palavras de incentivo. A primeira paragem foi em Fátima, onde “trinta ou quarenta homens, com um grande bandeira nacional e um ramo de flores ovacionaram o General” (Cruz, 2009: 171)“. Em Coimbra, 500 ou 600 pessoas concentraram-se na estação velha, mas nem todos eram apoiantes de Humberto Delgado, como relata um informador da PIDE, que descreveu uma facção de apoio a Salazar, em clara minoria, e uma facção maioritária, de apoio ao General (Cruz, 2009: 171), que, segundo a imprensa da época, tinha à sua espera dezenas de estudantes, agitando as pastas com as suas fitas, estudantes que aclamaram Delgado e cantaram o hino nacional”⁶⁵³. Também Fernando Valle foi à estação velha para saudar o General na sua passagem para o Porto, em representação de Alberto Moura-Pinto, retido pela doença⁶⁵⁴.

⁶⁵¹ In <https://idiomation.wordpress.com/2015/06/09/whistle-stop-campaign/>, acedido em 21 de Março de 2017. Frederico Delgado Rosa refere-se a este tipo de campanha na biografia de Humberto Delgado e explica como o comboio “Eisenhower Special” parava em todas as pequenas e grandes cidades para o candidato presidencial discursar sem mesmo sair da carruagem (Rosa, 2008: 486-487).

⁶⁵² Jornal *O Século*, 15 de Maio de 1958, p. 10.

⁶⁵³ *Idem*.

⁶⁵⁴ Fernando Madaíl, p. 219.

Em Aveiro e Espinho, as paragens seguintes, centenas de pessoas aguardavam pelo candidato opositor para o aclamar, tal como no Porto. O entusiasmo a Norte era já de tal modo evidente durante a espera por Humberto Delgado que o Governo tentou evitar manifestações de apoio ao general, optando por mandar a GNR para as estações das Devesas (Vila Nova de Gaia), Campanhã e São Bento para demover os manifestantes. Serviu-se também da Emissora Nacional para garantir que o candidato já estava na cidade, para confundir os manifestantes (Santos, 2009: 128)⁶⁵⁵. Mas esta contra-informação não teve o efeito desejado e nada demoveu as pessoas de se dirigirem para as estações para saudarem Humberto Delgado (Cruz, 2009: 171).

Estes pontos de paragem, ao estilo do já referido *whistle-stop campaign*, verificar-se-iam novamente no trajecto inverso, no caminho do Porto para Lisboa, nomeadamente em Coimbra, Aveiro e Entroncamento. Mas, apesar de nelas não ter sido possível evitar as “palmas entusiásticas”⁶⁵⁶ dos apoiantes que foram saudar Humberto Delgado à passagem do comboio, a verdade é que, depois da recepção vibrante no Porto que assustou o regime, este empenhou-se em organizar contramanifestações com “vivas” a Salazar nos pontos de paragem do “Foguete”⁶⁵⁷. Isso mesmo ficou bem patente na chegada do General à estação de Santa Apolónia, em Lisboa.

5.5.2. Contra-informação

Apesar de algumas imagens que assinalam o momento da chegada de Humberto Delgado à estação de Santa Apolónia, em Lisboa, retratarem o ambiente eufórico da multidão que o aguardava com cartazes erguidos, *confettis* e bandeiras de Portugal com autocolantes colados com a cara do candidato⁶⁵⁸, a polícia conseguiu desviá-lo do caminho que tinha planeado percorrer, convencendo-o de que a multidão gritava por Salazar, em defesa do regime.

⁶⁵⁵ Humberto Delgado refere-se a este episódio quando elenca as várias dificuldades com que se defrontou na campanha. Nas suas palavras, um dos obstáculos era o facto de a rádio transmitir propaganda em favor do Governo, em prejuízo do candidato da oposição, chegando ao ponto de anunciar falsa informação sobre a sua hora de chegada ao Porto.

⁶⁵⁶ Jornal *O Século*, de 17 de Maio de 1958, p. 6.

⁶⁵⁷ Para assinalar o 40.º aniversário das eleições presidenciais de 1958 foi recriado o trajecto, com um convite dirigido a vários autarcas e membros da comissão de candidatura de Humberto Delgado para embarcarem no “Comboio da Liberdade”, que evocava a viagem efectuada pelo General na sua campanha eleitoral. O evento decorreu no dia 3 de Outubro de 1998, com partida da estação de São Bento, no Porto, e paragens em Vila Nova de Gaia, Espinho, Ovar, Aveiro, Coimbra, Entroncamento, Riachos (Torres Novas), Santarém, Vila Franca de Xira, tendo como destino final Santa Apolónia (Lisboa). Nas diversas estações onde o comboio parou, realizaram-se sessões evocativas e embarque de convidados.

⁶⁵⁸ Arquivo Histórico da Força Aérea, “Processo General Humberto da Silva Delgado”, Pasta N.º 8, fotografia 19.

A contrapropaganda foi uma estratégia aplicada sucessivas vezes durante a campanha, como resposta do regime ao impacto que a candidatura de Humberto Delgado estava a ter. É o caso do panfleto satírico “O Delgado está grosso?”⁶⁵⁹, um texto escrito em verso, em Maio de 1958, ridicularizando o candidato. A recepção ao General na região norte do País deu também origem a um folheto desdobrável, intitulado “As aventuras do «Homem Sem Medo»/ Grande fita em episódios”⁶⁶⁰ – uma brochura distribuída por organismos do Estado Novo sobre a campanha de Delgado na sua digressão por Trás-os-Montes e Beira Litoral.

A contra-informação foi especialmente visível na imprensa, nos jornais diários que, depois das palavras de Humberto Delgado na conferência inaugural da campanha, no Café Chave d’Ouro, desenvolveram dezenas de notícias dando conta dos protestos contra as declarações do candidato que prometera demitir Salazar. O “obviamente demito-o” acabou por ter repercussões na imprensa diária que se estenderam pelos restantes dias da campanha. Jornais como *O Século* ou o *Diário da Manhã*, não só enfatizavam as críticas às declarações do General, como as faziam acompanhar por notícias e telegramas com palavras de simpatia e solidariedade para com o Presidente do Conselho.

Sendo censuradas nos jornais as imagens que davam conta da real dimensão e impacto da campanha de Humberto Delgado (como sucedeu no Porto), só tinha uma real noção do entusiasmo com que o candidato foi recebido, quem participava nas manifestações a favor do General. Aproveitando-se disso mesmo, o regime fazia publicar relatos sobre a deslocação de Humberto Delgado ao Porto que traduziam o oposto do que hoje se sabe que se passou. Assim, o *Diário da Manhã* escolheu para título de primeira página “Resultou em malogro a viagem ao Porto do candidato General Delgado”, num artigo em que relata que chegado à Praça Carlos Alberto “subiu ao prédio onde estão instalados os serviços da sua candidatura, veio à varanda, parece que falou, mas ninguém o ouviu” e que “o comando da PSP determinou que apenas 60 agentes tomassem conta do policiamento de todo o percurso. E chegaram. E não houve a mais ligeira alteração da

⁶⁵⁹ Fundo Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.013.010, na Fundação Mário Soares. O documento tem indicação de ter sido elaborado pela PIDE ou pela Legião Portuguesa. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.013.010>, acedido em 23 de Abril de 2016.

⁶⁶⁰ Testemunho de Manuel Coelho dos Santos, em *Quando o Porto tinha voz*, p. 171, referindo-se ao folheto em que Humberto Delgado surge no papel de “Homem Sem Medo” e onde, para contrapor às fotografias que a candidatura do General tinha feito publicar sobre a recepção apoteótica no Porto, o regime terá arranjado imagens que dessem ideia do contrário. Brochura editada e distribuída por organismos do Estado Novo sobre a campanha de Delgado na sua digressão por Trás-os-Montes e Beira Litoral. O documento é de Maio de 1958 e encontra-se no Fundo Manuel Mendes/ MNAC- Museu do Chiado, Pasta 04959.013.015, na Fundação Mário Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.013.015>, acedido em 23 de Abril de 2016.

ordem, ninguém praticou o menor desacato. Ninguém saiu dos seus lugares. Era apenas curiosidade o sentimento que dominava a assistência que ali se reuniu”⁶⁶¹.

Tal como tinha sucedido em campanhas anteriores, a propaganda terminou na última quarta-feira antes do dia das eleições, a quatro dias do acto eleitoral – neste caso, a 4 de Junho, dia das últimas sessões promovidas pelos serviços de qualquer das candidaturas⁶⁶².

Humberto Delgado tinha prometido na sua proclamação ao país conduzir a “propaganda da candidatura no mais alto nível e serenidade” e fê-lo sem, no entanto, deixar de denunciar as situações que a isso obrigavam, como sucedeu já depois do acto eleitoral, em Agosto de 1958, quando dirigiu uma carta ao novo elenco governativo que tinha acabado de tomar posse, pondo em evidência várias atitudes que envergonham os costumes políticos. Refere-se sobretudo à circular confidencial enviada aos autarcas onde se davam instruções claras sobre a União Nacional ter de vencer as eleições com esmagadora maioria “custe o que custar”. Delgado aproveita essa missiva para acusar o Governo de não conseguir que ocorram manifestações espontâneas a favor do candidato do regime, sendo necessário “arrebancar indivíduos em camionetas a 200 quilómetros de distância”, bem como deslocar elementos da Legião com salários, transportes e alimentação pagos pelo contribuinte⁶⁶³, lembrando que a sua campanha foi feita sem fundos do Estado.

Na verdade, para além do contacto com as populações nas localidades onde se deslocou a pé ou em carros abertos (como tinha visto fazer os candidatos americanos nas duas eleições que viveu de perto, quando residia nos Estados Unidos, em 1952 e 1956), Delgado obedeceu a uma espécie de ritual previamente planeado e replicado pelas várias cidades que visitou.

⁶⁶¹ Jornal *Novidades*, 15 de Maio de 1958.

⁶⁶² Cf. Provas censuradas do jornal *O Século* de 29 de Maio de 1958.

⁶⁶³ ANTT, HD / DSCD/ 11 / Cx. 76.

Síntese conclusiva

A reflexão sobre as componentes descritas neste capítulo foi efectuada por etapas. Num primeiro momento, recolheu-se uma vastidão de dados de diferente proveniência e natureza. Depois, estes mesmos dados foram organizados a partir das categorias de análise de Pippa Norris, que permitiram reconstruir a campanha eleitoral de Humberto Delgado e perceber o modo como foi organizada, quem esteve envolvido, que tipo de eventos se planearam, que materiais de propaganda se utilizaram e que dinâmica existiu.

Em 1958, um General saído das fileiras do regime juntou-se às diferentes oposições para se candidatar à eleição para a Presidência da República. O tipo de campanha que se queria fazer ficou delineado logo à partida e consta de um Plano da Campanha e acção do candidato⁶⁶⁴, onde se planeia uma *tournée* pelo país, a fim de “visitar comissões eleitorais e autoridades e tomar conhecimento local dos problemas políticos sociais de cada terra”. Para tanto planeava-se que o candidato fosse acompanhado por jornalistas, para que fosse feita uma reportagem dessa *tournée*. De acordo com o referido documento, caberia às comissões distritais “diligenciar no mesmo sentido junto dos directores dos jornais”, para garantir que essa cobertura seria feita pelos jornais. Ficou também previamente definido que o candidato “visitará casas de caridade e deporá flores em monumentos ao Soldado Desconhecido”. Delgado depositava simbolicamente uma coroa de flores nos monumentos aos mortos da Grande Guerra e homenageava os heróis locais.

A campanha de Humberto Delgado, muito baseada nos contactos de rua, próximo das populações, encontrou igualmente suporte e impulso nas conferências para as quais era convocada a imprensa nacional e estrangeira e em “várias iniciativas com o objectivo de uma larga exposição aos Portugueses, do pensamento político do candidato independente”, sendo para tanto “largamente difundidos por todo o País o cartaz e «slogans» de propaganda eleitoral”⁶⁶⁵.

⁶⁶⁴ Estas informações constam de um Plano da Campanha e Acção do Candidato, que se encontra no Fundo: Manuel Mendes/ MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.010, na Fundação Mário Soares. O documento é composto por duas páginas com um plano detalhado sobre a campanha entre os dias 8 de Abril e 14 de Maio. É possível e expectável que desse documento fizessem parte mais folhas, mas não foi possível apurar se e quantas páginas faltam ao documento. In (1958), "Plano da campanha e acção do candidato", CasaComum.org, Disponível em HTTP: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04959.043.010> (2017-1-30)

⁶⁶⁵ In *O Século*, de 10 de Maio de 1958.

A campanha arrancou com a conferência de imprensa no Café Chave d'Ouro e com uma simples frase que se tornou “a base de toda a campanha” (Delgado, 2009: 136), centrando-se quer em contactos de rua com a população, quer em sessões de propaganda.

Nas visitas que fez a diferentes localidades, a campanha de Humberto Delgado parece ter obedecido a uma espécie de guião, como referido acima: o candidato depunha uma coroa ou ramo de flores em monumentos ou estátuas nas cidades por onde passava, num gesto ensaiado que nada tinha de inocente, mas antes se revestia de forte simbolismo. Eram escolhidos monumentos ou pontos específicos das cidades revestidos de grande significado na vida de Nação e das comunidades locais. Desde os tempos mais remotos que monumentos e estátuas são utilizados para dar ou reforçar um sentido histórico e patriótico, assinalando vitórias ou descobertas, celebrando a vida de grandes homens e mulheres ou momentos de grande aflição, perda ou lamento (Welch, 2013: 50). Uma parte destes monumentos é de âmbito nacional, outros são parte integrante da vida de uma determinada cidade. Num e noutro caso, são pontos de referência para uma colectividade mais ou menos alargada.

Humberto Delgado prestou homenagem sobretudo a heróis locais e aos portugueses mortos em combate nas Guerras Mundiais, quase sempre homens corajosos que perderam a vida a lutar pelo país. Um gesto que facilmente granjeava o apoio popular e que ia ao encontro dos principais temas tratados pela propaganda eleitoral da sua candidatura⁶⁶⁶.

A análise permitiu também identificar um guião-tipo na forma como o candidato era recebido, sempre no limite do concelho por um ou mais elementos da comissão distrital a que essa zona pertencia – individualidades da região, conotadas com a oposição, mas respeitadas pelos seus concidadãos – nalguns casos personalidades incontornáveis na vida das localidades, como Fernando Valle, conhecido médico na região da Arganil e Côja ou Custódio Maldonado Freitas, boticário com farmácia aberta no centro das Caldas da Rainha.

Para todas essas actividades de campanha revelou-se fundamental uma estrutura organizativa da campanha, muito baseada em estruturas locais nos vários distritos.

Em termos de organização, há uma espécie de divisão entre duas linhas de actuação: por um lado, os intelectuais, notáveis da candidatura, nomes respeitados da oposição dita

⁶⁶⁶ David Welch sintetiza quatro temas principais na propaganda: 1) a importância da Nação e da liderança; 2) a forma como os Estados tentaram promover e manter a população saudável; 3) os meios pelos quais a guerra foi justificada e 4) os inimigos definidos como alvos para mobilizar o apoio das massas (Welch, 2013: 190).

tradicional, com estatuto e perante quem, apesar de tudo, havia uma certa reverência (o que não impediu a prisão de boa parte deles, nalguns casos repetidas vezes), por outro lado, os operacionais, executantes das tarefas diárias, necessárias para a candidatura se manter de pé. Custódio Maldonado Freitas dá o exemplo das fotografias da conferência no café Chave d'Ouro, para mostrar precisamente que a fila da frente tem um friso dos intelectuais, enquanto a fila de trás está preenchida pelos operacionais da campanha – aqui entraria também uma questão de idades, uma vez que essa segunda fila corresponderia a uma faixa etária então nos trinta e muitos, 40 anos, enquanto na frente estavam claramente pessoas numa faixa etária mais elevada (basta pensar nos exemplos de António Sérgio e de Francisco Vieira de Almeida).

Alguns dos mais conhecidos intelectuais do país, advogados de renome, industriais ou simples comerciantes, trabalhavam todos em conjunto, em prol de uma mesma causa: acabar com um regime de ditadura. “Era esse o espírito da oposição: cada um tentava dar o seu melhor em prol das campanhas oposicionistas. A questão de ser pago era coisa que nem se colocava! Muitas vezes eram eles próprios a pôr do seu bolso para o que fosse necessário”⁶⁶⁷.

Esta ideia de uma candidatura suportada pelo trabalho desenvolvido por homens e mulheres que colaboravam de forma voluntária e sem receber qualquer pagamento é corroborada por Artur Andrade, que explicita que “a colaboração era espontânea. Ninguém recebia dinheiro por trabalhar na candidatura. Pelo contrário, oferecia-se dinheiro”⁶⁶⁸. Isso mesmo está bem patente nas cartas enviadas para o mandatário da candidatura de Humberto Delgado em Viseu, onde, nas várias localidades se concentraram donativos, entregues no dia da sessão de propaganda, altura em que muitos populares se dirigiram à capital de distrito para apresentar cumprimentos ao candidato que apoiavam: “quando for, levarei alguns donativos para a propaganda”⁶⁶⁹, “no dia 23 levarei fundos para a comissão distrital e igualmente para a Comissão Central”⁶⁷⁰.

Outro dado que se retira do estudo é o envolvimento generalizado dos maçons portugueses na candidatura de Humberto Delgado, tal como anos antes tinham estado envolvidos na candidatura de Norton de Matos.

⁶⁶⁷ Entrevista telefónica a Natália Santos, biógrafa de Raúl Rêgo, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 27 de Setembro de 2016.

⁶⁶⁸ Depoimento de Artur Andrade, publicado no livro *Obviamente demito-o* de Manuel Beça Múrias, p. 17.

⁶⁶⁹ Carta de Mário de Almeida Pinheiro, de Mondim da Beira, dirigida a Álvaro Monteiro, em 20 de Maio de 1958.

⁶⁷⁰ Carta assinada por Augusto Lobo, da comissão de Mortágua, dirigida a Álvaro Monteiro, em 20 de Maio de 1958.

Em 1935, foi publicada a lei que proibia as associações secretas e que visava sobretudo a Maçonaria. Na última entrevista que deu, ao jornal *Expresso*, em 2002, poucos dias antes de morrer, Raúl Rêgo confirmou que durante o Estado Novo, a Maçonaria em Portugal não atingia os 100 membros. Cruzando este dado com a composição das estruturas locais da candidatura de Humberto Delgado, infere-se que o grosso dos elementos daquela associação, participou na campanha do General, o que se traduz numa estrutura de apoio significativa no que diz respeito à rede de contactos e ao voluntariado, a que se aludiu na componente empírica deste trabalho.

No capítulo que se segue, discutem-se os resultados aqui apresentados e pretende-se identificar a lógica da campanha, compreendendo a racionalidade da acção subjacente às escolhas e às estratégias implementadas. Para tal, reflecte-se sobre as diferentes dimensões simbólicas encontradas na campanha de Humberto Delgado, bem como os dados que delas resultam, tendo por referência os modelos de campanha eleitoral predominantes naquele tempo histórico.

CAPÍTULO 6.

O MODELO DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA DA CAMPANHA ELEITORAL DE HUMBERTO DELGADO EM 1958: UMA CAMPANHA AMERICANIZADA

No capítulo anterior analisou-se a campanha de Humberto Delgado a partir dos documentos que integram os vários arquivos consultados, dos materiais de propaganda, das peças de jornais da época e das entrevistas realizadas no âmbito da presente investigação doutoral.

Os dados disponíveis foram trabalhados a partir de vários indicadores, designadamente a organização da campanha, a preparação, a coordenação central, os eventos de campanha, os custos e o material de propaganda, evidenciando-se as diversas dimensões que, perspectivadas em conjunto, permitem reconstituir a forma como a campanha eleitoral de Humberto Delgado nas eleições de 1958 foi organizada e como se desenvolveu nesse período e nas regiões do país que visitou. Esse trabalho permitiu dar inteligibilidade a um número infindável de dados que se encontravam dispersos, desconexos e sem ligação entre si, conferindo-lhe racionalidade.

O presente capítulo centra-se na discussão dos dados aí descritos e analisados para, a partir deles, situar a campanha em estudo, por um lado, nos modelos de campanha predominantes na época e, por outro lado, reflectir sobre o modelo de comunicação presente nesta campanha.

6.1. O herói de guerra

A campanha presidencial de 1958 decorreu em plena época do pós-Segunda Guerra Mundial, um tempo em que a figura do herói de guerra assumia enorme importância no imaginário ocidental. Corajosos e determinados, os militares eram considerados, à época, os verdadeiros líderes nacionais, rosto da paz e da liberdade, que tinham conseguido acabar com a guerra e vencer o regime nazi, derrotando Adolf Hitler.

Militares como Dwight Eisenhower estavam ainda no imaginário dos países do Ocidente, a eles se associando um conjunto de características, como o rigor, a coragem, a respeitabilidade ou o carácter – um conjunto de qualificativos ligado ao que significava naquela época ser militar, e que dava a estes homens uma aura de honorabilidade, a qual fazia com que fossem personalidades em quem era possível confiar de forma muito firme (Campbell, 2007).

O herói é uma categoria clássica da comunicação política, que corresponde ao homem excepcional, que age com distinção e a quem se presta culto (Carlyle, 1888).

A candidatura de Humberto Delgado apostou, pois, na imagem de um candidato forte e de um líder confiável, com experiência militar, transposta para o material de propaganda

que circulou nos meses de Maio e Junho de 1958. A mesma estratégia que tinha sido seguida nos Estados Unidos da América, onde Delgado viveu vários anos e onde os republicanos apostaram na experiência militar de Eisenhower, General de cinco estrelas do Exército americano, popular herói da Segunda Guerra Mundial, comandante supremo das forças aliadas, apresentado como o personagem Ike⁶⁷¹ – um candidato que prometeu uma cruzada contra o comunismo, libertar a Coreia e combater a corrupção e cuja vida vinha sendo dedicada à protecção das liberdades do povo americano.

Humberto Delgado apresentou-se fardado, na qualidade de militar, enquanto candidato à Presidência da República, tal como Eisenhower, sendo este um elemento importante na construção da imagem que dele se quis fazer. Importa, no entanto, ressaltar que tanto Humberto Delgado como Dwight Eisenhower eram verdadeiros militares, de carreira e profissão, ao contrário de líderes dos regimes totalitários, como Adolf Hitler ou Benito Mussolini que, até ao final da Segunda Guerra Mundial, se apresentavam de uniforme sem serem efectivamente militares.

O facto de Delgado surgir fardado assume, pois, uma dupla interpretação e simbolismo: por um lado, indo ao encontro do já referido imaginário do herói militar que consegue pôr fim a uma guerra devastadora; por outro, assemelhando-se a uma personalidade internacional de respeitabilidade incontornável, como era o Presidente Eisenhower, que mantinha uma enorme popularidade pessoal conquistada na Segunda Guerra Mundial. Poucas figuras públicas “contaram com maior prestígio entre o eleitorado do que o general, especialmente devido à sua condução da estratégia dos Aliados na Segunda Guerra”⁶⁷². O seu papel crucial valeu-lhe ter sido nomeado comandante supremo do que viria a ser a NATO⁶⁷³ e partilhava com Churchill o estatuto de símbolo da vitória de 1945⁶⁷⁴.

⁶⁷¹ O seu nome era David Dwight, mas família e amigos tratavam-no por Dwight (mais tarde mudaria mesmo a ordem dos seus nomes para Dwight David), ou simplesmente pelo diminutivo Ike (Eisenhower-Isehower-Ike). O seu adversário democrata, Adlai Stevenson, tinha reputação de tímido e, aproveitando essa circunstância, na campanha de Eisenhower explorou-se a faceta oposta: de um candidato forte, um herói de guerra. As características naturais de Eisenhower, conhecido por ser sorridente e optimista, foram transpostas para *posters* e cartazes – uma imagem favorável e que era vantajoso apresentar como tal ao grande público. Um especialista em publicidade que trabalhou na campanha do General Eisenhower revela que se apostou na experiência militar do candidato, juntamente com o seu desejo de paz. Era importante que estes aspectos fossem enfatizados repetidamente para reforçar um conceito forte: ele seria o personagem Ike, que levou o país à vitória numa guerra devastadora. In Steven A. Seidman (2013), *Posters, propaganda, and persuasion in election campaigns around the world*, p. 69.

⁶⁷² In <https://58thpresidency.wordpress.com/2016/07/13/eleicoes-historicas-1952-eisenhower-vs-stevenson/>, acessado em 9 de Janeiro de 2017.

⁶⁷³ Eisenhower assumiu este cargo de comandante supremo das forças aliadas em Dezembro de 1950, mas o primeiro Secretário-Geral da organização viria a ser Lord Ismay, em Abril de 1952.

⁶⁷⁴ In http://nato.int/cps/en/natohq/declassified_137961.htm, acessado em 29 de Janeiro de 2017.

Curiosamente, Humberto Delgado dividia com Dwight Eisenhower uma outra afinidade: o facto de ser um *outsider* no mundo da política, não pertencendo a qualquer dos grupos organizados em torno dos quais se reunia a oposição ao regime nem ao quadro de dirigentes da União Nacional. Ainda assim, o General teve uma carreira profissional feita dentro do regime e os vários cargos que desempenhou ao serviço do Estado Novo foram manifestamente funções de confiança política.

Nos Estados Unidos da América, Eisenhower era um homem sem militância partidária, disputado quer pelos democratas, quer pelos republicanos. Em 1952 aceitou entrar na corrida à Presidência como candidato do Partido Republicano e um dos trunfos que utilizou foi precisamente a imagem de *outsider* “para reforçar a diferença existente relativamente aos «politiqueiros de Washington” (Cacciotto 2015: 120). Obteve uma vitória esmagadora, conquistando 41 dos 48 estados norte-americanos e acabou com 20 anos consecutivos de poder dos democratas na Casa Branca.

Quando, em 1952, protagonizou a campanha presidencial contra o governador do Illinois, Adlai Stevenson – o intelectual que o Partido Democrata indicou depois de o impopular presidente Harry Truman ter decidido não se recandidatar – Eisenhower era muito admirado nos Estados Unidos, como já se enunciou anteriormente, mas também respeitado na Europa, na Ásia e em todo o hemisfério ocidental. Conhecedor dos horrores da guerra, o candidato Eisenhower era o arquitecto de uma paz duradoura e permanente que pôde trazer tranquilidade ao país. É assim que enquanto candidato é descrito num folheto de propaganda eleitoral⁶⁷⁵, tal como noutra é apresentado como alguém com qualidades inspiradoras, capaz de assegurar a manutenção de uma paz duradoura, unir o povo americano e o país e ter verdadeira capacidade de liderança (Gruenther e Ferrel, 1998: 30-39).

6.2. Os slogans

O *slogan* é um elemento fundamental da mensagem em propaganda política, que deve conter “um apelo, suficientemente simples, facilmente compreendido e susceptível de ser uma senha de coesão do grupo” (Espírito Santo, 2008: 21) – um grupo que se quer o mais alargado possível.

⁶⁷⁵ In Richard L Gruenther and Robert H Ferrell, eds, “The Eisenhower Campaign of 1952: The Letters of Homer Gruenther,” *Nebraska History* 69 (1988): 30-39.

A campanha de Humberto Delgado teve *slogans*, que se encontravam sobretudo escritos em grandes faixas exibidas nas sessões de propaganda, como testemunham dezenas de fotografias. Expressões como “Viva a Liberdade” ou “O Medo acabou”.

Os *slogans* surgem na eleição de Dwight Eisenhower de 1952, nos Estados Unidos da América, e são um traço distintivo das campanhas modernas face às pré-modernas (Norris, 2000). Constituem um “curto encadeamento de palavras que ganha significado graças à repetição e ao contexto” (Lasswell, 1949: 22).

Nos Estados Unidos, o eleitorado gostava de “Ike”, como era conhecido, e os profissionais que conceberam a sua campanha aproveitaram essa circunstância, escolhendo o *slogan* “I like Ike”, o “primeiro *slogan* mediático moderno incontornável”⁶⁷⁶ (Wright, 2008: 207). O *slogan* rapidamente se espalhou literalmente por todo o lado, em diferentes formatos e suportes, e até num leque de dezenas de idiomas, fez sucesso e ajudou Eisenhower a tornar-se o 34.º Presidente dos Estados Unidos da América⁶⁷⁷, eleito a 4 de Novembro de 1952.

O *slogan* “I Like Ike” foi utilizado na campanha de Eisenhower para a Presidência dos Estados Unidos, em 1952, tornando-se a mais célebre, apelativa e bem conseguida frase do *marketing* político americano. A frase viria a ser utilizada novamente na campanha de 1956, na qual Eisenhower foi recandidato, em objectos tão variados como óculos de sol, embalagens de creme para as mãos ou sabonetes.

Em Portugal, tal como outros candidatos em eleições internacionais, Humberto Delgado apostou em expressões de carácter desencadeador de emoções. Um dos *slogans* inscrito numa faixa de grande dimensão utilizada numa sessão de propaganda do General, “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, com trio de ideais preconizados pela Revolução Francesa é decalcado de um cartaz que Eisenhower usou na sua campanha (imagem 23), mas onde se lia “Paz, Prosperidade, Progresso” (imagem 22).

⁶⁷⁶ No original, “the first inescapable modern media slogan” (tradução nossa).

⁶⁷⁷ Em 1955, Eisenhower sofreu aquilo a que os médicos chamaram um ataque cardíaco “ligeiro” e em 56 foi operado aos intestinos. Ainda assim, os republicanos apoiaram-no para mais um mandato. Aliás, a questão da saúde era o único tema que os democratas podiam utilizar contra Eisenhower, mas não era suficiente para o derrubar e em 1956 voltou a ganhar as eleições.

Imagem 22
Sessão de propaganda de Eisenhower



Fonte: The Eisenhower Presidential Library and Museum Homepage: 1956 Presidential Election

Imagem 23
Sessão de propaganda de H. Delgado



Fonte: arquivo pessoal de Álvaro Monteiro

6.3. A mensagem do candidato

A mensagem que o candidato passa no período eleitoral é a base essencial sobre a qual assenta toda a estratégia eleitoral, na medida em que representa o fio condutor de toda a campanha e pode fazer a diferença (Cacciotto, 2015: 120). O posicionamento de Humberto Delgado, comprometendo-se a melhorar as condições de vida no país, ao mesmo tempo que o definia, distinguia-o do seu adversário e fazia dele um *challenger*, que desafiava directamente o candidato contra o qual concorria e, através dele, o próprio regime e o sistema vigente.

Como enuncia Marco Cacciotto, referindo-se à importância da construção da mensagem de um candidato, nesta reside toda a argumentação que sustenta a própria campanha e que determina que se escolha em detrimento de outro (Cacciotto, 2006; Facheaux, 2009)⁶⁷⁸.

Na campanha de 1958, o desejo de liberdade e do fim do medo eram temáticas essenciais e que perpassavam diferentes classes sociais e profissionais (Samara e Henriques, 2013).

Se nos Estados Unidos se prometia paz e prosperidade, os bens mais desejados para uma sociedade que tinha sofrido os efeitos da participação numa guerra devastadora, em

⁶⁷⁸ Citados em Marco Cacciotto, *Marketing Político. Como Vencer Eleições e Governar* (2015), p. 118.

Portugal o fim do medo e a liberdade eram os seus maiores e mais íntimos desejos (Garcia, 2009). Veja-se o exemplo do Manifesto com que o candidato Arlindo Vicente se apresentou aos portugueses pretendendo ser o “porta-voz de um Povo que anseia a Liberdade, a Paz, a Independência e o Progresso” e lembrando a condição do povo português como ávido de um país mais justo, “sem fome e sem medo”⁶⁷⁹.

As promessas mais apetecíveis para quem vivia num regime onde não tinham lugar os direitos, liberdades e garantias individuais – previstos no artigo 8.º da Constituição, mas entretanto suspensos por via de decretos que assim o determinavam – eram aquelas que correspondiam também aos ideais da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

Se “na base de uma campanha eleitoral de sucesso existe sempre uma mensagem eficaz” (Cacciotto, 2015: 118), as experiências (políticas, profissionais e pessoais) são igualmente importantes, na medida em que formaram a pessoa que se apresenta a eleições e, através delas, se conhece o sistema-base de valores da candidatura (Cacciotto, 2015: 120). No caso de Humberto Delgado, tal como referido, esta imagem foi construída em torno do imaginário do militar e do “General sem Medo”.

Libertar o país do medo e da opressão e oferecer melhores condições de vida à população eram algumas das promessas de Humberto Delgado, o candidato que conhecia bem os meandros do regime, ao qual tinha estado sempre profundamente ligado e no qual desenvolveram a sua carreira profissional.

6.4. Os materiais de campanha

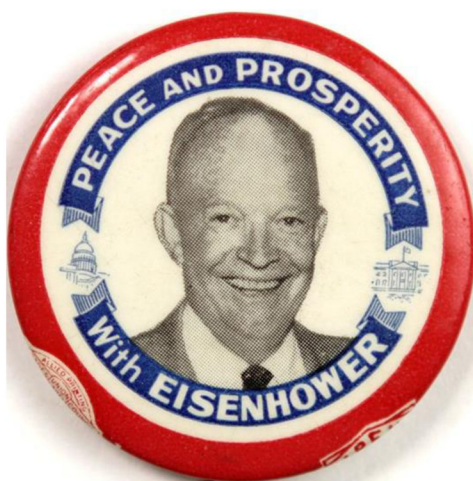
O facto de Humberto Delgado conhecer por dentro o regime e sobretudo a estrutura militar, mas também ter sido um protagonista em importantes negociações com potências estrangeiras, pode ter sido visto como uma vantagem aos olhos do eleitorado que desejava mudança. O mesmo sucederia nos Estados Unidos, com Eisenhower a ser considerado um profundo conhecedor dos assuntos externos, o que fazia dele um homem de Estado e líder destacado.

⁶⁷⁹ O documento em causa é o “Manifesto do candidato da Oposição à Presidência da República Dr. Arlindo Vicente” in Centro de Documentação 25 de Abril, pasta Comunicados e Panfletos/Eleições Presidenciais 1958. Nas propostas de Arlindo Vicente estava também a garantia de que ninguém pudesse ser perseguido pela defesa dos seus ideais, a modificação da política do Ultramar então vigente e a restauração de todas as liberdades (abolição da censura; amnistia dos presos políticos; extinção dos Tribunais Plenários de Lisboa e do Porto; reintegração e indemnização de todos os que foram afastados dos seus lugares pela repressão política; livre constituição de partidos políticos; recenseamento honesto).

Num e noutro caso, são bons argumentos para que o candidato se mostre credível, digno da confiança dos cidadãos e defensor da pátria, sendo assim apresentado na propaganda que chegava aos eleitores e que muitas vezes se baseava nas cores da bandeira do país: Eisenhower tem inúmeros materiais de campanha em tons de azul, branco e encarnado (imagem 24 é disso exemplo), enquanto Humberto Delgado opta pelo verde e pelo encarnado (imagem 25). A leitura simbólica imediata estabelece a ligação entre a candidatura e os desígnios do país, ao mesmo tempo que se apresenta e propõe como seu representante.

Imagem 24

Material de campanha de Eisenhower



Fonte: diplomaticamission.wordpress.com/2011/07/11/peace-and-prosperity-with-eisenhower/

Imagem 25

Material de campanha de H. Delgado



Fonte: <http://quitexe-historia.blogs.sapo.pt/26949.html>

Nas campanhas eleitorais de vários países, *posters*, cartazes ou panfletos eram o tipo de material mais comum, que os próprios governos tradicionalmente patrocinavam nas grandes campanhas oficiais dos regimes, nomeadamente em tempo de guerra, um tempo em que era especialmente importante controlar largamente a cobertura e o formato da narrativa que queriam difundir – situação que veio a ser alterada em tempos recentes pelos novos media (Welch, 2013: 198).

Das campanhas eleitorais faziam igualmente parte alguns objectos que eram na época das campanhas pré-modernas (de acordo com a definição sugerida por Pippa Norris), o único meio através do qual o candidato comunicava com os eleitores. Se até às primeiras décadas do século XX, a maioria da população não sabia ler nem reconhecia o nome dos candidatos – e oferecer um objecto de real utilidade, como uma lanterna de metal (um dos

objectos que se ofereciam nas campanhas americanas), podia ser determinante para a escolha do eleitor – nas décadas seguintes a oferta multiplicou-se enormemente (Wright, 2008). Basta analisar o material de propaganda das campanhas eleitorais do século XX nos Estados Unidos, para encontrar uma variedade imensa de chapéus, azulejos, caixas de fósforos, chapéus-de-chuva, bonecas, têxteis, cerâmica, loiça de porcelana, placas de matrícula, jogos, roupas várias, jóias, discos, garrafas de licor e produtos comestíveis.

A propaganda funcionava como um suporte material utilizado para difundir a mensagem do candidato, ao mesmo tempo que tentava seduzir o eleitorado, sendo, portanto, mais um elemento capaz de oferecer um contributo para eleger um candidato como presidente e tem subjacente o princípio de que as eleições passam, mas os objectos permanecem. Ainda que, terminada uma campanha, estes se tornem aparentemente inúteis ou dispensáveis (na maior parte dos casos são deitados fora), todos eles proporcionam “compreensão efectiva sobre como e por que razão os nossos líderes se tornaram líderes” (Wright, 2008: 1)⁶⁸⁰.

6.5. A atenção a públicos específicos

Um dos traços da propaganda eleitoral da candidatura de Humberto Delgado mais claramente marcado pela influência americana é o das mensagens dirigidas a destinatários específicos, como sucedeu na campanha presidencial de Eisenhower com a utilização do conceito de *marketing* do *unique selling propositions*⁶⁸¹ (Reeves, 1961: 46-48), surgido nos anos 40 do século XX, com base na convicção de que a diferenciação é uma estratégia com resultados eficazes.

Em termos de estratégia e para que esta pudesse ser o mais eficaz possível, a campanha de Humberto Delgado em Portugal deu especial atenção à segmentação de públicos, ligada à ideia do referido *unique selling propositions*, que apostava em escolher um determinado grupo de pessoas e em comunicar em especial para esse público-alvo (Cacciotto, 2015).

Importa salientar esta questão porque se trata de um argumento importante para a estratégia da campanha utilizar a segmentação dos vários votantes, como se fazia nas campanhas americanas do século XX. Na sua campanha eleitoral, Humberto Delgado comunicou especificamente para grupos da população, como jovens, mulheres, católicos,

⁶⁸⁰ No original, “tangible insight into how and why our leaders became our leaders” (Wright, 2008: 1).

⁶⁸¹ O conceito foi desenvolvido por Rosser Reeves, um publicitário de televisão e professor na Harvard Business School, que foi CEO da agência Ted Bates & Company, nos Estados Unidos da América.

professores ou funcionários públicos. A cada um deles dirigiu uma mensagem, o que lhe permitiu adaptar o discurso e torná-lo mais próximo do destinatário.

Humberto Delgado contou com um público urbano de funcionários, empregados de escritório e do comércio, e profissionais liberais “que ressentiam o condicionamento policial e a contenção financeira de Salazar”⁶⁸². Por isso, na propaganda da sua campanha, aos polícias e guardas da GNR lembrou o “ordenado de miséria”, ao mesmo tempo que apelava aos professores e estudantes que lutassem pela “actualização da cultura” e pela “verdadeira civilização portuguesa” ou aos católicos para que o ajudassem a “trazer Portugal para a Lei de Cristo”.

Sendo um país maioritariamente católico, uma das estratégias utilizadas foi escolher mensagens que apelassem especificamente ao voto do eleitorado católico. Num dos panfletos de propaganda são utilizadas palavras do Papa Pio XII sobre as quais se pede aos católicos que meditem: “Abafar a opinião dos cidadãos, reduzi-la ao silêncio forçado, é, aos olhos de todos os cristãos, um atentado ao direito natural do homem, uma violação da ordem do mundo, como Deus a estabeleceu”. Denunciando que o Estado Novo tudo reduz ao silêncio e que é preciso acabar com a censura à imprensa, este documento termina com um apelo directo: “Se as palavras de Sua Santidade o Papa forem entendidas pelo vosso coração e pela vossa inteligência, compreenderéis que, nas próximas eleições, só há um caminho a seguir: votar no General Humberto Delgado”⁶⁸³.

6.6. A difusão da mensagem e as dificuldades com a censura

O facto de em Portugal se viver num regime fechado e dominado pela censura dificultou o acesso aos meios de comunicação de massas por parte da candidatura de Humberto Delgado. Na rádio, a Emissora Nacional fazia a apologia do candidato da União Nacional e o Rádio Clube Português que talvez tenha pensado inicialmente que a candidatura do General pudesse servir o regime, passando até a ideia de que este tinha alguma abertura e aceitava os adversários, ao fim de poucos dias de campanha, silenciou abruptamente a oposição, ao acabar com o programa “Quarto de Hora da Verdade” que os serviços da candidatura de Humberto Delgado mantinham no Rádio Clube Português, já referido neste trabalho. O regime fê-lo quando se apercebeu que a candidatura do

⁶⁸² *Jornal Público*, de 14 de Maio de 2006, p.16.

⁶⁸³ Centro de Documentação 25 de Abril, pasta Comunicados e Panfletos/Eleições Presidenciais 1958 (espólio Rui Pato).

General podia pôr em causa o regime, como já ficou demonstrado no capítulo 5, no ponto 5.5. dedicado à relação com os meios de comunicação.

A realidade da censura e do controlo interno nos diferentes meios de comunicação social evidenciada nas eleições presidenciais de 1958 era visível nos cortes das notícias, de forma especialmente evidente no caso da imprensa escrita, mas também se verificava na televisão, onde havia instruções claras para não ir fazer as iniciativas de campanha de Humberto Delgado. Tal como afirma Vasco Hogan Teves⁶⁸⁴, “não valia pena porque nada seria exibido. Depois da conferência do «Obviamente demito-o», a indicação era para não se falar muito sobre aquela pessoa e puxar antes pelo outro candidato [Américo Thomaz]. As instruções que começaram a ser recebidas eram neste sentido”⁶⁸⁵.

Se, por um lado, havia a tentativa de minimizar a candidatura de Humberto Delgado, por outro, nas eleições de 1958, como no restante tempo de vigência do Estado Novo, a agenda protocolar dos membros do Governo, do Presidente do Conselho e do Presidente da República tinha honras de abertura dos noticiários televisivos, ou era integrada nos alinhamentos como se se tratasse de uma «secretaria de redacção» adstrita directamente ao poder (Cádima, 1996: 52).

Até ao momento do “Obviamente Demito-o”, a 10 de Maio, os candidatos foram tratados com relativa igualdade, não imaginando o regime a dimensão e o impacto que a campanha de Humberto Delgado viria a alcançar. Num primeiro momento, a própria declaração surge na imprensa, o que, de acordo com Carlos Veiga Pereira, um dos jornalistas que fez a cobertura do evento, em 10 de Maio de 1958, se deve ao facto de o regime ter acreditado que podia “usar a frase bombástica a seu favor e contra o candidato”⁶⁸⁶. Mas, a partir da conferência no Chave d’Ouro, conta o repórter, a censura à imprensa foi-se sempre agravando.

A partir desse dia, ela passa também a proibir expressamente a publicação de fotografias da campanha da oposição⁶⁸⁷ e também que saíssem nos jornais imagens dos

⁶⁸⁴ Vasco Hogan Teves colaborou com a televisão pública desde o seu arranque, em 1957, altura em que entrou como estagiário. No ano das eleições presidenciais a que concorreu Humberto Delgado contra Américo Thomaz, Vasco Hogan Teves era um dos catorze profissionais que trabalhava na informação da Rádio Televisão Portuguesa (entrevista Vasco Hogan Teves). Chegaria a Director do Telejornal no início dos anos 70, já com Marcello Caetano no poder. É autor de várias obras sobre televisão e do livro sobre os 50 anos da RTP.

⁶⁸⁵ Entrevista a Vasco Hogan Teves, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 22 de Outubro de 2014.

⁶⁸⁶ Entrevista a Carlos Veiga Pereira, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 17 de Novembro de 2015.

⁶⁸⁷ Nas primeiras edições de jornais do Porto de 15 de Maio de 1958, dia a seguir à recepção apoteótica na cidade para receber Humberto Delgado, ainda são publicadas algumas das fotografias que mostram a

milhares de pessoas que saíram às ruas no Porto para saudar Humberto Delgado (Delgado, 1995: 100). Em vários locais do país tornou-se difícil conseguir que alguma fotografia da passagem de Delgado pelas cidades sobrevivesse, já que, como sucedeu, por exemplo, em Mirandela, “no dia seguinte a PIDE foi a todos os fotógrafos da localidade apreender as fotografias⁶⁸⁸”.

Apesar de a censura ter impedido “as notícias e fotografias sobre os acontecimentos do Porto e Lisboa” (Delgado, 1998: 13), a campanha eleitoral do General fica, no entanto, imortalizada em muitas dezenas de fotografias tiradas pela PIDE e pela Legião Portuguesa⁶⁸⁹, registando as caras de muitos dos que o esperaram na estação de Santa Apolónia, em Lisboa, ou dos que intervieram no acto eleitoral, na distribuição de listas ou em qualquer outro momento da campanha – fotografias que serviam para identificar quem manifestava simpatia pelo candidato da oposição, sobretudo funcionários públicos e, assim, retaliar, nomeadamente nos empregos, quem ousasse enfrentar o regime.

Ao mesmo tempo, ao longo do período da campanha, a imprensa afecta ao regime aposta em denegrir e descredibilizar Humberto Delgado, pondo em marcha uma campanha ofensiva e difamatória contra o General que irá sempre em crescendo (Santos, 2014: 198) – uma “campanha de desagravo”, com o *Diário de Notícias* a “comandar a tendência para publicar, logo desde o dia 11 de Maio, e diariamente até ao fim do período eleitoral, os telegramas e mensagens chegadas à sede da Presidência do Conselho, protestando contra as afirmações de Delgado” (Alexandra, 1998: 12).

A actuação da imprensa afecta ao regime permite silenciar as críticas ao salazarismo, calar os simpatizantes de Delgado, omitir as violências de que são alvo e suprimir as ondas de entusiasmo geradas em torno do General (Santos, 2014: 199).

Tendo em conta o número de profissionais que pagavam imposto ao Sindicato Nacional dos Jornalistas, em 1955 haveria pouco mais de 300 jornalistas no país⁶⁹⁰. Parte

enorme multidão que se juntou, mas nessa mesma manhã uma ordem da censura determinava que não se podia mostrar imagens deste tipo. Nas segundas edições dos jornais portugueses, as fotografias já não saem.
⁶⁸⁸ Este relato consta de um testemunho publicado numa página da internet dedicada ao grupo de antifascistas que participou na campanha eleitoral de Humberto Delgado em Mirandela, onde vem publicada uma fotografia do arquivo pessoal dos herdeiros de João Alves, na qual se vêem vários ilustres da terra acompanhando o General durante a campanha eleitoral de 1958.

Cf. <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/photos/a.559109110865139.1073741828.558291707613546/793821770727204/?type=1&theater>, acedido em 03-07-2016.

⁶⁸⁹ Estas fotografias encontram-se nos arquivos da PIDE, da Legião Portuguesa e da União Nacional, na Torre do Tombo.

⁶⁹⁰ Em 1955, os dados apontam para 321 jornalistas e em 1960 para 347, pelo que o número não oscilou de forma significativa. Estes dados constam de um quadro com a evolução do número de jornalistas que pagavam imposto ao Sindicato Nacional dos Jornalistas entre 1940 e 1974, de acordo com os mapas de

deles dedicava-se ao tratamento dos assuntos políticos, mas numa abordagem que se limitava à transcrição dos discursos e ao relato elogioso dos actos oficiais. Uma das poucas excepções era o jornal *República*, próximo dos republicanos e que deu visibilidade à candidatura de Humberto Delgado, apresentando o candidato ao país logo na sua edição de 3 de Maio de 1958⁶⁹¹ – um texto simples, sem recorrer a adjetivações, mas deixando claro que Delgado era o candidato do *República*. As razões para essa preferência eram alvo de destaque, apontando para o facto de o General ser um militar de carreira, no activo, com vasta cultura, reconhecido no plano nacional e internacional.

Ao longo dos dias de campanha, em termos de cobertura jornalística, é notório o tratamento favorável que é dado ao candidato independente no jornal *República*:

- Com longos artigos sobre o posicionamento político do jornal frente ao Estado Novo e às eleições presidenciais que se avizinhavam, explicitando o “tudo pela liberdade” como máxima a ser seguida;
- Publicação de depoimentos de apoio ao General Humberto Delgado, de figuras como Mário Azevedo Gomes, Cunhal Leal, Jaime Cortesão, Rolão Preto, António José Saraiva, Vieira de Almeida, Luís Almeida Braga, Barbosa de Magalhães, Sequeira Zilhão ou Carlos Olavo⁶⁹²;
- Ajudando com a reprodução de diversos comunicados dos serviços de candidatura de Humberto Delgado, a que se juntavam notícias detalhadas sobre as conferências de imprensa e as sessões de propaganda⁶⁹³.

Contudo, este tratamento favorável era uma excepção no panorama da imprensa portuguesa durante a campanha presidencial de 1958.

No caso da campanha de Humberto Delgado, como, de resto, na de Arlindo Vicente, a censura verificava-se frequentemente pela omissão dos relatos das atitudes repressivas tomadas pelo regime face à oposição, como a prisão de elementos afectos às suas candidaturas, tal como era usual deturpar informações sobre as actividades da oposição

quotização enviados mensalmente pelas empresas jornalísticas ao referido sindicato. In *Os Jornalistas Portugueses. 1933-1974. Uma Profissão em Construção*, de Rosa Maria Sobreira, p. 27.

⁶⁹¹ O periódico dedicava três colunas à apresentação de Humberto Delgado, com o título “Elementos biográficos do Sr. General Humberto Delgado”, numa descrição dividida em cinco itens que sistematizavam o percurso do candidato: educação; carreira; representação do país e viagens; produção literária e científica; e condecorações e outras distinções. O jornal elenca também as condecorações e louvores que Delgado recebeu dos ingleses e americanos e até transcreve os excertos das portarias do Ministério da Defesa Nacional, publicadas no *Diário do Governo* (1957) a agraciá-lo.

⁶⁹² A título de exemplo, a 12 de Maio de 1958, o jornal *República* dedicou quase três páginas inteiras a um longo ensaio de Cunha Leal chamado “Reflexões sobre o problema das eleições presidenciais”.

⁶⁹³ A 8 de Maio de 1958, o *República* publica a “Proclamação de Abertura do General Humberto Delgado – a todos os portugueses da Metrópole do Ultramar, onde Delgado expõe as razões da sua candidatura.

ou sobre referências elogiosas para com esta, para inverter o relato dos factos⁶⁹⁴ (Franco, 1993).

Os comunicados da oposição nem sempre eram publicados e, por vezes, surgiam respostas de membros do Governo ou da própria União Nacional a alguns, que nem sequer tinham visto a luz do dia ou referentes a acontecimentos que não tinham sido noticiados (Delgado, 1998) porque as notas officiosas referentes a factos desconhecidos dos leitores eram “prática corrente na imprensa controlada” (Delgado, 1998: 13). Além disso, o artigo 28.º da Constituição impunha igualmente aos jornais a inclusão de notas oficiais quando se considerasse necessário. Do que se depreende, não só as críticas ao Governo não eram permitidas, como os jornais ainda tinham de fazer eco das mensagens que a Presidência do Conselho entendia fazer passar.

Daqui resulta que os comunicados e as notícias relativas à União Nacional aparecem em número crescente, ao passo que as informações e os documentos produzidos pela campanha oposicionista são permanentemente alvo da censura (Alexandra, 1998).

Durante a vigência do Estado Novo, a censura pôde tornar-se mais invisível – pelo menos à primeira vista – na medida em que já estava implantado uma espécie de regime de autocensura, o que significava que o próprio jornalista já se autocondicionava. Raúl Rêgo, homem da imprensa, testemunhou essa mesma realidade e revela que “a pior censura nem eram os cortes que nos faziam. A pior censura é aquilo que já não se escreve, a censura que um jornalista faz quando está a escrever... É a autocensura”⁶⁹⁵.

Este efeito perverso é também referido por Cândido de Azevedo na sua obra sobre a censura de Salazar e Marcello Caetano, na qual aquela é identificada como “instrumento de repressão cultural e de condicionamento intelectual” (Azevedo, 1999: 65) imposto a jornalistas, escritores e artistas. Isso mesmo confirma Vasco Hogan Teves, jornalista na RTP durante largas décadas, que refere que os jornalistas revelavam uma noção muito clara do que podiam mostrar, como as chefias tinham “uma grande sensibilidade de autocensura”⁶⁹⁶.

Esta era um mecanismo que permitia que, de forma implícita, a censura fosse omnipresente, mas actuando com maior ou menor intensidade consoante as necessidades

⁶⁹⁴ No capítulo sobre a campanha de Humberto Delgado do livro “Censura à Imprensa”, Graça Franco ilustra esta realidade com vários exemplos de notícias cortadas ou alteradas, cujo sentido fica totalmente deturpado. Ver pp. 128-136.

⁶⁹⁵ Entrevista realizada por José Pedro Castanheira a Raúl Rêgo, in *Expresso*, 9 de Fevereiro de 2002.

⁶⁹⁶ Entrevista a Vasco Hogan Teves, realizada no âmbito desta investigação doutoral, em 22 de Outubro de 2014.

do momento. Depois de uma fase inicial em que a censura actuou de forma bastante activa e repressiva, sobretudo na fase da Guerra Civil Espanhola e da Segunda Guerra Mundial, verificou-se um abrandamento a partir do final do conflito. Mas a censura voltou, no entanto, a intensificar-se em 1958, numa tentativa de vigiar e controlar tudo o que se passava na campanha de Humberto Delgado. Eram dadas instruções aos fotógrafos para que tivessem o cuidado de mostrar ângulos das praças e ruas onde a “grandeza da multidão surgisse reduzida a umas dúzias de discólos provocadores” (Melo, 1988, pp.166-172)⁶⁹⁷.

Tal como foi referido, as fotografias que demonstravam uma forte adesão à campanha de Delgado não eram publicadas nos jornais, mas ainda assim foi possível passar a mensagem graças a uma estratégia de *grassroots movements*, a partir das bases.

Este conceito de *grassroots movements* (Cacciotto, 2015; Berkin *et al*, 2014; Van Til *et al*, 2008), muito utilizado na política, é o oposto do poder concentrado na cúpula do sistema, a que tem acesso um grupo restrito de pessoas. Situa-se antes, fora desse centro de poder dito instalado, fazendo-lhe resistência, no sentido em que se constitui como uma alternativa que parte da iniciativa de pessoas comuns, a nível local, num movimento de baixo para cima, em vez de emanar do âmago da actividade política principal, como acontece frequentemente, e que a centralização das campanhas em torno da televisão agudizou.

Quanto ao modo como se reproduz a mensagem, os *grassroots movements* recorrem aos contactos próximos informais, ao passa-palavra, aos encontros de pequenos grupos, residindo também a sua força na capacidade de fazer circular de mão em mão materiais de propaganda, como postais, panfletos ou fotografias. Um modelo seguido na campanha de Humberto Delgado na medida em que o *grassroots movements* desenvolve uma comunicação horizontal e orgânica, feita em corrente, onde impera uma lógica de lealdade e uma atitude de liberdade e de entusiasmo político sem restrições⁶⁹⁸.

Na prática, este tipo de estratégia utilizada na campanha do General – um traço das campanhas pré-modernas – continua a ser seguido na actualidade e concretiza-se graças a um conjunto de cidadãos que aceita unir-se em torno de um propósito, tentando encontrar uma solução para se fazer ouvir – uma iniciativa que consegue ser uma estratégia alternativa para quem não tem possibilidade de aceder à comunicação de massas. Este é também um elemento que indica que uma campanha não é apenas

⁶⁹⁷ Citado in *Nova Renascença*, vol. XVIII, Inverno de 1998, p. 25.

⁶⁹⁸ In <http://www.renewamerica.com/grassroots.htm>, acedido em 30 de Janeiro de 2017.

institucional e feita a partir do centro do poder, mas que existem canais alternativos para um candidato se fazer ouvir, como bem demonstra a campanha de Humberto Delgado, sobretudo pela forma como esta mobilizou eleitorado a nível local.

Neste contexto, na campanha de Humberto Delgado esteve presente uma característica marcante das “campanhas pré-modernas” (Norris, 2000), o voluntariado, que viria a revelar-se determinante não só para a dinâmica da campanha, mas também na resolução de dificuldades práticas impostas pelo regime à oposição.

6.7. O perfil do apoiante

A candidatura do General contou com inúmeros voluntários para exercer as mais variadas tarefas nas diferentes localidades de norte a sul do país. Neste trabalho já ficou explícita não só a importância das missões por eles desempenhadas (apesar dos riscos em que estes incorriam), mas também em que medida a existência de voluntários permitiu minimizar custos ou até, nalguns casos, financiar material de propaganda eleitoral.

Uma breve análise ao perfil daqueles que integravam as comissões distritais da campanha de Delgado mostra claramente que esta era uma candidatura das várias burguesias que compunham o país, essencialmente constituída por advogados, médicos, industriais ou comerciantes. Mesmo dispersos pelo país, todos eles têm em comum o facto de serem elementos dos meios intelectuais e urbanos, o que significa que a campanha de Humberto Delgado personificava uma outra forma de pensar o país, envolvendo as elites intelectuais e mais cosmopolitas.

O historiador Fernando Rosas refere a importância da terciarização a que se assiste no país, a par da industrialização, na década de 50 do século XX. As novas indústrias implicam novos serviços: na banca, companhias de seguros ou escritórios e, com eles, cresce uma pequena burguesia urbana com um novo acesso à cultura, ao ensino, as jornais e, sobretudo, com novas expectativas, de politização, e de abertura a novas ideias e aos novos ventos que vinham da Europa⁶⁹⁹.

Ao mesmo tempo que as comissões locais executavam as várias tarefas, gerindo o trabalho e as necessidades no terreno, houve, por outro lado, uma comunidade reflexiva que pensou e delineou a estratégia. Há, no fundo, uma divisão de trabalhos: os que

⁶⁹⁹ Fernando Rosas explora esta questão no documentário *Humberto Delgado: Obviamente, Demito-o*, realizado por Lauro António para a RTP, em 2007, para assinalar os 50 anos da campanha presidencial de 1958.

executam a estratégia e aqueles que a pensaram e desenharam (Allen, 1993 e Packard, 1957).

As várias componentes da campanha de Humberto Delgado já descritas no capítulo empírico revelam que esta é de tipo misto, dado que nela se incluem características das “campanhas pré-modernas” e das “campanhas modernas”. Se, por um lado, conta com voluntários e funciona de forma descentralizada, baseando-se na comunicação interpessoal e em encontros entre candidatos e população, como eixo central, tem já os traços das campanhas modernas, como fica bem visível através da estratégia de comunicação adoptada e da gestão da informação feita de modo profissional e perpassando todas as dimensões da campanha.

6.8. Elementos de profissionalização

Um bom exemplo da profissionalização que se encontra na campanha de Humberto Delgado encontra-se na criação de eventos próprios, como foi o caso da conferência de imprensa do Chave d’Ouro, onde o esboço de perguntas e respostas revela um enorme nível de consciência do que era gerir profissionalmente a informação.

A existência de documentos como a já referida listagem com o esboço de perguntas que previsivelmente seriam feitas na conferência de imprensa de Humberto Delgado no Café Chave d’Ouro⁷⁰⁰, acompanhada de uma proposta de respostas que deveriam ser dadas, atesta uma organização bastante minuciosa e cuidada, numa conferência claramente preparada ao pormenor.

Este é um dos aspectos que serve para demonstrar como esta campanha era profissionalizada e tinha por detrás dela uma estratégia de informação e comunicação, pensada por profissionais, apesar de, em Portugal, neste tempo, ainda não operarem agências de comunicação ou assessores de imprensa, com estas mesmas designações ou nos termos em que nos dias de hoje são utilizadas.

Na década de 50, nos Estados Unidos, já uma campanha presidencial envolvia trabalho intenso e assistentes qualificados para tratar de todos os pormenores, nomeadamente uma “panóplia de assessores, consultores, peritos e académicos das áreas da comunicação, psicologia e política” (Ribeiro, 2015).

⁷⁰⁰ Cf. Fundo Manuel Mendes/MNAC-Museu do Chiado, Pasta 04959.013.007 ou 04959.013.034 ou 04959.043.004 na Fundação Mário Soares.
In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.013.007+>, acedido em 23 de Abril de 2016.

Através da história sobre a assessoria de imprensa no contexto da comunicação política traçada por Vasco Ribeiro (Ribeiro, 2015), é possível perceber que a preocupação com a imagem dos candidatos presidenciais na década de 50, nos Estados Unidos, é quase obsessiva, com trabalho desenvolvido para que aqueles se apresentassem com uma boa voz e uma dicção irrepreensível. A candidatura republicana de Eisenhower organizou inclusivamente barómetros para medir o nome do candidato perante os eleitores, definindo “o comportamento público e o conteúdo dos discursos em função desses estudos” (Ribeiro, 2015: 22).

Nos Estados Unidos, as candidaturas presidenciais surgiam já em estreita ligação com agências de comunicação e publicidade, a quem se recorria para idealizar e concretizar *spots* de rádio e de televisão, embora só alguns anos mais tarde os candidatos presidenciais tenham passado a fazer um uso mais alargado e exaustivo das possibilidades que o meio televisivo oferecia⁷⁰¹.

Na sociedade americana, a televisão era já o “meio mais utilizado para a promoção comercial e institucional” (Ribeiro, 2015: 21), tendo em conta que permitia chegar directamente às pessoas e influenciar uma camada muito alargada da população, na medida em que havia transmissões no país desde 1939 e que na década de 1950, nos Estados Unidos da América, a televisão estava perfeitamente democratizada e presente em 87% dos lares (Ribeiro, 2015: 20). A própria agenda política e a decisão dos governantes era influenciada pelo que se passava na esfera pública (Habermas, 1989).

Em Portugal não existia quem se dedicasse ao *marketing* político e qualquer tipo de profissionalização das campanhas era ainda uma realidade nunca antes experimentada, com o regime a empenhar-se pouco ou quase nada nas campanhas da União Nacional, como já foi referido, e a oposição a apresentar-se num curtíssimo espaço de tempo, sem grande margem de manobra e sem visibilidade.

Também neste ponto a campanha de Humberto Delgado constituiu uma total inovação em relação a todas as outras anteriores, com tarefas definidas e lugares atribuídos dentro do núcleo duro dos serviços de candidatura – inclusivamente com cartões de identificação dos colaboradores da campanha do General, com nome,

⁷⁰¹ Ainda assim, logo em 1955 foi gravada na Casa Branca, e transmitida posteriormente, a primeira conferência de imprensa na televisão, no mandato de Eisenhower. Cf. Vasco Ribeiro, *Os Bastidores do Poder* (2015), p. 21.

profissão, local de residência e número de Bilhete de Identidade, tendo no verso a assinatura do portador do cartão.

Mesmo não sendo especialista em *marketing* ou não tendo sido formalmente designado como assessor de imprensa, Raúl Rêgo desempenhou esse papel na campanha do General, devido às tarefas de que se ocupou nas presidenciais de 1958, e à relação que manteve com os órgãos de comunicação social e com os jornalistas. Nessa tarefa foi coadjuvado por Manuel Mendes e ambos funcionaram como consultores políticos, dando indicações, orientações, conselhos ou mesmo escrevendo as intervenções que o candidato fazia publicamente – um trabalho de equipa onde não faltou a contratação de um fotógrafo pago para fazer a cobertura da campanha, com um claro objectivo de comunicação, enviar reportagens para o estrangeiro – propósito, aliás, confirmado pelo próprio fotógrafo contratado para a campanha, António Velhote, a quem já se fez referência neste trabalho. Identifica-se alguma dinâmica de entrevistas a jornais estrangeiros no período da campanha eleitoral, nomeadamente ao britânico *Daily Mail*, a 3 de Junho de 1958, onde podem ter pesado os contactos de Raúl Rêgo e onde facilitava o facto de Humberto Delgado falar fluentemente inglês, francês e espanhol. Mais tarde, no exílio, o General tem já notoriedade internacional e a imprensa estrangeira dar-lhe-á destaque e à oposição ao Estado Novo, nomeadamente no Brasil.

Para além de uma consciência do discurso e da mensagem que era necessário passar, havia também um claro entendimento do papel dos meios de comunicação como mediadores da campanha (Street, 2011). Alguns dos documentos que integram o espólio de Manuel Mendes, depositado na Fundação Mário Soares, denunciam já esta maneira de olhar a comunicação política como um espectáculo, concentrando o “eixo da comunicação política na personalidade e carisma dos próprios candidatos” (Ribeiro, 2015: 23).

A documentação, mencionada no ponto 5.1.2. sobre a planificação da campanha de Humberto Delgado (capítulo 5), onde se detalham instruções para a constituição e organização dos serviços de candidatura, como uma espécie de conjunto de regras a ser tido em conta na sua planificação, refere com clareza que era preciso reflectir de forma cuidada na escolha dos oradores e conteúdo das intervenções, “pois os comícios são grandes espectáculos políticos”⁷⁰².

⁷⁰² Fundo Manuel Mendes / MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.013.017, na Fundação Soares. In <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=04959.013.017>, acedido em 23 de Abril de 2016.

Um dos traços-chave das campanhas modernas, profissionalizadas e orientadas de acordo com uma consciência mediática, é o facto de elas serem delineadas a pensar no meio televisivo e nas possibilidades que este oferece. Essa é, no entanto, uma dimensão que a campanha de Humberto Delgado não tem, o que não invalida que a mesma haja assumido um conjunto de características próprias das campanhas designadas como modernas – a televisão como elemento central não esgota as características das campanhas modernas.

A profissionalização que se encontra na campanha de Eisenhower, orientada e dirigida em função do meio televisivo, não existiu na campanha protagonizada por Humberto Delgado. Apesar de em 1958, no período da campanha eleitoral, já existir em Portugal há um ano televisão com emissões regulares, esta não foi utilizada como instrumento do regime.

Conforme foi anteriormente explicitado, a campanha presidencial de 58 passou quase despercebida na televisão, que assumia um discurso assumidamente protocolar e oficioso (Cádima, 1996: 335), sem qualquer referência aos adversários do regime. Nesse sentido, foi “omitida na televisão a figura do General Humberto Delgado” (Cádima, 1996: 340). Isso mesmo confirmou Vasco Hogan Teves, antigo jornalista da RTP, em entrevista realizada para a presente investigação doutoral, na qual referiu que, nas poucas notícias que foram emitidas, o destaque foi dado exclusivamente ao candidato oficial, ao currículo deste e às medalhas recebidas, mas não existiu qualquer cobertura televisiva da campanha presidencial de 1958 de forma sistemática⁷⁰³.

De facto, não basta a existência do meio, é necessário haver consciência do que significa comunicar através dele. O único com acesso à televisão era o candidato apoiado pela União Nacional, Américo Thomaz, mas este não a utilizou ao serviço da sua campanha. O estudo realizado por Francisco Rui Cádima sobre a relação do salazarismo e do caetanismo com a televisão permite dizer que foi sobretudo no tempo de Marcello Caetano que o principal meio de comunicação de massa foi “instrumentalizado e objecto de propaganda do regime” (Cádima, 1996: 334).

Pelo contrário, a oposição não tinha qualquer acesso à televisão, dominada pela censura, que constituía “o parâmetro estruturante de base de toda a estratégia política e tecnodiscursiva para o novo meio” (Cádima, 1996: 336). No contexto específico do

⁷⁰³ Não havendo uma cobertura televisiva, por parte da RTP, da campanha presidencial de 1958, não foi possível constituir as peças televisivas como *corpus* de análise. No caso da rádio, não existe material disponível para consulta referente ao período da campanha eleitoral.

Estado Novo, teria sido impossível ter a televisão como elemento central da campanha política da oposição.

Importa, pois, ressaltar que quando se referem os elementos de americanização presentes na campanha de Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958, isso não significa que a mesma tenha sido decalcada das campanhas americanas, na medida em que a transposição de uma estratégia de campanha de um país para outro nunca é total, existindo uma adaptação da dinâmica mediática ao contexto e às características do país e do meio envolvente onde a campanha decorre (Mancini e Swanson, 1996; Ribeiro, 2015: 108).

No caso da campanha eleitoral do General Delgado, como já foi referido, a consciência mediática e a noção de que a campanha eleitoral é também construída através dos media, e do uso destes para fins políticos (Louw, 2010) determinou que as actividades e os eventos de campanha tenham sido organizados obedecendo a uma espécie de ritual, na medida em que os eventos realizados denotam um padrão que se repetia, havendo consequentemente um guião de campanha, mas esse não existe por acaso e diz desde logo respeito ao programa que o candidato cumpre nas terras que visita.

Ao analisar os materiais de campanha, documentos, correspondência, peças de jornais e as entrevistas realizadas, conclui-se que a campanha tinha um protocolo de acção. À chegada a cada cidade ou localidade, Delgado é recebido por personalidades destacadas da terra que integram as suas comissões locais. Sempre fazendo-se acompanhar pelos seus ilustres anfitriões, depõe uma coroa de flores na base de um monumento de homenagem a heróis locais ou nacionais, percorre a pé algumas ruas e depois dirige-se para um local central, a partir do qual se dirige à população, numa espécie de comício ao ar livre – sendo que nas principais cidades faz obviamente sessões de propaganda com formalismo, escolhendo para o efeito as maiores salas de espectáculos, teatro ou cinema da cidade em causa.

Daqui decorre que tudo parecia obedecer a uma coreografia previamente estabelecida, coreografia essa que também pode ter uma leitura simbólica. Ao escolher praças emblemáticas, com estátuas que evocam heróis de outros tempos ou monumentos aos mortos da Grande Guerra, Humberto Delgado demonstra um profundo respeito pela terra onde se encontra e faz questão de homenagear os seus principais heróis ou protagonistas. Estas visitas são feitas na companhia de figuras locais de referência, prestando-lhes, assim, também homenagem e ligando o passado, o presente e o futuro – simbolizado na sua própria candidatura. Normalmente fá-lo na praça principal, que é

naturalmente o local mais importante de qualquer terra. E, mantendo viva uma ligação com a história e respeito pelos símbolos do país, o candidato e a população entoam o hino nacional.

Para fazer as refeições ou pernoitar, Delgado escolhe ficar no melhor e mais conhecido hotel da região, o que indicia que se está perante um candidato de prestígio. Simbolicamente cada um destes lugares e destas escolhas tem uma determinada razão de ser e uma mensagem que se pretende passar ao eleitorado. É, aliás, recorrente a imprensa regional da época e até alguns jornais de dimensão nacional trazerem a descrição destes percursos e iniciativas de campanha do candidato somente depois de elas terem ocorrido, como se verificou na passagem do candidato por Chaves⁷⁰⁴ ou por Viseu⁷⁰⁵.

Invariavelmente as fotografias da campanha que se conhecem referentes às várias localidades foram tiradas pelo fotógrafo da principal casa de fotografias de cada uma das terras.

As deslocações de Delgado obedeciam a uma espécie de protocolo, eram escolhidos os locais por onde o candidato deveria passar, o percurso era previamente preparado. Na estratégia utilizada para se apresentar nos locais onde contactava com as populações, Delgado fez percursos a pé por entre as pessoas nas localidades mais pequenas e deslocou-se num carro descapotável nas grandes cidades (ver imagem 27).

Aparecer num carro aberto, a acenar à multidão é uma imagem recorrente nos líderes do século XX⁷⁰⁶ e fazia parte da forma como estes comunicavam com as massas. Este tipo de veículo estava muito em voga entre chefes de Estado e de Governo e foi também utilizado por Dwight Eisenhower na sua campanha (ver imagem 26). Porventura o assassinio do Presidente americano John F. Kennedy, a 22 de Novembro de 1963, quando se encontrava precisamente num carro descapotável, veio alterar esta forma encenada como os políticos comunicavam com a população, por questões de segurança.

⁷⁰⁴ A notícia sobre a passagem de Humberto Delgado saiu apenas depois da mesma já ter decorrido no *Notícias de Chaves* de 24 de Maio de 1958 e na edição de 29 de Maio do mesmo ano, do jornal *A Voz de Chaves*.

⁷⁰⁵ Também no caso de Viseu, a deslocação do candidato da oposição à cidade só surgiu no *Jornal de Viseu*, de 24 de Maio de 1958, já depois de a visita ter ocorrido.

⁷⁰⁶ Nas imagens feitas pela realizadora alemã Leni Riefenstahl (1902-2003), considerada a propagandista preferida de Hitler, encontram-se planos de Hitler em carros descapotáveis, desfilando perante o olhar do público e sendo saudado por este ou fazendo a saudação nazi perante multidões enquanto se desloca neste tipo de veículos – imagens determinantes para a construção da imagem do líder e que mostram a relação deste com as massas e que são, na verdade, transversais a outros regimes políticos ditatoriais, independentemente de terem ideologias opostas. Existem fotografias de Hitler e de Estaline em carros descapotáveis, junto a multidões – imagens em tudo semelhantes e que se encontram expostas nomeadamente no House of Horror Museum, em Budapeste, que abriu ao público em 2002, no local onde originalmente funcionou o quartel-general do partido nazi húngaro, Arrow Cross.

Ironicamente, em plena campanha eleitoral, Humberto Delgado deu uma entrevista ao jornal britânico *Daily Mail*, de 3 de Junho de 1958, onde dizia “Eu ando sempre num carro descoberto, a mostrar-me! Não tenho medo de ser assassinado”⁷⁰⁷.

Imagem 26
Eisenhower em campanha



Maryland (Estados Unidos, 1952).
Fonte: www.eisenhower.archives.gov

Imagem 27
Humberto Delgado em campanha



Porto (1958)
Fonte: Frederico Delgado Rosa (2008)

Outro traço das campanhas modernas que se verificou na campanha de Humberto Delgado prende-se com a localização das sedes de candidatura em lugares-chave das cidades, junto ao centro. Nesta consciência de que o espaço físico também é importante, veja-se a opção pela Avenida da Liberdade, a artéria principal da capital do país, escolhida para sede dos serviços centrais e muitas vezes “montra” onde colavam propaganda eleitoral e fotografias do candidato em campanha pelo país.

Sendo certo que o automóvel foi o veículo mais utilizado por Humberto Delgado na sua campanha de 1958, importa referir um outro meio de transporte e uma técnica que foi usada, também ela muito em voga nas campanhas americanas. Trata-se do *whistle stop campaign*, a que já se aludiu, quando as várias paragens no percurso feito pelo comboio eram aproveitadas para fazer discursos à população. Tinha a vantagem de permitir fazer proferir vários discursos normalmente bastante curtos, em diferentes localidades num só dia e de incluir zonas esquecidas ou inóspitas.

Originalmente, a expressão *whistle stop* aplicava-se às pequenas cidades ao longo da linha férrea que tinham pouca ou nenhuma importância, excepto para os poucos que lá

⁷⁰⁷ Revista *Pública*, de 14 de Maio de 2006, p. 58.

viviam ou que por lá passavam. Era o apito que assinalava o pedido para fazer paragem num determinado local e, apesar de estes locais existirem há muitas décadas, só Harry Truman, em 1948, utilizou a expressão aplicada às campanhas eleitorais (Goldzweig, 2008; Holbrook, 2002)⁷⁰⁸ e, portanto, em contexto político, aplicando-se ao candidato que fazia os seus discursos a partir da plataforma do comboio, em cada localidade por onde passava.

Esta era uma tarefa cansativa para o candidato, com um ritmo muito intenso e exigente porque este *whistle stop campaign* implicava paragens em quase todas as cidades, o que significava que o candidato terminava um discurso e mal se sentava já era tempo de fazer o discurso seguinte noutra paragem. Através das cartas de um dos membros da equipa que trabalhou para a campanha de Eisenhower, Homer Gruenther (Gruenther e Ferrell, 1988)⁷⁰⁹, é possível perceber que as paragens aconteciam a cada 35 minutos e que Eisenhower discursava entre 5 a 15 minutos, sendo que na maior parte dos casos falava cerca de cinco minutos. A viagem era planeada por especialistas e Ike era solicitado para dizer o que lhe pediam, quando lhe pediam, sempre que lhe pediam. Cansado de tanta solicitação e de tanto profissional a decidir por ele, terá desabafado com a sua mulher, Mamie, que “se soubesse que ia ser assim, tinha abandonado o navio”⁷¹⁰, desistiria, replicando ainda que “mais um dia como este e eles terão de procurar um novo candidato”⁷¹¹.

Humberto Delgado utilizou este mesmo sistema do *whistle stop campaign*, à pequena escala do país, mas sem fazer discursos muito elaborados e sem correr o risco de se cansar demasiado porque, evidentemente, em Portugal não existem as longas distâncias que o comboio percorria para atravessar os Estados Unidos da América. Foi na sua viagem entre Lisboa e o Porto – e depois no sentido inverso – que o General aproveitou as paragens do Foguete para se dirigir brevemente à população. Pode dizer-se que não foi inteiramente bem-sucedido, pelo menos nalguns casos, uma vez que houve, nalguns locais, pequenas

⁷⁰⁸ In <https://idiomation.wordpress.com/2015/06/09/whistle-stop-campaign/>, acedido em 21 de Março de 2017. No artigo de 9 de Junho de 2015, aqui citado, refere-se que a expressão se deve a Harry S. Truman, com a ajuda do senador Robert A. Taft.

⁷⁰⁹ Homer Gruenther trabalhou com o presidente Dwight Eisenhower, John F. Kennedy e Lyndon Johnson. Nas eleições presidenciais de 1952 acompanhou Eisenhower nessas viagens de comboio, como seu assistente. Cf. Richard L. Gruenther and Robert H. Ferrell, eds, “The Eisenhower Campaign of 1952: The Letters of Homer Gruenther,” *Nebraska History* 69 (1988): 30-39.

⁷¹⁰ No original: “If I had known it was going to be like this I would have jumped off the ship” (tradução nossa). In Gruenther e Ferrell, 1988: 30-39.

⁷¹¹ A expressão original utilizada por Eisenhower foi: “Another day like today and they will be looking for a new candidate”(Gruenther e Ferrell, 1988: 30-39).

manifestações de apoio a Salazar que abafavam a candidatura oposicionista, como sucedeu em Aveiro⁷¹².

Nem tudo é profissional na campanha protagonizada por Delgado, mas efectivamente muitas das suas componentes são já profissionalizadas e vários símbolos foram utilizados, como ficou demonstrado. Trata-se de uma campanha de tipo misto, com características marcantes das campanhas pré-modernas: mais localizado, descentralizado, recorrendo a voluntários, campanha de baixo custo, recorrendo aos jornais e à rádio como principais meios de comunicação para veicular a mensagem do candidato, mas, simultaneamente, esta é uma campanha feita sem cobertura nem anúncios televisivos; ao mesmo tempo que inclui já de forma inequívoca elementos essenciais das campanhas modernas, como uma estratégia concertada entre as várias componentes visual, discursiva e com mensagens organizadas tendo em vista públicos específicos numa estratégia de comunicação profissional – da qual fizeram parte *slogans*, *targets* segmentados, assessoria de imprensa, preparação do discurso do candidato e da mensagem a passar para os media – além de que parece denotar o entendimento dos media como uma instância de mediatização social e não uma extensão do poder instituído.

Há já a consciência de que a imagem pessoal e um bom domínio das técnicas discursivas são elementos determinantes que podem conseguir fazer vencer eleições – no fundo, vender um presidente como se de um produto se tratasse (Kline, 1997: 139) – ao mesmo tempo que assume já importância a questão do carisma e da personalidade do candidato, a par de discursos e gestos dramáticos (quase encenados).

Os serviços de candidatura de Humberto Delgado apresentam-se completamente cientes da necessidade de uma boa cobertura mediática, como atesta o documento encontrado no espólio de Manuel Mendes⁷¹³ que permite concluir sobre a exaustiva cobertura mediática que se pretendia para a conferência de imprensa inaugural da campanha: com uma larga reportagem fotográfica, com gravação de discursos, com um pedido aos principais jornais estrangeiros para que enviassem um correspondente a Portugal para fazer reportagem da conferência de imprensa do candidato independente,

⁷¹² De acordo com o relato do jornal *O Século*, de 17 de Maio de 1958, na p. 6, Humberto Delgado surgiu à porta da carruagem e foi aplaudido na estação de caminho-de-ferro de Aveiro à passagem do comboio "Foguete", mas teve também uma contramanifestação com vivas ao Presidente do Conselho.

⁷¹³ Estas informações constam de um Plano da Campanha e Acção do Candidato, que se encontra no Fundo: Manuel Mendes/ MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.010, na Fundação Mário Soares. In (1958), "Plano da campanha e acção do candidato", CasaComum.org, Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04959.043.010> (2017-1-30).

ficando igualmente explícita a intenção de fazer uma “reportagem de filme para ser passado nos cinemas do país, Ultramar e Brasil”.

De acordo com o mesmo documento, para o evento no café Chave d’Ouro contava-se que estivessem presentes cerca de 250 pessoas e houve um planeamento cuidado de todas as pessoas que deviam ser convidadas e da forma como o candidato deveria apresentar-se em público, “fardado, rodeado de amigos pessoais e comissões do Porto e de Lisboa”. Estava igualmente prevista a distribuição da Proclamação e das fotografias do candidato a toda a imprensa presente.

Havia inclusivamente um manuscrito, com o esboço de um quadro para levantamento do número e categoria profissional dos apoiantes de Humberto Delgado por distrito, para tirar conclusões sobre percentagens e presença das diversas profissões, por concelhos e por distritos⁷¹⁴.

A campanha revela ainda capacidade de flexibilidade, dinamismo e adaptação, atenta ao *feedback* que lhe era dado pelas populações, com propaganda que acompanhava o desenrolar da campanha, o dia-a-dia do país e a acção do regime. Uma candidatura que foi capaz de negociar o apoio de um candidato adversário e de se adaptar à fusão das duas candidaturas a poucos dias do acto eleitoral e que conseguiu manter uma estrutura organizativa, apesar da perseguição e detenção de alguns dos seus apoiantes nas vésperas das eleições e que teve de desenvolver estratégias para conseguir cumprir com algumas formalidades no âmbito do acto eleitoral, como é o caso da cópia dos cadernos eleitorais ou da entrega dos boletins de voto aos eleitores.

Todos estes elementos de profissionalização da campanha de Humberto Delgado são fundamentais para o argumento central desta investigação: a americanização, no sentido a que se refere Marco Cacciotto (2015), da importação das estratégias e lógicas das campanhas presidenciais norte-americanas, mas adaptadas ao contexto europeu – neste caso ao contexto português, com as suas contingências de ordem política e cultural.

Sugere-se que esta é uma campanha de inspiração americana, inspirada principalmente na figura de Dwight Eisenhower, ainda que em Portugal e nos Estados Unidos da América estejam em causa contextos políticos em tudo distintos.

Há um desfasamento entre o modelo de campanha desenvolvido pela candidatura de Humberto Delgado e o contexto sócio-político no qual ela decorreu, onde não existiam eleições livres, onde não havia margem para a pluralidade de opiniões, para a liberdade

⁷¹⁴ O documento encontra-se no Fundo Manuel Mendes / MNAC – Museu do Chiado, Pasta 04959.043.019, na Fundação Mário Soares.

de expressão ou para a visibilidade das oposições ao regime. Significa, pois, que foi uma campanha que forçou um conjunto de características de profissionalização num contexto completamente adverso e inesperado – o contexto de um regime não-democrático – sendo esta uma das conclusões que se apresentam no próximo capítulo.

CONCLUSÃO

Esta Tese de Doutoramento centrou-se no estudo da campanha eleitoral de Humberto Delgado para a Presidência da República, em 1958. Após o percurso investigativo, composto pelas componentes teórica e empírica, retomam-se as questões de investigação que orientaram esta pesquisa: que modelo de comunicação política revela a campanha? e como sub-questões: qual foi a estratégia de comunicação da campanha? Como é que a campanha se posicionou face ao regime? A campanha apresenta elementos de profissionalização? Por forma a responder a estas questões utilizou-se um conjunto de indicadores sistematizados no âmbito de estudos de comunicação política sobre campanhas eleitorais (Norris, 2000; Tenscher *et al*, 2012).

A análise da campanha eleitoral de Humberto Delgado a partir destes indicadores permitiu extrair conclusões sobre o nível de organização e profissionalismo da mesma, nomeadamente a dimensão da equipa envolvida, a sua estratégia de comunicação, a gestão da informação, personalização e materiais de campanha utilizados.

O trabalho foi feito com recurso a inúmeros arquivos, entrevistas, análise de jornais da época, com destaque para o espólio pessoal de Álvaro Monteiro, responsável pelos serviços da candidatura de Humberto Delgado no distrito de Viseu. Através do arquivo deste advogado foi possível aceder a centenas de documentos que permitiram reconstituir os primeiros passos, as diferentes fases, os procedimentos e as dificuldades da campanha organizada pela oposição.

Apesar de alguns dos apoiantes de primeira hora do General, como Manuel Coelho dos Santos, terem tido a percepção de que a campanha funcionou “de forma espontânea, em autogestão” e de que “as intervenções públicas que tinha, escritas ou orais, eram inteiramente da sua lavra” (Santos, 2013: 82), a análise realizada no âmbito desta Tese de Doutoramento permitiu concluir que esta foi uma campanha pensada, com uma estratégia de comunicação profissionalizada, com uma consciência do que é construir uma campanha eleitoral num quadro competitivo de liberdade de expressão e com intenção de formar o eleitorado num determinado sentido de voto. Humberto Delgado tinha uma equipa que traçava as linhas mestras da campanha, ciente do papel que os meios de comunicação social desempenham e da necessidade de fazer passar para o exterior a mensagem do General.

Uma das conclusões do estudo é que se está perante uma campanha com um elevado nível de profissionalismo, nomeadamente na relação com os meios de comunicação. Os dados recolhidos no âmbito da presente investigação indicam que Manuel Mendes e sobretudo Raúl Rêgo ajudavam a delinear os discursos do candidato e até os “adelgadavam”, segundo a expressão utilizada pela mulher do jornalista. Significa que o General não só não estava sozinho, como tinha a trabalhar consigo profissionais muito qualificados, nomeadamente Raúl Rêgo, cujos conhecimentos do meio jornalístico e do jornalismo de agência se revelavam essenciais.

Raúl Rêgo desempenha, ele próprio, as várias tarefas que nos dias de hoje são atribuídas a uma agência de comunicação, ora elaborando discursos e estratégias de comunicação, ora distribuindo sugestões e sendo intermediário com diferentes jornais – uma actuação da qual não restou grande espólio físico (com excepção da documentação do fundo Manuel Mendes, que se encontra na Fundação Mário Soares), mas que se comprova através das entrevistas realizadas no âmbito da presente investigação doutoral.

A candidatura de Humberto Delgado pôde contar com um grupo de personalidades que tinha acumulado alguma experiência ao nível organizativo e estava capaz de, num curto espaço de tempo, repor em funcionamento a máquina eleitoral utilizada poucos meses antes, no âmbito das eleições para a Assembleia Nacional.

A candidatura protagonizada pelo General contava com as elites locais e figuras de referência em várias regiões do país, o que pode sugerir a importância da influência pessoal na campanha. Esta desempenhou um papel importante na formação da decisão do voto. Neste âmbito encontra-se aqui uma estratégia de comunicação em linha com a teorização do modelo *two-step flow of communication*, elaborado por Paul Lazarsfeld *et al* (1944). Tal pode ser sugerido, não só pelo modo como a campanha foi estruturada no terreno e pela importância da influência pessoal, mas também devido à dificuldade de acesso aos meios de comunicação.

Nesse sentido, na campanha de Humberto Delgado, os responsáveis distritais exerceram forte influência enquanto líderes de opinião. Conhecidos e respeitados nos meios onde estavam inseridos, funcionaram como fonte pessoal, credível e confiável, cuja influência pessoal era determinante. Tal como sugerido por Lazarsfeld *et al* (1944), o impacto da mensagem é determinado pela mediação que vários formadores de opinião locais exercem entre os meios de comunicação social e os outros indivíduos do grupo, uma dinâmica com o fluxo da comunicação a dois níveis que funcionou na candidatura de Humberto Delgado.

A campanha para as eleições presidenciais de 1958 foi agressiva, incisiva e conseguiu mobilizar o eleitorado, em grande contraste com o que sucedeu na campanha do candidato apoiado pelo regime, caracterizada por Ana Sofia Ferreira (nomeadamente referindo-se ao que se passou no Porto) como desorganizada, com arranque tardio para o trabalho no terreno, com dirigentes desinteressados que raramente apareciam na sede de candidatura e funcionários pouco competentes, onde a União Nacional se manifestou inoperante (Ferreira, 2009).

No caso da campanha de Humberto Delgado, desde os primeiros dias de Abril foi feito um planeamento cuidado das principais tarefas a desenvolver, nomeadamente a distribuição de circulares, a formalização da candidatura junto do Supremo Tribunal de Justiça e a organização de um evento especial que marcaria o arranque da campanha: uma conferência com larga cobertura pela imprensa nacional e estrangeira, da qual seria feita reportagem em vídeo e fotografia, para poder ser difundida por todo o país, pelas Províncias Ultramarinas e pelo Brasil.

Logo a seguir a esta conferência estava prevista uma ida ao Porto, revestida de simbolismo, dado que os apoiantes que tinham sido determinantes para o arranque da candidatura eram oriundos desta cidade. Do plano da campanha fazia ainda parte uma *tournée* pelo país, para ouvir os anseios e os problemas de cada terra – um périplo que seria acompanhado por enviados dos jornais que fariam a respectiva reportagem da *tournée*, tal como foi introduzido à época nas campanhas eleitorais modernas.

A existência deste plano de acção da campanha e do candidato (com datas pré-definidas para as várias acções que se iriam levar a cabo), as palavras de ordem a serem utilizadas – *slogans*, esboço de perguntas que os jornalistas fariam na conferência de imprensa (e das respostas que o candidato deveria dar) ou a preparação feita com o candidato na véspera do evento, claramente dentro do âmbito daquilo a que hoje se chamaria *media training*, são já exemplos de profissionalização e sinais evidentes de que havia uma noção do que era gerir profissionalmente a informação.

Para além de uma consciência de que era necessário ter uma estratégia de comunicação na campanha e do *staff* que rodeava Humberto Delgado, entre eles um fotógrafo propositadamente contratado para a campanha, António Velhote, vários outros elementos revelam níveis elevados de profissionalização na campanha do General: a existência de *slogans*, a forma tipificada da campanha no terreno junto das populações, a mensagem segmentada e orientada para públicos específicos (um discurso apelando directamente aos eleitores católicos, argumentos destinados aos funcionários públicos,

aludindo aos seus baixos salários ou às mulheres, salientando o seu papel de lutadoras por um futuro melhor para os seus filhos, em vez de falar sobre inúmeros assuntos ao mesmo tempo são elementos próprios das campanhas modernas.

A capacidade de adaptação, o dinamismo e a flexibilidade demonstrados pelos serviços de candidatura face ao desenrolar da campanha e à reacção do regime sem comprometer a estratégia inicialmente definida são também elementos ilustrativos do profissionalismo que a campanha do General revela.

Todos estes elementos agora descritos, e que traduzem ilações retiradas a partir do capítulo de análise dos dados empíricos, permitem afirmar que existiu na campanha protagonizada por Humberto Delgado uma influência forte de uma estratégia de comunicação política de inspiração americana.

O candidato circulando num carro descapotável, acenando e gesticulando perante os eleitores enquanto se deslocava pelas principais ruas das localidades era uma novidade em Portugal e muitos camponeses aguardavam com expectativa a passagem do General em zonas da província onde nunca tinha ido qualquer ministro ou candidato presidencial.

O contraste com as campanhas do Estado Novo torna-se notório, na medida em que nestas não existia uma aposta evidente em comunicar uma mensagem específica durante o período de campanha, que o fizesse distinguir do tempo em que esta não decorre. O acto eleitoral era um *pro forma*, uma mera questão burocrática a que se dava cumprimento, pelo que era conveniente para o regime que não se lhe desse grande destaque. Na verdade, visto do lado da União Nacional, o período de campanha em pouco ou nada se distinguia do resto do ano, como referiu a generalidade dos entrevistados no âmbito desta investigação, em linha com a literatura sobre o tema e tal como foi abordado na componente teórica deste trabalho.

As actividades do Presidente da República, e dos governantes em geral, eram sempre notícia, como se de uma campanha permanente se tratasse. Era, no fundo, um regime em cena a tempo inteiro, onde a oposição não tinha qualquer visibilidade – regimes que encenavam o consenso e onde não cabiam protagonistas alternativos.

Ao invés, para a oposição, a campanha constituía um momento para granjear visibilidade e uma oportunidade única para tentar mudar alguma coisa, para ser um movimento pró-mudança, assente numa estratégia de que se devia fazer campanha em todo o lado, sinalizando que cada voto de cada apoiante conta e pode fazer a diferença. Um dos materiais de propaganda da candidatura de Humberto Delgado, o caderno “Viagem Triunfal ao Porto”, editado pela Comissão Regional do Norte dos Serviços de

Candidatura, apela na sua contracapa a que se constituam “comissões de apoio à candidatura do General Humberto Delgado em todas as freguesias, bairros, ruas, montes, casais, fábricas, escritórios, oficinas (Santos, 2013: 225).

A análise da campanha de Humberto Delgado ao nível de imagens, cartazes, autocolantes ou pins, permitiu verificar que ela se inspirou na campanha presidencial de Dwight Eisenhower, que se realizaram nos Estados Unidos da América, em 1952 e 1956. Encontraram-se semelhanças na estrutura do apelo ao voto, na questão dos *slogans* ou nas mensagens para públicos específicos destinados a mobilizar os eleitores. Por outro lado, há também semelhança entre o candidato americano e o candidato português no que diz respeito à imagem dos militares como heróis de guerra da sociedade ocidental depois da Segunda Guerra Mundial, sendo ambos personalidades com carisma.

Humberto Delgado era claramente um homem de palco, cuja prestação em campanha teve um impacto enorme, incendiando “pelo menos as imaginações deste país, pois toda a gente saltava às ruas para o ver, para ver como era ao vivo aquele fogoso homem a quem se conhecia pelo «General sem Medo»” (Ribeiro dos Santos, 1986: 162).

O carisma de Delgado surgiu como um fenómeno inesperado, capaz de provocar uma mobilização de massas que era totalmente imprevisível no país e que apanhou o regime desprevenido – uma movimentação popular que permitiu pela primeira vez em várias décadas uma dinâmica de unidade da oposição contra o regime salazarista.

O General era um técnico militar, no qual o regime depositava confiança política, e que desempenhou com brilhantismo a missão que lhe foi confiada nas negociações com ingleses e americanos. O contacto próximo com a realidade das democracias nestes dois países fê-lo acreditar que estes dois povos iriam moldar o mundo e a estadia no estrangeiro, primeiro no Canadá e depois nos Estados Unidos da América, como membro do Comité dos Representantes militares da NATO (e onde assistiu de perto à campanha eleitoral de 1956), mais não faz do que reforçar as convicções de Humberto Delgado, numa altura em que o General estava já em ruptura com o salazarismo.

A opção, até aí inédita, de ir até às urnas e não desistir tinha como intenção “obrigar o regime a mostrar a sua verdadeira face antidemocrática” (Delgado, 1998: 14). Ir às urnas servia para desmascarar a fraude das eleições em Portugal, o que se conseguia graças a entrevistas e reportagens publicadas na imprensa estrangeira. Mas, dentro da fronteira, a margem de manobra, como fica demonstrado no trabalho, é muito reduzida. Para além da falta de liberdade de expressão (porque na verdade o alegado desanuviamento da censura durante o período de campanha eleitoral era bastante ténue), o próprio sistema político

apresentava um conjunto de condicionalismos, já elencados, em que o não acesso aos meios de comunicação, a não cobertura sistemática da campanha, o tipo de papel dos boletins de voto e a dificuldade na sua distribuição pelas moradas dos eleitores (porque a oposição não tinha o serviço dos correios à sua disposição), tudo era um problema de difícil resolução.

Não é possível determinar com exactidão os resultados oficiais das eleições presidenciais de 1958 dada a amplitude da fraude. Nalguns pontos do país, a pressão popular sobre as mesas de voto foi tão forte que as autoridades viram-se obrigadas a reconhecer e anunciar a vitória de Humberto Delgado nesses locais. A própria PIDE, poucos dias antes do acto eleitoral, não se coibiu de expressar que “nunca a situação política do Estado Novo correu tanto perigo em abrir brecha na sua estrutura como neste momento” (Lemos, 2012:232).

Os números oficiais deram quase 25% dos votos a Humberto Delgado, contra 75% do candidato oficial do regime, mas, convencido da fraude do resultado oficial e de um recenseamento falseado, o General defendeu que “as eleições são moral e legalmente nulas” (Delgado, 1995: 108) e encarregou Abranches Ferrão de redigir uma impugnação das eleições, que foi ilustrada com casos concretos. De acordo com o testemunho daquele advogado, um representante do ainda Presidente da República (o filho dele) foi a casa do General para dar conta de que Craveiro Lopes considerava que as eleições tinham sido falseadas e desejava que Delgado recorresse das eleições para o Tribunal (Múrias, 1975: 59) – prova inequívoca do quanto Craveiro Lopes queria afastar Salazar a todo o custo.

Segundo Abranches Ferrão, não havendo competência de nenhum dos supremos tribunais, nem o de Justiça, nem o Militar, nem o Administrativo, para receber essa reclamação, “a solução é reclamar para o Presidente da República. Se ele reconhecer que as eleições foram falseadas, fará o que se impõe numa ocasião destas: demite este Governo, constitui-se outro e fazem-se novas eleições” (Múrias, 1975: 59).

A reclamação foi formalmente dirigida ao Presidente da República, mas sem os efeitos desejados. Ainda assim, a dimensão de consciência popular de que tinha havido uma fraude eleitoral foi tão ampla e generalizada que, a seguir às eleições, se intensificaram as greves e outras formas de luta de operários e trabalhadores rurais.

Mesmo não tendo obtido uma vitória em termos numéricos, o que seria incompatível com o tipo de regime político que se vivia no país (Cruz, 1986), Humberto Delgado conseguiu deixar o regime atordoado e foi “o único até hoje que durante os trinta e seis

anos de tirania manteve a candidatura até ao dia das urnas, inclusive” (Delgado, 1995: 108).

A campanha acaba a 4 de Junho, mas com ela “não termina o clima repressivo e silenciador” (Santos, 2014: 199). Não só nos dias antes, mas também nos dias depois das eleições, muitos opositoristas, entre eles alguns dos mais destacados apoiantes de Humberto Delgado, foram presos.

Após as eleições, Humberto Delgado é impedido de regressar ao cargo de Director-Geral da Aviação Civil e cria o Movimento Nacional Independente a 18 de Junho, que se assume como organização civil de indivíduos, repetindo o programa da candidatura de Delgado e declarando opor-se a todas as concepções totalitárias e à inclusão na sua organização de qualquer grupo, seita ou partido. O objectivo era manter unidas as forças da oposição que se tinham concertado no combate à ditadura, mas o entendimento entre todos fracassa.

Incomodado com a actividade política de Delgado e com a ameaça constante para o regime – tanto mais que qualquer movimentação do General no país era pretexto para manifestações anti-salazaristas, como aconteceu em Alcobaça ou Santarém – o Governo demite-o do serviço militar activo em Janeiro de 1959.

A demissão de Humberto Delgado das Forças Armadas assumia um duplo objectivo: afastá-lo do contacto com camaradas de armas e retirar-lhe a imunidade contra a intervenção da PIDE. Para o afastar do país, o regime tentou ainda oferecer-lhe um cargo no estrangeiro, no Canadá ou nos Estados Unidos (Delgado, 1995: 24)

Na sequência de uma nota officiosa, que o ameaçava de medidas repressivas e de um aviso vindo de dentro do regime de que se preparava uma manifestação provocatória à porta de sua casa com a intenção de o matar (alguns dos seus amigos recolheram indícios de que havia intenção de o maltratar e foi isso que o levou a pedir asilo político), decidiu refugiar-se na Embaixada do Brasil a 12 de Janeiro de 1959. Aí permaneceu durante três meses, enquanto decorriam difíceis negociações diplomáticas entre a Embaixada e o Governo. A 21 de Abril, partiu para o Rio de Janeiro, embora no Brasil, a colónia portuguesa estabelecida há décadas fosse, em grande parte, “ferrenhamente salazarista” (Delgado, 1995: 47).

A Embaixada do Brasil terá sido escolhida porque nesse país se encontrava radicada uma grande colónia portuguesa, que podia facilitar os meios e o apoio à continuação da actividade política de Humberto Delgado (Múrias, 1975: 25). Mas o “Governo português tinha uma longa tradição de recusa do princípio do asilo político, que vinha da Guerra

Civil de Espanha e da Segunda Guerra Mundial. Portanto, recusou os argumentos invocados por Humberto Delgado de que a sua vida corria perigo. As negociações diplomáticas duraram três longos meses” (Pinto, 2007: 227).

Já no Brasil, Delgado tenta, a partir do exterior, a unificação dos vários núcleos oposicionistas, mas sem sucesso.

Não sendo objectivo da presente investigação analisar o quadro pós-eleitoral, ressalve-se apenas que nos meses que se seguiram ao acto eleitoral de 8 de Junho, Humberto Delgado continuou a fazer circular diversos documentos, nomeadamente a partir do Brasil, onde ficou como exilado político. A título de exemplo refira-se um documento de Dezembro de 1958, que se encontra na Fundação Mário Soares e que consiste num postal impresso com a fotografia do General, vestido com uniforme e respectivas condecorações, com uma mensagem de Natal de Humberto Delgado aos portugueses que o apoiaram durante a sua candidatura à Presidência da República, na qual agradece “as demonstrações de simpatia e apoio” que recebeu durante e depois da candidatura.

A acção dos apoiantes de Humberto Delgado prolongou-se também pelo ano seguinte, como demonstram vários documentos constantes dos arquivos da Torre do Tombo, como é o caso do manifesto “Aos Portugueses”, com data de 14 de Janeiro de 1959, subscrito por 142 nomes da região norte do país, que tinham apoiado a candidatura de Delgado, incluindo alguns dos seus colaboradores mais próximos, contra a falta de condições dadas pelo Governo à oposição. O documento defende que “uma oposição organizada seria a melhor garantia da paz pública” e “em vez de o permitir, o governo tem proibido todas as tentativas feitas pelos seus antagonistas, sejam eles quais forem, para se organizarem”.

O período pós-eleições foi igualmente dramático, desde logo para Humberto Delgado que, ao ter reunido o apoio de todas as correntes da oposição e ao ter conseguido 25% dos votos nas eleições, se convenceu de que era uma espécie de líder da oposição e chefe de Estado eleito. Entendimento tinham os dirigentes oposicionistas que nunca tinham pensado que “uma tal partida lhes pudesse ser feita por um simples candidato à presidência da República, por eles fabricado como os anteriores” (Sertório, 1978: 34).

O objectivo principal dos oposicionistas era o derrube do regime salazarista, mas os oposicionistas não estavam dispostos a aceitar Humberto Delgado como chefe revolucionário da oposição portuguesa, papel que o General quis assumir no exílio, pretendendo que a mesma se guiasse pela ideia de que as eleições de 1958 teriam servido

para referendar um líder, que agora devia ser incontestado. A comunidade portuguesa no Brasil não reagiu bem à postura de Humberto Delgado e este revelou características de um líder de tipo autoritário, “redigindo «directivas» a torto e a direito, pretendendo regular todos os vectores de actuação possível (...) chegou a determinar como deveria ser tratado na «presença e na ausência» (sic) e rectificou o que deveria ser o «grito das massas» (re-sic): «Humberto!Humberto!» (em lugar do «Delgado! Delgado!» com que fora recebido no Brasil). A resposta dos notáveis não se fez esperar, num abaixo-assinado que lhe foi entregue: recusavam ser súbditos de Humberto Delgado” (Sertório, 1978: 36).

Este traço de personalidade, autoritário, permite questionar até que ponto Humberto Delgado não foi um líder populista de massas, com uma dimensão de herói de guerra – como foi discutido na componente teórica do trabalho – que concretizou uma campanha eleitoral com orientação mediática e inspiração americana, mas não sendo necessariamente democrático. O seu percurso vindo da extrema-direita do regime e o seu nacionalismo exacerbado eram os sinais mais notórios de que, como referiu Raúl Rêgo, que com ele privou de perto, “por feitio e educação era autocrático, mas por convicção, no íntimo, um sujeito liberal” (Múrias, 1975: 67). Um homem de “fundo autoritário”, como lhe chamou José Ribeiro dos Santos, mas que admitia contraditório, pelo que não era totalitário (Ribeiro dos Santos, 1986).

Demonstrativo também da sua irreverência enquanto candidato presidencial foi o “obviamente, demito-o”. Apesar de Humberto Delgado ter sido preparado pelo seu *staff* para responder de forma evasiva à questão sobre o que faria ao Presidente do Conselho caso fosse eleito, a frase que ficou inscrita na história resultou de um improviso do General, contrariando o que tinha sido combinado.

As suas características pessoais foram aproveitadas pelo regime para o desacreditar perante o eleitorado. O Governo tentava passar sobre o candidato da oposição a imagem de um ateu, *maçon* e traidor, alguém que estava ao serviço de Moscovo. Mas apesar da campanha de desagravo montada pelo regime e patente nos jornais da época, Humberto Delgado foi um candidato legitimado e reconhecido pela população perante a qual se apresentou.

O receio de que a população começasse a questionar as verdades veiculadas pela União Nacional e pelo regime e o entusiasmo com um General saído das fileiras do regime assustaram Saalzar, até porque as eleições presidenciais eram diferentes dos demais actos eleitorais, na medida em que formalmente era o Presidente da República que nomeava o Presidente do Conselho.

Esta análise permitiu reflectir sobre a cultura de comunicação política da campanha, sugerindo que se está perante uma campanha que revela um quadro complexo e de difícil articulação entre o contexto não democrático e de não liberdade de expressão e pluralismo político, no qual decorreram as eleições de 1958. Trata-se de uma campanha inspirada nas campanhas modernas americanas, cujas características derivam do contexto democrático de liberdade de expressão, acção e acesso aos meios de comunicação social. Colocando de parte as diferenças estruturais entre os regimes políticos, à época, a campanha de Humberto Delgado foi inédita no país pelo nível de adesão popular e de externalização, com a integração da lógica da comunicação social na acção política.

Se, por um lado, a campanha de Humberto Delgado apresenta traços das campanhas modernas, anteriormente referidos, como uma campanha planeada, organizada e estruturada de modo integrado, com a utilização de *slogans*, a segmentação da mensagem, a coordenação central ou a contratação de profissionais especializados; por outro, incorpora também características das campanhas pré-modernas, conforme as definiu Pippa Norris (2000), como é o caso dos eventos muito assentes nos contactos directos entre candidato e cidadãos a nível local, as sessões de esclarecimento, encontros de apoiantes, nos contactos porta a porta, no passa palavra e no trabalho voluntário, como ficou evidenciado ao longo do trabalho. Em termos de propaganda nos media, estas campanhas socorriam-se sobretudo de *posters*, panfletos e emissões radiofónicas.

Pippa Norris (2000) distingue a evolução no modo de fazer campanhas entre pré-modernas (de meados do século XIX até aos anos 50), modernas (do início dos anos 60 ao final dos anos 80) e pós-modernas (depois dos anos 90), sendo que, para a autora, as formas mais recentes de fazer campanha não substituíram as que antes tiveram lugar, mas antes lhes serviram de complemento. As diferentes formas e meios utilizados para fazer as campanhas coexistem, não se anulam, pelo que, apesar das técnicas irem evoluindo, características essenciais como o contacto directo cara-a-cara e o recurso a voluntários (próprias de uma campanha pré-moderna, na terminologia de Pippa Norris), subsistem.

Não deixa de ser relevante evidenciar a propósito da campanha de Humberto Delgado que reúne dois tipos de características (das campanhas pré-modernas e modernas) que, se a campanha tivesse decorrido num país democrático, teria tido condições para decalcar de forma ainda mais evidente as campanhas americanas. A inspiração americana encontrou limitações estruturais no Estado Novo, desde logo a falta de pluralismo, as liberdades cerceadas, a censura, a repressão sobre as oposições e a falta de visibilidade destas. Limitações de ordem política, tal como referido na componente teórica do

trabalho, mas também provocadas pelas características da paisagem mediática portuguesa e americana, que foi fundamental no delinear da estratégia de campanha de Dwight Eisenhower.

É com este General que se populariza a ideia de que “a comunicação política é equiparada à publicidade comercial e a promoção de um político igual à venda de um produto” (Ribeiro, 2015: 23) e esta estratégia de transformação da política num espectáculo (Gomes, 1995) é suportada no e pelo meio televisivo. Em Portugal, a televisão tinha acabado de nascer e dela não se fazia ainda a utilização como instrumento do regime, mas à semelhança das campanhas americanas, Humberto Delgado corporizou as características dominantes na narração da política utilizada no meio televisivo: a personalização e a espectacularização (Cacciotto, 2015).

Ainda a propósito das diferenças no panorama mediático português e americano, importa referir que, ao contrário dos Estados Unidos da América, onde a sondagem era desde os anos 1930 “o instrumento mais utilizado por candidatos e partidos para tentarem compreender o que o «mercado eleitoral» pretende deles” (Cacciotto, 2015: 92), em Portugal o mesmo não sucedia, tendo as sondagens de opinião sido institucionalizadas e desenvolvidas apenas nos finais dos anos 80 do século XX, quando se liberalizaram os meios de comunicação social.

Apesar das diferenças assinaladas, importa ressaltar que as sondagens ou a televisão como elemento central não esgotam as características das campanhas modernas. Tal como sucede nestas últimas, a campanha de Humberto Delgado evidencia consciência mediática, centralização, bem como uma estrutura planificada, organizada e controlada por uma cúpula que dirigia as diferentes componentes da campanha de modo integrado. De igual modo, a campanha mostra capacidade de diferenciação, reconhecendo saberes especializados e a profissionalização de tarefas.

A presente investigação permite concluir que Humberto Delgado replicou em Portugal um estilo de campanha conduzida pela personalidade do candidato, tal como o General tinha visto fazer nos Estados Unidos da América, durante os anos em que lá viveu. Uma personalização da política, na expressão utilizada por Swanson e Mancini (1996) e uma americanização da campanha como enuncia Pippa Norris (2000), ainda que a campanha não tenha sido exactamente decalcada, na medida em que os contextos dos dois países eram bastante diferentes – mas no que diz respeito à organização da campanha em sentido estrito, não é relevante o tipo de regime político no qual a campanha se insere (até porque uma campanha moderna não implica necessariamente uma sociedade

democrática) mas antes, a importação das estratégias e das lógicas das campanhas americanas que Humberto Delgado reproduziu.

Sobre o facto de Humberto Delgado ter conseguido protagonizar uma campanha eleitoral nos moldes descritos na componente empírica desta Tese de Doutoramento, importa referir que Salazar já sabia há algum tempo que o General mantinha relações amistosas com inimigos do regime, nomeadamente com Henrique Galvão, a quem visitava na prisão sempre que se deslocava a Portugal. Mas mais preocupado com o aparecimento dos candidatos assumidamente ligados ao Partido Comunista e outros, com várias candidaturas que pudessem dividir a oposição, Salazar terá partido do princípio que não seria de temer a candidatura de um homem que vinha das fileiras do regime, que várias vezes tinha elogiado publicamente o Presidente do Conselho e a obra do Estado Novo – alguém de quem a oposição se tinha aproveitado.

À primeira vista, a candidatura de Humberto Delgado era vantajosa para o regime, dando corpo à tese de que este aceitava adversários que pudessem concorrer às eleições contra o candidato do regime (e de que era mais um candidato que servia para dividir a oposição). Só quando foi notório que a campanha do General estava a abalar profundamente o regime, este tomou as medidas necessárias para minimizar o impacto do fenómeno Delgado. Mas apanhado de surpresa pelo levantamento espontâneo do entusiasmo popular por todo o país, para o qual também contribuiu a campanha propriamente dita, o Estado Novo não pôde evitar recepções apoteóticas como aquela que se verificou no Porto.

Se, numa fase inicial, o regime viu o General como um álibi de abertura aos olhos dos outros países – fenómeno semelhante ao que aconteceria anos mais tarde com a chamada Ala Liberal, no consulado de Marcello Caetano – o forte impacto da sua campanha resultou num fechamento ainda maior desse mesmo regime, visível desde logo naquela que foi a consequência mais evidente das eleições presidenciais de 1958: no ano seguinte, o regime procedeu a uma revisão constitucional e determinou que a eleição para Presidência da República deixaria de ser feita por sufrágio directo e passaria a realizar-se através de um colégio eleitoral de total confiança do Governo, um grupo restrito e composto apenas por correligionários do regime, pertencentes à Assembleia Nacional e à Câmara Corporativa, conforme determinava a lei n.º 2100, de 29 de Agosto.

A campanha de Humberto Delgado foi uma ameaça para o Estado Novo e desestabilizou a ordem, numa tentativa de ruptura com a ordem estabelecida, desgastando o regime (*order eroding*, na concepção de Natalia Roudakova), quebrando com a rotina

das eleições organizadas pelo Estado Novo, cujo único intuito era o de dar continuidade ao regime e legitimá-lo por força de eleições não livres, mantendo o *status quo*, ao encontro do conceito de *order maintaining* de Roudakova (2012).

Neste confronto entre ordem e mudança, o facto inédito de Humberto Delgado não ter desistido da ida às urnas e de ter reunido o apoio de toda a oposição, provocou um despertar de consciência em camadas da população até então adormecidas. Com as eleições de 1958 fica, pois, lançado o fermento para a necessidade de uma mudança política no país, que não mais desaparecerá.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1998) *Humberto Delgado e as eleições de 1958. Documentação da Torre do Tombo*, Lisboa: Comemorações do 40.º Aniversário das Eleições de 1958;
- AA.VV. *Eleições Presidenciais. Subsídios para a história das candidaturas Norton de Matos (1949 – Quintão Meireles (1952) e Humberto Delgado (1958)*, Lisboa: Edições Delfos, s.d.;
- ACCIAIUOLI, Margarida (2013) *António Ferro. A vertigem da palavra. Retórica, política e propaganda no estado Novo*, Lisboa: Bizâncio;
- ALBARELLO, Luc *et al* (1997) *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva (p.84-116);
- ALEXANDRA, Nair (1998) *As Eleições de 1958 e a imprensa portuguesa. Colectânea de documentos censurados* in MASCARENHAS, João Mário (Coord.) (1998) *As Eleições de 1958 e a imprensa portuguesa. Colectânea de documentos censurados*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa;
- ALLEN, Craig (1993) *Eisenhower and the Mass Media: Peace, Prosperity and Prime-Time TV*, Londres: The University of North Carolina Press;
- ALMEIDA, João Miguel (2008) *A oposição católica ao Estado Novo 1958-1974*, Lisboa: edições Nelson de Matos;
- ALTHAUS, Scott (2003) *Collective preferences in democratic politics: opinion surveys and the will of the people*, New York City: Cambridge University Press;
- AMARAL, Diogo Freitas (1998) *História das Ideias Políticas (Apontamentos)*, volume II, Lisboa: Pedro Ferreira – Artes Gráficas;
- ANTUNES, José Freire (1993) *Salazar Caetano. Cartas secretas 1932-1968*, s.l.: Círculo de Leitores;
- ARAÚJO, António (2009) *Sons de Sinos. Estado e Igreja no advento do Salazarismo*, Coimbra: Tenacitas;
- (2007) *A lei de Salazar*, Coimbra: Tenacitas;
- ARENDDT, Hannah (2006) *As Origens do Totalitarismo*, Lisboa: D. Quixote;
- AZEVEDO, Cândido (1999) *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Lisboa: Caminho;
- BACELAR, Armando (1994-1995), “Memórias de tempos idos”, Boletim Cultural 13, Câmara Municipal de Famalicão;

- BELCH, George E. e BELCH, Michael A. (2004), *Advertising and Promotion: An integrated marketing communication perspective*: New York, McGraw-Hill;
- BENTO, António Bento (2012) “Investigação quantitativa e qualitativa: Dicotomia ou complementaridade?”, *Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira)*, nº 64, ano VII: 40-43;
- BERKIN, Christopher *et al* (2014) *Making America. A history of the United States*, Boston: Cengage Learning;
- BOGDAN, Robert, BIKLEN, Sari (1994) *Investigação qualitativa em educação*, Porto, Porto Editora;
- BOURDIEU, Pierre (1989) *O Poder simbólico*, Lisboa: Difel;
- BURRELL, Gibson e MORGAN, Gareth (1979) *Sociological Paradigms and Organisational Analysis*, Hants: Ashgate;
- CABRERA, Ana (2017) “A imprensa portuguesa no Estado Novo”. In SOUSA, Jorge Pedro, *et al* (Org.) *Uma História da Imprensa Lusófona*, Lisboa: Media XXI, pp. 311-384;
- (2006) *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa: Livros Horizonte;
- CACCIOTTO, Marco (2015) *Marketing Político. Como vencer eleições e governar*, Coimbra: Actual Editora;
- CÁDIMA, Francisco Rui (1996) *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa: Presença;
- CAETANO, Marcello (1977) *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa: Verbo;
- (1974) *Depoimento*, Rio de Janeiro: Record;
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1995) *Humberto Delgado: o General sem Medo*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa e Fundação Oriente;
- CAPELA, José Viriato, NUNES, Henrique Barreto e SÁ DA COSTA, Artur (2014) *Os Democratas de Braga. Testemunhos e evocações*, Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus;
- CARLYLE, Thomas (1888) *Les Héros, Le Culte des Héros et Le Heroique dans L'Histoire*, Paris: A. Colin;
- CARVALHO, Rita Almeida (2002) *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, Lisboa: Assembleia da República/ Edições Afrontamento;
- CASTANHEIRA, José Pedro (2002) “Entrevista a Raúl Rêgo”, *Revista do jornal Expresso*, 9 de Fevereiro de 2002;

- CASTILHO, José Manuel Tavares (2000) *A ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974)*, Lisboa: Assembleia da República/ Edições Afrontamento;
- CERQUEIRA, Henrique (1976) *Acuso! Soares, Cunhal, Emídio Guerreiro, Lopes Cardoso na morte de Humberto Delgado*, Volume 1, Braga: Intervenção;
- (1977) *Acuso! Soares, Cunhal, Emídio Guerreiro, Lopes Cardoso na morte de Humberto Delgado*, Volume 2, Braga: Intervenção;
- CHAIA, Vera (2011) “Lideranças políticas e Cinema: a imagem do poder”, *Ponto-e-virgula*, 9 (141-162);
- COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1983) *Eleições Presidenciais 1951. Correspondência entre Oliveira Salazar e Craveiro Lopes*, Mem Martins: Gráfico Europam;
- CORREIA, Fernando e BAPTISTA, Carla (2007) *Jornalistas. Do Ofício à Profissão – mudanças no jornalismo português (1956-1968)*: Lisboa, Caminho;
- COSTA E MELO, “Jornada de Aveiro”, *Nova Renascença*, Volume XVIII, Inverno de 1998;
- *Memórias Cívicas 1913-1983*, Coimbra: Almedina (166-172);
- CRESWELL, John (1994) *Research Design: Qualitative and Quantitative Approaches*, Thousand Oaks: SAGE Publications;
- CRUZ, Manuel Braga da (1999) *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa: Bizâncio;
- (1988) *O Partido e o Estado no Salazarismo*, 2.^a edição, Lisboa: Editorial Presença;
- (1986) *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa: Publicações Dom Quixote;
- (1983) “Oposição eleitoral ao Salazarismo”, *Revista de História das Ideias*, volume. 5;
- CRUZ, Maria Antonieta (Org.) (2009) *Eleições e Sistemas Eleitorais – Perspectivas Históricas e políticas*, Porto: Universidade do Porto;
- CUNHA, Adrião Pereira (2014) *Humberto Delgado. Nos bastidores de uma campanha*, Porto: Afrontamento;
- DACOSTA, Fernando (2008) *Os Mal Amados*, Alfragide: Casa das Letras;
- DAHL, Robert (2012) *Democracia e seus críticos*, São Paulo: Editora Martins Fontes;
- (1973) *Regimes and Oppositions*, New Heaven: Yale University Press;
- DELGADO, Humberto (1974) *Memórias*, Viseu: Elfos;

- (1962) *Tufão sobre Portugal*, São Paulo: Editora O Malhete;
 - (1933) *Da Pulhice do “Homo Sapiens”*, Lisboa: Casa Ventura Abrantes;
- DELGADO, Iva (2015) *Meu Pai, O General Sem Medo. Memórias de Iva Delgado*, Alfragide: Editorial Caminho;
- (2009) *Memórias de Humberto Delgado*, Alfragide: Dom Quixote;
 - (1998) *Braga, cidade proibida. Humberto Delgado e as eleições presidenciais de 1958*. Governo Civil de Braga: Braga;
 - (1985) *O General*, s.l.: Círculo de Leitores;
- DELGADO, Iva e PACHECO, Carlos (1995) *A Tirania Portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote;
- DEMAZIÈRE, Didier e DUBAR, Claude (1997) *Analyser les Entretiens Biographiques: l'exemple de Récits d'Insertion*, Paris, Nathan;
- DESLAURIERS, Jean-Pierre (1991) *Recherche qualitative: guide pratique*, Mont Real, McGraw-Hill;
- DIAMOND, Larry (2000) “O Fim da terceira vaga e o início da quarta” in ESPADA, João Carlos (Coord.) (2000) *A Invenção Democrática*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais;
- DIMAS, Victor (1977) *Humberto Delgado. O homem e três épocas*, Lisboa: Sojornal;
- DOMENACH, Jean-Marie (1963) *A propaganda política*, São Paulo: Difusão Europeia do Livro;
- DUVERGER, Maurice (1983) *Sociologia da Política*, Coimbra: Almedina;
- ELLUL, Jacques (2014) *Propagandas. Uma análise estrutural*, Lisboa: Antígona;
- ESPÍRITO SANTO, Paula Espírito (2008) *Estudos de Comunicação Política*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
- FARIA, Telmo (Coord.) e DELGADO, Iva (1998), *Humberto Delgado e as Eleições de 1958*, Lisboa; Vega;
- FERREIRA, Ana Sofia (2006) *As eleições no Estado Novo. As eleições presidenciais de 1949 e 1958*, Revista da Faculdade de Letras História, Porto, III Série, vol.7 (197-212);
- FIGUEIRAS, Rita (Org.) (2012) *Os Media e as Eleições. Europeias, Legislativas e Autárquicas de 2009*, Lisboa: Universidade Católica Editora;
- FERRO, António (1978) *Salazar, o homem e a sua obra*, Aveiro: Edições do Templo;
- FORTIN, Marie-Fabienne (2000) *O processo de investigação: Da concepção à realização*, Lusodidacta;

FRANCO, Graça (1993) *A Censura à imprensa (1820-1974)*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda;

FREIRE, André (Coord.) (2009) *Eleições e Sistemas Eleitorais no século XX português. Uma perspectiva histórica e comparativa*, Lisboa: Colibri;

GARCIA, José Luís (2009) *Estudos sobre os jornalistas portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais;

GARCIA, José Luís et al (Coord.) (2017) *Salazar, o Estado Novo e os Media*, Lisboa: Edições 70;

GOLDZWIG, Steven (2008) *Truman's Whistle-stop Campaign*, Texas A&M University Press;

GOMES, João (2008) *O exitus de Humberto Delgado e as Eleições de 1958*. 1ª Edição. Lisboa: Salazar - O Obreiro da Pátria;

GRUENTHER, Richard L. e FERRELL, Robert H. (1988) “The Eisenhower Campaign of 1952: The Letters of Homer Gruenther,” *Nebraska History* 69 (30-39);

GUERRA, Isabel Carvalho (2014) *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*, Cascais, Principia;

HABERMAS, Jurgen (1989) *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Cambridge: Polity Press;

HALLIN, Daniel e MANCINI, Paolo (2012) *Comparing Media Systems beyond the Western World*, New York: Cambridge University Press;

– (2010) *Sistemas de Media: Estudo comparativo. Três modelos de Comunicação e Política*, Lisboa: Livros Horizonte;

HENRIQUE, Teresa e RAMALHO, Miguel Nunes (2008) *As Eleições de 1958. Humberto Delgado na campanha do Norte (Chaves, Vila Real, Lamego, Castro Daire e Viseu)*, Porto: Prefácio;

HERMET, Guy (1978) “State-controlled elections: a framework”, in HERMET, Guy et al, (ed.) *Elections Without Choice*, Hong Kong: The MacMillan Press (1-18);

HOBBSAWM, Eric (2007) *A Era dos Extremos*, Lisboa: Presença;

HOLBROOK, Thomas (2002) *Did the Whistle-Stop Campaign Matter?*, PS: Political Science & Politics, volume 35, issue 1 (59-66);

ILH, Olivier (2000) *Le vote*, 2ª edição, Paris: Montchrestien;

ILHARCO, Fernando (2003) *Filosofia da Informação*, Lisboa: Universidade Católica;

INGLEHART, Ronald e NORRIS, Pippa (2003) “The True Clash of Civilizations”, *Foreign Policy*, No. 135 March-April 2003, (62-70);

- INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian (2005) *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*, New York: Cambridge University Press;
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade (1991) *Fundamentos da Metodologia Científica*, 3ª edição revista e ampliada, S. Paulo, Atlas, cap. 8 (155-173);
- (1990) *Técnicas de Pesquisa*, 2ª edição revista e ampliada, S. Paulo, Atlas;
 - (1987) *Metodologia do Trabalho Científico*, 2ª edição, S. Paulo, Atlas, cap. 2 (44-79);
- LASSWELL, Harold (1938) (1949) *A Linguagem da política*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979;
- (1927) *Propaganda Technique in World War*, Nova Iorque: Peter Smith;
- LAZARSELD, Paul, BERELSON, Bernard, GAUDET, Hazel (1944) *The People's Choice: How the voter makes up his mind in a presidential election*, New York: Columbia University Press;
- LE GOFF, Jacques (1996) *História e Memória*, 4ª edição, São Paulo: Editora da UNICAMP;
- LE MOS, Mário Matos e TORRAL, Luís Reis (Coord.) (2012) *Oposição e Eleições no Estado Novo*, Lisboa: Assembleia da República;
- LÉONARD, Yves (1986) *Salazarismo e Fascismo*, Mem Martins: Inquérito;
- LESSARD-HÉBERT, Michelle, GOYETTE, Gabriel e BOUTIN, Gerald (1994) *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Piaget;
- LINZ, Juan (1978) “Non Competitive elections in Europe” in HERMET, Guy *et al*, (ed.) *Elections Without Choice*, Hong Kong: The MacMillan Press (36-64);
- (1973) “An authoritarian regime: the case of Spain” in DAHL, Robert, *Regimes and Oppositions*, New Haven, Yale University Press (171-259);
- LINZ, Juan e STEPAN, Alfred (1996) *Problems of Democratic Transition and Consolidation. Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*, Baltimore: Johns Hopkins University Press;
- LIPSET, Seymour Martin (1981) *Political Man*, Maryland: Johns Hopkins University Press;
- LITTLEJOHN, Stephen W. e FOSS, Karen A. (Ed.), *Encyclopedia of Communication Theory*, California: Sage;

- LOFF, Manuel (2008) *O Nosso Século é Fascista! O Mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto: Campo das Letras;
- LOUW, Eric (2010) *The Media & Political Process*, Londres: Sage;
- LUHMANN, Niklas (2006) *A improbabilidade da Comunicação*, 4ª edição, Lisboa: Vega;
- KRIPPENDORF, K (2004) *Content Analysis: an introduction to its Methodology*, 2nd edition, Thousand Oaks, CA: Sage Publications;
- MAAREK, Philippe (1997) *Marketing político y comunicación. Claves para una buena información política*, Barcelona: Paidós;
- MADAÍL, Fernando (2004) *Fernando Valle. Um aristocrata da Esquerda*, Âncora Editora: Lisboa;
- MARTINS, Susana (2006) *Presidentes de Portugal. Américo Tomás. Fotobiografia*, Museu da Presidência da República: Lisboa;
- MATOS, Helena (2010) *Salazar – a construção do Mito 1928-1933*, Mafra: Temas e Debates;
- MAXWELL, Joseph (2005) *Qualitative Research Design: an interactive Approach*, London: Sage;
- MELLO, Manuel José Homem de (Coord.) (1990) *Cartas de Salazar a Craveiro Lopes (1951-1958)*, Lisboa: Edições 70;
- MENESES, Filipe Ribeiro (2005) *Correspondência diplomática irlandesa sobre Portugal, o Estado Novo e Salazar (1941-1970)*, Ministério dos Negócios Estrangeiros - Instituto Diplomático;
- (2010) *Salazar, uma biografia política*, Lisboa: Dom Quixote;
- MERRIAN, SHARAN (1998) *Case Study: A Qualitative Approach*, London, JosseyBass Inc. Publishers;
- MORENO, Roque Fonseret (2003) *Plebiscitos y elecciones en las dictaduras del sur de Europa (siglo XX)*, Alcoy, Marfil;
- MÚRIAS, Manuel Beça (1975) *Obviamente Demito-o*, Amadora: Regimprensa;
- NOGUEIRA, Franco (1986) *Um político confessa-se (Diário: 1960.-68)*, Porto: Civilização;
- NORRIS, Pippa (2000) *A Virtuous Circle: Political Communications in Post-Industrial Societies* (capítulo 7), New York: Cambridge University Press;
- OLIVEIRA, César de (1991) *Salazar e o seu tempo*, 1ª edição, Lisboa: Edições o Jornal;
- PACKARD, Vance (1957) *The Hidden Persuaders*, Nova Iorque: IG Publisher;

PAULO, Heloísa e JANEIRO, Helena Pinto (2010) *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949. 60 anos depois*, Lisboa: Edições Colibri;

PEREIRA, Gaspar Martins (Org.) (2002) *Eduardo Santos Silva, cidadão do Porto*, Porto: Campo das Letras;

PEREIRA, José Pacheco (2015) *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*, vol. III, Lisboa: Temas e Debates;

PIMENTEL, Irene Flunser (2014) *História da Oposição à Ditadura 1926-1974*, Porto: Figueirinhas;

- (2007) *A História da PIDE*, Rio de Mouro: Círculo de Leitores;

PINTO, Jaime Nogueira (2007) *Salazar visto pelos seus próximos*, Lisboa: Bertrand;

PINTO, Manuel Serafim (2007) “O centenário do nascimento de Humberto Delgado”, *Res-publica. Revista lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais*, 5/6 (225-233);

PIRES, Fernando (Coord.) (2014) *O nosso DN. Memória do Tempo*, Lisboa: JM Edições;

RABY, David L. (1982) “O Problema da Unidade Anti-Fascista: O PCP e a candidatura do General Humberto Delgado em 1958”, *Análise Social*, Lisboa, vol. XVIII (72-73-74);

REIS, Joana (2010) *A transição impossível: a ruptura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano*, Alfragide: Casa das Letras;

RIBEIRO, NELSON (2017) “A Política Radiofónica do Estado Novo (1933-1945)” in GARCIA, José Luís *et al* (Coord.) (2017) *Salazar, o Estado Novo e os Media*, Lisboa: Edições 70;

QUINTERO, Alejandro Pizarroso (1994) *História da Imprensa*, Lisboa: Planeta Editora;

QUIVY, R, e CAMPENHOUDT, L. V. (1992) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva;

RAMONET, Ignácio (1999) *A tirania da comunicação*, Porto: Campo das Letras;

REEVES, Rosser (1961) *Reality in Advertising*, London: Macgibbon and Kee (46-48);

RÉMOND, René (2003) *Introdução à história do nosso tempo. Do Antigo Regime aos nossos dias*, Lisboa: Gradiva;

RIBEIRO, Vasco (2015) *Os Bastidores do Poder*, Coimbra: Almedina;

RIBEIRO DOS SANTOS, José (1986), *Memórias da Memória*, Lisboa: Rolim;

ROCHA, Nuno (1975) *Memórias de um Ano de Revolução. Itinerário de um jornalista em luta por um jornal*, Lisboa: Somuna;

ROMERO-ROBLEDO, Mariano Robles e NOVAIS, José António (s.d.) *Humberto Delgado. Assassinato de um Herói*, Portugal: Liber;

- ROSA, Frederico Delgado (2008) *Humberto Delgado. Biografia do General sem Medo*, 2ª edição, Lisboa: Esfera dos Livros;
- ROSAS, Fernando (2012) *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*, Lisboa: Tinta da China;
- ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão (1996) *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume I e II, Venda Nova: Bertrand;
- SALAZAR, Oliveira (1933) *O Estado Novo e a União Nacional*, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa;
- SAMARA, Maria Alice e HENRIQUES, Raquel Pereira (2013) *Viver e Resistir no tempo de Salazar*, Lisboa: Verso de Kapa;
- SANTOS, Manuel Coelho (2013) *Quando o Porto tinha Voz*, Porto, Fundação Eng. António José de Almeida;
- SANTOS, Natália Neves (2014) *Raúl Rêgo. O jornalista e o político*, Macedo de Cavaleiros: Poética Edições;
- SANTOS, Rogério (2014) *A Rádio em Portugal: “sempre no ar, sempre consigo” (1941-1968)*, Colibri: Lisboa;
- SARTORI, Giovanni (2000) *Homo Videns. Televisão e Pós-Pensamento*, Lisboa: Terramar;
- (1976) *Parties and Party Systems: a framework for analysis*, Cambridge: Cambridge University Press;
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard (1978) *O estado espectáculo*, São Paulo: Círculo do Livro in SUARÉZ, Eduardo (1998) *Impacto de la vídeo política en los partidos políticos*, Seminário La Cuestión Democrática como proyecto para el siglo XXI, Rio de Janeiro;
- SCHMITTER, Philippe C. (1999) *Portugal: do autoritarismo à democracia*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais;
- SCHUMPETER, Joseph (1961) *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura;
- SERRANO, Estrela (2006) A dimensão política do *jornalismo*, “Comunicação e Cultura”, n.º 2 (63-81)
- SERTÓRIO, Manuel (1978) *Humberto Delgado. 70 Cartas Inéditas. A luta contra o Fascismo no exílio*, Lisboa: Praça do Livro;

SILVA, Lidiane et. Al (2009) *Pesquisa Documental: alternativa investigativa na formação docente. Comunicação apresentada ao IX Congresso Nacional de Educação, PUCPR*;

SIMPSON, Duncan (2014) *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, Lisboa: Edições 70;

SOARES, Mário (1974) *Portugal Amordaçado*, s.l.: Arcádia;

SOBREIRA, Rosa Maria (2003) *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma profissão em construção*, Lisboa: Horizonte;

STREET, John (2011) *Mass Media, Politics & Democracy*, Hampshire: Palgrave Macmillan;

SWANSON, David e MANCINI, Paolo (1996) *Politics, Media, and Modern Democracy*, London: Praeger;

TCHAKHOTINE, Serge (1967) *A Mistificação das Massas pela Propaganda Política (1952)*, Rio de Janeiro: Civilização;

TENGARRINHA, José Manuel (2017) “Breves considerações sobre o Estado Novo de Salazar e os Media” in GARCIA, José Luís *et al* (Coord.) (2017) *Salazar, o Estado Novo e os Media*, Lisboa: Edições 70;

- (2006) *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*, Coimbra: Minerva;

TENSCHER, Jens, MYKKÄNEN, Juri, MORING, Tom (2012) “Modes of Professional Campaigning: a Four-Country Comparison in the European Parliamentary Elections, 2009”, *The International Journal of Press/Politics* 17(2) 145-168;

THEMUDO, Marina (2002) Debate sobre *Jornalismo Cívico*, CIMJ, Escola Superior de Comunicação Social;

THOMAZ, Américo (1983) *Últimas Décadas – volume II, III e IV*, Lisboa: Fernando Pereira Editor.

THOMPSON, Oliver (1977) *Mass Persuasion in History: a Historical Analysis of the Development of Propaganda Techniques*, Edimburgo: Paul Harris Publishing;

TORGAL, Luís Reis (2009) *Estados Novos. Estado Novo*, 2ª Edição, vols.1 e 2, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra;

UCHA, Paula (1998) *Inventário do espólio Humberto Delgado*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda;

VALENTE, Vasco Pulido (2002) *Marcello Caetano. As desventuras da razão*, Lisboa: Gótica;

- VAN TIL, J. HEGYESI, G., ESCHWEILER, J. (2008) “Grassroots Social Movements and the shaping of History”, In: CNAAN, R.A., MILOFSKY, C. (eds.) *Handbook of Community Movements and Local Organizations*, Boston: Springer;
- VANNINI, April (2009) «Interpretative Theory» in LITTLEJOHN, Stephen W. e FOSS, Karen A. (Ed.), *Encyclopedia of Communication Theory*, California: Sage (557-62);
- VIEIRA, Patrícia (2011) *Cinema no Estado Novo. A encenação do regime*, Lisboa: Edições Colibri;
- VIEIRA, Telmo (1998) “Um Estado dentro do Estado”, *Nova Renascença*, volume XVIII, Inverno de 1998 (33-35);
- WELCH, David (2013) *Propaganda. Power and Persuasion*. London: The British Library;
- WRIGHT, Jordan M. (2008) *Campaigning for President. Memorabilia from the nations’s finest private collection*, New York: Smithsonian Books;
- WRING, Dominic (2005) *The Politics of Marketing the Labour Party*, New York: Palgrave MacMillan.

Imprensa consultada:

Comércio do Porto (8 de Maio a 8 de Julho de 1958)

Diário da Manhã (8 de Maio a 8 de Julho de 1958)

Diário de Notícias (8 de Maio a 8 de Julho de 1958)

Jornal de Notícias (19, 20 e 21 de Outubro de 1992)

Jornal de Viseu (Maio e Junho de 1958)

O Século (8 de Maio a 8 de Junho e provas censuradas)

República (8 de Maio a 8 de Julho de 1958)

Multimédia

ANTÓNIO, Lauro (2007) *Humberto Delgado: Obviamente Demito-o*, realizado e emitido pela RTP;

CAMPOS, Jorge (2008) *O meu coração ficará no Porto*;

FERREIRA DA COSTA (1983) *António Sérgio - A Voz do Contra-Poder*, realizado na RTP, exibido na RTP Memória, a 3 de Setembro de 2016.

METELLO, Margarida (1999) *Crónica do Século*, “O Terramoto Delgado (1958-1962), episódio 8, realizado e emitido pela RTP;

Debate na TSF sobre os 100 anos do nascimento de Humberto Delgado, Maio de 2006.